# Combatendo a desigualdade social

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL (NEAD)
SBN, Quadra 02 – Ed. Sarkis – Bloco D – loja 10 – Sala S2 – CEP: 70.040-910 – Brasília – DF – Tel.: (61) 2020-6420
www.nead.org.br

PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável

MIGUEL CARTER (Org.)

# Combatendo a desigualdade social

## O MST e a reforma agrária no Brasil

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

Título original: *Challenging Social Inequality: The Landless Rural Workers Movement (MST) and Agrarian Reform in Brazil*

Fundação Editora da UNESP (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C732

Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil/Miguel Carter (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.
564p.: il., mapas

Tradução de: Challenging social inequality: the Landless Rural Workers Movement (MST) and agrarian reform in Brazil

Inclui bibliografia
ISBN 981-85-7139-992-1 (Editora UNESP)
ISBN 978-85-60548-61-3 (NEAD)

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 2. Camponeses – Revoltas – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Atividades políticas – Brasil. 4. Posse da terra – Brasil. 5. Reforma agrária – Brasil. 6. Movimentos sociais – Brasil. I. Carter, Miguel. II. Título: O MST e a reforma agrária no Brasil.

10-0049. DD: 333.3181
CDU: 332.2.021.8(81)

Editora afiliada:

A Kristina,
minha companheira de vida

Aos que lutam,
lutaram e lutarão
pela justiça social no Brasil

# Sumário

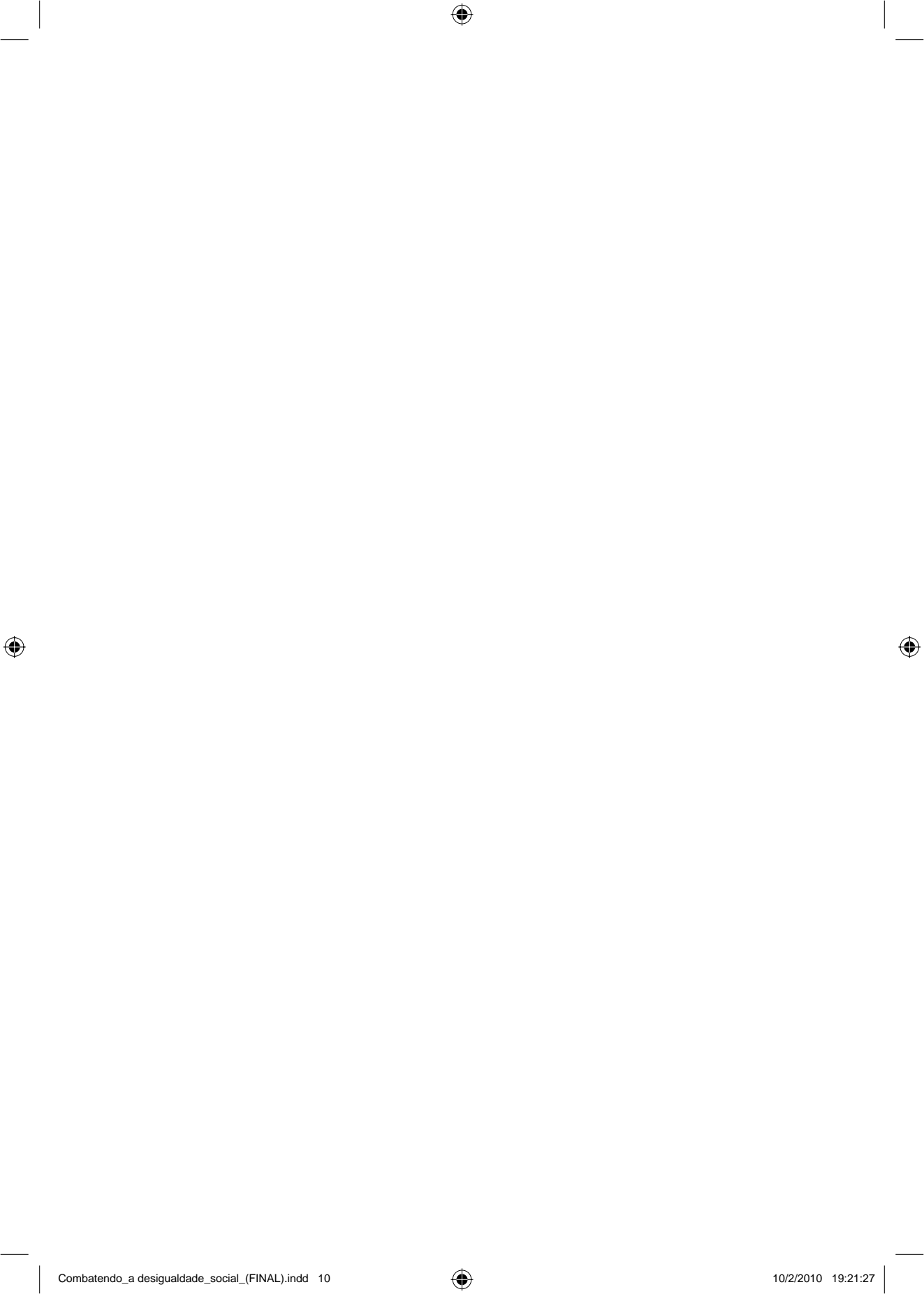
A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres (…)
Se for eleito, não separarei as duas questões;
a da emancipação dos escravos e a democratização do solo.
Uma é o complemento da outra.
Acabar com a escravidão não nos basta.
É preciso destruir a obra da escravidão.

*Joaquim Nabuco, 1884, líder abolicionista brasileiro*

O Landlord Paulino em nada difere do Landlord Salisbury.
É o mesmo desprezo pelo seu semelhante:
a mesma adoração pela grande propriedade
e a mesma repulsa a qualquer ideia altruísta e generosa.
É preciso a cada momento estabelecer limites com este Império; comparar os conservadores do Brasil com os da Inglaterra: os falsos liberais d'aqui e de lá (...)
A Abolição marcha triunfalmente.
É, porém, preciso dar terra ao Negro.
Cumpre demonstrar que o Landlordismo é crime maior do que o Escravagismo.
Nós dizíamos nas Conferências da Lua: "A escravidão é um crime".
Agora vamos pregar: "O latifúndio é uma atrocidade".

*André Rebouças, 1887, líder abolicionista brasileiro*

Sem luta não há progresso.
Aqueles que professam em favor da liberdade, e ainda depreciam a agitação,
são pessoas que querem ceifar sem arar a terra.
Eles querem chuva sem trovão e raios.
Eles querem o oceano sem o terrível bramido de suas muitas águas.
Esta luta pode ser moral; ou pode ser física;
ou pode ser ambas, moral e física; mas deve ser uma luta.
O poder não concede nada sem demanda.
Nunca concedeu e nunca concederá.

*Frederick Douglass, 1849, líder abolicionista norte-americano*

# Agradecimentos

Todo livro é sempre fruto de um mutirão. Antologias como esta, produzidas com a colaboração de 19 autores situados em diversos continentes do mundo, amplificam esse processo em grande escala.

Os colaboradores deste livro têm uma dívida especial com as milhares de pessoas que contribuíram com informações e ideias, em torno das quais foram elaborados os capítulos desta obra. Entre elas, cito nossos entrevistados, assistentes de pesquisa e pessoas que colheram e processaram os dados empíricos apresentados neste estudo, além dos autores dos textos citados na bibliografia e outros indivíduos consultados na preparação deste livro.

Ao longo deste processo, recebemos também o suporte de nossas famílias, universidades e outras entidades.

Decisões tomadas por representantes do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Instituto Internacional de Cooperação Agrícola (IICA) e do Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford viabilizaram recursos financeiros para a edição desta coletânea.

A sua produção final, no entanto, foi fruto de toda a equipe da Editora da UNESP e da gráfica na qual o livro foi impresso.

Sem essa ampla rede de apoio e sustentação, esta antologia jamais teria sido viável. A todas as pessoas envolvidas nesse grande mutirão, dedicamos um agradecimento muito especial.

Como organizador deste volume, cabe a mim ressaltar alguns indivíduos em particular que ajudaram a concretizar este projeto.

Traçar a genealogia de um livro não é uma tarefa fácil. Há sempre um acúmulo prévio de experiências e ideias que influem na elaboração de cada texto. Contudo, não seria exagero dizer que este volume é um texto

"globalizado". Entre seus colaboradores há pessoas de seis nacionalidades: Brasil, Inglaterra, Estados Unidos, México, Argentina e Paraguai. Ademais, a organização desta antologia foi um processo que passou por vários países. De fato, ela foi concebida em Oxford, desenvolvida em Washington DC, e Caacupé, Paraguai, e, por fim, editada em São Paulo.

Na bela cidade de Oxford aconteceram dois momentos-chave na concepção desta obra. Em outubro de 2003, o Centre for Brazilian Studies patrocinou uma conferência internacional sobre o MST e a reforma agrária no Brasil que reuniu vários colaboradores desta coletânea. Sou grato a todos os que auspiciaram e tomaram parte desse valioso encontro acadêmico; de modo particular ao diretor do Centre, o professor Leslie Bethell. Entre as várias pessoas do Centre que ajudaram a concretizar essa reunião, cito Ailsa Thom, Sarah Rankin, Alessandra Nolasco, Margaret Hancox e Julie Smith. Gostaria de agradecer também a valiosa participação de Carlos Amaral Guedes, Anne-Laure Cadji, James Dunkerley, Joe Foweraker, David Lehmann, Kurt Von Metteheim, Kathryn Hochstetler e Laurence Whitehead entre os expositores e comentaristas desse encontro.

O segundo momento de inspiração teve lugar num *pub* tipicamente inglês, *The White Hart*, da aldeia de Wytham, vizinha a Oxford. Foi ali, numa conversa animada com Leslie Bethell, que surgiu o esqueleto deste livro. A cerveja local, sem dúvida, era muito boa. Mas seu deleite em nada se poderia comparar ao entusiasmo com o qual o professor Bethell endossou este projeto, desde o início. Nunca imaginei que organizar uma coletânea como esta me exigiria tantos anos de árduo serviço. Reconheço, hoje, ter assumido essa tarefa com muita inocência, sob a vitalidade contagiante do professor Bethell. Voltando a Oxford de bicicleta, nessa noite fria e escura de outono, assumi o compromisso pessoal de conduzir este projeto a um digno final.

O *sejour* em Oxford foi possível graças às recomendações de meus orientadores e professores da Columbia University de Nova York, os brasilianistas Alfred Stepan, Douglas Chalmers, Ralph Della Cava e Albert Fishlow.

O Centre for Brazilian Studies de Oxford me ofereceu um espaço tranquilo e instigante para a pesquisa e o debate intelectual. A estadia nesse lugar foi abençoada pela grata companhia, amizade e longas conversas com diversos colegas. Entre eles, Fiona Macauly (a minha "irmã mais velha"), Marukh Doctor, Ronaldo Fiani, Marcos Rolim, Jurandir Malerba, Alexandre Parola, Lilia Moritz Schwarcz, Antonio Sérgio Guimarães, Nadya Araújo Guimarães, Matias Spektor e Vanessa de Castro.

Em Washington DC, recebi o apoio constante de meus superiores, colegas e amigos da American University: Louis Goodman, David Hirschmann,

Deborah Brautigam, Fantu Cheru, Robin Broad, Vidyamali Smarasinghe, Philip Brenner, Todd Eisenstadt e Joe Eldridge. Joe Clapper, Ali Ghobadi e as administradoras do nosso Programa de Desenvolvimento Internacional – Crystal Wright, Elizabeth Minor e Amanda Rives – conferiram ao longo dos anos um eficiente suporte logístico a este projeto. Gostaria de agradecer de modo especial a generosa e inteligente contribuição de meus assistentes de pesquisa na American University: Lyndsay Hughes, Enrique Gómez Carrillo, Kang Yue e Erin Connor.

As diversas revisões do texto contaram com a valiosa e pontual ajuda de Ralph Della Cava, Patrick Quirk, Maria Joselita Almeida e Débora Lerrer. Ricardo Salles me auxiliou com a citação de André Rebouças no início do livro. Vários militantes do MST proporcionaram amplo acesso a informações sobre o Movimento e diversos contatos que facilitaram a nossa produção. Além dos agradecimentos feitos em alguns capítulos desta antologia, gostaria de reconhecer as contribuições de João Paulo Rodrigues, João Pedro Stédile, Dulcinéia Pavan, Joaquim Piñero, Neuri Rossetto, Geraldo Fontes e Marina Tavares.

As fotografias de Sebastião Salgado, Douglas Mansur, João Ripper, Leonardo Melgarejo, Francisco Rojas, João Zinclar, Verena Glass, Max da Rocha e outros fotógrafos nos permitiram ilustrar a antologia com um toque de beleza, disponibilizando imagens captadas com profunda sensibilidade humana. Cristiane Passos me ajudou a localizar boas fotografias nos arquivos da CPT e da Prelazia de São Félix do Araguaia. Celeste Prieto, por sua vez, fez uma capa esplêndida para o livro e diagramou o caderno de fotos.

A edição brasileira não teria sido possível sem a valiosa colaboração de Caio França, Vinicius Maracato e Adriana L. Lopes, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, e de Jézio Gutierre, Arlete Zebber e Thaís de Oliveira, da Editora da UNESP.

Minhas pesquisas no Brasil sobre a questão agrária e os movimentos sociais no campo começaram em 1991. As inúmeras visitas e extensas viagens por este país foram financiadas por diversas instituições: The Tinker Foundation, Inter-American Foundation, Fulbright-Hays Dissertation Research Abroad Program, Dorothy Danforth Compton Fellowship, Nonprofit Sector Research Fund-The Aspen Institute, Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford e American University. A todas as entidades e pessoas que ajudaram a subsidiar minhas pesquisas, estendo um reconhecimento especial.

Esta antologia não teria sido possível sem o apoio fiel da minha família, incluindo os membros do clã Galland – Lilette, Andrés, Griselda, Letícia, Eliana e Fabiana –, que me acolheram com alegria no Rio de Janeiro e

em Porto Alegre. Meus pais, Juanito e Renée Carter, foram uma fonte constante de inspiração. Meus irmãos, Nicolás e Yvette, estiveram sempre presentes para "dar uma mão". Alma Haft me ajudou a cuidar do lazer e bom divertimento familiar. Kristina Svensson foi a âncora principal deste projeto. Ela acompanhou a elaboração de toda a obra – desde a conferência em Oxford – com carinho, paciência, perspicácia e generosidade. O livro é dedicado a ela com muito amor.

Miguel Carter<br>
Dezembro de 2009<br>
Caacupé, Paraguai e Colonia Valdense, Uruguai

# Lista de siglas

ANTEP – Associação Naviraiense Terra e Paz
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACR – Animação de Cristãos no Meio Rural
ACRQ – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas
ACRQBC – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Brejo dos Crioulos
ACUTRMU – Associação das Comunidades Remanescentes
ADT – Associação em Direito da Terra
AI-5 – Ato Institucional Cinco
AJUP – Instituto de Apoio Jurídico Popular
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
AMPA – Associação do Movimento Pequenos Agricultores
ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola
ANFAVEA – Associação Nacional para Difusão de Adubos
ANPES – Associação Nacional de Programação Econômica e Social
ARST – Associação Renovação dos Sem-Terra
ASA – Associação Santo Antônio
ASPROJA – Associação dos Pequenos Produtores do Rio Jaru
ATES – Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
ATUVA – Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR – Central dos Assentados de Roraima
CCL – Centro de Cidadania e Liderança
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEBI – Centro de Estudos Bíblicos
CELAM – Conferência dos Bispos da América Latina

CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CETA – Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências
CLOC – Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo
CLST – Caminho de Libertação dos Sem-Terra
CMS – Coordenação de Movimentos Sociais
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COM – Centro de Orientação Missionária
CONATERRA – Cooperativa Nacional Terra e Vida
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOTERRA – Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra
COPERAL – Cooperativa Regional de Assentados
CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
CRB – Confederação Rural Brasileira
CREHNOR – Sistema de Cooperativas de Crédito
CTRIN-DTRIG – Centro do Trigo Nacional – Departamento do Trigo
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DIEESE – Departamento Sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ELA – Escola Latino-americana de Agroecologia
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes
EPEA – Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada
ETR – Estatuto de Trabalho Rural
FAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FAO – Food and Agriculture Organization
FAREMG – Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais
FARESP – Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo
FARSUL – Federação das Associações Rurais do Estado do Rio Grande do Sul

FCO – Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste
FECAP – Federação das Centrais e Uniões de Associações de Pequenos Produtores Rurais do Pará
FEPASA – Ferrovias Paulistas S. A.
FERAESP – Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais
FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETAGRI-PA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNE – Fundo Constitucional da Região Nordeste
FNO – Fundo Constitucional da Região Norte
FST – Fórum Social do Triângulo
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
FUVI – Famílias Unidas do Vale do Vilhema
GEOLUTAS – Laboratório de Geografia das Lutas no Campo
IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool.
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
INA – Instituto Nacional Agrário
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDERT – Instituto de Desarrollo Rural y Tierras
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
ITCO – Instituto de Tierras y Colonización
ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa em Reforma Agrária
ITESP – Instituto de Terras de São Paulo
ITMT – Instituto de Terras de Mato Grosso

ITR – Imposto Territorial Rural
JAC – Juventude Agrária Católica
LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária
LCC – Liga Camponesa Corumbiara
LCP – Liga dos Camponeses Pobres
LOC – Liga Operária Camponesa
MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens
MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MASTER – Movimento de Agricultores Sem-Terra
MASTRO – Movimento dos Trabalhadores sem Terra do Oeste
MATR – Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais
MBST – Movimento Brasileiro dos Sem-Terra
MBUQT – Movimento Brasileiro Unidos Querendo Terra
MCC – Movimento Camponês Corumbiara
MCNT – Movimento Conquistando Nossa Terra
MCST – Movimento dos Carentes Sem-Terra
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB – Movimento de Educação de Base
MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MLSTL – Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta
MLT – Movimento de Luta pela Terra
MLTRST – Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem-Terra
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MNF – Movimento Sem-Terra Nova Força
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MP – Medida Provisória
MPA – Movimentos dos Pequenos Agricultores
MPRA – Movimento Popular pela Reforma Agrária
MPST – Movimento Popular dos Sem-Terra
MPT – Movimento Pacífico pela Terra
MSLTL – Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta
MSO – Movimento Social Organizado
MSONT – Movimento Sonho da Terra
MSST – Movimento Social dos Sem-Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTA – Movimento dos Sem-Terra do Amazonas
MT – Movimento dos Trabalhadores
MTA – Movimento dos Trabalhadores Assentados
MTAA/MT – Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados Mato Grosso
MTB – Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil
MTBST – Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem-Terra

MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MTR – Movimento dos Trabalhadores Rurais
MTRST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTRSTB – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra Brasileiros
MTRSTP – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Paraná
MTRUB – Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil
MTS – Movimento por uma Tendência Socialista
MTST – Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto
MTV – Movimento Terra Vida
MUB – Movimentos Unidos Brasil
MUST – Movimento Unido Sem-Terra
MUT – Movimentos Unidos pela Terra
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OAC – Organização Agrária Camponesa
OAN – Ouvidoria Agrária Nacional
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
OITRA – Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária
OLC – Organização Luta no Campo
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
OTC – Organização dos Trabalhadores no Campo
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista do Brasil (a partir de 1962, Partido Comunista Brasileiro)
PCC – Primeiro Comando da Capital
PDNU – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária
PPC – Paridade de Poder de Compra
PROAGRO – Programa de Apoio à Atividade Agropecuária
PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido do Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RACAA-Sul – Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia
RBS – Grupo Rede Brasil Sul
RECA – Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado
RENAP – Rede Nacional de Advogados Populares
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SINPRA – Sindicatos dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados
SNA – Sociedade Nacional da Agricultura
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SRB – Sociedade Rural Brasileira
STL – Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUNAB – Superintendência Nacional de Abastecimento
TAC – Curso Técnico na Administração de Cooperativas
TDA – Título da Dívida Agrária
TFP – Tradição, Família e Propriedade
UAPE – União dos Agricultores de Pernambuco
UDR – União Democrática Ruralista
UFRJ – Universidade Federal de Rio de Janeiro
UFT – União Força e Terra
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP – Universidade de Campinas
USP – Universidade de São Paulo
USST – União dos Santanenses Sem-Terra

# Lista de tabelas, quadros e gráficos

Brasil: Estados e lugares citados no livro

# 1 Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil

Miguel Carter†

O Brasil é uma das nações de maior desigualdade social do mundo. Suas enormes disparidades em termos de distribuição de riqueza têm profundas raízes históricas. Esta obra aborda um importante legado e um permanente aspecto da injustiça social no Brasil: a acentuada desigualdade da sua estrutura fundiária. Os capítulos deste livro investigam as causas, consequências e reações contemporâneas a essa situação. Mais especificamente, lançam luz sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o maior e mais proeminente movimento social da América Latina, e seus esforços contínuos para combater os padrões históricos de desigualdade no Brasil rural.

Este livro apresenta uma abrangente descrição da luta atual pela reforma agrária no Brasil. Os 18 capítulos incluídos aqui foram produzidos e revistos entre 2004 e 2007, após uma conferência patrocinada pelo Centre for Brazilian Studies da University of Oxford. Todos os colaboradores deste livro, um grupo de pesquisadores brasileiros, europeus e professores da academia norte-americana têm ampla experiência de trabalho de campo em pesquisas sobre o tema. Juntos, oferecem uma singular perspectiva internacional e interdisciplinar sobre este fenômeno.

As quatro seções cobrem uma ampla variedade de questões. A primeira proporciona uma visão geral da estrutura fundiária no Brasil, suas políticas públicas e a mobilização de trabalhadores rurais desde meados do século XX.

† O autor gostaria de agradecer Ralph Della Cava, Deborah Brautigam, Kristina Svensson e Joselita Maria Almeida pela meticulosa leitura do texto e os valiosos comentários. Erin Connor, Elizabeth Minor e, especialmente, Kang Yue e Enrique Carrillo Gómez, também merecem agradecimentos especiais pela importante assistência na pesquisa.

A segunda parte analisa a história do MST e a luta pela terra. A terceira explora a criação, a dinâmica interna e os efeitos dos assentamentos agrícolas do MST, e a seção final analisa as interações do MST com diferentes facetas da sociedade e política brasileiras.

Este capítulo introdutório apresenta a mobilização pela reforma agrária no MST e no Brasil em um contexto mais amplo. Começaremos com a justaposição de duas imagens do Brasil do início do século XXI. Elas ilustram com clareza as enormes disparidades sociais e o choque de projetos para o país que envolvem a luta do MST pela redistribuição da terra. Em seguida, ofereceremos uma breve análise do MST e de sua influência na política de reforma agrária no Brasil. Depois, investigaremos alguns dos principais efeitos que a intensa e permanente desigualdade pode ter sobre o desenvolvimento e a democracia. Discutiremos, então, as experiências com a reforma agrária ao redor do mundo, a fim de situar o caso brasileiro em uma perspectiva comparativa. As duas seções subsequentes avaliam as possibilidades da reforma agrária no Brasil e esboçam as principais posições do debate atual em relação à redistribuição fundiária. Concluiremos o texto apresentando uma visão geral do conteúdo do livro.

## O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DUAS IMAGENS DISTINTAS

2 de maio de 2005. E eles marcharam. Levando chamativas bandeiras vermelhas em uma fila organizada de cinco quilômetros, 12.000 trabalhadores rurais do MST embarcaram em uma procissão sem precedentes durante 16 dias cruzando o cerrado para chegar a Brasília. "Reforma agrária já!" entoavam os homens, mulheres e crianças vindos de cantos distantes do Brasil. Os manifestantes haviam se reunido no dia anterior, para um enorme comício do Dia do Trabalhador. Na moderna cidade de Goiânia, a partida foi abençoada pelo arcebispo local e aplaudida por outros líderes da cidade.

Os preparativos logísticos para a mobilização de 210 quilômetros foram impressionantes.[1] À noite, os manifestantes dormiam em grandes tendas de circo montadas em fazendas à beira da estrada. Pela manhã, os policiais

[1] Essa descrição da marcha nacional do MST em 2005 baseia-se em uma leitura atenta de todos os relatos da mobilização na imprensa, incluindo *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *Jornal O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio Braziliense*, *Agência Carta Maior* e Sue Branford (2005). Além disso, consultei as transcrições de todos os noticiários televisivos nacionais referentes à marcha; o serviço de informação do MST, divulgado no website do Movimento (http://www.mst.org.br/informativos/) e um vídeo do MST sobre a marcha, *Ergue a tua Voz: Marcha Nacional pela Reforma Agrária* (2005a). Conversas com pessoas envolvidas na mobilização foram muito proveitosas. Sou especialmente grato à generosa assistência de Antônio Canuto e Geraldo Fontes.

federais que os acompanhavam assistiam com certa ansiedade à ocupação pacífica de uma nova propriedade para montar o acampamento daquela noite. No dia seguinte, após a partida da multidão, um grupo ficava responsável por deixar a área bem limpa.

Durante a marcha, todos os participantes receberam três refeições diárias preparadas por uma equipe de 415 pessoas. Os recursos necessários para manter a mobilização vieram de diversas fontes. Os assentamentos de reforma agrária vinculados ao MST doaram alimentos. Também houve contribuições de organizações religiosas, governos estaduais e municipais e de simpatizantes do MST dentro e fora do Brasil.[2] Uma estação de rádio itinerante do Movimento transmitiu programas especiais ao longo da caminhada, disponíveis aos participantes por meio de 10.000 pequenos aparelhos de rádio emprestados pelo Fórum Social Mundial. Mais de 65 veículos foram empregados para transportar as tendas, os banheiros portáteis e os pertences pessoais de um acampamento a outro.[3]

Cada trecho da marcha teve início antes do amanhecer. Canções de protesto, palavras de ordem e conversas com os parceiros ajudavam a animar as cinco horas diárias de caminhada. À tarde e à noite os camponeses tinham atividades de estudo e lazer. Uma equipe pedagógica se encarregou de organizar diversas jornadas de reflexão e debate, com palestras oferecidas por intelectuais, políticos e lideranças do Movimento. Esses encontros promoveram discussões sobre temas relacionados à proposta de reforma agrária do MST, à conjuntura política brasileira, formas contemporâneas de imperialismo, aos perigos das sementes transgênicas e outras preocupações ambientais.

Depois do jantar, o acampamento oferecia uma "noite cultural", com apresentações de música, dança e poesia de lavradores de todas as regiões do país. Também foram exibidos vários filmes e documentários em um enorme telão. Um dos preferidos da multidão foi *Diários de motocicleta*, um filme emocionante de Walter Salles sobre as aventuras do jovem Ernesto

[2] Os apoiadores mais visíveis da marcha eram ligados à Igreja Católica. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu um comunicado formalizando sua "total solidariedade" à marcha do MST. Mais de 90 representantes pastorais, bispos, freiras, monges, padres e seminaristas participaram da marcha, incluindo o presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dom Tomás Balduíno, e o teólogo Leonardo Boff. Conhecidos artistas do meio musical, elencos de teatro e grupos de solidariedade internacional também contribuíram com a mobilização. Além disso, cerca de mil prefeituras de municípios nos quais o MST possui assentamentos ajudaram a cobrir as despesas de transporte para os trabalhadores rurais que participaram da marcha em Goiânia.

[3] O evento também contou com o apoio de 325 agentes de saúde do MST e 65 educadores do Movimento, que cuidaram das 115 crianças que participaram da marcha em uma creche itinerante.

"Che" Guevara em sua viagem pela América do Sul. Pelas regras do acampamento, o consumo de bebidas alcoólicas era proibido.

Enquanto a marcha se aproximava da capital da nação, representantes do MST mantiveram-se ocupados em reuniões com ministros do governo, líderes do Congresso e autoridades do Poder Judiciário. Além de exigir o cumprimento do Plano Nacional de Reforma Agrária por parte do governo federal, apresentaram petições em favor de vários projetos de desenvolvimento rural e reivindicaram proteção dos direitos humanos no campo. Ao longo de duas semanas, emissários do MST participaram de 50 reuniões com 20 ministérios e órgãos do governo federal.

O programa de austeridade fiscal do governo, contudo, esfriou o clima das negociações promovidas pelo MST. Antes da marcha, o ministro da Fazenda havia determinado um corte no orçamento para muitos programas sociais, inclusive a reforma agrária. As restrições para os gastos orçamentários prejudicaram o cumprimento da antiga promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de realizar uma reforma agrária progressista. As mesmas políticas austeras, aliadas às crescentes taxas de juros, possibilitaram lucros recordes do setor financeiro. No início de 2005, os pagamentos do governo para a dívida pública brasileira foram equivalentes ao dobro da quantia gasta em todos os programas relacionados à saúde, educação, bem-estar social, agricultura, transporte e segurança.[4]

"Nós não aceitamos", declarou Fátima Ribeiro, da coordenação nacional do MST, depois de se reunir com o ministro do Desenvolvimento Agrário, "que os dois bilhões de reais da Reforma Agrária vão pagar juros da dívida brasileira", dando ainda mais lucros para os banqueiros. "A esperança", ela acrescentou, "é a última que morre e é por isso que estamos nos mobilizando" (MST, 2005b).

A chegada do Movimento ao Distrito Federal foi acompanhada por diversos parlamentares, como o senador Eduardo Suplicy, do estado de São Paulo, e quatro deputados do Partido dos Trabalhadores. Ao chegar a Brasília, os manifestantes realizaram uma cerimônia para agradecer a escolta dos policiais federais e deram a cada policial uma camiseta e um boné do MST. Após passarem a noite ao lado do estádio Mané Garrincha, saíram em uma passeata de 20.000 pessoas pelas ruas de Brasília. Essa caminhada de protesto, encabeçada por indígenas e negros do estado da Bahia, fez sua primeira parada diante da Embaixada dos Estados Unidos, onde deixaram uma pilha de "lixo americano" – embalagens de McDonald's e garrafas vazias de Coca-Cola – e queimaram armas de brinquedo para criticar o consumismo e imperialismo norte-americanos. Em frente ao Ministério da Fazenda, o MST realizou um ato em favor de um "autêntico modelo de

[4] Os dados referem-se aos primeiros quatro meses de 2005 (cf. Banco Central, 2005).

desenvolvimento nacional". Um enorme cartaz exibido no evento denunciava o Ministério da Fazenda como a "Fazenda do FMI".

Enquanto isso, representantes do MST mantiveram-se ocupados no Congresso apresentando petições aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e participando de uma homenagem a Dom Luciano Mendes, ex-presidente da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e um defensor histórico da reforma agrária. Fora do Congresso Nacional, a polícia civil de Brasília provocou o único confronto dos 17 dias de mobilização. A briga começou depois que um carro da polícia tentou passar no meio da multidão de manifestantes, ferindo várias pessoas. Em reação, alguns começaram a bater no veículo, e a polícia montada apressou-se a empurrar e bater nos manifestantes. Aumentando ainda mais a dramaticidade do episódio, um helicóptero da polícia passou a ameaçar a multidão com voos rasantes. Dois senadores tiveram de intervir para acalmar a polícia local. Cerca de 50 pessoas ficaram feridas no incidente.

A cobertura da imprensa, no último dia da marcha, centrou-se principalmente nesse breve incidente. Antes disso, a cobertura televisiva da marcha já tinha sido negativa no geral. Durante dias, a grande mídia dispendeu sua atenção nas doações de alimentos e água realizadas pelo governador de Goiás e o prefeito de Goiânia. Os noticiários abordaram o fato e a disponibilização de seis ambulâncias para atender os manifestantes como um grande escândalo de corrupção política. A decisão de um promotor público de investigar as contribuições para a marcha recebeu grande destaque na imprensa, e levou uma repórter do *Jornal Nacional*, da TV Globo, o principal noticiário do Brasil, a descrever a situação como uma "coisa inusitada que nós nunca vimos acontecer até agora" como a do "Estado financiar um movimento contra si próprio".[5] Em outros momentos da marcha, a atenção da imprensa foi bastante minguada. No dia em que o MST chegou em Brasília, somente um dos cinco principais jornais do país publicou uma reportagem de primeira página cobrindo a mobilização.

No Palácio da Alvorada, o presidente Lula recebeu calorosamente uma delegação de 50 membros do MST e apoiadores da Igreja, sindicatos, ativistas de direitos humanos, grêmios estudantis e artistas. Lula encantou os visitantes ao vestir um boné do MST. Após intensas negociações, o governo concordou em cancelar os cortes do orçamento para a reforma agrária, contratar 1.300 novos funcionários para o INCRA, o órgão federal respon-

[5] "Ministério Público quer investigar se houve uso de dinheiro público para a marcha do MST." *Jornal Nacional*, TV Globo, 9 de maio de 2005. Outro comentário revelador foi feito por Boris Casoy, o âncora do noticiário noturno da TV Record: "Não é justo que os contribuintes – todos nós – sejam usados para pagar a propaganda do MST, um movimento político, muitas vezes violento, que insiste em não se legalizar para escapar dos rigores da lei". "Poder público precisa respeitar um pouco mais o dinheiro do contribuinte", *Jornal da Record*, TV Record, 5 de maio de 2005.

sável pela reforma agrária, e oferecer mais apoio para os assentamentos já implantados. Poucas das outras petições feitas pelo MST foram atendidas.

A última noite da marcha culminou com uma celebração ecumênica, seguida de um ato público e um show animado por reconhecidos artistas do meio musical brasileiro.

A marcha do MST para Brasília foi um evento de larga escala, comparável a outras grandes marchas de longa distância do século XX, como a caminhada de Mahatma Gandhi de 23 dias para a cidade costeira de Dandi, na Índia, em 1930, na qual desafiou o domínio colonial britânico ao fazer seu próprio sal; a Jarrow Crusade, marcha de 27 dias realizada por operários desempregados do nordeste da Inglaterra até Londres, em 1936, em meio à Grande Depressão; a marcha de cinco dias de Selma a Montgomery, no Alabama, liderada por Martin Luther King, em 1965, no auge do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos; e a marcha de 34 dias de povos indígenas da Amazônia boliviana até La Paz, em 1990, para reivindicar direitos a terra e a proteção da Floresta Amazônica. Mas nunca, em toda a história, houve uma marcha pacífica de protesto tão massiva, longa e sofisticada quanto esta mobilização a Brasília.[6]

***

4 de junho de 2005. Apenas 18 dias após o final da marcha do MST, uma cena muito diferente teve lugar em São Paulo, a capital industrial e financeira do Brasil.

Um helicóptero pousa no alto de um *palazzo* italiano de quatro andares, um prédio de estilo neoclássico com impressionante vista do horizonte de arranha-céus da gigantesca metrópole. De um lado do *palazzo* de 120 milhões de reais, custodiado por um alto dispositivo de segurança, encontra-se

[6] Em termos comparativos, nenhum outro movimento social tem organizado tantas marchas de longa distância quanto o MST. A Marcha do Sal de Gandhi começou com 78 homens e percorreu quase 400 quilômetros (cf. Wikipédia, 2006). A Jarrow Crusade foi composta por 200 homens e cobriu 390 quilômetros (cf. Colette, 2006). A marcha dos direitos civis Selma-Montgomery teve início com 3.200 pessoas e cobriu 87 quilômetros (cf. Branch, 1998). A marcha indígena de Trinidad a La Paz começou com 300 homens, mulheres e crianças e percorreu 560 quilômetros (cf. Healy, 2001, p.361-94). Por sua vez, a marcha nacional do MST, em 1997, para Brasília, mobilizou 1.300 pessoas durante 64 dias, de três diferentes pontos de partida: as cidades de São Paulo, Governador Valadares, em Minas Gerais, e Rondonópolis, no Mato Grosso, cobrindo 1.030, 720 e 925 quilômetros respectivamente (cf. Chaves, 2000; Santos; Ribeiro; Meihy, 1998). A primeira marcha de longa distância do MST foi realizada em 1986, quando 250 trabalhadores rurais sem-terra caminharam durante 27 dias em uma "romaria pela reforma agrária" para Porto Alegre (cf. o Capítulo 6, de Carter, neste livro sobre o Rio Grande do Sul). Em outubro de 2007, os camponeses sem-terra da Índia superaram a marca do MST, com a organização da maior marcha de longa distância do mundo. Durante 27 dias, 25.000 pessoas de casta inferior e grupos étnicos minoritários caminharam 320 quilômetros até Nova Délhi para exigir uma reforma agrária.

uma favela. Atrás, flui o melancólico e malcheiroso rio Tietê, lânguido de escoar tanta poluição.

Um dos políticos mais importantes do Brasil desce no heliponto. Dentro do prédio, a multidão fervilha de empolgação. Geraldo Alckmin e a esposa Lu Alckmin haviam chegado. O governador de São Paulo de pronto inauguraria a maior butique de produtos de luxo do mundo: um "templo de opulência", uma "Disneylândia para os ricos", uma "loja blindada", de acordo com as descrições da imprensa local.

Dentro do *palazzo*, Alckmin e Lu abraçam a filha Sophia. Alckmin recebe a palavra: "A Daslu é o traço de união entre o bom gosto e muitas oportunidades de trabalho". Ele tinha como saber. Sophia e a cunhada, como outras jovens da classe alta, trabalham na Daslu. Cortada a fita, 50 músicos da orquestra de violinos da Daslu começam a tocar. Impecáveis, garçons com luvas brancas servem champanhe. Ao longo dos dois dias de festividades, a Daslu ofereceria aos convidados da alta sociedade 2.280 garrafas do requintado champanhe Veuve Clicquout.

Passeando pela loja e seus 20.000 metros quadrados de piso de mármore, cobrindo uma área equivalente a três campos de futebol, Alckmin, Lu e Sophia param para apreciar os refinados itens de luxo em exposição: uma bolsa de couro de crocodilo Dior por 40.000 reais, um casaco de *vison* Prada por 47.000 reais, jeans Dolce & Gabbana por 4.180 reais, sandálias Manolo Blahnik por 3.000 reais, e uma camiseta Ralph Lauren por 2.460 reais. "É tudo muito colorido aqui", comenta Alckmin.

No segundo andar, Sophia chama a atenção dos pais para um helicóptero pendurado no teto. "Olha, que linda esta motocicleta", diz Lu, apontando para uma Harley-Davidson cotada em 195 mil reais. Carros de luxo, entre eles um Maserati conversível à venda por 735 mil reais, também estavam expostos. Alguns passos adiante, via-se uma série de miniaturas de iates, incluindo um barco Ferreti de 12 milhões de dólares. A imobiliária da Daslu até oferece uma ilha no elegante litoral de Angra dos Reis. O preço: 8 milhões de reais.

Equipamentos de esqui para os que planejam uma viagem a Chamonix, nos Alpes franceses, garrafas de vinho de até 20.000 reais, a mais recente tecnologia de entretenimento e muito mais – a Daslu tem de tudo. Um mar de champanhe, sofás confortáveis, flores e cafés estão espalhados pela loja. Belas mulheres, fluentes em várias línguas – as Dasluzetes da loja – mimam os clientes com o clássico charme brasileiro.

"Isto aqui é o nosso clube", explica um *socialite*. "É uma apoteose", acrescenta a amiga. "Chanel, Prada, Gucci, tudo aqui na Daslu." Com a *flûte* de champanhe na mão, ela lembra que a maior "*extravaganza*" que fez na vida foi "gastar 280 mil reais numa Mercedes Benz... E na Daslu foi durante uma liquidação. Fui me empolgando, me empolgando... Eram umas 20 peças, todas de grife. Hoje mesmo acabei de reservar dois sapatos Chanel.

Eu poderia passar o dia inteiro me perdendo na Daslu. Aqui é o lugar mais maravilhoso para se perder no mundo".[7]

A grandiosa inauguração da Daslu foi engenhosamente elaborada para se beneficiar do rápido crescimento do mercado de bens de luxo no Brasil. Com uma fatura de 2,3 bilhões de dólares norte-americanos em 2004, ele é o maior mercado de luxo da América Latina, com um crescimento disparado de 35% ao ano. Só São Paulo responde por 75% do negócio, considerado um dos mais lucrativos do mundo.[8] De fato, as famílias mais ricas do país pareciam estar melhor do que nunca. Segundo a Merril Lynch, o número de brasileiros milionários (em dólares norte-americanos) saltou de 92.000 para 98.000 entre 2003 e 2004. A revista *Forbes*, por sua vez, estimou que o número de bilionários no Brasil dobrou para 16 em 2005.[9]

Alckmin não foi o único político de destaque presente na festa da Daslu. Além de um grande número de empresários de alto nível, banqueiros, industriais, reis da soja, celebridades dos esportes e da moda, o evento contou com a presença de José Serra, o prefeito de São Paulo, e Antônio Carlos Magalhães, o influente senador da Bahia, mais conhecido pelo acrônimo ACM. Durante as festividades, Alckmin e Serra tiveram de driblar várias perguntas sobre suas candidaturas à presidência da República. A Daslu teve a benção de contar com patronos muito poderosos.

13 de julho de 2005. Cinco semanas após sua pomposa inauguração, o mundo da Daslu foi abalado por uma dura realidade. Naquela manhã, mais de cem policiais federais e agentes tributários invadiram o *palazzo* da Daslu e detiveram a proprietária, Eliana Tranchesi, além de dois sócios, sob suspeita de fraude fiscal. Os investigadores alegavam que a Daslu havia sonegado mais de 24 milhões de reais em impostos ao longo dos dez últimos meses utilizando empresas-fantasma para declarar um valor mais baixo para os produtos importados. Na alfândega, vestidos Louis Vuitton vendidos na loja a mais de 5.000 reais eram declarados a 24 reais, e gravatas finas da Ermenegildo Zegna, a apenas 12 reais.

As ações da Polícia Federal acionaram alarmes em Brasília e em São Paulo. Muito contrariado com a notícia, ACM interveio rapidamente a favor de Eliana, uma amiga da família que tinha contratado a neta do senador para trabalhar na loja. ACM manifestou sua indignação ao ministro da Justiça, que passou boa parte do dia atendendo telefonemas furiosos de outros VIPs. O senador, então, telefonou para Eliana, ainda em custódia no escritório da Polícia Federal, e chorou com ela ao telefone. Mais tarde, fez um discurso mordaz no Senado criticando o governo Lula. Seus comentários foram

---

[7] A descrição da inauguração da Daslu baseia-se principalmente na coluna de Bergamo (2005a). O retrato apresentado aqui também se inspira na visita do autor à Daslu em 25 de julho de 2005.

[8] Benson (2005) e Downie (2005).

[9] Beraba (2005a).

ecoados pelo colega, o senador Jorge Bornhausen, presidente do segundo maior partido no Congresso, o Partido da Frente Liberal (PFL), que descreveu a blitz na Daslu como um "atentado ao mercado". A detenção de Eliana, ele alertou, "pode gerar uma crise econômica e afugentar os investimentos internacionais do Brasil".[10]

A principal entidade empresarial, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) emitiu um comunicado com uma vigorosa condenação à batida policial na Daslu. A cobertura do incidente por parte da mídia nacional deu destaque aos críticos desta ação. Os editoriais dos jornais mais importantes do país apoiaram a Daslu e a proprietária. A descrição da notícia pela mídia levou o *ombudsman* da *Folha de S.Paulo* a lamentar: "Diante de tantos depoimentos e comentários criticando a prisão da dona da Daslu, o jornal poderia ter publicado pelo menos unzinho defendendo ou explicando a ação da Polícia Federal".[11]

***

Duas cenas de contraste com apenas alguns dias de diferença – a marcha nacional do MST a Brasília e a inauguração da Daslu em São Paulo – retratam com agudeza o Brasil do início do século XXI. Os dois eventos compartilham um ar de grandiosidade tipicamente brasileiro. Um deles apresenta a maior caminhada de protesto da história mundial. O outro retrata a inauguração da maior loja de departamentos de produtos de luxo do planeta. As suas numerosas diferenças, contudo, são enormes e emblemáticas.

De um lado, temos uma mobilização multirracial da camada mais pobre da sociedade brasileira. De outro, temos uma festa de gala só de brancos, com a participação dos mais abastados do país. O primeiro evento é um ato de protesto, motivado por sentimentos de solidariedade e a mística nutrida por um sentido de sacrifício comum. O outro celebra um empreendimento comercial voltado a satisfazer tentações hedonistas. Enquanto os manifestantes vivem frugalmente, consumindo na maior parte alimentos que eles próprios cultivaram, o público da Daslu se deleita com um banquete regado a champanhe importado, em meio a grifes e produtos caríssimos.

O contraste não termina aí. Políticos progressistas apoiam a mobilização do MST, ao passo que a inauguração da Daslu teve a participação de renomados políticos conservadores. As descrições dos eventos nos meios de informação também foram contrastantes. Os principais noticiários da nação trataram os gastos públicos de 300 mil reais em água e alimento para os manifestantes do MST como um ato de corrupção política, enquanto perdoavam de forma tácita o esquema da Daslu para sonegar 24 milhões

[10] Bergamo (2005b).

[11] Beraba (2005b). Em março de 2009, Eliana Tranchesi foi condenada a 21 anos de prisão, junto com o irmão e outros seis empresários, acusados de realizar importações fraudulentas e sonegar aproximadamente um bilhão de reais em impostos (cf. *O Globo*, 2009).

de reais em taxas de importação. Enquanto o MST precisa protestar para promover a reforma agrária e outros direitos sociais básicos, o pessoal da Daslu possui os contatos, a influência e os recursos financeiros necessários para promover seus interesses com maior discrição. A marcha do MST contesta o *status quo* do Brasil. A *fête* na Daslu o celebra com grande opulência.

A acentuada disparidade social no Brasil perpassa a sua dimensão continental: o quinto maior país do mundo, tanto em território quanto em população, a nona maior economia e uma das sociedades mais desiguais do planeta. De acordo com um relatório do IPEA publicado em 2005, somente Serra Leoa, assolada pelas guerras, apresentava uma disparidade de renda maior que a do Brasil. Segundo esse órgão governamental de pesquisa, no Brasil os 10% mais ricos da população detêm 46% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres possuem apenas 13%.[12] Os recursos combinados das 5.000 famílias mais ricas do país – isto é, 0,001% da população – constituem 40% do produto interno bruto (PIB) da nação.[13]

No campo, a distribuição da riqueza é ainda mais desigual. Um por cento dos proprietários rurais controla 45% de todas as terras cultiváveis da nação, ao passo que 37% dos proprietários rurais possuem apenas 1% da mesma área. Sem dúvida, o Brasil é uma das nações com a maior concentração de terra do mundo.[14] A atual estrutura agrária tem raízes profundas na história do país. Ela foi forjada durante o período colonial, com a concessão de extensas sesmarias a famílias portuguesas privilegiadas e a instituição de um regime de trabalho baseado na escravidão. A acentuada assimetria fundiária foi mantida posteriormente sob diferentes sistemas políticos: império, república oligárquica, governo militar e democracia política.[15]

O MST e a Daslu retratam de modo emblemático as contradições que perpassam a desigual sociedade brasileira. Esses dois mundos, no entanto, estão interligados. À sua própria maneira, cada um ilumina o outro. Confinar o lugar do MST no Brasil a uma força engajada apenas na luta pela terra, ou na busca de modelos alternativos para o desenvolvimento rural,

---

[12] Os dados sobre a desigualdade social no Brasil são do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2005, p.50-61). Subsequentemente, o IPEA publicou um estudo que mostrava redução do coeficiente de Gini relativo à desigualdade de renda no Brasil. De acordo com o relatório, entre 2001 e 2005, o indicador de Gini para a desigualdade de renda caiu de 0,593 a 0,566 (cf. Barros, Carvalho, Franco e Mendonça, 2006, p.108). O último dado, contudo, ainda situa o Brasil entre as nove nações mais desiguais do mundo, considerando os 123 países avaliados pelo Banco Mundial (2005).

[13] Campos, Barbosa, Pochmann, Amorin e Silva (2005, p.29).

[14] Os dados são do Censo Agrário brasileiro de 1995, cf. IBGE (1996).

[15] Para boas análises históricas da estrutura política e fundiária no Brasil, cf. Buainain (2008); Costa e Santos (1998); Faoro (1957); Forman (1975); Martins (1997, 1994, 1991, 19); Guimarães (1989, 1982); Silva (1996); Medeiros (1989); Schmink e Wood (1992); Stédile (2006, 2005a, 2005b, 2005c, 1999, 1994).

é desconsiderar o panorama mais amplo. O MST não é só um fenômeno rural. Assomando por trás das suas marchas disciplinadas e o brilho das suas bandeiras vermelhas, há um fantasma que desafia as desigualdades seculares do Brasil. Apesar de muitos exageros, os temores provocados pelo Movimento não são infundados. O MST subverte percepções, normas e costumes tradicionais. Ele perturba a "ordem natural das coisas". Ele expõe, dá voz a, e canaliza as tensões subjacentes na sociedade brasileira. Alguns consideram essa agitação um anátema nacional. Outros simpatizam com seu impulso de ruptura com a ordem existente. Entre os últimos, muitos veem no Movimento um poderoso símbolo e uma fonte de inspiração na luta por concretizar a promessa da igualdade de direitos e a plenitude da cidadania.

## O MST E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Ao longo do século XX, políticas de redistribuição fundiária foram adotadas em várias nações. Ao final da década de 1980, contudo, um conjunto de elementos veio frear estas iniciativas e diminuir o peso da reforma agrária na pauta dos debates em torno da promoção do desenvolvimento mundial. A crescente urbanização no Terceiro Mundo, o aumento da produção agrícola com a introdução de tecnologias modernas, a queda do comunismo, a ascensão do neoliberalismo e a expansão dos conglomerados do *agribusiness* global contribuíram para a formação desse novo clima de opinião com respeito à redistribuição fundiária. Nesse contexto, uma curiosa contratendência começou a se desenvolver no Brasil. Na década de 1980, surgiram diversas mobilizações populares pressionando o Estado a promover a reforma agrária, criando no processo um dos movimentos sociais mais duradouros da história: o MST. Em meados da década de 1990, o MST havia se tornado o maior movimento social da América Latina, e a reforma agrária estabeleceu-se na agenda pública do Brasil.

As primeiras atividades camponesas pela reforma agrária no Brasil ocorreram na década de 1950, na empobrecida região Nordeste. Essas mobilizações ganharam mais força e extensão durante o início dos anos 1960. O primeiro decreto nacional de reforma agrária, entretanto, foi frustrado dias após sua promulgação pelo presidente João Goulart, pelo golpe militar de 1964. A instauração de um regime autoritário foi apoiada por setores conservadores, em especial os representantes da classe latifundiária. Nesse novo contexto, desatou-se uma ampla repressão aos novos movimentos sociais do campo e seus aliados na esquerda política e eclesial. A recém-criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi submetida ao controle do Estado. Oito meses depois do golpe, contudo, o

novo presidente militar promulgou uma lei de reforma agrária com avanços progressistas. Apesar de utilizada no essencial para promover um programa de colonização na Amazônia, a nova legislação proporcionou aos defensores da reforma – em especial a CONTAG, a Igreja e os líderes dos partidos de oposição – uma plataforma jurídica para a defesa dos posseiros e para a reivindicação em favor da distribuição de terras.

Com apoio do governo, a CONTAG criou uma ampla rede de sindicatos de trabalhadores rurais. Até 1984, ela representava 2.626 sindicatos com mais de 9 milhões de filiados. Apesar das limitações do regime autoritário e da estrutura burocrática da CONTAG, a rede de sindicatos de trabalhadores rurais constituiu um importante meio para a construção de uma identidade de classe entre os camponeses e para a difusão de direitos de cidadania. Os sindicatos também proporcionaram um espaço para a formação da base social e de lideranças no meio dos trabalhadores rurais e promoveram a discussão de temas agrários. Não obstante a aliança entre os militares e grandes proprietários de terra, a CONTAG e muitos dos seus sindicatos encontraram formas engenhosas de estimular diversas lutas por terra, muitas delas de maneira discreta, em comunidades espalhadas pelo interior do país.[16]

Um novo ciclo de mobilizações por terra irrompeu com força no início da década de 1980, de modo especial, na região Sul do Brasil. Ele surgiu com o apoio de uma rede progressista no meio religioso e a assistência de vários sindicatos de trabalhadores rurais, em um contexto de intensa modernização agrícola, crescentes demandas na sociedade civil pela restauração da democracia e o declínio gradual do regime militar. O MST foi instituído formalmente e em nível nacional em janeiro de 1984. Um ano mais tarde, o Brasil testemunhou a inauguração de um novo governo civil, sob a promessa de executar um amplo programa de reforma agrária.

Desde a sua origem, o Movimento tem desenvolvido uma sofisticada organização popular, com presença em quase todo o território nacional, com um número estimado de 1,14 milhão de membros, mais de 2.000 assentamentos agrícolas, uma rede de 1.800 escolas primárias e secundárias, uma escola nacional de nível superior, vários meios de comunicação, 161 cooperativas rurais e 140 agroindústrias.[17] Entre 1985 e 2006, o MST

[16] Os dados estatísticos relativos aos sindicatos de trabalhadores rurais são de Maybury-Lewis (1994, p.219-20), que oferece um valioso estudo sobre a história da CONTAG durante o regime militar. Mais informações sobre o movimento sindical no campo podem ser encontradas nos Capítulos 3, de Medeiros, e 16, de Rosa, neste livro; cf. também Medeiros (1989), Pereira (1997), Ricci (1999), Welch (1999) e Houtzager (2001).

[17] Não se sabe ao certo o número de membros do MST. O Movimento não tem um cadastro formal. Nunca foram realizados levantamentos para quantificar o número real de membros do Movimento. Estima-se que o MST ajudou a assentar mais de 135 famílias até o final de 2006. Em meados de 2007, o Movimento alegou ter cerca de 150 mil famílias mobilizadas

pressionou o governo brasileiro a distribuir mais de 3,7 milhões de hectares entre seus membros, uma área quase do tamanho da Suíça.[18] Após meados da década de 1990, o Movimento ganhou fama nacional como um dos principais críticos das políticas neoliberais e constituiu-se em uma vigorosa voz em defesa dos setores mais despossuídos do Brasil.[19]

Com seu constante ativismo e frequentes cursos de formação, o Movimento tem sido uma fonte de inspiração para muitas outras organizações de base no Brasil e na América Latina. Uma variedade de associações populares, incluindo muitos sindicatos de trabalhadores rurais da CONTAG, assimilaram as táticas do MST e encorajaram-se a partir das suas ações.[20] Entre 2000 e 2006, o Brasil teve 86 associações de trabalhadores rurais envolvidas em mobilizações pela reforma agrária.[21] O MST é o mais visível e organizado desses movimentos. O Movimento continua predominante no Sul. Mas a luta em muitas partes do Nordeste e na região da Amazônia tem sido conduzida principalmente por sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos locais, incluindo grupos informais de posseiros. Até 2006, mais de um quarto dos 7.611 assentamentos agrícolas no Brasil estavam ligados

em acampamentos espalhados pelo Brasil; cf. MST (2007b). Com base nesses números e presumindo uma média de quatro adultos e adolescentes por família, seria possível estimar o número de membros do MST em aproximadamente 1,14 milhão de pessoas. Desnecessário dizer que os níveis de comprometimento entre os membros são bastante variados. O número de assentamentos e assentados do Movimento apresentado aqui se baseia em cálculos do autor com dados do DATALUTA (2008a, 2008b) contabilizando o número total de famílias e assentamentos da reforma agrária em 2004 e 2006 e estimativas do MST (2007a) para o número de assentamentos da reforma agrária filiados ao Movimento. O DATALUTA oferece um dos bancos de dados mais abrangentes sobre a questão agrária no Brasil. Suas estatísticas são produzidas pelo Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) de Presidente Prudente, um centro de pesquisas dirigido pelo professor Bernardo Mançano Fernandes. Todos os dados sobre cooperativas e agroindústrias são do MST (2009). Sobre as realizações do MST na área de educação e comunicação, cf. o Capítulo 9, de Carter e Carvalho, neste livro.

[18] A área ocupada pelos assentamentos do MST baseia-se nas estimativas do autor para o ano de 2006, com base nos dados do DATALUTA (2008a, 2008b) e do MST (2007a). Para mais detalhes sobre essas estimativas, cf. o Capítulo 9, de Carter e Carvalho, neste livro.

[19] As principais fontes sobre a história e a evolução do MST incluem Branford e Rocha (2002), Caldart (2002), Carter (2002), Fernandes (2000), Morissawa (2001), Ondetti (2008), Stédile e Fernandes (1999), Wright e Wolford (2003). Uma útil revisão da literatura recente pode ser encontrada em Welch (2006). O MST é tratado aqui como um movimento social com base na definição padrão de Tarrow (1999, p.4), que interpreta esse fenômeno como “contestações coletivas com base em propósitos comuns e solidariedade social, em interação sustentada com as elites, seus oponentes e as autoridades”. Outros cientistas sociais que caracterizam os movimentos sociais como uma modalidade de política contenciosa são Tilly (2004), McAdam, Tarrow e Tilly (2001) e McAdam, McCarthy e Zald (1996).

[20] Mais detalhes sobre o impacto do MST quanto a outros movimentos populares podem ser encontrados no Capítulo 16, de Rosa, neste livro.

[21] Uma lista, desses grupos de camponeses pode ser encontrada no Apêndice do Capítulo 5, de Fernandes, neste livro.

ao MST.[22] Mais de 90% da terra distribuída entre 1979 e 2006, contudo, resultaram de atividades impulsionadas por outros grupos camponeses. Esse é o caso, em particular, da região da Amazônia, onde ocorreram quase três quartos da distribuição fundiária no Brasil.[23] A imensa maioria dessa partilha foi fruto de lutas camponesas por terra.

Nos últimos anos, o MST tornou-se uma influente voz em redes internacionais, como o Fórum Social Mundial e a Via Campesina, uma coalizão de associações de lavradores familiares em 69 países. Ao recolocar a questão agrária na agenda pública do Brasil, o Movimento ajudou a estimular um novo interesse mundial pela redistribuição fundiária. Uma significativa manifestação dessa tendência ocorreu no início de 2006, quando a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) celebrou a sua 2ª Conferência Internacional para a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural, sob auspícios do governo brasileiro. O último encontro da FAO sobre este tema foi em 1979. O evento de 2006 foi realizado em Porto Alegre, não muito longe do lugar onde nasceu o MST.[24]

Poucas questões têm se mostrado tão controversas na política brasileira contemporânea quanto a reforma agrária. O papel incisivo do MST na luta pela redistribuição de terra tem sido alvo de aclamação por parte da esquerda política e de hostilidade por parte dos conservadores. Nos últimos anos, a direita chegou a ponto de caracterizar as ocupações em massa organizadas pelo MST em grandes propriedades rurais, em sua maioria ociosas, como "atos de terrorismo".[25] Esse senso de paranoia por parte da direita encontra seu correspondente natural nas descrições romantizadas oferecidas pela esquerda

[22] O número estimativo de assentamentos baseia-se em cálculos do autor com base no DATALUTA (2008a, 2008b) e MST (2007a). Para a representação desses dados por estados, cf. o Capítulo 9, de Carter e Carvalho, neste livro.

[23] Dados obtidos por cálculos do autor com base no DATALUTA (2008a). Essa estimativa inclui todos os estados que fazem parte da área oficialmente conhecida como "Amazônia Legal".

[24] A conferência da FAO sobre a reforma agrária em Porto Alegre se seguiu ao Fórum Mundial da Reforma Agrária, realizado em Valência, Espanha, com representantes de 72 países (cf. *Carta Maior*, 2006). Os dois eventos, por sua vez, foram influenciados pelo número crescente de países da Ásia, África e América Latina com experiências recentes de luta pela reforma agrária (cf. Borras, Edelman e Kay, 2008; Akram-Lodhi, Borras e Kay, 2007; Rosset, Patel e Courville, 2006; Moyo e Yeros, 2005).

[25] Um notável representante desse ponto de vista sobre o MST é Francisco Graziano, um ex-assessor do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em 1996, atuou brevemente como presidente do INCRA. Graziano foi deputado federal pelo PSDB e integrante da bancada ruralista. Ele criou uma ONG dedicada à promoção do agronegócio e escreve uma coluna em três dos principais jornais do Brasil. No dia 23 de maio 2006, Graziano publicou um artigo intitulado "Terrorismo agrário", no qual retrata o MST como o equivalente rural à gangue criminosa conhecida como o Primeiro Comando da Capital (PCC), responsável por uma violenta rebelião nesse mesmo mês que matou mais de 30 policiais e guardas de prisão em São Paulo. Antes disso, em novembro de 2005, uma comissão do Congresso Nacional controlada pela bancada ruralista emitiu um documento descrevendo o MST em termos similares (cf. Lupion, 2005).

idealista. As duas perspectivas se fundamentam no potencial revolucionário do MST, embora por diferentes razões. Cada lado exagera muito. Assim, geralmente superestimam a influência do MST no Brasil.

Apesar de ser um movimento social excepcionalmente duradouro e complexo, o MST é, desde a sua gênese, uma associação de pessoas pobres. Ele opera com recursos limitados, e é suscetível a muitos dos problemas de ação coletiva que podem ser encontrados em outras organizações de cunho popular. O Movimento não é nenhuma "sociedade de anjos". Dentro dele é possível encontrar deficiências e erros humanos similares àqueles que afligem outros movimentos sociais ao redor do mundo.[26] Mesmo sendo um movimento de massas amplamente difundido pelo Brasil, o MST inclui apenas uma pequena parcela da população brasileira. Menos de 1% dos adultos deste país e não mais que 5% de seus habitantes rurais são membros desse movimento social.[27]

Parte do reconhecimento público baseia-se no exagero da mídia. A cobertura do MST por parte da imprensa brasileira, apesar de frequente, tem sido em grande parte negativa e, por vezes, abertamente hostil, em particular durante a última década. Os mitos e mal-entendidos sobre o MST criados pelos grandes meios de comunicação no Brasil não podem ser subestimados.[28] A enorme concentração de poder da mídia no país é parcialmente responsável pela situação. Estima-se que nove conglomerados de propriedade familiar controlam os veículos de comunicação que geram 85% das informações do país.[29] Apesar de empregar muitos jornalistas competentes, esse oligopólio da imprensa e seus preconceitos de classe, advindos do compromisso com a classe social à qual ela serve, dificultam a difusão de pontos de vista alternativos sobre o MST e outras organizações populares.

O medo, a raiva, o encantamento e a controvérsia em torno do MST não deveriam surpreender os estudiosos da reforma agrária. Afinal, a redistribuição da terra, da riqueza e do poder tem provocado inevitáveis conflitos ao longo da história da humanidade. Como Frederick Douglass observou, essas mudanças não podem ocorrer sem "trovões e relâmpagos".[30]

---

[26] Para análises de alguns dos problemas recorrentes no MST, cf. os Capítulos de Calvo-González, Wolford, e Carter e Carvalho, neste livro – 11, 12 e 9, respectivamente –, bem como Pessoa (1999), Branford e Rocha (2002) e Caume (2006).

[27] Essas porcentagens são baseadas em dados do Censo de 2000 do IBGE (2001, p.96) para a população de 15 anos ou mais.

[28] Lerrer (2005), Hammond (2004), Comparato (2000) e Berger (1998) oferecem análises detalhadas da representação do MST pela mídia brasileira. Um exemplo evidente da hostilidade da imprensa em relação ao Movimento pode ser encontrado na revista *Veja*, a publicação semanal mais vendida do Brasil. Artigos ilustrativos nessa orientação incluem os seguintes títulos: "As madraçais do MST", 8 set. 2004; "A esquerda delirante", artigo de capa da edição de 18 de junho de 2003; "A Bagunça Promovida pelo MST", 3 de abril de 2003; "A tática da baderna", artigo de capa da edição de 10 de maio de 2000.

[29] Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social (2005, p.21). Para maiores detalhes sobre o assunto, veja o site: www.donosdamidia.com.br

[30] A afirmação de Frederick Douglass é de uma carta de 1849 destinada a um colega abolicionista, citada em Bobo, Kendall e Max (1996).

# DESIGUALDADE SOCIAL, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

As orientações éticas predominantes ao redor do mundo abominam situações de acentuada injustiça social. Graves disparidades de distribuição da riqueza ofendem profundamente a maioria das tradições religiosas e filosofias seculares. Determinações contrárias ao acúmulo de alimentos e outros meios de subsistência em detrimento de pessoas com necessidade podem ser encontradas na tradição judaico-cristã, no islamismo, hinduísmo, budismo, marxismo e várias ramificações do liberalismo.[31] Essas antigas questões morais têm sido reforçadas nos últimos anos por uma maior conscientização entre estudiosos sobre os efeitos nocivos que uma extrema e permanente desigualdade de riqueza pode provocar sobre o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a democracia política. Os comentários a seguir resumem várias ideias-chave a esse respeito.[32]

1) *Altos níveis de desigualdade podem desacelerar o crescimento econômico.* O acesso restrito ao crédito significa que a economia deixa de aproveitar ocasiões lucrativas. Oportunidades desiguais de educação levam à perda de talento potencial. O desigual acesso aos meios de produção pode deixar segmentos inteiros da população à margem do mercado, por serem pobres demais para gerar, vender ou consumir seus produtos

[31] As palavras do profeta Isaías são representativas da herança judaico-cristã: "Ai dos que ajuntam casa a casa, reúnem campo a campo, até que não haja mais lugar, e fiquem como únicos moradores no meio da terra! A meus ouvidos disse o Senhor dos Exércitos: em verdade que muitas casas ficarão desertas, e até as grandes e excelentes sem moradores. E dez jeiras de vinha não darão mais do que um bato; e um ômer de semente não dará mais do que um efa". (Isaías 5: 8-9, *The New English Bible*, 1970) [Tradução de Almeida corrigida e revisada (1995)]. No Islã encontramos admoestações similares: "Ai de todo o difamador, caluniador. Que acumula riquezas e as entesoura, pensando que as suas riquezas o imortalizarão! Qual! Sem dúvida que ele será precipitado naquilo que consome" (*Alcorão*, Sura 104: 1-4). Ambas as tradições religiosas condenam o acúmulo excessivo dos ricos, mas não se opõem à criação da riqueza por si. Antes, o desprezo religioso se volta ao "amor à riqueza", que leva a uma alienação da ordem de Deus de buscar a justiça e ajudar os necessitados. Sou grato a Amin Mohseni por compartilhar comigo suas valiosas reflexões sobre o islamismo, incluindo essa citação do *Alcorão*.

[32] A desigualdade é um conceito complexo, com várias dimensões e significados. Os problemas levantados aqui referem-se fundamentalmente a situações de acentuadas desigualdades na distribuição da riqueza e outros meios básicos de subsistência que restringem as oportunidades e capabilidades para o desenvolvimento humano. Para discussões conceituais relevantes, cf. Sen (1999, 1997, 1992), Tilly (2005, 1998) e Sartori (1987). Sobre a desigualdade e o desenvolvimento abordados de forma mais geral, cf. Cornia (2004), Selligson e Passé-Smith (2003), Tulchin (2002) e Banco Mundial (2005). A literatura sobre a desigualdade social na América Latina cresceu muito nos últimos anos. Informações e avaliações úteis podem ser encontradas em Ferranti, Perry, Ferreira e Walton (2004), Karl (2003), Justino, Litchfield e Whitehead (2003), Ganuza, Barros, Taylor e Vos (2001), Morley (2000), Tokman e O'Donnell (1998), Birdsall, Graham e Sabot (1998), Berry (1998), Chalmers, Vilas, Hite, Martin, Piester e Segarra (1997) e Lustig (1995). Mais especificamente sobre a desigualdade no Brasil, cf. Gacitúa-Marió e Woolcock (2005a), Campos, Barbosa, Pochmann, Amorin e Silva (2005), Banco Mundial (2004), Schwartzman (2004), Hoffmann (2004), Henriques (2000), Weyland (1996) e Wood e Carvalho (1988).

e serviços. Um estudo de Birdsall e Sabot ilustra este ponto com uma comparação dos índices de crescimento econômico e desigualdade social no Brasil e na Coreia do Sul, país que após a Segunda Guerra Mundial fez uma reforma agrária radical e investiu substancialmente no desenvolvimento de seu capital humano. Utilizando um exercício de simulação, o estudo revelou que a economia brasileira teria crescido 17,2% a mais entre 1960 e 1985 se tivesse os níveis sul-coreanos de igualdade social. A disparidade de renda custou ao Brasil pelo menos 0,66% do crescimento anual do PIB. Profundos desequilíbrios sociais, portanto, reduzem a eficiência e o progresso econômicos.[33]

2) *Altos níveis de desigualdade prejudicam a redução da pobreza e podem fomentar maiores disparidades*. Acentuadas e prolongadas disparidades da distribuição de riqueza fazem com que seja muito mais difícil reduzir a pobreza por meio do crescimento econômico. De acordo com um relatório do Banco Mundial, "o Brasil poderia reduzir a pobreza pela metade em dez anos com um crescimento de 3% e uma melhoria de 5% no coeficiente de Gini (a medida mais comum de desigualdade de renda)". E acrescenta: "Levaria 30 anos para o país atingir a mesma meta com um crescimento de 3% e nenhuma melhoria na distribuição de renda".[34] O crescimento econômico em sociedades muito desiguais tem mais probabilidade de fomentar a disparidade de renda do que reduzi-la. O "milagre econômico" brasileiro durante o regime militar ofereceu um pungente exemplo disso. Entre 1966 e 1976, o crescimento anual do PIB atingiu a impressionante média de 9,2%, mas a desigualdade de renda aumentou de forma pronunciada. De 1960 a 1977, a desigualdade cresceu de 0,50 a 0,62 na escala do coeficiente de Gini.[35]

3) *Altos níveis de desigualdade reduzem a qualidade de vida geral, particularmente no que se refere à segurança pessoal.* Todos os anos um em cada três brasileiros é vítima da criminalidade. O índice de homicídios da nação, de 23,4 mortes por cem mil pessoas, é quase três vezes maior que a média mundial (IPEA, 2005, p.108-21). Acentuadas disparidades podem piorar as condições de vida de todos os setores da sociedade. Enquanto os ricos no Brasil vivem em mansões e condomínios fechados muito bem guardados, com segurança privativa 24 horas por dia, os pobres muitas vezes são vítimas da violência relacionada ao narcotráfico, que tem criado raízes profundas nas favelas que se alastram em torno das cidades do país. Em 2007, apenas 6% da população brasileira sentiam que a sua sociedade estava ficando mais segura.[36]

[33] Birdsall e Sabot (1994).

[34] Ferranti, Perry, Ferreira e Walton (2004, p.4).

[35] A média do crescimento do produto interno bruto (PIB) foi obtida do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA (2006). Os dados do coeficiente de Gini são de Fishlow (1972) e Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2000).

[36] Corporación Latinobarómetro (2007, p.102).

4) *Altos níveis de desigualdade tendem a reduzir a confiança social.* Severas assimetrias de classes provocam medos e tensões sociais. De acordo com um levantamento conduzido pelo Latinobarómetro, o Brasil apresenta o nível mais baixo de confiança social de todo o continente. Entre 1996 e 2004, menos de 5% dos brasileiros afirmaram poder confiar nos outros na maior parte do tempo.[37] Altos níveis de desconfiança comprometem o desenvolvimento do capital social. Assim como sugerem Putnam e outros pesquisadores, uma forte deficiência no capital social pode prejudicar as atividades de mercado, frustrar esforços da sociedade civil e perturbar o funcionamento da democracia política.[38]
5) *Altos níveis de desigualdade criam um padrão dualista de desenvolvimento e produzem uma sociedade desconexa e segregada.* Em 1974, o economista Edmar Bacha cunhou o conceito da "Belíndia" para descrever esse fenômeno no Brasil: uma Bélgica pequena, rica e de Primeiro Mundo em coexistência com uma Índia grande, pobre e de Terceiro Mundo. A Belíndia floresce com a disparidade entre os setores formal e informal da economia, os quais hoje ocupam a metade da força de trabalho da nação. O *apartheid* social do Brasil prejudica a instauração de direitos civis básicos consagrados na Constituição. A enorme distância social favorece um *ethos* de descaso com os direitos humanos, sobretudo em relação à camada social mais pobre.[39]
6) *Altos níveis de desigualdade condicionam o poder político e os recursos culturais na sociedade*. Distorcem as regras políticas do jogo e produzem distribuições assimétricas de força e representação política. Também afetam o acesso à educação, comunicações de massa e outros meios de informação. Essas condições promovem uma hegemonia cultural, ao facilitar esforços dos setores dominantes de instilar suas ideias, valores e percepções do que deve ser considerado "realista" e "viável" na sociedade. A política e as políticas públicas tendem, dessa forma, a favorecer os interesses da minoria privilegiada. De fato, essa é a visão da política brasileira compartilhada por dois terços da sua população.[40] O extremo desequilíbrio no exercício do poder político e no acesso aos recursos culturais cria um ciclo vicioso que incentiva a corrupção, prejudica a concorrência e a eficiência, e dificulta o desenvolvimento do capital humano nos segmentos mais pobres da população, ao restringir os investimentos públicos na saúde e na educação.[41]

[37] Corporación Latinobarómetro (2004, p.32).

[38] Putman (1993) e Edwards, Foley e Diani (2001).

[39] Bacha (1974). Cristovam Buarque tem feito várias referências ao *apartheid* social do Brasil nos seus escritos; em especial, cf. sua discussão sobre o conceito de "apartação" (1994). Sobre o descaso para com os direitos humanos em sociedades com extremas disparidades de distribuição da riqueza, cf. O'Donnell (1999).

[40] Corporación Latinobarómetro (2004, p.17).

[41] Esse argumento partilha as elaborações de Karl (2003) e Rueschemeyer (2005). De forma mais ampla, sobre a política da desigualdade, cf. Tilly (2005, 1998), O'Donnell (1998) e Chalmers, Vilas, Hite, Martin, Piester e Segarra (1997).

7) *Altos níveis de desigualdade social subvertem o Estado de Direito*. Sociedades com acentuados desequilíbrios de poder são inapropriadas ao desenvolvimento de um sistema jurídico baseado na aplicação justa, imparcial e independente das leis. Graves disparidades na distribuição da riqueza, como observa Vieira, "destroem a imparcialidade jurídica, provocando a invisibilidade dos extremamente pobres, a demonização dos que contestam o sistema e a impunidade dos privilegiados". Em sociedades como essas, o respeito às instituições legais é prejudicado pela falta de responsabilidade mútua entre seus membros. Os destituídos não veem motivos para "se comportar de acordo com as regras do jogo que prejudicam seus interesses de modo sistemático", enquanto os privilegiados não veem "nenhuma restrição social para a maximização de seus interesses".[42] No Brasil, apenas 10% da população acreditam ter acesso igualitário ao sistema judiciário, a segunda pior classificação em toda a América Latina.[43]
8) *Altos níveis de desigualdade enfraquecem a democracia política*. O acesso desigual aos meios de produção pode levar a conflitos de distribuição e promover a instabilidade.[44] Ao impor uma qualidade de vida mais baixa a seu povo, nações com graves desigualdades podem engendrar problemas de legitimidade. Um levantamento feito em 2002 revelou que 86% dos brasileiros consideravam sua sociedade injusta.[45] Esses sentimentos de insatisfação, sem dúvida, influem na atitude da população em relação ao seu regime político. Entre 1996 e 2006, apenas 41% dos brasileiros declararam apoiar a democracia, e apenas 24% dos entrevistados afirmaram estar satisfeitos com a democracia vigente.[46] Em resumo, as democracias em sociedades altamente desiguais tendem a ser de qualidade muito baixa. Essas comunidades políticas são, no geral, percebidas como corruptas, vistas com grande desconfiança pelo povo e consideradas de caráter potencialmente instável.[47]

[42] Vieira (2007, p.2, 21).
[43] Corporación Latinobarómetro (2007, p.101).
[44] Sobre a relação entre desigualdade social e violência política interna, cf. Muller e Seligson (1987).
[45] Dados do levantamento de 2002 da Corporación Latinobarómetro, Tabela 3.5, citados por Ferranti et al. (2004, p.295). Um levantamento conduzido em 2007 revelou uma porcentagem praticamente idêntica, com apenas 13% dos brasileiros dizendo considerar sua sociedade "justa" (cf. Latinobarómetro, 2007, p.39).
[46] Corporación Latinobarómetro (2006, p.72-4).
[47] De acordo com Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi (2001, p.171), as crescentes desigualdades podem reduzir em 22 anos a expectativa de vida de um regime democrático. Em países com desigualdades decrescentes, a tendência recente no Brasil, a expectativa de vida das democracias pode chegar a 84 anos.

A discussão precedente sugere que as graves desigualdades sociais impõem um desafio particular e sério ao desenvolvimento e à democracia. A redução dessas disparidades pode ser uma tarefa bem difícil, mas as reformas necessárias para possibilitar isso não são nenhum segredo. Elas incluem uma ampla variedade de políticas de redistribuição relacionadas à tributação, ao acesso a crédito, emprego, educação, saúde, moradia, redes de segurança social e à propriedade rural.

## REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária tem sido um instrumento clássico de redistribuição da riqueza desde a Antiguidade. Os hebreus, gregos e romanos passaram por fases de redistribuição fundiária entre os séculos VII e II a.C. Na Era Moderna a primeira grande reforma agrária teve início com os decretos da Revolução Francesa revogando os direitos de propriedade feudal e libertando todas as pessoas da servidão. Já na Inglaterra, o movimento da privatização de terras do século XVIII expulsou os camponeses de suas terras comunais forçando-os a se mudarem para as cidades industriais em pleno crescimento. Camponeses escandinavos receberam o direito de propriedade da terra no início do século XIX. Ao longo das décadas subsequentes, medidas similares levaram à extinção dos acordos feudais na Alemanha, Rússia, Espanha e Itália. Nos Estados Unidos, a Lei de Terras (*Homestead Act*) de 1862, promulgada durante a Guerra Civil, consagrou o ideal da propriedade familiar e incentivou a colonização no oeste do país. No Canadá, políticas similares foram promovidas sob a Lei Agrária (*Dominion Land Act*) de 1872.

No entanto, nenhum outro século testemunhou tanta atenção e luta política em torno à questão agrária quanto o século XX. Em todos os aspectos, o século passado foi sem dúvida a era da reforma agrária *par excellence*, durante a qual diversas políticas de redistribuição de terra foram adotadas em numerosos países.

Em um sentido amplo, a intensificação da reforma agrária no século XX pode ser explicada por uma série de fatores demográficos, econômicos, sociais e políticos. O rápido crescimento da população mundial fez com que as terras cultiváveis passassem a ser um bem mais escasso. Apesar da acelerada urbanização do planeta, naquele período a maior parte da sua população ainda morava em comunidades rurais e sobrevivia da lavoura. A modernização econômica gerou uma pressão para transformar os padrões tradicionais de uso e controle da terra e, assim, aumentar a produtividade agrícola. Aliada a isso, uma redução gradual, porém inexorável, do isolamento rural devido a mudanças tecnológicas na comunicação e no transporte gerou um contexto diferente para a promoção de mudanças da estrutura fundiária. O século XX também marcou uma era de difusão de novas configurações de poder no campo com a maior presença do Estado, a incursão de vários agentes exter-

nos promovendo novas ideias e o desenvolvimento de formas inéditas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais.

As reformas agrárias do século XX foram introduzidas sob uma variedade de sistemas políticos e ideologias. Ainda assim, no geral, todas elas foram associadas ou influenciadas de algum modo pela esquerda política. De fato, todos os governos de orientação marxista conduziram significativas reformas fundiárias, muitas vezes por meio de esquemas estatais de coletivização, como a União Soviética, a China, a maior parte do Leste Europeu, a Coreia do Norte, o Vietnã, Cuba e a Etiópia. Depois da Segunda Guerra Mundial, o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan implementaram significativas redistribuições de terra. Essas reformas tiveram o firme apoio do governo dos Estados Unidos, sob o impacto da era da Guerra Fria e um *zeitgeist* favorável à forte condução do Estado nas políticas de desenvolvimento. Nas décadas seguintes, outros países da Ásia, incluindo a Índia, o Irã, o Paquistão, Bangladesh e o Sri Lanka seguiram o exemplo introduzindo restrições ao tamanho máximo das propriedades rurais.

Em outras regiões, diversos governos nacionalistas, influenciados por ideias socialistas, expropriaram grandes latifúndios em benefício dos trabalhadores rurais como, por exemplo, México, Bolívia, Guatemala (por um breve lapso), Egito, Indonésia, Argélia, Síria, Iraque, Líbia, Portugal e Peru. Sob influências de fortes partidos políticos da esquerda, os governos democráticos da Itália, durante o final da década de 1940, e do Chile, depois de meados da década de 1960, também redistribuíram suas terras. Outros países latino-americanos, como Venezuela, Colômbia e Equador, deram início a tímidos esforços nessa direção após a revolução cubana de 1959 e a transformação radical da estrutura fundiária naquela ilha. Na década de 1980, a Nicarágua, após a revolução sandinista, e El Salvador, em meio de uma guerra civil com insurgentes de esquerda, também implementaram variados programas de transferência de terra.[48]

Uma forma comum de promover a reforma agrária na segunda metade do século XX foi por meio de normas legais que estabelecem limites máximos ao tamanho das propriedades rurais. Essas leis foram aplicadas tanto em economias capitalistas quanto socialistas. A Tabela 1.1 apresenta uma amostra de países que adotaram tais políticas. Variações entre tetos altos e baixos costumam se relacionar à questão do acesso a água. Como regra geral, terras não irrigadas recebem um teto mais alto do que as irrigadas.

[48] Essas informações baseiam-se em uma extensa revisão comparativa da literatura sobre a reforma agrária. Os textos consultados sobre o assunto incluem: Akram-Lodhi, Borras e Kay (2007), Basset e Crummey (1993), Bermeo (1986), Brockett (1998), Colburn (1989), de Janvry (1981), de Janvry, Gordillo, Platteau e Sadoulet (2001), Desai (1986), Dorner (1992), Eckstein, Donald, Horton e Carroll (1978), Fox (1990), Ghimire (2001), Grindle (1986), Handelman (1981), Hooglund (1982), Huntington (1968), Inayatullah (1980), Kay (1998), King (1977, 1973), Menjivar (1969), Montgomery (1984), Moyo e Yeros (2005), Paige (1975), Pausewang (1983), Prosterman e Riedinger (1987), Riedinger (1995), Rosset, Patel e Courville (2006), Sobhan (1993), Swinnen (1997), Thakur (1989), Thiesenhusen (2007, 1993), Williams (1986), Wolf (1998), Zamosc, Martínez e Chiriboga (1989).

Tabela 1.1 Tamanho máximo das propriedades rurais: uma amostra comparativa

| País e ano da lei | Nível do teto | | País e ano da lei | Nível do teto | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Alto | Baixo | | Alto | Baixo |
| Japão (1946) | 12 | 1 | Índia (1972) | 21,9 | 4,1 |
| Itália (1950) | - | 300 | Sri Lanka (1972) | 20 | 10 |
| Coreia do Sul (1950) | - | 3 | Argélia (1973) | 45 | 1 |
| Taiwan (1953) | 11,6 | 1,5 | Paquistão (1977) | 8 | 4 |
| Indonésia (1962) | 20 | 5 | El Salvador (1980) | - | 500 |
| Cuba (1963) | - | 67 | Nicarágua (1981) | 700 | 350 |
| Síria (1963) | 300 | 15 | Bangladesh (1984) | - | 8,1 |
| Egito (1969) | - | 21 | Filipinas (1988) | - | 5 |
| Peru (1969) | 150 | 15 | Tailândia (1989) | - | 8 |
| Iraque (1970) | 500 | 10 | Nepal (2001) | 6,8 | 1,3 |

Todos os valores são em hectares de terra. As fontes estão relacionadas na nota.[49]

A origem e o tipo de reforma agrária podem ser atribuídos a duas forças propulsoras básicas: uma proveniente da sociedade (ou "de baixo") e a outra ancorada no Estado (ou "de cima"). Com frequência, há uma tentação de dicotomizar essas duas forças e descrever a origem de algumas reformas agrárias como resultantes "de cima" e outras "de baixo". Essa abordagem, contudo, envolve uma representação muito simplista da realidade. Na prática, nenhuma reforma agrária moderna poderia ocorrer na ausência de um Estado. Por definição, reformas agrárias implicam o envolvimento do Estado na reestruturação de relações de direito de propriedade ou, no mínimo, na regulamentação dos termos de posse no campo, em favor dos trabalhadores rurais. Na ausência do Estado, alterações como essas só poderiam ocorrer por meio de guerras, apropriações de terra e outras expressões de força bruta. O Estado pode, em última instância, legitimar os resultados dessas lutas. No entanto, isso corroboraria o ponto central desta discussão: no final, toda reforma agrária deve ser sancionada pelo Estado.

Por outro lado, nenhuma reforma agrária poderia surgir em uma sociedade que não tivesse expectativas e demandas por ela. A intensidade, a extensão e a forma na qual essas reivindicações podem ser acionadas podem variar mui-

[49] A tabela de tamanho máximo das propriedades rurais foi elaborada com base nas seguintes fontes para cada país: *Japão*, Kawagoe (1999); *Itália*, King (1973); *Coreia do Sul*, Kuhnen (1971); *Taiwan*, Tseng (2004); *Indonésia*, Quizón e Debuque (1999); *Cuba*, Menjivar (1969); *Síria*, AllRefer.com (2006a); *Egito*, Library of Congress (2003); *Peru*, Lastarria-Cornhiel (1989); *Iraque*, AllRefer.com (2006b); *Índia*, Zaheer (1980) e Indiaagronet – Agriculture Resource Center (2006), *Sri Lanka*, Singh (1989); *Argélia*, King (1977); *Paquistão*, Quizón e Debuque (1999); *El Salvador*, Wood (2003); *Nicarágua*, Kaimowitz (1989); *Bangladesh*, Quizón e Debuque (1999); *Filipinas*, Lara e Morales (1990); *Tailândia*, Quizón e Debuque (1999); e *Nepal*, Aryal e Awasthi (2006). Uma tabela preliminar e ponderada discussão dos méritos e dificuldades da implementação de limites máximos para o tamanho das propriedades rurais podem ser encontradas em Yue (2004).

to. Sem essa demanda, contudo, a reforma agrária não seria um problema, como o é na atualidade nos países mais desenvolvidos do mundo. O pontapé inicial de qualquer programa de distribuição fundiária, portanto, depende da demanda da sociedade. Desse modo, a execução de reformas agrárias implica uma combinação de impulsos por parte do Estado e da sociedade.

No século XX, a maioria das transformações da propriedade rural teve o Estado como seu principal propulsor. Este foi claramente o caso do Japão e da Coreia do Sul (ambos sob ocupação norte-americana), Taiwan (depois de o partido nacionalista tomar o poder da ilha) e na maior parte do Leste Europeu (sob a guarda do exército soviético). O México teve uma grande demanda social pela distribuição fundiária nos anos que se seguiram à revolução de 1910, mas as principais medidas de reforma agrária do país, promulgadas pelo presidente Lázaro Cárdenas entre 1934 e 1940, tiveram as marcas claras de um Estado ativo. Casos contemporâneos nos quais o principal impulsionador da reforma agrária vem da própria sociedade incluem Brasil, Paraguai, Honduras, Guatemala, Filipinas, Bangladesh, Índia, Indonésia, África do Sul e Zimbábue.

A reforma agrária pode ser feita sob regimes autocráticos e democráticos. As transformações mais radicais ocorreram em cenários políticos não democráticos, normalmente após uma revolução social ou uma ocupação militar estrangeira. Na América Latina, quatro das mais significativas reformas agrárias foram implementadas após revoluções sociais, no México (1910), na Bolívia (1952), em Cuba (1959) e na Nicarágua (1979). Só três das dez mais importantes reformas foram conduzidas por líderes democraticamente eleitos. Elas ocorreram na Guatemala (1952-1954), no Chile (1967-1973) e na Venezuela (1960-1973). As reformas na Guatemala e no Chile, contudo, terminaram com golpes militares de direita apoiados pelo governo dos Estados Unidos. A distribuição fundiária foi revertida nos dois países. A reforma venezuelana foi menos controversa, já que foi instaurada em sua maior parte em terras públicas.[50]

Em comparação com outras experiências na América Latina, o processo de reforma agrária no Brasil de 1985 a 2002 foi um dos menos significativos do hemisfério. Ele está classificado em último lugar no Índice da Reforma Agrária apresentado na Tabela 1.2. Esse índice mede a extensão e a intensidade das reformas agrárias realizadas em 17 países latino-americanos durante o século XX. Em todos esses casos, é importante salientar, as políticas de distribuição fundiária foram precedidas e acompanhadas por ocupações de terra e outras táticas de pressão por parte dos camponeses.

[50] Quase três quartos de toda distribuição fundiária na Venezuela foram realizados entre 1960 e 1973 por meio de um programa de colonização de terras públicas (cf. Eckstein, Donald, Horton e Carroll, 1978). Uma situação similar também ocorreu na Colômbia, onde 90% da área abrangida pela reforma e 88% de seus beneficiários foram assentados em terras públicas; cálculos do autor com base em Zamosc (1987, p.266-9).

Tabela 1.2 Reforma agrária na América Latina: um índice comparativo

| Classificação | País | Período | Índice da reforma agrária | Terras distribuídas (%) | Camponeses beneficiados (%) | Anos de reforma | Regime democrático |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Bolívia | 1953-1955 | 34,17 | 29,9 | 52,7 | 2,4 | Na maior parte não |
| 2 | Cuba | 1959-1963 | 34,08 | 81,2 | 75 | 4,6 | Não |
| 3 | Guatemala | 1952-1954 | 18 | 17 | 19 | 2 | Sim |
| 4 | Chile | 1967-1973 | 9,86 | 40 | 20 | 6,1 | Sim |
| 5 | El Salvador | 1980-1984 | 7,45 | 19,6 | 12,7 | 4,3 | Não |
| 6 | Nicarágua | 1979-1988 | 5,63 | 29,9 | 23,1 | 9,4 | Na maior parte não |
| 7 | Peru | 1964-1977 | 4,45 | 35,4 | 25,1 | 13,6 | Na maior parte não |
| 8 | Venezuela | 1960-1973 | 3,92 | 29,1 | 24,8 | 13,8 | Sim |
| 9 | Panamá | 1968-1978 | 3,52 | 21,9 | 13,3 | 10 | Não |
| 10 | México | 1917-1940 | 3,21 | 22,5 | 54,1 | 23,8 | Não |
| 11 | Colômbia | 1962-1979 | 1,72 | 17,1 | 13,8 | 18 | Sim |
| 12 | Honduras | 1967-1984 | 1,14 | 11,2 | 8,8 | 17,5 | Na maior parte não |
| 13 | Equador | 1964-1983 | 1,11 | 9 | 10,4 | 17,5 | Na maior parte não |
| 14 | Paraguai | 1989-2002 | 0,78 | 2,3 | 8,3 | 13,7 | Na maior parte sim |
| 15 | República Dominicana | 1962-1982 | 0,75 | 8,7 | 6,9 | 20,7 | Na maior parte sim |
| 16 | Costa Rica | 1962-1980 | 0,68 | 7,1 | 5,4 | 18,3 | Sim |
| **17** | **Brasil** | **1985-2002** | **0,63** | **7,6** | **3,4** | **17,6** | **Sim** |
|  | *Classificação do Brasil* |  | 17º | 15º | 17º | 13º |  |

- O "Índice da Reforma Agrária" mede a extensão e a intensidade do processo de redistribuição fundiária. Isso é feito somando-se as porcentagens de terras cultiváveis distribuídas e camponeses beneficiados e dividindo o resultado pelo número de anos da reforma. Para as fontes sobre o alcance da reforma agrária, ver nota na página seguinte.[51]

- “Terra distribuída” refere-se à porcentagem de terras cultiváveis incluídas na reforma em relação ao total de terras cultiváveis disponíveis no país. A área total de terras cultiváveis exclui reservas públicas e áreas não agrícolas.
- “Camponeses beneficiados” mede a porcentagem de famílias que se beneficiaram da reforma em relação à força de trabalho agrícola da nação.
- “Anos de reforma” refere-se ao número de anos que se levou para implementar a principal fase da redistribuição fundiária. O indicador foi desenvolvido dividindo por 12 o número total de meses da reforma. O valor não inclui todas as atividades de reforma em cada país.[52] Em vez disso, ele se concentra no período mais significativo de cada reforma. De modo geral, menos anos de reforma implicam um processo mais intenso de redistribuição fundiária.[53]
- “Regime democrático” constata a existência ou não de uma democracia eleitoral, isto é, um regime político no qual as principais autoridades do governo nacional chegam ao poder e se mantêm no cargo por meio de eleições livres e competitivas.[54]

[51] As porcentagens de terra distribuída e de camponeses beneficiados provêm de várias fontes, aqui relacionadas segundo a ordem de classificação de cada país no Índice da Reforma Agrária. (1) *Bolívia*: Eckstein, Donald, Horton e Carroll (1978); (2) *Cuba*: os dados sobre as terras expropriadas entre maio de 1959 e meados de 1963 e a área apta para a agricultura e pecuária são de MacEwan (1981, p.45-6); os valores sobre a terra expropriada no segundo semestre são de 1963 é do Cuban Economic Research Project (1965, p.235); a estimativa da porcentagem de beneficiários é de Kay (1998, p.17); (3) *Guatemala*: Handy (1994, p.93-5); (4) *Chile*: de Janvry (1981, p.206-207); (5) *El Salvador*: os dados sobre a área abrangida pela reforma e o número de beneficiários são de Thiesenhusen (1995b, p.154); os dados sobre a área apta para a agricultura e pecuária são de Strasma (1989, p.413) e sobre a força de trabalho agrícola são do censo de 1980, publicado pelo OIT Laborista (2008); (6) *Nicarágua*: os dados sobre a área abrangida pela reforma e o número de beneficiários são de Kaimowitz (1989, p.385), para o período de 1979 a 1980, e de Enríquez (1991, p.91-2), para o período de 1981 a 1988; os dados sobre a área apta para a agricultura e pecuária são de Reinhardt (1989, p.460) e sobre a força de trabalho agrícola total são baseados em uma estimativa oficial de 1980 publicada pelo OIT Laborista (2008). Essas porcentagens para a Nicarágua se aproximam das apresentadas por Baumeister (1992, p.21): 28% para a área abrangida pela reforma e 22% para os beneficiários; (7) *Peru*: os dados da área abrangida pela reforma e os beneficiários são de McClintock (1981, p.61); os dados sobre a área apta para a agricultura e pecuária são de Eckstein, Donald, Horton e Carroll (1978, Apêndice A) e sobre a força de trabalho no campo são de Thiesenhusen (1989b, p.10-1); (8) *Venezuela*: os dados estatísticos sobre a área abrangida pela reforma, o número de beneficiários e a área cultivável total são de Eckstein, Donald, Horton e Carroll (1978, Apêndice A); os dados sobre a força de trabalho no campo são de Thiesenhusen (1989b, p.10-1); (9) *Panamá*: Thiesenhusen (1989b, p.10-1); (10) *México*: Eckstein, Donald, Horton e Carroll (1978: Apêndice A); (11) *Colômbia*: os dados da área coberta pela reforma e os beneficiários são de Zamosc (1987, p.266-9); os dados sobre a área apta para a agricultura e pecuária foram obtidos somando-se os dados de Zamoc sobre a área distribuída entre 1970 e 1977 e a área cultivável registrada no censo agrário de 1970; os dados sobre a força de trabalho agrícola total são do censo de 1973, obtidos do OIT Laborista (2008); (12) *Honduras*: os dados da área coberta pela reforma e o número de beneficiários são de Brockett (1998, p.94); os dados sobre a área apta para a agricultura e pecuária são de Stringer (1989, p.364), e os dados sobre a força de trabalho agrícola são do censo de 1977, publicado pelo OIT Laborista (2008);

(13) *Equador*: Thiesenhusen (1989b, p.10-1); (14) *Paraguai*: Carter (2010), com base nas estatísticas do Instituto de Desarrollo Rural y Tierras (INDERT); (15) *República Dominicana*: os dados da área coberta pela reforma e os beneficiários são de Stanfield (1985, p. 320-3); os dados sobre a área apta para a agricultura e pecuária e a força de trabalho no campo são de Thiesenhusen (1989b, p.10-1); (16) *Costa Rica*: Thiesenhusen (1989b, p.10-1); (17) *Brasil*: os dados da área coberta pela reforma e o número de beneficiários são baseados nas estatísticas do DATALUTA (2008a); os dados sobre a área apta para agricultura e pecuária e força de trabalho agrícola são do censo agrário de 1995, IBGE (1996). Outras fontes consultadas para essa tabela incluem Ondetti (2008), El-Ghonemy (2001), Sobhan (1993) e Grindle (1986).

[52] Alguns países estenderam seus programas de distribuição fundiária depois do período da principal reforma. No México, o ímpeto da reforma caiu na década de 1940, mas recuperou certa força nos anos 1960. Em 1970, a área coberta pela reforma no México representava 34,1% das terras cultiváveis totais, ao passo que os camponeses beneficiados representavam 66,2% das famílias rurais totais, segundo cálculos do autor com base em Eckstein, Donald, Horton e Carroll (1978, Apêndice A). Tanto El Salvador quanto a Nicarágua implementaram pequenos programas de redistribuição na década de 1990 que beneficiaram antigos insurgentes. No caso da Nicarágua, isto ocorreu durante uma reversão parcial da reforma agrária sandinista.

[53] Na maioria dos países, o período da reforma teve início com a introdução de uma lei de reforma agrária, ou alguma norma jurídica aprimorando a lei existente, ou através do anúncio oficial de um programa destinado a implementar essas reformas. As datas de início para os países a seguir são: México (5 de fevereiro de 1917), Guatemala (17 de junho de 1952), Bolívia (2 de agosto de 1953), Venezuela (19 de março de 1960), Colômbia (13 de dezembro de 1961, apesar de o processo ser computado a partir de janeiro de 1962), República Dominicana (27 de abril de 1964), Equador (11 de julho de 1964), Chile (28 de julho de 1967), El Salvador (6 de março de 1980), Brasil (27 de maio de 1985). O período da reforma na Costa Rica começa com a criação do Instituto de Tierras y Colonización (ITCO), um órgão do governo criado para implementar a lei da reforma agrária de 1961. A reforma em Honduras ganhou força em meados de 1967, com a assunção de um reformista na direção do Instituto Nacional Agrário (INA) que decidiu implementar a lei da reforma agrária promulgada em 1962. A era da reforma no Paraguai teve início com a eleição do presidente Andrés Rodriguez, no dia 1º de maio de 1989, três meses após a queda do regime de Alfredo Stroessner. Todos os períodos de reforma concluem no final do ano indicado para cada país, com a exceção de: Guatemala, que termina em 27 de junho de 1954, com a deposição do governo de Jacobo Arbenz; Chile, que termina em 11 de setembro de 1973, com o golpe militar contra o governo de Salvador Allende; e El Salvador, o qual fechou seu período de reforma em junho de 1984, ao final do mandato legal para sua reforma. Para os efeitos dessa pesquisa, foram computados como um mês de reforma os casos com mais da metade dos dias de um mês.

[54] As classificações de regime apresentadas na tabela baseiam-se em Smith (2005, p.347-53) e Mainwaring, Brinks e Peréz-Liñán (2007, p.157-60).

As democracias políticas têm poucas chances de instituir uma alteração revolucionária da estrutura agrária. As garantias constitucionais e os mecanismos do Estado de Direito diminuem a possibilidade de realizar extensas transformações. Mesmo assim, a variedade de opções disponíveis sob este regime político pode ser ampla. A Tabela 1.3 conceitua duas alternativas básicas para a redistribuição fundiária sob as democracias existentes – uma abordagem conservadora e a outra progressista. A tabela apresenta uma distinção conceitual do tipo ideal, que visa salientar os traços essenciais de cada abordagem. A realidade, é claro, não é tão nítida assim. Contudo, esta distinção analítica será de utilidade para elucidar a reforma agrária brasileira.

Tabela 1.3 Reforma agrária nas democracias contemporâneas: duas abordagens

| | Conservadora | Progressista |
|---|---|---|
| Motivação | Reativa e contida.<br>Reage a protestos sociais. | Proativa e engajada.<br>Motivada por uma agenda de mudança social. |
| Alcance da política pública | Lida com demandas específicas, não com problemas sistêmicos. | Orientação estrutural. |
| Objetivo principal | Aplacar conflitos rurais.<br>Limitar a mudança social. | Promover a agricultura camponesa. Transformar a estrutura agrária e suas relações de poder. |
| Extensão e velocidade da distribuição da terra | Mínima e prolongada. Beneficia relativamente poucas pessoas. A estrutura fundiária permanece, em grande parte, intacta. As reformas são implementadas com lentidão. | Substancial e rápida. Beneficia uma proporção considerável de trabalhadores rurais. O sistema de propriedade rural passa por mudanças rápidas e notáveis. |
| Forma de distribuição da terra | *Ad hoc* e dispersa.<br>Favorece os interesses do Estado e dos grandes proprietários rurais. | Estratégica e concentrada.<br>Propícia ao desenvolvimento dos camponeses. |
| Efeito sobre os setores populares | Paliativo.<br>Desencoraja novas reivindicações. | Estimulante.<br>Favorece a reivindicação de novos direitos. |
| Impacto sobre grandes proprietários rurais | Neutro ou mesmo positivo.<br>Os proprietários podem lucrar por meio de generosas compensações do Estado. | Negativo.<br>Os termos da expropriação favorecem o Tesouro público acima dos interesses da elite agrária. |
| Relação com o *status quo* | Medo de contrariar os grandes proprietários rurais.<br>A distribuição de terra não altera as relações de poder existentes. | Predisposta a confrontar os grandes proprietários rurais.<br>A distribuição de terra busca alterar as configurações de poder. |

*Continua*

Tabela 1.3 *Continuação*

| | Conservadora | Progressista |
|---|---|---|
| Relações entre o Estado e os movimentos sociais | Tensas e/ou paternalistas. Criminalização do protesto social. Violações dos direitos humanos ocorrem com impunidade. | Parceria construtiva. Respeito pela autonomia dos movimento sociais. Proteção dos direitos humanos elementares. |
| Apoio do Estado aos assentamentos da reforma agrária | Pouco ou nenhum apoio. A assistência do Estado responde principalmente à agitação dos lavradores. | Apoio significativo. Os programas públicos promovem a sustentabilidade dos assentamentos e da agricultura camponesa, favorecendo a agroecologia. |

## AS PERSPECTIVAS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Esta seção analisará o contexto, a política e as perspectivas para a reforma agrária no Brasil. Começaremos apresentando um quadro comparativo visando a situar os problemas de desenvolvimento da nação em uma perspectiva global. O Brasil não é um país pobre. Como pode ser observado na Tabela 1.4, seus indicadores de riqueza e desenvolvimento humano têm uma classificação moderadamente alta em comparação com outras grandes nações em desenvolvimento. O Brasil, contudo, é o mais desigual de todos esses países. Somente a África do Sul, um país que foi vítima de um sistema brutal de *apartheid* racial durante grande parte do século XX, se compara ao Brasil em termos de disparidades de renda.

Duas informações sugestivas podem ser inferidas dos dados apresentados na Tabela 1.4. A primeira é que a desigualdade e a pobreza não são inerentemente relacionadas. A Índia, o Paquistão e a Indonésia ilustram o fato de que sociedades menos desiguais também podem ser bastante pobres. Níveis extremos de igualdade de renda, na verdade, podem prejudicar o crescimento econômico, reduzindo a motivação no trabalho e outros incentivos para o investimento. A estrutura salarial uniforme da União Soviética exemplifica bem esse ponto.[55] O Brasil, é claro, apresenta o extremo oposto. No caso, a desigualdade excessiva reduz a produção econômica e sustenta níveis significativos de miséria social. Portanto, um dos desafios críticos para o Brasil no século XXI é superar seus históricos padrões de exclusão social ampliando o acesso à riqueza e a outros meios de vida.

[55] Sobre os efeitos adversos da extrema igualdade na distribuição de renda, cf. Cornia (2004, p.44-6).

Tabela 1.4 Visão comparativa do Brasil: desigualdade, desenvolvimento e reforma agrária nos principais países em desenvolvimento

| País | Desigualdade | | | Índice de desenvolvimento humano | Riqueza e pobreza | | | Agricultura Empregos no setor agrícola (%) | Reforma agrária durante o século XX |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Renda/ consumo Gini | Razão 90º/10º percentual | Concentração da terra Gini | | Produto Interno Bruto *per capita* em Paridade de Poder de Compra (PPC) | População com menos de US$ 2/ dia em PPC (%) | Mortalidade infantil Crianças mortas com menos de 5 anos a cada 1.000 | | |
| Brasil | **0,59** | **16,25** | **0,85** | **0,8** | **8.020** | **22,4** | **35** | **20** | **Baixa** |
| África do Sul | 0,58 | 16,91 | - | 0,674 | 10.960 | 34,1 | 66 | 9 | Nenhuma |
| Colômbia | 0,54 | 15 | 0,8 | 0,791 | 6.820 | 22,6 | 21 | 23 | Baixa |
| Argentina | 0,51 | 13,71 | 0,83 | 0,869 | 12.460 | 14,3 | 20 | 1 | Nenhuma |
| México | 0,49 | 11,87 | - | 0,829 | 9.590 | 26,6 | 28 | 18 | Moderada |
| Filipinas | 0,46 | - | 0,55 | 0,771 | 4.890 | 47,5 | 36 | 35 | Baixa |
| China | 0,45 | - | 0,41 | 0,777 | 5.530 | 46,7 | 37 | 43 | Alta |
| Irã | 0,43 | - | 0,75 | 0,759 | 7.550 | 7,3 | 39 | 25 | Moderada |
| Nigéria | 0,41 | 7,26 | - | 0,47 | 930 | 92,4 | 198 | 70 | Nenhuma |
| Tailândia | 0,4 | 5,56 | 0,47 | 0,781 | 8.020 | 32,5 | 26 | 49 | Moderada |
| Turquia | 0,37 | 5,73 | 0,61 | 0,775 | 7.680 | 24,7 | 39 | 36 | Nenhuma |
| Egito | 0,34 | - | 0,65 | 0,708 | 4.120 | 43,9 | 39 | 32 | Moderada |
| Indonésia | 0,34 | - | 0,46 | 0,728 | 3.460 | 52,4 | 41 | 43 | Baixa |
| Índia | 0,33 | - | 0,58 | 0,602 | 3.100 | 80,6 | 87 | 60 | Moderada |
| Coreia do Sul | 0,32 | - | 0,34 | 0,921 | 20.400 | 2 | 5 | 10 | Alta |

*Continua*

Tabela 1.4 *Continuação*

| País | Desigualdade | | | Índice de desenvolvimento humano | Riqueza e pobreza | | | Agricultura Empregos no setor agrícola (%) | Reforma agrária durante o século XX |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Renda/ consumo Gini | Razão 90º/10º percentual | Concentração da terra Gini | | Produto Interno Bruto *per capita* em Paridade de Poder de Compra (PPC) | População com menos de US$ 2/ dia em PPC (%) | Mortalidade infantil Crianças mortas com menos de 5 anos a cada 1.000 | | |
| Rússia | 0,32 | 4,67 | - | 0,802 | 9.620 | 7,5 | 21 | 11 | Alta |
| Polônia | 0,31 | 4,03 | 0,69 | 0,87 | 12.640 | 2 | 7 | 16 | Alta |
| Paquistão | 0,27 | 3,09 | 0,57 | 0,551 | 2.160 | 73,6 | 98 | 42 | Moderada |
| Classificação do Brasil | 1º | 2º | 1º | 6º | 7º | 6º menos pobre | 8º menos pobre | 7º menos rural | Baixa |

Fontes: Banco Mundial (2005) para as colunas 1, 2, 3, 5, 6;[56] Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, UNDP (2007) para a coluna 4; UNDP (2005) para a coluna 7; CIA (2008) para a coluna 8; para a coluna 9, veja a nota.[57] Todos os valores monetários são em dólares americanos.

[56] Os valores Gini para a concentração da terra na China, Irã e Índia foram completados com os dados do Banco Mundial (2007 p.324-5).

[57] A desigualdade de distribuição da renda na Argentina se refere apenas às áreas urbanas, que representam mais de 90% da população do país. A coluna com informações sobre as experiências da reforma agrária no século XX foi elaborada com base em uma extensa revisão da literatura apresentada nas notas 50 e 51. As quatro classificações se baseiam em dois critérios: (1) o escopo da redistribuição e (2) as leis que regulam o tamanho máximo das propriedades. A Índia, por exemplo, realizou pouca redistribuição fundiária no século XX porém instituiu leis relativamente estritas que limitam o tamanho máximo de uma propriedade rural. Esses limites variam entre 4,1 e 21,9 hectares, de acordo com as normas de cada estado. Em contraste, nas Filipinas a lei que institui o limite máximo no tamanho de cinco hectares para uma propriedade rural contém vários meios legais de evasão, os quais têm permitido a isenção de três quartos das terras cultiváveis da nação.

A segunda lição sugere uma relação entre níveis de igualdade social e reformas da estrutura agrária. As nações em desenvolvimento mais desiguais listadas na Tabela 1.4 são aquelas que implementaram pouca ou nenhuma reforma agrária durante o século XX. As duas únicas exceções, a Turquia e a Indonésia, contavam com um sistema fundiário menos desigual antes do último século em comparação à maioria das ex-colônias europeias na América Latina e África. Quase todas as sociedades mais igualitárias nesta tabela passaram por um processo substancial de redistribuição da terra. A reforma agrária, portanto, como mostra o registro histórico mundial, pode exercer uma função determinante na redução de severas disparidades sociais.

Os contrastes sociais no Brasil são evidentes em muitos aspectos. No campo, uma economia agrícola altamente modernizada e dinâmica coexiste com uma sociedade pauperizada, na qual mais da metade da população vive abaixo da linha de pobreza. A nação é uma das principais produtoras e exportadoras de importantes *commodities* agrícolas – com destaque para açúcar, café, laranja, soja, carne bovina e tabaco –, mas quase a metade de sua população enfrenta restrições ao acesso a necessidades alimentares básicas. De acordo com um levantamento realizado pelo governo, mais de 25 milhões de brasileiros, 14% da população, passaram fome nos últimos anos.[58]

Além desses contrastes, o Brasil também é uma nação de grandes diferenças regionais. Indicadores da notável divisão entre o Norte e o Sul do país podem ser observados na Tabela 1.5. Enquanto as partes do Sul, Sudeste, Centro-Oeste do Brasil têm um padrão de vida comparável com o do México, Cuba e Bulgária, os indicadores de desenvolvimento humano no Nordeste são similares aos da Indonésia e Síria, ao passo que o Norte Amazônico é semelhante ao Irã e ao Paraguai. No entanto, em termos de distribuição de renda, cada uma das cinco regiões do Brasil encontra-se entre as nove nações mais desiguais do mundo.[59]

A violência rural no Brasil é muito mais intensa nas regiões Norte e Nordeste, onde a desigualdade e a pobreza são mais prevalentes. Como mostra a Tabela 1.5, entre 1988 e 2005, mais de três quartos de todos os homicídios, tentativas de homicídio e ameaças de morte relacionados a conflitos pela terra ocorreram nessas duas regiões. A parte Norte do Brasil inclui áreas onde a presença histórica do Estado tem sido inexistente

[58] Os dados sobre a pobreza rural são do Banco Mundial (2005, p.278); as classificações de produtividade agrícola são de Flake (2006). Para dados estatísticos referentes ao acesso ao alimento, cf. IPEA (2005, p.56).

[59] As comparações de padrão de vida baseiam-se no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, PDNU (2007); as comparações sobre a desigualdade da distribuição de renda são provenientes dos coeficientes de Gini de 123 países, publicados pelo Banco Mundial (2005, p.280-1).

Tabela 1.5 Pobreza, desigualdade e desenvolvimento no Brasil, por região

| Regiões | Pobreza (%) | Analfabetismo (%) | Índice de Desenvolvimento Humano | Distribuição de renda Gini | Distribuição fundiária Gini | Violência rural Índice |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Norte | 35 | 8 | 0,762 | 0,598 | 0,851 | 40 |
| Nordeste | 50 | 18 | 0,718 | 0,617 | 0,811 | 37 |
| Centro-Oeste | 24 | 9 | 0,827 | 0,622 | 0,81 | 10 |
| Sudeste | 17 | 7 | 0,834 | 0,586 | 0,757 | 8 |
| Sul | 20 | 5 | 0,831 | 0,572 | 0,712 | 6 |
| Brasil | 28 | 11 | 0,801 | 0,609 | 0,843 | |

*Fontes:* Gacitúa-Marió e Woolcock (2005b) para as colunas 1, 2 e 4; Hoffmann (1998) para a coluna 5; CPT/NERA (2006) para a coluna 6;[60] para a coluna 3, veja a nota.[61]

ou imbricada de forma patrimonialista com a oligarquia rural. Nessas e outras regiões do Brasil os latifundiários recorrem com frequência ao uso da violência para deter a luta pela reforma agrária. De acordo com a CPT, a principal organização de direitos humanos no campo brasileiro, entre 1985 e 2006, 1.465 camponeses e ativistas pela reforma agrária, incluindo dezenas de crianças, foram mortos em diferentes conflitos rurais. A impu-

[60] As cinco regiões do Brasil incluem os seguintes estados: Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins); Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe); Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul); Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo); Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Os dados sobre a pobreza são da Fundação Getúlio Vargas, com base em um levantamento de 1999 conduzido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); os dados sobre o analfabetismo se baseiam no Censo de 2001; o coeficiente de Gini para a desigualdade de renda é proveniente de dados do Censo de 2001; cf. Gacitúa-Marió e Woolcock (2005b, p.27). O coeficiente de Gini para a desigualdade de distribuição da terra foi calculado com base no Registro de Terras de 1998 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (cf. Hoffmann, 1998). O índice de violência rural apresenta a porcentagem de homicídios, ameaças de morte e tentativas de homicídios, por região, de camponeses e ativistas da reforma agrária entre 1988 e 2005. Esses dados foram compilados pela CPT e sistematizados por Bernardo Mançano Fernandes; cf. a Tabela 5.5, no Capítulo 5 deste livro.

[61] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi elaborado pelo autor com base nas seguintes fontes: dados sobre a expectativa de vida para 2006 (IBGE, 2007a); índices de alfabetização de adultos para 2006 (IBGE, 2007b); taxa bruta de matriculação com base em dados de 2000 (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto de Desenvolvimento Humano e Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, 2004); PIB *per capita* em dólares para 2005 segundo a fórmula da Paridade de Poder de Compra (PPC) (IBGE, 2005) e a taxa de conversão da PPC (FMI, 2008). A fórmula utilizada para calcular o IDH é do PNUD (2007, p.356).

nidade em relação a esses assassinatos tem sido a norma. Apenas 8% dos casos chegaram aos tribunais, e somente 20 latifundiários que contrataram jagunços para executar esses crimes foram condenados pela justiça.[62]

Desde 1985, sucessivos governos brasileiros distribuíram terras agrícolas sob a pressão de mobilizações camponesas e o escândalo público em torno a alguns assassinatos notórios no campo. Até 2002, o Estado brasileiro havia beneficiado cerca de 605 mil famílias de trabalhadores rurais por meio da alocação de 27 milhões de hectares de terras públicas e privadas – um território três vezes o tamanho de Portugal. No primeiro governo Lula, o número total de beneficiários aumentou para 825 mil famílias, enquanto a distribuição fundiária atingiu um total de 41,3 milhões de hectares – um território do tamanho da Suécia.[63] Mesmo com esses números impactantes, no essencial, a reforma brasileira tem sido de caráter conservador, nos termos conceituais definidos na Tabela 1.3.

[62] CPT (2007).

[63] Cifras produzidas pelo autor com base em dados do DATALUTA (2008a). Cinquenta e cinco do total de 7.575 assentamentos estabelecidos pelo INCRA no período de 1985 a 2006 foram eliminados do cômputo final apresentado aqui. Esses 55 assentamentos são essencialmente reservas extrativas da floresta Amazônica, localizadas nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Rondônia. Juntos, tais territórios compõem uma área de 18.339.543 hectares que beneficiou 35.957 famílias; 47 dessas reservas extrativas foram criadas durante o primeiro governo Lula. O "número de beneficiários", é importante aclarar, reflete a quantidade de lotes disponíveis a ser distribuídos, e não o número real de assentados. Esses dados, portanto, indicam o número máximo de possíveis beneficiários da reforma agrária.

Os dados oficiais sobre a distribuição fundiária no Brasil têm gerado controvérsias nos últimos anos, em parte devido aos esforços feitos por "maquilar" esses números a fim de obter vantagens políticas. O ex-presidente Cardoso (2006, p.539), por exemplo, alega ter beneficiado 635 mil famílias de camponeses sem-terra durante seus oito anos de governo, ao passo que outras fontes oficiais sugerem números que variam entre 482.500 e 524.380 famílias beneficiadas. Uma análise mais detalhada dos dados de reforma agrária da era Cardoso revela que muitos assentamentos foram computados duas vezes e outros foram incluídos na contabilidade sem ter nenhuma família assentada. Além disso, os dados apresentados por Cardoso incluem beneficiários de duas iniciativas do governo federal que não poderiam ser considerados programas de "redistribuição de terra". Um deles facilitou títulos de propriedade a posseiros que já estavam instalados há tempo na terra. O outro ofereceu uma linha de crédito especial para camponeses interessados em adquirir terras, em geral de outros pequenos agricultores. Maiores informações sobre o debate entorno aos "números da reforma agrária" podem se encontrar nos Capítulos 2, de Delgado, e 5, de Fernandes, neste livro; cf. também Sauer e Souza (2007), Melo (2006, p.220-3) e Scolese (2005, p.81-4). O governo Lula apresentou dados indicando ter assentado 381.419 famílias entre 2003 e 2006 (cf. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p.62). Esses dados, contudo, incluem também os beneficiários dos programas de regularização de terras e crédito fundiário. Após uma extensa revisão dos dados compilados pelo INCRA, o DATALUTA concluiu (de forma estimada) que o número de beneficiários das políticas de distribuição fundiária de Lula, entre 2003 e 2006, foi de 254.249 famílias. Desse número, 33.643 famílias foram assentadas em reservas extrativas e outros projetos instalados na floresta Amazônica e excluídas, portanto, do cômputo final apresentado aqui. Para uma análise comparativa dos programas de reforma agrária dos governos Cardoso e Lula, cf. Deere e Medeiros (2007).

Houve, todavia, diferenças importantes nesse processo. Nos governos dos presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o governo federal foi mais hostil aos movimentos sociais agrários do que durante o governo Lula. Os governos de Cardoso e de Lula, por outro lado, distribuíram mais terra do que os antecessores. O governo Lula, por sua vez, disponibilizou mais recursos para a qualificação dos assentamentos da reforma agrária e apoio à agricultura familiar do que todas as administrações anteriores. Mesmo assim, no geral, a reforma agrária brasileira tem sido reativa, restrita e de execução morosa.

A lentidão da reforma não pode ser atribuída à escassez de terra ou à falta de beneficiários potenciais. Pelo contrário, as melhores pesquisas acadêmicas sugerem que o número de famílias que poderiam se beneficiar da reforma agrária oscilaria entre 3,3 e 6,1 milhões. Incluindo as crianças, o número de beneficiários potenciais poderia chegar a 30,6 milhões de brasileiros, uma população do tamanho do Canadá.[64] Além disso, de acordo com o cadastro oficial, o Brasil tem pelo menos 231,3 milhões de hectares de terras não produtivas sob domínio privado e público. Essa estimativa exclui todas as áreas de conservação e reservas indígenas. No total, as terras não cultiváveis do Brasil chegam a 27% do território nacional, uma área quatro vezes maior que a França.[65]

As medidas da reforma agrária adotadas até o momento procuravam satisfazer exigências imediatas, neutralizar conflitos locais e, acima de tudo, evitar um confronto maior com os grandes proprietários de terra. Dessa forma, elas não representaram ações contundentes com o objetivo de transformar o sistema fundiário e suas assimetrias nas relações de poder. O efeito distributivo das políticas agrárias do Brasil, apesar de significativo em

[64] A estimativa de número potencial de famílias beneficiárias é de Del Grossi, Gasques, Silva e Conceição (2001). O total de 30,6 milhões de pessoas apresentado aqui pressupõe uma composição familiar de cinco membros e multiplica esse número pela estimativa mais alta do estudo, de 6,12 milhões de famílias.

[65] Essas estimativas baseiam-se no registro de terras do INCRA, publicado na proposta comissionada pelo governo para o Plano Nacional de Reforma Agrária, do presidente Lula (cf. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003, p.43). O total de 231,3 milhões de hectares foi obtido pela soma de 120,4 milhões de hectares em grandes propriedades rurais (que os próprios proprietários declararam ser improdutivas) e 110,9 milhões de hectares de terras públicas não registradas. Esse estudo descontou 57 milhões de hectares de terras públicas não registradas que estavam duplicadas no registro de terras do INCRA. O mesmo relatório indicou que até 36% do território brasileiro, isto é, mais de 311 milhões de hectares, poderiam ser considerados terras improdutivas. Para uma revisão útil dessas conclusões, cf. Melo (2006, p.203-14). A grande disponibilidade de terras no Brasil é corroborada por um recente relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos que observou que o país só utiliza entre 5 e 7% de seu território para a agricultura. Áreas de pasto e outras terras potencialmente produtivas para a agricultura representam 38% do território do país, excluindo áreas não cultiváveis (5%) e áreas de floresta (52%); cf. Flake (2006).

alguns municípios, tem tido um impacto mínimo sobre a estrutura agrária do país. Mesmo com as iniciativas promovidas no primeiro governo Lula, a reforma agrária brasileira é, em termos proporcionais, uma das menores de toda a América Latina. A reforma feita entre 1985 e 2006 situa o Brasil no 15º lugar do Índice da Reforma Agrária apresentado na Tabela 1.2, apenas duas posições acima do último lugar. No total, esse processo de reforma beneficiou 5% de toda a força de trabalho agrícola e distribuiu 11,6% do total das terras cultiváveis.[66]

A reforma agrária conservadora do Brasil é o resultado de vários fatores que abordaremos ao longo deste livro.[67] Uma dimensão fundamental merece atenção especial aqui: a construção política da acentuada desigualdade agrária no Brasil. A atual estrutura fundiária originou-se na era colonial e foi mantida até hoje por meio de diversas práticas políticas. A sociedade brasileira nasceu com fortes traços oligárquicos, ancorados em uma poderosa classe latifundiária e um Estado débil e patrimonialista. A concentração fundiária e a escravidão (uma prática proscrita somente em 1888, após 358 anos de existência legal) produziram uma nação com acentuadas assimetrias de poder e governantes autocráticos. Esse sistema político se sustentou baseado em uma economia voltada para a exportação de produtos primários, organizada em torno de plantações de grande escala e enclaves extrativos. Ao longo da história brasileira, a elite agrária colheu os benefícios da proteção do Estado e o acesso privilegiado aos recursos públicos. Essas características patrimoniais geraram um modelo de desenvolvimento altamente excludente.

Durante o século XX, o Brasil passou por um intenso processo de modernização capitalista, liderado por um Estado fortalecido. No entanto, as desigualdades históricas permaneceram em sua maior parte intactas, sobretudo no campo. A classe latifundiária perdeu muito de sua proeminência nacional com a ascensão de uma florescente burguesia industrial, comercial e financeira. Mesmo assim, manteve significativo poder político como resultado de vínculos estreitos mantidos com outros setores empresariais e a grande mídia, além de uma importante presença no Congresso Nacional e forte atuação política nos âmbitos estadual e municipal. Ao longo da história brasileira, a força duradoura da sua classe latifundiária tem

[66] A área da reforma e o número de beneficiários foram produzidos pelo autor com base nas estatísticas da DATALUTA (2008a). As estatísticas sobre o total de terras aptas para a agricultura e pecuária, e o total da força de trabalho agrícola utilizadas para obter essas porcentagens provêm dos resultados preliminares do Censo Agrário de 2006 (cf. IBGE, 2007b).

[67] Sobre os principais elementos da reforma agrária conservadora no Brasil, cf. em especial os Capítulos de Delgado (2), Medeiros (3), Fernandes (5), Carter e Carvalho (9), Sampaio (13), Branford (14) e a Conclusão de Carter.

prejudicado as tentativas de democratização política e extensão igualitária dos direitos de cidadania.[68]

Hoje, em meios acadêmicos, não é incomum achar descrições do regime contemporâneo brasileiro como uma democracia ancorada em um "sistema oligárquico de representação", seguindo os termos oferecidos pelo brasilianista Alfred Montero (2005, p.71). Esse sistema é o resultado de uma antiga tradição elitista na política brasileira e de arranjos institucionais criados durante o século XX que solaparam a participação política dos setores populares. A Tabela 1.6 ilustra as consequências dessas condições quanto à enorme disparidade social no acesso ao poder político e aos recursos públicos.

Tabela 1.6 Camponeses sem-terra, grandes proprietários rurais, representação política e gastos públicos no Brasil

| | Camponeses sem-terra (e agricultores familiares) | Grandes proprietários rurais (e agronegócio) |
|---|---|---|
| População<br>Número de famílias sem-terra e grandes proprietários rurais | 6.120.000 | 22.000 |
| Representação política<br>Número médio de deputados federais ligados a cada setor social, de 1995 a 2006 | 10 | 93 |
| Gastos públicos<br>Fundos alocados pelo governo federal a cada setor social entre 1995 a 2005 (em bilhões de dólares americanos) | 10,2 | 58,2 |

*Fontes:* Del Grossi, Gasques, Graziano da Silva e Conceição (2001) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003) para a linha 1; Vigna (2001; 2003) para a linha 2; Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (2006) e Banco Nacional de Desenvolvimento (2006) para a linha 3.[69]

[68] Sobre a classe latifundiária no Brasil contemporâneo, cf. Mendonça (2006) e Bruno (1997). A influência histórica dessa classe sobre a formação da sociedade brasileira é analisada extensivamente em Cardoso (1977), Faoro (1957), Lamounier (1989), Martins (1994, 1997) e Prado Júnior (1994). A classe latifundiária tem sido considerada há muito tempo como uma força essencialmente negativa no processo de democratização. A discussão clássica a esse respeito é de Barrington Moore (1966). Para análises mais recentes, cf. Rueschemeyer, Stephens e Stephens (1992) e, especialmente, Huber e Safford (1995).

[69] A Tabela 1.6 foi elaborada com base nos seguintes dados e cálculos. (1) *População*. O número de famílias sem-terra é a estimativa mais alta apresentada por Grossi, Gasques, Silva e Conceição (2001). O número de grandes proprietários rurais é do registro de terras do INCRA, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003). Esse dado inclui todas as propriedades rurais que são pelo menos 50 vezes maiores que o módulo fiscal estabelecido para as diferentes regiões agrícolas do Brasil. Os módulos fiscais são unidades de medida determinadas pela atual legislação agrária. Seus tamanhos variam de acordo com características de cada região. Nas proximidades de grandes metrópoles urbanas, um módulo fiscal normalmente equivale a cinco hectares de terra. Em regiões distantes da Amazônia, um módulo

Considerando os dados apresentados na Tabela 1.6, é possível constatar que entre 1995 e 2006, a representação política média de camponeses sem-terra foi de apenas um deputado federal para cada 612 mil famílias. Os grandes proprietários de terras, por outro lado, tiveram um deputado federal para cada 236 famílias. Dessa forma, na Câmara dos Deputados, a representação política dos maiores latifundiários do país foi 2.587 vezes maior do que a dos camponeses sem-terra. Como consequência dessa distribuição desigual de poder, entre 1995 e 2005, os maiores fazendeiros do país tiveram acesso a 1.587 dólares em gastos públicos para cada dólar disponibilizado aos trabalhadores rurais sem-terra. Assim, as extremas disparidades de poder político levaram ao que John K. Galbraith (1977, p.279) descreveu com fina ironia como "socialismo para os ricos".

Os privilégios oligárquicos do sistema político brasileiro foram mantidos ao longo do século XX por meio de várias práticas que prejudicaram o exercício de direitos civis e políticos no meio da população pobre. No século passado, a força da repressão infligida por diversos governos autoritários – que permaneceram por 68 anos no poder – caiu sobretudo acima dos movimentos populares e partidos políticos progressistas.[70] Além disso, o Estado dificultou a formação de organizações populares independentes por meio da criação de uma estrutura de "corporativismo estatal" para os sindicatos de trabalhadores e camponeses (Schmitter, 1971). Estabelecido

---

fiscal pode incluir até 110 hectares. Conforme a lei agrária brasileira, qualquer propriedade privada acima de 15 módulos fiscais é considerada uma grande propriedade; cf. Teixeira (2005). (2) *Representação política*. O número de deputados federais que estão vinculados de forma orgânica com os trabalhadores rurais sem-terra baseia-se na média de três períodos legislativos. Ele inclui cinco representantes para o Congresso de 1995 a 1998; dez para o período de 1999 a 2002; e 15 para a legislatura de 2003 a 2006. Os números de deputados federais ligados à bancada ruralista, vinculados aos interesses de grandes propriedades rurais e à agricultura empresarial, foram os seguintes: 117 para o período legislativo de 1995 a 1998; 89 durante o período de 1999 a 2002; e 73 para a legislatura de 2003 a 2006. De acordo com Edélcio Vigna, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), de Brasília, os dados sobre a bancada de proprietários rurais devem ser tratados como estimativas baixas, já que muitos outros deputados também são descendentes diretos ou parentes de grandes latifundiários e, portanto, propensos a cooperar com esse grupo. Segundo Vigna, em 2007, a bancada ruralista tinha 120 deputados federais (ou seja, 23% da Câmara dos Deputados) e 12 senadores. Sou grato pela ajuda de Edélcio Vigna na coleta desses dados. (3) *Gastos públicos*. Os recursos designados para os trabalhadores rurais sem-terra e pequenos agricultores é baseado no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário. As verbas destinadas ao setor dos grandes proprietários de terra e empresas do agronegócio incluem o orçamento do Ministério da Agricultura e os créditos agrícolas fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O orçamento do Ministério da Agricultura inclui linhas de crédito para a agricultura familiar, mas esses fundos são ínfimos em relação às quantias dedicadas a apoiar o agronegócio de grande escala. A taxa de câmbio de reais para dólares americanos foi calculada utilizando dados do Federal Reserve Bank de St. Louis (2006).

[70] Os 68 anos de governo autoritário baseiam-se na classificação de regimes de governo elaborada por Smith (2005, p.349). A estimativa inclui o período de 1900 a 1929, descrita por Smith como uma era "oligárquica republicana".

entre os anos 1930 e o início da década de 1980, este marco institucional legalizou as associações de trabalhadores urbanos e, a partir da década de 1960, os sindicatos de trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que as submetia ao controle do Estado. Na maior parte, tudo isso acabou restringindo o desenvolvimento da sociedade civil entre as classes menos privilegiadas. Além dessas políticas, os pobres do Brasil foram vítimas recorrentes da negação e violação de direitos humanos básicos, infligidas, na sua forma mais dramática, por meio da intimidação, criminalização e do assassinato de lideranças populares. A "ausência de um Estado de Direito" entre este segmento da população tem prejudicado profundamente a confiança e a cooperação com órgãos responsáveis pela garantia do cumprimento das leis.[71]

Vários outros mecanismos preponderantes durante o século XX levaram à precariedade dos direitos políticos entre os pobres. De modo especial, a negação do direito ao voto para os analfabetos até 1985, o uso extensivo do clientelismo político e a compra de votos nos meios populares contribuíram para a despolitização desses setores.[72] Ademais, a debilidade institucional do sistema de partidos no Brasil, o alto custo das campanhas eleitorais e a predominância de uma mídia conservadora têm reforçado os interesses da elite ao tempo de limitar as possibilidades de representação política de setores populares. Um sistema de partidos altamente fragmentado, com organizações partidárias fracas, vínculos políticos instáveis e a tendência a uma forte atuação personalista entre os líderes partidários tem forjado uma classe política que, em grande parte, é considerada incapaz de prestar contas aos eleitores, salvo aos ricos doadores para suas campanhas. Esta situação cria fortes obstáculos à formação de estruturas partidárias coesivas, ancoradas em princípios programáticos e interesses sociais claros. "Os partidos fracos", escreve Scott Mainwaring (1999, p.335), "têm sido um dos pilares de um sistema no qual o Estado normalmente funciona em grande medida para as elites, no qual essas elites usufruem de privilégios no acesso aos favores" da classe política, enquanto "os pobres sofrem".

A fórmula estabelecida para a distribuição das cadeiras parlamentares no Congresso Nacional é outro mecanismo institucional que tem ajudado a sustentar a força política dos latifundiários brasileiros e, ao mesmo tempo, a enfraquecer a participação dos setores populares mais organizados. No in-

[71] A "ausência de um Estado de Direito" (ou *un-rule of law*) é extensamente analisada em Méndez, O'Donnell e Pinheiro (1999), Pinheiro (1997) e Pereira (2000). Sobre o desenvolvimento problemático dos direitos civis no Brasil, cf. Carvalho (2006). As violações recorrentes dos direitos humanos no campo têm sido registradas meticulosamente pela CPT, e publicadas nos seus relatórios anuais desde 1990. O preconceito de classe do sistema judiciário brasileiro e seu impacto sobre o MST é tratado com mais detalhe no Capítulo 16, de Meszaros, neste livro.

[72] Sobre as restrições ao voto de analfabetos e o clientelismo eleitoral no Brasil, cf. Lapp (2004, p.119-53), Mainwaring (1999, p.174-218), Martins (1994, p.19-51) e Avelino Filho (1994). O estudo clássico deste fenômeno político é de Leal (1993).

tuito de prorrogar sua permanência no governo, o regime militar introduziu normas eleitorais que instituíram uma forte desigualdade na composição de bancadas na Câmara dos Deputados, beneficiando os estados das regiões Norte e Nordeste, onde a votação lhes era mais favorável. Com um cálculo similar, o governo militar decidiu aumentar o número de senadores com a criação de novas unidades federais. A transição democrática deixou estas regras eleitorais intactas, as quais lesam – muito mais que em outros países federalistas – o princípio democrático de "uma pessoa, um voto". No Brasil, essa fórmula permite que apenas 13% do eleitorado nacional determine a composição de 51% do Senado. Concomitantemente, levou à super-representação de estados com fortes tradições oligárquicas em ambas as câmaras legislativas.[73] Devido à sua destacada presença no Congresso, os latifundiários conseguiram derrotar várias iniciativas progressistas pela reforma agrária, incluindo medidas cruciais na Assembleia Constituinte de 1987-1988. De fato, a forte influência política desse setor tem induzido todos os presidentes recentes a conciliar os interesses dos grandes proprietários de terras de modo a sustentar as coalizões de governo no Congresso.

Os obstáculos à reforma agrária e outras políticas de redistribuição no Brasil apresentam outras complicações institucionais devido à fragmentação e politização da administração pública. Como salienta Kurt Weyland (1996), essas condições têm facilitado a "infiltração" e "tomada" de muitos órgãos públicos por determinados grupos de interesse, o que explica, por exemplo, a afinidade histórica entre o Ministério da Agricultura e as principais entidades ruralistas do país. Tais condições facilitam o bloqueio institucional às tentativas de reformas progressistas, pois tornam o Estado muito mais vulnerável aos interesses das elites. Assim como explica Montero (2005, p.51), a "capacidade dos interesses minoritários em impedir mudanças institucionais" é uma das características mais duras e resistentes da política contemporânea brasileira.

Os efeitos acumulados de um modelo de desenvolvimento excludente e um sistema oligárquico de representação política têm gerado enormes obstáculos no Brasil à participação e influência política de grupos do setor popular. A liberdade política e as eleições competitivas instituídas depois de 1985 trouxeram, contudo, algumas melhorias notáveis. Um dos avanços democráticos mais significativos desse período se deu no âmbito da sociedade civil, com inclusão de atores subalternos e ampliação da agenda de debate público. O surgimento de uma nova geração de movimentos populares que, bem como o MST, buscam organizar, conscientizar e articular os interesses dos setores menos privilegiados do país, tem contribuído muito com esse processo. Desde meados da década de 1990, o MST tornou-se o movimento

[73] Stepan (2001, p.345). Sobre o problema da má distribuição legislativa, cf. também Snyder e Samuels (2004).

mais visível e incisivo no esforço de contestar o sistema de privilégios da elite dominante no Brasil. Sua conduta combativa, táticas arrojadas e ações radicais têm provocado muitas reações. Alguns intelectuais acusam o MST de constituir uma "ameaça à democracia". Tais pontos de vista têm sido amplamente expostos na grande mídia brasileira.[74]

Uma análise mais meticulosa das ações do MST, porém, revela um impacto no geral positivo para a democracia no Brasil. O Movimento contribui em muito para o avanço da qualidade da democracia, pois: (1) combate as enormes disparidades sociais da nação e oferece lições construtivas em prol do desenvolvimento de base; (2) fortalece a sociedade civil por meio da organização e incorporação de setores marginalizados da população; (3) facilita a extensão e o exercício de direitos básicos de cidadania entre os pobres incluindo os direitos civis, políticos e sociais; (4) destaca a importância do ativismo público – o conflito social encarado via a pressão popular e negociação com autoridades do governo – como catalisador do desenvolvimento social; e (5) gera um sentido de utopia e afirmação de ideais que impregnam a democratização no Brasil, no seu processo de longo prazo e complexo, de consequências abertas.[75]

As perspectivas de levar adiante uma reforma agrária substancial permanecem incertas. Pelos padrões internacionais, o Brasil é um dos países mais retardatários do mundo quanto à distribuição de riqueza. Mesmo com uma necessidade palpável e um grande potencial de reforma, as possibilidades atuais de mudança na estrutura agrária enfrentam enormes barreiras políticas. O futuro da reforma agrária brasileira será definido, em médio e longo prazos, por uma constelação de elementos demográficos, econômicos e ambientais, além de uma série de fatores políticos. O encaminhamento de tudo isso nos próximos anos dependerá muito da correlação de forças sociais e políticas, das ideias articuladas na esfera pública e, em última instância, da vontade política dos governantes. Seja qual for o resultado, o movimento social pela reforma agrária tem agitado e fortalecido a sociedade civil brasileira, permitindo o "desenvolvimento durante o longo prazo de *political capabilities* (ou capabilidades políticas)" entre os setores populares do campo.[76] Tudo isso terá consequências para as futuras lutas pela democracia e justiça social no Brasil.

[74] Os principais críticos intelectuais do MST nos últimos anos incluem Rosenfield (2006), Graziano (2004), Martins (2003, 2000a) e Navarro (2002a, 2002b). Seus pontos de vista são analisados no capítulo de conclusão de Carter, neste livro.

[75] Esses pontos são discutidos em Carter (2010, 2009). Questões referentes à qualidade da democracia são extensamente analisadas em O'Donnell, Cullell e Iazzetta (2004). Sobre a importância dos movimentos sociais para o desenvolvimento e a extensão dos direitos de cidadania, cf. Tilly (2004, 2002) e Foweraker e Landman (1997). A abordagem de longo prazo para a democratização aqui sugerida baseia-se em Whitehead (2002).

[76] Este termo é de Whitehead e Molina (2003).

# A REFORMA AGRÁRIA NO SÉCULO XXI: O DEBATE BRASILEIRO

A análise contextual oferecida ilumina o debate contemporâneo sobre a reforma agrária no Brasil. A disputa abarca, em termos gerais, dois campos de opinião. De um lado estão os tradicionais adversários e novos céticos da redistribuição fundiária. Do outro há um conjunto variado de defensores e simpatizantes da reforma agrária. Suas posições contrastantes são tingidas por diversas percepções da realidade existente e configuradas por interesses e valores diferenciados. Os parágrafos a seguir esboçam os principais argumentos utilizados por cada grupo.[77]

Os oponentes e os céticos argumentam que a reforma agrária se tornou uma política irrelevante para o desenvolvimento rural da nação em virtude da modernização tecnológica da agricultura, da produção abundante de alimentos e do lucro gerado nas fazendas do agronegócio. Além disso, insistem, o volume de terras não produtivas, disponíveis para a redistribuição, diminuiu consideravelmente, em particular nas regiões Sul e Sudeste do país. Isso, segundo eles, se deve ao fato de os latifúndios tradicionais terem sido convertidos em empresas de agronegócio que, na atualidade, respondem por dois terços da produção agrícola da nação. Em 2005, a agricultura representou 42% de todas as exportações brasileiras.[78] Essas exportações são uma das principais fontes de rendimentos em moeda estrangeira necessárias para pagar a dívida externa do país e reduzir a dependência dos credores internacionais. A significativa contribuição do agronegócio para o crescimento da economia nacional justifica, segundo os oponentes da reforma, a proteção de todas as propriedades rurais produtivas, independentemente do seu tamanho. Cabe, portanto, ao governo restringir todas as ameaças existentes aos direitos de propriedade e evitar expropriações de terras, mesmo em casos nos quais as propriedades rurais empregam mão de obra escrava.[79]

Além disso, os céticos da reforma agrária salientam o fato de o Brasil hoje em dia ser um país majoritariamente urbano. Apenas um quinto da

[77] Para uma revisão útil do debate contemporâneo sobre a reforma agrária, cf. Lerrer (2003). Este livro contém 15 entrevistas a representantes do governo, líderes da sociedade civil e acadêmicos que exprimem diversas ideias sobre o assunto.

[78] Os dados sobre a produção agrícola são do Departamento Sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, DIEESE (2006, p.180); os dados sobre as exportações são de Flake (2006). Veja também a entrevista com o primeiro ministro da Agricultura de Lula, Roberto Rodrigues, um ex-dirigente de duas das principais entidades ruralistas do país, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), em Lerrer (2005).

[79] O problema da escravidão moderna em áreas rurais do Brasil é abordado no Capítulo 3 de Medeiros neste livro; cf. também Le Breton (2002), CPT (1999) e Sutton (1994). As tentativas feitas nos últimos anos por aprovar uma lei que imponha a expropriação de propriedades que utilizam o trabalho escravo têm sido frustradas pela bancada ruralista do Congresso Nacional.

sua população vive no campo e trabalha na agricultura.[80] Na perspectiva desses novos oponentes, "o momento para a reforma agrária já passou".[81] A modernização da sociedade, no seu parecer, leva a um êxodo irreversível do campo. Isso faz dos camponeses "uma classe social agonizante". Por essa razão, em vez de gastar recursos públicos limitados em uma causa econômica "fútil", o governo deveria concentrar seus esforços na expansão dos programas de bem-estar social e na criação de empregos urbanos para os migrantes do campo. A reforma agrária, eles sustentam, é uma forma muito cara de prestar assistência social aos pobres, ainda mais considerando-se o elevado aumento do preço da terra no mercado fundiário nos anos 2000. No máximo, alguns argumentam, a distribuição de terras só deveria ser promovida nas regiões "atrasadas" do Nordeste brasileiro.[82]

Para competir com sucesso no mercado atual, um agricultor familiar precisa ter conhecimento especializado, acesso a tecnologias modernas e boas habilidades de administração. Poucos camponeses que demandam o acesso à propriedade rural, dizem os críticos, são capazes de se tornar fazendeiros bem-sucedidos. Na verdade, em sua maior parte são "oportunistas" e "malandros" que não deveriam receber terra (Graziano, 2004, p.156-61). Os críticos da reforma agrária afirmam que os assentamentos têm sido um "fracasso econômico" e tendem a retratar essas comunidades como "favelas rurais". Eles acreditam que a demanda por terra no Brasil é muito menor do que se costuma dizer e questionam as estatísticas oficiais de concentração fundiária. Tais números, alegam, são exagerados ou irrelevantes para os problemas em questão.[83]

Por fim, os adversários da reforma agrária tendem a ser duros em sua oposição ao MST, apresentado por eles como uma "organização violenta, autoritária e manipuladora, movida por intenções revolucionárias ocultas". A motivação dos defensores da reforma agrária, afirmam, é "ideológica" e sustentada por ideias "obsoletas". A sua agitação perigosa em favor da mudança da estrutura agrária coloca em "risco", segundo os críticos, a competitividade econômica do Brasil, "socava" o Estado de Direito e "ameaça" as instituições democráticas do país.

O conjunto variado de defensores e simpatizantes da reforma agrária, por outro lado, tem em comum uma preocupação com a profunda injustiça social do Brasil. A reforma agrária, eles argumentam, é uma política importante para diminuir a pobreza, promover a inclusão social e reduzir a acentuada desigualdade social do país. Trata-se de uma "dívida histórica"

[80] De acordo com a Comissão Econômica para América Latina, CEPAL (2004), 15% da população brasileira residem em cidades rurais com menos de 20.000 habitantes.

[81] Entrevistas de Navarro (Scolese, 2003; Lerrer, 2003, p.258-9).

[82] Entrevistas de Navarro (Lerrer, 2003, p.252); cf. também Graziano (2004, p.38-9).

[83] Entrevistas com duas lideranças ruralistas, João de Almeida Sampaio Filho e Nestor Hein, bem como Navarro (Lerrer, 2003, p.166, 201, 264).

para com a população pobre do campo, incluindo as comunidades quilombolas. Sua implementação deveria ser tratada, dizem, como um ato de "reparação" tanto com relação aos descendentes de mais de três séculos de escravidão quanto a antigas restrições ao acesso à terra por parte da população camponesa. Apesar da sua urbanização, o Brasil ainda possui grande quantidade de pessoas que poderiam se beneficiar de uma reforma fundiária e uma ampla disponibilidade de terra a redistribuir, o que torna a questão agrária um assunto político de relevância atual. A maioria dos latifundiários, insistem os propulsores da reforma, "subutilizam" suas propriedades e nisso costumam ser protegidos pela "cumplicidade" do Estado. A título de exemplo, salientam a decisão do governo federal de não rever os índices de produtividade, fundados em dados ultrapassados do Censo Agropecuário de 1975, que servem para determinar se uma propriedade pode ou não ser expropriada para a reforma agrária. Se os produtores do agronegócio são tão "eficientes" quanto afirmam, então, por que se opõem tanto à atualização desses critérios técnicos? O "sucesso" do grande agronegócio, observam os críticos desse modelo agrícola, tem sido superpublicitado por grupos midiáticos vinculados à elite agrária, que omitem o fato de este setor rural continuar se beneficiando de "generosos subsídios públicos".

Com programas de apoio adequados, a reforma agrária, afirmam seus defensores, poderia estimular a produtividade rural, em especial para o consumo interno. A maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, destacam, é produzida por lavradores familiares – de forma notável, a mandioca (92%), carne de frango e ovos (88%), bananas (85%), feijão (78%), batatas (77%), leite (71%) e café (70%). Além disso, os agricultores familiares apresentam maior produtividade por hectare do que fazendeiros de grande escala e geram 87% de toda a mão de obra rural no país (Oliveira, 2004, p.32-62). A reforma agrária, insistem seus apoiadores, é uma "forma eficaz e barata" de gerar empregos. Em média, cada emprego criado em um assentamento da reforma custa ao governo 3.640 dólares, ao passo que o custo de gerar empregos em outros setores da economia é substancialmente maior: 128% mais caro na indústria, 190% superior no comércio e 240% a mais no setor de serviços.[84]

Por meio da criação de empregos rurais, a reforma agrária reduziria, segundo seus proponentes, o êxodo dos pobres do interior do país para as alastradas e ingovernáveis favelas da nação. Isto poderia atenuar a tendência à decomposição social que afeta muitas partes do país, mitigando os crescentes índices de criminalidade e as salientadas expressões de violência urbana. Com o fortalecimento das comunidades rurais, poder-se-ia

[84] O custo da criação de empregos por meio da reforma agrária provém de um estudo elaborado pelo INCRA em 2004, que detectou importantes variações regionais (cf. Leite, 2006a, p.152-4). De acordo com uma das maiores pesquisas sobre assentamentos de reforma agrária no Brasil, cada lote familiar gera uma média de três empregos (cf. Heredia, Medeiros, Palmeira, Cintrão e Leite, 2004).

estimular a "revitalização" de pequenos municípios em várias regiões do Brasil, ameaçados por uma progressiva decadência. Se os assentamentos da reforma agrária fossem meras "favelas rurais", eles perguntam, por que 91% das famílias consultadas nessas comunidades afirmam ter "uma qualidade de vida melhor" depois de ter obtido um lote de terra?[85] Esses e outros dados revelam grande potencial no sentido de fortalecer os direitos sociais dos pobres. Dessa maneira, uma reforma agrária substancial ajudaria a melhorar a qualidade dos direitos de cidadania e democracia no Brasil.

Além disso, muitos proponentes salientam as "vantagens ecológicas" associadas à agricultura familiar. A criação de gado em grande escala e a alta dependência química da agricultura industrial "prejudicam" a sustentabilidade ambiental. A elite agrária e as multinacionais do agronegócio, segundo eles, são responsáveis pela "destruição" de grande parte do patrimônio natural da nação, incluindo a Mata Atlântica, a floresta Amazônica e o cerrado. A agricultura familiar, por outro lado, costuma ser "mais ecológica" e produzir alimentos mais sadios. Desse ponto de vista, a reforma agrária ajudaria a promover um "padrão de desenvolvimento mais sustentável e endógeno", fundado em princípios de justiça social e preocupação pelo bem-estar do imenso contingente de pessoas marginalizadas no Brasil.[86]

A maioria dos defensores, contudo, não vê a reforma agrária como uma panaceia mágica para as mazelas sociais do Brasil. Eles acreditam que ela pode ajudar a solucionar alguns importantes problemas e, ao mesmo tempo, catalisar outras iniciativas de mudança. No final das contas, a reforma é um assunto de grande carga simbólica e emotiva na agenda pública nacional. Ao longo dos últimos 50 anos, tem sido um dos principais divisores de águas na política brasileira. Os debates em torno das medidas concretas em favor da redistribuição da terra oferecem um dos indicadores mais claros da divisão política contemporânea entre "progressistas" e "conservadores". Devido a seu peso simbólico, muitos defensores da reforma agrária consideram que sua implementação progressista poderia acionar um "impulso popular" em favor de uma mudança social mais ampla no Brasil.

O confronto esboçado entre críticos e defensores da reforma agrária revela um conjunto de ideias e valores marcados por uma forte divergência. Ambas as posturas exibem também tom e estilo contrastantes na sua linha de argumentação. Os críticos costumam ser mais deterministas, defensivos e céticos em sua abordagem à possibilidade de mudança. Sublinham os obstáculos existentes de forma a justificar o *status quo*. Em contraposição, os defensores tendem a ser mais voluntaristas em suas percepções da mudança e propensos a sustentar sua posição em sentimentos e imperativos morais. Estes contestam o *status quo* denunciando a sua injustiça ao mesmo

[85] Heredia, Medeiros, Palmeira, Cintrão e Leite (2004, p.347).

[86] Uma análise baseada nessas ideias pode ser encontrada em Leite (2006b).

tempo que oferecem medidas práticas para impulsionar a reforma agrária e salientar os benefícios que poderiam ser obtidos. Enquanto os oponentes enfatizam as novidades históricas em jogo, os defensores dão importância às intrincadas relações entre o passado e o presente, e justificam atos de reparação histórica. Os conservadores acreditam que as políticas de redistribuição poderiam abrir precedentes perigosos, ao passo que os progressistas as veem como oportunidade para criar um estímulo positivo em prol de outras mudanças.

O debate em vigor no Brasil sobre a reforma agrária toca assuntos que ultrapassam a questão fundiária e o desenvolvimento rural. Os assuntos em pauta levantam problemas mais profundos da sociedade brasileira. Na alvorada do século XXI, a reforma agrária continua sendo parte de uma conversação complexa e contenciosa sobre o futuro do Brasil – suas promessas e necessidades, seus temores e sonhos.

## UMA VISÃO GERAL DO LIVRO

Esta antologia oferece uma ampla visão do MST e de seu envolvimento na luta pela reforma agrária no Brasil. Os 17 capítulos que se seguem estão agrupados em quatro partes. A primeira seção, "A questão agrária e os movimentos sociais do campo", apresenta os antecedentes da história do MST, analisa a estrutura fundiária do Brasil, as políticas públicas e a formação de organizações da sociedade civil no campo. As duas seções seguintes, "A luta pela terra: história e mobilização do MST" e "A luta na terra: o MST e os assentamentos", baseiam-se em uma distinção feita com frequência entre a luta *pela* terra e a luta *na* terra. A primeira refere-se à mobilização realizada por camponeses sem-terra para exigir do governo a redistribuição fundiária. Já a luta *na* terra ocorre após o estabelecimento oficial de um assentamento agrícola. Os principais esforços durante essa fase estão voltados para o desenvolvimento de comunidades rurais produtivas e significativas. Cada uma dessas duas seções inclui um capítulo introdutório seguido de três estudos de caso. Juntos, os seis estudos de caso cobrem quatro das principais regiões do Brasil: Sul, Sudeste, Nordeste e Norte Amazônico.

A quarta parte do livro apresenta uma ampla análise intitulada "MST, política e sociedade no Brasil", na qual se examina o MST no âmbito de diversas questões nacionais. Essa seção situa o MST no debate mais amplo sobre o modelo de desenvolvimento no Brasil, e investiga suas multifacetadas relações com os governos recentes e o Estado de Direito. Além disso, analisa o impacto do MST sobre outros movimentos sociais brasileiros e seus vínculos históricos com o Partido dos Trabalhadores (PT). A parte final avalia os debates atuais em relação ao MST e o futuro da reforma agrária no Brasil. Com isso, apresentamos algumas das principais conclusões deste livro.

Este livro oferece uma singular perspectiva interdisciplinar e internacional. Seus 19 autores incluem cinco sociólogos, dois economistas, dois cientistas políticos, dois geógrafos, dois antropólogos, dois agrônomos, um filósofo, um advogado, um assessor político e uma jornalista. Dentre esses escritores encontram-se 13 estudiosos brasileiros, três europeus e três professores radicados nos Estados Unidos. Todos os colaboradores fizeram extenso trabalho de campo no interior do Brasil e têm grande familiaridade com as questões abordadas nos capítulos. Juntos, oferecem uma sóbria análise baseada em fundamentos empíricos do que é, sem dúvida, um assunto complexo e delicado. Os comentários a seguir apresentam uma breve resenha da antologia.

**A questão agrária e os movimentos sociais do campo.** O capítulo de Guilherme Delgado sobre "A questão agrária e o agronegócio no Brasil" oferece uma história de cautela. Sua revisão das políticas de desenvolvimento rural desde a década de 1950 mostra como estas favoreceram de forma sistemática a classe latifundiária, sobretudo durante o regime militar estabelecido em 1964. Esse governo frustrou a possibilidade de uma reforma fundiária e iniciou uma política de subsídios à elite agrária que favoreceu sua expansão territorial e modernização tecnológica. Essa transformação capitalista da agricultura, impulsionada pelo próprio Estado, permitiu o surgimento de uma poderosa classe rural voltada para o agronegócio em grande escala. A crise da dívida externa, que se deflagrou em 1982, deu maior poder e relevância econômica aos fazendeiros e empresários agrícolas. Sob o "ajuste constrangido" do Brasil à nova economia global, as agroexportações passaram a ser a principal fonte de receita para pagar os credores estrangeiros. As perspectivas atuais para a implementação de uma reforma agrária substancial foram enfraquecidas, de acordo com Delgado, pelo modelo econômico neoliberal adotado na década de 1990. Essa situação é reforçada pela débil execução das leis de reforma agrária por parte do Estado brasileiro e suas escassas tentativas de efetivar as disposições tributárias que afetam as grandes propriedades rurais.

O capítulo de Leonilde Sérvolo de Medeiros sobre "Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX" também salienta a influência dos latifundiários no Brasil, mas destaca, por outro lado, o surgimento de uma variedade de novos movimentos camponeses, os quais iniciaram na década de 1950 e reascenderam na década de 1980, durante a redemocratização política do Brasil. O segundo ciclo de mobilizações camponesas introduziu novas categorias sociais e demandas públicas, fomentando formas inovadoras de ação coletiva. Esses grupos de trabalhadores rurais procuram afirmar sua visibilidade pública e exigir do governo o cumprimento de vários direitos sociais. A evolução do MST, insiste Medeiros, precisa ser vista no contexto das lutas passadas e presentes por direitos de cidadania no campo.

O capítulo de Ivo Poletto sobre "A Igreja, a Comissão Pastoral da Terra e a mobilização pela reforma agrária" salienta a contribuição religiosa para a organização e a mobilização do campesinato brasileiro. Instigados pelo *aggiornamento* do Segundo Concílio Vaticano, uma Teologia da Libertação, e por violações dos direitos humanos no campo, em particular na fronteira amazônica, agentes da Igreja fundaram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Desde seu início, a CPT foi bem acolhida pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). De fato, em nenhum outro momento da história mundial houve uma instituição religiosa que exercesse papel tão significativo na defesa da reforma agrária quanto a Igreja Católica brasileira. Poletto mostra como várias iniciativas da Igreja em nível popular ajudaram a desenvolver uma ampla rede de movimentos sociais rurais, sendo o MST o mais proeminente deles.

**A luta pela terra: história e mobilização do MST.** O capítulo de Bernardo Mançano Fernandes sobre "Formação e territorialização do MST no Brasil" apresenta uma ampla análise da história do MST e sua expansão territorial para 24 dos 27 estados do país. Essa resenha inclui uma série de mapas e avaliações dos recursos organizativos do MST e suas principais estratégias de mobilização. A luta pela terra, segundo Fernandes, tem sido crucial para o desenvolvimento do MST e para a implementação de políticas de reforma agrária no Brasil. No entanto, a maior distribuição de terras a trabalhadores rurais a partir de meados da década de 1990 só conseguiu diminuir a velocidade da concentração de terras nas mãos dos fazendeiros vinculados ao agronegócio. Em consequência, as medidas existentes de reforma agrária não produziram nenhuma alteração substancial na estrutura fundiária da nação.

O capítulo de Miguel Carter sobre "Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul" apresenta a história do movimento dos sem-terra em uma das regiões mais desenvolvidas do Brasil. A luta pela terra no Rio Grande do Sul exerceu um papel central na formação do MST, e gerou muitas de suas práticas inovadoras. A criação do Movimento, sua sobrevivência e crescimento, argumenta Carter, estão entrelaçados de maneira estreita com sua capacidade de se engajar no ativismo público – a dizer, um tipo de conflito social que é organizado, politizado, visível, autônomo, periódico e não violento. A orientação do MST em prol do ativismo público não se constitui do simples resultado de suas "ideias fundamentalistas", como sugerem alguns analistas. Essa disposição, antes de tudo, é configurada pelas condições existentes, em particular, as oportunidades políticas e os recursos disponíveis para a mobilização. Carter desenvolve esse marco analítico e utiliza um extenso banco de dados sobre mobilizações agrárias para examinar a trajetória histórica do MST no Rio Grande do Sul, de 1979 a 2006.

O capítulo de Lygia Maria Sigaud, "Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na Mata Pernambucana", oferece uma

análise etnográfica da luta pela terra nas áreas de cultivo de cana-de-açúcar no Nordeste. Desde o final da década de 1990, o Nordeste se converteu na região mais atuante na luta pela terra. A presença do MST em Pernambuco introduziu uma nova técnica de mobilização caracterizada por Sigaud como a "forma acampamento". Esses precários acampamentos montados por trabalhadores rurais desempregados não constituem encontros improvisados, mas um instrumento ritualizado e simbólico por meio do qual os pobres do campo aprenderam a reivindicar seus direitos. Sigaud desmistifica as abordagens predominantes que retratam esses movimentos dos sem-terra como intrinsecamente hostis ao Estado. A retórica belicosa entre o Estado e os grupos de trabalhadores rurais, ela afirma, mascara um relacionamento que também inclui elementos de intensa cooperação e dependência mútua.

O capítulo de Gabriel Ondetti, Emmanuel Wambergue e José Batista Gonçalves Afonso, "De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará", analisa a expansão do MST na região amazônica. O estado do Pará é conhecido por ter uma porção apreciável do seu território apropriado de maneira fraudulenta e altos níveis de violência rural. Diferentemente de outras regiões do Brasil, esse estado teve uma tradição enraizada de lutas de posseiros por terra, apoiados pelos sindicatos de trabalhadores rurais e a CPT. Os primeiros anos do MST no sudeste do Pará foram difíceis. O massacre policial de 19 camponeses do MST em abril de 1996, perto do povoado de Eldorado dos Carajás, foi um ponto decisivo na luta do Movimento. O massacre provocou a indignação pública nacional e levou as autoridades federais a acelerar a distribuição de terra. Apesar de ter uma presença pequena no Pará, as ações do MST nesse estado causaram impacto significativo na região. De acordo com os autores, o MST ajudou a revitalizar a luta pela terra no Pará e a modernizar os "repertórios de ações coletivas" existentes. Além disso, o Movimento fomentou a presença do governo federal em áreas da fronteira amazônica onde o Estado era quase ausente.

A luta na terra: o MST e os assentamentos. Os assentamentos da reforma agrária diferem muito em termos de localização geográfica, tamanho, composição familiar, níveis de desenvolvimento econômico, conscientização política e recursos culturais. O capítulo de Miguel Carter e Horacio Martins de Carvalho, "A luta na terra: fonte de inovação, fortalecimento e desafio constante ao MST", apresenta uma sinopse dos esforços do MST para melhorar seus assentamentos agrícolas. Essas atividades, eles argumentam, estão configuradas por uma reforma agrária conservadora que levou à distribuição dispersa e aleatória dos assentamentos. Antes da eleição do governo Lula, as políticas públicas eram notórias pela escassa assistência a essas novas comunidades. Essa situação levou o MST a mobilizar seus assentados e insistir para que o governo proporcionasse casas, crédito agrícola, escolas e outros benefícios estabelecidos nas leis de reforma agrária. Além disso, o MST organizou 13 setores ou grupos de trabalho com o propósito

de atender às múltiplas necessidades do Movimento, vinculadas a educação, finanças, comunicações, cultura, direitos humanos, saúde, gênero, produção, cooperação e meio ambiente. Os setores operam em nível nacional, estadual e local, acrescentando complexidade e dinamismo ao processo decisório do Movimento. Esses variados e criativos esforços, Carter e Carvalho concluem, têm robustecido a capacidade organizativa do MST.

O capítulo de Sonia Bergamasco e Luiz Antônio Norder, "Assentamentos rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais", oferece uma análise comparativa dos assentamentos da reforma agrária no estado mais industrial e urbano do Brasil. Embora os autores examinem o impacto e a natureza variada do processo da reforma agrária em São Paulo, as suas conclusões confirmam os dados de pesquisas nacionais que sugerem uma melhoria geral na qualidade de vida da grande maioria dos assentados. A criação de assentamentos, eles argumentam, favoreceu o desenvolvimento de novas relações sociais e políticas no plano local, ao tempo de fomentar arranjos comerciais alternativos, tecnologias inovadoras e a consolidação gradual de uma política pública de apoio à agricultura familiar. Diversamente do padrão agrícola altamente industrializado em São Paulo, muitas comunidades criadas pela reforma agrária adotaram um modelo de desenvolvimento rural mais sustentável e ecológico.

O capítulo de Elena Calvo-González, "Construindo a comunidade: um assentamento do MST no Nordeste", apresenta um estudo etnográfico dos dilemas e frustrações cotidianas que podem ocorrer em um novo assentamento de reforma agrária. Decisões sobre onde construir as novas casas (juntas em uma agrovila ou nos lotes individuais de terra) e questões relativas à coletivização parcial da terra e da mão de obra provocam conflitos de poder no assentamento. Contratempos com relação à falta de uma estrutura adequada para o assentamento alimentam uma sensação interna de fracasso, e acionam longas discussões e fofocas sobre quem deveria ser culpado. Nesse estudo de caso, as lideranças regionais do MST são acusadas de exercitar um controle excessivo e não fazer o suficiente. Os agentes do Estado são criticados por todos, mas de formas diferentes. Tudo isso, observa Calvo-Gonzalez, transcorre no meio de sentimentos de nostalgia pela intensiva vida comunitária experimentada no tempo do acampamento.

O capítulo de Wendy Wolford, "Assentamentos do MST em Pernambuco: identidade e resistência", analisa o impacto das condições econômicas, as estratégias de organização e os valores culturais com relação à terra, em uma comunidade do MST no litoral pernambucano. O declínio da indústria da cana-de-açúcar a meados da década de 1990 facilitou o rápido crescimento de assentamentos da reforma agrária na região. Com a recuperação do preço internacional do açúcar, a partir de 2002, os assentados optaram por plantar a cana-de-açúcar em vez dos cultivos alternativos promovidos pelo MST e o INCRA. O MST perdeu influência sobre seus assentados em função dessa

e de outras desavenças. De modo diferente dos lavradores familiares em outras partes do Brasil, na tradição dos trabalhadores da cana-de-açúcar a relação com a terra tem sido na qualidade de assalariados, explica Wolford. Para eles, possuir uma terra é principalmente ter um lugar para descansar livre de qualquer controle. Essa disposição individualista tem prejudicado os esforços de ação coletiva do MST.

**MST, política e sociedade no Brasil.** O capítulo de Plínio de Arruda Sampaio sobre "O impacto do MST no Brasil de hoje" situa o movimento dos sem-terra em uma ampla perspectiva histórica. Ele relaciona a questão agrária no Brasil com a formação autocrática da nação e a instituição de uma poderosa oligarquia rural, responsável pelo bloqueio de várias tentativas de redistribuir a terra. O MST teve um protagonismo ativo no esforço por incluir a reforma agrária na agenda pública da nação. No entanto, esse empenho foi solapado pela decisão do presidente Cardoso de estabelecer um Estado neoliberal. Os defensores do neoliberalismo, segundo Sampaio, acreditam que a reforma agrária seja uma política obsoleta para o desenvolvimento econômico e, portanto, veem o MST como um movimento anacrônico. O movimento dos sem-terra, contudo, tem exercido importante papel ao desafiar o modelo de desenvolvimento excludente no Brasil. Além disso, tem atuado como uma força civilizadora no campo, ao canalizar o conflito social por meio de instrumentos pacíficos e elevar a autoestima dos camponeses pobres.

O capítulo de Sue Branford, "Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula", avalia a capacidade de o MST se adaptar a diferentes cenários políticos. O governo Cardoso, ela observa, gerou resultados contraditórios para o Movimento: maior distribuição fundiária, porém pouca assistência aos novos assentamentos. Durante o segundo mandato de Cardoso, houve um empenho perceptível por parte do governo federal em restringir os protestos do MST e reduzir o apoio financeiro para suas atividades. A eleição do presidente Lula em 2002, um antigo aliado do MST, foi um alívio para o Movimento. Branford descreve o processo que levou o governo Lula a abandonar, já no primeiro mandato, a promessa de realizar uma reforma agrária progressista. O governo Lula, ela observa, receava contrariar os interesses do agronegócio, perder seus aliados conservadores no Congresso e prejudicar seu programa de austeridade fiscal. Mesmo assim, aumentou substancialmente os recursos de crédito rural para a agricultura familiar e implementou vários projetos visando a melhorar os assentamentos da reforma. Diante de uma escolha difícil, o MST tomou a decisão pragmática, durante o primeiro período de Lula, de se aliar à esquerda petista e atacar as políticas neoliberais do governo, enquanto poupava o presidente.

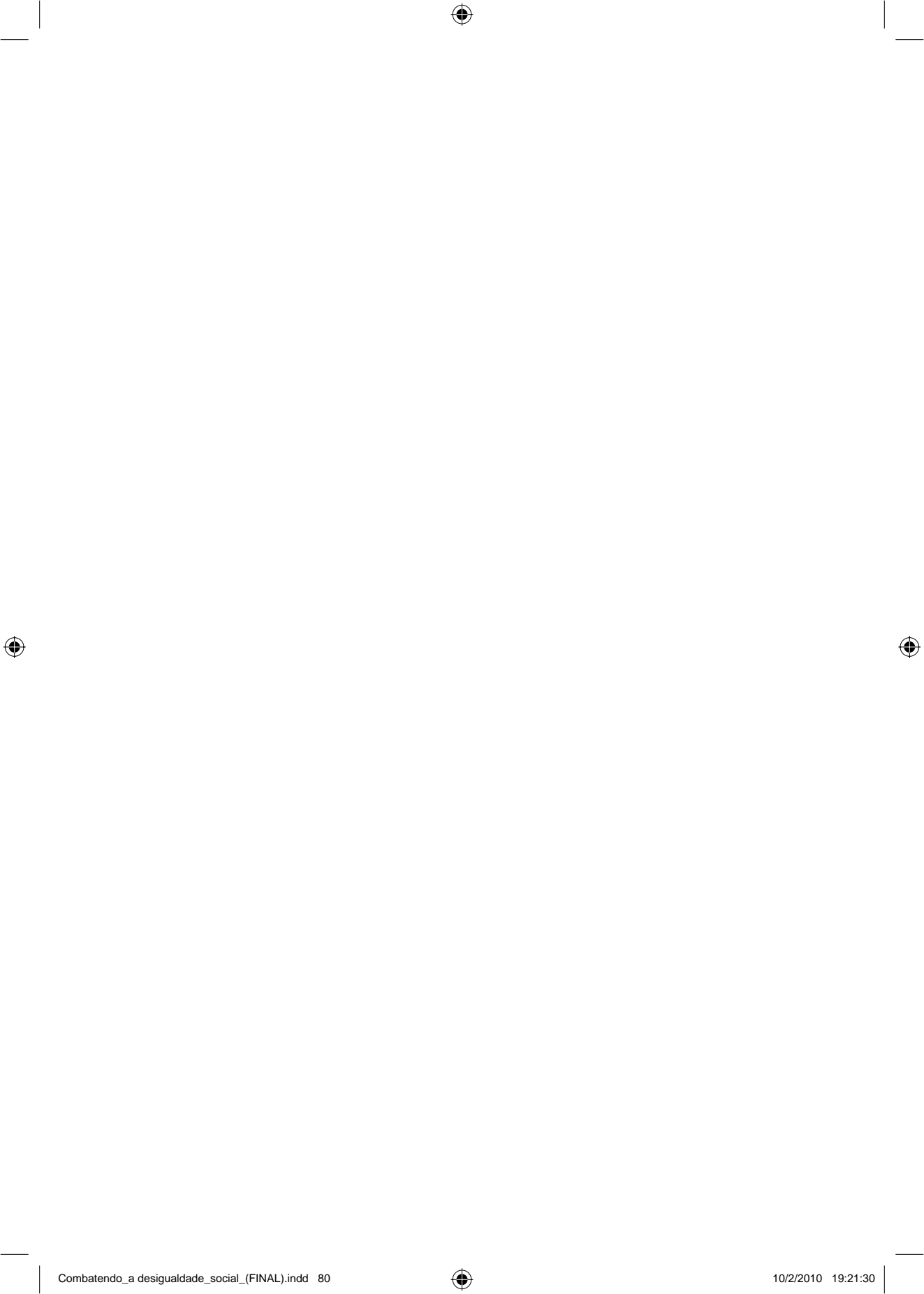
O capítulo de George Meszaros, "O MST e o Estado de Direito no Brasil", contesta ideias ortodoxas que pressupõem uma oposição fundamental

entre as mobilizações do MST e o Estado de Direito. Essa forma de pensar, ele argumenta, simplifica em excesso uma situação complexa e omite um fato relevante a muitos movimentos sociais ao redor do mundo e ao longo da história: seu papel como arquitetos de uma ordem jurídica alternativa. O sistema judicial brasileiro é manifestamente injusto, terrivelmente burocrático, extremamente moroso e saturado de preconceitos de classe, o que explica muitas dificuldades do Movimento em relação à lei. A Constituição de 1988 autoriza a reforma agrária e qualifica os direitos de propriedade em termos de sua função social. No entanto, a maioria dos juízes insiste em aplicar a abordagem absolutista do Código Civil para os direitos de propriedade. Essa metodologia jurídica fechada criminaliza os ativistas do MST. Todavia, em uma vitória importante para os advogados do MST, o Superior Tribunal de Justiça determinou em 1996 que as ocupações de terra visando a acelerar a reforma eram "substancialmente distintas" de atos criminosos contra a propriedade. Longe de simplesmente ignorar a legalidade, conclui Meszaros, o MST tem contribuído ativamente para influenciar os debates referentes à natureza e à função da lei.

O capítulo de Marcelo Rosa, "Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros", sustenta que o Movimento tem incentivado o desenvolvimento de um novo padrão de interação entre o Estado brasileiro e os movimentos sociais. O autor analisa a contribuição do MST para a formação de grupos populares representando as mulheres camponesas, os atingidos pela construção de barragens hidrelétricas, os pequenos agricultores e trabalhadores urbanos sem-teto. Além disso, Rosa observa o impacto do MST sobre os sindicatos de trabalhadores rurais da CONTAG no estado de Pernambuco. Ao longo dos últimos 25 anos, a "forma movimento" do MST e seu estilo de fazer demandas coletivas ao Estado foram amplamente difundidos por todo o Brasil e legitimizados por autoridades públicas.

O capítulo de Hamilton Pereira, "Somos a perigosa memória das lutas", oferece o testemunho pessoal de um antigo assessor do PT para questões agrárias. O texto analisa as relações históricas e contemporâneas entre o MST, o PT e o primeiro governo Lula. A estreita ligação do PT com movimentos populares durante a década de 1980 gerou uma forte energia social que impulsionou o partido para o cenário nacional. A derrota de Lula nas eleições de 1998, contudo, marcou um momento decisivo para o PT. Os líderes do partido decidiram ampliar o apelo eleitoral do PT, distanciando-se dos sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais. Como resultado, o partido moderou as suas posições em preparação para as eleições presidenciais de 2002. A energia social gerada pelas lutas populares será, segundo Pereira, necessária para evitar que o PT seja seduzido pelo sistema de privilégios da elite brasileira. De todo modo, as mobilizações populares continuaram sendo necessárias para estender a reforma agrária no mandato de Lula.

O capítulo final de Miguel Carter, "Desafiando a desigualdade: contestação, contexto e consequências", reúne os temas e as ideias centrais apresentados nesta antologia, e analisa suas principais implicações para a mudança social no Brasil. O autor estuda os principais argumentos contra o MST e sua luta pela reforma agrária, e delineia os contornos mais amplos do debate em questão. Carter baseia-se nos resultados das investigações do livro para sugerir formas de aprimorar a compreensão do movimento sem-terra. O capítulo conclui com uma avaliação dos formidáveis obstáculos à reforma agrária no Brasil; a função do ativismo público no acionamento e na sustentação de reformas que visem a reduzir a pobreza e a desigualdade; e as radicais implicações democráticas da luta do MST pela justiça social.

# A questão agrária e os movimentos sociais do campo

# 2
# A questão agrária e o agronegócio no Brasil

Guilherme Costa Delgado

A abordagem da "questão agrária" deste capítulo se concentra basicamente no pós-guerra, quando se constrói o discurso teórico e político a favor da reforma agrária. A reação contrária, por sua vez, elabora o discurso da modernização técnica da agropecuária, que terminará prevalecendo depois do golpe militar de 1964.

Com o fim do regime militar e a crise da "modernização conservadora" da agricultura, o debate da reforma agrária é retomado no Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado com a chegada da Nova República, em 1985. Mas à mudança do ciclo político com o fim do regime militar e a nova Constituição de 1988 é contraposto o ciclo econômico neoliberal privatista e desregulamentador da década de 1990. Por diversas vias, esse ciclo impede o papel que o Estado precisaria exercer para cumprir os direitos sociais agrários inscritos na Constituição, que prescreve a função social da propriedade fundiária.

A antinomia "reforma agrária" *versus* "modernização técnica", que é proposta pelos conservadores em 1964, é reposta na atualidade sob novo arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e também no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da

renda fundiária e especulação no mercado de terras. Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via camponesa.

Observe-se que, estando a reflexão da "questão agrária" fortemente ligada ao debate da reforma agrária, ambos ficam, com frequência, mesclados por versões políticas imediatas que os tornam fortemente ideologizados. Mas é possível recuperar da polêmica um esclarecedor debate de ideias no campo agrário, atualizando-o com os novos problemas colocados pela atual situação política e econômica. Esta é a pretensão deste texto: reconstruir o debate sobre a questão agrária em sua configuração contemporânea. Neste meio século, o debate ocorre sob circunstâncias históricas e políticas muito distintas. Isso tem implicações diferenciadoras sobre as concepções elaboradas em cada período. Não obstante as diferenças, há uma linha de continuidade, qual seja, a reprodução da estrutura altamente desigual de posse e uso da terra ao longo de todo o ciclo industrial (1930-1981), e também no período subsequente de relativa estagnação (1982-2005).

A organização das seções deste texto segue duas distintas abordagens histórico-metodológicas. Na primeira seção, enfoca-se o período de forte crescimento econômico da década de 1950 ao início dos anos 1980. O método de análise consiste em recuperar uma história das ideias, pondo em cena os principais argumentos sobre a questão agrária no período, confrontados em particular com o pensamento em favor de uma modernização conservadora da agricultura. Na segunda parte, o enfoque metodológico e o período histórico mudam. Trata-se aqui de uma interpretação sobre a economia política da questão agrária nas mais de duas décadas em que a economia brasileira esteve, e ainda está, constrangida em seus arranjos macroeconômicos externos. Nesse tempo, muda o ciclo político interno com o fim da ditadura militar, a restauração do regime democrático e a emergência dos movimentos sociais em defesa da reforma agrária, incluindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

## A QUESTÃO AGRÁRIA: POSIÇÕES NO DEBATE, 1955-1964

O debate em torno da "questão agrária" no pensamento econômico brasileiro emerge em paralelo às mobilizações camponesas por terra que surgem em meados dos anos 1950. No início da década de 1960, essa discussão intelectual aparecerá de maneira mais sistemática, com a crescente disputa política pela reforma agrária. O debate teórico aparecerá de maneira mais sistemática no início dos anos 1960, ancorado em quatro centros de reflexão: o Partido Comunista Brasileiro (PCB); setores reformistas da Igreja Católica; a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); e um grupo de economistas conservadores da Universidade de São Paulo (USP),

liderado pelo professor Antonio Delfim Neto. Os três primeiros apoiam a realização de uma reforma agrária. Os economistas conservadores da USP, porém, polemizam com os defensores da reforma agrária, incluindo as teses ligeiramente reformistas promovidas pelo ministro do Planejamento do primeiro governo militar, o economista Roberto Campos.

No interior do PCB, três intelectuais protagonizaram os principais debates marxistas sobre a questão agrária: Caio Prado Jr. (1960; 1962), Ignácio Rangel (1961) e Alberto Passos Guimarães (1964). Caio Prado centra seu ataque às relações sociais fundiárias e de trabalho no meio rural brasileiro, que impõem condições subumanas de vida à maior parte da população rural brasileira. Ele acredita na tendência ao assalariamento crescente da força de trabalho rural e por isso destaca a tese de defesa da legislação social-trabalhista, tendo a reforma agrária um papel secundário. Por sua vez, Alberto Passos Guimarães observa no latifúndio "restos feudais" na agricultura brasileira. O capitalismo, ele argumenta, precisa de uma reforma agrária para realizar essa transformação. Ignácio Rangel preocupa-se com a superpopulação rural e sua possibilidade de gerar uma crise agrária, "seja porque o setor rural não libera mão de obra para os demais setores, ou ao contrário a libera em excesso" (1961, p.25). Mas, para Rangel, a reforma agrária é apenas uma hipótese remota, pois em seu diagnóstico a expansão urbana e os mercados externos criariam uma solução alternativa para essa superpopulação rural.

A contribuição do economista Celso Furtado à proposta de desenvolvimento nacional da CEPAL justifica mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo devido à rigidez da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial. Esse problema, sustenta Furtado, tende a gerar tensões estruturais sobre a inflação e crises frequentes de abastecimento de alimentos.[1]

O pensamento católico sobre a questão agrária teve uma importante influência política e social nesse período, e iniciou um processo de mudança na atitude da Igreja sobre a mentalidade dos católicos sobre a reforma agrária. A partir de sua Doutrina Social, a Igreja legitima o princípio da "função social da propriedade", ideia que irá se inscrever nas normas do Estatuto da Terra, promulgado em novembro de 1964. Ela substitui a tradicional concepção jurídica da propriedade, proveniente da Lei de Terras de 1850, que trata a terra como uma simples mercadoria. É nesse período que a Igreja começa a tratar a realidade agrária do país como fonte de grave injustiça e exclusão social.[2] Esse engajamento eclesial na questão agrária,

[1] Esses elementos no Plano Trienal 1963-65 do governo Goulart podem ser encontrados na Presidência da República (1962, p.126, 140 e 149).

[2] O pensamento católico sobre a questão agrária é menos estruturado no debate teórico do período, pelo fato de não se exprimir pela voz dos seus intelectuais orgânicos. Ele surge principalmente por meio das declarações de seus bispos; as cartas pastorais e encíclicas sociais do Vaticano. Para uma análise do papel da Igreja Católica nesse período, cf. Oliveira (1986) e Carvalho (1985).

como detalha Ivo Poletto no Capítulo 4 deste livro, ocorre num contexto de disputa com os comunistas, tanto pela influência sobre o campesinato como pela organização do sindicalismo rural brasileiro.

O pensamento econômico conservador, protagonizado pelo economista Delfim Neto e seu grupo de economistas da USP, ataca principalmente a tese da rigidez da oferta agrícola, defendida por Celso Furtado. Os economistas da USP derrubam o argumento da CEPAL, demonstrando com estudos estatísticos que a oferta agrícola responde às pressões da demanda. Daí deriva a conclusão de que a estrutura agrária não é o grande obstáculo à produção rural (Delfim Neto, 1963). Essa posição tecnocrática, vale ressaltar, desconsidera as questões ético-sociais presentes na Doutrina Social da Igreja, ou mesmo na visão humanista de Caio Prado Jr.

Para esse grupo conservador, a questão agrária e as relações de trabalho prevalecentes no meio rural não são problemas econômicos relevantes, pois essa estrutura agrária teria cumprido de modo adequado as funções básicas da agricultura no desenvolvimento econômico. Inspiradas no funcionalismo econômico norte-americano, essas funções incluem: (1) a liberação de mão de obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos; (2) a criação de mercado para os produtos da indústria; (3) a expansão das exportações; e (4) o financiamento de parte da capitalização da economia, pela transferência da renda real ao setor urbano (Delfim Neto, 1965, p.85).[3]

Os interlocutores da "questão agrária" até 1964 debatiam problemas "propriamente agrários," no dizer de Ignácio Rangel, quais sejam, aqueles que dizem respeito às relações da produção e à estrutura fundiária e suas consequências sociais, econômicas e políticas. Mas debatiam também as questões relativas à oferta e à demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior, como se também estivessem tratando da "questão agrária". Estas últimas são denominadas por Ignácio Rangel de problemas "impropriamente agrários" ou externos às relações de produção, mas que, contudo, as codeterminam.

O golpe militar de 1964 cortará a efervescência do debate agrário e imporá pela força, ainda que de forma gradual, a tese de Delfim Neto de "modernização agrícola sem reforma agrária". Enquanto os pensadores progressistas definiam a "crise agrária" em conexão à estrutura da propriedade fundiária, as relações de trabalho predominantes, e seus efeitos mais amplos na economia, sociedade e política, os conservadores asseguram que, sem pressões estruturais por parte da agricultura sobre o índice geral de preços, a balança comercial e a produção industrial, não haveria por que falar em "crise" do setor primário.

[3] Sobre as ideias do funcionalismo econômico norte-americano, cf. em particular John W. Mellor (1961), e o livro do próprio Delfim Neto et al. (1969).

O diagnóstico da agricultura elaborado pelo economista Roberto Campos, ministro do primeiro governo militar do marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-67), é criticado pelo grupo de Delfim Neto, sob uma ótica radical conservadora. Para estes, não haveria pressão inflacionária oriunda da agricultura; o produto bruto do setor agrícola teria crescido a taxas adequadas; e a estrutura agrária não apresentava problemas para o crescimento. Não haveria, portanto, necessidade de reforma agrária nos termos do Estatuto da Terra, promulgado no governo Castello Branco. Tão somente seriam úteis algumas ações pontuais e regionais, basicamente no Nordeste, onde o sistema agrário não responderia ao sistema de preços. A agricultura, insistia o grupo da USP, precisa se modernizar, mas priorizando acima de tudo uma "modernização técnica". A expansão do setor agrícola, segundo Delfim Neto, responderia à seguinte ordem de prioridades, (1) o nível técnico da "mão de obra"; (2) o nível de mecanização; (3) o nível de utilização de adubos; e, finalmente, (4) uma estrutura agrária eficiente (1969, p.113-4).

Em 1967, Delfim Neto assume o Ministério da Fazenda e começa a implementar suas teses em favor da modernização conservadora, mediante a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural como principal instrumento de fomento à produção agropecuária. Assim, questões postas no debate agrário ficaram inteiramente dominadas pela agenda oficial – de acelerar o crescimento da produção agrícola.

## A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO REGIME MILITAR, 1965-1982

Nesse período, as funções da agricultura na economia, mais além de perseguir objetivos estritos de estabilidade de preços, do salário real e do superávit comercial externo, incorporarão outra demanda, não presente no período anterior: o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo, tudo fortemente subvencionado pela política agrícola e comercial do período.

Tal processo de modernização técnica da agricultura e integração com a indústria é caracterizado, por um lado, pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos); e máquinas industriais (tratores, colhedeiras, equipamentos de irrigação e outros implementos). Por outro, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais, como os oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil

e bebidas.[4] Esses blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio, que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado.

Esse período histórico (1965-1982) constitui-se com muita clareza na "idade de ouro" do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público. Mas é importante não esquecer sua matriz agrária.

A "modernização conservadora" do campo nasce com a derrota do movimento pela reforma agrária. Mas também responde à política agrícola da década de 1950, dominada excessivamente pela prioridade à valorização cafeeira e ao regime cambial vigente. Além disso, atende aos intensos desafios da industrialização e da urbanização, combinados a uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil, estancadas durante quase 20 anos no nível de um a 1,5 bilhão de dólares por ano.

A integração técnica da indústria com a agricultura, que se dera nos Estados Unidos e na Europa Ocidental ainda no fim do século XIX e início do XX, ocorreria no Brasil apenas nas décadas de 1960 e 1970, ainda que a mudança na base técnica de produção da agricultura paulista (anos 1950) tivesse antecedido um pouco o período que estamos considerando.

Por sua vez, foi apenas com a articulação pela União do Sistema Nacional de Crédito Rural, a partir de 1967, que ocorreu a reorientação das políticas agrícolas dos institutos por produto, como o açúcar, o café, o trigo e o cacau;[5] e o fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do crescimento capitalista no setor.

Perseguiu-se nessa política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais, mediante a desoneração dos riscos estruturais – de produção e de preços – do processo produtivo privado. Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da "revolução verde", então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras.

[4] Para análise mais exaustiva desse processo de integração técnica, mediado pela política agrícola e comercial do período, cf. Delgado (1985).

[5] Esses institutos incluem entidades governamentais, como o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), criado no início dos anos 1930; o Instituto Brasileiro do Café (IBC), estabelecido em 1952; a Comissão do Trigo Nacional do Banco do Brasil e Departamento do Trigo (CTRIN-DTRIG) da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), responsáveis pela política do monopólio da comercialização do trigo até 1990; e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

A passagem do período de crise agrária da primeira metade da década de 1960 para a modernização agrícola encontra-se fortemente documentada na formulação da política econômica do período. Percebe-se a grande evidência na liberalidade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais (principalmente nas desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural) e, ainda, o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, dirigidas às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período, como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a Política de Garantia de Preço, o Programa de Apoio a Atividade Agropecuária (PROAGRO) e a Pesquisa e Extensão Rural.[6]

Nesse período houve crescimento significativo nos indicadores técnicos de modernização agropecuária, aumento e diversificação da produção e expressiva alteração no padrão técnico do setor rural, que passa a se abastecer de forma crescente de meios de produção oriundos da indústria, apoiado fortemente pela política de crédito rural do período (ver Tabelas 2.1 e 2.2).

Tabela 2.1 Crédito rural concedido, 1969-1982 – Índice de incremento real e subsídio implícito

| Período | Índice de crescimento real | Taxa de inflação anual (%) | Taxas nominais de juros máximas do crédito rural |
|---|---|---|---|
| 1969 | 100,0 | 20,8 | 18 |
| 1970 | 119,0 | 19,8 | 17 |
| 1971 | 137,5 | 20,2 | 7 |
| 1972 | 170,5 | 17,0 | 15 |
| 1973 | 240,6 | 15,1 | 15 |
| 1974 | 297,6 | 28,7 | 15 |
| 1975 | 433,8 | 27,7 | 15 |
| 1976 | 444,9 | 41,3 | 15 |
| 1977 | 396,7 | 42,7 | 15 |
| 1978 | 403,4 | 38,7 | 15 |
| 1979 | 503,1 | 53,9 | 38 |
| 1980 | 481,1 | 100,2 | 45 |
| 1981 | 417,3 | 109,9 | 45 |
| 1982 | 404,1 | 95,4 | 60 a 80% |

*Fonte:* Delgado (1985, p.81).

[6] O Sistema Nacional de Crédito Rural foi instituído pelo ministro Delfim Neto em 1967, e o Programa de Apoio a Atividade Agropecuária foi criado em 1974.

Tabela 2.2 Indicadores de modernização técnica de agricultura, 1960-1980

| Anos | Consumo de NPk (Mil ton. nutrientes) | Frota de tratores agrícolas 4 rodas ou esteira (Unid.) |
|---|---|---|
| 1960 | 198,4 | 61.345 |
| 1967 | 444,9 | n.d. |
| 1970 | 999,0 | 145.309 |
| 1975 | 1.980,0 | 323.113 |
| 1980 | 4.066,0 | 545.205 |

*Fontes:* IBGE, Censo Agropecuário (1960; 1970; 1975; e 1980) – Frota de Tratores – Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANFAVEA), cf. Delgado (1985, p.36).

O processo de modernização não só preservou como aprofundou a heterogeneidade da agricultura brasileira, tanto no padrão tecnológico como nas relações de trabalho predominantes. Os indicadores de modernização ficaram concentrados nas regiões Sul e Sudeste e, parcialmente, no Centro-Oeste, à época uma fronteira agrícola. Na Amazônia e no Nordeste, são bem mais baixos os índices de modernização técnica.

Pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. Essas são regionalmente identificadas com segmentos produtivos organizados a partir de 1930 (era do governo de Getúlio Vargas) nos institutos federais de fomento e defesa setoriais. No período da "modernização conservadora" serão reassimiladas em programas e projetos especiais, os quais garantem ao latifúndio a obtenção de numerosas linhas de apoio e proteção na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural. A valorização extraordinária dos patrimônios territoriais, muito além do crescimento real da economia, é um sinal conservador desse projeto de modernização (ver dados na Tabela 2.3).

## A QUESTÃO AGRÁRIA NA ERA DO AGRONEGÓCIO, 1983-2005: AJUSTE EXTERNO, ABERTURA POLÍTICA E DOMÍNIO NEOLIBERAL

O esgotamento de um longo ciclo de crescimento econômico no início da década de 1980 e o fim da ditadura militar, em 1985, são demarcadores significativos do novo arranjo da ordem econômica e política em mutação. De fato, os anos 1980 foram para a questão agrária brasileira um momento de transição e contradição. Com o fim do regime militar, abre-se uma temporada de oxigenação das forças sociais submetidas a duas décadas de domínio autoritário.

Com a abertura política, há uma articulação ampla dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária, conforme explica o Capítulo 3, de Medeiros, neste livro. Nasce o MST, reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) é fortalecida e surgem várias organizações não governamentais (ONGs) em apoio ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária. No âmbito do poder político, novamente a reforma volta à agenda política do Estado. Ela faz parte do pacto formal que levou o presidente Tancredo Neves a inaugurar a "Nova República", traduzida depois no I Plano Nacional da Reforma Agrária (1985-1988).

A nova Constituição de 1988 muda o estatuto da propriedade fundiária, legitimando-a por sua função social. Mas, de fato, tudo dependerá do cenário político que se dará no país, o qual não será regido apenas pela nova ordem constitucional. De maneira muito significativa, esta é submetida ao processo de ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada. E o país se defronta com esse processo desde a moratória da dívida externa do México, em 1982, até o presente. Na verdade, este processo – o do ajustamento constrangido – ainda não terminou. Ele se caracteriza basicamente por restrições de ordem externa e interna, expressas por alto endividamento público e dependência externa. Essas restrições são geridas por meio de vários ajustes macroeconômicos, que no essencial não têm sido capazes de equacionar esses endividamentos. Ao contrário, prolongam essa fase de estagnação da economia brasileira por mais de duas décadas.

Observe-se que a agricultura brasileira completou, entre 1965-1981, um ciclo de modernização técnica e crescimento, sem mudança na estrutura agrária. A partir do início da década de 1980, a economia brasileira se defrontará com um longo período de relativa estagnação econômica interna, em grande medida imposta pelas condições do ajustamento à crise do endividamento externo. Nesse contexto, o papel da agricultura é crucial para a gestão das várias conjunturas macroeconômicas do período.

A maneira como o *establishment* econômico promoverá a gestão da crise da dependência externa, a partir da reversão do ciclo econômico de crescimento em 1982, requer participação expressiva do setor agrícola e das cadeias agroindustriais conexas na geração de saldos de comércio exterior. Estes passam a ser essenciais para suprir as necessidades de financiamento do déficit em conta-corrente do Balanço de Pagamentos.[7] Eventualmente, ajudam também a aumentar reservas internacionais de divisas sem cortar, contudo, as ligações da dependência externa.

---

[7] O coeficiente de importações do setor agrícola com relação ao produto do mesmo setor sempre foi mais baixo que o do conjunto da economia. Por essa razão, os saldos de comércio exterior oriundos do setor rural sempre foram expressivos e em geral com sinal contrário aos déficits do setor industrial. Para uma análise do assunto no período 1965-82, cf. Delgado (1985, p.26-33).

A forma como a política econômica externa incorporará o setor agrícola na "solução" do endividamento externo, reforça a estratégia de concentração e especulação fundiária no mercado de terras. O maior sinal disso é a liberalidade com que propicia a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários.

Por seu turno, na fase de abundância de liquidez internacional, como foi o período 1994-1998, a política econômica, de um lado, promove a desvalorização da renda da terra e, de outro, recorrerá a um novo surto de endividamento externo, cujo limite será a crise de liquidez internacional posterior. E quando esta advém, a elite econômica relança a estratégia anterior. Esse jogo de cartas marcadas, que experimentamos e continuamos a jogar na atualidade, configurará os novos contornos conjunturais da questão agrária nessas já duas décadas de constrangimento externo da economia brasileira.

No período 1983-2005, passado o susto inicial da crise de liquidez internacional nos anos 1980, são realizadas sucessivas operações de ajuste macroeconômico para tentar colocar a economia brasileira nos limites impostos pelas novas restrições externas. Esse processo de ajuste externo estará no foco de análise que aqui nos interessa recuperar – o da economia internacional influenciando a economia política da questão agrária, analisadas nas seguintes três fases: (1) 1983-1993: primeira tentativa de resposta à crise do endividamento com recurso aos saldos comerciais oriundos do setor primário; (2) 1994-1999: folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento; e (3) 2000-2005: relançamento da estratégia do saldo comercial externo a qualquer custo.

## Resposta à primeira crise do ajuste externo, 1983-1993

Depois de longo ciclo de crescimento, cujo indicador, o Produto Interno Bruto (PIB) crescera à taxa de 8,1% em média no período de 1965-1980, a economia brasileira enfrenta uma dura crise recessiva a partir de 1982, devido à reversão dos fluxos de financiamento externo após a moratória mexicana.

Em resposta à relativa desorganização provocada pela recessão de 1982-1983, a política econômica do governo militar, coordenada pelo ministro Delfim Neto, lança uma estratégia de geração de saldos comerciais expressivos. Estes estão ancorados basicamente na expansão das exportações de produtos básicos e agroprocessados, que se ampliam pela nova fronteira agrícola da região Centro-Oeste. Os saldos comerciais externos, que praticamente haviam desaparecido de nossa Balança Comercial no período da liquidez internacional folgada, comparecem agora como variável-chave do ajustamento externo. Esses saldos comerciais são as principais fontes de divisas de que o governo fará uso para enviar "renda líquida ao exterior", requerida pelos credores internacionais (ver dados do período na Tabela 2.3).

Tanto os saldos comerciais quanto a "renda líquida enviada ao exterior" chegam ao redor dos 4% do PIB, como média do período 1983-1993, enquanto no período anterior, 1965-1980, esses indicadores são significativamente mais baixos (ver dados da Tabela 2.3, colunas 3 e 4).

Tabela 2.3 Variações médias em diferentes períodos nos indicadores macroeconômicos e no preço da terra, 1965-2003

| Períodos | 1<br>Taxa média de incremento % PIB geral<br>% | 2<br>Taxa média de incremento % PIB agrícola<br>% | 3<br>Proporção do saldo comercial no PIB geral<br>% | 4<br>Proporção da renda líquida enviada ao exterior no PIB<br>% | 5<br>Incremento real no preço da terra (lavoura)<br>% |
|---|---|---|---|---|---|
| 1965/80 | 8,10 | 4,60 | 0,38 | 1,34 | 35,3%* |
| 1983/93 | 2,27 | 2,35 | 4,13 | 3,95 | 1,9 |
| 1994/99 | 2,82 | 3,56 | (-) 0,56 | 2,10 | (-)9,1 |
| 2000/2003 | 1,60 | 4,61 | 2,07 | 3,53** | 5,7 |

*Fontes:* Conjuntura econômica, agosto 2004, itens 1, 2 e 4. Balança Comercial Brasileira, Ministério do Desenvimento (2003); Resende (1981).

* Índice de preços da terra em termos reais entre 1970-1976 calculado com base nos dados da FGV.
** Média 2000-2002.

Essa política de saldos comerciais expressivos, cativos ao serviço da dívida, apresenta uma curiosa trajetória produtivo-distributiva. São obtidos mediante fomento aos setores produtivos com baixos requerimentos de importação – o setor primário, especialmente; promovem o crescimento da produção desses setores, mas, ao fazê-lo, impactam a renda territorial e os preços das propriedades rurais (ver dados na Tabela 2.3). Mas como esses saldos comerciais são remetidos ao exterior por exigência das condições de liquidez internacional, essa política de saldos comerciais a qualquer custo não é compatível com o crescimento da demanda interna, que, em última instância, os afetaria negativamente. Por isso, não pode haver recuperação sustentável no conjunto da economia, mas tão somente de alguns setores envolvidos nesse arranjo macroeconômico – que inclui o setor primário da economia.

## A mudança neoliberal, 1994-1999

A conjuntura internacional de abundância de capital transitando pelas economias emergentes, como a brasileira, leva o governo a adotar, a partir do Plano de Estabilização Monetária (Plano Real), uma política neoliberal em matéria de atração de capital externo. Em consequência, abandona-se a política de geração de saldos comerciais, visto que aparentemente de-

saparecera a restrição externa que levara o governo, no período militar, à estratégia descrita no tópico anterior. Nessa conjuntura, a liquidez externa é abundante, o que influencia a tendência ao endividamento.

Os novos ventos da liquidez internacional conduzem a política de comércio exterior a uma forte liberalidade, ancorada no tripé câmbio sobrevalorizado, tarifas ultramitigadas e desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial. O resultado desse movimento pendular, em termos de equilíbrio externo, logo se fará sentir. Cai substancialmente o superávit no comércio exterior, que passa a deficitário, enquanto o déficit em conta-corrente se eleva, provocando um acentuado movimento de criação de passivos externos (ver a Tabela 2.4).

Entre 1994 e 1999, produziu-se um gigantesco passivo externo, materializado em um déficit em conta-corrente cumulativo ao redor de 3,5% do PIB ao ano, quase 30% do PIB atual (cerca de 180 bilhões de dólares em oito anos).[8] Esse movimento de ajuste ultraliberal do primeiro governo do presidente Cardoso desvalorizou fortemente a renda fundiária (ver dados de preços médios da terra na Tabela 2.3).[9] De fato, a abertura comercial ao exterior promoveu queda generalizada na renda agrícola.

Essa conjuntura provoca desvalorização do preço da terra, cujo efeito foi o de facilitar e, ao mesmo tempo, dificultar a política de reforma agrária. Ao baratear o custo da terra, criam-se condições facilitadoras à sua incorporação para fins de reforma agrária. Ainda observando por essa óptica, desvalorizar o preço da terra também pode ser visto como desvalorização do poder econômico dos latifúndios. Por outro lado, a recessão e o absenteísmo do Estado na política agrícola dificultam a construção de uma política alternativa de desenvolvimento rural, em que o papel do Estado teria de ser protagônico.

Essa queda conjuntural do preço da terra é movida por um declínio muito acentuado dos preços agrícolas. Como há simultaneamente desmobilização das formas públicas de sustentação de preços (abandono das políticas de *support-price*), seus efeitos sobre a renda agrícola são devastadores. No âmbito específico da agricultura familiar, verifica-se abandono de atividades, desmobilização de estabelecimentos ou sua conversão à atividade de subsistência. O Censo Agropecuário de 1996 registra um milhão a menos de estabelecimentos, comparativamente ao de 1985, ainda que entre esses dois anos tenha havido mudanças metodológicas no Censo.

Na verdade, as bases econômicas dessa opção ultraliberal de comércio e finanças eram muito débeis. Acumula-se um gigantesco déficit em conta-corrente entre 1994-1999, ao redor de 3,5% do PIB, em média, que não

[8] A contabilização desse passivo externo é calculada com base na acumulação do déficit/saldo da Conta de Transações Correntes do Balanço de Pagamento durante o período 1994/1999.

[9] Para uma análise do mercado de terras no período, cf. Delgado e Flores (1998).

mais será servido pelos superávits comerciais, agora inexistentes, mas pelo recurso ao endividamento externo.

A crise econômica do final de 1998 porá termo à experiência ultraliberal do primeiro governo Cardoso. No segundo mandato se organiza uma tentativa de reedição do modelo de ajustamento externo, cujas características só se tornarão visíveis no fim de seu governo e início do primeiro governo Lula. E nesse fim, a estratégia do agronegócio é relançada, reeditando em parte a política do período 1983-1993, com novos ingredientes.

## A remontagem do agronegócio, 2000-2005

Novamente, no final de 1998, a crise de liquidez internacional afeta a economia brasileira, provocando enorme fuga de capital e forçando a mudança do regime cambial. Dessa época em diante, a política do ajuste externo se altera. Recorre-se forçosamente aos empréstimos do FMI em três sucessivas operações de socorro, em 1999, 2001 e 2003.

A política de comércio exterior é alterada ao longo do segundo governo e passa a perseguir a estratégia abandonada em 1994: gerar saldos de comércio exterior a qualquer custo para suprir o déficit da conta-corrente. Este, por seu turno, se exacerba pela pressão das saídas de capital especulativo que financiava os déficits da conta-corrente, antes mesmo que se façam sentir os efeitos da reversão na política de comércio externo (ver a comparação do déficit na conta-corrente com os Saldos Comerciais entre 1997 a 2001 na Tabela 2.4).

Outra vez, como ocorrera na primeira crise da dívida em 1982, os setores primário-exportadores são escalados para gerar esse saldo comercial. Nesse contexto, a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Isso ocorre depois de forte desmontagem dos instrumentos de fomento agrícola no período precedente, incluindo crédito, preços de garantia, investimento em pesquisa e investimento em infraestrutura comercial, como serviços agropecuários, portos e malha viária. Isso tudo, aliado à relativa desvantagem no comércio internacional durante o período do real sobrevalorizado, adiou o relançamento da modernização técnica sem reforma para o início do século XXI.

Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária.[10]

[10] A formação de uma estratégia de capital financeiro na agricultura brasileira estrutura-se com a modernização técnica da década de 1970, que impulsiona a agroindústria mediante o crédito rural subsidiado, e aprofunda a valorização da propriedade fundiária, com ou sem a sua modernização técnica. Cf. Delgado (1985).

Essa associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado.

O segundo governo Cardoso iniciou o relançamento do agronegócio, senão como política estruturada, com algumas iniciativas que no fim convergiram: (1) programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial com "eixos de desenvolvimento",[11] visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; (2) explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária manifesto pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; (3) regulação frouxa do mercado de terras, de sorte a deixar fora do controle público as "terras devolutas", mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; (4) mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio (associação do grande capital com a grande propriedade fundiária – sob mediação estatal) competitivo no comércio internacional e funcional para a estratégia do "ajustamento constrangido".

Esse esforço de relançamento tem encontrado espaço para se expandir, sobretudo na produção de *feed-grains* para a exportação. Aqui se destacam o milho e a soja, cuja oferta interna representa hoje cerca de 80% da produção de grãos, e vem se expandindo para áreas do Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. Sob o impulso da demanda externa, o produto agrícola tem crescido 4,8% entre 2000 e 2003, bem à frente do PIB geral, que só cresceu 1,8%. E, enquanto isso, o saldo comercial externo voltou a ser positivo em 2001 e se manteve fortemente crescente em 2002 e 2003 (ver as Tabelas 2.3 e 2.4). Isso tudo serve a um movimento de forte envio de recursos ao exterior, imposto pela crise de liquidez a partir de 1999.

Apesar do crescimento setorial, ou mesmo do conjunto de atividades das cadeias produtivas ligadas ao agronegócio,[12] o Produto Interno e o Produto

[11] O Plano Plurianual de Governo (2000/2003) promoveu, no segundo período do presidente Cardoso, a realização de obras rodoviárias, ferroviárias e portuárias, em função a eixos territoriais de desenvolvimento como programa prioritário, no que denominou "Brasil em Ação". Isso visou a incorporar novos territórios e melhorar a infraestrutura preexistente para o incremento das exportações no Sudeste e Centro-Oeste (via bacia do Prata), no Norte (para a bacia Amazônica) e no Nordeste para os vários portos da região. Os investimentos efetivamente realizados ficaram muito aquém do idealizado, mas foram as maiores prioridades desse plano de governo.

[12] Para interpretar o movimento do agronegócio é preciso ultrapassar a noção que é apresentada no cálculo do "Produto do Agronegócio" apresentado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Esse indicador só mede a produção primária, acrescida das relações técnicas agricultura-indústria, e capta uma cadeia de relações interindustriais puxadas pela demanda externa, em particular. Mas nessa noção do "agronegócio" está ausente a renda fundiária e as relações fundiárias que propiciam sua captura nos períodos de elevação do preço da terra.

Nacional não acompanham esse crescimento particular. Ele não dissemina demanda efetiva para o conjunto da economia, porque ficou cativo ao modelo de ajuste externo a serviço de um esterilizante envio de recursos externos e de reforço à renda fundiária interna. Observe-se que os saldos de comércio externo, teoricamente, têm efeitos dinâmicos sobre a renda e a demanda interna. Mas como esses saldos estão vinculados ao serviço do déficit na conta-corrente, tornam-se "renda líquida enviada ao exterior". Nesse caso, seu efeito macroeconômico fica limitado à renda e à riqueza dos setores exportadores líquidos. E, na situação brasileira, o agronegócio ocupa este lugar com primazia.

## CONDICIONANTES DO AJUSTE CONSTRANGIDO REPÕEM A QUESTÃO AGRÁRIA

Desde 1982 até 2005, a economia brasileira manteve-se relativamente estagnada: seu Produto Interno Bruto cresceu à taxa média de 2,5% ao ano, contra uma média de 7,5% no período de 1948-1980 (IPEA, 2009). Mas sob o prisma do agronegócio, entendido como uma estratégia de capital financeiro na agricultura, o movimento da renda da terra tem propiciado diferentes arranjos e acomodações, com contradições fortes na fase de refluxo, mas com grande exuberância nos períodos de fluxo da atividade econômica setorial.

O movimento de fluxo e refluxo da renda da terra entre o período de 1982 a 2005 é consequência de diferentes políticas de "ajustamento constrangido" da economia brasileira ao setor externo. O movimento de fluxo é determinado pelo crescimento do produto agrícola, puxado pelo saldo exportável, como de resto ocorreu de modo planejado entre 1983-1993. Isso é interrompido a partir da implementação do Plano Real, em 1994, mas é retomado com a mudança do regime cambial brasileiro, a partir da safra 1999-2000. O produto agrícola volta a crescer daí em diante, puxado pelas cadeias agroexportadoras. Ainda assim, ao longo de todo o período a economia nacional mantém-se relativamente estagnada. Não obstante o ambiente recessivo, a renda da terra e os juros da dívida pública são expandidos, pois a estratégia de geração de elevados saldos comerciais externos combina-se com um formato constrangido de ajustamento financeiro, mas não com um projeto de expansão econômica abrangente do conjunto da economia.

Visto de outro lado, da perspectiva do campesinato ou da agricultura familiar não integrada nas cadeias do agronegócio, que operam fora de uma estratégia tipicamente capitalista, ambos os movimentos, tanto o fluxo como o refluxo da renda da terra, aprofundam a distância econômica e social entre esse setor e o agronegócio. De fato, esses movimentos recriam uma virtual

economia de subsistência no espaço agrário.[13] Entenda-se aqui como setor de subsistência o conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho não assalariado no meio rural que propiciam meios de subsistência a parte expressiva da população rural.

Um refluxo da renda agrícola e da renda fundiária, provocado por recessão econômica ou por intervenções simultâneas da política econômica, como as que se deram no quinquênio após o Plano Real, tem efeitos recessivos sobre a agricultura. Além disso, exerce certo papel de retração à economia de subsistência, sobretudo no setor da agricultura familiar, o que é facilmente demonstrável.

Mas à hipótese de que essa mesma recessão também ocorra no *boom* econômico setorial, tal implicação não é imediata. Por isso, temos de qualificar esse "*boom* econômico", sujeito às limitações a que está subordinado, naquilo que definimos como "expansão constrangida" – um crescimento econômico do agronegócio e de outros setores exportadores líquidos, sem encadeamento dinâmico à demanda interna.

Observe-se que quando muda a conjuntura agropecuária e a renda do agronegócio começa a crescer, puxada pela nova prioridade às exportações, não ocorrerá simultaneamente expansão da agricultura familiar e da ocupação da força do trabalho rural. E para isso ser mais bem esclarecido é necessário que caracterizemos essa "expansão constrangida", que o é não apenas da economia agrária, mas do conjunto da economia nacional.

Recorde-se que sob a égide da política de ajustamento constrangido, nos períodos de fluxo da renda da terra, esta é puxada pela expansão do produto da agropecuária, sob comando do agronegócio e sustentação da demanda externa. Por sua vez, essa expansão se faz sob três restrições essenciais: (1) a restrição da demanda interna de bens e serviços; (2) a limitação das oportunidades de empregos; e (3) a manutenção de amplas áreas de terra improdutivas. Essas condições restritivas, internas e externas, impõem sérios limites ao desenvolvimento econômico. Por um lado, porque restringem o papel do comércio exterior aos serviços dos passivos externos. E sob o peso dessa restrição os saldos de comércio não encadeiam demanda interna e emprego, mas repercutem na renda da terra e na especulação fundiária. Vejamos cada elemento.

A demanda interna de bens e serviços, incluindo os produtos da cesta básica, deve-se manter relativamente estável, de sorte a não pressionar negativamente o saldo comercial externo. Essa restrição impõe limites à demanda interna e às importações que de alguma maneira comprometeriam as metas do saldo comercial externo a ser transferido para o exterior. Esse constrangimento externo está demonstrado no tópico precedente que tratou da "resposta à primeira crise do ajuste externo – 1983-1993".

[13] Para uma análise e conceituação do "setor de subsistência", cf. Delgado (2003).

## A limitação das oportunidades de emprego

Os níveis de ocupação da força de trabalho envolvida na produção de *commodities* são fortemente restringidos em face do padrão tecnológico alcançado pelo sistema do agronegócio.

Essa segunda restrição é expressão de uma relação capital-trabalho muito baixa e cadente na agricultura do agronegócio.[14] Mas esta adquire significado crítico quando confrontada com o tamanho da força de trabalho rural. Essa força de trabalho do espaço rural tradicional, acrescida da população de pequenos municípios (com até 20.000 habitantes) representa no Censo de 2000 cerca de 35% da população nacional (ver dados na Tabela 2.8). A incorporação dessa numerosa força de trabalho não qualificada, que habita o meio rural e as regiões microurbanas contíguas à economia do agronegócio, não é viável. Sua reprodução social hoje se dá em atividades informais e de subsistência, sob altas taxas de desocupação.

A hipótese que trata do padrão ocupacional da força de trabalho na economia do agronegócio não requer demonstração mais exaustiva, até porque não há praticamente controvérsia sobre o caráter capital-intensivo do sistema de produção de *commodities*, sob comando do empreendimento tipicamente de mercado.

## A manutenção de amplas áreas de terra improdutivas

A área produtiva incorporada pela expansão do agronegócio é desproporcionalmente pequena em comparação com o território "improdutivo" controlado pelo sistema, sobretudo nas regiões de fronteira econômica ou de incorporação recente.

Essa terceira restrição, ou condição da expansão constrangida, reflete uma típica associação da acumulação produtiva com a acumulação fundiária. Ela é peça essencial na estratégia simultânea de captura da renda agrícola e da renda fundiária pelos proprietários de territórios "improdutivos"; contíguos aos espaços da efetiva produção. A forma da captura da renda de terra se dá pela elevação de seu preço que, por sua vez, reflete a elevação da renda (ou do lucro) agrícola. A elevação da renda da terra e a obtenção de ganho

[14] Os níveis de ocupação da força de trabalho rural e das pequenas cidades não têm evoluído satisfatoriamente, a julgar pela evolução da taxa de desemprego aberto no conjunto da economia. Esta ascendeu de 2,1% da PEA em 1980 para 15% em 2000. Segundo os dados censitários, essa taxa média é maior nas pequenas cidades que nas regiões metropolitanas. A população de municípios demograficamente pequenos, cuja estrutura ocupacional e produtiva depende muito fortemente do setor rural, a exemplo dos municípios com até 20.000 habitantes, é de cerca de 20% da população nacional. Essa proporção é estável nos Censos de 1991 e 2000, conforme pode-se ver na Tabela 2.8.

patrimonial pelos grandes proprietários incidem sobre a totalidade do estoque de terra produtiva e improdutiva que controlam. Essa condição só é viável se sancionada de fato pela política fundiária e tributária do governo federal, visto que, de direito, o cumprimento da função social da propriedade fundiária deveria socializar essa renda fundiária incrementada, das zonas legalmente improdutivas, mediante processos de tributação e/ou desapropriação. Veremos adiante que tais procedimentos ou não se aplicam de fato ou, quando se aplicam, reforçam os mecanismos de apropriação privada da renda fundiária do conjunto da sociedade.

Por sua vez, o condicionante de "frouxidão da política fundiária", que se deduz da argumentação precedente, requer explicitação mais objetiva. Sem essa condição seria impraticável a estratégia de captura da renda fundiária nas fases de expansão da demanda externa.[15] Segue-se logicamente a necessidade de caracterização dessa política fundiária que sanciona a estratégia do agronegócio.

As condições ligadas à estratégia do agronegócio na agricultura brasileira são, simultaneamente, matriz da moderna questão agrária e representam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária. Uma estratégia de desenvolvimento que incorpore esses segmentos terá necessariamente de desbloquear essa rede de restrições. Sem isso, não será viável um projeto de desenvolvimento autônomo.

Observe-se que a incompatibilidade com o desenvolvimento que estamos deduzindo é bem peculiar, e aquela que se apoia na estrutura agrária intocada e na rede de condições que relançam na atual conjuntura as estratégias do agronegócio brasileiro. Pois essa é uma forma peculiar de expelir a agricultura familiar brasileira pela estratégia de expansão do agronegócio. Em síntese, o que estamos querendo demonstrar aqui é a tese de que sem o relaxamento das condições restritivas enunciadas, ou pelo menos de algumas delas, não há possibilidade de crescimento econômico contínuo, com mudança na estrutura agrária e geração de empregos.

## A POLÍTICA FUNDIÁRIA RECENTE: DO DIREITO JURÍDICO AO EXERCÍCIO CONCRETO

Uma característica secular da estrutura fundiária brasileira é sua alta desigualdade, traço esse que perpassa todo o período da "modernização conservadora" e do "ajustamento constrangido". De fato, nos últimos anos a concentração fundiária manteve-se visceralmente arbitrada pelo poder do Estado.

[15] Conforme foi visto no tópico "A questão agrária na era do agronegócio, 1983-2005".

No período posterior à Constituição de 1988, houve avanços de direitos sociais, incluindo direitos agrários, que afirmam compromissos com a igualdade. Mas, concomitantemente aos avanços no campo jurídico institucional, houve constrangimentos no campo econômico. A resultante líquida desse jogo de forças mantém a desigualdade praticamente inalterada.

A situação fundiária atual apresenta dois perfis básicos: (1) mantém sua desigualdade, não obstante o novo ordenamento de direito agrário prescreva o princípio da função social da propriedade fundiária; (2) os procedimentos e as omissões da política fundiária do Poder Executivo e dos demais poderes de Estado arbitram contraditoriamente a reprodução dessa desigualdade. Ao fazê-lo, incidem em vício evidente de ilegitimidade em face do ordenamento constitucional que legitima o direito de propriedade.[16]

Ambos os perfis corroboram uma restrição essencial imposta pelo modelo de ajustamento constrangido, qual seja, a frouxidão da política fundiária, que permite a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários, na fase de expansão do produto agrícola. Isso é o que se pretende demonstrar neste tópico. Entenda-se por "frouxidão da política fundiária" sua relativa incapacidade em fiscalizar e regular o mercado de terras no que diz respeito à aplicação do princípio da função social da propriedade fundiária (p.36).

As evidências empíricas sobre concentração são relativamente fáceis de apresentar, e sobre isso há certo consenso nas análises estatísticas, em que se destacam os estudos mais recentes do professor Rodolfo Hoffmann[17] (cf. índices de Gini da Tabela 2.5). O argumento da "frouxidão", porém, não é demonstrável diretamente, mas deduzido a partir de um conjunto de fatos e argumentos que vamos expor em seguida. Para aferir esse critério, partirei do princípio de direito – a função social da propriedade fundiária rural, juridicamente definida, e sua recuperação na política fundiária explícita, que deveria aplicá-lo.

---

[16] O direito de propriedade fundiária vinculada à sua função social comparece nas cláusulas pétreas da Constituição (art. 5º, XXII e XXIII) e é formalmente definido nos artigos 184 e 186. Esses foram regulamentados pela Lei n.8629/93, e são a base normativa para o Poder Executivo regular o sistema fundiário brasileiro.

[17] Ao analisar os dados das PNADs de 1992 e 1999, em recente pesquisa econométrica, o professor Hoffmann conclui: "Apesar de suas limitações, os dados sobre as áreas de empreendimentos agrícolas nas PNADs são, em linhas gerais, consistentes com as informações sobre estrutura fundiária provenientes dos Censos Agropecuários e do cadastro do INCRA. Não se observa nenhuma tendência sistemática no período 1992/99, de aumento ou diminuição do número de empreendimentos. Tampouco se observa tendência de mudança no elevado grau de desigualdade da distribuição de posse da terra no país" (2001, p.455). Os índices estatísticos de concentração fundiária no Brasil, calculados com base em diferentes bases estatísticas – Censo Agropecuário, estatísticas cadastrais do INCRA ou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –, revelam níveis extremamente altos e persistentes de concentração ao longo dos últimos 40 anos. De fato, os índices de Gini ficaram estáveis ao redor de 0,8 durante quase meio século. A respeito, cf. os dados da Tabela 2.5.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, o princípio da função social da propriedade é estabelecido como fonte legitimadora do direito de propriedade. Esse conceito é herdado em parte do antigo Estatuto da Terra de 1964, mas também atende às pressões políticas do processo constituinte. Na função social da propriedade fundiária de 1988 entram simultaneamente os critérios "aproveitamento racional e adequado", "preservação ambiental" e "bem-estar nas relações de trabalho". Contudo, a lei que regulamenta esse dispositivo constitucional, promulgada em 1993, só recolheu o critério do "aproveitamento racional e adequado", conferindo-lhes indicadores precisos – "grau de utilização" e "grau de exploração econômica", deixando de definir os indicadores ambientais e de relações trabalhistas.[18]

A atual estrutura jurídico-administrativa determina que o organismo estatal responsável por aplicar o princípio de função social da propriedade é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ele deve sancionar mediante tributação, e no caso em que as propriedades forem legalmente classificadas como improdutivas, dar início a processo de desapropriação por interesse social.

No que diz respeito à tributação, o Imposto Territorial Rural é formalmente progressivo em relação às terras improdutivas. Na prática, não é cobrado ou fiscalizado, gerando arrecadação insignificante e cadente.[19] Esta é aproximadamente igual a seu custo de coleta tributária. Em 2003, essa arrecadação foi de 295 milhões de reais, cerca de cem milhões de dólares em todo o país, repartidos em metades iguais entre a União e os demais entes federativos.

A partir desses elementos, neste capítulo tentarei aferir a condição de "frouxidão" da política fundiária, em que sua execução concreta se afasta das regras de direito da propriedade. A aplicação do princípio da função social à titularidade das terras é o caminho escolhido para demonstrar essa hipótese.

[18] O "grau de utilização da terra" que cumpre a função social é definido como uma proporção igual ou maior que 80% da relação entre a "área aproveitada (explorada)" do imóvel sobre a "área aproveitável". A área aproveitável, por seu turno, exclui reserva florestal legal, zonas edificadas, superfícies aquáticas, solo infértil etc. O *"grau de exploração econômica"* é definido pelo confronto dos índices de produção vegetal e de lotação pecuária em cada região a cada ano com os respectivos índices técnicos regionais estabelecidos pelo Poder Executivo Federal.

[19] O Imposto Territorial Rural (ITR) corresponde a 0,1% da arrecadação tributária da União nos exercícios fiscais de 2001 a 2003. Desde 1996, o ITR tem nova lei, que o vincula progressivamente ao "grau de utilização" do imóvel rural. Contudo, essa regra não tem consequência na arrecadação tributária – que se mostra insignificante (ao redor de cem milhões de dólares anuais) desde 1996. Como proporção da arrecadação federal o ITR tem a seguinte trajetória: 1996 – 0,27%; 1997 – 0,18%; 1998 – 0,17% ; 1999 – 0,18%; 2000 – 0,15%; 2001 – 0,11%; 2002 – 0,11% e 2003 – 0,11% (cf. http://www.receita.fazenda.gov.br). O ITR é um imposto federal, arrecadado pela Receita Federal, mas 50% de sua arrecadação é transferida aos estados e municípios, ficando a União com a outra metade.

As formas de apropriação fundiária do território nacional podem ser identificadas por cinco fontes de titularidade das terras:[20] (1) o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), em que estão registradas as propriedades privadas sujeitas à função social; (2) as terras públicas, parques e unidades de conservação (inscritas no Serviço de Patrimônio da União – SPU); (3) as áreas indígenas – cuja titularidade é controlada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e inscritas no SPU; (4) as terras de entidades estatais formalizadas, não inscritas no SNCR; e (5) as terras devolutas, ou seja, terras públicas não legalizadas e, em geral, não controladas legalmente.

Tabela 2.4 Brasil: macroconfiguração fundiária do território em 2003 (milhões de hectares)

| Área territorial nacional | 100,00% | 850,20 |
|---|---|---|
| 1. Áreas cadastradas oficialmente no SNCR | 51,35 | 436,60 |
| 1.1. Áreas improdutivas autodeclaradas | (14,17) | (120,4) |
| 1.2. Estoque de áreas de assentamentos sob domínio da União* | (4,7) | (40,0) |
| 2. Unidades de conservação (parques nacionais) | 12,00 | 102,06 |
| 3. Áreas indígenas | 15,10 | 128,47 |
| 4. Terras públicas formalizadas | 0,49 | 4,20 |
| 5. Terras devolutas (públicas não legalizadas)** | 20,34 | 172,95 |
| Subtotal (1+3+4+5+6) | 99,28 | 844,28 |

*Fonte:* Proposta do Plano Nacional da Reforma Agrária (Tabelas 5.1.11. e 5.2.2.1).

* Esse dado não consta das tabelas citadas, mas é obtido por informação direta do INCRA.
** Dado calculado por diferença do território nacional, deduzidos os conjuntos conhecidos de titularidade fundiária. Esse dado exclui superfícies urbanas, infraestruturas territoriais etc.

Os dados da "configuração fundiária" do país permitem construir uma tipologia de titularidade, em que a titularidade pública e o princípio da função social são o fator hierarquizador. O ordenamento decrescente de 1 a 5 neste ranking qualifica o caráter público ou social da titularidade das terras, cumprindo o que a Constituição define como função social ou pública. Por seu turno, no sentido inverso – de 5 para 1 – o *ranking* indica o grau decrescente de mercantilização ou privatização das terras.

Sem usar quaisquer outras informações qualificadoras da estrutura fundiária, esse ordenamento da titularidade é, ele próprio, revelador da frouxidão da nossa política fundiária. A 5ª categoria – terras declaradamente improdutivas, mais as terras devolutas, sem qualquer controle

[20] Para essa abordagem aproveito basicamente a inestimável contribuição do corpo funcional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da equipe técnica que elaborou os estudos subsidiários para a proposta do "Plano Nacional de Reforma Agrária", sob a coordenação do Plínio de Arruda Sampaio, cf. MDA (2003a).

Quadro 2.5 Ranking de titularidade público-privada

| | |
|---|---|
| 1. Território indígena e área de conservação | 27,1% |
| 2. Estoque de áreas obtidas para fins de reforma agrária | (4,7%)[21] |
| 3. Áreas diretamente sob titularidade de instituições estatais (empresas, bancos etc.) | 0,5% |
| 4. Áreas privadas autodeclaradas em conformidade com a "função social" e inscritas no SNCR | 37,2% |
| 5. Áreas privadas improdutivas (+) áreas "devolutas" | 34,5% |

público – corresponde ainda a 34% do território nacional. Por sua vez, pela regulamentação vigente, cumprir a função social, ou seja, incluir-se na 4ª categoria é o mesmo que autodeclarar-se "produtivo", segundo indicadores de produtividade que o INCRA mantém inalterados há mais de 30 anos, baseados nos dados censitários de 1975. Esses índices nunca foram atualizados, não obstante o avanço tecnológico significativo da agricultura capitalista brasileira, pois sempre que a instituição cogita atualizá-los orquestra-se uma pressão nacional das organizações do agronegócio para manter inalterada a situação.[22]

Por outro lado, o indicador 5, "terras devolutas", esconde uma enormidade de situações irregulares sobre terras públicas – "grilagem", posses ilegais (acima de 50 hectares), titulação fictícia etc. – que não são objeto de fiscalização, tributação ou intervenção da autoridade fundiária, posto que representam estoque de terras não inscritas oficialmente no Cadastro de Imóveis Rurais.

Mesmo sem considerar as pressões exercidas pelo agronegócio sobre as terras indígenas e unidades de conservação, vítimas de crescentes invasões de fazendeiros,[23] o tamanho do território frouxamente fiscalizado pela União nas categorias 4 e 5 envolve 71,7% do território nacional. De fato, isso converte a legislação agrária e fiscal sobre a função social da propriedade em matéria de ficção. E foi a partir dessa inação do Estado, entre

[21] As áreas obtidas para assentamento são legalmente posse da União. Elas podem continuar durante vários anos inscritas no Cadastro Rural pela antiga titularidade até quando houver a emancipação do assentamento e as parcelas de terra forem adjudicadas aos novos titulares. Nesse ínterim, legalmente a posse é do assentado, mas o domínio é da União.

[22] Uma das ações mais recentes nesse sentido, capitaneada pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA), representante dos interesses patronais, ocorreu em dezembro de 2003, logo após o governo federal revelar a intenção de proceder à atualização desses índices. Nos dias imediatos apareceram várias declarações públicas e editoriais no jornal *O Estado de S. Paulo* criticando a proposta, sob o argumento de que a medida provocaria a desordem no campo.

[23] A invasão de territórios indígenas por fazendeiros que pressionam organizadamente contra a homologação da "Raposa Terra do Sol", em Roraima, e áreas similares no Mato Grosso, a princípios de 2004, são exemplos típicos dessa situação, que já tem longa história no Brasil.

outras motivações, que os movimentos sociais conduziram com relativo sucesso no primeiro governo Cardoso amplo movimento de ocupação de terras presumidamente improdutivas, para suscitar intervenção estatal em prol da reforma agrária.

Como reação ao movimento das "invasões" de terra pelos sem-terra, o governo Cardoso editou a Medida Provisória (MP) 2027/98 que proíbe a vistoria pública de áreas ocupadas pelos "sem-terra". Estes, por sua vez, adotam tal tática de luta como forma de pressão para desapropriação. Porém, a MP editada, e ainda vigente, implica a não fiscalização e vistoria de terra "invadida". Por sua vez, a vistoria é o único critério aceito pelo Judiciário para efeito de acolhimento de ações de desapropriação impetradas pelo Executivo.

Depois dos massacres de camponeses sem-terra em Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), as desapropriações para fins de reforma agrária tornaram-se frequentes. O governo Cardoso, como mostra o Capítulo 5, de Fernandes, neste livro, em seus oito anos praticamente dobrou a área de terras obtidas para a reforma agrária, de 2% para mais de 4% do território nacional, processo que praticamente se paralisou em 2002 e 2003.[24]

A obtenção de terras para a reforma agrária é um passo desse processo. De acordo com o texto constitucional, tal obtenção seria feita pela desapropriação nos casos em que a propriedade não cumprisse sua função social. Por outro lado, os caminhos principais pelos quais se obtém terra para a reforma agrária, além da desapropriação por interesse social, são: a arrecadação de terra devoluta pública, a compra direta e a utilização do crédito fundiário. Esses dois últimos são instrumentos clássicos do mercado e normalmente seriam excepcionais na reforma agrária porque consomem altos recursos fiscais e ainda valorizam os patrimônios fundiários.

Embora seja um instituto de direito e instrumento de concretização da função social da propriedade, a desapropriação fundiária por ação e omissão dos poderes públicos sofreu grave desvirtuamento.

No período 1995-2002 as ações de desapropriação para fins de reforma agrária geraram desproporcional valorização do patrimônio desapropriado, mediante procedimentos financeiros e judiciais que oneraram e desvirtuaram a chamada "Dívida Fundiária" (ver Tabela 2.6).[25] Um exemplo peculiar dessa distorção ocorre em períodos de queda do preço da terra – a exemplo do período 1994-1999. Um imóvel rural que teve o preço de 100 em 1994, pelo critério de mercado valeria 60 em 1999, mas pelo critério de desapro-

[24] Durante os dois governos do presidente Cardoso, foram obtidos para fins da reforma agrária cerca de 21 milhões de hectares, a maioria dessas áreas arrecadadas na região amazônica, cf. IPEA (2003, p.106).

[25] As despesas com amortização, juros e pagamento de sentenças judiciais no período 1996-2002 superaram na maioria dos anos os gastos com reforma agrária, ver Tabela 2.6.

priação com correção monetária plena e juros de 6% ao ano, tal imóvel foi pago pelo equivalente a 141. Seu custo fiscal é mais do que o dobro de sua cotação de mercado.

Outra ilustração de como o princípio jurídico é distorcido na prática, em benefício dos grandes proprietários de terra, pode ser apreciado na seguinte situação. O valor da dívida fundiária da União, constituída com base na desapropriação de terras improdutivas destinadas a reforma agrária, é instituída sob a forma de Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Esses títulos são resgatáveis, de acordo com a Constituição, em até 20 anos, com cláusula de preservação de valor real. Essa dívida, pela regra constitucional, deveria ser atualizada pelo valor da coisa desapropriada, segundo o critério de seu preço de mercado. Seu resgate dar-se-ia a longo prazo.

Mas essa dívida, assim fundamentada, vem sendo distorcida por procedimentos e normas infraconstitucionais que a afetam em dois dos seus pilares básicos: (1) os prazos de resgate, que têm sido sucessivamente encurtados; (2) o método de valorização da TDA, que tem sido financeirizada, com um acréscimo de 6% ao ano, usando-se a Taxa Referencial do Mercado Financeiro como proteção contra a inflação.[26]

Esses procedimentos tendem a converter a TDA de um título de longo prazo, vinculado ao preço da terra, em um ativo de curto prazo, altamente valorizado e com alta liquidez. Esses critérios distorcem os princípios constitucionais e invertem o sentido da dívida fundiária: de mecanismo facilitador da reforma agrária, pelo recurso forçoso à dívida de longo prazo; retroage-se à dívida de curto prazo, com oferta de prêmio financeiro líquido ao detentor da terra improdutiva. Em razão dessa distorção na aplicação do instituto de desapropriação, acrescido de outros tantos, impostos pelas frequentes revalorizações das terras improdutivas mediante sentença judicial, o custo fiscal das desapropriações tem criado um mercado paralelo para a grande propriedade e um ônus desmesurado à Dívida Fundiária.[27] Esses fatores terminam por paralisar o processo e inverter o sentido do gasto social neste campo: em vez de viabilizar a economia familiar nos assentamentos, valoriza latifúndios improdutivos[28] e ainda lhes garante generosa renda de juros sobre o principal, indexado à inflação, ao longo de todo o período de resgate.

Em suma, a partir da década de 1990 há grande evidência fática quanto ao distanciamento da política fundiária executada pelo INCRA-MDA, em face

[26] Conforme o Decreto n.578, de 24 de julho de 1991, estabelecido pelo presidente Fernando Collor de Mello, claramente simpático aos grandes proprietários de terra.

[27] O montante dos gastos públicos em reforma agrária durante o período 1997-2001 é predominantemente de gestão da dívida fundiária, ver dados da Tabela 2.5.

[28] A aplicação do critério de indexação financeira ao valor da terra (Taxa Referencial + 6% ao ano) em período de queda do preço da terra, como foi na conjuntura 1994-2000, triplicou o custo da terra comparativamente a seu preço de mercado.

dos princípios legais que conferem legitimidade ao direito de propriedade no Brasil. É nesse vácuo jurídico-administrativo que se insere a estratégia do capital financeiro para acumular e valorizar seu patrimônio fundiário, definido legalmente como improdutivo.

## REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Estudos recentes revelaram, com base estatística, dois fenômenos instigantes que dão conta da "magnitude" da questão agrária: a disponibilidade de terra e a demanda por terra.[29] O primeiro fenômeno apresenta indicadores robustos de ociosidade e não cumprimento da função social da propriedade, autodeclarados ou não como "improdutivos"; e um sem-número de situações de irregularidades fundiárias inscritas no imenso campo obscuro das "terras devolutas". O segundo fenômeno revela indicadores igualmente magnificados de demanda explícita e/ou potencial por terra. Esse fenômeno se explicita por diversas formas: (1) diretamente, nas cerca de um milhão de famílias acampadas e/ou cadastradas como candidatas a obter terra na reforma agrária; e (2) potencialmente, quando se coteja uma variada série de indicadores sobre "sem-terra", "sem-emprego" e campesinato com renda monetária de subsistência, sobrevivendo em minifúndios e/ou posses rurais precárias.

O diagnóstico do PNRA adotado pelo governo Lula identifica a problemática agrária brasileira como promotora de duplo desemprego – da força de trabalho rural e das terras improdutivas controladas pelo latifúndio. Por um lado, isso descarta trabalhadores e pequenos produtores dos mercados agrícolas, e, por outro, permite que um grande estoque de terra ociosa seja apropriado pelo latifúndio.

Ao mesmo tempo, a nova fase de expansão do agronegócio gera a ampliação do "setor de subsistência", uma massa de trabalhadores desocupados e camponeses sem excedentes, descartados do novo processo de modernização técnica da agropecuária. Esse fato repõe na agenda social brasileira uma complexa e grave questão agrária. Sua tradução ao âmbito político não é, contudo, assunto resolvido. O próprio governo que adota o PNRA e subscreve seu diagnóstico promove, em contrapartida, uma intensa política de promoção do capital financeiro na agricultura. Isso se dá nos moldes do "ajustamento constrangido", previamente analisado.

O relançamento do capital financeiro na agricultura em uma nova aliança do grande capital e da grande propriedade fundiária, sob tutela das políticas públicas, favorece a desmobilização das forças sociais normalmente aliadas

[29] Conforme os estudos que subsidiaram a elaboração do PNRA em 2003.

da reforma agrária. Por seu turno, o movimento camponês vem se dividindo, sob influência dos setores da pequena agricultura tecnificada que vislumbram associação com o agronegócio. A Igreja Católica, por intermédio da CNBB e das Pastorais Sociais, perdeu liderança na luta pela reforma agrária. E os partidos de esquerda, sucessores da tradição agrária do antigo Partido Comunista, hoje no governo, colocaram-se na perspectiva de administrar o "ajustamento constrangido". Esses setores, por ação ou omissão, terminam repercutindo e corroborando o discurso do agronegócio. Nesse ambiente social, também desempenham papéis importantes determinados círculos acadêmicos e técnico-burocráticos, fortemente influenciados pelo fascínio do progresso técnico que o agronegócio domina.

O movimento social organizado e mais combativo, tendo à frente o MST, não é capaz isoladamente de organizar os amplos setores desorganizados e repelidos pelo relançamento do capital-financeiro na agricultura brasileira.

Isso tudo é fonte de forte contradição. As dificuldades crescentes para relançar o movimento pela reforma agrária no governo Lula têm por manifestações imediatas mais evidentes a paralisia do processo e a recusa de adoção de ações de envergadura no atual governo. Esses obstáculos são sucedidos por um processo de crescimento da violência e exclusão no meio rural e nas pequenas aglomerações urbanas.

Há sinais, na conjuntura presente, de multiplicação dos focos de criminalidade, violência e conflito, que em grande medida se derivam da forma desigual com que se administra os interesses rurais no país. São muitas as vítimas desse processo, entre as quais se encontram trabalhadores informais, escravos e menores; índios, camponeses pobres, sem-terra, ambientalistas, atingidos por barragens, assentados da reforma agrária, desempregados e vítimas do narcotráfico, entre outros. Entretanto, essas vítimas não constituem grupos políticos estruturados capazes de vocalizar e unificar demandas políticas, de modo a converter em questão nacional as muitas questões agrárias de que se ressentem.

Conquanto a estratégia do agronegócio detenha uma soma desproporcional de recursos de poder para promover seus interesses, seu projeto de expansão, inserido no ajuste constrangido, do qual ganha poder de impulsão, é por isso mesmo incompatível com um projeto de desenvolvimento nacional. É também impotente para a geração de produção e de emprego potenciais no setor rural, capazes de enfrentar os dilemas atuais da questão agrária e da crise do desemprego no conjunto da economia.

Uma proposta da reforma e do desenvolvimento rural que enfrente a questão agrária atual requer a desmontagem das condições essenciais que hoje garantem a estratégia do agronegócio: (1) frouxidão da política fundiária; (2) restrição à expansão da demanda interna do conjunto da economia; (3) restrição à incorporação da massa de trabalhadores do setor de subsistência ao projeto de desenvolvimento rural. Essas condições im-

pedem que os recursos ociosos da sociedade, de mais baixo custo social de oportunidade (terra e trabalho), e os talentos humanos descartados pela sua exclusão do mundo da cultura e da educação modernos participem do projeto de expansão agrícola.

O atual arranjo da política econômica nacional e internacional bloqueia a superação dessas restrições. E, assim, emperra o relançamento de uma política de desenvolvimento nacional. Com isso, mantém-se a política de "ajustamento constrangido", não obstante todas as consequências promotoras de forte iniquidade social, estagnação produtiva e degradação ambiental. Até mesmo entre os movimentos sociais e sindicais dos agricultores familiares há alianças e aliados desse modelo. A divisão também se percebe entre os formuladores da política agrícola e agrária atuais do governo Lula, em que o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome repercutem e competem por demandas variadas do agronegócio e da agricultura familiar.

Nos arranjos da política agrícola, articulados com base no crédito rural, cabe somente a elite tecnificada e "viável" da agricultura familiar[30] e alguns assentamentos modelo de reforma agrária. Os demais ficariam de fora: quase 80% dos estabelecimentos familiares. Sua produção está no nível do salário mínimo – ao redor de 80 dólares mensais. Esse setor de subsistência jamais poderá escapar pelos mecanismos estreitos do mercado que esse modelo oferece.[31]

O atual modelo de ajuste constrangido tem uma dificuldade endógena para estimular a produção e gerar emprego, hoje descartados no imenso setor de subsistência rural, desintegrado das correntes técnicas da produção e comércio do agronegócio. O setor de subsistência que inclui a maior parte dos assentamentos da reforma agrária só poderá progredir em outra concepção de desenvolvimento, livre das restrições supracitadas. Esse projeto, porém, só entrará na agenda política do Estado quando forem desconstruídas as condições ideológicas, políticas e econômicas do ajuste constrangido. Isso implicaria em que o país perseguisse um projeto de desenvolvimento que ousasse capacitar e reinserir o enorme contingente de seu setor de subsistência rural e de trabalho informal urbano, que já afeta mais da metade da sua força de trabalho (ver dados da Tabela 2.7).[32]

---

[30] Segundo dados do Censo Demográfico de 2000, apenas 3,6% dos domicílios rurais recebem renda familiar mensal acima de dez salários mínimos, e só 11,6% ganham mais que cinco salários mínimos mensais. A respeito, ver a estratificação da renda domiciliar na Tabela 2.9.

[31] Com base nos dados do Censo Agropecuário de 1996, o Ministério do Desenvolvimento Agrário qualificou e quantificou os agricultores familiares no Brasil em 4,14 milhões de estabelecimentos. Desses, 77% produziram um valor de produção anual médio de 12 salários mínimos; ver dados na Tabela 2.10.

[32] Por quantificação do tamanho do setor de subsistência rural, acrescido do trabalho informal urbano, cf. Delgado (2003, p.33).

# CONCLUSÕES

O debate sobre a reforma agrária que se iniciou na década de 1950 foi bloqueado pelo golpe militar de 1964. Impôs-se poucos anos depois, pela força do regime autoritário, a tese da modernização técnica sem reforma agrária, tese então formulada por um grupo de economistas da USP liderado por Delfim Neto, ministro da Fazenda do regime militar. O retorno do debate sobre a questão agrária só ocorrerá com o processo de democratização política nos anos 1980. Atualmente, a Igreja e a esquerda partidária continuam a apoiar a reforma agrária, mas sem o mesmo fôlego anterior. No presente, a força motriz em favor da reforma agrária radica nos movimentos sociais, em particular no MST.

Por outro lado, a direita continua apostando na modernização técnica do campo, restrita às grandes e médias propriedades. Antes de 1964, essa posição era respaldada pelo peso histórico da classe latifundiária tradicional. Depois do golpe, contou com o respaldo militar e uma estratégia de modernização agrícola subvencionada pelo Estado. Atualmente, esse arranjo conservador se apoia no poder econômico do agronegócio, que os militares ajudaram a construir. Detém também forte representação política – a Bancada Ruralista –, que se estrutura em vários partidos e detém entre um quarto e um terço de deputados e senadores, votando no Congresso segundo sua orientação.

A opção pela modernização técnica sem reforma agrária, estratégia promovida atualmente pelo agronegócio, ganha força política, precisamente, pelo fato de se compor com o modelo de ajustamento constrangido da economia brasileira às restrições do setor externo. Ao viabilizar-se como orientação concertada de política econômica, agrícola e externa, imiscuindo-se também no campo ambiental, agrava o quadro da exclusão no campo agrário. Esse ajuste praticamente prescinde da força de trabalho assalariada não especializada e da massa de agricultores familiares não associados ao agronegócio, três quartos do total. Nesse processo, converte-se o campesinato em imenso setor de subsistência, não assimilável ao sistema econômico do próprio agronegócio ou da economia urbana semiestagnada. Por último, a estratégia do agronegócio é também um arranjo de economia política que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais.

A restrição macroeconômica que confere poder ao agronegócio para gerar saldos de divisas transferíveis ao exterior, impõe aos demais setores industriais e de serviços não comprometidos com a geração desse saldo comercial a necessidade de restringir seu crescimento, de sorte a não pressionar as metas do ajustamento externo. Em resumo, a demanda interna que normalmente seria impactada de modo positivo pelas exportações

fica bloqueada pela política de esterilização a qualquer custo do fluxo monetário oriundo do saldo agroexportador. É importante destacar que, na atual conjuntura de ajuste externo, os altos saldos de comércio atendem ao déficit da conta-corrente, enquanto o "superávit fiscal primário" atende ao serviço da dívida interna.

Isso posto, a solução "modernizadora" que se redefine na era de predominância "do agronegócio" tem várias similaridades com a "modernização conservadora" dos anos 1970, exceto a viabilidade do crescimento do conjunto da economia.

Na conjuntura atual – do segundo governo Cardoso e o primeiro governo Lula –, o relançamento do pacto do agronegócio à moda brasileira conspira contra a ideia de desenvolvimento com equidade. Por sua vez, a conexão externa desse modelo conduz, mediante sucessivos ajustes macroeconômicos, à disputa por determinada posição primária exportadora que aprofunda a inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho.

# ANEXOS

Tabela 2.6 Indicadores macroeconômicos, 1983-2003 (%)

| Variáveis anos | PIB geral tx. incremento | PIB agrícola tx. incremento | Déficit/saldo em conta-corrente/PIB | Saldo comercial/ PIB |
|---|---|---|---|---|
| 1983/93 | 2,27 | 2,35 | (-) 0,40 | 4,13 |
| 1991 | 1,0 | 1,4 | (-) 0,35 | 2,61 |
| 1992 | (-) 0,5 | 4,9 | 1,59 | 3,94 |
| 1993 | 4,9 | (-) 0,1 | (-) 0,13 | 3,09 |
| 1994 | 5,9 | 5,5 | (-) 0,31 | 1,93 |
| 1995 | 4,2 | 4,1 | (-) 2,55 | (-) 050 |
| 1996 | 2,7 | 3,1 | (-) 3,00 | (-) 0,72 |
| 1997 | 3,3 | (-) 0,8 | (-) 3,76 | (-) 0,83 |
| 1998 | 0,1 | 1,3 | (-) 4,24 | (-) 0,84 |
| 1999 | 0,8 | 8,3 | (-) 4,72 | (-) 2,39 |
| 2000 | 4,4 | 2,1 | (-) 4,00 | (-) 0,12 |
| 2001 | 1,4 | 5,7 | (-) 4,55 | (-) 0,51 |
| 2002 | 1,5 | 5,8 | (-) 1,7 | 2,86 |
| 2003 | (-) 0,2 | 5,0 | 0,81 | 4,51 |
| 1995/2000 | 2,6 | 3,1 | (-) 3,71 | (-) 0,88 |
| 2001/2003 | 0,9 | 5,5 | (-) 1,81 | 2,29 |

*Fontes:* PIB geral, PIB agrícola e déficit em conta-corrente e saldo comercial IBGE – cf. Conjuntura Econômica – agosto, 2004. (www.desenvolvimento.gov.br).

Tabela 2.7 Evolução do índice de Gini, 1950-1995

| Regiões e Brasil | 1950 | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1995 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Norte | 0,944 | 0,944 | 0,831 | 0,863 | 0,841 | 0,812 | 0,820 |
| Nordeste | 0,849 | 0,845 | 0,854 | 0,862 | 0,861 | 0,869 | 0,859 |
| Sudeste | 0,763 | 0,772 | 0,760 | 0,761 | 0,690 | 0,772 | 0,767 |
| Sul | 0,741 | 0,725 | 0,725 | 0,733 | 0,743 | 0,747 | 0,742 |
| Centro-Oeste | 0,833 | 0,901 | 0,876 | 0,876 | 0,876 | 0,861 | 0,831 |
| Brasil | 0,840 | 0,839 | 0,843 | 0,854 | 0,857 | 0,857 | 0,856 |

*Fonte:* Gasques e Conceição (1998).

Quais são os números da situação agrária?

"É fato recorrente na conjuntura o debate entre o governo, de um lado, e os movimentos social e sindical rurais, de outro, acerca dos números da violência no campo e dos resultados da reforma agrária. No início de 2001, a discussão alcançou os indicadores de concentração fundiária que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, teriam caído, com o índice de Gini passando de 0,848 em 1999 para 0,802 em 2000 (*O Estado de S. Paulo*, 5/1/2001). A metodologia utilizada pelo MDA implicou a retirada da base de cálculo, no ano 2000, de grandes áreas supostamente em mãos de grileiros e, como essa imensa área integrava a base anterior (1992), a comparação de resultados fica prejudicada. Alterou, também, sua base cadastral com o fim de imputar os novos assentados e excluir as terras públicas. Ou seja, em apenas um ano teria ocorrido uma redução expressiva, jamais observada antes, de mais de 5%. Os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, contudo, apresentam um outro perfil, em que as melhorias desse indicador são tímidas quando se observam os dados relativos a várias décadas. O quadro seguinte mostra, para o Brasil e grandes regiões, a evolução do índice de Gini, construído com base nos Censos Agropecuários do IBGE. Os dados globais mostram que as variações intercensitárias são muito pequenas, e revelam que, até meados da década passada, a estrutura de distribuição da propriedade fundiária brasileira permaneceu praticamente inalterada. Se os assentamentos criados, desde a Nova República, tiveram alguma consequência nos indicadores de concentração, isso resultou na queda do índice de Gini em 0,1%. Nesse sentido, resta um grande espaço a ser ocupado por políticas fundiárias que possam, de forma sustentada, ao longo de alguns poucos anos, provocar efetiva desconcentração fundiária."

*Fonte:* IPEA (2001, p.95).

Tabela 2.8 Despesa da reforma agrária + gestão da dívida fundiária, 1996-2002 (Valores em milhões de reais de 2001)

| Principais despesas tempo | Reforma agrária (1) | Títulos da Dívida Agrária | | | Sentenças judiciais precatórias (3) | 2+3* / 1% |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Amortização | Juros | Total (2) | | |
| 1996 | 1.424,3 | 66,8 | 116,4 | 183,2 | 445,0 | 21,0 |
| 1997 | 1.706,5 | 1.127,6 | 526,0 | 1.652,8 | 420,0 | 121,5 |
| 1998 | 1.512,2 | 371,3 | 221,8 | 593,2 | 110,0 | 46,5 |
| 1999 | 1.113,4 | 578,4 | 470,7 | 1.049,1 | 102,0 | 103,4 |
| 2000 | 534,7 | 545,7 | 205,0 | 752,5 | 41,0 | 179,7 |
| 2001 | 543,7 | 541,3 | 179,0 | 720,3 | 2,0 | 133,0 |
| 2002 | - | 224,0 | 69,0 | 293,0 | - | - |

* A soma dos itens 2 + 3 corresponde às despesas correntes com a gestão da dívida fundiária.

*Fonte:* Gasques e Vila Verde (2003, p.27).

Tabela 2.9 Comparação entre os setores formal e informal nos Censos de 1980 e 2000

| Setor | Censo 1980<br>PEA<br>% | Censo 2000<br>PEA<br>% |
|---|---|---|
| Setor formal (1+2)<br>1.1. Empregados contribuintes, inclusive domésticos<br>Conta própria contribuintes<br>Funcionários públicos contribuintes | 55,6<br>43,8<br>6,6<br>3,4 | 43,1<br>31,8<br>4,1<br>4,8 |
| 1. Subtotal trabalhadores | 53,8 | 40,7 |
| 2. Empregadores contribuintes | 1,8 | 2,4 |
| 3. Setor de subsistência + informalidade não protegida<br>= 3.1 + 3.2 + 3.3 + 3.4 + 3.5<br>3.1. Conta própria não contributivo<br>3.2. Não remunerados em apoio à produção<br>3.3. Produção para autoconsumo<br>3.4. Desemprego involuntário<br>3.5. Empregados sem carteira e sem contribuição | 43,4<br>16,9<br>4,6<br>...<br>2,1<br>19,7 | 54,4<br>14,9<br>3,3<br>2,5<br>15,0<br>18,7 |
| Subtotal 1 + 2 + 3 | 99,0 | 97,5 |
| PEA total | 100,0<br>= 43,236 milhões | 100,0<br>= 76,158 milhões |

*Fonte:* Dados básicos, IBGE Censo Demográfico (mão de obra) – Brasil, 1980 e Tabulações Avançadas, 2000 – Elaboração do autor.

Tabela 2.10 Proporção da população rural ampliada na população total: evolução (%)

| Proporção população rural ampliada | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
|---|---|---|---|---|
| 1. População total dos pequenos municípios (com até 20.000 habitantes) | 28,0 | 23,88 | 19,52 | 19,76 |
| 2. População rural tradicional dos demais municípios (com mais de 20.000 habitantes) | 31,7 | 24,67 | 19,65 | 15,06 |
| Total | 59,7 | 48,55 | 39,17 | 34,82 |

*Fonte:* Censos Demográficos do IBGE, 1990-2000 (elaboração dos dados pelo autor).

Tabela 2.11 Estratificação de renda domiciliar rural no Censo Demográfico de 2000 (em salários mínimos)

| Classe de rendimento domiciliar total em s.m. | Ponto médio em s.m. | % familiar | ∑% acumulado | Nº de famílias (em mil) | Nº de famílias acumuladas |
|---|---|---|---|---|---|
| Até 1 s.m. | 0,536 | 37,45 | 37,46 | 2.955,8 | 2.955,8 |
| De 1 a 2 s.m. | 1,644 | 25,62 | 64,07 | 2.021,3 | 4.977,1 |
| De 2 a 5 s.m. | 3,17 | 25,34 | 89,41 | 1.999,6 | 6.976,7 |
| De 5 a 10 s.m. | 6,83 | 7,97 | 97,38 | 628,9 | 7.605,6 |
| Mais de 10 s.m. | 14,23 | 3,61 | 100,0 | 285,0 | 7.890,5 |

*Fonte:* IBGE – Censo Demográfico de 2000 (elaboração do autor).

Tabela 2.12 Estratificação de estabelecimentos de agricultores familiares, segundo valor da produção, medido em salários mínimos-mês (1996)

| Estratos em s.m. | Ponto médio em s.m. | % de estabelecimento | ∑% acumulado | Número de estabelecimentos (em mil) |
|---|---|---|---|---|
| Zero | 0 | 8,2 | 8,2 | 339,4 |
| De zero a 2,1 | 1,0 | 68,9 | 77,1 | 2.852,0 |
| De 2,1 a 5,6 | 3,85 | 15,7 | 92,8 | 649,9 |
| De 5,6 a 8,5 | 7,0 | 4,6 | 97,1 | 190,4 |
| De 8,5 a 19,4 | 13,95 | 1,7 | 98,8 | 70,4 |
| Maior que 19 | | 0,8 | 99,6 | 33,1 |
| Total | | | 99,6 | 4.139,4 |

*Fonte:* Delgado (2004, p.30).

# 3
# Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX

Leonilde Sérvolo de Medeiros

No Brasil, a segunda metade do século XX foi marcada pela emergência de novos conflitos no campo e sua articulação com debates públicos em torno da reforma agrária e do lugar da agricultura no processo de desenvolvimento nacional. No bojo desses debates, passaram a ser discutidos os direitos dos trabalhadores no meio rural, configurando-se um complexo campo de disputas onde estava em jogo a constituição de novas configurações sociais e identidades políticas, e a própria definição do que era trabalhador rural.

Quando as ocupações de terra começam a ocorrer, no fim dos anos 1970, encontram instituições, legislações, formas consolidadas e institucionalizadas de organização dos trabalhadores, experiências de luta, formas de delimitação e definição dos adversários, bandeiras, enfim, uma longa história que imprimiu suas marcas nas instituições, leis e modos de percepção dos conflitos. Recuperar, mesmo que em seus grandes traços, esse percurso é fundamental, uma vez que a trajetória das lutas anteriores permite melhor entendimento das questões que estão em jogo. Da mesma forma, é importante perceber que a atualização das lutas por terra, no início da década de 1980, se faz em um campo de disputas onde surge uma diversidade de identidades e demandas que reconfiguram alguns temas e formas de aparecer dos trabalhadores do campo.

Neste capítulo, percorremos alguns momentos cruciais dessas lutas. Procuramos apontar alguns dos elementos que marcaram o período anterior ao golpe militar de 1964, bem como seus desdobramentos posteriores. Na parte final do texto, discutimos a conjuntura dos anos 1980, em particular a emergência, a partir desse período, de uma multiplicidade de atores e demandas, fato que nos remete à complexidade da questão agrária no Brasil contemporâneo.

# ANTECEDENTES

No Brasil, as lutas por acesso à terra e por melhoria das condições de vida dos que viviam do trabalho para outros sempre estiveram entrelaçadas. No tempo da escravidão, os escravos frequentemente fugiam das fazendas e constituíam quilombos, comunidades onde estava garantido o controle da terra. Após a abolição da escravidão, quando se generalizou o uso do trabalho livre nas grandes propriedades, o acesso à terra para plantio de lavouras de subsistência foi muitas vezes objeto de disputa com os fazendeiros, motivando diversos conflitos no interior das propriedades.[1]

Os conflitos em torno do acesso à terra eram pontuais, localizados e, em geral, tratados como questão privada ou, quando havia intervenção estatal, sob a óptica da repressão policial ou militar, como se deu, por exemplo, na repressão a Canudos (1897), no sertão da Bahia, ou à revolta camponesa de Contestado (1912-1916), no interior de Santa Catarina.

A década de 1920 prenunciou importantes mudanças no Brasil: o início do processo de industrialização, o surgimento do debate público sobre os direitos dos operários e a intensificação da discussão sobre os rumos a serem seguidos pelo país. Três eventos em 1922 expressaram algumas dimensões desse debate e deram especial impulso a projetos distintos de transformação social, política e cultural. A Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, desencadeou um fértil debate intelectual em torno das características da nação brasileira e das identidades nacionais. A emergência do *tenentismo*, movimento de jovens militares, articulou demandas por maior centralização do Estado e reformas democráticas, como a instituição do voto secreto. A formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) alentou o debate em torno das possibilidades de transformações mais profundas na sociedade brasileira e do lugar da classe operária nessas transformações. Em todos eles estava presente, mesmo que de maneira secundária, uma discussão sobre o mundo rural e seu significado para a constituição da nação. Esses temas permaneceram latentes na pauta política, em um contexto de profundas transformações pelas quais o país começaria a passar nos anos seguintes.

O período pós-1930 foi marcado pela tentativa de construção de "um novo conceito de trabalho e trabalhador, uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano industrial: o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo". Procurou-se criar uma ordem corporativa, em que era estimulada a colaboração entre classes. Para isso, a "estratégia jurídica de aliciamento e a proposta corporativista de sindicalização apontam para

[1] Para as diferentes formas dessa relação, cf., entre outros, Alier e Hall (s/d.), Martins (1979) e Palmeira (1977).

uma política especialmente orientada de controle da classe operária e de sua reestruturação a partir da orientação imprimida pelo poder".[2] Tratava-se de uma discussão cujo norte eram os operários fabris e a consolidação dos direitos trabalhistas.

Quanto aos trabalhadores do campo, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) fez defesas intermitentes da extensão desses mesmos direitos para o meio rural, manifestando em diversas ocasiões preocupação com a melhoria de suas condições de vida e com a fixação dos trabalhadores à terra. Como expressão disso, em 1937 foi apresentado à Câmara de Deputados um projeto de Código Rural, voltado para a regulação de direitos e obrigações relacionadas às atividade rurais. Nele procurava-se definir o que era *empregado rural* e regulamentar tanto o sistema de *barracões* de engenho, como as relações de trabalho nos seringais (Lenharo, 1986a, p.85-6).[3] Embora não tenha chegado a finalizar a discussão desse projeto, o tema da tradução das categorias existentes no campo para termos legais manteve-se na pauta política, por meio do debate em torno da regulamentação do direito de associação. Ao contrário da legislação fabril, que previa o direito de associação sindical a trabalhadores e empregadores, constituindo estruturas paralelas, o Ministério da Agricultura e os empresários rurais pregavam uma organização mista para o campo. Péricles Madureira Pinho (1939, p.58-9), um dos teóricos desse modelo, argumentava que

> enquanto nos centros urbanos as profissões constituem unidades distintas, na agricultura a uniformidade do trabalho não permite tal diferenciação. As mesmas pessoas se encontram diariamente nas horas de serviço, confundindo a "atividade profissional" com a familial e religiosa... A natural harmonização nas tarefas agrícolas, em que o proprietário se identifica com o trabalhador e, em muitos casos, é seu companheiro de trabalho, não poderia assim favorecer nem incentivar a formação de grupos profissionais... a própria assistência ao trabalhador é uma responsabilidade que o empresário agrícola assume tacitamente. Em meios assim – como o nosso, por exemplo – não há antagonismos que justifiquem a bipartição em sindicatos de categorias.

Quando, em 1941, foi constituída uma comissão interministerial para o estudo do enquadramento da agricultura na organização sindical,[4] o Ministério da Agricultura e a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA),

---

[2] Lenharo (1986a, p.15, 22).

[3] A referência aos seringais justifica-se pela intensa mobilização no sentido de levar trabalhadores do Nordeste para explorar borracha nativa na região Norte (os "soldados da borracha").

[4] Essa comissão, nomeada pelo presidente da República, foi presidida pelo diretor da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e contava com representantes dos ministérios da Justiça, do Trabalho, da Indústria e Comércio, da Agricultura; do Serviço de Economia Rural; da pecuária; da lavoura; das indústrias rurais. Embora o representante do Ministério do Trabalho indagasse sobre uma representação de trabalhadores da lavoura, na concepção de seu

entidade representativa dos *fazendeiros*, reiteraram a defesa de um sindicato misto, que não levasse desarmonia às "classes agrícolas". Acentuavam a impossibilidade de um sindicato próprio para os trabalhadores, alegando sua "deficiência intelectual e econômica" e a própria dificuldade em definir o que é a "profissão rural". Em 1944, um anteprojeto do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (defensor da existência de um sindicato para empregados e outro para empregadores) foi analisado pela comissão, e a posição da SNA foi derrotada. O decreto de sindicalização rural decorrente (Decreto-Lei n.7038/44) garantia representação paralela para patrões e empregados. Nele, eram definidos como *empregados* os que trabalhassem por conta de outrem. Caberia ao Ministério do Trabalho o reconhecimento das entidades de representação.

Logo depois, sem revogar esse decreto, foi baixado um outro (Decreto-Lei n.7449/45) que definia a formação de associações rurais como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial de base municipal, com representação em nível estadual por meio de federações. A entidade de representação nacional teria sua direção compartilhada com o governo federal, uma vez que parte de seus membros seria nomeada por este (Stein, 1991). Essas organizações seriam subordinadas ao Ministério da Agricultura. Com essa legislação, que demonstrava a força política da SNA, sinalizavam-se formas de tratamento da questão do trabalho rural no interior dos aparelhos de Estado distintas das que predominaram para os meios urbanos.[5] Sua principal bandeira era a defesa da necessidade de assistência sanitária e educacional ao *homem do campo* e o não reconhecimento do trabalhador como portador de interesses diferenciados e próprios.

No que se refere ao acesso à terra, a política do governo getulista configurou-se na Marcha para o Oeste, que se voltava para o estímulo à permanência dos trabalhadores no campo e à ocupação de áreas novas,[6] de forma a disseminar a pequena propriedade e a organização cooperativa. Getúlio Vargas, em um de seus discursos de 1º de Maio, anunciava:

> Os benefícios que conquistastes (referindo-se aos trabalhadores urbanos) devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Mesmo porque, se o não fizermos, corremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades – desequilíbrio

presidente a comissão tinha uma representação econômica por regiões, e não de classe. As atas dos trabalhos da comissão estão no SNA (1943).

5 Segundo Offe (1984), a seletividade exercida pelo Estado é a restrição não aleatória, ligada aos jogos de poder e interesses, de um espaço de possibilidades. É assim que se enquadram e excluem determinados grupos, interesses e temas no âmbito do pensável politicamente.

6 Fez-se inclusive a concessão de passagens, para que os descontentes com a cidade pudessem voltar ao meio rural; cf. Lenharo (1986b).

> de consequências imprevisíveis... Não é possível mantermos anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria, num país onde os vales férteis... permanecem incultos ou despovoados (apud Neiva, 1942, p.237).

A proposta, no entanto, não foi além da constituição de alguns núcleos de colônias agrícolas em Goiás, Paraná, Mato Grosso e Pará. Ao mesmo tempo, criaram-se algumas granjas-modelo na Baixada Fluminense, visando a aliviar o problema do desabastecimento urbano (Lenharo, 1986b).

No debate do período varguista é visível a tensão entre reconhecer a existência de uma relação de subordinação no campo e a constituição de um ideal de desenvolvimento com base na pequena propriedade. A produção legal do período mostra a importância política que a grande propriedade detinha, apesar da aguda crise por que passavam as exportações agrícolas em decorrência de seu retraimento durante a Segunda Guerra Mundial. Chama a atenção o fato de que os atores fundamentais nesse debate eram as agências estatais e uma organização representante dos grandes proprietários, a SNA. Na percepção desses atores, os trabalhadores do campo eram tidos como incapazes, do que decorria a necessidade de tutela permanente.[7] Apesar da emissão de alguns sinais de simpatia em relação à desconcentração fundiária, no Estado Novo ela é anunciada somente para as áreas da fronteira agrícola. Nas demais regiões, o poder dos grandes proprietários se fez valer.

## A EMERGÊNCIA DE *LAVRADORES*, *TRABALHADORES AGRÍCOLAS* E *CAMPONESES* COMO ATORES POLÍTICOS, 1950-1964

A redemocratização do país no imediato pós-guerra trouxe à luz conflitos latentes. Pouco a pouco, ganharam o espaço público questões que não eram novas, mas que se atualizaram e adquiriram visibilidade de acordo com os diferentes tipos de tensão. A mais generalizada referia-se às lutas pela permanência na terra. Estas passaram a ser tratadas com base em noções de direito sobre a posse da terra trabalhada, culminando na tradução dessas lutas particulares em demanda mais geral por reforma agrária. A adesão a essa bandeira supunha também uma condenação à concentração da propriedade da terra e à improdutividade. Isso deu densidade social à palavra *latifúndio* que, mais do que grande extensão de terra, consolidou significados relacionados à opressão, exploração, violência, improdutividade (Novaes, 1997). Paralelamente, também começaram a aflorar, em especial em São Paulo, e depois no Nordeste canavieiro, lutas por direitos trabalhistas, en-

[7] Martins (1981) analisa em profundidade as diversas dimensões da exclusão dos *camponeses* do pacto político e a tutela que cerca a história dessa categoria.

tendidos como extensão aos trabalhadores rurais dos direitos já legalmente obtidos pelos operários urbanos – limitação da jornada de trabalho, salário mínimo, férias, previdência social e possibilidade de organização sindical.

A tradução para o mundo rural dessas demandas por direitos contou com a ativa mediação inicialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No bojo desse processo, o termo *camponês* constituiu-se uma identidade política, ao tempo em que se produziu uma nova linguagem que expressava os conflitos localizados em termos das transformações mais amplas promovidas por essas organizações. A partir daí, um conjunto de demandas esparsas foi ganhando articulação e visibilidade.

Nesses anos, o PCB passou a envolver-se com a organização dos trabalhadores do campo, criando associações por todo o país e uma entidade nacional, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954.[8] No encontro de fundação dessa entidade, realizado em São Paulo, participaram delegações não só do estado sede, como também do Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão, Goiás, locais onde era mais intensa a atuação do PCB nos conflitos no campo.

Logo a seguir, em 1955, foi criada em Pernambuco uma associação de *foreiros* de um engenho decadente, que se constituiu no primeiro núcleo das Ligas Camponesas. Apoiada pelo advogado Francisco Julião, que assumiu a defesa dos trabalhadores ameaçados de despejo, e por intelectuais e políticos da região, essa associação se ramificou e, no início dos anos 1960, constituiu-se na principal força concorrente com o PCB. As Ligas diferenciavam-se do PCB pelas propostas de organização, concepções sobre o sentido da *revolução brasileira* e, portanto, a priorização de determinadas demandas e formas de luta.[9]

A análise das reivindicações contidas nos vários encontros e congressos de trabalhadores convocados pela ULTAB e realizados entre o Primeiro Congresso de Lavradores, em 1953, e a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963, bem como as das Ligas Camponesas, indica o processo de conformação de uma "nova matriz discursiva" (Sader, 1988). Essa matriz é disseminada por meio dos próprios eventos e jornais voltados para esses trabalhadores, principalmente pelos periódicos *Terra Livre*, produzido pelo PCB entre 1949 e 1964, e *Liga*, editado nos anos 1962 e 1963 pelas Ligas Camponesas.

Enquadrados como *assalariados* pelo PCB, as demandas dos *moradores* de engenhos e usinas de açúcar e dos *colonos* das fazendas de café foram traduzidas na reivindicação por extensão da legislação trabalhista ao campo, ou seja, introdução do registro em carteira de trabalho, jornada de oito horas, repouso semanal remunerado, férias e fim do desconto pela habita-

[8] Segundo o jornal *Terra Livre*, a fundação da ULTAB foi precedida por 25 congressos regionais preparatórios. Para mais detalhes, cf. Medeiros (1995).

[9] Camargo (1973), Medeiros (1995, 1983).

ção fornecida pelos *fazendeiros*. Em que pese o fato de grande parte desses trabalhadores ter acesso a um lote de terra para plantio de alimentos, o que era percebido como um direito, em nenhum momento eles foram pensados pelo PCB por outro viés que não o da relação capital-trabalho, tornando-se a greve a principal forma de luta estimulada.[10] Usando o respaldo da legislação trabalhista, interpunham a mediação da lei às demandas, de alguma forma adaptando-as ao quadro já existente e conformando-as à linguagem da esquerda. No entanto, no plano das ações concretas, essa segmentação mostrava sua ambiguidade. Esta se expressava, por exemplo, na reivindicação por acesso à terra para cultivo próprio no interior das fazendas, como é o caso da demanda pelo *sítio* nos engenhos de cana ou dos "vivas" à reforma agrária em passeatas de *assalariados* na Paraíba.[11]

Reivindicações de outras categorias também tendiam a ser traduzidas na linguagem legal. É o caso de *arrendatários* e *parceiros*, formas que recobriam uma variedade de possibilidades de acesso à terra mediante pagamento de taxas em espécie ou dinheiro: *foreiros*, *rendeiros*, *meeiros agregados*. Em um primeiro momento, a questão que produziu importantes mobilizações desses segmentos foi a exigência de fixação das taxas de arrendamento em 20% da produção, limite que já fora garantido em 1946 pela pressão dos comunistas em algumas constituições estaduais (Loureiro, 1982). Também lutava-se por prazos contratuais maiores, recusando-se a prática, bastante generalizada em algumas regiões, de plantio de capim para formação de pastos no terceiro ano de arrendamento da terra. Isso tornava os arrendatários trabalhadores itinerantes no interior das fazendas e entre fazendas, impedindo-os o plantio de culturas permanentes e uma vinculação mais estável com a terra.

No caso dos *posseiros,* a produção de reivindicações passava pela leitura do acesso à terra como um direito, forjado pelo trabalho contumaz, por investimento no desbravamento do solo, em oposição ao oportunismo e pela ausência de interesse produtivo dos *grileiros* e *latifundiários*. Desses conflitos, um dos mais significativos foi o que ocorreu em Formoso, Goiás, onde, desde o início da década de 1950, os posseiros, bastante organizados, conseguiram controlar um vasto território e impor seu reconhecimento ao governo estadual. Também na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro os conflitos envolvendo posseiros foram bastante intensos, em algumas situações desdobrando-se em confrontos com recurso às armas.

---

[10] Com base na imprensa da época, registramos 119 ocorrências de greves, principalmente nas fazendas de café paulistas, mas também na zona canavieira nordestina. Eram greves de diferentes proporções, algumas limitadas a apenas uma fazenda e de curta duração, outras envolvendo várias fazendas. A mais significativa, sem dúvida, foi a greve de 1963 na Zona da Mata Pernambucana, que parou quase todos os engenhos e envolveu milhares de trabalhadores. Sobre essas greves, cf. Medeiros (1995).

[11] Sobre a luta dos assalariados na Paraíba, cf. Novaes (1997).

O acionar das identidades era flexível. Por exemplo, grupos sociais que se identificavam em um determinado momento como *posseiros* e, portanto, demandavam a posse da terra contra as tentativas de sua apropriação por *grileiros*, em outras situações apareciam pagando taxas por seu uso, atitude que caracterizaria o reconhecimento da propriedade de outrem. Assim, *posseiro*, mais do que uma situação objetiva, claramente delimitável, era uma categoria política que explicitava determinadas demandas.[12]

*Parceiros*, *arrendatários*, *foreiros* e *posseiros* tinham suas reivindicações por direito à terra traduzidas na bandeira mais geral de reforma agrária, questionando a concentração fundiária e seus efeitos sobre o desenvolvimento do país. Por meio dela, essas lutas ganhavam espaço público, ao mesmo tempo em que buscavam seu reconhecimento legal, em um esforço por alargar os direitos constituídos.

Além das demandas que envolviam mais diretamente as condições de trabalho, também era possível constatar outras referentes às condições de vida, como criação de ambulatórios médicos e dentários, escolas de alfabetização, construção de fossas sanitárias. Também apareciam reclamos em torno dos direitos sociais, envolvendo aposentadoria, seguro e previdência social, garantias já obtidas pelos trabalhadores urbanos, mas não existentes para os do campo.

A reforma agrária foi o tema central no Congresso Nacional Camponês de Belo Horizonte, realizado em 1961, em um cenário de intensas disputas políticas no país. Dele participaram as diferentes formas existentes de organização,[13] com destaque para o PCB e as Ligas Camponesas, que disputaram arduamente concepções sobre a natureza da reforma agrária. Um assunto em particular que polarizou o encontro foi a regulamentação da parceria e arrendamento, defendida pelo PCB e criticada pelas Ligas, que acreditava que uma reforma agrária radical suporia a eliminação de qualquer dessas formas provisórias e precárias de acesso à terra.

A disputa entre o PCB e as Ligas pela representação dos camponeses deu-se em um contexto em que a radicalidade era tida como um valor positivo no campo político. Ambos concorriam por essa qualificação, não só em termos de conteúdo da reforma agrária, mas também de ações que a impulsionariam, como as ocupações de terra que começaram a ocorrer e passaram a ser noticiadas, pela imprensa ligada às lutas no campo, como ações exemplares. Esse foi o caso da ocupação do Imbé, em 1961, área con-

---

[12] Grynszpan (1987), Novaes (1997), Cunha (2007).

[13] O Congresso de Belo Horizonte foi convocado pela ULTAB, entidade com a qual estava vinculada a maior parte das associações de *lavradores* existentes no país. Para o encontro também foram convidadas as Ligas Camponesas e o MASTER, apoiado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Para uma leitura dos debates nesse congresso, cf. Medeiros (1995).

siderada *grilada* por uma usina de açúcar em Campos, no Rio de Janeiro. Em outros casos, as ações incluíam a reocupação de terras de onde *camponeses* haviam sido expulsos, feitas pela Ligas, ou a formação de acampamentos de sem-terra, promovida no Rio Grande do Sul pelo Movimento de Agricultores Sem-Terra (MASTER), entre 1962 e 1963.

No início da década de 1960, a Igreja Católica passou a intervir no campo, apoiando a reforma agrária e estimulando a sindicalização dos trabalhadores e passando a disputar as bases das Ligas e do PCB. A Igreja reconhecia a legitimidade das demandas em pauta, mas procurava dar-lhes uma solução que não passasse pelo "confronto de classes".[14] Para isso, incorporou vasta pauta de demandas, em especial as chamadas "reivindicações sociais", como previdência social, educação e saúde pública, assistência médica e hospitalar, alfabetização e educação.

## A REAÇÃO PATRONAL

No mesmo processo de constituição da identidade política *camponesa*, cresceu no debate político a presença dos proprietários fundiários. Organizados em suas associações, recusaram a pecha de *latifundiários* e participaram ativamente das discussões em torno da questão agrária. Lado a lado com a SNA e a também tradicional Sociedade Rural Brasileira (SRB), que expressava principalmente os anseios dos cafeicultores, multiplicaram-se as associações municipais e as federações, criadas nos termos do Decreto n.7449/1945, anteriormente referido. Algumas dessas federações pesavam decisivamente não apenas na política local, mas também na nacional. É o caso das Federações das Associações Rurais dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Como entidade de representação nacional, foi criada em 1954 a Confederação Rural Brasileira (CRB), cuja importância política pode ser percebida, entre outras coisas, pelo fato de que dispunha de assento em instituições estatais voltadas para a intervenção no campo, como o Serviço Social Rural.[15]

Representando os setores ligados à agricultura exportadora, as reivindicações dessas entidades se voltavam para uma política de mecanização da agricultura, vinculando-a ao debate em torno do desenvolvimento nacional e da questão agrária. A CRB identificava como principais problemas do campo a baixa produtividade da terra, resultante de métodos de trabalho

[14] Novaes (1997), Carvalho (1985).

[15] O Serviço Social Rural foi criado em 1955, como entidade autárquica, subordinada ao Ministério da Agricultura, visando à prestação de serviços no meio rural, como saúde, educação, habitação e incentivo à atividade produtiva, por meio do aperfeiçoamento de técnicas de trabalho e da criação de cooperativas ou associações.

rotineiros e ineficientes, do esgotamento dos solos e da falta de conservação e restauração; a instabilidade da produção, consequência da ausência de crédito, armazenamento, transporte e de planejamento; o baixo rendimento econômico; o baixo nível de vida do homem rural, acarretando o êxodo quer de trabalhadores, quer de proprietários.[16] Demandavam ainda a intensificação da ação do Serviço Social Rural, de forma a melhorar as condições de vida dos *rurícolas*, categoria utilizada para designar os que viviam no campo. Para essas organizações, a solução para o campo era recuperar a possibilidade de capitalização dos empresários rurais, por meio do acesso ao crédito e manutenção da segurança para a produção.

A proletarização rural, nessa perspectiva, decorria principalmente pela falta de capitais e pela impossibilidade de realizar poupança para a compra e exploração de terras, devido à escassez de crédito e à desvalorização da moeda. A pouca rentabilidade das empresas rurais, por sua vez, produzia salários baixos. Assim, a miséria do meio rural passava a ser vista como resultado do pouco apoio dado pelo Estado à produção agrícola. Nesse quadro, emergiam não como *latifundiários*, mas como *produtores*, demandando apoio do Estado para se capitalizar.

Em paralelo a esse debate, havia uma discussão em torno da extensão da legislação trabalhista ao meio rural, medida considerada inoportuna pelas entidades patronais. Os argumentos contrários a essa lei sublinhavam a pobreza da economia rural e repudiavam a associação dos trabalhadores em sindicatos em razão de sua ignorância e dispersão espacial, e pelo caráter potencialmente perigoso dessas entidades como órgão de reivindicação. Além disso, afirmavam que a legislação trabalhista se constituía em atentado à liberdade empresarial.

A oposição das associações a qualquer alteração na Constituição que permitisse distribuição de terras ia desde argumentos jurídicos de salvaguarda da livre iniciativa até os arrazoados que mostravam a inutilidade da reforma agrária, uma vez que a Constituição brasileira de 1946 já estabelecia que o uso da terra estava condicionado ao bem-estar social. Na visão predominante no setor patronal, a reforma agrária não era mais que um pretexto político para promover a sublevação do "proletariado agrícola", em aliança com os *comunistas* da cidade.

Se os trabalhadores do campo, ao longo desses anos, surgiam no espaço público como categoria específica e se faziam reconhecer como sujeitos políticos, não menos eficazes foram as entidades patronais. Elas não só mantiveram ao longo do tempo forte influência no Ministério da Agricultura, como também pesaram decisivamente nas articulações da sociedade civil que gestaram o golpe militar de 1964. A participação no derrocamento do

[16] Cf. a revista *Gleba*, editada pela Confederação Rural Brasileira (1955, p.26).

regime democrático se deu por meio de sua participação em duas entidades que tiveram notória importância na articulação do golpe: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES).[17]

## RECONHECIMENTO E REPRESSÃO: OS DIREITOS DOS TRABALHADORES RURAIS

O início da década de 1960 foi marcado pelo reconhecimento, por parte do Estado, de alguns direitos dos trabalhadores do campo. Apesar da resistência patronal, foi regulamentada em 1962 a sindicalização rural, instituindo sindicatos de trabalhadores e de patrões nos moldes do sindicalismo corporativista. Em 1963, após mais de dez anos de debates intermitentes no Congresso Nacional, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural. Com isso, foi cimentado o reconhecimento do trabalho rural como profissão, estendendo ao campo uma série de direitos trabalhistas vigentes para o meio urbano desde a década de 1930.

Logo após o golpe militar de 1964 foi aprovado o Estatuto da Terra, estabelecendo os objetivos e os termos de uma reforma agrária, e uma emenda constitucional que permitia que as indenizações das terras desapropriadas por interesse social fossem pagas em títulos da dívida pública após a desapropriação. Esses documentos passaram a delimitar o campo de disputas pelo perfil e limites da reforma agrária, mantendo-se ainda hoje como referência política.[18]

Com esse conjunto de documentos legais consagrou-se o reconhecimento político da existência de interesses diferenciados no campo, o direito à representação própria e a necessidade de o Estado intervir em situações de tensão social. Tanto as associações patronais como as de trabalhadores, progressivamente se transformaram em sindicatos. Manteve-se, no entanto, a disputa pelo enquadramento dos chamados "pequenos produtores". Estava em jogo não só uma adequação legal, mas, sobretudo, a produção de uma identificação, um conjunto de reivindicações e práticas políticas.

O golpe militar, em cujo desencadeamento as reivindicações por reforma agrária tiveram papel importante, produziu inovações institucionais e legais. Essas inovações surgiram a partir dos conflitos prévios ao golpe, em um processo que constituiu os trabalhadores do campo em atores políticos. Nessa nova conjuntura, no entanto, fazer valer os direitos adquiridos

[17] Estudo detalhado do IBAD e IPES sobre sua importância na articulação golpista foi feito por Dreifuss (1981).

[18] Sobre as ambiguidades do Estatuto da Terra, cf. Martins (1984), Medeiros (2002; 1989) e Bruno (1997).

implicava uma série de dificuldades. Com o golpe militar, as principais lideranças camponesas foram presas, assassinadas ou forçadas à clandestinidade. Os sindicatos sofreram intervenção e vários deles passaram a ser controlados por grupos estranhos às lutas desenvolvidas anteriormente. Desestruturaram-se as redes de apoio e sociabilidade que se constituíram ao longo do processo de produção de novas identidades políticas.

Ao mesmo tempo, vastos segmentos de trabalhadores rurais, acossados pela intensa e rápida modernização tecnológica, poupadora de mão de obra, não tiveram outra alternativa senão abandonar o campo em busca de novas possibilidades de trabalho. Passaram a viver na periferia das pequenas e médias cidades do interior, muitas vezes dedicando-se às atividades agrícolas como assalariados, mas de forma intermitente, trabalhando ora como cortadores de cana, na colheita de laranja, de algodão, de café, ora na construção civil ou fazendo "biscates" vários. Os direitos trabalhistas tornaram-se, quando muito, apenas uma referência remota.[19] O aparecimento do chamado trabalhador *boia-fria* nas regiões Sul e Sudeste e sua contrapartida pernambucana, o *clandestino*, foi a face mais dramática do processo de expropriação que então se intensificou. Da mesma forma, muitos *posseiros*, *parceiros* e *foreiros* acabaram sendo expulsos das terras em que viviam.

Como pano de fundo dessas transformações, é indispensável entender a presença do Estado. Se em um primeiro momento os empresários rurais se sentiram ameaçados pelo golpe, em razão da aprovação do Estatuto da Terra, logo depois grande parte de suas demandas no período anterior virou o norte das novas políticas públicas. Assim, por meio de incentivos fiscais para projetos agropecuários e crédito farto e barato, promoveu-se a modernização tecnológica nas áreas de cultivos tradicionais e foi estimulada a ocupação das fronteiras pelos grandes capitais, expulsando *posseiros* e índios (Delgado, 1985). Os trabalhadores não puderam fazer valer o Estatuto da Terra, mesmo a partir das atomizadas, porém recorrentes, ações de resistência e das denúncias da CONTAG. As cláusulas que previam a desapropriação das áreas de conflito e regulamentavam os arrendamentos e as parcerias foram tratadas como letra morta pelo próprio Estado.[20]

[19] Segundo a CONTAG, no início da década de 1980, cerca de 80% dos assalariados rurais não tinham carteira assinada. Grande parte deles eram *boias-frias*. Muitos outros eram trabalhadores em caráter permanente.

[20] De acordo com o Estatuto da Terra, as propriedades consideradas como latifúndios por dimensão (acima de 600 módulos rurais) ou por exploração (menor que 600 módulos, mas não aproveitadas de acordo com os parâmetros da localidade onde se inseriam) poderiam ser objeto de desapropriação por interesse social para fins da reforma agrária, mediante o pagamento do valor da terra nua em títulos da dívida agrária. O Estatuto da Terra regulamentou não só os prazos mínimos de contrato, como as obrigações de cada uma das partes contratantes. Com isso, esperava-se pôr fim aos conflitos que sempre foram recorrentes nessas relações.

Em síntese, o reconhecimento de direitos no plano institucional contrastava com a dificuldade de organização dos trabalhadores diante das novas condições que lhes foram impostas em um contexto de repressão por parte do Estado e pelos grandes proprietários de terra, assim como pela aceleração da modernização tecnológica. O Ministério do Trabalho, por sua vez, pouco se voltava para a fiscalização do cumprimento das leis. Como aponta Telles (1994, p.91), o plano legal não foi suficiente para estabelecer uma forma de "sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes a demandas legítimas".

Esses fatos não implicaram, no entanto, que os governos militares voltassem totalmente as costas para os trabalhadores rurais, até porque os conflitos persistiam e a precariedade das condições de vida se intensificava. Atualizando as concepções sobre a necessidade de tutela sobre os trabalhadores do campo, foram realizadas pelo próprio Exército ações de cunho social, em especial na região Norte do país onde os conflitos pela terra eram mais intensos (Martins, 1984). Também foram atualizadas as dimensões da "cidadania regulada" de que fala Santos (1979), estendendo aos trabalhadores rurais direitos previdenciários por meio da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), em 1971, que envolvia aposentadoria por velhice ou invalidez equivalente à metade de um salário mínimo, pensão, auxílio funeral e serviços de saúde.

No entanto, uma vez que o sindicato foi instituído como principal agente para obtenção desses direitos, mediante convênios que lhe atribuíam a contratação de médicos e dentistas, montagem de consultórios e encaminhamento de aposentadorias, esse espaço passou a ser identificado pelos trabalhadores como instância de acesso a benefícios e não de organização e luta, uma vez que grande parte dos sindicalistas não se dispunha a um trabalho organizativo. Como aponta Novaes (1997), constituiu-se uma geração de sindicalistas "prudentes", pouco afeitos às reivindicações e mobilizações. Em diversos locais, essas entidades de representação acabaram por se tornar mais um dos espaços de reprodução de práticas clientelísticas, com os porta-vozes do poder local disputando a representação dos trabalhadores como forma de ampliar suas bases de sustentação política.

Essas novas atribuições sindicais contrapunham-se, no cotidiano, à memória social, existente em algumas áreas, sobre o significado do sindicato e à própria orientação geral do sindicalismo coordenado pela CONTAG de fazer do sindicato um espaço de socialização dos direitos. Apesar da pouca eficácia de suas ações, em termos de impedir o processo de expropriação em curso, a CONTAG desempenhou um papel importante na difusão de determinadas concepções. Ligar as noções de direitos com as leis existentes e alimentar, embora de forma precária, um sentimento de injustiça são elementos que não podem ser desprezados como caldo de cultura para um revigoramento das lutas no campo que se verificaria nos anos 1980.

Foram essas concepções que alimentaram alguns conflitos ocorridos nos anos 1970, relacionados à disputa por terra, bem como as ações impetradas na Justiça em defesa dos direitos trabalhistas, em especial no caso de Pernambuco. Foi a atuação sindical que também generalizou e desneutralizou, como explica Palmeira (1985, p.50), o termo *trabalhador rural*, imposto por lei para o enquadramento sindical, acentuando sua referência ao trabalho na terra e recobrindo situações tão diversificadas como as de posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, assalariados permanentes ou temporários.

Esses processos foram marcados por contradições. Como apontam Palmeira e Leite (1998, p.128), a maior presença do Estado no campo, seja mediante o novo aparato legal, seja por meio dos investimentos incentivados, em alguma medida limitou as funções dos chefes locais, diminuindo-lhes o poder e criando novos mediadores. Segundo esses autores, o controle das clientelas passou a

> ser mediatizado pelo controle que terão de exercer sobre determinados postos na máquina do Estado – um Estado mais do que nunca centralizado – tornando-se mais complexo o seu *trabalho de dominação*. A patronagem exercida pelos grandes proprietários, já abalada pela saída em massa dos trabalhadores de dentro das fazendas, deixa de ser um mecanismo exclusivo de articulação dos camponeses com o Estado e com a sociedade. Abre-se a possibilidade de *patrões alternativos* e de *padrões alternativos*, ao mesmo tempo que se amplia o espaço para organizações estranhas ao sistema tradicional de dominação.

Nos anos 1970, segmentos da Igreja Católica que aderiram à Teologia da Libertação começaram também a promover a socialização de direitos, com seu trabalho pastoral e Comunidades Eclesiais de Base, em especial em áreas onde não havia sindicatos ou, se havia, não se dispunham a estimular a organização dos trabalhadores. Além de operar com noções de direitos referenciadas na lei, a Igreja atualizou a leitura bíblica nas lutas por terra, criando uma teologia especial que não só transformava o acesso à terra para trabalho em um direito, como remetia essas lutas à caminhada do povo hebreu em busca da Terra Prometida. Foi também nesse espaço que passou a ser feita a crítica à posição assistencialista dos sindicatos, chamando a atenção para a necessidade de renovar suas práticas. Com isso, foi estimulada a criação das chamadas *oposições sindicais*, portadoras de concepções distintas sobre o modo de agir sindical, baseadas na valorização da participação e organização dos trabalhadores e de suas mobilizações. Nessas ações da Igreja, teve papel central a criação, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), conforme detalha o Capítulo 4, de Poletto, neste livro. Esse tipo de intervenção transformou a Igreja em importante mediadora dos conflitos, em especial os fundiários.

## NOVO CICLO DE LUTAS NO CAMPO: ANOS 1980

No final da década de 1970 e início dos anos 1980 iniciou-se um novo ciclo de lutas que refletia não só as profundas alterações pelas quais passava a agricultura brasileira, como também a presença de novas mediações nos conflitos. Surgiram novos temas, novas lutas e categorias sociais, devido aos efeitos sociais e políticos da construção de grandes usinas hidrelétricas, do avanço da fronteira agrícola e pecuária, provocando a destruição de áreas de matas habitadas por populações indígenas e tradicionais, além do impacto da modernização rural sobre os pequenos agricultores. Em um contexto em que o tema da redemocratização do país se colocava na pauta política, a emergência de novo ciclo de lutas no campo se somou a várias outras, protagonizadas pelos operários do ABC paulista, pelos que se organizaram pela demanda por anistia aos exilados e presos políticos e por outros movimentos populares. Compunha-se um mapa diversificado de manifestações que foram fundamentais na fragilização do regime militar e no processo de abertura política que culminou com a campanha pelas "Diretas Já", em 1984, e a instauração da "Nova República", em 1985.

Esse novo ciclo foi marcado por continuidades e rupturas em relação à história anterior. A bandeira reforma agrária, como expressão da luta por terra, ganhou novamente centralidade, bem como as lutas por direitos trabalhistas e previdenciários. No entanto, essas mesmas lutas trouxeram em seu bojo a crítica a algumas práticas sindicais que se instituíram ao longo dos anos 1970 e produziram novas identidades e organizações que acabaram por questionar a categoria *trabalhador rural*, sedimentada em grande medida pela ação sindical.

No que se refere à luta por terra, vários fenômenos se sobrepuseram. Verificou-se a continuidade das lutas de *posseiros*, em especial nas regiões Norte e Nordeste, onde eram mais duramente acuados pelos efeitos do avanço dos grandes investimentos no campo. Também se constata a emergência de novas identidades, como é o caso dos *sem-terra*, dos *atingidos por barragens*, dos *seringueiros*, das *quebradeiras de coco de babaçu*, que criaram novas formas de luta e passaram a expressar novos temas e valores relacionados à crítica aos efeitos da modernização.

Essa nova dinâmica trouxe inovações no repertório de ações coletivas, que passaram a se voltar para os espaços públicos, em busca de visibilidade. Elas atualizaram também as referências legais. Em algumas situações, apoiavam-se fortemente nelas, reivindicando a aplicação do Estatuto da Terra. Em outros contextos, foram se constituindo novas interpretações da lei, e ainda se criaram fatos políticos cujo reconhecimento provocou novos direitos e inovações nas leis vigentes. Uma das lutas mais notórias do período foi a dos *seringueiros* do Acre, onde a transformação dos seringais em

pastagens, estimulada pelos incentivos do Estado, ameaçava as condições de trabalho e modo de vida das populações que lá viviam da coleta de borracha e castanha. Em um primeiro momento, os seringueiros demandaram o direito de ficar no local, com base no Estatuto da Terra. Ganharam visibilidade e apoios por meio dos *empates*, caracterizados pela tentativa de bloqueio do desmatamento pela presença de, às vezes, centenas de seringueiros e de suas famílias impedindo a entrada dos encarregados dessa tarefa nas áreas. No decorrer da resistência, conseguiram a constituição de novos instrumentos legais, como os que deram origem às reservas e assentamentos extrativistas, garantindo o direito à terra e impedindo a derrubada da floresta.

Outra situação nova é a dos grandes projetos hidrelétricos que desalojaram milhares de famílias em decorrência da inundação de vastas áreas. Se, num primeiro momento, em algumas regiões foram aceitas propostas de indenização, no fim dos anos 1970 podem ser visualizados dois polos importantes de resistência aos efeitos da política energética: um em Itaparica, Pernambuco, outro em Itaipu, no Paraná. Apesar das diferenças nas mediações políticas dessas lutas (no Nordeste, a ação inicial da Igreja foi seguida de forte articulação sindical; no Sul, a CPT foi a principal organizadora e porta-voz), vários aspectos foram comuns, como as demandas iniciais por melhoria dos valores das indenizações, sucedidas pela reivindicação de terra à beira do lago. Também coincidiram em alguns atos de desobediência civil, como a ocupação dos escritórios das empresas hidrelétricas, a retirada de marcos indicativos dos limites dos futuros lagos e a criação de obstáculos à circulação de técnicos, os quais deram maior visibilidade às demandas dos *atingidos*. No caso do Paraná, muitos dos posseiros que não conseguiram receber indenizações ou ser reassentados se organizaram com o apoio da Igreja no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Oeste (MASTRO), uma das vertentes do que viria a constituir, logo depois, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A continuidade dos projetos hidrelétricos e a articulação das lutas de resistência dos *atingidos* acabaram desaguando em um movimento de contestação da própria construção de barragens, que passaria de uma articulação local a uma iniciativa de alcance nacional por meio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Além dessas lutas de resistência, nas quais o acesso à terra foi demandado a partir de noções costumeiras sobre direito de uso, o final dos anos 1970 viu nascer, no Sul do país, um amplo movimento de ocupações de terra, conforme detalham os Capítulos 5, de Fernandes, e 6, de Carter. As ocupações fundaram novas concepções de direito: não era questionada a legalidade da propriedade da terra, mas principalmente sua legitimidade, uma vez que não ocorria uma destinação produtiva. Atualizou-se, por meio dessas práticas, a própria noção de função social da terra, incorporada à

Constituição brasileira desde 1946, regulamentada pelo Estatuto da Terra e legislação complementar e atualizada na Constituição de 1988.[21]

Como aponta João Pedro Stédile, um dos principais líderes do MST,

> se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado... a lei só é aplicada quando existe iniciativa social... a lei vem depois do fato social, nunca antes. O fato social na reforma agrária é a ocupação, as pessoas quererem terra, para depois se aplicar a lei (Stédile e Fernandes, 1999, p.115).

As ocupações de terra cresceram ao longo da primeira metade dos anos 1980, consolidaram-se com a organização do MST e foram importante motor das desapropriações, a partir daí realizadas, pelos fatos políticos que criaram, pelo apoio que receberam de diversas entidades e pelas pressões que conseguiram exercer.

No que se refere aos assalariados, a grande maioria já vivia fora das propriedades e emergiu na cena política por meio de ciclos de greves, entre o final dos anos 1970 e meados da década de 1980 (Sigaud, 1986). A primeira delas ocorreu na Zona da Mata pernambucana, em 1979, sob liderança da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE). No ano seguinte, a greve se repetiu, parando quase todos os trabalhadores da cana do estado. Como resultado, além do reajuste salarial, foi aprovada uma *tabela da cana*, atualização da tabela conquistada com a greve de 1963, na Zona da Mata, e que se tornara letra morta. Essa tabela estabelecia tarefas e remunerações correspondentes, de forma a minimizar os chamados *roubos dos patrões*, comuns nas medições e pesagens da cana cortada. Além das reivindicações salariais, a pauta incorporou a antiga reivindicação por acesso à terra, recuperando a lei que permitia aos trabalhadores da cana que viviam no interior das propriedades usar dois hectares de terra para plantio de bens de subsistência (*Lei do Sítio*, como é conhecida na região canavieira de Pernambuco).

Como desdobramento da greve, seguia-se a luta pelo cumprimento dos acordos. Menos visível, exigindo mobilização permanente, tendo de enfrentar o cotidiano da disputa com os patrões, na maior parte das vezes mediada pela violência, esse era também o momento em que de alguma

[21] A noção de função social da terra foi introduzida no Brasil pela Constituição de 1946, mas não era definida. A Constituição de 1988 definiu que "a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores" (artigo 186). Para uma discussão mais extensa sobre o assunto, cf. o Capítulo 15, de Meszaros, neste livro.

forma eram testadas as lideranças sindicais, a partir de sua capacidade de fazer valer o acordo por meio de ações na justiça.

A partir desse período, desenhou-se um modelo de paralisação, com base na lei de greve vigente na época, que passou a ser difundido por outras regiões canavieiras do Nordeste (Paraíba, Rio Grande do Norte) e Sudeste (Minas Gerais e Rio de Janeiro). Nessas greves era essencial a mediação sindical em todas as suas etapas. Em outras áreas, as greves eclodiram sem a mediação sindical, como é o caso de Guariba (SP), onde a paralisação emergiu sob outros parâmetros e foi marcada por uma onda de saques, depredações e violência. A participação sindical só ocorreu depois, quando as mobilizações já seguiam seu curso.

Na década de 1980, evidenciou-se ainda um reordenamento do lugar político dos *pequenos agricultores.* Os indícios foram não só seu aparecimento na cena pública, por meio de uma série de mobilizações, como também o crescente peso que lideranças desse segmento passaram a ganhar no interior do sindicalismo rural. Vários fatores contribuíram para esse fato, entre eles a descrença no potencial da modernização da agricultura como forma de melhoria de suas condições de vida; o efeito acumulado de experiências associativas, que refletiam as dificuldades em competir com as grandes cooperativas e empresas agroindustriais; o germinar de novas lideranças, com forte influência da Teologia da Libertação (mesma matriz de diversas lideranças do MST), questionadoras da ação da CONTAG.

Nesse contexto, surgiram diversas experiências de *oposições sindicais* no país. Elas passaram a conduzir mobilizações marcadas pela prática de trancamentos de estradas, portas de bancos e de órgãos públicos, como forma de dar visibilidade às suas demandas e pressionar o Estado a atendê-las. Amadureceram propostas de *tomada* de cooperativas (na maior parte das vezes, frustradas), alimentadas pela percepção de que os *pequenos produtores*, maioria dentro delas, não detinham nenhum controle político sobre suas decisões. Também foram realizadas experiências de sindicatos por categorias específicas (*fumicultores*, *suinocultores*, *avicultores*), voltados para as complexas negociações que envolviam os contratos de produção com as agroindústrias.

Nas disputas políticas que recortavam o sindicalismo, os *pequenos produtores*, progressivamente, passaram a ocupar lugares de mais destaque. Demandas antigas se reenquadraram no diagnóstico da situação agrária e agrícola do país, o que os levou a falar cada vez mais na necessidade de um “novo modelo de desenvolvimento” (e não apenas na inversão de sinais das políticas públicas). Reafirmaram-se, assim, como trabalhadores e, dessa forma, evidenciaram um conjunto de demandas que os distanciavam dos interesses do agronegócio, mas os consolidaram como segmento com particularidades em relação às demais categorias de trabalhadores do campo. Nesse processo, foram importantes também as atividades de formação e

de intercâmbios internacionais, promovidas, sobretudo, por iniciativas da Igreja e de organizações não governamentais.

Esses elementos se somaram ao crescimento do debate intelectual sobre a importância econômica e social da *agricultura familiar*, debate que, por meio da ação de assessorias, rapidamente passou a circular no meio sindical e colocou no centro da discussão sobre políticas públicas para o campo o *agricultor familiar.*[22] Essa categoria rapidamente substituiu, no debate político e na linguagem sindical, o termo dominante até os anos 1980: o *pequeno produtor*. Sob essa perspectiva, temas antes considerados de menor importância, como a discussão de alternativas de comercialização, a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias, as implicações das escolhas tecnológicas, as dimensões ambientais da produção agrícola, passaram a ser valorizados e a ganhar outros significados como indicadores de novos caminhos possíveis.

Para tornar visíveis essas demandas e as questões colocadas no interior do sindicalismo, tiveram importância as grandes mobilizações nacionais, como é o caso dos Gritos da Terra, promovidos pela CONTAG a partir de 1991, inicialmente com apoio do MST, CPT, MAB e outros. Essas mobilizações apresentavam vasta pauta de demandas ao Estado e se constituíram em uma forma espetacular de apresentação e negociação de reivindicações, mas também de buscar apoio da sociedade para as propostas. As entidades sindicais vinculam uma série de medidas consideradas de interesse dos agricultores à força dessas mobilizações. É o caso da criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) e do aumento de recursos para o Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), hoje incorporado ao PRONAF.

No plano da organização sindical, essas mudanças corresponderam à crise de um modelo de condução de conflitos e de representação sindical, implicando alterações em modos de fazer políticas e formas de organização. Esse processo correspondeu à ascensão e reconhecimento político de dirigentes que expressavam os interesses desse setor, paralelamente à perda de importância daquelas ligadas aos *assalariados*. Um dos resultados foi o aparecimento de organizações distintas, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), criada em 2001 e transformada em FETRAF-BRASIL em 2005, e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), criado em 1996. Sem entrar em detalhes sobre essas organizações, o que importa ressaltar é a afirmação de que elas possibilitam novas identidades e temas, inclusive no que se refere a questões relacionadas à produção. Não por acaso, um dos temas de sua pauta

[22] Sobre esse debate, cf. FAO/INCRA (2000), Schneider (2003), Abramovay (1992), Veiga (2001), Wanderley (2000).

é o estímulo à agroecologia e a crítica ao modelo produtivo implantado na agricultura brasileira nas últimas décadas.

Outro efeito importante desse reordenamento de posições foi o fato de questões relacionadas aos *pequenos produtores* deixarem de ser vistas como típicas do Sul do país. Experimentos de organização da produção emergiram em diferentes regiões, impondo uma nacionalização das questões referentes à *agricultura familiar*. Em alguns desses casos, as organizações de trabalhadores se mobilizaram para disputar recursos dos fundos especiais voltados para o desenvolvimento regional, criados pela Constituição de 1988.[23]

Por esses caminhos, é possível constatar certa convergência entre as demandas dos *sem-terra*, muitos dos quais *agricultores familiares* pauperizados, e os da nova categoria que emerge politicamente de uma mesma matriz, criticando a própria natureza do desenvolvimento brasileiro baseado nas grandes unidades produtivas e apontando formas de levá-lo em outra direção. Essa aproximação, passível de ser constatada pelo conteúdo das demandas, no entanto, não se traduziu de maneira mecânica em uma convergência política da organização que a alimenta.

Além disso, a descentralização de atribuições governamentais, prevista na Constituição de 1988, fez crescer o debate em torno do município como espaço de produção e gestão de políticas públicas, provocando uma valorização da ação voltada ao espaço local. Com isso, houve um maior interesse na intervenção na esfera municipal, pela atuação em conselhos que foram criados, pela projeção de lideranças de associações e sindicatos para a esfera político-partidária, mediante a entrada na disputa por vereanças e mesmo prefeituras e assembleias legislativas estaduais. Para tanto, também contribuiu a ampliação dos temas sindicais que passaram a incorporar questões não estritamente relacionadas à esfera do trabalho, mas a gênero, geração, saúde, educação e lazer.

A partir de meados da década de 1980, paralelamente à ocupação dos espaços públicos por demandas relacionadas à terra e ao fortalecimento da agricultura familiar, é possível afirmar que os *assalariados* reduziram seu papel no cenário dos conflitos. A crise progressiva da agroindústria canavieira, em razão do fim dos subsídios estatais, provocou falência de várias unidades produtivas e desemprego. Nas áreas onde se manteve forte, as tarefas de corte passaram, em grande medida, a ser feitas por máquinas, dispensando mão de obra. Com esse quadro, o poder de negociação dos *canavieiros* estreitou-se muito, contribuindo para manter condições hostis de

[23] É o caso dos fundos constitucionais, tais como o FNO, FNE e FCO. Os fundos constitucionais foram criados pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a obrigação de a União destinar 3% da arrecadação do Imposto sobre a Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de suas instituições financeiras de caráter regional.

trabalho e tornar inviáveis lutas pelo cumprimento de direitos trabalhistas. No entanto, em algumas das regiões canavieiras tradicionais, tanto as ações do MST quanto dos sindicatos levaram os trabalhadores das usinas falidas a alimentar um novo ciclo de ocupações de terra. Esse fato é particularmente notório na Zona da Mata nordestina, onde a chegada do MST, em seu processo de "nacionalização", implicou um renascimento da luta por terra, fenômeno estudado nos Capítulos 7, 12 e 16, de Sigaud, Wolford e Rosa, respectivamente. Essa dinâmica também se verificou em algumas regiões canavieiras de São Paulo, mediante a ação da Federação dos Empregados Rurais e Assalariados de São Paulo (FERAESP).[24]

Se o caso dos *assalariados* é ilustrativo da fragilidade dos direitos no meio rural, mais ainda o é a situação extrema do *trabalho escravo*, fato que vem sendo denunciado em especial pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). O termo "trabalho escravo" recobre os trabalhadores aliciados por empreiteiros para trabalhar em regiões distintas daquelas de seu local de origem. Os trabalhadores assumem uma dívida desde o início, seja por pagamento de débitos anteriores, ou adiantamentos para deixar para a família antes da partida. Essas dívidas aumentam com os gastos de viagem, alimentação e compra de instrumentos de trabalho. Acumulam-se ao longo do tempo e dificilmente conseguem ser saldadas, de forma que se repõe a necessidade do trabalho pela coerção.[25] A atomização dos trabalhadores e o isolamento de seus laços familiares e de amizade dificultam qualquer forma de contestação e resistência coletivas, a não ser pela denúncia de mediadores externos, como a CPT e outras entidades de defesa de direitos humanos.

## NOVAS FORMAS DAS ORGANIZAÇÕES PATRONAIS: OS ANOS 1980

As medidas modernizadoras adotadas durante o regime militar se aproximaram, em grande medida, do que eram as demandas das entidades de representação dos setores patronais no campo. Por efeito delas, grandes conglomerados industriais e financeiros adquiriram terras nas áreas de fronteira. O grande capital passou a conviver com os setores mais tradicionais da agricultura que, de alguma forma, também se beneficiaram dos subsídios estatais.

A retomada das mobilizações dos trabalhadores do campo, principalmente as ocupações de terras, provocou rápida polarização, que trouxe

[24] Essa federação sindical surgiu como dissidência da FETAESP, ligada à CONTAG, e agregava vários sindicatos da região canavieira paulista. As principais greves de assalariados em São Paulo, nos anos 1980, ocorreram sob sua direção.

[25] Sobre trabalho escravo, cf. Figueira (2004; 2000), Barelli e Vilela (2000) e Esterci (1994).

novamente as entidades patronais à visibilidade na cena política. Se no início da década de 1980 a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) se voltava às reivindicações por créditos subsidiados, o anúncio de um Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, provocou fortes reações. Isso aconteceu de modo especial pelo fato de o anúncio ter sido feito com grande simbolismo no IV Congresso da CONTAG.

Um mês após o anúncio do Plano, os grandes produtores rurais realizaram um congresso em Brasília onde rechaçaram a possibilidade de uma reforma agrária de caráter distributivista. Os argumentos apresentados modernizavam os velhos temas do discurso empresarial rural. Enfatizando a íntima ligação da agricultura com o complexo agroindustrial, afirmavam que a industrialização da agricultura exigia, nessa óptica, que a atividade agrícola ficasse nas mãos de quem tivesse o capital necessário para produzir. Segundo os empresários, uma política fundiária deveria necessariamente estar subordinada a uma política agrícola que favorecesse o avanço do complexo agroindustrial. Finalmente, esgrimiam argumentos no sentido de que uma reforma agrária desorganizaria a produção e, sobretudo, que seria uma intervenção na liberdade de iniciativa.[26]

Nesse mesmo encontro em Brasília, foi fundada outra entidade de representação patronal, a União Democrática Ruralista (UDR), que passou a atuar ora em compasso com as demais entidades existentes de longa data (CNA, SRB, SNA), ora assumindo mais diretamente o combate às propostas reformistas. Seu surgimento marcava divergências no interior da classe patronal em relação às medidas anunciadas. Como aponta Bruno (1997), se um setor ligado à CNA e à SRB entendia a reforma agrária como inevitável e pregava que os empresários deveriam assumir as rédeas do projeto, para outros era necessária uma reação mais contundente, em que a retórica favorável à violência não era camuflada. A frase "para cada fazenda invadida, um padre morto" foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação. É desse setor mais radicalizado que emerge a UDR, aglutinando principalmente pecuaristas, e com forte apoio dos grandes proprietários de São Paulo, detentores de terras em diversos estados do país, em especial Mato Grosso, Goiás, Pará e Maranhão.

Atuando em diversas frentes, a UDR manteve-se como o grande porta-voz das posições antirreformistas. A mobilização para sua causa foi feita por meio de grandes eventos, em especial leilões de gado para arrecadar fundos para financiar as atividades da entidade. No início, a UDR também exerceu forte pressão sobre o Congresso Nacional, para depois disputar representação própria nesse espaço. No plano local, notabilizou-se pela reedição das tradicionais práticas violentas que marcaram a história da

[26] Medeiros (1989), Bruno (1997).

propriedade fundiária no Brasil. As milícias privadas, modernizadas no formato de empresas de segurança, foram amplamente utilizadas para tentar coibir as ocupações.

A reação patronal, da qual a UDR foi a face mais visível, conseguiu agregar apoios que garantiram a progressiva descaracterização da Proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária. A expressão mais acabada de seu poder de persuasão verificou-se nos embates por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, quando conseguiu garantir, nos termos da nova Carta Magna, que as "propriedades produtivas" não seriam desapropriadas, deixando para a legislação complementar a própria definição do que era produtivo.

Nos anos seguintes, verificou-se, cada vez mais, a consolidação do poder empresarial no campo, articulando capitais e constituindo associações empresarias em que se organizavam a propriedade da terra e os demais setores produtivos ligados à produção modernizada (insumos, sementes, máquinas), bem como à comercialização e exportação.

## CONCLUSÕES

A emergência dos trabalhadores rurais na política constituiu-se um fato novo na segunda metade do século XX. Daí em diante, suas lutas passaram a permear o panorama político nacional, com sucessivos ciclos de mobilizações que colocaram na ordem do dia diversas facetas de suas demandas e permitiram a visualização do próprio processo de conformação de direitos.

Ao longo desses anos, foram múltiplas as experiências organizativas, as identidades construídas, as formas de ação empregadas. Nesse quadro, pensar a emergência do MST no início dos anos 1980 significa considerar a história das lutas passadas, as marcas que deixaram não só nas instituições políticas como também nas formas de organização e de ação dos trabalhadores do campo. Implica entender a natureza específica dos confrontos que se gestaram, a maneira como as oposições se articulam e se configuram ao longo do tempo. Significa pensar ainda um contexto de lutas em que diferentes atores se entrecruzam e se constituem de forma mútua.

Desses enfrentamentos emerge um novo rural, marcado pela recusa à precariedade, pela luta pela participação na conformação dos espaços públicos, em um esforço pelos trabalhadores de serem vistos e ouvidos, e assim romper com o anonimato. Afinal, como aponta Hannah Arendt (1987, p.67),

> ser visto ou ser ouvido por outros é importante pelo fato de que todos veem e ouvem por ângulos diferentes. É este o significado da vida pública, em comparação com a qual até mesmo a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer: somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo, com seus respectivos aspectos e perspectivas.

# História social do campo, Brasil 1944-2005: uma cronologia

| Ano | Acontecimento |
|---|---|
| 1944 | Decreto-Lei n.7038/44 que definia a representação sindical paralela entre trabalhadores e patrões no meio rural. |
| 1945 | Decreto-Lei n.7449/45 que definia a formação de associações rurais como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial de base municipal, com uma representação a nível estadual por meio de federações. |
| 1945 | Aparecimentos das primeiras associações de lavradores. |
| 1949 | Aparecimento do primeiro número do jornal *Terra Livre*. |
| 1953 | Primeiro Congresso de Lavradores. |
| 1954 | Segundo Congresso de Lavradores e criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).<br>Criação da Confederação Rural Brasileira (CRB). |
| 1955 | Criação do Serviço Social Rural. |
| 1955 | Criação da Liga Camponesa da Galileia (Pernambuco). |
| 1960 | Surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul. |
| 1961 | Congresso Camponês de Belo Horizonte. |
| 1962 | Aparecimento do jornal *Liga*, editado pelas Ligas Camponesas do Brasil. |
| 1962 | Regulamentação da sindicalização rural. |
| 1963 | Criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). |
| 1963 | Aprovação Nacional do Estatuto do Trabalhador Rural pelo Congresso Nacional.<br>Greve dos canavieiros pernambucanos. |
| 1964 | Golpe militar (31 de março).<br>Aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto da Terra (novembro). |
| 1971 | Criação do FUNRURAL. |
| 1975 | Criação da Comissão Pastoral da Terra. |
| 1979 | Primeiras ocupações organizadas de terra no Sul do Brasil. |
| 1979 | Greve dos canavieiros de Pernambuco, dando início a um ciclo que se repetirá nos anos seguintes em Pernambuco e em outros estados do Nordeste e Sudeste. |
| 1984 | Criação formal do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).<br>Greve de Guariba em São Paulo. |
| 1984 | Movimento das "Diretas Já". |
| 1985 | Início da Nova República.<br>Proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária. |
| 1991 | Primeiro Grito da Terra Brasil. |
| 1996 | Criação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). |
| 2001 | Criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul (FETRAF-Sul). |
| 2005 | Criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF-Brasil). |

# 4
# A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária

Ivo Poletto

*Citando al Popol Vuh, dice Eduardo Galeano que cuando*
*los dioses formaron a los seres humanos, antes de encontrar al maíz,*
*su esencia verdadera, los hicieron de madera.*
*Estos, aunque parecían seres humanos, no tenían sentimientos*
*y no respetaban la tierra. Los dioses creyeron que los habían eliminado,*
*pero no: siguen existiendo y son los que gobiernan el mundo.*
*La gente de maíz, sin embargo, está viva,*
*y como flor que rompe el asfalto, sigue germinando.*

Sílvia Ribeiro

Em novembro de 2004, foi realizado em Brasília o Primeiro Congresso da Terra e da Água. O evento promovido pelas principais entidades nacionais que conformam o Fórum pela Reforma Agrária contou com a presença de 10.000 indígenas, quilombolas, sem-terra e produtores familiares. Apesar de convidados, nem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nem o ministro do Desenvolvimento Agrário se fizeram presentes no evento. A única ministra que aceitou o convite, a de Minas e Energia, Dilma Rousseff teve momentos de grande dificuldade de comunicação com os participantes, resultando até em manifestações maciças de desaprovação.

Três entidades religiosas – a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Setor Pastoral Social da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e a Cáritas Brasileira, também vinculada à Igreja Católica – fizeram parte da organização do Congresso, dando claro sinal do seu compromisso em favor dos deserdados do campo em sua luta pela terra e a água como fonte de vida.

Desde a década de 1970 a sociedade brasileira passou por processos de profunda transformação política, mas não conseguiu enfrentar pela raiz a sua grave desigualdade na apropriação da terra. Hoje, o Brasil é um país em

franco processo de integração à globalização capitalista neoliberal, com pelo menos quatro milhões de famílias sem-terra e um número cada vez menor de grandes proprietários, que mantêm seu poder oligárquico tradicional.

A organização de um Congresso da Terra e da Água teria sentido em qualquer país do mundo. Basta ter presente o que significam para a humanidade as ameaças no modo de explorar estes dois bens essenciais à vida, transformados a cada dia mais em mercadorias. No Brasil, um evento como este expressa com nitidez o posicionamento dos movimentos populares ligados à luta pela terra frente à política agrária e agrícola do governo federal. Ao mesmo tempo, elas revelam os dilemas da mobilização social em favor de transformações profundas frente a um governo eleito para responder a essas expectativas.

Já no final do segundo ano de mandato, o governo Lula dava evidentes sinais de ter cedido às pressões em favor de uma política econômica conservadora, deixando de lado seus compromissos históricos em benefício de mudanças que criariam novas oportunidades sociais para a maioria da população. A justificativa oficial de que era preciso privilegiar o agronegócio e os demais setores exportadores para gerar superávit comercial, e assim manter credibilidade internacional junto aos credores, podia ser aceita no primeiro ano, mas já em 2004 deixou de convencer os setores sociais mais progressistas. Frente a isso, cresceu entre estes grupos a consciência da necessidade de intensificar a mobilização popular para pressionar o governo a mudar o rumo de sua política. A realização do Congresso da Terra e da Água em Brasília foi fruto desse impasse, e uma expressão dessa inquietude popular.

O engajamento de entidades religiosas na celebração desse Congresso nos remete a um fato que data de mais de meio século: o apoio de setores da Igreja Católica e das igrejas protestantes à reforma agrária. Este capítulo apresenta uma resenha histórica da participação das igrejas cristãs na mobilização social em favor da redistribuição da terra e a promoção de direitos no campo brasileiro. O texto expõe as posições contraditórias no interior da Igreja e explica o contexto em que nasceu, em 1975, seu principal instrumento na promoção da justiça social e os direitos humanos no campo: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). O capítulo termina com uma avaliação dos principais desafios e alcances da CPT ao longo de mais de 30 anos de vida. Nele se destaca a sua contribuição na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e outros movimentos populares no campo.

## AS IGREJAS CRISTÃS E A LUTA PELA TERRA

Para compreender de forma correta a história da participação das Igrejas Cristãs na luta pela terra no Brasil é fundamental ter presente algumas características dessas instituições. Costuma-se identificar cada uma das igrejas

com os documentos e com a palavra de seus porta-vozes oficiais. O que vale nessa visão, é, por exemplo, o que aprovam, publicam e falam os bispos da Igreja Católica. Nessa perspectiva, a palavra e as ações dos movimentos e entidades pastorais não são consideradas expressão da Igreja. Esse enfoque, mesmo sendo importante, não é suficiente para o nosso objetivo.

Muitas vezes as instituições eclesiásticas têm mantido relações com as instituições estatais que as comprometeram com práticas políticas contrárias aos interesses e direitos da maioria da população. Foi o que aconteceu com a instauração da ditadura militar a partir do golpe de Estado de março de 1964. Praticamente todos os órgãos de direção das Igrejas Cristãs deram apoio ao golpe, comprometendo sua liberdade de ação até mesmo em relação à violência que se abateu sobre muitos militantes cristãos. Com o decorrer do tempo, algumas igrejas recuperaram certos espaços de liberdade, em decorrência da violência do regime militar e as pressões internas de pessoas e entidades ligadas a estas igrejas.

Não é correto, então, olhar cada igreja como se fosse um bloco monolítico, que teria na palavra de seus dirigentes a expressão única de suas posições e de seu modo de interpretar e de agir em cada realidade. Na Igreja Católica, por exemplo, a pluralidade se expressa até mesmo através de posicionamentos assumidos por um "grupo informal" de bispos que nasceu em 1973 e continua ativo até os dias de hoje. Mais do que tornar públicas análises e decisões discordantes das posições oficiais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), esse grupo tem como objetivo levar para o diálogo do episcopado formas que consideram mais evangélicas de realizar a missão da Igreja (Poletto, 2002, p.115). Foi justamente por este caminho que a CNBB veio a assumir a Comissão Pastoral da Terra e mudar a sua posição oficial em relação à questão da terra.

A experiência nos mostra que nas igrejas a unidade é vivida na diversidade. Por mais que se pretendam direções autoritárias e centralizadoras, os cristãos e as cristãs sempre tiveram e têm a liberdade de se articular com relativa autonomia, buscando na oração e na reflexão caminhos de fidelidade à missão de seguidores de Jesus Cristo. Podem até ser desautorizados, mas sua persistência abre oportunidades de mudança de posicionamentos oficiais. As igrejas são, então, instituições complexas e só uma visão aberta e uma metodologia que dê conta de suas complexidades será capaz de nos revelar o sentido de sua presença na história.

## Renovação que vem das margens

A aprovação das Igrejas Cristãs ao golpe militar de 1964 foi justificada como medida aceitável em vista da finalidade anunciada: evitar que o Brasil fosse tomado pela ideologia comunista. Muitos cristãos e cristãs

não concordaram. Aliás, estes já se encontravam em práticas sociais e políticas classificadas pela ditadura como sendo colaboração ingênua com as forças desejosas de implantar o comunismo no país. Na hora da prisão e da tortura, esses militantes cristãos foram abandonados pela maioria dos membros do episcopado.

É o que aconteceu com a Ação Católica especializada, desenvolvida nos diversos meios sociais: junto aos universitários, aos estudantes secundários, aos operários, aos jovens de classe média e aos jovens do campo, através da Juventude Agrária Católica (JAC).[1] Por terem assumido, e com mandato da hierarquia, a missão de evangelizar o meio rural, e por terem participado ativamente do processo de organização dos camponeses em vista da conquista da reforma agrária, os militantes da JAC e outras frentes da Ação Católica foram vistos como agentes subversivos. Muitos foram perseguidos e reprimidos com violência.

A presença de cristãos, jovens e adultos, apoiados por membros do clero que os acompanhavam como animadores espirituais, junto aos diferentes tipos de trabalhadores do campo, porém, foi uma novidade para aquela época. É importante lembrar que o reconhecimento de que os camponeses poderiam organizar-se em sindicatos somente aconteceu no início de 1963.[2] Até então, todas as suas iniciativas organizadas eram imediatamente vistas como insubordinação, como caso de polícia e, como tal, reprimidas. Dominação, dependência e práticas de trocas de favor eram a regra. Os senhores da terra controlavam a liberdade dos seus trabalhadores, dos moradores em suas fazendas, dos meeiros que trabalhavam em suas terras pagando um aluguel igual à metade ou mais da produção. Assim mesmo, esses senhores, com o apoio dos governos, seus aliados, conseguiram manter como hegemônica a falsa ideia de que os camponeses eram gente humilde, pacata e ordeira, que viviam felizes com a ajuda dos bons proprietários de terra. E, para completar, mantiveram a ideia de que eram pessoas incapazes de se organizar e agir autonomamente por causa de seu atraso cultural, como explica Medeiros no Capítulo 3.[3]

A luta pela reforma agrária foi uma das justificativas mais fortes para a deflagração do golpe militar de 1964. Daí a extrema dureza com que foram

[1] Como ação católica junto aos adultos do mundo rural foi organizada a Ação de Cristãos no Meio Rural (ACR), e teve presença mais forte no Nordeste do país. Cf. Silva (1985).

[2] O Estatuto do Trabalhador Rural, Lei n.4.214, foi sancionado em 2 de março de 1963. Já o sindicalismo urbano foi reconhecido desde a promulgação da CLT, em 1943. Sobre o assunto, cf. Pessoa (1999, p.66).

[3] Mesmo assim os camponeses organizaram revoltas politicamente importantes, que chegaram a ser interpretadas como afronta ao poder militar, como foi o caso da Revolta de Canudos, na Bahia (1893-1897), e a Guerra do Contestado, em Santa Catarina (1912-1916); em ambas, os participantes camponeses foram dizimados por forças militares. Sobre elas, cf. Martins (1981).

tratados os movimentos e as lideranças camponesas. Em todo o país, os nascentes sindicatos foram reprimidos como antros de comunistas e os demais movimentos, como as Ligas Camponesas, presentes de modo especial em estados do Nordeste, além da república de Trombas e Formoso, em Goiás, foram apagados do mapa.[4]

Os militantes cristãos sofreram a repressão política junto com os camponeses e educadores populares no campo. A hierarquia eclesiástica, em vez de lhes dar respaldo e defesa, assumiu as dúvidas e acusações, e fechou diversas frentes da Ação Católica especializada. Mesmo assim, militantes e assistentes eclesiásticos mantiveram viva sua presença no Nordeste e Sudeste, algumas vezes com apoio de bispos e igrejas locais, outras de forma clandestina em relação ao Estado e à própria estrutura eclesiástica.

De toda maneira, a Ação Católica e outras frentes de educação popular, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e os Núcleos de Cultura, ligados à educação popular – especialmente à alfabetização concebida por Paulo Freire, que educava para a prática da cidadania – são parte dos antecedentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são referências indispensáveis dessa história. Elas germinaram nas igrejas que procuraram colocar em prática as orientações do Concílio Vaticano II, animadas por bispos que tomaram posição contra as violações de direitos humanos e a própria ditadura. Nesse trabalho de base, esses bispos tiveram o reforço de agentes pastorais que atuavam na Ação Católica e em outras iniciativas de educação popular. As CEBs são grupos formados por cristãos que, inspirados na leitura comunitária da Bíblia, atuam na realidade de sua vida através da organização de diferentes formas de reivindicação, junto com a promoção de iniciativas de trabalho cooperativo e a criação de frentes populares que visam conquistar transformações estruturais. É através desse trabalho de organização e conscientização popular que, aos poucos, a questão da terra retornará como questão política. Mas nos anos 1970 a repressão acabará se intensificando em vários lugares e exigindo outras formas de articulação.

É por isso que ao se falar da criação da CPT, nos anos 1974 e 1975, precisamos ter presente toda essa fermentação que vem de baixo e das margens das instituições eclesiásticas. São iniciativas respaldadas não apenas nas necessidades imediatas de solidariedade cristã, mas nas inspirações e orientações que emanaram do Concílio Vaticano II (1962-65), e da Conferência dos Bispos da América Latina (CELAM) realizada em Medellín, em 1968 – que foi, para a região, como uma encarnação criativa do próprio Concílio. O Vaticano II e Medellín ofereceram fundamentos teológicos e pastorais a estas práticas renovadoras. Como sempre, contudo, a renovação concreta,

[4] Sobre o golpe de Estado de 1964 e a influência anticomunista da Igreja Católica, cf. Dreifuss (1981). Sobre a repressão aos movimentos camponeses, cf. Martins (1981).

mesmo presente em documentos assumidos pela hierarquia, só avança pela ação de pessoas, de comunidades, de igrejas locais mais coerentes.

## Mudanças na hierarquia católica

Nos últimos 50 anos, a Igreja Católica brasileira viveu um profundo processo de conversão que atingiu também sua hierarquia e significou uma contribuição significativa para os avanços da luta popular pela terra no Brasil. Nos anos 1950 e início da década de 1960 a CNBB apoiou a realização da reforma agrária como uma das políticas indispensáveis para modernizar o país, em sintonia com as exigências de setores sociais e propostas políticas daquela época. O país vivia o clima do desenvolvimentismo. Com planejamento centralizado e algumas reformas sociais, seria possível dar velocidade a um desenvolvimento capitalista que levaria o Brasil às condições econômicas dos países industrializados. A CNBB apoiou esse processo de reforma motivada pela necessidade de criar melhores condições de vida para muitos brasileiros e, por outro lado, para evitar o avanço das propostas revolucionárias de cunho socialista.[5] Mesmo assim, essa posição majoritária foi contestada por uma minoria de bispos, que publicaram o livro *Reforma Agrária: Questão de Consciência*, condenando qualquer tipo de reforma agrária como um atentado ao direito de propriedade, considerado natural e com origem divina (Sigaud et al., 1960). Enquanto a posição da CNBB tinha a Ação Católica, especialmente a nascente Juventude Agrária Católica (JAC), e outros grupos de promoção do sindicalismo dos lavradores como veículos de mobilização de suas posições, o grupo minoritário dava forças à ativista e ultraconservadora Tradição, Família e Propriedade (TFP) como seu braço de ação político-social.

A promulgação do Estatuto da Terra pelo governo militar, em novembro de 1964 – uma lei que declarava uma posição de mudança no campo, mas através de política de reforma agrária conservadora – foi uma das razões para a posição benevolente da CNBB em relação às práticas iniciais da ditadura. Nos anos posteriores a CNBB limitou-se a cobrar, e sem grande empenho, a realização do Estatuto da Terra. Mas, com o crescimento das violações dos direitos humanos depois da implantação do Ato Institucional Cinco (AI-5) pela linha dura do regime militar, em dezembro de 1968, e novos atos de repressão a bispos e agentes da pastoral, a CNBB foi assumindo uma posição mais crítica em relação ao regime.

Nesse contexto é que surge um grupo informal de bispos, que decidem, em 1973, a partir de uma reunião em São Paulo, publicar alguns documentos

[5] Além do texto de Carvalho (1985), uma análise mais aprofundada pode ser encontrada em Martins (1989, p.24-35).

com seu posicionamento crítico frente à realidade. A iniciativa foi fortemente estimulada por Dom Tomás Balduíno, bispo de Goiás, que percorreu com sua equipe de assessoria diversas regiões do país para convocar esse encontro de bispos. As cartas episcopais foram assumidas por diferentes grupos de bispos, superiores religiosos e missionários, pessoas reconhecidas que dificilmente seriam atingidas de forma direta pela repressão. As edições desses documentos foram precárias, algumas inclusive clandestinas. Elas foram, em 1973, dos bispos e superiores religiosos do Nordeste – *Eu Ouvi os Clamores de Meu Povo*; dos bispos do Centro-Oeste – *Marginalização de um Povo: o Grito das Igrejas*; e de bispos e missionários que atuavam junto a Povos Indígenas – *I-Juca-Pirama: o índio, aquele que deve morrer!*[6] Com críticas profundas ao sistema econômico e à violência política promovidas pela ditadura, com uma reflexão bíblica e teológica que iluminava essa realidade, e com um reconhecimento das iniciativas populares e dos direitos dos trabalhadores, esses documentos expressaram compromissos públicos de setores da Igreja Católica em favor da construção popular de uma sociedade democrática que favorecesse a socialização dos bens, da cultura e do poder.

A CPT, como se verá mais adiante, nasce em 1975 em meio a um clima de incipiente contestação pública ao regime militar e de articulação de bispos e agentes de pastoral comprometidos com os setores populares. Ela constituirá o evento mais importante na reorientação da Igreja Católica em relação ao campo e à luta pela terra. De fato, o surgimento da CPT representou uma mudança importante para a CNBB pelas seguintes razões:

1) Reconheceu e acatou propostas de algumas igrejas diocesanas que há mais tempo, e com grande sofrimento e perseguições, realizavam práticas pastorais a serviço de homens e mulheres do campo, defendendo seus direitos e incentivando sua organização;
2) Acolheu e deu apoio à Comissão Pastoral da Terra como um organismo *oficioso*, ligado pastoralmente à CNBB, mas autônomo em sua forma organizativa e administrativa;
3) Tornou-se acolhedora dos crescentes gritos de socorro levantados pelos camponeses atingidos pela violência do latifúndio e pelas ações governamentais, comprometidas com os interesses do latifúndio e com a violência do processo de modernização agrícola em favor das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais, especialmente na Amazônia.

Ainda assim, as relações entre a CNBB e a CPT nem sempre foram tranquilas. Prova disso é que, já no segundo semestre de 1976, a CPT, com um ano de trabalho efetivo, é convocada, junto com o Conselho Indigenista

[6] Os dois primeiros documentos foram publicados na revista SEDOC, Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste (1973) e Bispos do Centro-Oeste (1973).

Missionário (CIMI) – que articulava a pastoral junto aos povos indígenas desde 1972 – a dar explicações sobre sua forma de atuação e de organização na reunião do Conselho Permanente da CNBB. De fato, havia oposições, algumas radicais e definitivas, representadas especialmente pelos membros da Tradição, Família e Propriedade, alguns deles bispos e sacerdotes, além das pressões dos militares e grandes proprietários, feitas em nome de sua fé católica e da tradição de defesa da propriedade pela Doutrina Social da Igreja. Esse diálogo resultou, contudo, num reconhecimento muito positivo da CPT e do CIMI.[7]

Mas a CNBB manteve uma relação adulta, de apoio e de crítica, quando necessário, com a CPT. A confiança assentava-se na objetividade com que a CPT fundamentava suas denúncias e no testemunho de sua ação, inspirada no Evangelho de Jesus e na reflexão teológico-social. Foi assim que, por exemplo, a CNBB apoiou a participação de bispos articulados pela CPT na primeira Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Questão Agrária, realizada pela Câmara Federal em 1977.[8] Em seus depoimentos, além de detalhados relatos do que ocorria nas diferentes regiões do país, foram apresentadas análises críticas do processo de desenvolvimento rural, com denúncias das violências e do desrespeito aos direitos dos camponeses, especialmente em relação ao acesso à terra. Do mesmo modo, foram feitas diversas sugestões sobre o que se deveria fazer para que o solo brasileiro fosse colocado a serviço da vida de toda a população.

Provocada pela dramática situação no campo, e influenciada pelo trabalho da CPT e os debates públicos em torno à sua atuação, a CNBB assumiu a questão da terra como tema central de sua Assembleia Geral de 1980. O amplo processo de debate na elaboração do documento *Igreja e Problemas da Terra* possibilitou à CNBB um passo significativo na redefinição de sua visão e de sua prática em relação à questão agrária. De fato, o conteúdo doutrinal foi inovador. Avançou-se na definição do que a Igreja defende como direito à propriedade da terra. A propriedade de "terra de trabalho" é legítima, pois seu uso, através do trabalho, a coloca a serviço da vida. A propriedade de "terra de negócio", destinada à exploração e à especulação, favorecendo praticamente só ao proprietário, contudo, não realiza sua destinação social e não é, por isso, legítima.[9]

Mas o posicionamento profético e comprometido com as lutas populares que os bispos assumiram nessa Assembleia foi tão ou mais importante do que essa explicitação da Doutrina Social da Igreja. Como exemplo de coerência, eles se comprometeram a rever o uso das propriedades da Igreja: as que não fossem necessárias à sua missão deveriam ser colocadas à disposição da re-

---

[7] Sobre as conclusões dessa reunião da então Comissão Representativa da CNBB, em outubro de 1976, cf. Boletim da CPT, Ano II, n.07, nov/dez de 1976.

[8] Cf. Boletim da CPT, Ano III, n.10, maio-junho de 1977.

[9] CNBB (1980, p.83-93).

forma agrária.[10] O documento da CNBB deu um forte apoio à reestruturação da propriedade da terra no país, exigindo passos efetivos para que ela fosse redistribuída aos que precisam dela como meio de trabalho. Além de assumir a Comissão Pastoral da Terra e outros organismos pastorais como agente evangelizador, a CNBB comprometeu-se a defender, apoiar e dinamizar as diversas formas de organização dos diferentes tipos de camponeses e trabalhadores do campo, vendo nelas a expressão da consciência ativa dos cidadãos e o instrumento principal de sua luta para tornar efetivos os seus direitos.[11]

A partir de 1980, a questão da terra é tema recorrente nos pronunciamentos e documentos da CNBB, em âmbito nacional e regional, assumindo-a também em suas Campanhas da Fraternidade e em outras iniciativas. Foi sem dúvida muito forte seu empenho, por exemplo, na campanha pelo abaixo-assinado em favor da proposta popular de reforma agrária e do direito de propriedade de terra para o Congresso Constituinte, em 1987 e 1988. Mesmo derrotada, por força do domínio do poder oligárquico no Congresso e da truculência dos grandes proprietários arregimentados pela União Democrática Ruralista (UDR), essa proposta popular continua até os dias de hoje como marco de luta das forças que apoiam a realização da reforma agrária como passo indispensável para que haja justiça social e efetiva democratização de oportunidades no país.

Nos longos anos que se seguem à ditadura, a CNBB manteve de modo geral a mesma orientação, exigindo que a ética presida a política, que a vida presida a economia, que o direito de todas as pessoas tenha precedência em relação aos interesses de minorias. Mesmo não conseguindo que suas propostas fossem assumidas por todas as suas comunidades, em parte por falta de unidade em relação à prática e limitações na metodologia de mobilização, a insistência em favor da reforma agrária continua presente nos documentos assinados pela CNBB. De modo especial, isso pode ser observado nos textos que animam programas e atividades promovidos pela CNBB e as Pastorais Sociais, como a Semana Social Brasileira, o Gritos dos Excluídos e o Mutirão pela Superação da Miséria e da Fome.[12]

---

[10] Para maiores detalhes sobre esta questão e a experiência de distribuição de terras da Igreja, cf. Lenz (1980) e Guanziroli e Fernandes (1987).

[11] CNBB (1980, p.94-104).

[12] A Semana Social Brasileira é uma iniciativa ecumênica de diálogo com a sociedade civil promovida pelas Pastorais Sociais da CNBB. A 4ª Semana Social teve lugar entre 2004 e 2006, com o objetivo de articular e mobilizar as forças sociais em favor de um Mutirão por um Novo Brasil. O Grito dos Excluídos é uma manifestação popular anual realizada por diversos setores religiosos e movimentos populares, incluindo a CPT e o MST. A iniciativa surgiu da 2ª Semana Social Brasil, em 1994, e estendeu-se para outros países da América Latina em 1999. O Mutirão pela Superação da Miséria e da Fome é um programa criado pela CNBB em 2002, que busca engajar as comunidades eclesiais e pessoas de boa vontade em favor de ações sociais que possam enfrentar as contradições estruturais da sociedade brasileira e criar possibilidades concretas para que os pobres superem a sua situação de miséria. Sobre a atuação histórica e recente da CNBB na questão agrária, cf. Poletto (2003).

O mérito maior por essa ação pastoral com sentido político, construída em meio a preconceitos, perseguições e violências, cabe sem dúvida aos homens e mulheres do campo. Eles provocaram, com suas ações e seus clamores, a mudança de prática das igrejas. Mas a presença da Igreja Católica, de modo especial por meio da CPT, foi um fermento na vida, na consciência, no espírito, na geração de criatividade e de autoestima, no enfrentamento das violências e na quebra dos preconceitos do povo do campo.

## A CPT E A MOBILIZAÇÃO PELA TRANSFORMAÇÃO DO CAMPO

### Gênese de um serviço evangélico aos trabalhadores do campo

A CPT surgiu em um tempo marcado pelo governo presidido pelo general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), responsável pelo período de maior repressão política no país nos 20 anos de ditadura. Em nome da Segurança Nacional, o regime promoveu a caça violenta de todos os que eram considerados inimigos internos da pátria. As igrejas que vinham dando à sua pastoral uma orientação de apoio à organização popular também sofreram os ataques do regime militar. Tudo que era caracterizado como "pastoral popular" e que se consolidava nos Grupos de Evangelho, Comunidades Eclesiais de Base, e os trabalhos de educação popular foram colocados sob suspeita. Foram controlados por agentes de repressão e tiveram dirigentes presos. Chegou-se ao ponto de deter, em 1972, toda a Equipe Pastoral da Prelazia de São Félix, incluindo seu bispo, Dom Pedro Casaldáliga, recém-empossado.

Essa perseguição serviu para tornar público que existiam trabalhos de pastoral popular em diferentes igrejas locais, atuantes nas diversas regiões do país, e que havia ações com essa orientação também em localidades em que a hierarquia não apoiava ou se opunha a elas. Em alguns grupos mais comprometidos da Igreja, foi crescendo a percepção do isolamento dessas práticas, e de que isso era fruto precioso da estratégia ditatorial. Ao mesmo tempo, porém, cresceu também a consciência da necessidade de articulação como forma de troca de experiências e como reforço a todas as iniciativas.

A iniciativa do grupo informal de bispos de publicar as três cartas pastorais de 1973 – do Nordeste, Centro-Oeste e região amazônica – deu um forte impulso a este processo de articulação. Ao final desse ano, o mesmo grupo se reuniu para avaliar os frutos desses documentos, momento em que surgiu o plano de organizar um Encontro de Articulação, em que participariam educadores e agentes presentes em diferentes práticas de pastoral e educação popular implantadas em todo o país, seja em áreas urbanas ou

rurais. Com os riscos e cuidados necessários, esse Encontro foi realizado em Salvador, Bahia, em fevereiro de 1974, sob o patrocínio do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) dos Jesuítas. Uma das atividades de continuidade desse Encontro previa completar o mapeamento das iniciativas existentes em todas as regiões do país. Foi no desdobramento dela que nasceu a ideia e a proposta de realizar a articulação por tipos de realidade e de ações, como o Conselho Indigenista Missionário já havia começado a fazer em relação aos trabalhos junto aos povos indígenas.

A CNBB aceitou posteriormente patrocinar um Encontro Pastoral da Amazônia Legal, proposto por Dom Pedro Casaldáliga, um integrante do grupo informal de bispos. Dom Pedro sentia necessidade de uma maior articulação pastoral por causa das perseguições que sua Prelazia sofria. De fato, a Prelazia de São Félix do Araguaia tinha assumido uma posição muito crítica em relação às consequências das políticas de desenvolvimento da Amazônia, explicitada com clareza em sua primeira Carta Pastoral, *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*, publicada em 1971.

O Encontro da Pastoral da Amazônia Legal, realizado em Goiânia, em junho de 1975, deu origem à CPT. De fato, esse Encontro fez que a CPT nascesse não para responder a necessidades da Igreja, mas para ajudar a Igreja a ter uma presença mais evangélica na realidade concreta dos povos da Amazônia. A vida dos povos, ameaçada por políticas que favoreciam somente os grandes grupos econômicos, foi assumida como um lugar teológico, de onde se ouviu o chamado de Deus e se definiu a missão dos seus seguidores. A percepção provavelmente mais decisiva foi a de que as transformações necessárias só seriam conquistadas com a organização dos principais interessados, os povos oprimidos da Amazônia e de todo o país. A Pastoral da Terra deveria, por isso, ser um serviço eclesial a esses povos, possibilitando que tivessem maior segurança no conhecimento de seus direitos, e animando sua organização.

No interior da Igreja a CPT devia articular, assessorar e dinamizar os que realizavam trabalhos em favor dos camponeses e, mais amplamente, devia provocar as igrejas locais a assumirem organicamente a causa dos direitos dos camponeses em seu planejamento pastoral. Com isso, a CPT se propôs a romper o isolamento dos agentes de pastoral, criando espaços para troca de experiências, para aprofundar o conhecimento da realidade, qualificar os trabalhos da Pastoral da Terra e refletir sobre o sentido teológico desse engajamento na defesa e promoção dos direitos dos camponeses. Demonstrando corresponder a uma necessidade, foram imediatamente se multiplicando as Comissões Pastorais da Terra em cada estado da região amazônica e, em seguida, nos demais estados brasileiros. Em 1979, já havia regionais da CPT em praticamente todos os estados do país. Em 1995, a CPT tinha 1.062 agentes de pastoral trabalhando em todas as regiões do

Brasil.[13] Apesar das oposições ferrenhas ao seu trabalho por parte dos que ideologicamente se opunham à reforma agrária, a existência das CPTs locais e regionais criou oportunidades de renovação em diversas dioceses e avanços no posicionamento da própria CNBB (Poletto, 1985).

A CPT nasceu com uma orientação ecumênica. Essa inovação na pastoral social da Igreja Católica veio a reforçar de forma concreta a abertura ecumênica auspiciada pelo Concílio Vaticano II. A relação mais intensa será com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com trabalhos e participação conjunta na coordenação das CPTs dos estados do Paraná, Espírito Santo, Rondônia, Mato Grosso e Roraima. Com o tempo, membros de outras igrejas se juntaram nesse serviço evangélico, inclusive alguns de confissões pentecostais, de modo especial no Rio de Janeiro. Essa dimensão ecumênica influenciará a motivação e a compreensão bíblico-teológica da missão da CPT. A prática ecumênica nem sempre foi bem vista e compreendida pela CNBB, mas ela continua até hoje como uma das características dessa pastoral.[14]

## Uma pastoral que marca o Brasil

O sociólogo José de Souza Martins destacou, em texto do final da década de 1980, que na luta pela terra no Brasil havia a marca e os riscos de uma sacralização do espaço político libertador. Mas essa sacralização não foi produzida propriamente pela ação da Igreja, e sim pela "expansão capitalista dos últimos 20 anos... que modificou a relação entre terra e poder: o capital se associou à propriedade da terra, tornou-se por isso conservador e antirreformista". A própria Igreja "foi de fato mobilizada por esse confronto". O processo de sacralização do espaço político está

> estreitamente associado ao confinamento da ação política do pobre e marginalizado às estruturas políticas imediatas e locais. Ora, é aí que está a sede última de parcela fundamental do poder político. É aí que as oligarquias realimentam seus vínculos clientelísticos e de dominação. É aí, também, que se abre o confronto prático e imediato com o direito de propriedade que sustenta a dominação oligárquica, que hoje associa terra e capital. (Martins, 1989, p.62)

[13] CPT (1997, p.273). Depoimentos sobre a gênese da CPT podem ser encontrados em Poletto e Canuto (2002). Os testemunhos recolhidos aqui suprem a falta de documentos da época, impossibilitados pela repressão política.

[14] *Teologia da Terra*, de Barros e Caravias (1988), reúne a rica reflexão que foi sendo elaborada a partir da prática e que alimentou a espiritualidade e a teologia dos agentes da Pastoral da Terra. Ela foi influenciada e influenciou a Teologia da Libertação bem como a Leitura Orante da Bíblia, animada de modo especial pelo Centro de Estudos Bíblicos (CEBI).

É nesse local que a luta pela terra se sacralizou pelo comprometimento da Igreja Católica e outras igrejas cristãs com os pobres, com os camponeses. O nascimento da CPT se deu pela necessidade de superar a dispersão e fragmentação dessas lutas locais. O dilema fundamental dessa situação era saber se a Igreja continuaria efetivamente ao lado e na missão de apoio aos pobres camponeses, ou se resvalaria para o pacto conservador entre detentores de capital e proprietários da terra (Martins, 1999, p.66).

Em 2005 a CPT celebrou 30 anos de existência. É um tempo significativo para um trabalho realizado num país tão extenso e diversificado como o Brasil. Afinal, ela teve e tem atuação na região amazônica, com suas florestas e desmatamentos; com seus grandes rios e a experiência da privatização da água na cidade de Manaus; com pescadores ribeirinhos, que sentem necessidade de reforma aquática junto com a reforma agrária; com seringueiros, que lutam por reservas florestais, e não por lotes familiares; com lavradores, que vivem o desafio de cultivar a terra com objetivo econômico sem destruir o meio ambiente; com grandes empresas agropecuárias, que só pensam em exportar, não se importando com a destruição das florestas; com empresas de mineração, presas a seus interesses de lucro no curto prazo. A CPT teve e tem atuação no Nordeste, em que está a maior parte do Semiárido brasileiro, mas estão também áreas úmidas e extremamente férteis, só que ocupadas por proprietários tradicionais e modernos, muito ciosos do poder que elas lhes conferem e dispostos a tudo para impedir qualquer modificação da ordem existente. Da mesma forma, atuou e atua na grande região central do país, marcada pelo bioma do Cerrado, que passou por um processo violento de ocupação econômica assentado na monocultura de exportação, e já sente a ameaça de sua destruição. Teve e tem igualmente presença ativa nas regiões Sudeste e Sul, marcadas por processos de modernização da agricultura, em que foi submetida cada vez mais ao ritmo e interesses da indústria. Essas regiões, contudo, foram marcadas igualmente pelo nascimento e atuação do principal movimento social camponês, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Ao longo de seus 30 anos, a CPT revelou diferentes acentos na sua prática pastoral. Não se pode dizer que eles se sucederam cronologicamente; o correto é perceber que, diante de novos problemas, a CPT assumiu ou reforçou determinada dimensão e priorizou ações em favor de determinados tipos de trabalhadores rurais, sem abandonar as dimensões anteriores. A última seção deste capítulo destaca sete acentos em particular: o trabalho da CPT junto aos posseiros; os atingidos por barragens hidrelétricas; os sem-terra; os agricultores familiares; os boias-frias e trabalhadores escravos; assim como as ações em favor da ecologia e promoção dos direitos humanos.[15]

[15] Esses acentos no trabalho da CPT se inspiram num estudo de Canuto (2002).

## Os posseiros: defesa da terra trabalhada

Foi de fato esse o tipo de camponês que, ao ser violentamente atingido em seus direitos pelo avanço da apropriação capitalista da terra na Amazônia, provocou a presença e a ação da CPT. Como se sabe, ela nasceu num Encontro de Pastoral da Amazônia e seu campo de atuação inicial foi essa região.

O posseiro é um camponês que ocupa e cultiva uma terra de que não tem título de propriedade. Em geral, a falta de título se deve à falta de condições para pagar pela terra e pelos trâmites burocráticos. De modo especial, pesava em tudo isso o costume e modo de entender o direito à terra do povo do interior do país. Diante da quantidade de terra não cultivada nem cercada, sem configuração externa de propriedade, as famílias tinham a tradição de separar uma área para nela cultivar alimentos para si e para vender, podendo, se necessário, avançar para outra terra. Qual a base do direito à terra dessa família? É o trabalho que cria o direito à terra: a pessoa ou família que desmata, limpa, prepara, semeia, zela, colhe em determinada terra é a que tem direito a ela. Nessa concepção popular prima uma economia moral: a terra em si é criação de Deus entregue a toda a humanidade, que ninguém pode separar como sua em definitivo porque Deus não a vende.

O conflito com os posseiros, portanto, nasceu de concepções contraditórias em relação à terra, ao trabalho e ao direito, e isso configurou a desigualdade das forças em confronto. Os que chegaram à região vieram com a ideia de que a terra é um bem a ser adquirido ou roubado no mercado de terras; de que o trabalho faz parte do mercado de trabalho, em que se pode contratar pelo menor preço possível para garantir maiores margens de lucro; e de que o direito à terra é determinado pelo título de propriedade, conseguido a partir da compra desse bem ou da compra – ou falsificação – do próprio título, através da grilagem, ou falsificação de títulos de propriedade.[16] A apropriação capitalista das terras amazônicas se deu na perspectiva de sua utilização como meio de produção e especulação; e sempre como fonte e meio de exercer o poder local.

A chegada do pretenso novo proprietário com a escritura da área provocava um drama na vida dos posseiros, pois logo os novos donos da terra faziam ameaças aos lavradores e promoviam agressões violentas por meio de capangas – destruições de casas, roças, tortura e assassinatos – além de mobilizar a polícia local, e até o Exército, em defesa dos seus interesses. Tudo isso se realizava na maior impunidade, pois o processo judicial era sempre favorável ao detentor do título da propriedade. Em resumo, os pos-

[16] O livro de Asselin (1982), sacerdote canadense e primeiro vice-presidente da CPT, foi e continua sendo um documento fundamental para compreender o processo criminoso da grilagem de terras e a sua instituição como mecanismo recorrente na constituição da propriedade da terra no Brasil.

seiros tinham contra si toda a força do Estado autoritário, já que o governo militar tinha como uma de suas políticas de desenvolvimento a ocupação capitalista das regiões de fronteira agrícola.

A CPT teve como sua primeira frente de serviço a proteção humanitária, a defesa jurídica e o apoio à organização dos posseiros. Foi literalmente o batismo de sangue da CPT. Alguns de seus agentes, além de enfrentar ameaças e perseguições, pagaram com sua vida a solidariedade pastoral com as comunidades de posseiros. Basta lembrar o padre Josimo Tavares, assassinado pelo seu trabalho no então norte de Goiás, hoje estado do Tocantins;[17] e o advogado Eugênio Lyra, que atuou em Santa Maria da Vitória, na Bahia. De fato, em pouco tempo foi descoberto que havia posseiros em praticamente todas as regiões do país, notadamente no Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, com destaque para Minas Gerais. Isso foi provando que a questão da terra não era apenas amazônica, mas uma questão nacional, fruto da grave desigualdade da estrutura fundiária nas demais regiões do país (Santos, 1993).

Junto aos posseiros, como é ressaltado no Capítulo 7, de Ondetti, Wambergue e Afonso, sobre o Pará, a CPT teve um papel fundamental na promoção das primeiras organizações camponesas da região amazônica: os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. A CPT também contribuiu de modo decisivo na documentação e divulgação nacional dos conflitos de posseiros, e das injustiças cometidas pelo Estado e por grandes empresas capitalistas que se apropriavam das suas terras.

## Os atingidos por barragens: organizando a resistência aos grandes projetos hidrelétricos

A CPT nasceu no estado do Paraná para articular e apoiar as mais de 8.000 famílias desalojadas de suas terras para a construção da Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu, na divisa com o Paraguai. Seu primeiro coordenador foi um pastor luterano da IECLB. O conflito entre os atingidos – pequenos proprietários com títulos da terra, posseiros e arrendatários – e as empresas responsáveis pela construção da barragem se deu em torno das dificuldades de acerto sobre o valor da terra e das benfeitorias existentes, as formas de pagamento, e a exigência de acesso a novas terras e melhores condições de vida nas novas comunidades, incluindo o acesso à energia elétrica e a outros benefícios sociais. A violência da água, na hora do enchimento da barragem, encarregava-se de forçar a retirada dos mais resistentes. Por isso, as empresas preferiam manter indefinidas as negociações até perto da data do enchimento para forçar acordos favoráveis a elas.

[17] Sobre a vida do padre Josimo Tavares, cf. Adighieri (1993).

Essa foi a dinâmica da luta no Paraná, que se repetiu nas barragens de Sobradinho, na Bahia, e Itaparica, em Pernambuco, ambos sobre o rio São Francisco, assim como na barragem de Tucuruí, no Pará, no rio Tocantins, e a barragem de Balbina, no estado do Amazonas. Esse tipo de agressão à natureza, aos camponeses e ribeirinhos em nome do progresso continua até hoje. Em todas elas, poucas foram as vitórias das comunidades camponesas ribeirinhas. O Estado protegeu os interesses das grandes empreiteiras e os trabalhadores foram coibidos, e até reprimidos com dureza. Perante a opinião pública, os atingidos eram apresentados como símbolos do atraso, quando na verdade diversos estudos demonstraram que havia alternativas menos daninhas ao meio ambiente e aos direitos da população.

Não houve grandes vitórias na luta dos atingidos por barragens, mas a resistência foi permanente, e a CPT esteve junto a essas comunidades e outras que sofreram a implantação de grandes projetos econômicos, como o Projeto Carajás, na região amazônica.[18] Nessa linha de ação, o fruto mais significativo foi o nascimento, em 1979, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Hoje o MAB tem atuação nacional e influência em redes globais ligadas à resistência na construção de grandes hidrelétricas. Além da defesa dos direitos, o MAB tem desenvolvido capacidades de propor caminhos alternativos de produção de energia numa perspectiva ecológica.

## Os sem-terra: conquistando a terra que é de todos

Desde a sua origem, a CPT tem se engajado de forma permanente na luta pela reforma agrária. No documento de sua criação, ela já insistia na necessidade de elaborar e divulgar material informativo sobre as leis existentes, em particular o Estatuto da Terra, assim como apoiar a organização dos trabalhadores para que fossem os principais sujeitos da luta por seus direitos e pela reforma agrária.

Em contraste aos posseiros, a luta dos sem-terra é de pessoas que nunca tiveram terra. Eles incluem os filhos de pequenos proprietários; parceiros, meeiros e arrendatários que trabalham em terras de outros em troca da parte da produção, em geral a metade ou mais; moradores tradicionais dispensados das fazendas; posseiros expulsos de suas posses; boias-frias

[18] Essa estratégia de grandes projetos não se restringiu à área da energia. O governo militar, em nome da necessidade de dar passos rápidos e eficazes na direção do crescimento econômico, implementou grandes projetos em campos que iam da pecuária à pesca, da extração de minérios à implantação de indústrias. Todos esses grandes projetos foram impulsionados por incentivos fiscais, que, no impacto final, desviavam recursos públicos necessários para o atendimento dos problemas sociais do país.

que trabalham na agricultura por conta própria; e até desempregados urbanos, a maioria dos quais já trabalhou no campo. Em suma, são diversas categorias que desejam terra para trabalhar e melhorar as condições de vida da família – e exigem para isso a democratização da propriedade da terra.

No decorrer de diferentes conflitos, foram sendo constituídas mediações organizativas de caráter mais local, das quais a CPT foi forte parceira. O MST surgiu como resultado deste esforço para viabilizar, fortalecer e articular ações nesses conflitos locais. No Paraná, por exemplo, os primeiros grupos de camponeses sem-terra surgiram para manter coordenadas as famílias que não conseguiram terra na negociação com a binacional da Hidrelétrica de Itaipu. No Rio Grande do Sul, ao contrário, o Movimento começou com um trabalho de base junto aos pequenos agricultores expulsos de uma reserva indígena, que logo protagonizaram a primeira ocupação organizada de terras naquela região. Outras iniciativas de luta direta foram organizadas em diferentes regiões do país, e muitas delas resultaram na organização de acampamentos de sem-terra nas beiras das estradas e das cidades.[19]

Em cada região os caminhos de articulação dos sem-terra foram diferenciados. Por iniciativa dos do Sul, aos poucos, com apoios de diversas mediações, e especialmente da CPT, a articulação tomou dimensão nacional e foram criadas as condições para o surgimento de um movimento nacional. Foi assim que, em 1984 e 1985, firmou-se e instituiu-se o MST.

A existência do MST tem sido uma rica experiência para a CPT, de modo especial quando ele se firmou, tornando-se uma das referências das lutas por transformações profundas da realidade brasileira e mundial. Antes de seu nascimento, foi muito desejado, pois a CPT sempre afirmou não ser um movimento nem desejar substituir as organizações dos trabalhadores e das trabalhadoras. De fato, ele sempre se empenhou para tornar mais autênticas as existentes ou apoiou iniciativas para criar as mediações que os trabalhadores consideravam necessárias. Com o passar do tempo, porém, o MST foi forjando a sua autonomia, definindo seu rumo, suas estratégias e formas de se organizar. Muitas pessoas da CPT tiveram dificuldades para acompanhar com liberdade, alegria e espírito crítico esse crescimento. Houve tensões, algumas revelando dificuldades da CPT no sentido de redefinir a sua presença e forma de trabalhar junto ao Movimento; outras revelando momentos de certa estreiteza e imaturidade política do MST, principalmente nos seus primórdios. O importante, contudo, é que tanto o MST como a CPT continuam presentes na realidade atual, somando forças e iniciativas conjuntas, respeitando-se como instâncias organizativas diferentes.

[19] Stédile e Görgen (1993). Sobre a origem do MST, cf. o Capítulo 5, de Fernandes, e a Conclusão, de Carter, neste livro.

## Agricultores familiares: garantindo a permanência na terra

De modo especial no Sul e no Nordeste, mas também nas regiões de nova colonização, como Rondônia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Acre, a CPT sempre atuou junto com pequenos proprietários. Não resta dúvida, contudo, que essa frente de atuação se tornou mais significativa alguns anos depois da sua criação. Era preciso responder ao desafio, assim formulado por muitas pessoas: a CPT apoia a reforma agrária, mas os agricultores familiares, entre eles os novos assentados, estão muito fragilizados e muitos deles desistem da própria terra.

A agricultura familiar, responsável pela maior parte dos alimentos consumidos no Brasil e por uma parte importante da exportação agropecuária, não contava com reconhecimento ou apoio governamental. Tampouco se sentia segura na construção de alternativas de produção e comercialização adequadas a ela. Além disso, a sua organização era muito precária. Nos sindicatos de trabalhadores rurais não encontravam apoio para suas necessidades, enquanto as cooperativas eram poucas e, na maior parte dos casos, mal conduzidas. Em resumo, ia tomando consciência de sua importância, mas não conseguia avançar na conquista de seu reconhecimento público.

A entrada da CPT se deu pelo lado dos mais fragilizados entre os agricultores familiares e andou no caminho da construção coletiva de alternativas de produção e comercialização, tendo como objetivo a criação de estímulos e condições que motivassem sua permanência na terra. É um caminho penoso, mas muitos passos foram dados, mesmo tendo presente que, ainda, o número dos que abandonam a terra supera o dos novos que entram.

Mais recentemente, com a eleição do governo Lula, houve avanços nas políticas de reconhecimento e de apoio governamental à produção familiar. Basta citar duas medidas. Primeiro, a compra direta de alimentos por parte do governo federal, às vezes antes da colheita como forma de estímulo, de modo especial de assentados em áreas de reforma agrária, para utilizá-los em políticas sociais, como a merenda escolar. Segundo, o aumento de recursos públicos de apoio – de menos de dois bilhões de reais, em 2002, passou-se a 12 bilhões em 2006. Ainda é pouco em relação ao que o governo gasta com a agricultura patronal, mas são sinalizações de que esse apoio pode crescer.

Por outro lado, agricultores e agricultoras familiares conseguiram realizar, em 2004, um grande encontro nacional, em que foi definido um programa de ações que visa à organização de federações e de uma confederação da agricultura familiar: a Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF). Isso significa que há avanços também na organização política desse setor dos trabalhadores do campo e uma crescente preocupação pela ecologia na luta, por exemplo, em favor das sementes como patrimônio da humanidade, contra as transgênicas, e pela agricultura orgânica. Para a CPT, essa frente de ação levou a aprofundar o sentido da terra para a vida humana.

Finalmente, é importante ter presente uma outra linha de trabalho junto aos agricultores familiares: a dimensão de gênero, através do apoio às lutas e às organizações de mulheres camponesas, articuladas hoje pelo Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

## Boias-frias e trabalhadores escravos: buscando resgatar a dignidade humana

A CPT atua, desde os anos 1970, junto e em favor dos boias-frias e dos peões da Amazônia, muitas vezes marcados por condições de vida e de trabalho que apresentavam sinais de relações de escravidão (Esterci, 1987). Mas sua frente mais significativa de ação centrava-se na luta pela terra. Com o passar dos anos, aumentou sua atenção aos boias-frias, seja pelo crescimento de seu número, seja pela necessidade de apoio às suas reivindicações.

O combate ao trabalho escravo, inicialmente mais restrito ao sul do Pará, foi se tornando estratégia geral da CPT. O avanço da ocupação capitalista das terras da Amazônia e a radicalização do lucro como valor absoluto dão impulso ao crescimento desse fenômeno. Os direitos humanos, entre eles os trabalhistas, não são considerados qualidades das pessoas empobrecidas, e por isso podem ser sacrificados em favor da produção de bens que geram lucros.

A prática da denúncia e da exigência de atuação dos poderes Judiciário e Executivo fez que, aos poucos, se aprofundasse a consciência de membros das Igrejas Cristãs, da sociedade brasileira e do Estado, incentivando o Governo Federal a criar mecanismos institucionais de combate ao trabalho escravo. A punição aos que impõem a escravidão, porém, ainda é inadequada. Foram poucas as decisões jurídicas que condenaram fazendeiros à perda da propriedade da terra, mas essa é a proposta já presente no Congresso Nacional. Ela custa a avançar por causa da oposição da *bancada ruralista*, que defende os privilégios dos grandes proprietários como se fossem direitos absolutos (Breton, 2002).

## Preservando a natureza para garantir a vida

Terra, Água, Direitos – é a trilogia que expressa o conteúdo da missão da CPT nos dias de hoje. Pode-se dizer, contudo, que desde seu nascimento, a questão do cuidado que se deve ter ao cultivar a terra faz parte de sua visão e de sua metodologia. A reflexão bíblica e teológica, à luz de uma realidade de crescente degradação ambiental, abriu caminho para uma relação existencial com a terra, a água, e uma agricultura centrada na vida de todas as pessoas.

Não se pode dizer, contudo, que a compreensão desse cuidar, preservar, tenha sido sempre igual. E é justo afirmar que os diferentes tipos de camponeses, e de modo especial os posseiros, os seringueiros e os ribeirinhos têm o grande mérito de provocar avanços na visão e na prática ecológica da CPT. Os posseiros, como já referimos, ajudaram a tratar com relatividade o conceito da propriedade da terra, ao centrar a relação com ela no trabalho que gera alimentos. Cabe aos ribeirinhos da Amazônia o mérito pela inclusão da reforma aquática como algo tão importante quanto a reforma agrária para a região amazônica. Com o tempo, a partir das lutas em defesa dos rios e da preservação dos lagos santuários – em que os peixes se reproduzem – a CPT foi reconhecendo os valores ecológicos presentes na cultura das comunidades. Os seringueiros, ao propor e lutar, com sacrifício até mesmo de vidas, como a de Chico Mendes, em favor de reservas extrativistas, introduziram não só a ideia da preservação da floresta, mas o uso econômico da floresta sem sua destruição. Aqui, a existência da floresta é condição indispensável para a atividade econômica.

Foi a partir dessas lutas e dos costumes alimentares que, aos poucos, foi sendo experimentada a possibilidade de desenvolvimento econômico em convivência com a floresta Amazônica. O exemplo mais significativo nesse sentido foi a criação do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (RECA), apoiado pelo Ministério do Meio Ambiente. Este projeto recupera áreas desmatadas na região amazônica e transforma as novas florestas em fontes de produção e de qualidade de vida para as famílias assentadas.[20]

Esse processo de aprendizado levou a CPT a tornar-se uma presença educativa comprometida com a produção de alimentos livres de insumos químicos, e com a promoção das sementes e a água como patrimônio da humanidade. Isso a coloca em parceria com os que lutam contra a monocultura em grandes extensões, contra os desmatamentos para implantação de pastagens para a criação de gado, contra a introdução das sementes transgênicas para completar a dependência da agricultura em relação às empresas multinacionais que controlam os conhecimentos tecnológicos, e contra a irrigação com tecnologias que esbanjam consumo de água.

As Romarias da Terra – uma prática animada pela CPT desde 1978 e hoje presente em todas as regiões do país – passaram a denominar-se com o tempo "Romarias da Terra e da Água", e isso revela o avanço da dimensão ecológica na consciência, na metodologia e na espiritualidade da Pastoral da Terra. Nessas grandes peregrinações populares, com participação de milhares de pessoas, realizadas em localidades mais significativas da luta pela e na terra, tanto nas preces quanto nas palavras dos participantes, nos símbolos e nas expressões culturais a dimensão de cuidado com a Mãe

[20] RECA (2003).

Terra torna-se cada vez mais presente. A ecologia, assim, reforça outros valores já quase tradicionais, como os da justiça na repartição da terra, a centralidade da vida, a participação democrática na construção da sociedade, a solidariedade e a cooperação (Barros e Peregrino, 1996).

## Promoção dos direitos humanos e a esperança popular

A dimensão de direito perpassou toda a história e continua presente na ação da CPT como sua marca mais significativa. Ela já estava presente no documento que propôs sua criação e continua em toda e qualquer iniciativa por ela implementada. Mudam no tempo, e a depender das situações concretas, o foco e o tipo de direito a ser defendido e promovido, mas é sempre a pessoa, na sua dimensão individual e coletiva, o sujeito central de sua atenção.

Ao lutar em defesa e promoção dos direitos humanos, a CPT não se limita à relação com a lei existente, como o faz o direito positivista. No Brasil, como destaca o Capítulo 15, de Meszaros, o Estado de Direito está impregnado por um viés profundamente classista, sob nítida influência de poderes oligárquicos quando se trata de questões agrárias. Esses mecanismos jurídicos refletem e são fruto das relações da desigualdade social existente no país. Desde a sua origem, a CPT tem fornecido advogados para a defesa jurídica dos posseiros e outros lavradores, e estimulou o engajamento desses profissionais como educadores e animadores da mobilização camponesa em favor das leis que amparam seus direitos básicos de cidadania e acesso a terra. Os advogados vinculados à CPT tiveram um papel importante na construção da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP), criada em 1996.

No âmbito dos direitos humanos, a CPT também é reconhecida pelo seu cuidadoso trabalho de documentação dos conflitos no campo. Desde 1985, ano em que ela começou a publicar relatórios anuais sobre essas questões, ela tem se tornado uma referência nacional e internacional de informação sobre a realidade de violência que atinge os camponeses e trabalhadores rurais do Brasil.

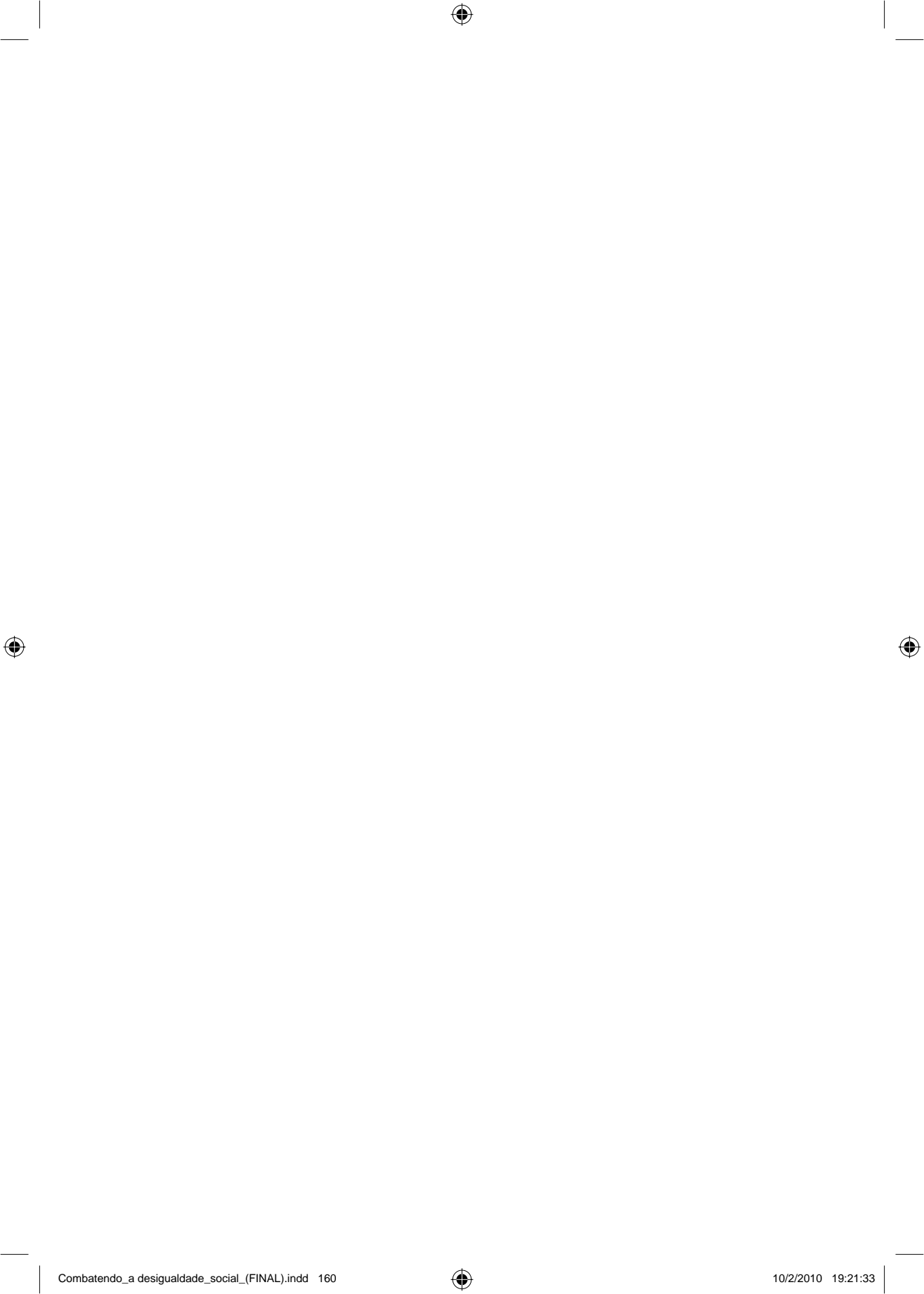
Ao longo dos anos a CPT tem colaborado para que a terra e a água – bens indispensáveis à vida – sejam definidos, defendidos e promovidos como patrimônio comum de todas as pessoas. Insistindo que o acesso e cultivo deles sejam assentados sobre o trabalho, a criação de oportunidades sociais iguais, a democratização do poder, a produção de alimentos com tecnologias que garantam qualidade de vida para todas as pessoas hoje e para as futuras gerações.

No âmbito religioso, a CPT tem contribuído para que as Igrejas Cristãs reunidas no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), e de modo par-

ticular a Igreja Católica, não cedessem à tentação dos pactos conservadores que favorecem a manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada e fonte do poder oligárquico. Mesmo com certos retrocessos no âmbito da teologia e da pastoral, essas igrejas mantiveram-se fiéis em seu compromisso em favor da reforma agrária, apoiando as reivindicações e ações do MST e de outros movimentos de luta popular pela terra. Tudo indica que esse apoio continuará de pé, tendo em conta a falta de uma maior eficácia do governo federal em promover a democratização da propriedade fundiária. Exemplos recentes desse compromisso incluem: (1) a participação da CPT e outras entidades religiosas no Congresso da Terra e a Água, em novembro de 2004; (2) a Campanha da Fraternidade de 2005, coordenada pelo CONIC e centrada no apoio à reforma agrária, à produção agrícola familiar e à valorização do meio ambiente e à agroecologia; e (3) o acompanhamento da CPT, e de dezenas de religiosos e religiosas, na Marcha Nacional do MST pela Reforma Agrária, em maio de 2005. Esses são sinais do compromisso que as igrejas mantêm com os pobres do campo, na promoção dos valores de justiça e paz.

A CPT, presença profética e evangélica cristã em todas as regiões do país, fermenta a esperança popular, associa-se aos movimentos sociais e reforça suas iniciativas políticas de pressão democrática em favor de uma efetiva reforma agrária e de uma agricultura ecologicamente adequada a cada região do país. Nesse empenho, ela se nutre dos valores e da mística das tradições religiosas que alimentam a vida e a esperança dos deserdados da terra e da água.

A realidade brasileira, no entanto, revela que as forças contrárias à reforma agrária continuam vitoriosas. Mas cresce a intensidade da luta popular pela democratização da terra, animada de modo especial pelo MST. Desde 1975, a CPT tem contribuído para que a Igreja Católica e outras Igrejas Cristãs se mantenham fiéis ao compromisso de apoiar os camponeses em suas lutas para conquistar a reforma agrária e outras transformações estruturais necessárias para que a terra venha a ser fonte de justiça social.

# A luta pela terra: história e mobilização do MST

# 5 Formação e territorialização do MST no Brasil

Bernardo Mançano Fernandes*

Lembro que, em 1989, um jovem integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) veio conversar comigo sobre a possibilidade de realizar ocupações de terra no Pontal do Paranapanema, região oeste do estado de São Paulo. Eu era professor recém-contratado da Universidade Estadual Paulista (UNESP), no *campus* de Presidente Prudente, localizado justamente naquela região. Juntos, a jovem liderança do MST e eu procuramos os aliados da luta popular: os padres progressistas da Igreja Católica e os sindicatos autênticos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Ficamos três meses em reuniões discutindo as possibilidades de o MST iniciar a luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Por fim, os padres e os sindicalistas chegaram à conclusão de que não havia condições de realizar a luta. Avaliou-se, então, que a falta de uma política de reforma agrária do Estado e a força política dos latifundiários da região, articulados pela União Democrática Ruralista (UDR), entidade conhecida pelo uso da violência contra os camponeses, limitariam seriamente as possibilidades de organizar as famílias sem-terra e ocupar os latifúndios na região. Com essa decisão, o jovem do MST voltou decepcionado para seu assentamento no estado vizinho do Paraná.

Para minha grande surpresa, poucos meses depois, o MST acabou realizando sua primeira ocupação na região do Pontal. No dia 13 de julho de 1990, 800 famílias vindas de várias regiões de São Paulo e do Paraná ocuparam a fazenda Nova Pontal. Ao visitar a fazenda ocupada, encontrei o jovem do MST que algum tempo atrás partira triste com as avaliações dos aliados da luta pela reforma agrária. Perguntei o porquê da decisão de organizar a ocupação sem

* O autor gostaria de agradecer ao professor Miguel Carter pela leitura detalhada e as valiosas considerações na elaboração final deste texto.

as condições apropriadas. Com altivez e segurança, respondeu-me: "Olha, se não tem condições, a gente tem que criar as condições. Sem a ocupação de terras," insistiu, "o governo não faz reforma agrária nenhuma. A ocupação é nossa forma de combater o poder dos latifundiários".

A ocupação da fazenda Nova Pontal foi o pontapé inicial de uma mobilização por terra que se territorializou por toda a região, com grande destaque na mídia nacional. A partir da década de 1990, o Pontal do Paranapanema tornou-se a região com maior número de ocupações do país. Dessas ocupações surgiram, até 2006, 112 assentamentos rurais com 6.500 famílias assentadas. Com convicção e ousadia, o jovem do MST ajudou a mudar a história daquele território.[1]

***

No Brasil, a luta pela terra avança alheia à existência ou não de um plano de reforma agrária. É uma luta popular e a reforma agrária é uma política pública de competência do Estado. A luta pela reforma agrária é compreendida por duas manifestações políticas principais: a ocupação da terra que acontece diariamente e tem sido a principal forma de acesso à terra no Brasil e as mobilizações de diversos movimentos camponeses para pressionar o Estado a adotar políticas de créditos, educação e moradia e outros benefícios públicos. O avanço da luta pela terra tem mantido a reforma agrária na pauta política do Estado. Todavia, até o momento, o Estado não tem sido competente para efetivar uma política de reforma agrária que desconcentre a estrutura fundiária. Evidentemente, a participação do Estado nesse processo é fundamental, mas, no Brasil, o seu impulso não é determinante, nem propositivo. O Estado caminha a reboque dos movimentos camponeses.

Demonstraremos essa afirmação analisando o processo de formação do MST e as ações de diversos governos, desde a ditadura militar até o governo Lula. Essa conflitualidade constitui a questão agrária brasileira baseada em uma estrutura fundiária concentrada e em uma agricultura moderna. É nessa situação de conflito que surge este paradoxo: a exclusão dos movimentos camponeses na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento rural gera, ao mesmo tempo, ações camponesas que promovem sua ressocialização e demanda por direitos básicos da cidadania.

O Estado tem tratado a questão agrária só com políticas conjunturais, conforme o poder de mobilização dos movimentos camponeses. A razão dessa atitude deve-se ao controle político do Estado pelos ruralistas, que têm impedido o desenvolvimento da agricultura camponesa no Brasil. Esse monopólio político determinou as condições para que a modernização da agricultura mantivesse a estrutura fundiária concentrada. A ditadura militar

[1] As estatísticas são de DATALUTA (2007).

instaurada em 1964 foi crucial no sentido de reafirmar o poder político da classe latifundiária, como demonstra o Capítulo 2, de Delgado, neste livro.

No mesmo ano do golpe militar, o novo governo elaborou o Estatuto da Terra. Essa foi a primeira lei de reforma agrária na história do Brasil. O objetivo do governo não era aplicar a lei, mas, sim, controlar os conflitos por terra. Sua política agrícola tinha como referência o modelo da denominada "revolução verde", baseado na modernização técnica da agricultura. Esse modelo considerava somente a expansão agrícola do capitalismo, sem contemplar a agricultura camponesa.[2] O governo militar tentou minimizar os conflitos de terra com a implantação de projetos de colonização na Amazônia, mas essa política de fomentar a migração camponesa não diminuiu os conflitos por terra nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país. Desde seu início, o regime militar reprimiu com violência as ações dos trabalhadores que reivindicaram seus direitos, como acesso à terra e melhores condições de trabalho.

O MST surge em um contexto de decomposição do regime militar e de crescente mobilização social por uma abertura política. Este capítulo analisa a formação do Movimento e examina sua territorialização no Brasil por meio da luta pela terra. O processo de territorialização é compreendido pelas ocupações de terra e conquista de assentamentos rurais. Esses territórios se constituem em novos espaços onde o campesinato se recria e reproduz a luta pela terra mediante a formação de um movimento camponês. Essa leitura da luta pela terra nos permite compreender que forma de organização social e território são partes indissociáveis da luta camponesa. A territorialização é um processo permanente na história do MST e constitui o eixo da análise apresentada aqui.

A partir das mudanças na organização do MST e no processo de territorialização podem se diferenciar quatro momentos da formação do MST: gestação, consolidação, institucionalização e mundialização. Tais fases foram forjadas tanto por determinação das decisões das instâncias políticas do MST quanto pela mudança na conjuntura brasileira e global.

O primeiro período é a gestação do MST (1979-1984). Esse período, que precede a fundação oficial do Movimento, é fundamental para compreender as bases de seu processo de formação. O segundo período é o de consolidação (1985-1989), que se caracteriza pela ampliação das ações do movimento em escala nacional, por meio de seu estabelecimento em todas as regiões do país e a configuração de sua estrutura organizativa. O terceiro período é de institucionalização (1990 até o presente). Nesse tempo, o MST se torna o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária e é reconhecido internacionalmente. A revisão dessas três fases permite analisar com maior detalhe a dinâmica da luta pela terra e a estrutura

[2] Uma análise detalhada dos planos de desenvolvimento dos governos militares está em Fernandes (1996).

organizativa do MST. O quarto momento na formação do MST inclui o processo de mundialização dos movimentos camponeses, com a criação e o fortalecimento da Via Campesina. A nova conotação internacional da luta pela reforma agrária, a partir da segunda metade da década de 1990, ganha força com o surgimento da Via Campesina e a disputa em torno da política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial.[3] O capítulo é encerrado com uma avaliação da reforma agrária no governo Lula e a perspectivas de desconcentração das terras em um momento de auge do agronegócio.

## GESTAÇÃO E NASCIMENTO DO MST, 1979-1984

No fim da segunda metade da década de 1970, depois de 15 anos de forte repressão política da ditadura militar, os trabalhadores do campo e da cidade lutaram intensamente para reconstruir a democracia e reconquistar direitos. No campo, a partir da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nasceram as experiências de luta pela terra que formaram o MST. A resistência dos posseiros na Amazônia, por intermédio dos sindicatos de trabalhadores rurais e as ocupações de terra em diversas regiões do país, incluindo o Sul e o Nordeste, contribuíram para recolocar na agenda pública a reforma agrária, que havia sido sufocada com o golpe militar de 1964.

Na cidade, das greves dos metalúrgicos, professores, bancários e outras categorias, reunidas na formação de um movimento sindical autêntico, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), nasceu o Partido dos Trabalhadores (PT). Na década de 1980, as lutas populares dos movimentos e sindicatos pelas conquistas dos direitos e pelo restabelecimento da democracia constituíram-se as bandeiras de luta que transformaram o PT em um dos mais importantes partidos brasileiros.

Essas distintas forças sociais e políticas nasceram quase concomitantemente em espaços políticos diferentes, interativos e autônomos. Cada qual tinha sua própria estrutura organizativa. Suas origens formadas no seio das lutas de classes lhes davam um princípio comum: a defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores. Com a fundação do PT criou-se um espaço para reunir os projetos de diversos segmentos populares. Na década de 1980, os movimentos camponeses, a Comissão Pastoral da Terra, com o apoio político do PT, mais do que recolocarem na pauta política a questão da reforma agrária, transformaram a luta camponesa em uma das principais formas de acesso à terra.

---

[3] As análises deste capítulo foram realizadas a partir de um amplo trabalho de campo realizado entre 1996 e 1998, cf. Fernandes (2000); da participação direta em diversos eventos dos movimentos vinculados à Via Campesina, e de uma extensa pesquisa bibliográfica.

O MST não teve sua criação no 1º Encontro Nacional de Sem-Terra, em janeiro de 1984, mas nas primeiras ocupações de terra organizadas no Sul do país em 1979. A partir desse ano, nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul houve ocupações de terra e lutas de resistências de posseiros, arrendatários e outros camponeses que sofriam a expulsão das terras onde trabalhavam.

No norte do Rio Grande do Sul, foram os colonos expulsos das terras indígenas que ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, em setembro de 1979. No oeste do estado de São Paulo, a resistência dos posseiros à expansão da pecuária na fazenda Primavera impediu a expulsão de suas roças e logrou a recuperação da área grilada mediante um decreto presidencial assinado em 1980. No estado vizinho de Mato Grosso do Sul, arrendatários de diversas fazendas no município de Naviraí resistiram também à expansão da pecuária e, em maio de 1981, camponeses da região ocuparam a fazenda Baunilha. No sudoeste do Paraná, a construção da hidrelétrica de Itaipu deixou milhares de famílias camponesas desamparadas. No oeste de Santa Catarina, famílias camponesas com pouca terra ocuparam a fazenda Burro Branco, em maio de 1980, e resistiram na terra com o apoio da diocese de Chapecó. Uma luta que marcou esse período histórico foi o acampamento na Encruzilhada Natalino, montado em frente à fazenda Macali, em Ronda Alta (Rio Grande do Sul). A intervenção do governo militar nesse acampamento organizado em 1981 visou abortar o nascimento de um movimento de sem-terra. Mas no contexto de transição para um regime democrático, esse acampamento acabou dando um grande destaque à mobilização pela reforma agrária, como Carter expõe no seguinte Capítulo 6.[4]

Nesse período do regime militar, a Comissão Pastoral da Terra deu um respaldo fundamental a todas essas mobilizações, ao mesmo tempo em que foi promovendo encontros desses camponeses. Com isso, a CPT ajudou a articular as pessoas engajadas na luta pela terra, de modo a superar seu isolamento. Em julho de 1982, a CPT convocou o primeiro encontro de camponeses e agentes de pastoral, no município de Medianeira (PR), para discutir o crescimento da mobilização pela reforma agrária. Em setembro de 1982, a CPT organizou um novo encontro em Goiânia, onde camponeses de todas as regiões do país formaram uma comissão provisória para a criação de um movimento camponês nacional. Ainda em 1983, com apoio da CPT, foram realizados mais dois encontros preparativos para a fundação do MST. A sua criação oficial teve lugar em Cascavel (PR), no dia 22 de janeiro de 1984. Um ano depois, em janeiro de 1985, o MST realizou o seu 1º Congresso Nacional, com representantes de 23 das 27 unidades federativas.

Já em seu início, o MST tomou a decisão tática de se organizar em escala nacional. Essa estratégia foi elaborada no curso de avaliações periódicas da

[4] Sobre a gênese do MST, cf. Fernandes (2000) e Carter (2002).

conjuntura política promovidas pela CPT e de estudos da história de mobilizações camponesas no Brasil e no exterior. As novas lideranças do MST consultaram, nesse processo, dirigentes de movimentos do campo extintos pela ditadura militar, como as Ligas Camponesas, a ULTAB e o MASTER.[5] Com base nessas informações e reflexões, os sem-terra e seus assessores compreenderam cedo que um movimento nacional teria muito mais força quando do enfrentamento com as forças adversárias.

Nas primeiras ocupações de terra e acampamentos que aconteceram nesse período, as famílias sem-terra criaram diversas comissões ou setores para cuidar das atividades referentes à sua luta. Esses esforços empreendidos no processo de mobilização representavam o embrião do que seria a forma de coordenação do MST.

Todas essas referências serviram para definir as normas organizativas do Movimento. Alguns dos princípios adotados nesse processo de aprendizagem são: formação de coordenação e direção coletivas como instâncias políticas de decisão; autonomia política; disciplina e respeito às decisões das instâncias políticas; formação educacional permanente; jamais separar a luta econômica da luta política;[6] e manter sempre laços orgânicos entre a base e a direção. É com base nessas orientações que o MST se expande por outras regiões brasileiras, reproduzindo as experiências de acampamentos e as ocupações de terra forjadas no seu processo de gênese.

## CONSOLIDAÇÃO DO MST, 1985-1989

Enquanto a luta pela terra avançava, a luta pela reforma agrária refluía. O ano de 1985 é o primeiro da redemocratização do Brasil, após 20 anos de ditadura militar. O presidente José Sarney apresentou, nesse ano, o Plano Nacional de Reforma Agrária com a promessa de assentar 1,4 milhão de famílias. Em 1989, no fim desse governo, haviam sido assentadas apenas 84.852 famílias, ou seja, só 6% do total previsto. Esse resultado era muito mais fruto das ocupações de terra realizadas principalmente pelo MST do que das ações do governo federal. Desde o início da gestão Sarney, o MST manifestou seu descrédito em relação à política governamental de reforma agrária.

[5] Sobre a história dos movimentos sociais no campo nos anos 1950 e 1960, cf. o Capítulo 3, de Leonilde Sérvolo de Medeiros, neste livro. Para mais detalhes sobre a história das Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e o MASTER do Rio Grande do Sul, fundado sob influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cf. (2002), Fernandes (2000), Stédile e Fernandes (1999) e Medeiros (1989).

[6] Esse é um princípio que determina a identidade do MST. Não separar a luta econômica da luta política significa que mesmo depois de assentadas, algumas famílias sem-terra continuam organizando ocupações de terra, o que promove a territorialização do MST.

Em 1988, com a elaboração da nova Constituição, a bancada ruralista, composta por diversos setores do agronegócio, utilizou-se de uma estratégia para impedir a execução sumária da reforma agrária. Aprovada na Constituição, no terceiro parágrafo do art. 184 os ruralistas fizeram constar o seguinte texto: "Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação". Somente em 1993, com a aprovação da nova legislação agrária (Lei n.8629), passou a existir regulamentação para a desapropriação de terras. Todavia, mesmo com a existência dessa nova lei, os ruralistas ainda conseguem impedir a desapropriação de terras, arrolando os processos desapropriatórios, conseguindo até mesmo reverter situações em processos já assinados pelo presidente da República.[7]

Durante esse período, o MST se territorializou em todos os estados das regiões Sudeste e Nordeste do país, além de Centro-Oeste, Região Amazônica, e nos estados de Goiás e Rondônia, conforme pode ser visto no Mapa 5.1. No Sudeste, o MST estruturou-se formalmente em São Paulo, em 1984, e organizou suas primeiras ocupações de terra no Espírito Santo, em 1985, e em Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, a partir de 1987. O MST começou a atuar no Rio de Janeiro em 1985, mas teve de suspender suas atividades no estado em 1987 por problemas de organização interna. O Movimento só voltaria a se reorganizar no Rio de Janeiro a partir de 1993.

No Nordeste, o MST começou seu trabalho de base no sul da Bahia, logo após o 1º Encontro Estadual do Movimento, celebrado em 1986, e realizou sua primeira ocupação em 1987, no antigo município de Prado, em uma área da Companhia Vale do Rio Doce utilizada parcialmente para a plantação de eucaliptos. No mesmo ano, o MST realizou suas primeiras ocupações nos estados de Alagoas e Sergipe. No Sergipe, a fase embrionária do MST começou em 1985 com a participação de pessoas ligadas ao Movimento nas ocupações de terra impulsionadas pela CPT e os sindicatos ligados à diocese de Própria. A primeira experiência de organização em Pernambuco levou a uma bem-sucedida ocupação de terra em 1985; mas esse grupo posteriormente se desvinculou do MST. Só com a vinda de militantes do Movimento de estados vizinhos, em 1989, é que o MST começou a se afiançar nesse estado. As primeiras ocupações de terra do MST na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará e no Piauí ocorreram em 1989. No Maranhão, a primeira experiência do MST surgiu ao amparo de uma organização ligada aos trabalhadores rurais da região de Imperatriz, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU). Mas em 1988, os ativistas do MST se afastaram dessa entidade devido a divergências táticas. Logo depois, começaram a se mobilizar de modo próprio e tiveram sua primeira conquista de terra. No ano seguinte, o MST maranhense organizou a ocupação de mais três fazendas.

[7] Para mais detalhes sobre os mecanismos que impedem a execução da legislação agrária, cf. os Capítulos 2 e 15, de Delgado e Meszaros, respectivamente, incluídos neste livro.

Mapa 5.1

**Territorialização do MST, 1979-1999**
**Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**

Roraima
Amapá
EQUADOR
Amazonas
Pará
Maranhão
Ceará
Rio Grande do Norte
Paraíba
Piauí
Pernanbuco
Acre
Alagoas
Tocantins
Sergipe
Rondônia
Bahia
Mato Grosso
DF
Goiás
Minas Gerais
Mato Grosso do Sul
Espírito Santo
São Paulo
Rio de Janeiro
TRÓPICO DE CAPRICÓRNIO
Paraná
Santa Catarina
Rio Grande do Sul

LEGENDA
Estados onde o MST está territorializado
1990 - 1999
1985 - 1990
1979 - 1985

N
W
L
S

0 250 500
QUILÔMETROS

*Fonte: Fernandes, 2000.*

As ações pioneiras do MST em Goiás começaram em 1985, com o apoio decidido do bispo da diocese de Goiás, Dom Tomás Balduíno, e com a estrutura da CPT local. A primeira ocupação de terra na fazenda Mosquito, em maio de 1985, acabou em um despejo policial. Mas a montagem posterior de um acampamento na Praça Cívica de Goiânia, capital do estado, tornou possível um acordo com o governador e o INCRA, que facilitou a expropriação dessa fazenda em agosto de 1986. Assim se gerou a primeira vitória do MST em Goiás.

A chegada inicial do MST à região amazônica se deu no estado de Rondônia, a partir de 1985, embora as primeiras tentativas de ocupação de terra não tenham sido bem-sucedidas. O verdadeiro nascimento do MST nesse

estado se deu com a ocupação da fazenda Seringal, no município Espigão do Oeste, em 1989. Porém, só depois de diversas ocupações dessa área e do prédio regional do INCRA e vários despejos e mortes, foi acertada oficialmente a distribuição de toda a área para os sem-terra.

O processo de territorialização do MST contou com o apoio de diversas entidades. A CPT foi sem dúvida a principal articulação externa na formação e na expansão do MST, por meio de seus agentes da Pastoral e dos bispos católicos ligados a essa organização ecumênica. Além da CPT, diversos sindicatos de trabalhadores rurais, algumas igrejas protestantes e entidades progressistas, como a CUT, o PT, grupos de direitos humanos e centros estudantis, apoiaram a construção nacional do MST. De sua parte, o Movimento deslocou dezenas de militantes de outros estados, muitos da região Sul, para ajudar a organizar as ocupações de terra, difundir suas táticas de luta e impulsionar a territorialização do MST pelo Brasil.

No período de 1985 a 1989, o MST foi se consolidando como movimento nacional, ao se fazer presente em todas as regiões do país. Essa fase também foi um momento de definições importantes no estabelecimento de sua estrutura organizativa e de sua identidade política. No processo de consolidação do MST, um desafio importante foi o de garantir sua autonomia, evitando as relações de dependência ao tempo mesmo em que expandia suas alianças políticas. A questão da autonomia do Movimento e as suas alianças foram amplamente discutidas no 2º Encontro Nacional do MST, realizado em dezembro de 1985. Em cada estado que o MST se organizava e realizava ocupações, articulava o apoio à luta pela terra. Algumas vezes, as instituições que compunham essas articulações queriam determinar as ações do Movimento.[8] Em certos momentos, a afirmação da autonomia do MST gerou situações de mal-estar com seus parceiros. Para superar o risco de dependência, o MST decidiu investir na formação permanente de lideranças que dirigissem as lutas do Movimento em cada estado.

A formação de jovens lideranças foi acompanhada pela construção de uma cultura e formação da identidade política dos sem-terra. No 3º Encontro Nacional, realizado em 1987, o MST escolheu um de seus principais símbolos: a bandeira. Nesse evento, definiu-se a abertura de um concurso interno para a elaboração do hino do MST, que foi escolhido em 1989, durante a realização de seu 5º Encontro Nacional. O período de consolidação do MST foi significativo no sentido de construir a identidade e a cultura de resistência que são parte vital das mobilizações e da vida cotidiana no Movimento.

[8] Esse foi um momento difícil da formação do MST. As articulações eram compostas por sindicatos rurais e urbanos, partidos políticos, ONGs e pastorais das igrejas. Em alguns estados, as alianças foram desfeitas porque o MST não aceitava a intervenção em seu poder decisório. Somente depois de diversos conflitos e divergências as organizações e o MST puderam consolidar as múltiplas parcerias em torno à luta por terra.

Um conjunto de ações – a formação permanente de lideranças que fortaleceram a organicidade e garantiram a territorialização do MST, em uma rede em escala nacional e organização de autonomia política, com a construção de uma tradição de resistência camponesa – explica o processo de consolidação do MST. No fim desse período, o Movimento se encontrava substancialmente fortalecido e preparado para resistir às diversas formas de repressão do Estado que viriam na fase posterior.

## INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MST, DE 1990 ATÉ O PRESENTE

O período de institucionalização do MST apresentou diversos desafios em torno da relação do Movimento com o Estado. Em 1989, na primeira votação direta para presidente da Nova República, foi eleito presidente Fernando Collor de Mello. Acusado de participar de diversos esquemas de corrupção, Collor sofreu impedimento pelo Congresso Nacional em outubro de 1992 e foi substituído pelo vice-presidente Itamar Franco, que governou até 1994.

Durante o governo Collor, o Estado reprimiu violentamente o MST, invadindo secretarias e prendendo lideranças em diversas regiões do país. Nesse tempo, o MST passou por um processo de refluxo. A era Collor restringiu seu processo de territorialização ao forçar o Movimento a diminuir o número de ocupações. Nesses anos, o MST investiu na organização interna dos assentamentos, forjando um sistema cooperativista e ampliando as atividades nesses territórios. Mesmo com diversas dificuldades, essas ações internas acabaram fortalecendo o MST. Com o fim do governo Collor, o Movimento apresentou ao novo presidente um conjunto de medidas para tornar viável a reforma agrária e desenvolver a agricultura camponesa, mediante uma política de crédito e a criação de infraestrutura social nos assentamentos. De fato, Itamar Franco foi o primeiro presidente a receber o MST para negociar, encontro que significou um momento singular na história do Movimento.

Nas eleições de 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso foi eleito e reeleito presidente. Em seu primeiro mandato, Cardoso realizou a mais ampla política de assentamentos rurais na história do Brasil, conforme pode ser observado no Gráfico 5.1.[9] Nesse período, porém, o governo defendia a tese de que não havia mais latifúndios no Brasil e que não existiam tantas famílias

[9] Os dados de ocupações do DATALUTA são formados pela confrontação de cinco fontes: Comissão Pastoral da Terra (CPT); Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), que fazem registros de ocupações em escala nacional, e dados dos seguintes grupos de pesquisa que fazem registros de ocupações em escala estadual: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), para o estado de São Paulo; Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), para o estado de Minas Gerais, e o Laboratório de Geografia das Lutas no Campo (GEOLUTAS), para o estado do Paraná. Os dados de assentamentos do DATALUTA são formados pela confrontação de dados do INCRA, do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e do Instituto de Terras de Mato Grosso (ITMT).

sem-terra (Cardoso, 1991, p.10). Desse modo, acreditava que assentando apenas as famílias acampadas, o problema agrário seria resolvido. Mas o crescimento da demanda por terra, com a organização de novos acampamentos e mais ocupações, fez cair a tese por terra. No primeiro mandato do presidente Cardoso, o número de famílias acampadas passou de 20.000, em 1994, para 76.000, em 1998. Nesse tempo houve os massacres de Corumbiara (Rondônia), em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no sul do estado do Pará, em 1996.

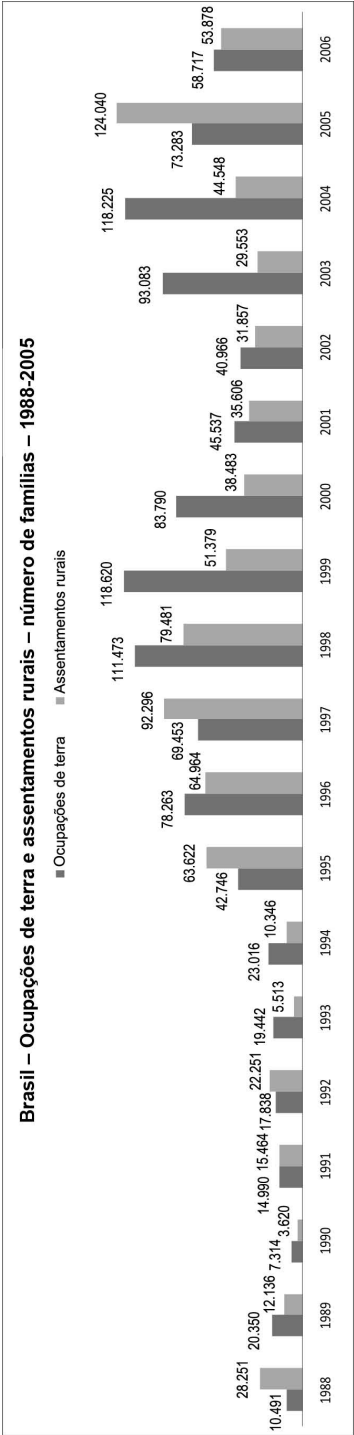
No segundo mandato, o governo Cardoso mudou de estratégia e desenvolveu uma política agrária mais repressiva, criminalizando a luta pela terra, ao mesmo tempo em que desenvolveu uma política de mercantilização da terra. Em 2001, instituiu duas Medidas Provisórias: uma proibia o assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra, e outra impedia a vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez, e por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez. O governo também criou um programa para cadastrar as famílias interessadas em obter terras por meio do correio nacional e da internet. Em menos de dois anos se cadastraram 840 mil famílias, mas esse programa não assentou nenhuma delas.

Com apoio do Banco Mundial, o governo implantou o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos. No segundo mandato, essa política cresceu em detrimento das desapropriações. O governo Cardoso também encerrou a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney, e cancelou a política de assistência técnica para os assentamentos, prejudicando centenas de milhares de famílias. Além disso, cortou verbas para a política de educação nos assentamentos, criada com impulso do MST. De 1999 a 2002, o MST e outros movimentos camponeses experimentaram um enorme refluxo na luta pela terra. Esse era o segundo refluxo vivido desde a retomada da democracia brasileira e das eleições livres para presidente.

Embora Cardoso tenha afirmado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, essa realidade gerou ao menos dois resultados: (1) o crescimento do número de famílias acampadas e assentadas, sendo que em 2004 esse número chegou a 180 mil; e (2) a precarização dos assentamentos. Nesse governo, os projetos de assentamento implantados ficaram incompletos, como detalha o Capítulo 9, de Carter e Carvalho, neste livro. Além de não terem infraestrutura básica, a maior parte desses assentamentos não recebeu crédito agrícola e de investimento, o que provocou a descapitalização de centenas de milhares de famílias.

Tudo isso nos sugere que o governo Cardoso nunca teve um projeto de reforma agrária. Durante seus dois mandatos, a maior parte dos assentamentos implantados foram resultado de ocupações de terra.[10] Todavia,

[10] Sobre a importância da ocupação da terra como meio de acesso a ela, cf. Fernandes (2000, p.301) e Heredia et al. (2004, p.43).

Gráfico 5.1

*Fonte:* DATALUTA (2007).

em seu segundo mandato, promoveu a "judiciarização da luta pela terra" criminalizando as ocupações e os movimentos camponeses.[11] Nessa conjuntura de refluxo, diminuíram as ocupações de terra e, em consequência, também reduziu-se o número de assentamentos implantados. Para garantir as metas promovidas pelo governo, o Ministério da Reforma Agrária "clonou" assentamentos criados anteriormente ou por governos estaduais e registrou-os como assentamentos implantados no segundo mandato de Cardoso. Essas ações criaram uma balbúrdia nas estatísticas oficiais, de modo que em 2003 nem mesmo o INCRA conseguia afirmar com certeza quantos assentamentos haviam sido implantados de fato.

Durante esse período de institucionalização, o MST se territorializou no Distrito Federal, em 1992, e organizou sua primeira ocupação no estado de Mato Grosso, em 1995, graças ao trabalho de base de militantes deslocados de vários estados e ao apoio de professores e estudantes universitários, agentes da CPT, do bispo de Rondonópolis e de entidades de direitos humanos. Na região amazônica, o MST afirmou sua presença no estado do Pará no início da década de 1990, e levou adiante suas primeiras mobilizações no estado de Tocantins a partir de 1999. Para o fim da década de 1990, o MST estava organizado em 23 unidades da federação e era o principal movimento camponês de luta pela terra.

Nesse período, o MST ampliou sua estrutura organizativa, criando uma rede de cooperativas, escolas, centros de formação e pesquisa e coletivos com diversos eixos temáticos, passando por questões de gênero e cultura à agroecologia e aos direitos humanos.[12] Foi apenas em meados da década de 1990 que o MST se tornou amplamente conhecido no Brasil e no exterior. Dez anos depois de sua fundação ou 15 anos depois de sua gênese é que o MST conseguiu um reconhecimento nacional e internacional, tornando-se um dos principais interlocutores do governo a respeito das políticas de reforma agrária.

## O MST E A LUTA PELA TERRA

A luta camponesa pela terra é territorial, pois a conquista de um latifúndio e sua transformação em assentamento rural promove mudanças na estru-

[11] Essa expressão é relativa à forte presença do Poder Judiciário, decretando prisões de lideranças sem-terra, até mesmo de forma preventiva, como ocorreu na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo. A respeito, cf. Fernandes (2003; 1997).

[12] De modo especial, vale destacar a criação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). A institucionalização do MST é uma fase difícil de definir, pois ela ainda está em desenvolvimento. A partir da década de 1990, o Movimento experimentou uma ampliação significativa da sua estrutura organizativa, que ainda continua em expansão.

tura fundiária. A divisão da terra aumenta significativamente o número de pessoas nesse território. Essa nova realidade altera as formas de organização do espaço e do trabalho e, por conseguinte, as relações sociais e políticas. O acesso à terra é condição essencial para o campesinato, pois é nesta que os camponeses asseguram seu meio de existência, constroem sua identidade e reproduzem seu trabalho familiar.[13]

Nas últimas quatro décadas, os principais sujeitos da luta pela terra têm sido os posseiros e os sem-terra. Os posseiros ocupam terras predominantemente nas frentes de expansão da fronteira agrícola. Com a territorialização do capital, esses camponeses sofrem a expropriação de suas terras por parte dos latifundiários e empresários ligados muitas vezes à apropriação ilegal da terra, ou seja, à grilagem. Por sua vez, os sem-terra ocupam áreas predominantemente em regiões onde o capital já se territorializou. Eles fazem ocupações de latifúndios: propriedades capitalistas do agronegócio, ou seja, terras de negócio e exploração; além de terras devolutas e griladas.[14] A diferença básica entre os dois tipos de luta camponesa é: o grileiro, o latifundiário e o empresário chegam onde o posseiro está; ao passo que os sem-terra vão aonde o grileiro, o latifundiário e o empresário estão.

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, não é um fato novo, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terra. A ocupação tem sido historicamente seu principal meio de acesso à terra. Estima-se que perto de 85% dos assentamentos no Brasil foram criados a partir de ocupações de terra.[15] Nas últimas duas décadas ocorreram ocupações em quase todos os estados do Brasil.

Além do MST e dos posseiros na fronteira agrícola, diversas outras organizações camponesas têm promovido ocupações de terra, como destaca o Capítulo 16, de Rosa, neste livro. Na Tabela 5.4, apresentamos uma listagem de 86 movimentos envolvidos na luta pela terra entre 2000 e 2006.

Uma representação geográfica da presença e intensidade das ocupações de terra pode ser vista nos mapas 5.2 e 5.3, ao passo que os mapas 5.4 e 5.5 apresentam dados sobre a geografia dos assentamentos no Brasil.

[13] Sobre o conceito de territorialização, cf. Fernandes (2000; 2005b) e Fernandes e Martin (2004a).

[14] A grilagem de terras é o processo de falsificação de títulos e vendas de grandes áreas de terras públicas. As terras griladas são parceladas e vendidas, formando propriedades privadas, cujos proprietários possuem títulos de origem duvidosa. Terras devolutas são terras públicas que estão ilegalmente sob o domínio privado.

[15] Essa constatação é baseada numa pesquisa feita em 13 estados do Brasil, em 1998. Para mais detalhes, cf. Fernandes (2000, p.301).

Mapa 5.2

**Brasil – Geografia das ocupações de terras, 1988-2005**
**Número de famílias em ocupações**

| RANKING | UF | Nº FAMÍLIAS | LEGENDA |
|---|---|---|---|
| 1º | PE | 108.695 | |
| 2º | SP | 81.193 | |
| 3º | MS | 64.712 | |
| 4º | PR | 58.754 | |
| 5º | BA | 55.265 | |
| 6º | PA | 47.449 | |
| 7º | RS | 45.061 | |
| 8º | GO | 36.606 | |
| 9º | MG | 35.586 | |
| 10º | AL | 32.759 | |
| 11º | MT | 28.056 | |
| 12º | SC | 16.658 | |
| 13º | MA | 14.484 | |
| 14º | SE | 14.369 | |
| 15º | RN | 14.204 | |
| 16º | PB | 13.155 | |
| 17º | RJ | 9.605 | |
| 18º | RO | 9.521 | |
| 19º | ES | 9.219 | |
| 20º | PI | 7.970 | |
| 21º | CE | 6.615 | |
| 22º | TO | 4.331 | |
| 23º | DF | 3.846 | |
| 24º | AC | 2.071 | |
| 25º | AM | 2.024 | |
| 26º | AP | 120 | |
| 27º | RR | 48 | |

**Fonte:** DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra
**NERA –** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
**Coordenação:** Bernardo Mançano Fernandes
**Cartografia:** Anderson Antonio da Silva
**Site:** www.prudente.unesp.br/dgeo/nera
**Presidente Prudente** – São Paulo – Brasil

Mapa 5.3

**Brasil – Geografia das ocupações de terra, 1988-2005**

**Famílias em ocupações**

N

o 72º 47' 45"
s 00º 32' 13"

o 39º 09' 38"
s 00º 32' 13"

s 26º 33' 33"
o 39º 09' 38"

s 26º 33' 33"
o 39º 09' 38"

**LEGENDA**

Número de famílias em ocupações por município

15.272
10.000
4.500
1.500
1

famílias*

*Calcula-se a média de cinco pessoas por família

**Dados**: CPT – Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra

**Escala Gráfica**

100 0 200 400 600 km

**© Eduardo Paulon GIRARDI**

**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
**DATALUTA:** Banco de Dados da Luta Pela Terra
**Coordenação:** Bernardo Mançano Fernandes

**FCT/Unesp** – Campus de Presidente Prudente

***Software* de Cartomática:** Philcarto
***Software* de SIG:** SPRING
**Base Cartográfica adaptada de:** IBGE/INPE – 2001

Março de 2006

Mapa 5.4

**Brasil – Geografia dos assentamentos rurais, 1985-2005**
**Número de famílias assentadas**

70º00´W
05º00´N
40º00´W
05º00´N
N
20º00´S
70º00´W
25º00´S
40º00´W

Escala Gráfica
0 250 500 750 km

**Legenda**

Número de famílias* assentadas por município

19.061
11.000
4.900
1.260
1

*Calcula-se 5 pessoas por família

**DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra**
**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
**www.prudente.unesp.br/dgeo/nera**

**Coordenação:** Bernardo Mançano Fernandes
**Cartografia:** Eduardo Paulon Girardi

***Software* de Cartomática:** Philcarto; **Base Cartográfica:** Philippe Waniez
**Fonte de Dados:** Dataluta – Banco de Dados da Luta Pela Terra
**Apoio:** CNPq, Fapesp, Fapemig, Proex/Unesp e Proex/UFU
Presidente Prudente, dezembro de 2006

Mapa 5.5

**Brasil – Geografia dos assentamentos rurais, 1980-2005**
**Número de famílias assentadas**

| RANKING | UF | Nº FAMÍLIAS | LEGENDA |
|---|---|---|---|
| 1º | PA | 123.694 | |
| 2º | MA | 101.826 | |
| 3º | MT | 79.141 | |
| 4º | RO | 41.216 | |
| 5º | BA | 39.803 | |
| 6º | AM | 28.446 | |
| 7º | RR | 27.648 | |
| 8º | PI | 26.518 | |
| 9º | PE | 23.377 | |
| 10º | CE | 23.048 | |
| 11º | PR | 21.929 | |
| 12º | MS | 21.710 | |
| 13º | AC | 21.699 | |
| 14º | TO | 20.635 | |
| 15º | RN | 19.652 | |
| 16º | GO | 16.652 | |
| 17º | MG | 15.243 | |
| 18º | SP | 13.790 | |
| 19º | PB | 13.485 | |
| 20º | RS | 12.122 | |
| 21º | AP | 9.753 | |
| 22º | AL | 7.518 | |
| 23º | SE | 7.434 | |
| 24º | RJ | 6.285 | |
| 25º | SC | 5.368 | |
| 26º | ES | 3.688 | |
| 27º | DF | 604 | |

**Fonte:** DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra
**NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
**Coordenação:** Bernardo Mançano Fernandes
**Cartografia:** Anderson Antonio da Silva
**Site:** www.prudente.unesp.br/dgeo/nera
**Presidente Prudente** – São Paulo – Brasil

Comparando os mapas das ocupações e os dos assentamentos apresentados a seguir, observam-se as diferenças entre as políticas de assentamentos dos governos recentes e as ações dos movimentos camponeses na realização das ocupações de terra. A distribuição dos assentamentos da reforma agrária demonstra que o governo tem priorizado a implantação de projetos de assentamentos nas regiões Norte e Nordeste, enquanto o maior número de ocupações acontece nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Essa diferença é um importante indicador de que a modernização da agricultura brasileira não conseguiu resolver a questão agrária. O agronegócio brasileiro expropria os camponeses das regiões onde a agricultura é mais desenvolvida e o governo procura levá-los para as regiões onde a agricultura só começou a se desenvolver nas últimas décadas, como é o caso da Amazônia. Todavia, também nessa região, os camponeses e o agronegócio se enfrentam para disputar as terras agricultáveis.

***

A territorialização do MST por meio da ocupação da terra é uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato.[16] As lutas que geraram o MST foram, simultaneamente, lutas de posseiros e arrendatários para ficar na terra, ou daqueles camponeses que ao serem expulsos da terra ocuparam os latifúndios. As lutas realizadas no segundo momento de formação do MST foram predominantemente de trabalhadores rurais assalariados, que ocupavam terra para se livrarem do assalariamento. A partir da década de 1990, o MST começou a contar com a participação de trabalhadores de origem urbana (Lima e Fernandes, 2001). Em seu conjunto, todas essas lutas promoviam a ressocialização de trabalhadores que nunca tiveram terra. Nessa luta, entrecruzam-se diversas motivações: indignação, necessidade, interesse, consciência política, identidade camponesa, concepções de economia moral da terra e a expectativa de superação forjada na dinâmica coletiva de luta.

Além de ser uma luta territorial, a luta pela terra é uma luta de família, já que envolve o conjunto de seus membros em diversas atividades. Mesmo nos casos em que apenas alguns de seus membros fazem parte da ocupação de um latifúndio, a família camponesa toda se envolve na mobilização pela terra, cuidando de várias outras necessidades básicas. As famílias sem-terra criam comissões, núcleos ou setores que se preocupam com alimentação, saúde, educação de crianças e jovens, assim como negociação política, divulgação e animação da luta. A luta camponesa do MST é indissociável de sua organização social.

As ocupações de terra podem ser feitas de duas formas. Em algumas situações, o MST orienta sua mobilização pelo tamanho da área, com o propósito específico de conquistá-la. Havendo famílias remanescentes, estas iniciam uma nova luta para obter outra área. Essa lógica visa mobilizar as famílias conforme as áreas reivindicadas. Em outras situações, o critério de ocupação é de assentar todas as famílias sem-terra, ocupando quantas áreas

[16] Como se observa nos mapas de ocupações e assentamentos, as ocupações acontecem predominantemente nos estados com uma agricultura capitalista mais avançada. O desemprego de famílias rurais por causa da mecanização agrícola tem crescido justamente nesses territórios.

sejam necessárias. Essa é a lógica das ocupações massivas, onde o ato de ocupação de várias áreas pode resultar em múltiplos assentamentos. Essa segunda forma de organização intensificou a territorialização da luta, transformando as ocupações em uma luta contínua pela terra. Conforme as famílias vão sendo assentadas, outras novas unem-se àquelas já na luta, somando mais grupos de famílias aos grupos remanescentes. As ocupações maciças agrupam famílias de vários municípios e de mais de um estado, quando em áreas fronteiriças. Com isso, superam-se as fronteiras territoriais oficiais.

Na execução das ocupações, os sem-terra podem realizar diferentes formas de estabelecimento na terra. Em algumas experiências, ocupam uma faixa de terra e prosseguem com as negociações, reivindicando a desapropriação da área. Em outras, ocupam a terra, dividem-na em lotes e começam a trabalhar; noutras, ainda, demarcam uma única área e plantam coletivamente.[17] Por mais que se tenha planejamento, a ocupação da terra é sempre um devir incerto, tendo em conta os variados contextos e as distintas transformações de cada conjuntura. Por mais que os sem-terra tenham acumulado experiências diversas e tenham *know-how*, cada ocupação tem suas singularidades e desafios próprios (Fernandes, 2000, p.291-2).

Desde o início do Movimento, os sem-terra combinaram várias formas de luta. Além das ocupações de terra, o MST tem organizado marchas, ocupações de prédios públicos, greves de fome, passeatas e manifestações em frente às agências públicas e bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Para o MST, a mobilização pela terra é uma luta popular heterogênea, construída na práxis.

A práxis do MST começa com o trabalho de base. Isso se inicia com a formação de um grupo de famílias e sua interligação posterior com outros grupos de famílias que irão participar do mesmo acampamento. Das lutas ocorridas no período de gestação do MST foram formadas diversas lideranças que iniciaram os trabalhos de base em outras regiões do país. Os trabalhos de base, os acampamentos e as ocupações constituem espaços de socialização política. Nesses encontros e momentos de luta, os camponeses trocam experiências e conhecimentos de vida, conscientizam-se da condição de expropriados e explorados e constroem sua identidade de sem-terra. Ali fazem análises de conjuntura, avaliando as relações de forças na sociedade e política, e estabelecem suas articulações e alianças. Essa formação política gera a militância que sustenta o MST. De modo geral, esses diversos espaços de socialização política colocam as pessoas em movimento, ajudam a construir a consciência de seus direitos e tornam efetivo o esforço coletivo para superar sua situação de miséria.

Por último, não poderia se examinar a luta pela terra sem levar em conta o problema de violência rural, as violações de direitos humanos e a impuni-

[17] Esse é um verdadeiro ato de rebeldia dos sem-terra no enfrentamento com o governo e latifundiários. Essa ação é realizada sem consentimento de ambos. Algumas vezes, pode até mesmo ser resultado de uma negociação entre as três partes com vistas a uma possível solução do conflito.

dade no campo. No Brasil, a violência contra os camponeses é secular. Como salienta o Capítulo 4, de Poletto, só a partir do trabalho da CPT passou-se a registrar sistematicamente as formas de violência, revelando ao mesmo tempo a extensa impunidade existente em relação aos crimes cometidos contra os lavradores. Observa-se no Mapa 5.6, e nos dados sobre a "Violência rural no Brasil", apresentados na Tabela 5.5, que no período 1988-2005 foram assassinadas 903 pessoas. Todavia, o número de condenações dos mandantes assassinos não chega a dez. As ameaças de morte e tentativas de assassinatos são constantes, mas não impediram o crescimento da luta pela terra. Embora a violência contra os camponeses aconteça em todo o país, concentra-se principalmente na região Norte e em alguns estados das regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Mapa 5.6

**Brasil – Geografia dos assassinatos, 1988-2005**
**Número de assassinados**



| RANKING | REGIÃO/UF | Nº ASSASSINATOS | LEGENDA |
|---|---|---|---|
| 1º | PA | 273 | |
| 2º | MA | 72 | |
| 3º | MT | 68 | |
| 4º | BA | 64 | |
| 5º | PE | 53 | |
| 6º | PR | 43 | |
| 7º | RO | 37 | |
| 8º | MG | 37 | |
| 9º | AM | 23 | |
| 10º | TO | 23 | |
| 11º | RJ | 19 | |
| 12º | PB | 18 | |
| 13º | AL | 16 | |
| 14º | MS | 16 | |
| 15º | ES | 14 | |
| 16º | GO | 12 | |
| 17º | AC | 11 | |
| 18º | PI | 11 | |
| 19º | SP | 10 | |
| 20º | SC | 9 | |
| 21º | RR | 8 | |
| 22º | RS | 8 | |
| 23º | CE | 7 | |
| 24º | AP | 6 | |
| 25º | RN | 3 | |
| 26º | SE | 3 | |
| 27º | DF | 0 | |
| | N.I* | 39 | |

*N.I - Soma dos assassinatos onde os estados não foram informados

**Fonte:** DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra
**NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
**Coordenação:** Bernardo Mançano Fernandes
**Cartografia:** Anderson Antonio da Silva
**Site:** www.prudente.unesp.br/dgeo/nera
**Presidente Prudente** – São Paulo – Brasil

# ESTRUTURA ORGANIZATIVA E IDENTIDADE DO MST

O processo de institucionalização do MST ajudou a cristalizar sua estrutura organizativa atual, constituída de três partes interativas: (1) as instâncias de representação; (2) os setores de atividades; e (3) as organizações com registro público, conforme explica o Quadro 5.2. As duas primeiras partes são resultado de uma ampla reflexão a respeito das formas de organização dos movimentos camponeses (Stédile e Fernandes, 1999). Essas partes representam a multidimensionalidade da organização camponesa, integrando os fóruns de decisão com as atividades vitais para o desenvolvimento da luta. A terceira parte mantém a forma tradicional das entidades de caráter legal, com registro em cartório público. Essas organizações foram criadas para operar contas bancárias, estabelecer contratos legais e canalizar recursos externos para a implementação de projetos de desenvolvimento em diversas áreas.

As instâncias de representação política reúnem diferentes espaços, formados por diversas modalidades: núcleos, coordenações, direções, encontros e Congresso Nacional. Uma instância elege ou indica os membros

Quadro 5.2 Estrutura organizativa do MST

| Instâncias de representação | Setores de atividades |
|---|---|
| Congresso Nacional | Secretaria Nacional |
| Encontro Nacional | Secretarias Estaduais |
| Coordenação Nacional | Secretarias Regionais |
| Direção Nacional | Setor de Frente de Massa |
| Encontro Estadual | Setor de Formação |
| Coordenação Estadual | Setor de Educação |
| Direção Estadual | Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente |
| Coordenação Regional | Setor de Comunicação |
| Coordenação de Assentamentos | Setor de Finanças |
| Coordenação de Acampamentos | Setor de Projetos |
| Núcleos de Base | Setor de Direitos Humanos |
| | Coletivo de Relações Internacionais |
| | Setor de Saúde |
| | Setor de Gênero |
| | Coletivo de Cultura |
| | Coletivo de Mística |

| Organizações convencionais |
|---|
| ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola |
| CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. |
| ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária |
| ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes |

de outra instância em nível superior. A porta de entrada nesse processo são os núcleos de base, constituídos pelas famílias sem-terra nos acampamentos e nos assentamentos. Os assentamentos e acampamentos elegem suas coordenações, que escolhem as coordenações regionais, que, por sua vez, elegem as coordenações estaduais. A coordenação estadual elege os representantes da coordenação nacional. Os coordenadores indicam entre seus membros os componentes da direção estadual e nacional. É nos núcleos, nas coordenações e nas direções que o MST toma suas decisões cotidianas.

Os Encontros Nacionais e o Congresso Nacional são momentos de definição das políticas conjunturais e estruturais. O Encontro Nacional é celebrado a cada dois anos. Os encontros locais, regionais e estaduais são realizados anualmente. Em geral, o Congresso Nacional se realiza a cada cinco anos. Os encontros são espaços de planejamento e decisão política, além de festivos, de confraternização, de troca de experiências e de disseminação da cultura camponesa.

A participação nos diferentes níveis de decisão do MST se dá pela inserção nas atividades do Movimento. Nas diversas instâncias do MST são deliberadas as políticas a serem executadas pelos setores de atividades e as secretarias do Movimento. Os setores e as secretarias têm caráter administrativo e executivo e são responsáveis pela realização de projetos de desenvolvimento socioterritorial nos assentamentos e nos acampamentos. Os setores também estão articulados em diferentes escalas. O Setor de Educação, por exemplo, está organizado desde a escala local, no acampamento e no assentamento, até as escalas regionais, estadual e nacional. Cada escala desse setor mantém relações com a instância respectiva do estado, visando ao apoio das políticas públicas dirigidas aos acampamentos e aos assentamentos.

Os coletivos e as organizações convencionais são transversais à estrutura organizativa do Movimento. Os coletivos de Cultura e de Mística, por exemplo, são formados por membros de vários setores e instâncias, embora também tenham membros efetivos, como os músicos e coordenadores de místicas que viajam pelas diversas regiões do país animando os encontros do MST. Por sua vez, o coletivo de Relações Internacionais recebe a contribuição de membros de vários setores, em especial da coordenação nacional. Nos trabalhos realizados pelos setores estão presentes as entidades com registro público, que ajudam a montar projetos de desenvolvimento agropecuário, educacional, de saúde e de infraestrutura.

A Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) são organizações vinculadas que cui-

dam das políticas de desenvolvimento do MST. Nesses espaços são elaboradas políticas agrícolas e pesquisas tecnológicas apropriadas à agricultura camponesa, tendo como referência um modelo de desenvolvimento baseado na agroecologia. A combinação de pesquisa científica, formação política e preparação técnica tem dado impulso à qualificação dos militantes e das famílias camponesas ligadas ao Movimento. Esse conjunto de atividades faz que o MST se destaque como o movimento social mais bem organizado da América Latina.

A estrutura organizativa do MST é múltipla, plural e híbrida. Tem caráter formal e informal, e foi construída como novas e antigas formas de organização. Sua amplitude garante os trabalhos nos mais variados assuntos, abarcando dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas. Seu traço principal, porém, não está na definição de sua estrutura, mas em seu movimento, ou seja, em sua versatilidade e flexibilidade. Seu caráter multidimensional e flexível lhe permite estar presente simultaneamente em diversos espaços políticos, e lhe facilita a possibilidade de criar novos espaços de atuação. Essa estrutura multifacética, com variadas instâncias de decisão coletiva, ajuda também a proteger o MST, pois torna muito mais difícil o intento de cooptar, controlar ou reprimir o Movimento por parte das forças que lhe são hostis.

As múltiplas dimensões do MST fortalecem sua organização, mas também criam enormes desafios. Um dos princípios do MST é a luta contra a dominação do grande capital. Nesse sentido, vem enfrentando o desafio de tentar construir novas experiências que permitam superar as relações sociais isoladas do trabalho familiar camponês sem reproduzir as relações capitalistas. Esse princípio é marca de sua identidade política. Considerando-o é que compreendemos os avanços e os refluxos do MST. É o que o torna admirado e odiado em diversos círculos políticos e intelectuais.[18]

Ao longo dos anos, o MST conseguiu desenvolver uma forte identidade própria. Hoje essa identidade está fortemente ligada a *símbolos,* como sua bandeira vermelha, seu boné vermelho e seu hino. Tais símbolos são indicadores da organicidade do Movimento, pois estão presentes em reuniões setoriais, prédios das cooperativas e das escolas, ocupações, acampamentos e assentamentos.[19] São marcas da identidade territorial desse movimento camponês.

[18] Um exemplo desse ódio ao MST é a crítica contundente de Navarro (2002a; 2002b). Ele foi assessor do governo Cardoso em assuntos agrários. Nesses textos, ele apresenta uma visão dilacerante do MST, a partir de uma análise fragmentada, de óbvio caráter político. Em geral, as ideias de Navarro sobre o MST têm tido pouca repercussão no meio acadêmico.

[19] Organicidade é uma condição política. Ela é representada pelos graus de vinculação das famílias sem-terra com o MST. Quanto maior a participação das pessoas nos setores de atividades e nas instâncias de representação política, maior é a organicidade do Movimento.

Outro elemento importante da cultura política do MST são as *palavras de ordem*, frases que dão significado ao sentido da luta dos sem-terra. Essas palavras são cristalizadas nos encontros estaduais ou nacionais do Movimento. Novas frases surgem conforme as mudanças da conjuntura política e as ações do MST. No Quadro 5.3 são apresentadas as principais palavras de ordem utilizadas pelo MST desde sua gênese. Estas representam diversos momentos e preocupações em relação ao desenvolvimento da luta camponesa: o descrédito com o Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985, a ocupação, a resistência, a conquista, o fim do latifúndio e a amplitude da luta pela reforma agrária como condição essencial para a construção da democracia.

Quadro 5.3 Palavra de ordem do MST: uma cronologia, 1979-2007

| Ano | Origem | Palavras de ordem |
|---|---|---|
| 1979 | Campanha da Igreja Católica pela Reforma Agrária | Terra para quem nela trabalha |
| 1984 | 1º Encontro Nacional | Terra não se ganha, terra se conquista |
| 1985 | 1º Congresso Nacional | Sem reforma agrária não há democracia<br>Ocupação é a única solução |
| 1990 | 2º Congresso Nacional | Ocupar, resistir, produzir |
| 1995 | 3º Congresso Nacional | Reforma agrária: uma luta de todos |
| 2000 | 4º Congresso Nacional | Por um Brasil sem latifúndio |
| 2007 | 5º Congresso Nacional | Reforma agrária: por justiça social e soberania popular |

As palavras de ordem, a bandeira, o hino, a cruz, as ferramentas de trabalho, os alimentos, os livros, os lutadores históricos de causas populares e outros símbolos do MST constituem a linguagem de uma prática política de resistência e contraposição aos discursos oficiais do Estado. No cotidiano das famílias vinculadas ao MST, esses símbolos fazem parte de sua cultura e identidade camponesa, cultura que é reproduzida pela participação em mobilizações, comissões, setores e núcleos do Movimento. Em reconhecimento da importância dessa linguagem simbólica e da força emocional que ela traz, o MST criou um Coletivo de Mística, que tem a missão de cuidar dessa dimensão da luta e promover os valores do Movimento. A criação e a reprodução da identidade do MST, em síntese, estão intimamente ligadas aos processos de territorialização e consolidação de sua estrutura organizativa.[20]

[20] Um site com muitas informações sobre a cultura dos sem-terra foi organizado pela School of Modern Languages, da University of Nottingham, cf. <http://www.landless-voices.org>.

## A MUNDIALIZAÇÃO DO MST: A VIA CAMPESINA, DE 1996 ATÉ O PRESENTE

Um elemento novo no processo de formação do MST se deu com a ampliação internacional da luta camponesa. A intensificação do agronegócio a partir da década de 1990 ameaça o processo de territorialização do campesinato em diversos países. A partir de meados dessa década, o MST ampliou suas relações com movimentos camponeses de outros países. Em 1996, filiou-se à Via Campesina, articulação de movimentos camponeses criada em 1992 que inclui 168 organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa.[21] A estrutura da Via Campesina é formada pela Conferência Internacional, seu principal espaço de deliberação política; Comissão Coordenadora Internacional, Comissões Políticas, Secretaria Executiva e movimentos camponeses vinculados a ela. As Comissões Políticas atuam em relação a cinco eixos temáticos: Soberania Alimentar e Comércio Internacional; Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural; Gênero e Direitos Humanos; Agricultura Camponesa Sustentável; Biodiversidade e Recursos Genéticos. As comissões elaboram manifestações dos movimentos camponeses de diversas partes do planeta e participam de debates e protestos com os organismos internacionais.

O surgimento da Via Campesina fortaleceu os movimentos camponeses, desenvolvendo lutas conjuntas em escala mundial. Em junho de 2004, o MST organizou a 4ª Conferência Internacional da Via Campesina. No Brasil, ela é formada por MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).[22]

A Via Campesina defende a soberania alimentar como direito dos povos e seus países. Apoia as uniões de estados na definição de políticas agrícolas, alimentares e intercâmbio comercial, mas insiste em um comércio agrícola internacional que proíba o *dumping* e tenha como âncora políticas duradouras e solidárias, determinadas pelas organizações sociais e os governos nacionais, suprimindo desse modo o poder das corporações multinacionais. Por isso, a oposição da Via Campesina à intervenção da Organização Mundial do Comércio (OMC) na determinação de políticas de intercâmbio de produtos agrícolas.

[21] A respeito da formação da Via Campesina, cf. Desmarais (2009, 2007) e Fernandes (2004b).

[22] Para mais informações sobre os movimentos sociais que compõem a Via Campesina, cf. o Capítulo 16, de Rosa, neste livro.

Ela tem promovido também uma Campanha Global pela Reforma Agrária, que alcançou reconhecimento em diversos âmbitos, como organizações camponesas, ONGs, governos e organismos internacionais. Essa campanha tem fortalecido a resistência internacional às políticas de mercado de terras do Banco Mundial. A entidade também defende o desenvolvimento rural com base na unidade familiar e na promoção de práticas agroecológicas, a fim de garantir a biodiversidade e a proteção dos recursos genéticos.

Também tem atuado organizadamente em diversas partes do mundo, incluindo a participação em atos de protesto durante reuniões da OMC, em Genebra, Suíça (1998), Seattle, Estados Unidos (1999) e em Cancun, México (2003), onde foi exigida a saída da OMC das negociações agrícolas. Nesses anos, os movimentos camponeses introduziram diversas inovações, como a de realizarem mobilizações conjuntas e simultâneas em várias cidades do mundo. A criação dessa rede de movimentos tem propiciado maior resistência às políticas neoliberais e ao avanço do agronegócio sobre os territórios camponeses. A Via Campesina tornou-se a principal interlocutora dos movimentos camponeses nas negociações de políticas em escala nacional e internacional.

## O AGRONEGÓCIO, O GOVERNO LULA E A PERSPECTIVA DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A conjuntura política e econômica nacional e internacional mudou significativamente desde a gênese do MST. No Brasil, o avanço das políticas neoliberais, com a privatização de grande parte das empresas estatais, a desregulamentação e a eliminação dos direitos dos trabalhadores e o desemprego estrutural provocaram enorme refluxo dos movimentos sindicais e camponeses. O avanço do neoliberalismo também teve forte impacto nas posições políticas do PT.[23] De fato, ele amoldou a coligação de forças políticas de esquerda e direita articuladas pelo PT para eleger Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, em 2002.

A partir do início da década de 1990, a questão agrária constituiu-se de novos elementos. O latifúndio deixou de ser o principal problema para o desenvolvimento da agricultura camponesa. O desafio maior para a implementação da reforma agrária passou a ser o agronegócio, com toda sua potencialidade. Para combater as lutas por terra, os defensores do agronegócio criaram uma política de "reforma agrária de mercado". Essa

[23] Cf. Partido dos Trabalhadores (1998). Merece destaque o fato de que as críticas que o PT fazia às políticas do governo Cardoso, acusando-o de promover a inserção subordinada do país na economia internacional, transformaram-se em políticas do próprio partido.

iniciativa fez parte de uma tentativa de despolitizar e desmobilizar a luta popular, jogando-a no âmbito do mercado, em que impera o poder do agronegócio e do latifúndio.

As ocupações de terra ferem profundamente a lógica de dominação do agronegócio e, por essa razão, seus protetores têm investido fortemente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a extensão da luta popular. A mercantilização da reforma agrária visa a controlar o território disponível à agropecuária e limitar as formas de acesso à terra. Na lógica do grande capital, o que realmente interessa é que a forma de acesso à terra seja por meio das relações de mercado, ou seja, de compra e venda. A terra, na óptica do agronegócio, deve estar disponível para servir a seu interesse de maximizar o lucro.

O agronegócio tem procurado demonizar as ocupações de terra com sua ampla influência nos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, tem promovido a judiciarização da luta pela terra, utilizando o Poder Judiciário como cerca intransponível aos sem-terra. Para não manchar sua imagem, o agronegócio procura desenvolver políticas de crédito e/ou bolsas de arrendamento, de modo a trazer os ocupantes de terra para o território do mercado. Assim, visa a convencer os camponeses de que o consenso em torno da lógica do grande capital é possível.

No auge do neoliberalismo e do agronegócio, na década de 1990, surgiu uma corrente teórica conhecida com o "paradigma do capitalismo agrário".[24] Essa visão da economia rural entende que a questão agrária pode e deve ser resolvida pela integração dos camponeses ao mercado dominado pelo agronegócio, com o estímulo de políticas desenvolvidas pelo Estado. Assim seria superado o problema agrário do capitalismo. Essa leitura apresenta forte contraste que poderíamos chamar de "paradigma da questão agrária", que enfatiza o desenvolvimento desigual e contraditório gerado pelo capitalismo agrário, e insiste no antagonismo inerente entre o capitalismo agrário e a resolução da questão agrária em sociedades altamente iníquas e excludentes, como a brasileira.[25]

O paradigma do capitalismo agrário teve impacto notável no pensamento e no discurso sobre a questão agrária. Além de criar novos conceitos de conteúdos eufemísticos, como "agricultura familiar" para substituir o conceito de "agricultura camponesa", ou "agricultura empresarial" para substituir o conceito de "agricultura capitalista", gerou uma compreensão linear a respeito do desenvolvimento da agricultura. Esse paradigma contribuiu também para a criação de novas organizações camponesas, denominadas atualmente movimentos de "agricultores familiares", como

[24] Um texto emblemático do "paradigma do capitalismo agrário" é de Abramovay (1992).
[25] A respeito do "paradigma da questão agrária", cf. Fernandes (2001).

é o caso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), vinculada à CUT.

A ideia de que o problema agrário pode ser resolvido pelo mercado, pela integração ao capital e com políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado agradou a forças políticas de direita e esquerda. Da mesma forma, a mídia eletrônica e impressa abriu espaço para os cientistas que passaram a defender essa tese em diferentes jornais diários. Seu discurso foi incorporado por jornalistas e acadêmicos de diversas disciplinas até se tornar predominante. Desse ponto de vista, a questão agrária tornou-se um problema inexistente, já que não tem solução na sociedade capitalista. Conforme essa visão, que predomina hoje inclusive no PT, não tem sentido procurar uma solução que não seja a partir da realidade capitalista.

Isso explica em parte a mudança do programa de governo do PT em relação à reforma agrária, entre as eleições de 1989 e as de 2002. No programa de 2002 foram suprimidos itens como a apresentação do número de famílias a serem assentadas e as críticas históricas do PT ao sistema de latifúndios e à alta concentração da estrutura agrária.[26] O novo discurso do PT, ameno, conciliador e desenvolvimentista, o apoio do governo Lula às políticas de "reforma agrária de mercado" e a implantação de outros programas que visam incorporar a "agricultura familiar" às estratégias do agronegócio dão mostra dessa guinada no interior do PT.

Desde a vitória de Lula, a mídia nacional, compreendida pela TV Globo, pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, a revista *Veja* e outros periódicos semanais, têm pautado as políticas governamentais a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário. Com essa tremenda acumulação de força da mídia, tenta-se impedir que a realidade do campo brasileiro apareça como de fato é: uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e ainda em processo de intensificação dessa desigualdade rural. Esconde-se de igual forma o aumento de famílias acampadas na beira das estradas e dentro dos latifúndios; a extensa pobreza rural e a crescente perda das terras em mão dos camponeses e indígenas. A mídia nacional procura mostrar o aumento do conflito, mas não apresenta suas causas. Comprova que os assentamentos criados pelo governo Cardoso estão precarizados, mas não comenta as razões políticas dessa realidade. A grande imprensa procura convencer a sociedade de que o problema reside nos movimentos camponeses, em especial o MST. Assim, a mídia convence diversos setores da opinião pública, mesmo muitos políticos e intelectuais, de que os problemas são os conflitos e não as causas dos conflitos.

[26] Cf. o texto elaborado para a campanha eleitoral, Partido dos Trabalhadores (2002).

Com a eleição presidencial de Lula em 2002, os movimentos camponeses participaram das indicações de nomes para cargos de segundo escalão no seu governo. O MST e a CPT tiveram forte influência na nomeação de vários cargos no INCRA. A CONTAG e a FETRAF-SUL indicaram pessoas para o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Iniciou-se uma política de assistência técnica e foram retomados programas de educação para os assentados. O novo governo estabeleceu uma política de recuperação dos assentamentos implantados de forma muito precária pelo governo anterior, com programas de crédito e apoio ao desenvolvimento de infraestrutura básica. Com a pressão do MST e de outros movimentos da Via Campesina, em meados de 2003, o MDA formou uma equipe de especialistas, coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, para a elaboração do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Esse plano, porém, não foi aceito pelo governo Lula. A proposta da equipe de Sampaio previa assentar um milhão de famílias em quatro anos,[27] o que significava enfrentar os ruralistas e sua forte bancada no Congresso, fato que teria provocado duro ataque ao governo por parte da grande imprensa e de outros defensores do agronegócio. Além disso, a maioria dos políticos do PT que assumiram o Ministério do Desenvolvimento Agrário era próxima do "paradigma do capitalismo agrário". Mais do que resolver o fundo da questão agrária, o interesse do PT era manter esse problema sob controle social.

Em novembro de 2003, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, apresentou ao presidente Lula outra versão do programa. À diferença da proposta da equipe de Sampaio, esse plano incluía a meta de assentar 400 mil famílias até 2006, em vez de 600 mil, e assentar outras 150 mil famílias em 2007 contra as 400 mil famílias propostas por Sampaio. O plano aceito pelo governo também daria acesso à terra a outras 130 mil famílias pelo crédito fundiário, mecanismo que havia sido rejeitado pela equipe

[27] O plano apresentado pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio, do qual o autor fez parte, definiu o número de famílias a ser assentadas com base à demanda explícita contida no cadastro realizado pelos Correios (839.715 famílias) e a demanda emergencial das famílias acampadas até o início de outubro de 2003 (171.288 famílias). Plínio de Arruda Sampaio, vale ressaltar, é um ex-deputado federal constituinte pelo PT, promotor público, consultor da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), professor universitário, e ex-Secretário Agrário do PT. Ao final de 2005, Sampaio deixou o PT e filiou-se ao novo Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL), criado por dissidentes do PT. O plano concebido por ele e a sua equipe concebeu a reforma agrária como uma política de: (1) desenvolvimento territorial, e não como política compensatória que distribui os assentamentos de forma difusa e desordenada pelo país; (2) desapropriação e desconcentração de terras, e não uma "reforma agrária de mercado", e (3) promoção e intenso apoio aos assentamentos, com políticas de financiamento em todas as etapas de implantação. De modo geral, esse plano coincide nos termos do que seria uma "reforma agrária progressista", segundo a definição de Carter na Introdução a este livro.

de Sampaio por considerar a “reforma agrária de mercado” imprópria a um processo de desconcentração de terras. A proposta original estimou a área passível para a reforma agrária em 310 milhões de hectares, com base no cadastro de imóveis do INCRA. Mas o plano do governo apresentou cifras de disponibilidade de terras substancialmente menores. Em outros aspectos houve coincidências. Em ambas as propostas, por exemplo, foi defendida a ideia de tratar a reforma agrária como um processo de desenvolvimento territorial e melhorar a qualidade dos novos assentamentos.[28]

Durante esse tempo, os ruralistas participaram das indicações de nomes para o Ministério da Agricultura, garantindo dessa forma a continuidade do modelo de desenvolvimento da agropecuária implantado durante o regime militar. Os ruralistas reagiram ferozmente ao aumento das mobilizações por terra. Com apoio da mídia, os ruralistas realizaram marchas e manifestações de protesto contra a política agrária do governo Lula. Na Corte Suprema, conseguiram anular a primeira desapropriação desse governo: um latifúndio improdutivo de mais de 13.000 hectares no município de São Gabriel, Rio Grande do Sul. A medida judicial teve forte impacto simbólico. Com a intensificação da reação dos ruralistas, aumentou o número de trabalhadores sem-terra mortos por pistoleiros.[29]

Durante o primeiro mandato do governo Lula, a ênfase do II PNRA esteve no número de famílias que seriam assentadas, e não nas áreas que seriam desapropriadas, nem nos lugares onde aquelas seriam assentadas. O ano de 2005, como se pode ver no Gráfico 5.1, teve o maior número de famílias assentadas para o período de 1988 a 2006. De fato, o governo Lula tem superado amplamente o governo anterior na média de famílias assentadas por ano. Enquanto o governo Cardoso assentou em média 57.000 famílias por ano, o governo Lula assentou 63.000 famílias por ano. De 2003 a 2006, o governo Lula assentou 252.019 famílias. Todavia, esses números, mais do que um bom resultado, revelam importante limitação da reforma agrária sob o governo Lula. Parte considerável da área incorporada à reforma agrária são terras de florestas nacionais e reservas extrativistas localizadas na Amazônia.

Para tentar atender as metas do II PNRA, o INCRA, sob o governo Lula, passou a incorporar áreas públicas à reforma agrária. Uma parte importante das famílias beneficiadas nesse governo foi assentada em assentamentos já

[28] A proposta aceita pelo governo, elaborada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário e sua equipe, foi denominada “II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural”. Mais detalhes sobre o processo de elaboração desse plano podem ser encontradas no Capítulo 14, de Branford, neste livro.

[29] Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra registrou um aumento de 70% no número de assassinatos de trabalhadores; cf. CPT (2004).

existentes ou em assentamentos implantados em terras públicas. Em outras palavras, a reforma agrária do governo Lula tem ocorrido predominantemente em terras do próprio governo. A precariedade da reforma agrária e das políticas agrícolas para o setor camponês – marca iniludível de todos os governos que assumiram o Estado brasileiro – está expulsando famílias assentadas. No lugar dessas famílias excluídas surgem novas famílias assentadas. O problema não se resolve em si, se reproduz em si.

A cada ano, o agronegócio se territorializa com mais rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa. De 1992 a 2003, a área controlada por propriedades capitalistas cresceu 52 milhões de hectares, enquanto a área das propriedades familiares aumentou 37 milhões de hectares, graças à desapropriação de 25 milhões de hectares para a reforma agrária (Fernandes, 2005a). Nesse contexto, o empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agravam as desigualdades e não resta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização.

A reforma agrária empreendida desde a década de 1990 contribui principalmente para impedir a intensificação da concentração fundiária. Se as famílias sem-terra não tivessem ocupado terras para pressionar o governo pela realização da reforma agrária, entre 1992 e 2003 o crescimento da área das propriedades capitalistas teria sido de 77 milhões de hectares, ao passo que o crescimento das propriedades familiares teria sido de 12 milhões de hectares. Em outras palavras, a concentração de terras teria sido bem maior. De uma média anual de expansão da área das propriedades capitalistas de 4,7 milhões de hectares, ela teria subido para 6,5 milhões de hectares. Enquanto isso, a média anual de expansão das propriedades familiares teria descido de 3,4 milhões para 1,1 milhão de hectares. Sem reforma agrária, a expansão das áreas das propriedades capitalistas teria sido cinco vezes mais rápida que a expansão das propriedades familiares. Com a reforma agrária, a expansão das áreas das propriedades capitalistas apenas dobrou a taxa de expansão das propriedades familiares (Fernandes, 2005a). No Brasil, a reforma agrária não desconcentra terra. Ela só minimiza a intensidade da sua concentração. Esse é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI.

***

O objetivo deste capítulo foi apresentar um lado pouco revelado nos estudos a respeito do campesinato brasileiro: sua participação determinante em seu processo de ressocialização, o que tem possibilitado melhoria na qualidade de vida de muitas famílias camponesas. Com efeito, no Brasil, o Estado tem atuado e continua atuando a reboque dos movimentos camponeses. Esse argumento central nos leva a duas conclusões. De um lado,

reafirma o papel protagonista dos movimentos camponeses ao mesmo tempo que exibe seus limites na hora de defender seus direitos e interesses perante a potência do agronegócio. De outro, essa situação revela o elevado poder político que a agricultura capitalista tem sobre o Estado e seu modelo de desenvolvimento.

O estudo da formação do MST nos sugere que, embora ele seja o movimento camponês mais bem organizado da história do Brasil, suas ações têm conseguido apenas mudanças conjunturais. Esse fato revela a complexidade e indeterminação da questão agrária. Os processos de territorialização do movimento camponês e do agronegócio estão gerando novos conflitos marcados que definirão a questão agrária deste começo de século. O novo contexto mundializado pelas transnacionais do agronegócio e as redes globais dos movimentos camponeses e seus parceiros será, sem dúvida, uma referência-chave para a compreensão das novas conflitualidades do campo e da cidade.

# ANEXO

Tabela 5.4 Brasil: movimentos socioterritoriais no campo, 2000-2006

| Nº | Sigla | Nome do movimento socioterritorial | Estado |
|---|---|---|---|
| 1 | ACRQ | Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas | MG, PE |
| 2 | ACRQBC | Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Brejo dos Crioulos | MG |
| 3 | ACUTRMU | Associação das Comunidades Remanescentes | MG |
| 4 | ADT | Associação em Direito da Terra | GO |
| 5 | AMPA | Associação do Movimento Pequenos Agricultores | AP |
| 6 | AANTEP | Associação Naviraiense Terra e Paz | MS |
| 7 | ARTS | Associação Renovação dos Sem-Terra | SP |
| 8 | ASA | Associação Santo Antônio | MT |
| 9 | ASPROJA | Associação dos Pequenos Produtores do Rio Jaru | RO |
| 10 | ATUVA | Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida | PA |
| 11 | CAR | Central dos Assentados de Roraima | RR |

*Continua*

Tabela 5.4 *Continuação*

| Nº | Sigla | Nome do movimento socioterritorial | Estado |
|---|---|---|---|
| 12 | CCL | Centro de Cidadania e Liderança | MG |
| 13 | CETA | Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados | BA |
| 14 | CLST | Caminho de Libertação dos Sem-Terra | MG |
| 15 | CONLUTAS | Coordenação Nacional de Lutas | SP |
| 16 | CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura | AC, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PI, PR, RJ, RN, TO |
| 17 | COOTERRA | Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra | BA |
| 18 | CPT | Comissão Pastoral da Terra | AL, MT, MG, PE |
| 19 | CUT | Central Única dos Trabalhadores | AC, MS, RS, SP |
| 20 | FAF | Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar | SP, MS |
| 21 | FERAESP | Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo | SP |
| 22 | FETRAF | Federação da Agricultura Familiar | PI, PE |
| 23 | FST | Fórum Social do Triângulo | MG |
| 24 | FUVI | Famílias Unidas do Vale do Vilhema | MS |
| 25 | Grupo Xambrê | Grupo Xambrê | PR |
| 26 | LCC | Liga Camponesa Corumbiara | RO |
| 27 | LCP | Liga dos Camponeses Pobres | PA, MG, RO |
| 28 | LOC | Liga Operária Camponesa | MG |
| 29 | MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens | MT, RS, TO |
| 30 | MAST | Movimento dos Agricultores Sem-Terra | PR, SP |
| 31 | MATR | Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais | DF, GO |
| 32 | MBST | Movimento Brasileiro dos Sem-Terra | GO |
| 33 | MBUQT | Movimento Brasileiro Unidos Querendo Terra | SP |
| 34 | MCC | Movimento Camponês Corumbiara | RO |
| 35 | MCNT | Movimento Conquistando Nossa Terra | PA |
| 36 | MCST | Movimento dos Carentes Sem-Terra | SP |

*Continua*

Tabela 5.4 *Continuação*

| Nº | Sigla | Nome do movimento socioterritorial | Estado |
|---|---|---|---|
| 37 | MLST | Movimento de Libertação dos Sem-Terra | AL, GO, MG, PE, RN, SP |
| 38 | MLSTL | Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta | MG |
| 39 | MLT | Movimento de Luta pela Terra | BA, SP |
| 40 | MLTRST | Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem-Terra | PE |
| 41 | MNF | Movimento Sem-Terra Nova Força | SP |
| 42 | MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores | PA |
| 43 | MPRA | Movimento Popular pela Reforma Agrária | MG, SP |
| 44 | MPST | Movimento Popular dos Sem-Terra | MG |
| 45 | MPT | Movimento Pacífico pela Terra | SP |
| 46 | MSLTL | Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta | MG |
| 47 | MSO | Movimento Social Organizado | PR |
| 48 | MSONT | Movimento Sonho da Terra | PR |
| 49 | MSST | Movimento Social dos Sem-Terra | AL, PR, RJ |
| 50 | MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra | AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO |
| 51 | MSTA | Movimento dos Sem-Terra do Amazonas | AM |
| 52 | MT | Movimento dos Trabalhadores | AL, PE |
| 53 | MTA | Movimento dos Trabalhadores Assentados | MT |
| 54 | MTAA/MT | Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso | MT |
| 55 | MTB | Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil | PE, PR, SP |
| 56 | MTBST | Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem-Terra | PE |
| 57 | MTD | Movimento dos Trabalhadores Desempregados | RS, SC, BA |
| 58 | MTL | Movimento Terra Trabalho e Liberdade | AL, BA, GO, MG, PB, PE, RJ |
| 59 | MTR | Movimento dos Trabalhadores Rurais | MG, MS, PR |

*Continua*

Tabela 5.4 *Continuação*

| Nº | Sigla | Nome do movimento socioterritorial | Estado |
|---|---|---|---|
| 60 | MTRST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra | ES |
| 61 | MTRSTB | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra Brasileiros | SP |
| 62 | MTRSTP | Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Paraná | PR |
| 63 | MTRUB | Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos | PE |
| 64 | MTS | Movimento por uma Tendência Socialista | RJ |
| 65 | MTSTCB | Sem informação | SP |
| 66 | MTV | Movimento Terra Vida | SP |
| 67 | MUB | Movimentos Unidos Brasil | SP |
| 68 | MUST | Movimento Unido Sem-Terra | SP |
| 69 | MUT | Movimentos Unidos pela Terra | PR |
| 70 | OAC | Organização Agrária Camponesa | PR |
| 71 | OITRA | Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária | SP |
| 72 | OLC | Organização Luta no Campo | PE |
| 73 | OTC | Organização dos Trabalhadores no Campo | CE, GO, MG, PA, PR, RO, RS, SP, TO |
| 74 | RACAA-Sul | Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia | BA |
| 75 | Sem sigla | Quilombolas | PR, PE |
| 76 | Sem sigla | Fruto da Terra | SC |
| 77 | Sem sigla | Terra Brasil | SP |
| 78 | Sem sigla | Paz Sem-Terra | SP |
| 79 | Sem sigla | Unidos pela Terra | SP |
| 80 | Sem sigla | Via Campesina | PR, PI |
| 81 | SINPRA | Sindicatos dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados | PA |
| 82 | STL | Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura | RN |
| 83 | Tupã 3E | Trabalhadores do Município de Tupanciretã | RS |
| 84 | UAPE | União dos Agricultores de Pernambuco | PE |
| 85 | UFT | União Força e Terra | MS |
| 86 | USST | União dos Santanenses Sem-Terra | RS |

*Fonte:* DATALUTA (2007).

Tabela 5.5 Violência rural no Brasil: Número de assassinatos, tentativas e ameaças de morte, 1988-2005

| Região/UF | Assassinatos | | Tentativas de assassinato | | Ameaças de morte | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| **Norte** | **381** | **42,2** | **223** | **25,7** | **1.197** | **41,0** |
| AC | 11 | 1,2 | 19 | 2,2 | 63 | 2,2 |
| AM | 23 | 2,5 | 12 | 1,4 | 140 | 4,8 |
| AP | 6 | 0,7 | 0 | – | 12 | 0,4 |
| PA | 273 | 30,2 | 147 | 17,0 | 756 | 25,9 |
| RO | 37 | 4,1 | 21 | 2,4 | 49 | 1,7 |
| RR | 8 | 0,9 | 8 | 0,9 | 36 | 1,2 |
| TO | 23 | 2,5 | 16 | 1,8 | 141 | 4,8 |
| **Nordeste** | **247** | **27,4** | **345** | **39,8** | **1.085** | **37,2** |
| AL | 16 | 1,8 | 17 | 2,0 | 30 | 1,0 |
| BA | 64 | 7,1 | 70 | 8,1 | 179 | 6,1 |
| CE | 7 | 0,8 | 31 | 3,6 | 39 | 1,3 |
| MA | 72 | 8,0 | 74 | 8,5 | 421 | 14,4 |
| PB | 18 | 2,0 | 58 | 6,7 | 82 | 2,8 |
| PE | 53 | 5,9 | 60 | 6,9 | 115 | 3,9 |
| PI | 11 | 1,2 | 32 | 3,7 | 187 | 6,4 |
| RN | 3 | 0,3 | 1 | 0,1 | 3 | 0,1 |
| SE | 3 | 0,3 | 2 | 0,2 | 29 | 1,0 |
| **Centro-Oeste** | **96** | **10,6** | **96** | **11,1** | **241** | **8,3** |
| DF | 0 | – | 1 | 0,1 | 1 | 0,0 |
| GO | 12 | 1,3 | 13 | 1,5 | 26 | 0,9 |
| MS | 16 | 1,8 | 26 | 3,0 | 24 | 0,8 |
| MT | 68 | 7,5 | 56 | 6,5 | 190 | 6,5 |
| **Sudeste** | **80** | **8,9** | **110** | **12,7** | **176** | **6,0** |
| ES | 14 | 1,6 | 2 | 0,2 | 36 | 1,2 |
| MG | 37 | 4,1 | 61 | 7,0 | 81 | 2,8 |
| RJ | 19 | 2,1 | 21 | 2,4 | 34 | 1,2 |
| SP | 10 | 1,1 | 26 | 3,0 | 25 | 0,9 |
| Sul | 60 | 6,6 | 60 | 6,9 | 152 | 5,2 |
| PR | 43 | 4,8 | 51 | 5,9 | 119 | 4,1 |
| RS | 8 | 0,9 | 5 | 0,6 | 17 | 0,6 |
| SC | 9 | 1,0 | 4 | 0,5 | 16 | 0,5 |
| **Outros*** | **39** | **4,3** | **33** | **3,8** | **67** | **2,3** |
| **Brasil** | **903** | **100,0** | **867** | **100,0** | **2.918** | **100,0** |

*Fonte:* Setor de documentação da CPT Nacional, 2006.

*N.I. – Soma dos assassinatos, número de tentativas de assassinatos e ameaças de morte em que os estados não foram informados.

# 6
# Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul

Miguel Carter*

Despojados de suas terras, com as casas destruídas, os camponeses afluíram à casa paroquial procurando por ajuda. O padre lhes acolheu. Ele conhecia seus sofrimentos. Em maio de 1978, um grupo de índios Kaingang que buscava recuperar sua reserva no norte do estado do Rio Grande do Sul, expulsou-lhes das suas terras. Cerca de 1.100 famílias de posseiros perderam seus lares e plantações da noite para o dia. Metade dessas famílias foi transferida para a Amazônia em um programa de colonização do governo. Outro grupo foi assentado perto da fronteira com o Uruguai. Mais de 400 famílias sem-terra permaneceram nas redondezas da paróquia do padre Arnildo Fritzen, no pequeno município de Ronda Alta.

Quando as famílias sem-terra bateram à porta da casa do padre, eles moravam em estábulos emprestados e barracos precários há mais de um ano. Na casa paroquial, o padre Arnildo e seus 40 convidados pobres partilharam refeições simples e um teto modesto. Ao longo dos dias que se seguiram, leram a Bíblia, cantaram, rezaram e refletiram sobre as suas vidas. Uma passagem do Êxodo os tocou profundamente: "Javé disse: Eu vi muito bem a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi o seu clamor contra os opressores, e conheço os seus sofrimentos. Por isso, desci para libertá-lo do poder dos egípcios e para fazê-lo subir dessa terra para uma

* O autor gostaria de agradecer a Luiz Antônio Pasinato, José Rui Tagliapietra e Paulinho Lopes pela contribuição na coleta de dados relevantes na CPT e no INCRA e ao apoio de seus assistentes de pesquisa, Enrique Carrillo Gómez e Kang Yue. Uma palavra de apreciação é devida a Kristina Svensson e Lyndsay Hughes pela valiosa revisão do texto original em inglês. Joselita Maria Almeida deu uma grande ajuda na revisão do texto em português. Este capítulo é dedicado à memória de Charles Tilly, com profunda gratidão pela sua orientação na Columbia University.

terra fértil e espaçosa, terra onde corre leite e mel".[1] De repente, no meio de suas reflexões, o grupo teve um momento epifânico. Perceberam que seu sofrimento era como o dos israelitas sob a opressão do faraó. Assim como o povo hebreu, também precisariam escapar da escravidão, romper as correntes da miséria e marchar rumo à Terra Prometida. Juntos, teriam a força de Moisés. Um clima de empolgação envolveu a austera cozinha da paróquia. Com as esperanças renovadas, os camponeses se comprometeram a organizar os parentes e vizinhos sem-terra e lutar pela sua libertação.

Uma semana mais tarde, o padre Arnildo recebeu um novo grupo de visitantes. Quatro jovens profissionais de Porto Alegre, a capital do estado, chegaram numa Kombi. Tinham ouvido falar do envolvimento de padre Arnildo com uma nova organização progressista da Igreja que ajudava os lavradores familiares, e estavam lá para pedir seu apoio. Antes disso, passaram vários finais de semana visitando as famílias que foram forçadas a deixar a reserva indígena. Os jovens faziam parte de um grupo informal dedicado ao estudo das questões agrárias. Entre os ativistas progressistas estava João Pedro Stédile, um enérgico economista de origem camponesa que mais tarde se tornaria o líder mais proeminente do movimento dos sem-terra.

Essas reuniões em maio de 1979 produziram uma equipe dinâmica. Em julho, o padre, os trabalhadores rurais e os jovens profissionais criaram uma rede local que ajudou a organizar três assembleias diferentes entre as famílias dos sem-terra. Recorrendo a seus contatos políticos, eles conseguiram agendar uma reunião com o governador do estado, Amaral de Souza, no dia 1º de agosto. Durante a conversa amigável, um dos representantes dos camponeses perguntou diretamente ao governador: "E se nós invadirmos a fazenda Sarandi?" O local havia sido expropriado pelo governador Leonel Brizola em 1961. Depois do golpe militar de 1964, parte da área foi subdividida em duas fazendas de propriedade do governo – Macali e Brilhante – e alugada para abastados produtores rurais em um "acordo entre amigos". A resposta do governador, em tom de brincadeira, à pergunta inesperada pegou a todos de surpresa: "Me avisem que eu vou junto". No final da reunião, ele garantiu a todos um lote de terra em 30 dias.[2]

Cinco semanas mais tarde, sem nenhuma solução à vista, os sem-terra cumpriram sua advertência. Embarcaram em dois caminhões velhos e segui-

[1] Êxodo 3:7-8. Bíblia Sagrada (1990).

[2] Esse relato da origem do Movimento baseia-se em extensas entrevistas com: padre Arnildo Fritzen (entrevista conduzida pelo autor, registro em fita, Ronda Alta, RS, 8 de setembro de 1994; Ronda Alta, RS, 3 de setembro de 2001); dois dos jovens ativistas, João Pedro Stédile (entrevista conduzida pelo autor, registro em fita, São Paulo, SP, 30 de julho de 2003); Ivaldo Gehlen (entrevista conduzida pelo autor, registro em fita, Porto Alegre, RS, 1º de agosto de 2005); e vários líderes dos trabalhadores rurais da região de Ronda Alta. Para mais detalhes sobre a ocupação da fazenda Macali, cf. Gehlen (1983, 1991).

ram o fusca do padre Arnildo até a Terra Prometida. Às 2h30 da manhã, eles ocuparam a fazenda Macali.

Naquela madrugada estrelada do dia 7 de setembro de 1979, o dia da independência do Brasil, os humildes camponeses, os jovens ativistas e o padre progressista – sem o imaginar – deram início à organização do principal movimento social da América Latina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

***

O Rio Grande do Sul tem sido um estado vital para o desenvolvimento nacional do MST. Uma mera análise estatística, contudo, parece contrariar esse fato. Na última década, o maior número de pessoas em acampamentos do MST se concentrou no Nordeste do Brasil. Além disso, depois de um quarto de século de luta pela terra, apenas 2% dos beneficiários da reforma agrária no Brasil se localizavam nesse estado sulista.[3] No entanto, os registros históricos mostram que o MST no Rio Grande do Sul teve um impacto fundamental em termos qualitativos sobre o Movimento nacional, de modo especial por se constituir numa incubadora de novas estratégias e fonte provedora de ativistas para o Movimento.

Foi no Rio Grande do Sul que os sem-terra organizaram a primeira ocupação planejada de terra (1979), o primeiro grande acampamento de sem-terra (1981), a primeira ocupação massiva da terra (1985), e a primeira marcha de longa distância (1986), entre outras táticas de mobilização. Foi nesse estado que se fundou a gazeta do Movimento, o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (1981) e se estabeleceu a primeira escola de acampamento (1982), o primeiro assentamento coletivo (1984), a primeira confederação estadual de cooperativas (1990), o primeiro curso de magistério para os educadores do Movimento (1990), a primeira cooperativa de trabalho para levantar fundos para a luta dos sem-terra (1996), a primeira escola itinerante para acompanhar as crianças durante as marchas e mudanças de acampamentos (1997) e a primeira cooperativa de produção de sementes orgânicas (1997). Foi no Rio Grande do Sul que o MST experimentou, pela primeira vez, a ideia de organizar um "acampamento permanente" (2003), visando a treinar os moradores de favelas para trabalhar no campo, e criou a primeira agência estadual de notícias (2005).

Uma proporção discernível dos quadros do MST é natural do Rio Grande do Sul e do oeste do estado de Santa Catarina, região próxima a Ronda Alta. O Movimento instalou sua primeira sede nacional em Porto Alegre, antes de se mudar para São Paulo em 1986, onde seu escritório manteve uma forte presença de militantes gaúchos. Desde meados da década de 1980, centenas de

[3] Cf. a Tabela 9.16, do Capítulo 9, de Carter e Carvalho, neste livro.

gaúchos ajudaram a estender o MST por todo o Brasil.[4] Os principais pedagogos do Movimento também são gaúchos, assim como seus especialistas mais experientes em cooperativas agrícolas. A luta pela terra no Rio Grande do Sul, portanto, é fundamental para entender a história e a força inovadora do MST.

Este estudo busca examinar as condições e a dinâmica que moldaram o movimento sem-terra nesse estado. Ele sustenta que a gênese, sobrevivência e expansão contínua do Movimento provêm da sua capacidade de se mobilizar por meio do ativismo público – isto é, uma abordagem ao conflito que combina a pressão social e negociações com as autoridades do Estado. Este capítulo tem início com uma breve discussão sobre o conceito de ativismo público, seguida de uma narrativa analítica do desenvolvimento do Movimento no Rio Grande do Sul. Esta resenha procura explicar como as variadas condições nesse estado configuraram diversas modalidades de ativismo público ao longo de três fases históricas distintas. A conclusão mostra como o comportamento estratégico do MST e seu *ethos* de resistência têm afetado a sua disposição em favor do ativismo público.

## ATIVISMO PÚBLICO

Uma versão propalada com frequência pelos principais meios de comunicação no Brasil e por alguns intelectuais influentes retrata o comportamento contencioso do MST como o fruto quase exclusivo da sua "adesão fervorosa a uma ideologia revolucionária". Segundo essa perspectiva, o movimento sem-terra teria "canonizado" a sua orientação pela "ação coletiva" como resultado da sua concepção política "fundamentalista".[5] Ao longo de três décadas de luta é indubitável que o MST tenha forjado um *ethos* e uma autoimagem combativa. Mas a sugestão de que suas atividades de protesto tenham sido induzidas principalmente por suas fortes crenças simplifica em demasia os assuntos em questão. Essas explicações tipicamente analisam as ideias e táticas do MST em um vácuo. Ao fazê-lo, tendem a depreciar seu comportamento estratégico e sua capacidade de inovação, além de negligenciarem as maneiras pelas quais as ações e disposições do Movimento são influenciadas pelas circunstâncias que envolvem suas lutas.

Este capítulo funda-se em uma robusta literatura teórica sobre os movimentos sociais para argumentar que as ideias, táticas e ações contenciosas do MST devem ser examinadas à luz das oportunidades políticas existentes, dos

[4] Em 2003, constatei que quase a metade do pessoal responsável pela Secretaria Nacional do MST eram gaúchos, ou descendentes de gaúchos nascidos no oeste do estado de Santa Catarina. Naquele ano, estimava-se que mais de 60 gaúchos estavam espalhados em diversas regiões do Brasil para reforçar as atividades do Movimento (Mario Lill, entrevista conduzida pelo autor, registro em fita, Pontão, RS, 6 de junho de 2003). Cf. Lerrer (2008) para uma análise histórica dessa tendência.

[5] Navarro (2002a, 2002b), Martins (2000a), Graziano (2004), Rosenfield (2006).

recursos disponíveis para a sua mobilização e das percepções estratégicas do Movimento em cada conjuntura histórica. A tese central deste estudo, apresentada a seguir, está sustentada sobre essa premissa, e ancorada no trabalho científico de autores como Charles Tilly (2006, 2004, 1978), Sidney Tarrow (1998), e Doug McAdam, John D. McCarthy e Mayer N. Zald (1996).

O desenvolvimento do MST no Rio Grande do Sul – e no restante do Brasil – está estreitamente interligado à sua capacidade de se engajar em uma forma particular de conflito social, definida aqui como *ativismo público*. Essa abordagem à luta social é substancialmente diferente daquela estabelecida através de uma insurgência armada, uma revolta dispersada, ou o que James Scott define como "formas cotidianas de resistência" para descrever modalidades informais, discretas e disfarçadas de agressão popular.[6] Diferentemente desses outros padrões de confronto social, o ativismo público do MST envolve uma forma organizada, politizada, visível, autônoma, periódica e não violenta de conflito social.[7]

As ações promovidas pelo ativismo popular voltam-se a: (1) atrair a atenção pública; (2) influenciar as políticas do Estado por meio de pressão, do *lobby* e das negociações; e (3) configurar as ideias, os valores e as ações da sociedade em geral. Normalmente, as mobilizações desse tipo empregam uma série de repertórios modernos de ação coletiva, como demonstrações, marchas, petições, reuniões de discussão, greves de fome, acampamentos de protesto e campanhas eleitorais, além de atos de desobediência civil, como piquetes, bloqueios de estradas e ocupações organizadas de terra e de prédios públicos.[8] Diferentemente de outras abordagens ao conflito social, a orientação não violenta do ativismo público faz com que ele seja compatível com a sociedade civil e proporcione um instrumento democrático legítimo para fomentar a mudança social.

O ativismo público requer algumas condições facilitadoras, isto é, maiores oportunidades políticas para a ação coletiva e o acesso substancial a recursos mobilizadores. As *oportunidades políticas* referem-se às configurações de poder em um determinado contexto político que possibilitam ou impedem a participação popular. Geralmente, elas são definidas de acordo com variáveis como a tolerância do regime, a capacidade do Estado, a instabilidade das elites, a disposição do governo, os aliados políticos e a atenção pública, em particular, através da cobertura da imprensa. Os *recursos mobilizadores* são constituídos por uma rede formal e informal de recursos

---

[6] De acordo com Scott (1990, 1985), formas cotidianas de resistência incluem ações como caça e pesca furtivas, "operações-tartaruga", evasão fiscal, formas discretas de ocupação de terras, ameaças anônimas, sabotagem e incêndios culposos.

[7] A "não violência", aqui, refere-se à ausência de ações coletivas que visam a infligir danos físicos a outras pessoas, ameaçam fazê-lo e/ou tomam parte de atos que procuram causar a destruição substancial de bens privados ou públicos. Em determinadas circunstâncias, essa definição de "não violência" pode incluir atos que produzem danos colaterais menores ou prejuízos acidentais à propriedade.

[8] Para mais informações sobre o tema, cf. Sidney Tarrow (1998) e Charles Tilly (1983, 1979).

humanos, materiais e de ideias que impulsionam e sustentam os veículos coletivos utilizados para a mobilização. Esses recursos podem ser obtidos por meio de contribuições externas e internas ao movimento.[9]

A combinação de altas oportunidades políticas e amplo acesso a recursos mobilizadores criam uma série de incentivos que persuadem os grupos contenciosos a fazer exigências ao Estado e negociar com suas autoridades. Além disso, eles promovem o desenvolvimento de parcerias com grupos da sociedade civil e a sociedade política para fortalecer essas demandas e melhorar as condições de pressão e negociação. Nessas situações, o conflito social é canalizado basicamente para formas não violentas de interação com o Estado e outras forças sociais. Como mostra o Quadro 6.1, as perspectivas para o ativismo público aumentam quando as oportunidades políticas e os recursos mobilizadores – em termos reais e percebidos – se fazem presentes em níveis relativamente altos.[10]

Quadro 6.1 Formas de conflito social

| | | Recursos mobilizadores | |
|---|---|---|---|
| | | Baixos | Altos |
| Oportunidades políticas | Altas | Revolta dispersada | Ativismo público |
| | Baixas | Formas cotidianas de resistência | Insurgência armada |

[9] Os recursos externos fundamentais incluem um entorno de apoio informal e uma rede solidária estabelecida. Recursos internos referem-se a questões como capacidade, autonomia e extensão do movimento. Análises mais detalhadas das variáveis "oportunidade política" e "recursos mobilizadores" podem ser encontradas em Carter (2004), Tarrow (1998) e McAdam, McCarthy e Zald (1996).

[10] Este estudo compartilha o argumento de Ondetti (2008) quanto à importância do processo político na explicação do surgimento e das flutuações do MST. Mas difere da sua decisão de tratar as várias teorias sobre movimentos sociais sob uma ótica 'competitiva', salientando as suas diferenças por acima dos pontos de convergência. Acho que é possível reforçar a nossa capacidade analítica procurando combinações criativas dos principais atributos desses modelos teóricos. Os Quadros 6.1 e 6.2 são o resultado do meu esforço por combinar as duas principais teorias sobre movimentos sociais – isto é, *political process* (ou processo político), também conhecida como *political opportunity structure* (ou estrutura de oportunidade política), cf. Tilly (1978, 2006), McAdam (1982), Tarrow (1998); e *resource mobilization* (ou recursos de mobilização), cf. Olson (1965); McCarthy e Zald (1972), Obershall (1973). Este capítulo também recolhe discernimentos das teorias de *framing process* (processo de enquadramento), cf. Snow e Bedford (1992), Gamson (1992), Zald (1996) e estudos sobre movimentos sociais que sublinham a importância das disposições emocionais, cf. Goodwin, Jasper e Poletta (2001), Aminzade e McAdam (2001). As tentativas de combinar essas diversas abordagens não são novas neste campo de estudo, cf. Cohen (1985), Morris e McClurg Mueller (1992), McAdam, McCarthy e Zald (1996), Tarrow (1998) e Goodwin e Jasper (2004). Nenhum deles, contudo, produziu uma matriz similar àquela desenvolvida aqui.

Este capítulo delineia o desenvolvimento histórico do MST por meio de uma análise de três fases de sua luta pela reforma agrária no Rio Grande do Sul: as origens do Movimento (1979-1984), seguido por um período de intenso confronto e luta por sua sobrevivência (1985-1994), e a consolidação de um padrão de mobilização contínua (1995-2006). Todas as fases apresentam uma dinâmica de contestação fundada nos elementos centrais do ativismo público: a pressão social e a negociação com autoridades do Estado. Contudo, cada fase também revela uma modalidade distinta de ativismo público. Elas são discerníveis através da constatação das principais disposições, táticas e ações empreendidas em cada período. A matriz apresentada no Quadro 6.2 mostra como cada uma dessas tendências foi moldada pelas condições envolventes. Esse diagrama aprimora o marco analítico desenvolvido no Quadro 6.1 para demonstrar como as diversas combinações de oportunidades políticas e recursos mobilizadores podem engendrar quatro tipos distintos de ativismo público, caracterizadas pela inclinação por encaminhar demandas contenciosas seja por meio de pedidos suplicantes, uma luta agressiva, a confrontação desordeira ou um engajamento crítico sustentado.

Quadro 6.2 Modalidades de ativismo público

| | | Recursos mobilizadores | |
|---|---|---|---|
| | | Baixos | Altos |
| Oportunidades políticas | Altas | Confrontação desordeira | Engajamento crítico sustentado |
| | Baixas | Pedidos suplicantes | Luta agressiva |

Em termos gerais, cada uma das três fases históricas do Movimento caracterizou-se por uma modalidade diferente de ativismo público. Durante o primeiro período (1979-1984), as demandas dos sem-terra eram normalmente expressas por meio de "*pedidos suplicantes*" que visavam a ganhar a simpatia do público geral e incentivar atos de caridade por parte da Igreja e das autoridades do Estado. Durante a segunda fase (1985-1994), o MST começou a manifestar suas reivindicações por meio de transgressões desafiadoras da ordem estabelecida e outras manifestações de "*luta agressiva*". Novas táticas, de caráter mais incisivo, foram forjadas para superar os obstáculos à distribuição de terra, num processo que estimulou e afinou a identidade de classe do Movimento. Durante o terceiro período (1995-2006), o movimento sem-terra revelou elementos de uma forma de interação mais amadurecida e estável com órgãos públicos e forças relevantes da sociedade civil, definido aqui por um padrão de "*engajamento crítico sustentado*". Essa dinâmica facilitou a adoção de uma agenda mais ampla

por parte do MST em prol da mudança social e contribuiu com a sua maior sofisticação.[11] Uma síntese panorâmica dessa evolução histórica é oferecida ao final do capítulo, no Gráfico 6.6. A seguinte narrativa analítica corrobora o fato de a propensão ao ativismo público nos três cenários não ter sido incitada por "dogmas" de qualquer tipo. Ao contrário, essa orientação foi desenvolvida, antes que nada, para superar obstáculos específicos e procurar demandas concretas da maneira mais efetiva possível.

## AS ORIGENS DO MST (1979-1984)

A ocupação da fazenda Macali, no dia 7 de setembro de 1979, desatou uma série de outras mobilizações por terra na região de Ronda Alta. Pouco tempo depois, mais de 240 famílias sem-terra, organizadas em dois grupos rivais, ocuparam a fazenda Brilhante, adjacente à Macali. Oitenta dessas famílias receberam um lote de terra nessa segunda área depois de viver oito meses em barracos improvisados e fazer reiteradas viagens a Porto Alegre para apresentar suas reivindicações por terra diante das autoridades do Estado. No início de outubro de 1980, mais de 100 das famílias remanescentes ocuparam uma área vizinha conhecida como fazenda Annoni. Essa ação, porém, levou a Brigada Militar a realizar uma rápida e violenta expulsão das famílias sem-terra. Vários camponeses e dois assessores técnicos do governo do estado, com atuação junto aos assentados da Macali e Brilhante, foram detidos. As notícias sobre esses eventos provocaram um escândalo público em Porto Alegre. Um mês mais tarde, com o apoio de grupos da Igreja, deputados estaduais da oposição, sindicalistas e ativistas de direitos humanos, várias dessas famílias levantaram um acampamento de protesto na frente do Palácio Piratini, a sede do governo gaúcho. A decisão do governador em satisfazer suas petições por meio da compra de uma fazenda na região de Palmeira das Missões provocou, involuntariamente, um clima de antecipação na região de Ronda Alta.

No final de 1980, 270 famílias tinham recebido um lote de terra como resultado da ocupação da Macali e as lutas que se seguiram. Esses eventos, nas palavras dos camponeses da região, "clarearam o horizonte" e "abriram a fronteira"[12] para a mobilização massiva dos sem-terra que reintroduziria a reforma agrária na agenda pública da nação: o acampamento de sem-terra montado à beira de uma estrada de terra vermelha, na entrada do assentamento Macali, em um trevo conhecido pela vizinhança local como Encruzilhada Natalino.

[11] A "confrontação desordeira" refere-se a padrões de conflito que tendem a ser desorganizados e turbulentos. A forte disciplina interna do MST gaúcho tem inibido, de modo geral, essa modalidade de ativismo público.

[12] Angelin Antonio Campignotto (mais conhecido como Antoninho), entrevista conduzida pelo autor, registro em fita, Ronda Alta, RS, 27 de julho de 1994. Etelvino Cupinger, entrevista conduzida pelo autor, registro em fita, Ronda Alta, RS, 16 de agosto de 1994. Esse relato das origens do MST baseia-se em Carter (2002).

As condições propícias para o ativismo público facilitaram a formação do MST. No final da década de 1970 o Rio Grande do Sul era um dos estados mais desenvolvidos do país, aferido por uma série de indicadores, tais como a presença e capacidade do Estado, a industrialização de uma parte expressiva da economia, os níveis relativamente elevados de educação e renda na população gaúcha, o maior acesso aos meios de transporte e comunicação, e um capital social mais denso e organizado. A intensa imigração europeia na metade norte do estado, após meados dos anos 1800, dotou a área de um forte legado da lavoura familiar que fomentou uma sociedade civil pujante e criativa.

A esse contexto favorável ao ativismo público somam-se outros fatores que impulsionaram o surgimento do MST na região de Ronda Alta. Entre eles destaca-se o fato de essa região ter sido o palco de mobilizações por terra no início da década de 1960, apoiadas pelo governador Brizola, as quais abriram um importante precedente histórico. A partir de meados da década de 1960, essa parte do país experimentou um processo acelerado de modernização agrícola que excluiu muitos pequenos agricultores do mercado de terras.[13] Além disso, no final dos anos 1970, a abertura gradual do regime militar melhorou as oportunidades políticas de mobilização. A Igreja Católica, por sua vez, começou a oferecer consideráveis recursos para a mobilização, fruto da formação de uma nova geração de bispos, padres, religiosas e religiosos inspirados pela Teologia da Libertação e outras inovações eclesiais adotadas após o Segundo Concílio do Vaticano (1962-1965).[14]

Em particular, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) exerceu um papel fundamental na formação do MST gaúcho. A regional da CPT no Rio Grande do Sul foi fundada em junho de 1977, por agentes de pastoral vinculados a uma rede progressista no interior da Igreja. Seus membros estavam envolvidos em atividades de promoção popular por meio de grupos de estudos da Bíblia conhecidos como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).[15] As CEBs relacionavam discussões religiosas com diversos problemas sociais e comunitários e incentivavam a participação em organizações populares. Apesar de

[13] Sobre a modernização capitalista do campo no Rio Grande do Sul, cf. Brum (1988), Dacanal e Gonzaga (1979), Kleinmann (1986) e Martins (1991).

[14] As principais fontes sobre a história da fundação do MST incluem Carter (2003, 2002), Fernandes (2000), Gehlen (1991, 1983), Marcon (1997) e Stédile e Fernandes (1999). Sobre o envolvimento da Igreja no apoio aos sem-terra, cf. o Capítulo 4, de Poletto, neste livro. Sobre a Igreja Progressista no Brasil, cf. Beozzo (1994), Della Cava (1989) e Mainwaring (1986).

[15] A CPT do Rio Grande do Sul foi organizada durante uma reunião no Centro de Orientação Missionária (COM) da diocese de Caxias do Sul. O COM foi fundado em 1970 para formar missionários que se dirigiam para o Norte do Brasil. O centro logo se tornou um dos principais pontos de encontro da rede gaúcha vinculada à teologia da libertação. Entre 1970 e 1985, aproximadamente 40.000 agentes pastorais e ativistas laicos de todo o Brasil participaram de oficinas progressistas do COM (cf. Goeth, 1994). Sobre a história da CPT do Rio Grande do Sul, cf. Góes (1997).

constituir uma minoria dentro da estrutura eclesial, os ativistas da Teologia da Libertação exerciam significativa influência entre seus pares da Igreja devido à sua capacidade de organização, seu entusiasmo com o trabalho de base e compromisso com a luta pela justiça social.

Ainda assim, entre 1979 e 1984, as condições para o ativismo público no campo gaúcho eram limitadas. O Brasil continuava sob um regime militar. Os camponeses sem-terra, por sua vez, estavam fragilmente organizados. Eles dependiam em grande parte de recursos mobilizadores externos, fornecidos pela Igreja Católica e outros apoiadores. Nesse contexto, o ativismo público só podia ser encaminhado com táticas mais suaves e restritas. Portanto, nos seus primeiros e mais fracos anos, as reivindicações do movimento sem-terra eram feitas principalmente através de "*pedidos suplicantes*", numa atitude de deferência em relação às autoridades do Estado e seus benfeitores religiosos. Naquela época o Movimento se apresentava como um grupo de camponeses pobres e sofridos, no intuito de gerar uma ampla simpatia na opinião pública e suscitar uma resposta caritativa à sua demanda por terra.

A luta que se iniciou em abril de 1981, com a formação de um novo acampamento de sem-terra no município de Ronda Alta, evidenciou essa modalidade de ativismo público de uma maneira palpável. As precárias tendas cobertas de palha e lona de plástico, montadas ao longo de dois quilômetros na Encruzilhada Natalino, provocaram grande atenção em toda a região. A imprensa apressou-se em cobrir a notícia insólita. Mesmo aqueles que haviam trabalhado em sigilo com o padre Arnildo para iniciar o acampamento se surpreenderam com o tamanho da mobilização.[16] Em julho, mais de 600 famílias tinham armado seus barracos no entroncamento Natalino. A maioria era extremamente pobre. Quase um terço dos chefes de família era analfabeto, ao passo que apenas uma pequena porção deles havia concluído o primário (Carter, 2002, p.134).

A luta no Natalino outorgou ao incipiente MST sua primeira grande vitória política graças ao apoio de uma ampla gama de forças sociais e políticas contrárias ao regime militar. O acampamento foi um ponto decisivo na sua gênese. Ele consagrou a orientação do movimento em favor do ativismo público e serviu como incubador de diversas táticas de mobilização.

[16] O padre Arnildo Fritzen e outros ativistas engajados na ocupação da Macali e Brilhante tiveram um papel crucial, mas sigiloso no lançamento do acampamento Natalino. A meta era promover uma nova mobilização que aparentasse ser espontânea; capaz de pressionar o governo a expropriar um dos vários latifúndios ociosos das redondezas. Por razões de segurança, esse aspecto das origens do acampamento foi mantido em caráter estritamente confidencial na época. A minha compreensão desse trabalho secreto se baseia em entrevistas com quatro de seus organizadores: padre Arnildo Fritzen; Ivaldo Gehlen; Saul Barbosa, entrevista conduzida pelo autor, registro em fita, Ronda Alta, RS, 6 de julho de 2008; e um líder camponês da ocupação da fazenda Brilhante, Celso Pilates, entrevista conduzida pelo autor, registro em fita, Ronda Alta, RS, 30 de julho de 2005.

O ajuntamento provisório no Natalino evoluiu rapidamente para uma organização popular bem-estruturada. Em menos de quatro meses os camponeses estabeleceram um processo decisório coletivo com múltiplas instâncias de consulta. Também conduziram diversas atividades para promover a conscientização de seus participantes e investiram esforços para forjar uma identidade comum, sublinhando sua unidade como trabalhadores rurais sem-terra. Tudo isso foi se fortalecendo com a promoção de um sentido de mística dentro do movimento e a criação de um repertório simbólico para fomentar esses sentimentos.

A rede progressista da Igreja teve papel crucial na promoção dessas atividades e na arrecadação de recursos necessários para sustentar o acampamento.[17] A organização do acampamento através de vários grupos coletivos fundou-se na experiência das CEBs. Um conselho de líderes, eleito pelos participantes, era responsável por delegar tarefas específicas a diversas equipes de trabalho, encarregadas de cuidar das condições sanitárias no acampamento, a saúde, a distribuição de alimento, a coleta de lenha, as negociações com as autoridades do Estado e a celebração religiosa. Esse modelo participativo visava estimular o engajamento dos sem-terra e aumentar seu senso de responsabilidade perante o movimento. Entre as lideranças e os assessores do acampamento houve, desde o início, o reconhecimento de que o processo de decisão coletiva serviria também para proteger o movimento das tentativas de cooptação e intimidação por parte do governo.

Padre Arnildo e um grupo de freiras que auxiliavam o acampamento impulsionaram diversas atividades para promover a conscientização política dos sem-terra, utilizando materiais de estudo elaborados pela CPT. Vários desses textos equiparavam a luta dos camponeses às histórias da Bíblia, como o êxodo do Egito. Outros fomentaram o estudo da realidade social brasileira e as leis de reforma agrária. A convergência feita entre a lei de Deus e a lei da nação aguçou a convicção dos camponeses quanto à justeza da sua causa. Todos os dias no final da tarde, os sem-terra reuniam-se aos pés da enorme cruz de madeira do acampamento para cantar, rezar e conduzir suas assembleias diárias. Bem como um participante do camponês da Encruzilhada Natalino explicou, “Era nas assembleias, na hora da reza, que tirávamos força.

[17] Um grupo de freiras se manteve ativamente envolvido na coordenação das atividades diárias no acampamento. O padre Arnildo, por sua vez, era amplamente reconhecido como o ‘líder espiritual’ do movimento. Seis bispos progressistas visitaram o acampamento durante os cinco primeiros meses para abençoar os sem-terra e encorajar o novo movimento. Entre esses visitantes da Igreja estavam dois dos bispos fundadores da CPT, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduíno. O endosso da Igreja para o acampamento em Natalino, contudo, esteve longe de ser unânime. No episcopado gaúcho os principais detratores do movimento foram o bispo local de Passo Fundo, Dom Claudio Colling, e o cardeal de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer. Contudo, apesar dos receios, os dois prelados permitiram que suas dioceses organizassem campanhas para coleta de alimento e roupas para os sem-terra da Encruzilhada Natalino.

Alguns dias estávamos bem tristes, mas depois da reza voltávamos a nossos barracos bem animados".[18]

Diante da atenção cada vez maior que a mídia dedicava ao novo movimento de sem-terra, o governo militar decidiu desde logo anteparar qualquer distribuição de terras no Rio Grande do Sul. Desconfiado, o Estado infiltrou agentes secretos no acampamento. Várias autoridades do governo se pronunciaram contra a mobilização. Nesse clima de hostilidade tomaram-se diversas medidas visando a desacreditar, desmoralizar, dissuadir e intimidar os camponeses apostados na Encruzilhada Natalino. Ainda assim, os sem--terra perceberam que não havia solução viável à sua demanda fora dos canais institucionais do Estado. Em um cenário moderno como o do Rio Grande do Sul, a redistribuição da terra só seria possível por meio da intervenção do Estado. Outras modalidades de luta social, como as formas cotidianas de resistência empregadas pelos posseiros na fronteira amazônica, eram simplesmente inviáveis no Sul do Brasil.

Foi nesse contexto que o movimento da Encruzilhada Natalino forjou sua inclinação para o ativismo público. Esta disposição foi reforçada pelo acesso a significativos recursos mobilizadores, fornecidos por uma ampla rede solidária conformada pelas igrejas Católica e Luterana, sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, grupos de defesa dos direitos humanos, estudantes universitários e políticos de partidos contrários ao regime militar. Juntas, essas entidades da sociedade civil e política tiveram um efeito crucial no sentido de incentivar a tolerância do Estado ao novo movimento camponês. Isso se deu pelo fato de tais forças conseguirem, nos termos de Robert Dahl, "aumentar os custos esperados de uma supressão por parte do governo" (1971, p.15-6).

O ativismo público, por conseguinte, foi adotado desde o começo como uma ferramenta prática, e não como um esquema ideológico. Na visão estratégica do movimento, somente a combinação de uma pressão social e negociação poderia alterar o programa agrário do governo, e assim contestar os interesses dos latifundiários que estavam por trás dele. Com base nessa compreensão, os sem-terra da Encruzilhada Natalino geraram 23 grandes atos de protesto e fizeram 18 viagens bem noticiadas a Porto Alegre para fazer *lobby* junto a oficiais do Palácio do Piratini, da Assembleia Legislativa e da agência do governo federal para a reforma agrária, o INCRA.

O ato massivo de protesto realizado no dia 25 de julho de 1981, em particular, acionou o alarme em Brasília. A imprensa de Porto Alegre descreveu a conglomeração de mais de 15.000 pessoas como "a maior demonstração realizada por trabalhadores rurais" na história do Rio Grande do Sul.[19] O evento incluiu uma procissão religiosa com a cruz do acampamento e um comício animado por um cortejo vivaz de oradores, músicos e trovadores

[18] Carlos Irineu Silva, entrevista conduzida pelo autor, registro em fita, Ronda Alta, RS, 1º de outubro de 1994.

[19] "Sem-terras decidem acampar no Palácio", *Folha da Tarde* (Porto Alegre), 27 de julho de 1981.

populares. Na cerimônia de encerramento, Dom Tomás Balduíno, bispo de Goiás, pronunciou um sermão empolgante no qual caracterizou a luta de Natalino como o equivalente rural às greves no ABC paulista, lideradas pelo sindicato de metalúrgicos entre 1978 e 1980 (Carter, 2002, p.155).

Cinco dias depois desse evento, Brasília enquadrou a Encruzilhada Natalino sob a Lei de Segurança Nacional e despachou uma força militar para acabar com o acampamento dos sem-terra. A missão foi encomendada ao principal especialista do Exército em contrainsurgência, o coronel Sebastião Rodrigues Moura (conhecido popularmente como "coronel Curió"). Curió havia conquistado fama na Amazônia por ter derrotado uma insurgência comunista no início da década de 1970 e imposto ordem na Serra Pelada, o maior garimpo de ouro do mundo. Sob o comando de Curió, a Encruzilhada Natalino tomou o ar de quartel. A operação militar restringiu o acesso à área. Prejudicou a organização interna do acampamento. Procurou subornar as lideranças do movimento. Inclusive, ameaçou remover os sem-terra por meios violentos. Ainda assim, Curió não conseguiu dissuadir a maioria dos camponeses acampados no Natalino. O movimento sobreviveu a essa dura prova graças a seus influentes aliados, à coesão interna, mística religiosa e convicção de seu direito em lutar pela terra no Rio Grande do Sul.

A retirada de Curió de Ronda Alta, no final de agosto, ganhou destaque na imprensa brasileira.[20] A alta visibilidade outorgada à ação militar permitiu que a luta na Encruzilhada Natalino se transformasse em uma causa célebre para vários setores da sociedade civil brasileira, em um momento de seu ressurgimento e luta pela democratização do país. Foi assim que o acampamento dos sem-terra se converteu em um ponto de convergência para as diversas forças políticas e sociais opostas ao regime autoritário. De maior importância ainda, essa luta foi crucial para a reinserção da reforma agrária na pauta da agenda pública nacional.

O sucesso final do acampamento veio por meio de um processo longo e puxado. Em fevereiro de 1982, mais de 20.000 pessoas reuniram-se na Encruzilhada Natalino para tomar parte da Romaria da Terra organizada pela CPT. Seis bispos católicos e 300 padres participaram da procissão com a cruz de Natalino.[21] No mês seguinte, em uma decisão sem precedentes, o episcopado gaúcho comprou uma granja perto de Ronda Alta para servir de refúgio aos sem-terra. A transferência para o acampamento de Nova Ronda Alta foi um grande auxílio

20 Na ocasião da retirada de Curió, cerca de dois terços das famílias de Natalino permaneceram no acampamento dos sem-terra, ao passo que 137 se inscreveram para um assentamento patrocinado pelo INCRA na região amazônica. Esses dados se baseiam em contagens do governo militar (cf. Marcon, 1997, p.231).

21 "Mais de 20.000 pessoas participaram ontem da 5ª Romaria da Terra", *Zero Hora* (Porto Alegre), 24 de fevereiro de 1982. A Romaria da Terra é um encontro religioso anual de pequenos agricultores, sem-terra e outros trabalhadores do campo organizado pela CPT. Estas se iniciaram no Rio Grande do Sul, em 1978, e foram logo disseminadas pela CPT para o resto do país. Sobre as Romarias gaúchas, cf. Dallagnol (2001).

para o movimento sem-terra. Todas as 170 famílias que permaneceram até o fim do acampamento foram assentadas em setembro de 1983, depois de meses de insistente pressão sobre o governador recém-eleito, que prometera durante sua campanha dar uma parcela de terra a cada uma dessas famílias.

Em meados de 1982, com apoio da CPT, as lideranças e os principais assessores do movimento forjado na Encruzilhada Natalino começaram a se engajar ativamente na formação do que seria o embrião do MST: uma rede de camponeses envolvidos em diversas lutas pela terra no Sul do Brasil. Duas paróquias no Rio Grande do Sul foram cruciais para esse processo: a comunidade do padre Arnildo, em Ronda Alta, e a paróquia do município de Três Passos, liderada por dois frades franciscanos, frei Plínio Maldaner e frei Sérgio Görgen. Localizada no nordeste do estado, a igreja de Três Passos teve uma atuação dinâmica no apoio aos sindicatos de trabalhadores rurais progressistas daquela região. Em dezembro de 1983, esses dois grupos patrocinaram a primeira assembleia estadual do MST, conduzida em um seminário católico nas proximidades de Três Passos, um mês antes da constituição oficial do Movimento, em Cascavel, Paraná. Até então, os ativistas de ambas as paróquias vinculadas à CPT estavam engajados de maneira discreta em um intenso trabalho de base, recrutando e organizando os sem-terra para impulsionar uma nova onda de mobilizações em favor da reforma agrária.

## O CONFRONTO INTENSIFICADO E A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA (1985-1994)

Na noite de 29 de outubro de 1985, mais de 200 caminhões, ônibus e carros saíram de 32 diferentes municípios do norte do Rio Grande do Sul para ocupar uma fazenda de gado de 9.200 hectares, em sua maior parte ociosa, conhecida como a fazenda Annoni. Mais de 6.000 pessoas participaram do que até então era a maior e mais bem planejada ocupação de terras na história do Brasil. Pela manhã, já haviam montado um vilarejo de tendas de lona preta e estabelecido uma equipe de segurança para evitar o despejo por parte da polícia.

Com base na experiência acumulada na luta de Natalino, os trabalhadores rurais constituíram uma elaborada organização interna que incluía vários conselhos coletivos e equipes de trabalho. A vida diária no acampamento era cheia de atividades e reuniões. Ao lado de um trecho de floresta densa, os sem-terra se reuniam diariamente perto de uma grande cruz para entoar orações, canções religiosas e de protesto, divulgar anúncios e transmitir palavras de encorajamento de numerosos apoiadores. Uma ampla rede de solidariedade foi desenvolvida para promover a causa dos sem-terra. Pouco depois da ocupação, o novo bispo católico da região e 80 padres compareceram ao acampamento – localizado a apenas dois quilômetros da Encruzilhada Natalino – para abençoar a luta do MST.

Aproximadamente 1.250 famílias obtiveram uma parcela de terra por meio da pressão conjunta e da longa mobilização que se seguiu à ocupação. No entanto, o assentamento fragmentado e disperso de todas as famílias na Annoni foi completado somente em 1993. Diversas circunstâncias convergiram durante esse tempo para obstruir a luta pela terra no Rio Grande do Sul.

Os primeiros anos dessa fase começaram com um vislumbre de esperança depois da restauração do regime civil e o anúncio do então presidente, José Sarney, em maio de 1985, de um plano nacional para implantar uma reforma agrária massiva. Esse entusiasmo inicial, porém, foi seguido de um clima de crescente frustração, devido à morosidade na distribuição de terra, à renúncia de oficiais progressistas encarregados de implantar a reforma agrária e ao aumento da violência contra as mobilizações camponesas por terra. A decisão do presidente Sarney de fechar o INCRA, em outubro de 1987, foi o estopim que abafou as últimas expectativas de boa vontade por parte do governo federal.[22] No ano seguinte, os defensores da reforma agrária perderam votos-chave na Assembleia Constituinte e tiveram que enfrentar uma moratória de cinco anos para todas as novas desapropriações de terra, devido ao vazio legal introduzido pela nova constituição.

A derrota de Luiz Inácio Lula da Silva ante Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989 ampliou os sentimentos de aflição. O MST havia apoiado com muito entusiasmo o Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula e sua promessa de impulsionar uma reforma agrária progressista. A administração neoliberal de Collor deixou essas políticas "em banho maria" Seus reiterados esforços por criminalizar as atividades do MST ampliaram a percepção da grave ameaça ao interior do Movimento. Stédile descreveu esse período como o "batismo de fogo" do Movimento. Acrescentando, "poderíamos ter acabado ali. Se o governo durasse os cinco anos previstos e nos apertasse mais um pouquinho, poderia ter nos destruído" (Stédile e Fernandes, 1999, p.105).

No meio desses constrangimentos, o MST ainda conseguiu ampliar seus recursos para a mobilização. O número de membros e a capacidade organizativa do Movimento aumentaram significativamente, estendendo-se a novas áreas do Rio Grande do Sul e outras regiões do Brasil. Entre 1985 e 1994, o MST gaúcho realizou 206 mobilizações por terra, incluindo 71 ocupações de terra, como se pode observar no Quadro 6.3. Essas lutas ajudaram a forjar uma nova geração de ativistas sem-terra e introduziram muitas inovações táticas. Além disso, o MST montou várias cooperativas rurais e estabeleceu programas para formar seus quadros e educar seus integrantes. Depois da metade da década de 1980, tudo isso teve lugar no meio de uma busca intensificada pela autonomia do Movimento, a formação de uma identidade de classe mais aguçada e a gravitação eleitoral

[22] O INCRA foi subsequentemente reconstituído em 1989.

em favor do PT.[23] Esses elementos, ligados ao clima político desfavorável à reforma agrária, levaram a certo declínio no apoio externo ao MST. O maior isolamento do Movimento, contudo, foi mais que compensado pelo incremento substancial de recursos internos para a mobilização.

A atuação mais dura e combativa durante esse período foi configurada por esse contexto. Mais do que qualquer conjunto de crenças, foi a convergência de três fatores – as condições políticas adversas, o relativo isolamento, e a crescente capacidade de mobilização própria – que induziram a Movimento a adotar uma modalidade de ativismo público caracterizada na maior parte por uma "*luta agressiva*" pelo crescimento e sobrevivência.

Os momentos-chave da luta iniciada em torno à fazenda Annoni oferecem uma ótica instrutiva para entender as tendências que marcaram essa fase. A primeira grande mobilização desse período se deu em julho de 1985, com a formação de um acampamento de três dias no município de Palmeira das Missões que reuniu cerca de 10.000 lavradores sem-terra. Representantes do INCRA vieram de Brasília atender os reclamos do MST. Mas os compromissos assumidos por esses oficiais e outras autoridades públicas, logo depois de sucessivas negociações, acabaram em promessas vazias. Daí a decisão de ocupar a Annoni – uma fazenda improdutiva, afundada em um atoleiro legal desde 1974, quando o INCRA desapropriou a área para reassentar pequenos agricultores atingidos pela construção da usina hidrelétrica de Passo Real. Os organizadores do MST supuseram, acertadamente, que essa situação facilitaria a aprovação de setores influentes da opinião pública à sua primeira grande transgressão dos direitos de propriedade privada.

A luta na Annoni envolveu um amplo conjunto de medidas de ação coletiva, desde incontáveis esforços de *lobby* junto aos oficiais do Estado, incluindo três viagens a Brasília para se reunir com autoridades nacionais, e uma série de táticas de protesto de grande visibilidade. As estatísticas básicas da luta empreendida pelos ocupantes da fazenda Annoni são reveladoras. Nos oito anos necessários para assentar as 1.250 famílias que permaneceram na luta, os sem-terra da fazenda Annoni envolveram-se em 36 ocupações de terra, ao menos 30 grandes comícios de protesto, nove greves de fome, duas longas marchas, incluindo uma caminhada de 450 quilômetros a Porto Alegre, três bloqueios de estradas e nove ocupações de edifícios, seis delas no INCRA e três ocupações na Assembleia Legislativa do estado. Nove sem-terra perderam suas vidas nessa luta, incluindo sete crianças que faleceram devido às condições precárias de saúde no acampamento, e uma jovem mãe que morreu atropelada por um caminhão durante um ato de protesto em Sarandi, em março de 1987.[24]

[23] Em 1986, o MST gaúcho lançou com sucesso seu primeiro candidato petista para a Assembleia Legislativa do estado, Adão Pretto, que logo se elegeu como deputado federal em 1990, cargo que ocupou até seu falecimento, no início de 2009.

[24] Esses dados estatísticos são de Carter (2007). Maiores explicações sobre esse banco de dados podem ser encontradas na Tabela 6.7, no Anexo deste capítulo.

Mapa 6.1 Rio Grande do Sul: lugares citados

Durante esse ano, o MST gaúcho introduziu novas táticas de protesto, que logo seriam reproduzidas em outras partes do Brasil. A ocupação do prédio do INCRA, em Porto Alegre, em fevereiro de 1986, foi a primeira ação desse tipo. A inovação mais publicitada, contudo, foi a marcha de 450 quilômetros a Porto Alegre, realizada entre maio e junho de 1986. Cerca de 250 sem-terra, acompanhados do padre Arnildo e de outros agentes da CPT, participaram dessa caminhada de 27 dias, chamada de "Romaria Conquistadora da Terra Prometida". Ao chegar a Porto Alegre, os participantes da marcha foram recebidos como heróis pelo prefeito da cidade e mais de 30.000 simpatizantes. Os sem-terra celebraram uma grande demonstração na principal praça da cidade, a Praça da Matriz, e pouco depois ocuparam a Assembleia Legislativa do estado, adjacente ao local do comício. Essa ação foi apoiada pelas principais autoridades da Assembleia. Cerca de 200 ativistas sem-terra ficaram acampados nos corredores da Assembleia por três meses. Durante sua estadia em Porto Alegre, os sem-terra dedicaram

considerável energia a atividades que visavam a ampliar a simpatia do público pela reforma agrária, visitando escolas, igrejas, sindicatos de trabalhadores e outros grupos cívicos. Todas as tardes, os camponeses faziam uma procissão com a cruz do acampamento pelas principais ruas do centro da cidade.[25]

Ao final de setembro de 1986, no meio de uma frustração crescente com a minguada atuação do governo federal na distribuição de terra, o Movimento decidiu levantar a ocupação da Assembleia Legislativa e desfazer o acampamento de oito meses ao lado do prédio do INCRA. Desavenças entre essas outras questões táticas levaram a um racha dentro do MST gaúcho, em particular entre assessores influentes como o padre Arnildo e um grupo de lideranças jovens, com ideias mais radicais.[26] Essa fratura se deu em um momento em que setores expressivos do MST buscavam afirmar uma autonomia e identidade própria, marcando certa distância da estrutura eclesial e adotando um conjunto *ad hoc* de ideias socialistas. Todavia, os novos líderes sem-terra mantiveram-se próximos a vários agentes da CPT, em especial frei Sérgio Görgen. Foi nesse contexto que o Movimento passou a cunhar um novo repertório simbólico, substituindo muitos emblemas e metáforas religiosas de resistência por uma identidade de classe, de postura mais combativa. Em 1987, o Movimento trocou a bandeira branca que ostentava a cruz de Natalino por uma bandeira vermelha com uma insígnia portando a imagem de um casal de trabalhadores rurais empunhando um facão diante de um mapa do Brasil. No meio dessas mudanças, o MST continuou cultivando um sentido de mística por meio de seus emblemas – sua bandeira, canções, palavras de ordem, dramatizações, poesia e discursos apaixonados –, além de suas mobilizações e seus encontros de confraternização.[27]

O MST gaúcho assumiu uma estratégia mais agressiva depois de 1987, logo depois de enfrentar uma série de contrariedades, entre elas um clima de divisão e estagnação no acampamento da fazenda Annoni. Para contra-restar essa situação, o Movimento resolveu intensificar a sua luta. Dessa forma decidiu-se reforçar o trabalho de base, criando novos grupos de sem-terra, e estender as ocupações de áreas passíveis de redistribuição fundiária. O Movimento também determinou que se começasse a resistir às ordens

[25] O apoio da Igreja ao MST foi muito significativo nos primeiros anos da luta pela fazenda Annoni, e ajudou a assegurar recursos vitais para a mobilização dos sem-terra. A Romaria da Terra da CPT, realizada em fevereiro de 1986, reuniu mais de 50.000 participantes no acampamento da Annoni, incluindo uma dezena de bispos e mais de 200 padres.

[26] As diferenças em questão foram essencialmente táticas e pessoais, e não políticas. Apesar da divisão, o padre Arnildo continuou a apoiar a luta dos sem-terra e manteve-se próximo a um dos grupos acampados na fazenda Annoni.

[27] Para uma profunda revisão do realinhamento simbólico do MST durante esse período, cf. Hoffman (2002). Sobre a confluência de vários sentimentos religiosos dentro do MST, cf. Görgen (1997).

judiciais de despejo.[28] Entre 1987 e 1993, o MST formou seis novos contingentes de sem-terra, compreendendo um total de 7.280 famílias. Com isso o Movimento triplicou o número de aderentes. Nesse período de sete anos foram conduzidas 68 ocupações de terra, quase um terço de todas as ocupações empreendidas entre 1979 e 2006.[29]

A ocupação da fazenda Santa Elmira, em março de 1989, na região latifundiária de Cruz Alta, pôs a decisão de resistir aos mandados de despejo a uma dramática prova. O grupo envolvido nessa mobilização havia sido organizado no final de 1987. No decorrer de mais de um ano eles já haviam participado de três outras ocupações de terra e suportado uma longa sequência de promessas não cumpridas por parte do governo. Em fevereiro de 1989, um avião agrícola contratado por plantadores de soja na região sobrevoou o acampamento com o esguicho aberto, pulverizando-o com agrotóxicos. Quatro crianças morreram em consequência do envenenamento, e outras 15 foram levadas à sala de emergência do hospital mais próximo. O incidente mal foi registrado pela imprensa (Görgen, 1989, p.27-35).

Na Santa Elmira, uma liderança do acampamento rasgou as ordens de despejo do juiz local. Esse gesto de resistência almejava a esperança de ganhar mais tempo para negociar com as autoridades de Porto Alegre. Mas a Brigada Militar, instigada pelos fazendeiros da região, resolveu não esperar mais. Acompanhados de militantes armados da União Democrática Ruralista (UDR) – uma associação de grandes proprietários de terra contrária à reforma agrária –, a Brigada Militar desatou uma brutal repressão sobre o grupo dos sem-terra. Mais de 400 trabalhadores sem-terra, dois agentes da CPT, incluindo frei Sérgio, e cinco policiais foram feridos durante o despejo. Dezenove camponeses, incluindo três crianças, foram levados ao hospital com ferimentos de bala. Vários sem-terra foram torturados pela polícia depois da sua detenção. O massacre na fazenda Santa Elmira provocou uma grande indignação na opinião pública e levou a uma reunião de emergência dos bispos católicos do Rio Grande do Sul, na qual condenaram com firmeza a repressão policial.[30]

As mobilizações por terra tiveram um breve auge em 1989, junto à campanha presidencial de Lula. Em setembro, o MST organizou seu maior acampamento até então no Rio Grande do Sul, com cerca de 1.850 famílias. Os acampamentos seguintes foram um tanto menores e sofreram com problemas de retenção devido às duras condições impostas durante o governo

[28] A proposta de resistir às ordens de desalojo foi cimentada em 1990 na palavra de ordem do Segundo Congresso Nacional do MST: "Ocupar, resistir e produzir".

[29] Cf. as Tabelas 6.7 e 6.9, no anexo deste capítulo. Após o fechamento do INCRA, em outubro de 1987, o MST gaúcho reorientou sua estratégia e deu início a uma série de ocupações de terra com o objetivo de pressionar o governo estadual a criar assentamentos em suas fazendas experimentais e outras terras públicas.

[30] Sobre o incidente em Santa Elmira, cf. Görgen (1989) e Américas Watch (1991).

Collor. O acampamento montado em Palmeira das Missões, em 1991, começou com 1.500 famílias, mas esse número baixou para 650 famílias dentro de um ano. O contingente de sem-terra formado em Santo Antônio das Missões, em julho de 1992, começou com 980 famílias, mas se viu reduzido a 600 famílias no final do ano. O acampamento montado em Lagoa Vermelha, em 1993, foi organizado com apenas 450 famílias. Apesar de seu tamanho menor, esses grupos foram de um caráter bem combativo. A modo de ilustração, em dois anos e meio, o contingente formado em Palmeiras das Missões em 1991 envolveu-se em cinco ocupações de terras, seis bloqueios de estradas, duas ocupações de prédios e uma marcha de 500 quilômetros para Porto Alegre, mobilização que teve pouca repercussão na imprensa.

A fase mais violenta da luta gaúcha pela terra ocorreu entre 1989 e 1992. Em junho de 1990, após a repressão na fazenda Santa Elmira, um agente da Brigada Militar baleou e feriou com gravidade um integrante do MST durante uma marcha pacífica perto de Cruz Alta. Dois meses mais tarde, os sem-terra se envolveram em um confronto com a polícia em Porto Alegre em consequência de um despejo na Praça da Matriz. Um policial à paisana foi assassinado durante a confusão, e outras 72 pessoas ficaram feridas, incluindo 50 trabalhadores rurais e 22 brigadianos.[31] Além disso, dois trabalhadores rurais sem-terra foram mortos durante confrontos pelas ocupações de duas fazendas, uma perto de Bagé, em agosto de 1991, e outra no município de São Miguel das Missões, em novembro de 1992.

Mario Lill, um proeminente líder do MST no Rio Grande do Sul, avaliou esse período nos seguintes termos:

> Com a UDR atacando o Plano Nacional de Reforma Agrária, o Sarney foi recuando. Ele não cumpriu o Plano dele. E com ele recuando os fazendeiros foram vindo. E aí ganhou o Collor, dizendo: 'eu vou terminar como esse movimentinho de sem-terra'. Collor foi o governo mais duro para nós. O do Itamar (Franco) foi mais ameno. Mas os anos mais duros foi o período Collor. E daí nós fomos andando, mas à beira de fazer loucura. Porque é muito fácil num momento onde você tem uma ofensiva dirigida contra você, você cometer um erro ao querer se defender, ou contra-atacar sob uma grande pressão.
>
> Eu não me considero menos 'radical' hoje. Eu não considero menos 'radical' uma marcha do que um enfrentamento no tapa. Às vezes um enfrentamento no tapa é menos radical do que uma marcha. Naquela época éramos mais agressivos e combativos. Essa postura era mais forte naquele tempo. Hoje nós temos claro que esse não foi um período bom. Mesmo quando fomos pro combate, pro 'pau', como nós dizemos, nós não tivemos grandes avanços. As ações mais combativas foram feitas em momentos de necessidade e luta para nós sobreviver.[32]

[31] Para relatos detalhados do episódio na Praça da Matriz, cf. Lerrer (2005) e Görgen (1991).

[32] Mario Lill, entrevista conduzida pelo autor, registro em fita, Pontão, RS, 6 de julho de 2003.

## CONSOLIDAÇÃO E LUTA SUSTENTADA (1995-2006)

O novo acampamento instalado nos arredores da cidade de Cruz Alta em fevereiro de 1995, com cerca de mil famílias, introduziu um novo momento para o MST gaúcho. Esse foi o primeiro acampamento a ser anunciado publicamente, nas estações de rádio locais e por meio da distribuição de milhares de volantes em todo o estado. Diferentemente de outros acampamentos na região, este recebeu as boas-vindas do prefeito de Cruz Alta em um ato celebrado na praça central da cidade. As relações com os funcionários do INCRA também tinham melhorado bastante nos últimos anos. No entanto, as petições e tentativas de *lobby* junto a essa instituição, encaminhada por representantes do novo acampamento, não tiveram sucesso. Em consequência, no início de setembro, as famílias sem-terra decidiram aumentar a pressão mediante a ocupação da fazenda Boqueirão, vizinha ao local do acampamento. Dentro da fazenda eles construíram um conjunto elaborado de trincheiras para impedir o cumprimento do mandado de despejo por parte da Brigada Militar. Jornalistas de vários meios de comunicação do Brasil se apressaram em viajar a Cruz Alta para cobrir a tensa disputa. Ao mesmo tempo, ativistas mais experimentados do MST e agentes da CPT chegaram ao lugar para apoiar as negociações com o juiz local, as autoridades policiais e os representantes do INCRA. Essa foi a primeira ocupação do MST a utilizar celulares e apresentar relatórios diários na Internet.

Depois de 14 dias exaustivos e renovadas promessas de acesso à terra, os sem-terra concordaram em sair pacificamente da fazenda. Os líderes estaduais do MST aclamaram o evento como o "renascimento da luta pela terra no Rio Grande do Sul".[33] Sob esse ímpeto, três meses depois, o Movimento organizou dois novos acampamentos de sem-terra que mobilizaram 2.600 famílias, recrutadas em todas as regiões do estado, incluindo algumas favelas urbanas.

Ainda que acuada por muitos obstáculos, no conjunto dessa fase houve uma melhoria visível nas condições de luta pela terra no Rio Grande do Sul. A distribuição fundiária ampliou-se consideravelmente como resultado da maior capacidade de pressão do MST e uma melhor receptividade governamental a essas demandas. Entre 1996 e 2002, o governo federal e a administração estadual instituíram dois terços de todos os assentamentos criados entre 1979 e 2006. O escândalo nacional suscitado após o massacre de 19 camponeses do MST em abril de 1996, no povoado paraense de Eldorado dos Carajás, induziu o presidente Fernando Henrique Cardoso a criar o Ministério da Reforma Agrária e acelerar a distribuição de terras em todo o país.[34] Esse momento foi reforçado pelo lançamento da novela *O Rei do Gado*,

[33] Essa descrição do acampamento em Cruz Alta baseia-se em entrevistas com 85 participantes dessa luta e uma revisão meticulosa de todos os artigos relevantes na imprensa.

[34] Para maiores detalhes sobre o massacre de Eldorado dos Carajás, cf. o Capítulo 8, de Ondetti, Wambergue e Afonso, neste livro e, também, Nepomuceno (2002).

um grande sucesso da Rede Globo, a principal rede de televisão do Brasil. A novela projetou uma imagem positiva, mesmo que condescendente, da luta dos sem-terra. Em abril de 1997, pesquisas de opinião mostravam que 94% dos brasileiros sentiam que a luta do MST pela reforma agrária era justa e 85% apoiavam as ocupações não violentas de terras que visassem a acelerar as medidas do governo em favor da reforma agrária.[35]

Como explicam os Capítulos 5, de Fernandes, e 14, de Branford, neste livro, a segunda administração de Cardoso (1999-2002) foi muito mais hostil em relação ao MST e menos favorável à reforma agrária. Isso foi influenciado, como esclarece o Capítulo 2, de Delgado, nesta antologia, pelo renovado esforço do governo em promover as exportações do agronegócio e, com isso, gerar receitas para pagar os credores do país, após a forte desvalorização da moeda nacional em 1999. Essa política econômica valorizou o mercado de terras, limitando a capacidade de o governo adquirir áreas para a redistribuição fundiária. Somando-se a essa situação adversa, no final da década de 1990 os fazendeiros ligados à Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) deram início a uma série de mobilizações para impedir as tentativas por parte do INCRA de determinar o nível de produtividade das grandes propriedades rurais. De acordo com a legislação agrária essa avaliação é necessária para decidir se elas deveriam se enquadrar em um processo de desapropriação. A elite rural gaúcha também fez *lobby* junto a seus aliados no Congresso, no Judiciário e no governo federal. Em maio de 2002, depois de uma reunião com líderes da FARSUL, o presidente Cardoso ordenou ao INCRA cancelar todas as vistorias de grandes propriedades rurais no Rio Grande do Sul.[36]

O ataque conservador durante o segundo mandato de Cardoso foi compensado em boa parte com a eleição de Olívio Dutra, o ex-prefeito petista de Porto Alegre e um amigo de longa data do MST.[37] O Movimento tinha empreendido intensa campanha para eleger Olívio. Muitos consideraram seu aporte na virada final dessa eleição fundamental para a vitória do PT. A pedido de Olívio, o MST indicou frei Sérgio Görgen como responsável pelo novo Gabinete de Reforma Agrária do governo do estado. Durante a direção desse órgão, frei Sérgio negociou três acordos sem precedentes com o Ministério da Reforma Agrária. Esses convênios permitiram ao governo de Olívio

---

[35] Os dados da pesquisa do IBOPE foram publicados em *Estado de S. Paulo* em 16 de abril de 1997; cf. Comparato (2000, p.190-1).

[36] O apoio do presidente Cardoso ao posicionamento da FARSUL levou ao pedido de demissão do superintendente do INCRA no Rio Grande do Sul. Para uma meticulosa análise dessas questões e das políticas de reforma agrária de Cardoso, cf. Da Ros (2006, p.197-271).

[37] Como líder do Sindicato dos Bancários, Olívio Dutra apoiou ativamente a luta na Encruzilhada Natalino. Mais tarde, em agosto de 1990, como prefeito de Porto Alegre, abriu as portas do palácio municipal para oferecer proteção a um grande número de trabalhadores rurais sem-terra que fugiam da violência policial no meio do embate iniciado na Praça da Matriz.

emprestar funcionários públicos ao INCRA e designar fundos do orçamento estadual para financiar a compra de terras efetuada pelo INCRA. Entre 2000 e 2002, o governo do estado financiou 88% de todos os assentamentos da reforma agrária criados no Rio Grande do Sul. Com muito menos recursos do que a administração federal, o governo de Olívio conseguiu assentar mais de 3.100 famílias gaúchas – 29% de todos esses beneficiários desde 1979.[38]

Tais melhoramentos permitiram ao MST gaúcho aumentar seus recursos para a mobilização de maneira significativa. Ao longo de toda essa fase, o Movimento triplicou a quantia de membros e ampliou de modo considerável o número de quadros bem motivados e disciplinados. Esse crescimento facilitou o desenvolvimento de uma complexa estrutura organizativa.[39] Nesse tempo, o MST cobrou um amplo reconhecimento nacional e internacional, particularmente depois do massacre de Eldorado dos Carajás e de mobilizações muito noticiadas como a Marcha Nacional a Brasília, em 1997. Esses desenvolvimentos aumentaram de forma notável o acesso do MST a recursos mobilizadores externos. Eles ajudaram a ampliar seu escopo das alianças nacionais e globais. Com isso, foram geradas novas fontes de financiamento para suas cooperativas, agroindústrias, escolas, veículos de comunicação e projetos de saúde, canalizadas através do Estado brasileiro, ONGs estrangeiras e outras entidades solidárias. Assim, o MST gaúcho foi reforçando a sua capacidade de gestão e senso de autoconfiança e, ao mesmo tempo, desenvolvendo uma visão sofisticada dos novos desafios em curso.

Dentro desse contexto de maiores oportunidades políticas e recursos mobilizadores, o Movimento adotou uma modalidade de ativismo público caracterizada por um padrão de "*engajamento crítico sustentado*". Essa disposição refletia de certa forma um processo de maturação dentro do MST. A sua melhor capacidade para negociar e cooperar com o Estado e formar coalizões com outras organizações populares temperou alguns aspectos da sua conduta. Ainda assim, sua propensão ao uso da pressão social se manteve firme.

Essas circunstâncias facilitaram a adoção gradual por parte do MST de uma agenda de mudança social mais ampla e holística, aberta a soluções de longo prazo. Dessa forma, o Movimento acabou incorporando novos assuntos à sua análise de classe da realidade brasileira. Nesse meio, foi-se afirmando

[38] INCRA (2008, 2005a, 2003b). As 3.100 famílias beneficiadas pelo programa de distribuição de terras promovido por Olívio incluem 172 famílias que receberam terras em 2003 e 2004 como um resultado de negociações e fundos alocados pela administração de Olívio antes de deixar o cargo. A porcentagem baseia-se no número total de famílias beneficiadas pela distribuição de terras entre 1979 e 2004. Informações sobre essas 172 famílias foram fornecidas por um funcionário do INCRA do Rio Grande do Sul, Roberto Ramos, em uma entrevista por telefone conduzida pelo autor, Porto Alegre, RS, 21 de janeiro de 2008. Para uma extensa revisão das políticas de reforma agrária de Olívio, cf. Da Ros (2006, p.273-431).

[39] Para maiores detalhes sobre esse crescimento organizativo, cf. o Capítulo 9, de Carter e Carvalho, neste livro.

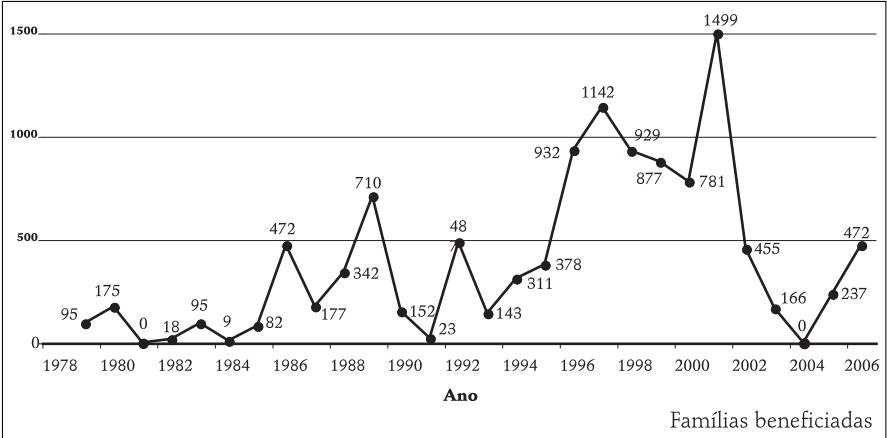
um interesse especial pela igualdade de gênero, pela promoção dos direitos humanos e a agroecologia, pela defesa da soberania alimentar e o fortalecimento dos grupos de jovens, e a atuação em favor da democratização dos meios de comunicação do país. Somados à sua leitura de classe, esse conjunto de temas facilitou a elaboração de uma crítica robusta ao modelo de desenvolvimento brasileiro e às forças globais que a sustentam. Esse modelo, segundo o MST e seus aliados, é excludente e predatório, pois provoca a marginalização de amplos setores da população e a depredação do meio ambiente.

Longe de "retroceder após 1994", como assegura Zander Navarro,[40] houve um crescimento expressivo do MST gaúcho nos anos seguintes. Entre 1995 e 2004, as mobilizações por terra no Rio Grande do Sul aumentaram 55% em relação à década anterior. Enquanto isso, o número de famílias assentadas quase triplicou no mesmo período, como pode ser observado na Tabela 6.3 e no Quadro 6.4.

Tabela 6.3 Mobilizações do MST e famílias beneficiadas no Rio Grande do Sul (1979-2004)

| | Total de mobilizações | Ocupações de terras | Ocupações de terras (%) | Famílias beneficiadas | Famílias beneficiadas (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1979-1984 | 34 | 7 | 21 | 392 | 4 |
| 1985-1994 | 206 | 71 | 34 | 2.899 | 28 |
| 1995-2004 | 320 | 75 | 23 | 7.159 | 69 |
| Total | 560 | 153 | 27 | 10.450 | 100 |

*Fontes:* Carter (2007); INCRA-RS (2008, 2005, 2003b).

Quadro 6.4 Distribuição fundiária no Rio Grande do Sul (1979-2006): famílias do MST beneficiadas

*Fontes:* INCRA-RS (2008, 2005, 2003b)

[40] Navarro (2002, p.207). Observações desse tipo ilustram bem a pobreza empírica das análises elaboradas pelo professor Navarro ao longo da última década.

Os ganhos consideráveis acumulados durante esse período foram o resultado da persistente combinação da pressão social e negociações com as autoridades do Estado. Todos os grupos de sem-terra formados nessa época tiveram de suportar uma vida de restrições, risco e luta. Veja-se o exemplo dos trabalhadores sem-terra envolvidos no acampamento de Cruz Alta, de 1995. Antes de serem assentados, os integrantes desse grupo participaram de três ocupações de terras, duas longas marchas, dez manifestações, dois bloqueios de estradas, uma greve de fome e numerosas negociações com representantes dos governos local, estadual e federal.[41]

Em janeiro de 1996 eles ocuparam uma pequena área na divisa da fazenda Santo Antão. A ocupação foi atacada pouco depois por uma milícia armada da UDR que efetuou vários disparos com um fuzil automático na direção do acampamento, deixando uma mulher ferida. No dia seguinte, os sem-terra se organizaram para impedir um novo ataque. Dois acampados com experiência de trabalho em garimpo ajudaram a preparar uma bomba de gasolina recheada de foguetes artificiais. O artefato foi lançado por meio de um estilingue gigante atado entre duas árvores, e fez um grande estrondo ao cair em uma pastagem próxima à sede da fazenda. O grupo da UDR logo denunciou a "infiltração de agentes do Sendero Luminoso" no acampamento do MST. A rádio local deu amplo destaque a essa falsa acusação. Os oficiais do INCRA, por sua vez, reagiram com celeridade para impedir um despejo forçado por parte da Brigada Militar. Após 11 dias de resistência na ocupação, o INCRA anunciou a criação de dez novos assentamentos no Rio Grande do Sul. Os sem-terra receberam a notícia com uma grande comemoração. Desfeita a ocupação, os camponeses trasladaram seu acampamento para uma área cedida pelo INCRA. No total, o grupo de Cruz Alta teve de lutar 22 meses antes de assentar todas as 650 famílias que permaneceram no acampamento até o final.[42]

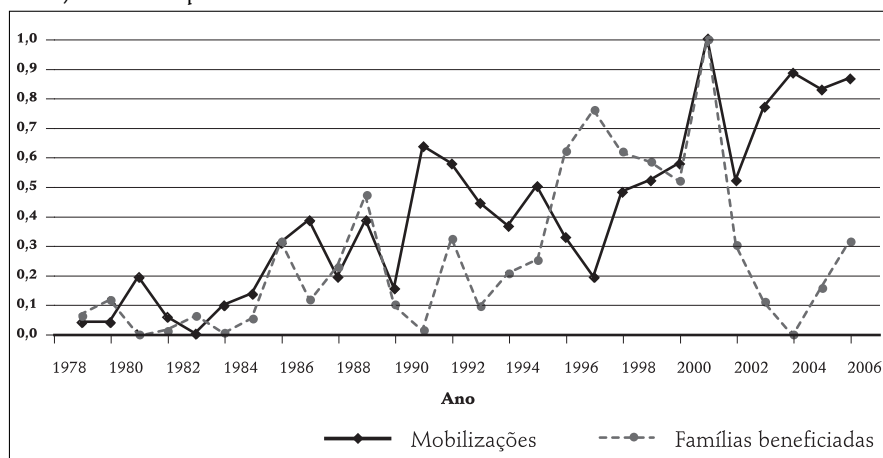
Durante a administração do governo Olívio (1999-2002) as mobilizações do MST desfrutaram de uma maior proteção policial. Nesse tempo, o Movimento dispôs de liberdade para organizar vários novos acampamentos, de menor tamanho, e espalhá-los pelo estado. Em contraste com o período do governo de Antônio Britto (1995-1998), mais hostil ao MST, as políticas adotadas pelo secretário de segurança de Olívio, responsável pela Brigada Militar, permitiram um aumento substancial das mobilizações por terra, como pode ser observado no Gráfico 6.5 e na Tabela 6.7. Boa parte dessas

---

[41] Os dados sobre a mobilização são de Carter (2007). Dados sobre a reforma agrária e famílias beneficiárias são do INCRA-RS (2008, 2005a, 2003b).

[42] Essa narrativa se baseia em entrevistas feitas com 65 sem-terra que participaram dessa ocupação e o superintendente do INCRA para o Rio Grande do Sul nesse período, Jânio Guedes Silveira, entrevista concedida ao autor, registro em fita, Porto Alegre, RS, 24 de novembro de 2000.

ações esteve voltada a influenciar as políticas da administração de Cardoso. Contudo, para o MST, a utilização da pressão social – mesmo com relação a governos simpatizantes – parte de uma compreensão básica sobre a correlação de forças na sociedade brasileira. Na percepção dos sem-terra, o ativismo público permite ao Movimento exercer um contrapeso necessário à influência exercida pelos poderosos oponentes da reforma agrária, isto é, as associações de fazendeiros como a FARSUL e a UDR, os conglomerados dos agronegócio, os políticos de direita e os grandes meios de comunicação simbolizados no Rio Grande do Sul pelo império midiático e conservador do Grupo RBS (Rede Brasil Sul), e seu principal jornal, o *Zero Hora*.[43]

Gráfico 6.5 Mobilizações do MST pela terra e famílias beneficiadas no Rio Grande do Sul (1979--2006). Índice comparativo de níveis de intensidade

*Fontes:* Carter (2007); INCRA-RS (2008, 2005, 2003b).[44]

[43] Carlos Wagner, um repórter veterano sobre a reforma agrária para o *Zero Hora*, alega que o periódico assumiu um posicionamento decididamente anti-MST no início da década de 1990 e manteve uma dura crítica conservadora ao Movimento desde então. Carlos Wagner, entrevista conduzida pelo autor, registro em fita, Porto Alegre, RS, 1º de julho de 2003. Em maio de 2002, o MST gaúcho decidiu recusar-se a dar quaisquer entrevistas para o *Zero Hora* e outros meios de comunicação da RBS em protesto contra as recorrentes distorções e mau uso das declarações feitas por representantes do MST, além da cobertura abertamente hostil de suas atividades. Em 2005, o MST gaúcho ajudou a criar uma agência alternativa de notícias, Agência Chasque. Análises informativas da cobertura do MST por parte da imprensa gaúcha podem ser encontradas em Lerrer (2005) e Berger (1998).

[44] Esse índice comparativo foi elaborado pela aplicação da fórmula de dispersão relativa aos dados anuais das mobilizações pela terra do MST e famílias beneficiadas pela distribuição fundiária.

Após meados da década de 1990, as lutas do MST por terra no Rio Grande do Sul foram se tornando visivelmente inter-relacionadas com uma série de outras exigências. Às reivindicações por créditos agrícolas e subsídios para a construção de moradias somaram-se as demandas por escolas, postos de saúde, energia elétrica, estradas e outros investimentos públicos em favor do desenvolvimento de seus assentamentos. O MST também passou a fazer reclamos em favor de um orçamento maior para a contratação de funcionários do INCRA. Além disso, começou a protestar as violações dos direitos humanos no campo, a introdução de sementes transgênicas, o tratado da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e as políticas neoliberais de privatização do Estado. Os críticos do MST vêm isso como um sinal da "politização indevida" do Movimento e um "desvio de um passado sadio", em que a sua principal reivindicação se limitava simplesmente a pedir acesso à terra.[45] Outros, porém, consideram essa ampliação da demanda do MST uma contribuição saudável à qualidade e ao alcance do debate público no Brasil (Carter, 2010).

Instigados pela maior presença de grandes empresas multinacionais no Rio Grande do Sul e uma compreensão mais holística dos obstáculos à reforma agrária, o MST gaúcho começou a tomar ações visando atingir esses conglomerados. Por meio de façanhas disruptivas, o Movimento tem procurado desvendar as atividades dessas transnacionais que, na sua ótica, exacerbam a concentração da riqueza e prejudicam a ecologia. O primeiro de três exemplos emblemáticos dessa tendência teve lugar em julho de 1997, quando o MST decidiu ocupar a área que o governador Britto tinha disponibilizado para a construção de uma nova fábrica de automóveis da General Motors (GM). Essa ação teve o propósito de expor e arregimentar a oposição pública aos generosos subsídios concedidos por Britto à GM e outras grandes empresas. O segundo evento se deu em janeiro de 2001, durante o primeiro encontro do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, quando o MST e seus aliados da Via Campesina, liderados por José Bové, um conhecido ativista francês, destruíram três hectares de uma plantação de soja transgênica em uma estação experimental localizada no município de Não-Me-Toque.[46] A área em questão pertencia à Monsanto, a maior multinacional de tecnologia agrícola no mundo.

---

[45] Comentários desse tipo podem se encontrar em Graziano (2004, p.73, 103, 278); Martins (2000a, p.17-39, 112-5; 2007); Navarro (2002a, p.201-12; 2007; 2009) e Rosenfield (2006, p.227, 239, 252-3, 267).

[46] A Via Campesina é uma rede internacional de trabalhadores rurais da qual o MST faz parte desde 1996. Como observado nos Capítulos de Fernandes e Rosa – 5 e 16, respectivamente –, a Via Campesina no Brasil inclui a CPT, o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Os quatro movimentos sociais que integram a Via Campesina do Brasil tiveram suas origens no Rio Grande do Sul. Para informações sobre a história desses movimentos, cf. Navarro (1996).

Por último, em 8 de março de 2006, dia internacional das mulheres, um grupo de 2.000 mulheres ativistas do MST e da Via Campesina ocupou e sabotou o centro de pesquisa e viveiro da Aracruz Celulose, uma transnacional dedicada à produção e exportação de polpa para a fabricação de papel. A ação das mulheres foi um ato de protesto contra as plantações extensivas de eucalipto na metade sul do estado e em outras regiões do Brasil. As mulheres denunciaram o repasse de verbas do governo federal para essa multinacional, o que teria facilitado a criação de enormes "desertos verdes". Essas plantações de monocultura em escala industrial seriam, segundo a Via Campesina, responsável pela degradação do meio ambiente e a redução das possibilidades de promover a redistribuição fundiária na campanha gaúcha. Todos os três incidentes provocaram uma notável controvérsia pública, impelindo investigações policiais e outras medidas judiciais. O episódio da Aracruz, em particular, foi extensamente condenado pelos principais veículos da imprensa nacional e pelo governo Lula.[47]

A eleição de Lula em 2002 gerou altas expectativas no MST gaúcho. Porém, os resultados do seu primeiro mandato produziram uma grande decepção para muitos dos seus ativistas. O número de famílias assentadas caiu em 76% entre 2003 e 2006, se comparado ao período anterior. Nenhum outro estado do Brasil teve uma queda tão pronunciada.[48] No primeiro governo de Lula, a brecha entre as mobilizações por terra e as famílias beneficiadas foi a mais severa na história do Movimento, como mostra o Gráfico 6.5.

Vários fatores prejudicaram a redistribuição fundiária no Rio Grande do Sul. Entre eles, o acentuado aumento do valor dos imóveis rurais – impulsionado pelos altos preços dos *commodities* agrícolas no mercado internacional – dificultou a aquisição de terras por parte do INCRA. Essa arrecadação também se viu bloqueada pelos esforços combativos da FARSUL e a diminuída força de trabalho no INCRA.[49] Durante os dois mandatos de Cardoso, o escritório do INCRA em Porto Alegre perdeu 85% de seus funcionários públicos, caindo de 378 para 60 funcionários.

---

[47] Mais detalhes sobre o incidente em Aracruz podem ser encontrados no Capítulo 16, de Rosa, neste livro. Para uma ilustração das severas críticas publicadas na imprensa nacional, cf. "Cangaço Revolucionário", *Folha de S.Paulo*, 10 de março de 2006. Para uma interpretação alternativa, cf. o documentário de vídeo elaborado pela Via Campesina do Brasil, *Rompendo o Silêncio* (2006), que pode ser encontrado em: www.youtube.com.

[48] Esses dados provêm das estatísticas apresentadas na Tabela 6.10. O ranking comparativo foi feito pelo autor a partir das informações de DATALUTA (2008a).

[49] Vale acrescentar aqui, que no plano estrutural, os níveis crescentes de urbanização reduziram o número potencial de requerentes de terras no campo e levaram o MST a intensificar o recrutamento nas favelas dos maiores centros urbanos do estado. De acordo com o IBGE, a população urbana do Rio Grande do Sul aumentou de 77% em 1991 a 84% do estado em 2005. Tirando as pessoas que moram em pequenas cidades do interior, a população do campo no estado é de aproximadamente 1,7 milhão.

Em 2003, o INCRA tinha apenas três agrônomos para lidar com todos os procedimentos de desapropriação no Rio Grande do Sul.[50]

A decisão do Supremo Tribunal Federal de anular, em agosto de 2003, o primeiro decreto de expropriação do governo Lula, que desapropriava o complexo agropecuário Southall no município de São Gabriel, deu um duro golpe ao novo governo do PT. A polêmica decisão judicial poupou uma fazenda improdutiva de 13.000 hectares com base em argumentos procedimentais de duvidosa objeção.[51] Essa medida encorajou os grandes proprietários de terra no Rio Grande do Sul, que se mobilizaram intensamente para impedir a desapropriação.

A primeira gestão do presidente Lula aumentou os fundos de apoio à agricultura familiar e o orçamento destinado a melhorar as condições de vida nos assentamentos já implantados. Ao mesmo tempo, o governo aumentou os subsídios aos grandes produtores ligados ao agronegócio.[52] Contudo, diferentemente do segundo mandato de Cardoso, o governo do PT desatendeu os reclamos da direita em favor da criminalização do MST. Ainda assim, ao longo do governo Lula pairou certo medo em contrariar a elite rural e seus aliados na grande imprensa e o Congresso Nacional. Esse fato explica em grande parte a recusa de Lula em executar a lei que autoriza a revisão dos índices utilizados para determinar a produtividade das grandes fazendas, baseada em medições defasadas do Censo Agrícola de 1975. Entre os ativistas do MST gaúcho, muitos atribuíram seu desencanto com Lula ao fato de ele ter se tornado "o amigo de nossos inimigos".

O resultado das eleições presidenciais de 2002 desatou uma onda de mobilizações por terra, ao mesmo tempo em que levou o MST a alterar algumas das suas táticas de pressão. No primeiro mandato de Lula, as mobilizações dos sem-terra atingiram seu pico mais alto no Rio Grande do Sul, como se pode ver no Gráfico 6.5 e na Tabela 6.7. Mas a derrota do PT na eleição para o governo do estado fez com que as ocupações de terra se convertessem em um ato mais arriscado, daí a queda em seus números. Outras medidas de protesto, contudo, em particular manifestações, bloqueios de estrada e ocupações de prédios, aumentaram de modo substancial. Muitas

[50] Informações fornecidas por um alto funcionário do INCRA no Rio Grande do Sul, José Rui Tagliapietra, entrevista conduzida pelo autor, registro em fita, Porto Alegre, RS, 3 de julho de 2003.

[51] Os argumentos contrários à decisão do Supremo Tribunal Federal podem ser encontrados em Görgen (2004).

[52] Para maiores detalhes sobre o subsídio aos produtores ligados ao agronegócio, cf. os Capítulos 2, de Delgado, e 9, de Carter e Carvalho, neste livro. Um dirigente do MST gaúcho explicou a situação da seguinte maneira, "se antes nós andávamos a 10 quilômetros por hora, agora, com o governo Lula, andamos a 30. Mas os outros que andavam a 80 agora estão voando a 180 quilômetros por hora". Isaias Vedovatto, entrevista conduzida pelo autor, Pontão, RS, 5 de julho de 2008.

dessas ações foram efetuadas de forma sincronizada em vários pontos do estado e do país. Em meados de 2003, o MST conduziu uma marcha de 67 dias para exigir a desapropriação do complexo Southall. A mobilização foi muito divulgada na imprensa nacional. Os sem-terra logo instalaram um acampamento nos arredores da cidade de São Gabriel.[53] Em 2004, o Movimento iniciou uma campanha para desapropriar a fazenda Guerra, uma área de 7.000 hectares, localizada perto do assentamento Annoni. À parte de fazer *lobby* junto ao INCRA e conseguir o apoio de 23 prefeitos da região em favor da sua desapropriação, o MST ocupou a fazenda oito vezes entre 2004 e abril de 2007.

No entanto, a eleição da governadora Yeda Crusius em 2006, em uma aliança conservadora entre o PSDB e o PFL, colocou um forte entrave nessas mobilizações. Em estreita colaboração com a administração Crusius, o Judiciário e o Ministério Público estadual instituíram uma série de medidas sem precedentes para criminalizar e restringir as atividades do MST. Em dezembro de 2007, o Conselho Superior do Ministério Público Estadual chegou ao ponto de aprovar de forma unânime um relatório confidencial que encaminhou uma série de orientações legais visando a "dissolver o MST" no Rio Grande do Sul.[54] Incitados por essas ameaças políticas e com a resposta insignificante às suas demandas por terra, muitos sem-terra – em especial os mais jovens – passaram a exibir uma disposição mais agressiva à luta.

## CONCLUSÃO

Este capítulo procurou sublinhar a importância de examinar as ideias, táticas e ações contenciosas em seu contexto. Análises descontextualizadas do MST empobrecem em grande medida a nossa compreensão do Movimento. Além disso, uma abordagem estreita como essa facilita as tentativas de caricaturá-lo de maneiras extremas, tachando-o de "fundamentalista", "irracional" e de "ameaça perigosa". De fato, é muito mais simples ponderar sobre o MST isolando-o do seu meio. Quem faz isso não precisa investigar as condições que envolvem a atuação do Movimento e se informar sobre suas percepções de ameaça e oportunidade. Com essa blindagem intelectual, não há porque avaliar as implicações de suas lutas em termos do modelo de desenvolvimento do país ou das graves desigualdades sociais que permeiam a história brasileira. Estudos sérios sobre grupos populares como o MST não são fáceis de produzir. Eles exigem tempo e dedicação para fazer

[53] Sobre a marcha do MST para São Gabriel, cf. Görgen (2004).

[54] Esse relatório se tornou público de forma acidental em junho de 2008, e foi seguido de uma calmaria temporária das hostilidades por parte do Estado. Para uma análise aguda dos mecanismos legais utilizados para suprimir as mobilizações do MST, cf. Scalabrin (2008).

um levantamento empírico profundo e meticuloso. A pesquisa de campo é fundamental para isso. Feita de maneira sistemática e recorrente, ela é uma ferramenta vital para a melhor compreensão desses fenômenos.[55]

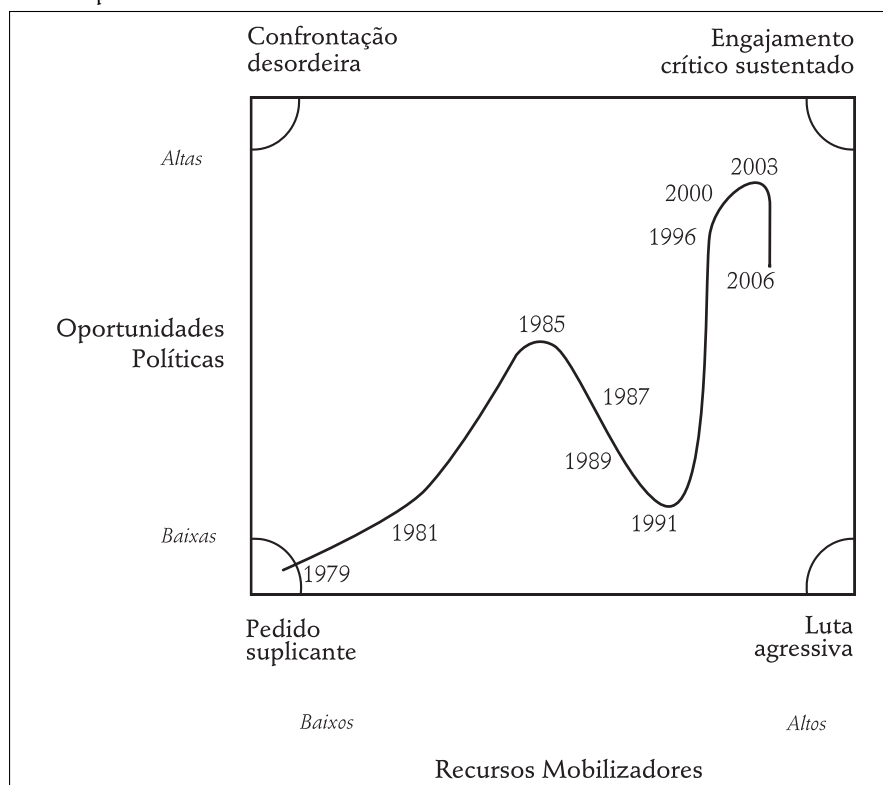
Neste estudo se demonstrou que os sem-terra de Rio Grande do Sul adotaram o ativismo público em um contexto que facilitou consideráveis oportunidades políticas e recursos para a mobilização. Ao longo deste texto foram apontadas diversas combinações dessas duas variáveis e explicado como esses diversos cenários acabaram configurando distintas modalidades de ativismo público. A partir desse marco analítico foi possível traçar três disposições diferentes que prevaleceram em diversas fases históricas do MST gaúcho. Em seu período de menor força (1979-1984), os sem-terra fizeram "*pedidos suplicantes*", expressados por meio de ícones e da linguagem religiosa, com o intuito de suscitar uma ampla simpatia na opinião pública e alentar ações caritativas por parte das autoridades da Igreja e do Estado. Isso foi seguido de um período (1985-1994) de maior frustração diante dos obstáculos à reforma agrária e à busca de uma autonomia e identidade própria, o que levou a uma "*luta agressiva*" pela sobrevivência e expansão do Movimento. A terceira fase do MST (1995-2006) envolveu um processo de crescimento, consolidação e maturação, que fez o Movimento adotar um padrão de "*engajamento crítico sustentado*", com uma agenda de transformação social mais ampla e holística. Uma síntese gráfica deste argumento pode se encontrar no Gráfico 6.6.

O MST não teria conseguido nada no Rio Grande do Sul se não tivesse recorrido ao direito democrático de promover seus interesses e valores por meio do ativismo público. A disposição a essa forma de conflito social não é impulsionada, como alguns gostariam de acreditar, por princípios "dogmáticos" ou "ideologias ultrapassadas". O ativismo público é, sobretudo, uma ferramenta prática. Para uma associação de pessoas pobres, como no caso do MST, a pressão social permite chamar a atenção da opinião pública e ter acesso direto às autoridades do Estado de uma forma em que outros mecanismos assimétricos da democracia brasileira – isto é, o processo eleitoral, a representação no Congresso, a influência da mídia ou as atividades de *lobby* – tornariam custosos ou inócuos demais.[56] Dadas às opções disponíveis ao MST, o ativismo público é a estratégia mais racional de se obter concessões do governo e promover as mudanças sociais que ele

---

[55] A extensa interação com os participantes do MST é necessária para entender como esses grupos percebem a sua situação. Isso é crucial para a análise dos movimentos sociais, pois assim como observam McAdam, Tarrow e Tilly, "Nenhuma oportunidade, por mais objetivamente aberta, instigará a mobilização a não ser que seja: (a) visível aos potenciais oponentes e (b) *percebida* como uma oportunidade. O mesmo se aplica às ameaças". (2001, p.43) (Grifo do autor)

[56] Uma revisão de como a democracia extremamente desigual no Brasil afeta as políticas de reforma agrária pode ser encontrada no capítulo de introdução deste livro. A abordagem racional do MST às suas opções e limitações estratégicas é analisada com mais detalhe em Carter (2010).

Gráfico 6.6 Desenvolvimento do MST no Rio Grande do Sul (1979-2006). Modalidades de ativismo público

almeja. Considerando as alternativas existentes, ele é o instrumento menos oneroso e mais eficaz para promover seus interesses e valores.

A racionalidade do ativismo público também se explica pela maneira significativa com que ele ajuda a fortalecer os recursos internos do Movimento. As mobilizações do MST tendem a energizar seus participantes, aguçar sua consciência de classe, e elevar seu conhecimento e usufruto de direitos básicos de cidadania. Elas também servem para fortalecer o capital social de seus membros, ampliando suas redes de confiança e solidariedade. Além disso, as lutas do Movimento têm ajudado a cultivar novas lideranças populares, fomentar habilidades de organização e trabalho em equipe e promover sentimentos de dignidade, autoestima e orgulho pelas conquistas obtidas. Em suma, o ativismo público tem ocupado um papel central no desenvolvimento de *political capabilities* (ou capabilidades políticas) entre os sem-terra.[57]

[57] O conceito de *political capabilities* de Whitehead e Molina (2003) é inspirado na obra de Amartya Sen (2002), entre outros textos.

Finalmente, o ativismo público tem contribuído para galvanizar as paixões, convicções e o *ethos* de resistência do MST. Embora engajadas em lutas por adquirir benefícios materiais, essas mobilizações são tingidas com frequência por aquilo que Max Weber definiu como "interesses ideais", ou uma orientação "racional-valorativa" à ação social. Em contraste com racionalidade instrumental, a conduta pautada por interesses ideais utiliza meios estratégicos no esforço por alcançar um fim absoluto, isto é, uma meta não negociável. No interior do MST é possível vislumbrar traços dessa orientação no momento em que suas lutas apresentam uma "fusão do buscar e do atingir",[58] em vez de simplesmente maximizar os resultados. Ela também se apresenta nos fortes sentimentos que surgem e impelem as mobilizações em massa e nas poderosas maneiras em que as interações coletivas alteram o cálculo individual de seus participantes. Os interesses ideais do MST são promovidos em muitas situações por meio de seu considerável repertório simbólico – de canções, palavras de ordem, bandeiras, dramatizações, poesia e discursos instigantes – desenvolvido em encontros rituais que estimulam sentimentos de sacrifício compartilhado, companheirismo e idealismo. Esses e outros momentos de confraternização e luta, servem para animar a coragem, persistência e senso de vitalidade que se pode encontrar na militância do MST.[59]

Nisso, poder-se-ia dizer que radica uma fonte importante da força e da teimosia do MST: a capacidade de sustentar e equilibrar a firmeza de seus ideais com a busca de soluções práticas para atender seus problemas cotidianos. Essa interação peculiar tem permitido ao Movimento atuar com um grande ímpeto e, ao mesmo tempo, manobrar-se com uma habilidade sagaz. Considerando os enormes desafios pela frente, essa disposição será muito necessária nos anos que virão. Em última instância, no entanto, o curso de ação do Movimento será determinado principalmente pelo seu contexto. Assim como Nelson Mandela bem observou:

> Os que lutam pela liberdade aprendem a duras penas que é o opressor quem define a natureza da luta, e que, em geral, nada resta ao oprimido senão usar métodos que espelham os do opressor. Depois de certo ponto, só se pode combater o fogo com fogo.[60]

[58] Esta expressão é de Albert O. Hirschman (1982, p.85).

[59] O conceito de interesse ideal de Weber é abordado extensivamente em Carter (2003, 2002). Para a breve caracterização de Weber do comportamento racional-valorativo (*wertrational*) em contraposição à racionalidade instrumental (*zweckrational*), cf. Weber (1978, p.24-6). Sobre o papel das emoções no MST, cf. Quirk (2008). Análises de outros movimentos sociais que salientam a importância de um compromisso ardente podem ser encontradas em Goodwin, Jasper e Poletta (2001) e Aminzade e McAdam (2001).

[60] Mandela (1995, p.166).

# ANEXO

Tabela 6.7 Mobilizações de sem-terra no Rio Grande do Sul (1979-2006). Principais repertórios de contestação

| Ano | Ocupações de terras | Manifestações | Acampamentos de protesto | Bloqueios de estradas | Ocupações de prédios | Marchas de longa distância | Greves de fome | Total | % MST |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1979 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 100% |
| 1980 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 100% |
| 1981 | 1 | 10 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 | 100% |
| 1982 | 0 | 3 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 | 100% |
| 1983 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 100% |
| 1984 | 2 | 3 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 7 | 100% |
| 1985 | 2 | 7 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 11 | 82% |
| 1986 | 3 | 9 | 1 | 0 | 2 | 3 | 3 | 21 | 86% |
| 1987 | 14 | 4 | 1 | 0 | 3 | 0 | 1 | 23 | 96% |
| 1988 | 3 | 7 | 2 | 1 | 0 | 0 | 1 | 14 | 86% |
| 1989 | 14 | 6 | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 | 24 | 92% |
| 1990 | 3 | 1 | 2 | 0 | 2 | 2 | 0 | 10 | 100% |
| 1991 | 11 | 12 | 2 | 4 | 2 | 3 | 1 | 35 | 100% |
| 1992 | 17 | 2 | 5 | 5 | 2 | 1 | 0 | 32 | 100% |
| 1993 | 6 | 5 | 4 | 2 | 2 | 2 | 4 | 25 | 100% |
| 1994 | 4 | 4 | 4 | 4 | 1 | 3 | 1 | 21 | 100% |
| 1995 | 2 | 9 | 10 | 1 | 1 | 4 | 2 | 29 | 97% |
| 1996 | 4 | 9 | 0 | 1 | 2 | 3 | 0 | 19 | 100% |
| 1997 | 7 | 2 | 4 | 2 | 0 | 1 | 0 | 16 | 75% |
| 1998 | 11 | 5 | 6 | 0 | 1 | 8 | 0 | 31 | 87% |
| 1999 | 14 | 3 | 4 | 8 | 1 | 0 | 0 | 30 | 97% |

*Continua*

Tabela 6.7 *Continuação*

| Ano | Ocupações de terras | Manifestações | Acampamentos de protesto | Bloqueios de estradas | Ocupações de prédios | Marchas de longa distância | Greves de fome | Total | % MST |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2000 | 11 | 4 | 8 | 4 | 5 | 0 | 1 | 33 | 97% |
| 2001 | 14 | 5 | 17 | 13 | 3 | 7 | 0 | 59 | 92% |
| 2002 | 16 | 6 | 4 | 5 | 4 | 2 | 0 | 37 | 78% |
| 2003 | 7 | 16 | 6 | 7 | 4 | 3 | 0 | 43 | 98% |
| 2004 | 11 | 28 | 8 | 8 | 6 | 2 | 2 | 65 | 74% |
| 2005 | 12 | 18 | 11 | 5 | 6 | 0 | 0 | 52 | 87% |
| 2006 | 8 | 14 | 5 | 20 | 6 | 0 | 0 | 53 | 89% |
| Total | 204 | 199 | 109 | 92 | 54 | 44 | 19 | 721 | 91% |
| MST | 85% | 96% | 92% | 87% | 89% | 100% | 100% | 91% | |

*Fonte:* Carter (2007).

** A tabela registra todas as mobilizações populares pela distribuição de terras no Rio Grande do Sul. Inclui ações empreendidas pelo MST e grupos não filiados a ele, como organizações locais de sem-terra, trabalhadores rurais desalojados pela construção de usinas hidrelétricas ou pela expansão de reservas indígenas, bem como mobilizações indígenas pela terra.

** "% MST" é a porcentagem do total de mobilizações pela terra realizadas pelo MST, individualmente ou com a participação de aliados.

** Os dados estatísticos apresentados aqui são provenientes de um extenso banco de dados sobre "Mobilizações pela terra no Rio Grande do Sul, 1978-2006", cf. Carter (2007). Informações para esse banco de dados foram compiladas de diversas fontes, principalmente material de arquivo encontrado nos escritórios da CPT em Goiânia e Porto Alegre. Outros documentos consultados incluem INCRA-RS (2003); MST-RS (2003); várias edições do *Jornal Sem-Terra*, do MST, e a *Voz da Terra,* da CPT-RS. Entre 1991 e 2008 o autor conduziu entrevistas com mais de 280 pessoas no Rio Grande do Sul envolvidas na questão agrária, incluindo ativistas da reforma agrária, lavradores, cientistas sociais, funcionários do INCRA e representantes da Igreja e do governo do estado.

** Esse banco de dados só contabiliza atividades públicas visando a promover a distribuição fundiária. As mobilizações realizadas exclusivamente para a obtenção de outros benefícios – como crédito agrícola e fundos para a melhoria da infraestrutura de assentamentos da reforma agrária – não foram incluídas. Atividades de contestação, contudo, para exigir tanto terra quanto outras reivindicações, foram computadas como mobilizações pela terra.

** As categorias de mobilização utilizadas aqui foram desenvolvidas com base nos seguintes critérios: (1) "*Ocupações de terra*" referem-se a incursões organizadas de sem-terra em propriedades rurais públicas ou privadas. (2) "*Acampamentos de protesto*" incluem acampamentos de sem-terra que duraram mais de uma semana. (3) "*Marchas de longa distância*" consideram mobilizações de pessoas que caminharam 30 quilômetros ou mais. (4) "*Ocupações de prédios*" implicam ocupações de prédios urbanos, principalmente os escritórios do Estado. (5) "*Manifestações*" incluem uma ampla variedade de encontros de protesto, como marchas de curta distância e breves acampamentos de protesto. Essa categoria não relaciona oficinas, encontros ou reuniões internas do MST. (6) "*Greves de fome*" incluem grupos de pessoas em jejum por 24 horas ou mais.

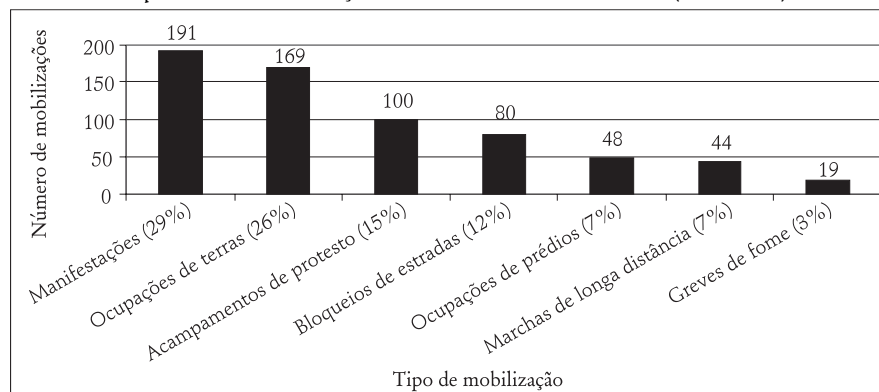
Gráfico 6.8 Repertórios de contestação do MST no Rio Grande do Sul (1979-2006)

*Fonte:* Carter (2007). Esse gráfico se refere apenas a mobilizações pela terra realizadas pelo MST.

Tabela 6.9 Contingentes de sem-terra no Rio Grande do Sul (1979-1998)

| Data de formação | | Acampamento inicial | | Famílias envolvidas |
|---|---|---|---|---|
| Ano | Mês | Local | Município | |
| 1979 | setembro | Macali | Ronda Alta | 110 |
| 1979 | setembro | Brilhante | Ronda Alta | 170 |
| 1981 | abril | Encruzilhada Natalino | Ronda Alta | 600 |
| 1984 | agosto | Estação Experimental | Santo Augusto | 72 |
| 1985 | outubro | Fazenda Annoni | Sarandi | 1.500 |
| 1987 | novembro | Fazenda Itati | São Nicolau | 1.000 |
| 1987 | novembro | Fazenda do Salso | Palmeira das Missões | 1.500 |
| 1989 | setembro | Boa Vista do INCRA | Cruz Alta | 1.850 |
| 1991 | agosto | FEBEM | Palmeira das Missões | 1.500 |
| 1992 | julho | Santuário Caaró | Caibaté | 980 |
| 1993 | novembro | Barretos | Lagoa Vermelha | 450 |
| 1995 | fevereiro | Ponte Queimada | Cruz Alta | 1.000 |
| 1995 | dezembro | Saída para Panambí | Palmeira das Missões | 1.800 |
| 1995 | dezembro | Banhado do Colégio | Camaquã | 830 |
| 1997 | janeiro | BR-295 | S. Antônio das Missões | 2.700 |
| 1998 | fevereiro | Assentamento Rondinha | Joia | 1.700 |
| 1998 | fevereiro | BR-293 | Piratini | 800 |

*Fonte:* Carter (2007). Todos esses contingentes foram organizados pelo MST ou seus antecessores.

Tabela 6.10 Mobilizações pela terra e assentamentos agrícolas no Rio Grande do Sul (1979-2006). Dados estatísticos por mandato presidencial

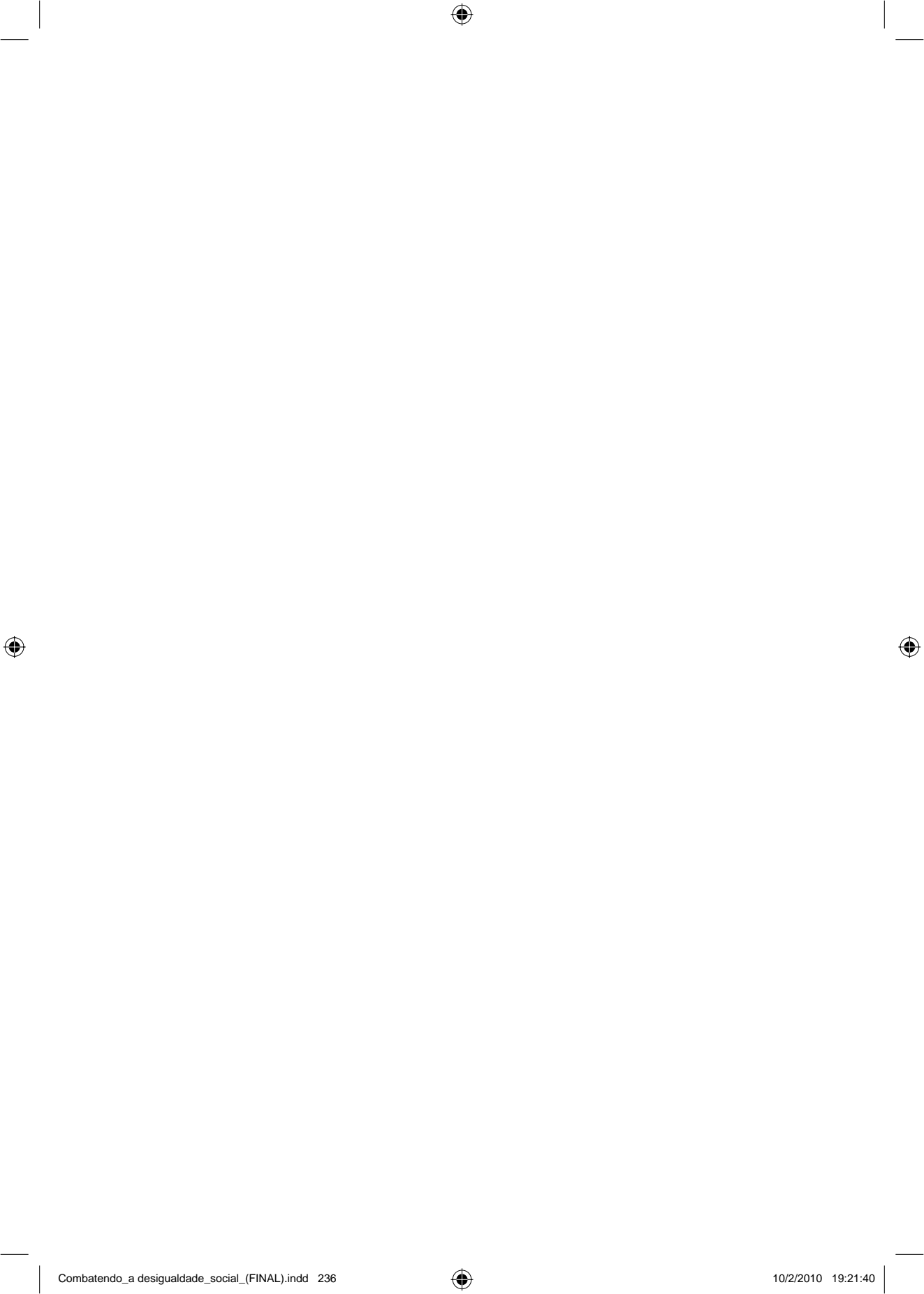
| Período | Presidente (e filiação partidária) | Governador (e filiação partidária)* | Mobilizações do MST | | | Ocupações de terra pelo MST | | | Principal patrocinador de assentamentos | | | Famílias beneficiadas | | | Área distribuída (em hectares) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Total | %** | Média anual | Total | %† | Média anual | | Governo federal | Governo estadual†† | Total | Média anual | % MST | Total | Média anual | % MST |
| 1979-1984 | Figueiredo (PDS) | Souza (PDS) e Soares (PDS) | 34 | 5% | 5,7 | 7 | 4% | 1,2 | Estadual | 0 | 12 | 392 | 65 | 100% | 6.998 | 1.166 | 100% |
| 1985-1989 | Sarney (PFL) | Soares (PDS) e Simon (PMDB) | 83 | 13% | 16,6 | 30 | 18% | 6,0 | Estadual | 13 | 32 | 1.783 | 357 | 100% | 39.372 | 7.874 | 100% |
| 1990-1994 | Collor e Franco (PNR) | Guazzelli (PMDB) e Colares (PDT) | 123 | 19% | 24,6 | 41 | 24% | 8,2 | Estadual | 12 | 23 | 1.116 | 223 | 100% | 21.802 | 4.360 | 100% |
| 1995-1998 | Cardoso 1 (PSDB) | Britto (PMDB) | 86 | 13% | 21,5 | 17 | 10% | 4,3 | Federal | 72 | 2 | 3.396 | 849 | 100% | 87.906 | 21.977 | 100% |
| 1999-2002 | Cardoso 2 (PSDB) | Dutra (PT) | 144 | 22% | 36,0 | 43 | 25% | 10,8 | Estadual | 25 | 85 | 3.915 | 979 | 92% | 91.756 | 22.939 | 93% |
| 2003-2006 | Lula 1 (PT) | Rigotto (PMDB) | 182 | 28% | 45,5 | 32 | 19% | 8,0 | Federal | 10 | 8 | 957 | 239 | 91% | 18.404 | 4.601 | 94% |
| Total | | | 652 | 100% | 36,2 | 170 | 100% | 9,4 | Estadual | 132 | 162 | 11.559 | 642 | 97% | 266.239 | 14.791 | 97% |

* Os mandatos dos governadores do Rio Grande do Sul foram os seguintes: Soares serviu de 1983 a 1986. Simon foi sucedido pelo vice-governador Guazzelli em 1990. Colares se tornou governador em 1991. Os governadores subsequentes coincidiram com o período presidencial.

** Porcentagem baseada no total de mobilizações do MST.

† Porcentagem baseada no total de ocupações de terra pelo MST.

†† Os assentamentos patrocinados pelo governo estadual entre 2000 e 2006 incluem 30 comunidades criadas em conjunto com o INCRA, mas impulsionadas principalmente pelo governo estadual.

*Fontes:* Carter (2007); INCRA-RS (2008, 2005, 2003b).

# 7
# Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na Mata Pernambucana

Lygia Maria Sigaud

Ocupar terras e nelas montar um acampamento para reivindicar a reforma agrária é fato novo na história brasileira.[1] Certo que houve ocupações no período anterior a 1964, como as ocorridas no Rio Grande do Sul e no estado do Rio de Janeiro.[2] Não tinham, no entanto, as mesmas características e amplitude das que se generalizaram nos últimos 25 anos, nem se tornaram a forma apropriada de demandar desapropriação de terras. Havia outras formas de fazê-lo, notadamente as mobilizações pela mudança na Constituição.[3] Com o golpe militar de 1964 tornou-se impossível promover ocupações, as terras obtidas dessa maneira foram devolvidas a seus proprietários e os militantes das organizações de trabalhadores rurais tornaram-se alvo da repressão policial e militar.

A partir do final dos anos 1970, as ocupações foram retomadas no Rio Grande do Sul e estiveram associadas à instalação de acampamentos. As primeiras ocupações foram organizadas por agricultores, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Igreja Católica. Foi esse núcleo que criou, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), como mostra Fernandes, no Capítulo 5 deste livro. Em meados da década de 1980 já há registros de ocupações em vários estados brasileiros, graças a uma política de expansão da organização. Em 1993, o Congresso Nacional estabeleceu que a improdutividade das terras caracte-

[1] Para uma versão ampliada desse texto, cf. Sigaud (2005).

[2] Sobre as ocupações de terra no Rio Grande do Sul, cf. Eckert (1984), e sobre o Rio de Janeiro, cf. Grynszpan (1987).

[3] Sobre as pressões pela reforma agrária no período pré-1964, cf. Camargo (1981).

rizava o não cumprimento da função social da propriedade, caso previsto pela Constituição de 1988 para proceder à desapropriação. As ocupações multiplicaram-se então em todo o país. Foram promovidas pelo MST, mas também pelos sindicatos de trabalhadores rurais e por dezenas de outras organizações criadas com o objetivo precípuo de ocupar terras. O Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA), órgão do Estado brasileiro encarregado da política fundiária, que até então tinha uma atuação modesta, começou a desapropriar as terras ocupadas e as redistribuiu entre os que estavam nos acampamentos, tornando-os *parceleiros*, isto é, titulares de uma parcela de terra. As ocupações, os acampamentos e as desapropriações a eles associadas indicam, portanto, ter havido uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado.

Este capítulo discutirá essa mudança com base no caso de Pernambuco, estado da federação com o maior número de ocupações de terras desde a segunda metade da década de 1990. O foco será a Zona da Mata, onde se registra expressiva concentração de acampamentos instalados em engenhos, como são denominadas as grandes plantações produtoras de cana-de-açúcar.[4] Trata-se de inscrever as ocupações na história recente da região canavieira, mostrar as condições sociais que contribuíram para que ocupar e acampar se tornasse a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária e examinar as implicações dessa transformação social. A reflexão estará amparada em pesquisa empírica desenvolvida desde 1997 nos municípios de Rio Formoso e Tamandaré, situados no litoral sul, sobre transformações sociais em curso nas grandes plantações e na qual foram examinadas 16 ocupações de terra.[5] Dessas ocupações, cinco foram promovidas pelo MST, três pelo MST em colaboração com os sindicatos e oito pelos sindicatos.

[4] A Zona da Mata é uma região fisiográfica situada no litoral de Pernambuco e uma das áreas de mais antiga colonização do país. No século XVI, os portugueses ali implantaram a agricultura da cana e o fabrico do açúcar. Desde o fim do século XIX, a cana é explorada em grandes propriedades por fornecedores de cana e por usineiros. Emprega mão de obra numerosa, sobretudo no período do corte. Até meados dos anos 1950, os trabalhadores residiam nos engenhos. A partir dessa época, ocorreu um esvaziamento relativo dos engenhos e parte dos trabalhadores reside atualmente nas pequenas cidades da região. A Zona da Mata ocupa 11% da área total do estado e tinha, nos anos 1990, uma população de 2.716.657 habitantes (37% do total do estado). Os grandes proprietários (fornecedores de cana e usineiros) constituem a elite econômica e política de Pernambuco. Para uma história das relações sociais no mundo dos engenhos, cf. Correa de Andrade (1964; 1989), Eisenberg (1977), Mello (1975), Palmeira (1971; 1976), Sigaud (1979), Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979).

[5] Para localização geográfica desses municípios, veja o mapa de Pernambuco no Capítulo 12, de Wolford.

# A FORMA ACAMPAMENTO

A primeira ocupação de que se tem notícia em Rio Formoso foi organizada por *militantes* do MST e sindicalistas do município.[6] Em abril de 1992, cerca de 1.200 pessoas (homens, mulheres e crianças) entraram no Engenho Camaçari, instalaram um acampamento e reivindicaram a desapropriação das terras. Camaçari era tido como patrimônio da Rede Ferroviária Federal. Os donos da usina Cucaú conseguiram provar que o engenho lhes pertencia e o juiz local determinou que uma força policial formada por centenas de homens promovesse o despejo dos ocupantes. Muitos voltaram para suas casas. Cerca de 800 pessoas, no entanto, remontaram o acampamento em Vermelho, área de pequena propriedade em Rio Formoso, e de lá iniciaram uma saga de ocupações em engenhos que poderiam ser considerados improdutivos, conforme critérios do INCRA, e, portanto, passíveis de desapropriação. Elas foram promovidas em conjunto por *militantes* do MST e pelos sindicalistas de Rio Formoso até 1996, quando estes passaram a organizá-las sozinhos.

A partir da reconstituição dos diversos acampamentos, foi possível perceber que desde o início das ocupações estes apresentavam aspectos recorrentes. Após a entrada no engenho, à noite ou ao amanhecer, os participantes buscavam locais altos e visíveis, próximos às matas e aos cursos d'água. Lá armavam as barracas com a madeira que retiravam das matas, as cobriam com folhas e, por fim, com um plástico preto grosso que denominam lona. As barracas eram alinhadas de modo a formar ruas. A montagem do acampamento compreendia também a instalação de um mastro bastante elevado no qual era içada a bandeira da organização que o estava promovendo.[7] No começo havia apenas a bandeira do MST, pois os sindicatos não tinham uma própria. Esta só viria a ser criada quando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, a FETAPE, que nucleia os sindicatos, passou a incluir em sua programação as ocupações de terra.[8]

O número de pessoas que participava do ato de entrar na terra era variável: desde mais de cem, como no caso do engenho São João ocupado em 1996, quanto um pequeno grupo, como os nove que ocuparam o Brejo em 1997. Após a ocupação e a montagem das barracas, os acampamentos tanto cresciam com a chegada de mais pessoas, e o exemplo seria novamente o Brejo que chegou a contar com mais de 60 pessoas, quanto se reduziam como

[6] *Militante* é o termo que designa os quadros do MST. Os sindicatos de trabalhadores rurais estão organizados a partir de uma base municipal. Na Mata Pernambucana, a grande maioria dos associados é constituída por assalariados dos engenhos. Sobre os sindicatos de trabalhadores rurais, cf. Maybury-Lewis (1994).

[7] Smircic (2000, p.29-55). Descrição de uma ocupação na Mata Pernambucana em 1999.

[8] Sobre o processo que levou a FETAPE a aderir às ocupações de terra, cf. Rosa (2004a), Capítulo 16.

ocorreu em São João que ficou com 19 e Cipó, ocupado em 1993, que de 80 caiu para 35 pessoas. As reduções eram provocadas tanto pela saída espontânea, quanto pela exclusão daqueles cujo comportamento era considerado inaceitável pelos demais, como o abuso do álcool e o recurso à violência física.

Do ato da ocupação tendiam a participar preferencialmente os homens adultos, as mulheres e as crianças chegavam depois. A montagem da barraca sinalizava a participação no acampamento. Os indivíduos com frequência ali não permaneciam todo o tempo, a maioria não interrompia as atividades destinadas à manutenção da família. Saíam para trabalhar nos canaviais, fazer biscates na construção civil, atuar como vigias ou vendedores ambulantes, catar caranguejos nos mangues, e assim por diante. As famílias ficavam cuidando das barracas. Havia ainda os que passavam longos períodos fora, deixavam um parente ou conhecido tomando conta, ou mesmo a barraca só. Periodicamente, retornavam e assim reafirmavam seus laços com os demais.

Em todos os acampamentos havia uma divisão do trabalho baseada em comissões, como a encarregada da segurança, que zelava pelo acampamento, sobretudo à noite, e a da alimentação, que administrava o aprovisionamento dos participantes. Os *movimentos*, como são denominadas as organizações que lideram as ocupações, tratavam de conseguir dos órgãos governamentais, sobretudo do INCRA, mas também das prefeituras, de vereadores e das igrejas locais, alimentos para os acampados e também promoviam pedágios nas estradas para arrecadar dinheiro e coleta de gêneros nos estabelecimentos comerciais.

As pessoas que se encontravam nos acampamentos eram oriundas da própria região canavieira, ainda que houvesse os procedentes do Agreste, zona vizinha de pequenas propriedades. Os adultos tinham uma história de trabalho e de vida nos canaviais. Alguns haviam passado por outros ofícios, como pedreiros, serventes, condutores de caminhões e tratores, vigias, vendedores ambulantes e domésticas. Havia famílias com filhos pequenos e adolescentes e indivíduos sós, pessoas que ainda trabalhavam e aposentados. Muitos se dirigiram para os acampamentos após terem sido alvo de convites feitos pelos *militantes* do MST ou por sindicalistas. O trabalho de mobilização era realizado nas *pontas de rua*, nome dado às periferias das pequenas cidades da Zona da Mata, onde residem os que se situam nas posições mais baixas da hierarquia social: os trabalhadores manuais. Convites também eram feitos nos engenhos para os que possuíam um contrato de trabalho.

O tempo de duração dos acampamentos era variável. Havia os que permaneciam meses e eram desfeitos com a desapropriação das terras e os que se prolongavam por anos, como o caso de Mamucaba, acampamento de 1998 que ainda estava montado em 2004. Havia ainda os que duravam algumas horas ou alguns dias. Quase todos os acampamentos da área foram despejados, após mandato judicial. Os proprietários das terras requereram a

reintegração de posse e o juiz da comarca a concedeu. Aos despejos seguia--se usualmente a remontagem do acampamento no mesmo local ou em suas imediações, na beira das estradas. Os acampamentos estiveram também sujeitos aos ataques de milícias privadas de fazendeiros que agiram por conta própria para desalojar os ocupantes, como ocorreu em Mascatinho, Jundiá de Cima e Mato Grosso. Uma vez ocorrida uma primeira ocupação, o engenho se tornava objeto de reivindicação de desapropriação e os que se encontravam no acampamento, pretendentes à redistribuição das terras. Mesmo fora das terras pretendidas, o acampamento permanecia a elas associado e era reconhecido pelo nome do engenho. Assim, o acampamento de Cipó, despejado logo após a ocupação, esteve estabelecido durante mais de um ano na localidade vizinha de Vermelho; o de Mato Grosso, esvaziado após o ataque, estabeleceu-se em uma parcela de Minguito, já desapropriado; e o de Jundiá, atacado no dia da ocupação por mais de cem homens reunidos pelo fazendeiro, fixou-se na beira da estrada.

Havia um vocabulário próprio associado às ocupações e aos acampamentos. Dizia-se preferencialmente *ocupar* em vez de invadir, verbo empregado pela mídia, pelos proprietários e pelo senso comum. Para descrever a ocupação individual, os trabalhadores utilizavam o verbo *entrar*. Quando chegavam com a intenção de *entrar* perguntavam antes ao coordenador responsável se havia *vaga*, como se estivessem procurando um emprego. O objetivo da entrada era tratado como *pegar terra* e a vida no acampamento frequentemente descrita como um estar *debaixo da lona preta* que indicava uma situação de penúria e de sujeição às intempéries: chuva, calor excessivo durante o dia e frio à noite.

Os acampamentos eram, portanto, muito mais do que a mera reunião de pessoas para reivindicar a desapropriação de um engenho. Compreendiam técnicas ritualizadas para realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos de um acampamento. Essa combinação de aspectos modelares constitui uma forma, a *forma acampamento* (Sigaud, 2000). Trata-se de modelo engendrado no Sul do país, ao longo do processo que desembocou na constituição do MST. Seus militantes, deslocados para o Nordeste, ali o implantaram. Na Mata Pernambucana foi progressivamente sendo ajustado às condições locais.

Entre 1987 e 2003, o INCRA desapropriou 194 imóveis em Pernambuco, entre os quais 16 engenhos[9] na área compreendida pelos municípios de Rio

[9] Os engenhos desapropriados nos municípios de Rio Formoso e Tamandaré foram: Amaragi, Serra d'Água, Minguito e Mato Grosso, em Rio Formoso, e Cipó, São João, Saué Grande, Sauezinho, Cocal, Cocalzinho, Coqueiro, Jundiá de Cima, Laranjeiras, Mascatinho, Brejo e Ilhetas.

Formoso e Tamandaré (o antigo distrito emancipado em 1996) e contemplou com parcelas de terra os que já residiam e trabalhavam no engenho, conforme determina a legislação, e também os que se encontravam acampados. Em 14 deles haviam ocorrido ocupação e montagem de acampamentos, o que revela a estreita relação entre a *forma acampamento* e as desapropriações promovidas pelo Estado.

## A CRENÇA NA LONA PRETA

A implantação da *forma acampamento* na Mata Pernambucana nada tem de evidente. Não há elementos na história recente da região que autorizem a supor que o território dos engenhos, tradicionalmente sob o controle estrito dos patrões, viesse a ser ocupado com acampamentos; que o MST agiria junto à massa de trabalhadores ali onde os sindicatos tinham hegemonia incontestável; que os sindicalistas passassem a ocupar terras; e que os trabalhadores se dispusessem a ocupar propriedades de outrem. Para entender como tais desdobramentos tornaram-se possíveis é preciso examinar as ocupações e os acampamentos com base em quadros sociais e históricos mais amplos.

No final da década de 1980, o governo brasileiro alterou as diretrizes em relação à agroindústria açucareira, no bojo de uma política mais geral de retirada do Estado da economia: suprimiu os subsídios que há décadas garantiam o preço da cana e do açúcar; privatizou as exportações que até então eram feitas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool; e permitiu a elevação da taxa de juros. Essas medidas, assim como uma grande seca ocorrida no período, desencadearam uma crise no setor. Muitos patrões, fossem eles industriais do açúcar ou fornecedores de cana, não lograram adaptar-se à falta de proteção do Estado e faliram. Outros tantos trataram de se reestruturar. Milhares de trabalhadores perderam o emprego, quer pela falência dos patrões, quer pelo *downsize* promovido pelas empresas em reestruturação.[10]

No final dos anos 1990, das quatro usinas que exploram a cana na área estudada, apenas Trapiche, cuja sede está localizada em Sirinhaém (município limítrofe ao norte de Rio Formoso), estava em situação considerada sólida e equilibrada. Cucaú, sediada em Rio Formoso, saía de um pedido de concordata. Santo André, localizada em Tamandaré, não havia moído na safra de 1996-97 e desde 1995 não honrava regularmente o pagamento dos trabalhadores. Central Barreiros, situada em Barreiros, ao sul de Tamandaré, entregara ao Banco do Brasil 13 de seus engenhos (nove dos quais localizados em Pernambuco e quatro no estado vizinho de Alagoas) para pagar dívidas e habilitar-se a novos empréstimos. Essa usina, que na safra de

[10] Sobre a crise do setor, cf. Correa de Andrade (2001).

1988-89 havia moído quase 650 mil toneladas de cana, chegava à de 1996-97 com uma produção de 350 mil toneladas.[11] Nos engenhos explorados por fornecedores, denominados *particulares*, a queda de produção também era acentuada. Amaragi, dos maiores engenhos de Rio Formoso, com uma produção de 30.000 toneladas de cana na década de 1970, produzia 6.000 em meados dos anos 1990. Nesse engenho, como em outros, houve igualmente suspensões do pagamento dos salários. 3.000 trabalhadores rurais do município encontravam-se desempregados, segundo estimativa dos dirigentes sindicais. As ocupações ocorreram precisamente em terras de patrões falidos. Como não exploravam mais adequadamente o engenho, as terras tornaram-se improdutivas pelos critérios técnicos do INCRA. Vulneráveis, muitos patrões não tiveram mais condições de garantir o território de seus engenhos. Os trabalhadores desempregados tornaram-se o alvo privilegiado dos convites para realizar as ocupações.

Foi nessa conjuntura e no âmbito de um processo de expansão pelo território nacional que o MST chegou à Zona da Mata Pernambucana.[12] No litoral sul, os militantes do Movimento se aliaram aos sindicalistas e começaram a ocupar os engenhos. O MST trouxe a tecnologia apropriada para ocupar terras, montar e administrar os acampamentos. Os sindicalistas colaboraram com seus quadros, com os contatos entre os trabalhadores e com a infraestrutura de que dispunham, sobretudo as instalações sindicais.[13] A ocupação do Engenho Camaçari, em 1992, foi o produto dessa cooperação e é vista até hoje como um marco inaugural: "Tudo começou em Camaçari", costumam dizer com frequência as lideranças e os trabalhadores que participaram desta e das ocupações subsequentes.[14] A partir de então, o MST logrou recrutar jovens e em pouco tempo montou uma rede de *militantes* que passaram a atuar na área a serviço do *Movimento* e de suas ocupações. José Augusto, que leva o apelido de Cabeludo, nascido em 1970 e criado em Rio Formoso, neto de um sindicalista prestigiado, foi um desses jovens:

> Aí, quando foi em 1992 mesmo, conheci o Movimento dos Sem-Terra, já tinha saído da usina [Cucaú]. Estava sem emprego. ... Eu participei da última reunião [preparatória para a ocupação de Camaçari]. ... Aí, eu me dediquei à vida do acampamento. ... Me convidaram, eu fui fazer aqueles estudozinhos nuns cursos que apareciam, aí pronto, dali por diante eu já fui seguindo o que se chama militância,

[11] Sindicato das Indústrias do Açúcar de Pernambuco, *Boletins de Safra (1989-1999)*, Recife 1999.

[12] Sobre a expansão nacional do MST, cf. Fernandes (2000) e Stédile e Fernandes (1999).

[13] Cf., a respeito desse apoio, Rosa (2004a, p.77).

[14] A ocupação de Camaçari marcou, para o MST, sua implantação na Zona da Mata, após uma primeira tentativa malsucedida em 1989. Cf. a respeito, Breve histórico, <http://www.mst.org.br/mstpe>, 2000.

> já entrei na militância do Movimento. Entrei em casa de cabeça erguida. Disse: pronto, agora vou até o fim da linha.[15]

A aliança de sindicalistas de Rio Formoso com o MST chama à atenção. Embora a reforma agrária fosse uma reivindicação sempre presente na agenda do movimento sindical pernambucano, não se cogitava ocupar terras para obtê-la. Conforme mostra Rosa (2004, p.73-154), as pretensões de sindicalistas mais jovens a ascenderem no campo sindical e as pretensões dos mais velhos a construir uma carreira na política municipal teriam contribuído para que tal aliança se produzisse no litoral sul naquele momento de crise da agroindústria açucareira. A partir de 1996, os sindicalistas passaram a montar sozinhos os acampamentos nos engenhos da região.

No plano estadual, a FETAPE foi sendo progressivamente pressionada por alguns sindicalistas já envolvidos em acampamentos a incluir as ocupações em sua programação. Naquele momento, os sindicalistas já não detinham mais o monopólio da representação dos trabalhadores, que haviam adquirido de modo gradual a partir do início da sindicalização rural em 1962 e estavam ameaçados de perder a força e o prestígio de que desfrutavam em Pernambuco.[16] Em 1997, a FETAPE já ocupava tantas terras quanto o MST.[17] A inflexão do movimento sindical deu um impulso espetacular às ocupações em Pernambuco, que aumentaram em progressão geométrica. Entre 1990 e 1994, Pernambuco era o sexto estado em número de ocupações, com 28 sobre um total nacional de 421, e o quarto em famílias envolvidas, com quase 5.000 sobre um total de aproximadamente 75.000. Entre 1995 e 1999, período no qual a FETAPE já fazia ocupações, tornou-se o primeiro estado tanto em número de ocupações, 308 sobre 1.855, quanto em número de famílias, 35.000 sobre um total de cerca de 256 mil.[18]

No que diz respeito aos trabalhadores rurais da Mata Pernambucana, instalar-se em um engenho, por meio da ocupação, sem a autorização do dono, para obter para si uma parcela das terras desapropriadas dos patrões, não fazia parte do horizonte das possibilidades. Os trabalhadores só se instalavam em um engenho após terem sido aceitos para prestar serviços e se estabeleciam em locais designados pelo patrão e seus prepostos. Havia a utopia do *engenho liberto* no qual pudessem cultivar seus *sítios* e *roçados*,

[15] Depoimento coletado em setembro de 1999 por Lygia Sigaud e Sergio A. Chamorro Smircic.

[16] A sindicalização rural na Mata Pernambucana teve início em 1962, ano da regulamentação da lei que autorizava a criação de sindicatos no campo. Sobre esse período, cf. Camargo (1983), Bezerra (1979) e Wilkie (1964).

[17] *Diário de Pernambuco*, 11 de junho de 1997.

[18] Cf. a esse respeito os dados contidos nos quadros apresentados por Fernandes (2000, p.270-2) e constituídos de uma base de dados da UNESP. Esses dados servem apenas como indicação e devem ser tomados com cuidado, pois as ocupações são efêmeras e o número de participantes é extremamente variável.

criar tanto animais quanto o desejassem e trabalhar para o patrão apenas quando necessitassem de dinheiro.[19] Ela pressupunha a presença do dono e não implicava a ideia da propriedade para o trabalhador. Explicar o ato de ocupar os engenhos como o produto de uma vontade prévia de ter a terra não se sustenta, portanto, à luz dos conhecimentos disponíveis.

O desemprego resultante da crise da agroindústria açucareira poderia ser uma explicação alternativa e atraente para dar conta das ocupações, e é dela que se valem sindicalistas e militantes para justificar o afluxo aos acampamentos. Uma vez perdido o emprego, os trabalhadores teriam atendido aos convites dos militantes e sindicalistas e ido para os acampamentos. O problema desse tipo de explicação é que sempre houve desemprego na entressafra da cana, no período de março a agosto, quando ocorre o que denominam de *tranca de inverno* (Sigaud, 1979, p.167-204). Certo é que com a crise ele se agravou e as ocupações tenderam a ocorrer exatamente ao término da moagem. Estar desempregado não parece, no entanto, ser condição suficiente para estar nos acampamentos. Havia milhares de trabalhadores sem emprego que preferiam continuar fazendo biscates a ir instalar-se sob a *lona preta*. Recusavam o convite para participar de acampamentos com o argumento de que não queriam a terra. Contava Cabeludo, o militante do MST, referindo-se às vicissitudes do recrutamento nas *pontas de rua*: "Uns recebem bem, outros recebem mal. Dizem que sem-terra é agitador, sem-terra não presta, que não vai morrer para conseguir um pedaço de terra".

Em Sauezinho, engenho da usina Santo André, havia trabalhadores que encaravam com ceticismo a perspectiva de reforma agrária no engenho. No acampamento do Brejo, um trabalhador contava que na sua tentativa de arrumar, a pedido do militante do MST, mais pessoas para participarem do acampamento, havia encontrado os que lhe disseram que não queriam ocupar terra dos outros. Em Serra d'Água, o coordenador do acampamento, Dinho, dizia que havia trabalhadores que tinham "medo do movimento [da reforma agrária] porque em outras áreas [as milícias] atiram, não é? Matam!" Por outro lado, havia trabalhadores com um contrato de trabalho em vigor que participaram do ato de ocupar e montaram suas barracas, tratando de conciliar a presença no acampamento com o trabalho formal para o patrão. Esse foi o caso dos trabalhadores de Pedra de Amolar, engenho da usina Cucaú, que formaram o núcleo da ocupação do engenho Mato Grosso em Rio Formoso, em 1999.

Os trabalhadores que se encontravam nos acampamentos entre 1997 e 2000 afirmavam que lá estavam para *pegar terra*. Tinham origens sociais

[19] Sobre a utopia do engenho liberto, cf. Sigaud (1979, p.205-22). O *sítio* nos engenhos era uma área de terra com árvores frutíferas. Era concedido pelo patrão aos moradores nos quais confiava e se caracterizava por ser uma área fixa, cf. Palmeira (1976). O *roçado* era uma área de terra, também cedida pelo patrão, na qual os moradores podiam cultivar lavouras de ciclo curto. Distinguia-se do sítio por ser uma área móvel.

e trajetórias distintas, como já foi assinalado. A análise de suas trajetórias revela uma diversidade de situações que precederam a entrada no acampamento. Assim, havia os que tinham perdido emprego; os que ficaram sem casa por ocasião de grande enchente ocorrida em Rio Formoso em 1997; os que queriam recomeçar a vida após uma crise familiar (separação, doença e morte); os que se sentiram atraídos pela presença de conhecidos e parentes no acampamento e pela proximidade deste do local de moradia; os que aceitaram o convite porque tinham relações estreitas com militantes e sindicalistas e neles confiavam. Os casos apresentados a seguir permitem perceber tal diversidade:

Amaro Santino encontrava-se no Brejo em setembro de 1997. Havia entrado no acampamento no dia 27 de maio, um mês e meio depois da ocupação. Tinha 48 anos, 18 filhos, dos quais 15 viviam com ele. Nascido em Sirinhaém, havia morado 29 anos em um engenho da Usina Trapiche. Desentendeu-se com o cabo do engenho e preferiu ir embora: entregou a *ficha* (demitiu-se) e foi para Tamandaré, onde residia um irmão. Ouviu falar do Brejo pelo rádio*:* "Eu digo: o engenho Brejo está com problema com o INCRA. Chamando bastante gente [a referência é a um programa de rádio mantido pelo MST]. Aí também houve este problema comigo lá [em Trapiche]. Aí eu digo: vou-me embora lá para o INCRA [acampamento do Brejo]".

Edmilson foi dos primeiros a entrar no Brejo. No mesmo dia da ocupação, estava indo para a feira quando encontrou Dedé, militante do MST, que conhecia de vista. Ele o chamou para o acampamento dizendo que era um *movimento certo* e pediu-lhe que arranjasse mais gente. Embora nunca tivesse participado de uma ocupação, a ideia não lhe era estranha. Ele trabalhava em Ilhetas, engenho da Central Barreiros que, como os demais, estava sem pagar salário. Assíduo às reuniões sindicais, já ouvira falar no sindicato de várias ocupações.

Nazareno, acampado no Brejo, morava em Tamandaré e vivia de vender frutas, peixe e caranguejo preparados por sua mulher.

> Aí fiquei aí, andando, aí sempre passando aqui [Brejo]. Aí vi esse negócio desse movimento. Aí quem me falou foi Zezinho. Zezinho é um militante, não é? É um coordenador. Aí eu fui gravando, gravando [o que ele dizia]. Aí um dia eu vim aqui. Aí falei, os meninos disseram [para ficar]... Aí eu fiz esse barraquinho aqui.[20]

Dalvino, originário do Agreste, acampou em Mamucaba, em 1999:

> Foi quando vim pr'aqui, atrás de serviço, novamente. Fiquei aqui, bati, bati, bati, não arranjei serviço nas empresas, nas usinas, aí vinha embora de novo pro sertão.

[20] Os depoimentos relativos ao Engenho Brejo foram coletados em setembro de 1997 pela autora.

Mas foi tempo que um cara, um colega meu aí disse: "vai pr'os sem-terra!" Aí eu vim pr'aqui [acampamento de Mamucaba].[21]

Traíra participou dos acampamentos de São Manuel em 1992, e desfeito esse acampamento foi para o de Cipó, onde se tornou parceleiro:

Eu estava em Tamandaré, e aí um rapaz disse assim: "Traíra, tu não queria pegar uma terra, tu não é doido pra pegar uma terra?" "Por que não, onde é?" Ele disse: "Ué, tem um rapaz pegando os nomes pra ir pra um engenho. Aí, eu não sei onde é, mas é pra pegar terra". Eu disse: "Bem, eu já vou agora". Aí parti, cheguei lá, o rapaz ia saindo, era um tal de Paulista, aí, eu não falei com ele já assim de saída. Ele foi e disse: "Mas você... quarta-feira você vem que nós vamos fazer outra reunião". Aí eu fui na quarta-feira. Eu não sabia o que era sem-terra, eu nunca tinha visto pra lá, aí ele disse: "Nós vamos pra lá, nós ocupamos o engenho. Depois é repartido o engenho pra aquele povo que ocupou". "Sim", eu disse, "tá certo".[22]

Gerôncio era parceleiro em Minguito, onde havia acampado em 1997:

Eu estava na cidade, foi antes de ir no sindicato, e o povo disse: "Gerôncio, vão abrir um acampamento aí. Tu não vai invadir terra, não?" Eu digo: "Rapaz, esse negócio de invadir terra, nunca invadi terra, mas eu vou assim mesmo". Foi o sindicato. Eu era do sindicato. Eu trabalho no campo, eu fazia parte do sindicato, que eu pagava sindicato. Então ele disse isso aí: "Tu não está parado, Gerôncio? Vai fazer o que agora? Tu não tem terra, não tem onde morar, porque tem um terreno aí que vai ser para o governo, vai ser para o INCRA, vai ser só para o INCRA. Por que tu não vai para essa choça? Vai ser páreo bom, que é dívida que a usina deve ao banco". Eu disse: "Sabe de uma coisa? Eu vou".[23]

Em meio a tamanha diversidade, compartilhavam, no entanto, uma crença: a de que uma vez *debaixo da lona preta* poderiam, a curto prazo, melhorar suas condições de vida: ter terra para plantar e criar animais e crédito do governo para construir uma casa e produzir e, sobretudo, poder estabelecer-se por conta própria sem depender de um patrão. Assim, Amaro Santino contava que "quis pegar um terreno [pedaço de terra] para trabalhar mais meus filhos para deixar de ser obrigado a estes patrões". Daniel Pedro, também acampado no Brejo, dizia:

Porque eu estou com 44 anos. É, 44 anos de sofrimento na empresa, entendeu? E não adquiri nada. Que eu trabalhei este tempo todinho para os outros e não adquiri

[21] Os depoimentos relativos ao Engenho Mamucaba foram coletados por David Fajolles em setembro de 1999.

[22] Depoimento coletado por Marie Gaille e Alexandra Barbosa da Silva em setembro de 1999.

[23] Depoimento coletado por Benoit de L'Estoile em setembro de 1999.

> nada. E eu trabalhando. Agora vou tentar. Porque eu trabalhando para mim não adquiri. Também não tenho nada contra a sorte. Porque perdido por perdido eu já estou, certo?... Acho que o melhor futuro meu é isso aí [o acampamento]. Também, que se eu perder, não estou perdendo nada... Vou jogar na vida, na sorte.

A crença de que um futuro melhor passava pela *lona preta* constitui-se assim em elemento decisivo para explicar e compreender a disposição dos trabalhadores de se instalarem nas terras dos patrões. É possível supor que tal crença se tenha constituído progressivamente, a partir de Camaçari. Alguns dos que participaram daquela ocupação contam que, no início, poucos iam às reuniões preparatórias. Desconfiavam do que lhes era dito e temiam o que pudesse vir a lhes acontecer. Com o passar do tempo, o grupo foi aumentando. A presença dos sindicalistas de Rio Formoso naquelas reuniões certamente avalizou o que estava por vir e contribuiu para que as resistências fossem sendo quebradas. Quando, a partir de 1993, o INCRA começou a desapropriar terras ocupadas, a crença ganhou em força e solidez e as pessoas passaram a ter menos medo e menos dúvidas a respeito da pertinência de entrar nas terras dos patrões.

O que é novo nesse momento é a crença de que *debaixo da lona preta* poderiam almejar a um futuro melhor. A ida para o Sul do país ou para o Recife, a capital do estado, a mudança de emprego e de patrão, a assinatura da carteira de trabalho figuravam no repertório dos possíveis para "melhorar de vida".[24] Na década de 1990, a *lona preta* passa a fazer parte desse repertório. Tratava-se de alternativa nova, mas, nem por isso, deixava de ser uma alternativa como qualquer outra. Interpretando-a dessa forma, pode-se explicar melhor fatos que permaneceriam obscuros se víssemos a ida para os acampamentos como o produto de uma conversão à "luta pela terra", tal como sugerem análises encantadas sobre movimentos sociais. Um desses fatos é a saída dos acampamentos. Quando um indivíduo vai para uma ocupação ele crê e aposta nas possibilidades da *lona preta*. Os despejos, os ataques das milícias privadas, a morosidade do processo de desapropriação do engenho ("essa terra não vai sair", costumam dizer) contribuem para produzir em muitos o desânimo, abalam a crença e a convicção de que estão fazendo uma boa aposta. Se, nessas circunstâncias, surgir outra possibilidade que o trabalhador considere mais atraente, ele não hesitará em ir embora. A partida não significa que tenha perdido a crença. Encontramos trabalhadores que regressavam ao mesmo acampamento, passado algum tempo, ou entravam em outro em algum momento.

A crença nas possibilidades abertas pela *lona preta* não é uma crença generalizada na Mata Pernambucana. Há os que não creem, como já foi

[24] Para uma análise do significado da ida para o Sul no mundo dos engenhos, cf. Garcia Jr. (1990).

assinalado. O fato de não crer hoje não implica um não crer amanhã. Desde 1997, estive com trabalhadores que não queriam nem ouvir falar em *pegar terra* e depois encontrei-os em um acampamento. Por outro lado, a crença não produz efeitos automáticos. Muitas vezes as pessoas creem, mas preferem aguardar melhor oportunidade. Edmilson, por exemplo, chegara a pensar em entrar em Mascatinho, mas voltou no meio do caminho. Decidiu-se na vez do Brejo, cujas terras conhecia e lhe agradavam. Do ponto de vista sociológico, o que importa é que a crença tenha passado a figurar no horizonte dos possíveis.

A implantação da *forma acampamento* na Mata Pernambucana não resultou de uma única causa, fosse ela econômica, política ou cultural, quaisquer que sejam os significados que se atribuam a esses termos. Foi sim o produto de uma mudança na figuração social.[25] Uma conjugação de condições sociais favoreceu essa mudança: a crise entre os patrões, a atuação do MST, a inflexão dos sindicalistas e a gênese de uma nova crença. Para identificá-las foi necessário estranhar a existência dos acampamentos, formular a pergunta "como tornaram-se possíveis?" e buscar respondê-la à luz da história das relações sociais e da análise dos modos de representação no mundo dos engenhos.

## UM ATO FUNDADOR E LEGITIMADOR

A entrada nos engenhos e a instalação dos acampamentos não ocorreram em um quadro preexistente de conflitos por terra. O exame da conjuntura nos engenhos no período que antecedeu as ocupações revela a inexistência de sinais de descontinuidades notáveis nas relações sociais. Havia interrupção de pagamento, como em Amaragi, Sauezinho, Saué Grande e Coqueiro, morte do dono, como em Cipó, entrega dos engenhos ao Banco do Brasil para fins de pagamento de dívidas pela Usina Central Barreiros, como nos casos de Brejo, Serra d'Água, Minguito, Mascatinho e Jundiá de Cima. Todas essas situações poderiam ter sido enfrentadas de forma costumeira, como por meio de processos na Justiça do Trabalho, ou espera da chegada de novos donos, e não necessariamente evoluiriam para a desapropriação das terras.[26] Foram os movimentos que, ao promoverem a entrada nos engenhos e os acampamentos, produziram uma inflexão no

[25] "Figuração", em Norbert Elias, é um conceito relacional que descreve as relações de interdependência que vinculam os indivíduos e o equilíbrio das tensões entre eles (1986, p.154-61).

[26] Desde que os direitos trabalhistas foram outorgados aos trabalhadores do campo, em 1963, os trabalhadores dos engenhos passaram a ajuizar ações na Justiça do Trabalho contra os patrões. Após o golpe militar, a prática foi privilegiada pelos sindicalistas e se tornou a forma por excelência de resolução de conflitos com os patrões, cf. Sigaud (1999). A mudança de dono, por outro lado, era um fato corriqueiro na Mata Pernambucana.

rumo dos acontecimentos: criaram um conflito de terra ali onde ele não existia e solicitaram ao INCRA a desapropriação. Não cabe aqui especular por que ocuparam aqueles engenhos, uma vez que se sabe que o objetivo dos movimentos naquele momento era promover ocupações e que aqueles engenhos, salvo Serra d'Água e Minguito, poderiam se enquadrar nos novos critérios do INCRA.[27] Trata-se tão somente de destacar que foi por meio da *forma acampamento* que problemas passíveis de uma solução costumeira foram transformados em um conflito por terra.

O INCRA, por sua vez, aceitou a legitimidade dos procedimentos: reconheceu os *movimentos* como representantes autorizados a solicitar desapropriações, acatando suas demandas, e os participantes das ocupações como pretendentes legítimos à terra, dando-lhes uma parcela. Conferiu também tanto aos movimentos quanto aos participantes dos acampamentos uma existência oficial em seus registros. Assim, nas tabelas referentes às ocupações, nomeadas como áreas de conflitos – estes que, como se viu, foram criados pelos movimentos –, figuram, ao lado das colunas com informações relativas à localização do conflito, ao tamanho da propriedade, ao número de famílias residentes, uma coluna com o número de famílias acampadas e outra com o nome do *movimento* que esteve na origem da ocupação. Nos formulários destinados a cadastrar os futuros *parceleiros*, figura o *acampado*, categoria sem amparo legal, ao lado de outras reconhecidas pelo direito como trabalhador rural e posseiro.

Como mais de 90% das desapropriações feitas pelo INCRA em Pernambuco contemplam as ditas áreas de conflito, ocupar engenhos e neles montar acampamentos, ou dito de outra forma, valer-se da *forma acampamento*, tornou-se um recurso incontornável. Esse é o ato que cria o conflito por terra e desencadeia o processo que poderá desembocar na desapropriação.[28] O caso do Engenho Tentúgal, de propriedade da Usina Central Barreiros, no município de São José da Coroa Grande (extremo sul do litoral) constitui, nesse sentido, um caso exemplar. Com a crise da usina, em situação de falência, os trabalhadores que residiam e trabalhavam no engenho viram na *lona preta* uma solução para seus problemas. Sabiam que sem um movimento à frente do processo não conseguiriam coisa alguma. Procuraram então os sindicalistas do município e pediram que organizassem um

[27] Serra d'Água e Minguito eram produtivos, segundo os critérios do INCRA, e estavam arrendados. Foram desapropriados porque a Usina Central Barreiros, a proprietária, os havia entregue ao Banco do Brasil.

[28] Após o pedido de desapropriação, o INCRA envia uma equipe de técnicos ao engenho para proceder à vistoria. Se constatada a improdutividade das terras, dará andamento ao processo. A documentação é enviada para Brasília, ao INCRA nacional, que a submete ao presidente da República. Cabe a ele assinar então o decreto estabelecendo que o referido engenho não cumpre sua função social. Segue-se a desapropriação, na qual o proprietário recebe pela terra uma indenização em títulos da dívida agrária (TDA) e pelas benfeitorias, uma indenização em dinheiro.

acampamento no engenho. Tal foi feito, mas por falta de acompanhamento dos sindicalistas (conforme versão dos trabalhadores daquele engenho), o acampamento se desfez. Quando souberam que havia militantes do MST na área, apelaram a eles para que fizessem novo acampamento e solicitassem a desapropriação. O acampamento foi remontado em 1999. Não houve a entrada nas terras, uma vez que os acampados já residiam no engenho. Houve, no entanto, a montagem do acampamento, com a bandeira do MST e as lonas pretas, símbolos que indicam que ali há uma questão de terra. Os donos pediram reintegração de posse e houve despejo não dos participantes, pois tal não cabia, mas destruição das barracas e confisco da bandeira. O acampamento foi remontado várias vezes. Em 2002 o INCRA desapropriou Tentúgal. Esse caso, um dos que não se ajustam à norma seguida na maioria das ocupações,[29] tem a virtude de mostrar o quanto o recurso à *forma acampamento* havia já adquirido um caráter imperioso: não bastava encaminhar um pedido de desapropriação, era preciso fazê-lo de modo apropriado. A forma é o modo.

As ocupações de terras com montagem de acampamentos constituem uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações por meio de atos e um ato fundador de pretensões à legitimidade. Ao promover uma ocupação e um acampamento, o movimento diz ao INCRA que deseja a desapropriação das terras, ao proprietário, que quer suas terras, e aos outros movimentos, que aquela ocupação tem um dono. Essa linguagem é bem compreendida por todos: o INCRA entende que há um pedido de desapropriação e desencadeia o processo, o proprietário percebe que pode vir a ficar sem suas terras e age na defesa de seus interesses solicitando a reintegração de posse, e os outros movimentos respeitam a bandeira do concorrente que a hasteou e não ocupam aquela terra.

Com o ato de ocupar, os *movimentos* legitimam suas pretensões à desapropriação e ao reconhecimento de que aquela ocupação é sua. Ao montar sua barraca, o trabalhador diz que quer a terra. Essa afirmação se dirige ao INCRA, que no momento de selecionar os futuros *parceleiros* contabilizará os que se encontram *debaixo da lona preta*; ao *movimento* que o incluirá em suas listas a serem apresentadas ao INCRA; e aos demais que se encontram no acampamento que irão reconhecê-lo como alguém que quer a terra. A barraca legitima a pretensão a *pegar terra*; é a prova material do interesse em ser contemplado no momento da redistribuição das terras. O estar *debaixo da lona preta* é representado como um sofrimento que torna aqueles que a tal se submetem merecedores da recompensa terra. Quando a ocupação se prolongava por muito tempo, como no caso de Mamucaba, solicitando a

[29] A maioria dos acampamentos da Mata Pernambucana foi constituída pelo grupo que ocupou o engenho. Há casos, no entanto, de acampamentos montados por moradores para reivindicar a desapropriação. Foi o que ocorreu em Amaragi, Sauezinho, Saué Grande e Coqueiro.

reintegração de posse, chegava a estruturar-se uma hierarquia de legitimidade, segundo critérios como o tempo de permanência no acampamento, a participação nas atividades, a presença constante, a coragem demonstrada nos momentos de despejo ou de enfrentamento com as milícias privadas enviadas pelos proprietários para atacar os acampamentos.[30] Tal hierarquia não produzia efeitos para as seleções do INCRA. Servia, no entanto, para classificar os indivíduos entre os mais e os menos merecedores.

As desapropriações ocorridas na Mata Pernambucana têm sido, portanto, o resultado de um processo desencadeado pelas ocupações e acampamentos, que caracterizaram uma situação de conflito por terra que foi assim reconhecida pelo INCRA. Graças à legitimidade conferida por essa instituição, a *forma acampamento* tornou-se a maneira apropriada de fazer demandas. A sanção do Estado contribuiu assim para que ocupar terras e instalar-se em barracas viessem a se constituir em atos destinados a legitimar pretensões dos movimentos e dos indivíduos. Para aqueles que tinham interesse em fazer viver um movimento ou em pegar terra, abateu-se assim a coerção de passar pela forma.

## DEPENDÊNCIA RECÍPROCA E RELAÇÕES DE CONCORRÊNCIA

Em suas manifestações nos espaços públicos, as autoridades governamentais, sobretudo do Ministério da Reforma Agrária e do INCRA, e os representantes dos movimentos tendem a entreter uma retórica belicosa, como se suas relações fossem de enfrentamento permanente. Assim, nos últimos 15 anos, a mídia vem divulgando, com bastante frequência, declarações de autoridades que afirmam que a reforma agrária será feita nos termos da lei e que não serão aceitas violações da ordem constitucional, essencialmente as invasões de propriedades privadas.[31] Da parte dos movimentos são habituais as acusações de que o governo não faz a reforma agrária e as ameaças de novas ondas de ocupações de terra. O tom das hostilidades foi elevado durante os oito anos do governo Cardoso. Amenizou-se bastante durante o governo Lula. Ora, essa retórica, ainda que remeta a tensões entre as partes, oculta as relações de estreita cooperação e dependência entre Estado e movimentos.

Até o presente momento, o Estado brasileiro não colocou em marcha uma política, nem tópica, nem massiva, de desapropriação de terras im-

---

[30] Essa hierarquia de legitimidades foi identificada por Fajolles (2000) no acampamento de Mamucaba. Cf. também Sigaud et al. (2006).

[31] Bom exemplo foi o episódio da Marcha Nacional dos Sem-Terra; cf. a respeito as transcrições de matérias publicadas pela imprensa, apresentadas por Chaves (2000, p.265-341).

produtivas, que a Constituição e a regulamentação de 1993 autorizariam a implementar. Na ausência de uma política própria para proceder às desapropriações, tem dependido dos movimentos que lhe indicam, por meio das ocupações e acampamentos, as fazendas a serem objeto de sua intervenção. Nesse sentido, pode-se afirmar que os movimentos têm fornecido as diretrizes para a política do Estado brasileiro em relação à questão fundiária: as fazendas desapropriadas são aquelas que foram ocupadas. Basta cotejar as listas de desapropriações feitas nos últimos três governos (Franco, Cardoso e Lula), fornecidas pelo INCRA, com as das ocupações e acampamentos fornecidas pelos movimentos para constatar a relação estreita entre desapropriações e ocupações. Os funcionários do Estado justificam as desapropriações alegando tratar-se de áreas de conflito. Trata-se, seguramente, de uma linguagem que sobreviveu de um tempo no qual eram efetivamente desapropriadas áreas onde havia um conflito preexistente, como tendeu a ocorrer na Amazônia, onde foram registrados nas décadas de 1970 e 1980 enfrentamentos sangrentos entre posseiros e grileiros. Ora, como já vimos, quem cria o conflito são os movimentos, e a ocupação e o acampamento lhe dão visibilidade. A linguagem das áreas de conflito tem efeitos eufemizadores que ocultam o caráter arbitrário do que está em jogo.

O Estado depende ainda dos movimentos para selecionar os destinatários da redistribuição das terras desapropriadas. Eles são escolhidos entre os que participam das ocupações e foram reunidos pelos movimentos. Assim, em Pernambuco, ao contrário do senso comum, não havia uma massa de destituídos ansiando pelo acesso à terra. Os movimentos criaram a demanda por terra ao convidarem os trabalhadores para ocupar as fazendas. Foram eles que lhes abriram a possibilidade de ter acesso a uma terra com a qual nunca haviam sonhado, como foi possível constatar em larga escala na pesquisa feita entre os assentados após a desapropriação nos engenhos da Mata Pernambucana.[32] Ao aceitarem o convite e se instalarem nos acampamentos, os indivíduos se tornam sem-terra porque passaram a reivindicar a terra para si. Começam então a se identificar dessa forma, que é a modalidade apropriada de se representar no espaço dos acampamentos e passam também a ser vistos pelos demais, do campo e da cidade, como sem-terra. Não se costuma considerar sem-terra o trabalhador que vive nas pontas de rua, sobrevivendo de trabalhos eventuais e de biscates, ou os trabalhadores contratados nos engenhos: eles não estão envolvidos em ocupações e acampamentos, condição indispensável para serem identificados dessa forma. Os movimentos criam, portanto, não apenas a demanda como as condições de possibilidade de se tornar um sem-terra e de vir a ser contemplado pela reforma agrária.

[32] Essa constatação vem de pesquisas realizadas nos assentamentos de Rio Formoso de Tamandaré desde 2002.

De sua parte, os movimentos dependem fortemente do Estado para levar adiante seu programa de ocupações de terras. Os benefícios a serem obtidos do Estado constituem um poderoso argumento para chamar as pessoas às ocupações. Em seus relatos a respeito do convite de que foram alvo, os trabalhadores referiam-se com frequência ao fato de que lhes havia sido dito que o INCRA estava dando terras; que as terras para onde iriam eram improdutivas e, portanto, seriam desapropriadas; que se fossem para o acampamento receberiam cestas básicas dadas por esse organismo,[33] que quando houvesse a desapropriação teriam acesso a créditos para fazer uma casa, viver algum tempo até poderem começar a produzir e ainda recursos para tocar a produção. Cada desapropriação de um engenho ocupado e cada liberação de créditos para áreas de assentamentos confirmam a justeza do que é anunciado e favorecem a aceitação de novos convites para futuras ocupações. Assim, a dinâmica das ocupações é tributária da política de Estado. Sem ela, os movimentos não teriam esperanças fundadas a oferecer a seu público-alvo e encontrariam dificuldades para reunir pessoas para as ocupações. Não teriam também se fortalecido, nem se multiplicado, como ocorreu na Mata Pernambucana, onde são contabilizados nove movimentos de luta pela terra (Rosa, 2004, p.172-3).

O INCRA e cada movimento estão assim vinculados por relações de dependência recíproca e de cooperação tácita. Como essas relações se inscrevem em uma figuração, nos termos de Norbert Elias, na qual figuram indivíduos vinculados a outros poderes da República, como o Judiciário, a outros movimentos e também a outros atores, como os proprietários, as relações tendem a ser complexas e tensas. Assim, a maioria das desapropriações na Mata Pernambucana foi feita após intensificação da pressão dos movimentos sobre o INCRA, como as de Sauezinho, Saué Grande, Coqueiro, Cocal e Cocalzinho (engenhos da Usina Santo André localizados em Tamandaré), que só se efetivaram, em fins de 1999, após um acampamento de mais de 45 dias na calçada defronte à sede do INCRA, no Recife, envolvendo cerca de cem trabalhadores daqueles engenhos. Contra essas desapropriações se interpunham os donos de Santo André, com o apoio de políticos de peso no cenário nacional. Em geral, o que aparece, porque ser objeto de atenção da mídia, é a tensão. Procurou-se aqui colocar em relevo a dimensão oculta da dependência e da cooperação que tem contribuído fortemente para entreter a engrenagem da *forma acampamento*.

Por último, caberia destacar que a generalização da *forma acampamento* tem sido tributária também das relações de dependência que vinculam cada movimento com aqueles que mobilizou e conduziu com sucesso à obtenção da terra e das relações de concorrência entre os movimentos. Os

[33] A possibilidade de ter acesso a cestas básicas constituía um atrativo importante para os trabalhadores que iam aos acampamentos, mesmo que sua distribuição fosse intermitente.

indivíduos que obtiveram a terra e o acesso aos créditos, por intermédio de ocupações, sentem-se devedores ao movimento que tornou isso possível. A dívida implica obrigações como lealdade e cooperação e é descrita como um compromisso. Os movimentos contam, portanto, com os antigos acampados hoje detentores de parcela quando há marchas e manifestações a promover e, sobretudo, quando se trata de fazer novas ocupações. Eles vão para fazer número, ensinar a técnica de ocupar, animar os neófitos e com seu exemplo mostrar que a esperança na lona preta é fundada. Em todas as ocupações havia um núcleo constituído por assentados.[34] O capital simbólico (prestígio) e o poder relativo (posição na correlação de forças) dos movimentos são constituídos por aquilo que é reconhecido como seus feitos e suas vitórias: as ocupações e as desapropriações. Os movimentos competem para acumular cada vez mais capitais, o que se constitui em elemento decisivo para entender a espiral de ocupações.[35]

## CONCLUSÃO

As ocupações de terra no Brasil são reconhecidas como um fato notável e espetacular dentro e fora das fronteiras nacionais. São frequentemente cantadas como se fossem a expressão de uma "luta por terra", um sinal de uma nova rebelião dos oprimidos e naturalizadas como se fizessem parte da ordem natural de um mundo globalizado e dominado pelo neoliberalismo. O que se buscou aqui foi explicar e compreender como se tornaram possíveis em Pernambuco, sem cair nas armadilhas do despertar da consciência da massa dos sem-terra e dos efeitos inexoráveis da história. Para tanto, foram feitas determinadas opções metodológicas. Partiu-se da etnografia do acampamento e da comparação entre eles, o que permitiu identificar a existência de uma forma. Em seguida, problematizaram-se as condições de possibilidade de implantação de tal forma. Para tanto, tratou-se de inscrever os acampamentos na história das relações sociais onde ocorriam e, sobretudo, procurou-se compreender a motivação dos que lá se encontravam. Porque chamou a atenção que a reivindicação pela terra tivesse de passar por toda uma *performance* de barracas de lona preta e bandeiras hasteadas em mastros, perguntou-se sobre o que estava em jogo na montagem do acampamento para os movimentos e para os indivíduos: tratava-se de atos que tornavam legítimas as pretensões. Finalmente, procurou-se explicar a dinâmica das ocupações. Os elementos de resposta foram encontrados em

[34] Esse tipo de lealdade foi encontrada também nos acampamentos estudados por Macedo (2003) no estado de Rio de Janeiro, por Loera (2006) em São Paulo, e por Brenneisen (2003) no Paraná.

[35] Smircic (2000), Sigaud (2000), Sigaud et al. (2006), Rosa (2004).

relações de dependência recíproca e concorrência que envolvem o Estado, os movimentos e os indivíduos.

As ocupações em Pernambuco não foram um efeito de uma "luta por terra". A demanda por terra não era preexistente: foi produzida pelos movimentos e alimentada pelas práticas do Estado. Mas desde que tenha havido indivíduos dispostos a atender aos convites dos movimentos e a crer nas possibilidades do estar debaixo da lona preta, eles participaram de ações que produziram o efeito da fazer existir uma "luta pela terra". Vários são os efeitos dessa "luta". Entre eles, destaca-se a condição de possibilidade da política de desapropriação do Estado brasileiro nos últimos 20 anos, a criação e o fortalecimento de movimentos e, sobretudo, o fato de que, graças a ela, centenas de milhares de indivíduos obtiveram a atenção do Estado brasileiro, beneficiando-se do acesso à terra e políticas de crédito. Não fosse essa "luta", muitos permaneceriam ignorados, como boa parte da população, ou apenas alvo de programas pontuais e emergenciais. Certo que a base da análise é o caso de Pernambuco; mas um caso bem estudado ilumina o estudo de outros, fornece pistas para novas pesquisas e um modelo de análise.

# 8
# De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará

Gabriel Ondetti
Emmanuel Wambergue
José Batista Gonçalves Afonso

À medida que se expandia pelo vasto território brasileiro, o MST encontrou-se com muitos grupos locais já envolvidos em lutas pela terra. Um dos desafios com os quais os militantes do MST se depararam foi como transformar esses grupos em aliados ao tempo em que consolidavam a própria organização e suas formas de luta. Isso não era necessariamente uma tarefa simples. Ativistas locais muitas vezes viam o MST, com suas raízes no Sul do Brasil, como um concorrente externo competindo por influência política e pela adesão dos trabalhadores rurais. O MST também trouxe a própria metodologia, fundamentada em uma rígida organização, forte disciplina e grandes mobilizações de protesto. Essa abordagem muitas vezes diferia das tradições regionais de luta pela terra, e, por vezes, era vista como inadequada às condições locais.

Em nenhum outro local o movimento pré-existente pela terra foi mais intenso do que na região da fronteira amazônica, onde posseiros vinham, durante anos, se envolvendo em batalhas de vida ou morte pelo acesso à terra contra abastados proprietários rurais e grileiros. Essa luta foi particularmente intensa no estado do Pará, no qual a rápida abertura de áreas antes inacessíveis nas décadas de 1960 e 1970 levou a um processo caótico de assentamentos marcados pela violência. Os posseiros tinham sua própria metodologia e uma rede de apoio ancorada em sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e na Igreja Católica. Devido à forte tradição dos posseiros e as dificuldades iniciais do MST no estado, a própria liderança nacional do Movimento fico na duvida, durante a maior parte da década de 1990, em quanto à possibilidade de implantar a sua organização no Pará.

Até meados da década de 2000, 20 anos após as tentativas iniciais do MST em estabelecer uma presença no estado do Pará, as conquistas do Movi-

mento continuam relativamente modestas se mensuradas com os indicadores quantitativos mais simples. Desde que começou a organizar ocupações de terras no estado, no final da década de 1980, o MST respondeu por menos de 15% de todas as ações realizadas no Pará.[1] Os assentamentos da reforma agrária vinculados ao MST representam uma proporção ainda menor do total. Essas conquistas são eclipsadas em ampla medida pelas realizações dos STRs associados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) do Pará, uma das associações mais combativas do sindicalismo rural do Brasil.

Neste capítulo, contaremos a história do desenvolvimento do MST no Pará e avaliaremos seu impacto geral sobre a luta pela terra nesse imenso estado, onde foram assentados mais de um quinto de todos os beneficiários da reforma agrária no Brasil. Argumentaremos que o progresso relativamente modesto realizado pelo MST em termos de organização de ocupações de terras e conquista de novos assentamentos não é um indicador preciso da verdadeira influência da organização no Pará, já que algumas importantes contribuições do Movimento não se refletem nesses números. Quando se consideram os impactos menos evidentes do MST, fica claro que o Movimento na verdade exerceu um papel poderoso, e até mesmo transformador, na luta pela terra. De modo mais específico, salientaremos a importância de duas contribuições.

Uma delas envolve uma mudança no que Charles Tilly (1986) chamou de "repertório de ações coletivas": o conjunto de formas organizacionais de táticas de protesto culturalmente disponíveis a ativistas em certo local num determinado momento. O MST ajudou a difundir um novo repertório, envolvendo táticas mais organizadas e visíveis visando a pressionar as autoridades ao chamar a atenção da opinião pública e da mídia. O repertório associado à luta dos posseiros, com base em uma organização mais frouxa, grupos menores e no desgaste da resistência dos proprietários rurais por meio de persistência e força bruta, ainda é muito utilizado. No entanto, ativistas da reforma agrária, incluindo muitos líderes de sindicatos rurais, absorveram aos poucos alguns dos principais métodos utilizados pelo MST, transformando a luta pela terra em algo mais semelhante a um movimento social moderno.

A segunda e mais importante forma pela qual o MST tem influenciado a luta pela terra no Pará seu deu através da pressão feita sobre o governo federal, incentivando uma intervenção mais forte do Estado na reestruturação

[1] Os dados sobre as ocupações de terra mencionados neste capítulo são da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que publica um relatório anual sobre o conflito social e violações dos direitos humanos desde 1986. Acreditamos que, no caso do Pará, os dados da CPT sobre dimensionam de certa forma a porcentagem da participação do MST sobre ocupações de terras. De qualquer maneira, consideramos que os dados da CPT são os mais abrangentes disponíveis.

fundiária daquela região do país. Ao promover um maior confronto com a estrutura de poder local, o MST forçou às autoridades federais a acelerar a distribuição de terras no sul do Pará, de modo a evitar custos políticos mais altos. Esse confronto foi cristalizado no brutal massacre policial de manifestantes sem terra em Eldorado do Carajás, em abril 1996, que atraiu atenção nacional e internacional e envergonhou profundamente o governo de Fernando Henrique Cardoso. Com o aumento dos recursos disponíveis para a reforma agrária, cresceu rapidamente o número de famílias sem terra assentadas no estado. Tudo isso melhorou a perspectiva de obter acceso à terra, e contribuiu a revitalização dos protestos populares, impulsados por diversos grupos populares envolvidos na luta por terra.

Este capítulo está organizado em três principais seções. A primeira prepara o terreno para a nossa análise do MST no Pará, discutindo as origens e o caráter da luta dos posseiros. Salientaremos, em particular, o papel do regime militar brasileiro nas políticas de "desenvolvimento" da Amazônia e a influência de setores progressistas da Igreja em quanto a luta pela terra. Na segunda seção, apresentaremos um relato da trajetória do MST no estado. Dentre os temas que enfatizaremos estão as mudanças nas relações entre essa organização e a luta dos posseiros, além da poderosa influência reciproca entre a luta do MST no Pará e o contexto político da reforma agrária em nível nacional. Por fim, avaliaremos o impacto geral do MST sobre a luta pela terra no estado, elaborando os argumentos esboçados.

## A LUTA DOS POSSEIROS

Quando os militares assumiram o poder no Brasil, em 1964, a maior parte da região amazônica não passava de um fim de mundo esquecido. No entanto, as políticas implementadas pela ditadura no final da década de 1960 e durante a década de 1970 aceleraram muito o ritmo da mudança, transformando tanto as características ambientais quanto os aspectos humanos da região. Em nenhum outro estado as mudanças foram mais rápidas e chocantes do que no Pará, na fronteira leste da Amazônia. Uma das consequências mais notáveis e trágicas dessa transformação foi a intensificação dos conflitos sociais pela terra. O enorme influxo de pessoas ricas e pobres em busca de terras no estado levou a inúmeros conflitos - muitos deles violentos. Na década de 1980, com apoio de ativistas católicos, os pobres passaram a assumir uma postura cada vez mais combativa na busca do acesso à terra. Importantes vitórias foram obtidas, porém à custa de muitas vidas.

O *boom* da borracha no final do século XIX e no início do século XX incluiu a Amazônia nas economias nacional e internacional e atraiu muitos imigrantes para a região. Com o fim desse período, contudo, a região perdeu população e entrou em um momento de relativa estagnação. Em

1964, quando os militares assumiram o poder do Brasil, poucas estradas penetravam nos trechos aparentemente intermináveis de floresta e do cerrado, e grande parte da população da região, incluindo a maioria dos grupos indígenas restantes no Brasil, sobrevivia de uma mistura de agricultura de subsistência e pequenas atividades de extração. Uma das prioridades do governo militar era acelerar a colonização e o desenvolvimento econômico da porção brasileira da bacia do Rio Amazonas. O governo buscava não somente explorar os recursos de energia, os minérios e a terra, mas também consolidar o território nacional na região. A formação de um grupo guerrilheiro comunista no sudeste do Pará, no início da década de 1970, intensificou a preocupação dos militares relativos à segurança da Amazônia. Apesar de ter sido facilmente extinto, a atuação da guerrilha trouxe a presença do Estado em uma região que logo se transformaria em uma área de interes estratégico para os planos econômicos do governo federal (Wambergue, 1999).

Uma série de iniciativas foi elaborada para atingir esses planos. No que se refere às lutas pela terra, três delas foram mais importantes. Uma dessas iniciativas consistiu na concessão de generosos incentivos fiscais a pessoas físicas e jurídicas dispostas a investir na criação de gado na Amazônia. A pecuária já havia começado a se expandir na região desde antes de 1964, mas os subsídios do governo militar e as iniciativas de construção de estradas aceleraram essa tendência. Em 1980, mais de um bilhão de dólares haviam sido distribuídos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).[2] Muitas fazendas de gado eram enormes, com mais de 20.000 hectares, e alguns proprietários rurais apossaram-se de mais terra do que realmente tinham direito legal. A escala dos projetos financiados pelo SUDAM não teve correspondência em termos de produtividade. Um estudo conduzido em 1985 revelou que, em média, eles atingiram apenas 16% da produção esperada (Costa, 1998, p.62). Para piorar a situação, as fazendas de gado geravam poucos empregos e aceleravam o processo de desflorestamento.

Outra iniciativa política visava a beneficiar a população mais pobre. Desde o início da década de 1960, quando os protestos pela reforma agrária se tornaram mais intensos na região do Nordeste, autoridades militares preocupavam-se com as implicações da alta concentração fundiária do país para a “segurança nacional” (Cehelsky, 1979). Por esse motivo, em 1970, o general Emílio Médici, presidente do Brasil, anunciou um programa cujo objetivo era assentar famílias sem terra na Amazônia, provindas de outras regiões mais densamente povoadas. “Dar terra sem homens para homens sem terra”, foi o *slogan* da ditadura para esse cometido. A maioria desses imigrantes seria assentada ao longo de uma estrada planejada da Rodovia

[2] Schmink e Wood, 1992, p.60.

Transamazônica, uma estrada planejada para ter 5.000 km de extensão, cortando a Amazônia de leste a oeste.

O projeto de colonização do regime militar começou de forma lenta, e nunca atingiu suas metas.[3] Pressões do setor privado ajudaram a forçar as autoridades a reduzir a prioridade da colonização depois de 1973. No entanto, as promessas de distribuição fundiária resultaram em um grande influxo de trabalhadores rurais pobres à Amazônia em busca de terra. Incapazes de obter a terra por meio de projetos oficiais, muitas famílias ocuparam o que consideravam serem áreas públicas, ajudando a plantar as sementes de futuros conflitos. Juntos, a expansão da criação de gado na região e o fracasso da colonização agricola facilitaram a concentração de terras na região. Em 1992, a estrutura fundiária do Pará era a segunda mais desigual de todos os estados do país, precedida só pelo estado de Amazonas (Hoffman, 1998).

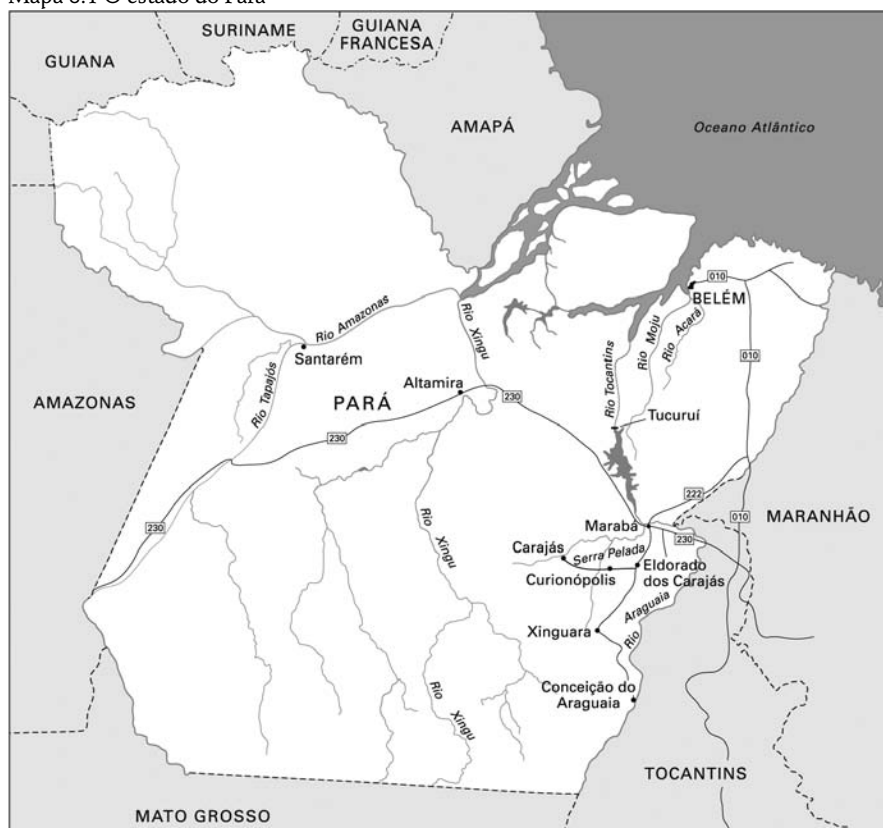
A terceira iniciativa consistiu em parte integrante das duas já mencionadas: a intensificação da construção de estradas. Tradicionalmente, o principal meio de transporte na Amazônia eram seus muitos rios. Os planos para o desenvolvimento da região, contudo, não poderiam ter sucesso sem um melhor sistema de rodovias. A Transamazônica foi o projeto mais ambicioso, mas muitas novas estradas foram construídas durante a década de 1970 e início da década de 1980, ao longo das fronteiras leste e sul da região. As estradas abriram acesso a áreas que poderiam ser dedicadas a atividades agropecuárias, extração de madeira ou mineração. Isso incentivou uma crescente corrida pela terra. Areas próximas às novas estradas eram reivindicadas muitas vezes antes mesmo de as equipes de construção começarem a trabalhar.

Durante os primeiros anos da ditadura, o Pará foi o estado mais afetado por essas mudanças. A construção da rodovia Belém-Brasília, concluída em 1960, já ligava o estado à metade sul do país. Percorrendo a fronteira leste do estado, a estrada facilitou a entrada de pessoas interessadas em beneficiar-se de seus recursos. Muitas acabaram no sul do Pará, que, a diferência da região próxima à capital do estado, Belém, ainda era pouco populada. A rodovia Transamazônica cruzava o estado, ampliando o acesso ao sul do Pará a partir do Nordeste. Uma série de projetos federais de colonização se localizava nessa região. Além disso, um terço de todos os subsídios da SUDAM para a agricultura e a agroindústria foram alocados a projetos localizados no Pará (Costa, 1998, p.50).

Outras mudanças impulsionadas durante o período militar atraíram numerosas pessoas para o sul do Pará, de modo especial na área ao redor de Marabá, localizada a meio caminho entre Belém e a fronteira sul do estado. No final da década de 1970, o governo deu início a um enorme projeto de

[3] Branford e Glock (1985), Ozório de Almeida (1992).

mineração na região de Carajás, a sudoeste de Marabá. Centrado no que viria a se tornar uma das maiores minas de ferro do mundo, o projeto prometia a criação de muitos empregos. Mais ou menos na mesma época, a cerca de 200 quilômetros ao norte, teve início a construção de uma imensa hidrelétrica, a usina de Tucuruí, que também prometia gerar empregos. Por fim, em 1980, uma enorme mina de ouro foi descoberta na Serra Pelada, entre Carajás e Marabá. A meados da década de 1980 a mina chegou a contar com uns 100 mil garimpeiros. As aparentes oportunidades oferecidas por essas iniciativas funcionaram como um ímã, atraindo pessoas para a região a uma velocidade impressionante. A expansão da malha rodoviária facilitou o acesso, e centros populacionais surgiram em áreas antes despovoadas. Na década de 1970, a cidade de Marabá, a mais populosa do sudeste do Pará, cresceu em 144%.[4]

Mapa 8.1 O estado do Pará

4 Schmink e Wood (1992, p.157).

Os conflitos pela terra na Amazônia também se intensificaram no decorrer dessa década. O rápido aumento da população estimulou a concorrência pelo controle de terras públicas, situação que o governo foi incapaz de arbitrar com eficácia. Nos primeiros anos, a maior parte dos conflitos surgiu com as tentativas de expulsar os posseiros pobres de áreas reivindicadas por grileiros ou proprietários rurais mais abastados. Os grandes proprietários normalmente vinham de regiões mais desenvolvidas do Brasil, e alguns dos maiores constituíam-se de empresas multinacionais. Com frequência, contratavam homens armados para "limpar" os posseiros de suas terras. Diante da ameaça de violência ou prisão, os posseiros, no geral, se retiravam. Ocasionalmente, contudo, um grupo permanecia e resistia. Como os oponentes vinham armados e os posseiros não tinham como esperar ajuda das autoridades, que costumavam favorecer os grandes investidores, com frequência a resistência envolvia uma luta armada. Muitas vidas foram perdidas nesses conflitos, alarmando as autoridades militares, que temiam que isso provocasse uma insurreição mais ampla.[5]

A Igreja Católica aos poucos passou a se envolver com mais intensidade nessas batalhas. Influenciado pela crescente onda progressista na Igreja da América Latina, o corpo eclesiástico da Amazônia organizou Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), recrutou ativistas laicos e incentivou os pobres a se organizarem para defender seus interesses e lutar pela justiça social.[6] Os brutais conflitos sociais provocados pelas políticas de desenvolvimento da ditadura militar na Amazônia ajudaram a radicalizar muitos membros da Igreja. Os bispos da Amazônia, como Poletto explica no Capítulo 4 deste livro, foram fundamentais na criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, uma organização dedicada à defesa dos direitos dos camponeses. As autoridades da Igreja foram assumindo uma postura muito crítica com relação a política do governo militar na Amazônia. Em quanto isso, no trabalho de base, o clero e os leigos associados à CPT prestavam diversas formas de assistência aos posseiros, fornecendo alimentos, assessoria jurídica, apoio espiritual, e exercendo pressão sobre as autoridades públicas.

Com o tempo, o caráter dos conflitos pela terra começou a mudar. Lutas puramente defensivas foram substituídas por estratégias mais ofensivas, à medida que grupos de posseiros passaram a ocupar terras apropriadas por grandes fazendeiros ou grileiros. Por meio da pura determinação e resistência armada, os camponeses procuravam vencer seus adversarios pelo cansaço. Se os conflitos fossem muito intensos, o Estado poderia interferir e desapropriar toda a propriedade ou parte dela, recompensando

[5] A experiência militar combatendo o movimento da Guerrilha do Araguaia no sudeste do Pará ajudou a fomentar os temores de uma potencial de rebelião na região (cf. Wambergue, 1999).

[6] Martins (1981), Adriance (1995), Wambergue (1999).

os esforços dos posseiros com títulos de posse da terra (Wambergue, 1999). Durante esse tempo, a rede de ativistas envolvida na luta pela terra ganhou mais densidade. Em algumas áreas, se organizaram diversos esforços para assumir o controle dos STRs e transformá-los em instrumentos da luta de classe. Até então, a maioria dos STRs se limitavam a atuar só como canais para a prestação de serviços sociais, apoiados pelo governo.

A mudança de táticas foi uma resposta à cada vez menor disponibilidade de terras não reivindicadas em áreas acessíveis. Ela também foi uma reação às transformações políticas. A gradual abertura democrática em nível nacional, no final da década de 1970 e início da década de 1980, proporcionou mais espaço político para mobilizações e protestos. Além disso, as tentativas do regime em atenuar o conflito por meio da distribuição parcial de terras só provocou mais ocupações de terras.[7] Os proprietários rurais reagiam assassinando os líderes dos posseiros e seus aliados, dentre eles, agentes da CPT. O conflito chegou ao auge em meados da década de 1980, quando José Sarney, o primeiro presidente civil em duas décadas, anunciou um grande plano de reforma agrária. O programa acabou abandonado sob a pressão dos latifundiários, mas o anúncio encorajou trabalhadores pobres a reivindicar a terra e os proprietários rurais a resistir, muitas vezes com a utilização de força letal.

No Pará, a luta dos posseiros se concentrou principalmente no sudeste, onde as iniciativas de desenvolvimento e o influxo de migrantes foram mais intensos. O movimento local mais bem-sucedido e organizado atuava no município de Conceição do Araguaia. Lá, trabalhadores pobres conquistaram muitas grandes propriedades e, após uma prolongada luta, assumiram o controle do STR local em 1985. Na região de Marabá, ao norte, o conflito também foi intenso, mas o progresso foi mais lento. Os posseiros enfrentavam uma oligarquia mais consolidada, cuja riqueza por tradição provinha da extração de castanhas-do-pará (Emmi, 1985). Por todo o sul do Pará, a violência relacionada às lutas pela terra era muito comum no final da década de 1970 e na década de 1980. Em decorrência do conflito na região, apenas o estado do Pará respondeu por quase um quarto das 1.687 mortes relacionadas ao conflito social rural no Brasil entre 1970 e 1989 (Oliveira, 1999, p.31). Poucos transgressores foram julgados; menos ainda chegaram a ser condenados, o que reflete a extrema fraqueza do Estado de Direito nessa região do país.

Em 1987, ativistas sindicais paraenses conseguiram assumir o controle da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e filiá-la à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a confederação sindical mais progressista do Brasil. No entanto, a mobilização pela terra começou a perder força em grande parte do estado. A crescente resistência do governo federal quan-

[7] Schmink e Wood (1992, p.80-3).

to à redistribuição fundiária serviu para desencorajar novas ocupações. Durante o mandato do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), as desapropriações de terras se reduziram praticamente a zero. Ademais, em alguns municípios, anos de ataques violentos por parte dos jagunços contratados por setores da elite agrária tinham desgastado o movimento sindical, ceifando a vida de muitos de seus líderes.

## O MST NO PARÁ

### A consolidação

O MST estabeleceu sua presença no Pará, a meados da década de 1980, durante o ponto alto da luta dos posseiros. No entanto, só se tornaria uma organização verdadeiramente autônoma e operante na década de 1990. O lento progresso do MST refletiu uma série de fatores. Um dos mais significativos foi a tradição de luta dos posseiros. Ativistas de sindicatos rurais discordavam se deveriam ou não apoiar o crescimento do MST no estado, tendo em conta seus métodos estranhos de organização e mobilização, tanto para os trabalhadores rurais como as próprias lideranças sindicais e os agentes da CPT na região. Além disso, quando o MST finalmente começou a organizar as próprias ocupações no Pará, o contexto político para a reforma agrária em nível nacional havia piorado e era difícil obter concessões. No entanto, na década de 1990, o MST consolidou bases no estado e conquistou algumas importantes vitórias na região de Marabá. Com isso foi acumulando forcas para a disputa com a estrutura de poder da oligarquia local.

Com o apoio da CPT, ativistas sindicalistas paraenses participaram do 1° Congresso Nacional do MST, em Curitiba, em 1985. Pelo menos em teoria, houve um grupo de sindicalistas que assumiu a responsabilidade de estabelecer o MST no estado do Pará.[8] O MST recebeu espaço na sede da CUT no estado, e o chefe da secretaria rural da CUT passou a representar o Pará na Coordenação Nacional do MST. Uma parte da liderança sindical rural do estado, porém, não se entusiasmou com a idéia de promover o MST, pois viram que o Movimento estava montando uma estrutura própria, de orientação distinta à organização que eles estavam reforçando, dentro dos moldes do sindicalismo oficial (Leroy, 1991, p.167). Apesar de existir nominalmente no Pará, os ativistas associados ao MST hesitaram em organizar ocupações de terra utilizando o nome e os métodos do Movimento. De acordo com um ativista sindical que mais tarde passou a participar do MST, a inação refletia em grande parte a força da tradição de luta dos posseiros:

[8] Advonsil Cândido Siqueira em entrevista conduzida por Gabriel Ondetti, Belém, PA, 9 nov. 1999. Siqueira foi presidente da CUT-Pará e foi membro da Coordenação Nacional do MST.

> O movimento sindical é o movimento sindical e o MST é o MST. O movimento sindical tem sua própria forma de agir, que é diferente do MST. Ocupações grandes e organizadas não eram a prática do movimento sindical. Não era uma questão de discordar dos métodos do MST, mas de ter as nossas costumes e nosso jeito de fazer as coisas.[9]

Somente no final da década de 1980, sob a pressão da liderança nacional do MST, que os ativistas começaram a organizar ocupações de terra sob a bandeira do Movimento. As primeiras duas ações ocorreram no município de Xinguara, no sudeste do estado.[10] Mesmo assim, os ativistas não incorporaram plenamente os métodos do MST e não seguiram as instruções da Direção Nacional que insistia em ocupar uma enorme propriedade controlada por uma proeminente família da oligarquia local. Para os jovens ativistas do MST paraense essa proposta não era realista.[11] De qualquer maneira, as famílias sem terra foram rapidamente expulsas das propriedades ocupadas. Em resposta, a liderança nacional do MST decidiu recorrer à sua influência para mudar a situação. Representantes da sua Direção Nacional viajaram para o Pará em 1989 e disseram aos militantes locais que eles teriam de começar a seguir a abordagem do MST ou deixar a organização.[12] Também foi decidido que o MST transferiria sua secretaria estadual de Belém para Conceição do Araguaia, no sul do estado, na época um epicentro da luta pela terra na região.

Em 1990, com a ajuda de militantes do MST de estados vizinhos, o MST organizou duas ocupações de terra em Conceição do Araguaia. Diferentemente das ações anteriores conduzidas em Xinguara, essas foram mais fiéis aos métodos (discutidos mais adiante) utilizados pelo MST no restante do Brasil.[13] Apesar de os ocupantes não terem sido expulsos da área, o MST teve dificuldades em ambas as ocupações. Na primeira, as tentativas da liderança de organizar a produção coletiva de acordo com as políticas nacionais do MST encontraram resistência.[14] A CPT e os sindicatos rurais da região tinham feito relativamente pouco em termos de influenciar a organização interna dos assentamentos e seus métodos de produção. Por isso, a ideia do MST de montar cooperativas de produção era considerada estranha pelos

[9] Joaquim Daniel Alves Barbosa em entrevista conduzida por Gabriel Ondetti, Conceição do Araguaia, PA, 18 nov. 1999.

[10] Há controvérsias em relação a quando ocorreram as ocupações em Xinguara. Dados da CPT sugerem que as duas ocupações foram realizadas em 1989, ao passo que líderes atuais e ex-líderes do MST insistem que pelo menos uma delas ocorreu em 1988. Ambas as fontes concordam que a primeira ocupação envolveu aproximadamente 35 famílias.

[11] Advonsil Cândido Siqueira, entrevista, op. cit.

[12] Charles Trocate, entrevista conduzida por Gabriel Ondetti, Marabá, PA, 15 jul. 2005. Trocate é membro da Coordenação Nacional do MST.

[13] Charles Trocate, entrevista, op. cit.

[14] Joaquim Daniel Alves Barbosa, entrevista, op. cit.

assentados. As iniciativas do MST dividiram o acampamento e provocaram tensões com a CPT. Enquanto isso, a segunda ocupação provocou a entrada de um grande número de posseiros na propriedade quando ficou claro que ocorreria uma expropriação. Para evitar o conflito violento entre os dois grupos, o contingente do MST acabou se retirando do lugar.

Por meio dessas atividades em Conceição do Araguaia, o MST recrutou um novo grupo de jovens ativistas. No entanto, seus fracassos prejudicaram a reputação do Movimento. Para dar começo a um novo início, a liderança decidiu, nos primeiros meses de 1991, transferir a secretaria estadual do MST para Marabá. Em relação ao poder dos proprietários rurais, Marabá era um alvo mais ambicioso do que Conceição do Araguaia. Sua elite dominante, liderada pela temida família Mutran, tinha varias década de atuação na região, e ainda controlava extensas propriedades rurais. No entanto, outros aspectos da região eram mais promissores. Como um centro econômico e populacional de rápido crescimento, Marabá oferecia a chance de provocar impacto político maior. As iniciativas do governo federal nas últimas décadas, incluindo o enorme projeto de mineração em Carajás, tinham enfraquecido de certa forma o controle político da oligarquia local. Por outro lado, a forte migração para a região produziu um grande aumento no número de trabalhadores rurais sem terra.[15] O esgotamento da mina de ouro de Serra Pelada, no final da década de 1980, contribuiu para a crescente pobreza e desemprego na região. Por fim, o movimento sindical em Marabá não estava tão fortemente consolidado quanto em Conceição do Araguaia, fato que oferecia um maior espaço político para uma organização decidida a promover a luta pela terra.[16]

Em Marabá, o MST decidiu direcionar-se exclusivamente a propriedades localizadas nas proximidades de centros urbanos, com bom acesso ao mercado local. Contudo, essa escolha colocou ao Movimento em rota de colisão com a elite da região. De fato, as atividades do MST na cidade começaram mal. Sob o governo Collor, a polícia federal começou a perseguir e prender líderes do MST em vários estados. Os planos do MST de ocupar uma grande fazenda ligada a família Mutran, foram frustrados em junho de 1991 quando agentes da polícia federal prenderam sete militantes. A prisão da maior parte da liderança estadual do MST, debilitou em muito a organização. Os militantes só foram liberados meses depois em consequência de uma campanha coordenada por grupos de direitos humanos, do âmbito local, nacional e internacional (Wambergue, 1999).

O MST se recuperou dessa crise com impressionante vigor. Em 1992, os ativistas recrutaram mais de 500 famílias para ocupar a fazenda Rio Branco,

[15] Emmi (1985), Petit (2003).

[16] Forças progressistas conseguiram assumir o controle do STR em Conceição do Araguaia em 1985, enquanto em Marabá isso só ocorreu em 1993.

uma enorme propriedade na região de Carajás, controlada pela família Lunardelli, uns dos maiores cafeicultores dos estados de São Paulo e Paraná. Os sem-terra foram expulsos pela polícia e montaram um acampamento na frente do escritório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Marabá, onde permaneceram durante vários meses antes de voltar a ocupar a mesma propriedade. Em dezembro de 1993, o INCRA expropriou metade da fazenda Rio Branco. Apesar de a terra conquistada ser suficiente para acomodar menos da metade das famílias acampadas do MST, a expropriação representou a primeira grande vitória para o MST paraense.

Nos dois anos seguintes, o MST organizou vários outros acampamentos e ocupações. Duas iniciativas foram particularmente ousadas e ajudaram a consolidar o MST como um novo e significativo ator na região de Marabá. Em junho de 1994, cerca de 2.000 famílias do Movimento ocuparam uma área de propriedade da poderosa Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a empresa estatal que operava a mina de ferro de Carajás. Os sem-terra foram rapidamente expulsos pela polícia. Depois de acampar na frente do escritório do INCRA em Marabá por meses, em maio de 1995, passaram a ocupar a área restante da fazenda Rio Branco. Dessa vez, o contexto no nível nacional favoreceu o MST. Em agosto desse ano, a policia matou 13 camponeses ao despejar uma ocupação de terra em Corumbiara, Rondônia. O incidente ganhou manchetes na imprensa nacional e pressionou o novo presidente Fernando Henrique Cardoso a acelerar o ritmo da distribuição de terra, especialmente em regiões com alto risco de violência rural. O INCRA havia tachado a fazenda Rio Branco de produtiva, e portanto impassível a ser desapropriada, mas decidiu comprar a propriedade para evitar maiores conflitos na área.

Até meados de década de 1990, o MST tinha atraído um significativo grupo de jovens militantes. Alguns dos ativistas sindicais haviam se retirado do Movimento, mas foram substituídos por trabalhadores rurais recrutados nos acampamentos e assentamentos e pessoas da cidade, algumas delas vinculadas a Igreja. Chamava atenção a ausência dos militantes transplantados do Sul, que haviam exercido um importante papel na expansão do MST em outros estados. Isso aparentemente foi um reflexo da baixa prioridade que a liderança nacional do MST atribuía ao Pará. Devido à força da tradição dos posseiros, a Direção Nacional acreditava que o potencial de crescimento do MST no estado era limitado.[17] Por esse motivo, a consolidação do MST paraense resultou ser uma agradável surpresa para os líderes de essa organização.

[17] Jorge Neri em entrevista conduzida por Gabriel Ondetti, Marabá, PA, 6 nov. 1999. Neri era membro da Coordenação Nacional do MST na ocasião da entrevista.

Os avances do Movimento se deram por meio da organização do mesmo setor social envolvido na luta dos posseiros. Essa camada da população era composta principalmente de trabalhadores pobres, muitas vezes analfabetos, imigrantes de municípios do interior do Nordeste, em particular do estado vizinho do Maranhão. Em geral, tinham algum histórico na lavoura, entretanto, incapazes de obter terra, muitos trabalhavam em minas de ouro ou serrarias ou como empregados de fazendas de gado ou em áreas urbanas. Críticos do MST costumavam dizer que os recrutas do Movimento eram mais urbanos e tinham menos "vocação para agricultura" do que os posseiros. Contudo, não há muita evidência quanto a isso. As famílias que compunham o MST provinham de áreas urbanas em virtude da rápida ocupação da terra pelas enormes fazendas de gado que fizeram da Amazônia, diferentemente de outras fronteiras agrícolas na história do país, uma região de fronteira maiormente urbana.

O que diferenciava o MST da tradição dos posseiros eram suas táticas e métodos organizacionais que provinham em grande parte das experiências desenvolvidas pelo MST no Sul do Brasil. As ocupações tendiam a envolver um número maior de pessoas que as ações dos posseiros. Elas também se caraterizavam por impor uma ordem mais estrita e um ethos coletivista. Enquanto os posseiros entravam em uma propriedade e imediatamente se espalhavam, repartindo a terra em lotes, o MST formava um único e compacto acampamento. Esse método facilitava a organização coletiva. As famílias eram divididas em grupos menores, cada qual representado em uma comissão, o que ajudava a coordenar as atividades do acampamento e manter um código de disciplina comparativamente rígido. A luta do MST também centralizava mais as decisões políticas. Os grupos de posseiros, mesmo sob a orientação e assistência dos sindicatos ou da CPT, eram formados muitas vezes sem consultar esses aliados e eram essencialmente autônomos. Em contraste, os líderes do MST no estado recrutavam ativamente famílias para suas ocupações, e logo tomavam as principais decisões táticas, como a escolha de onde e quando fazer uma ocupação.

As ocupações dos posseiros tendiam a ser realizadas apenas por homens, ao menos no período inicial. O Movimento, por outro lado, esperava que os "chefes de família" levassem a mulher e os filhos consigo. Dessa forma, esperavam reduzir o risco de repressão e transmitir uma imagem mais benéfica para a mídia e o público. A estratégia de se voltar à opinião pública e formar alianças mais amplas também se refletiu na utilização de táticas que iam além das ocupações de terra. Quando expulsos de propriedades ocupadas, o MST montava acampamentos à beira de uma estrada ou na frente do escritório do INCRA em Marabá. Marchas, demonstrações e ocupações nos escritórios do INCRA também eram táticas comuns utilizadas pelo Movimento para pressionar as autoridades. Apesar de esses tipos de táticas não serem desconhecidos na luta dos posseiros, eles não eram

muito comuns. Nas palavras de Charles Trocate, líder paraense do MST, "o posseiro entrava em conflito basicamente com o proprietário rural. Com o MST, o conflito é com o proprietário rural, mas também com o INCRA e o governo. O MST confronta o governo com o problema".[18]

Por fim, as propriedades almejadas para ocupação pelo MST eram diferentes. Enquanto as ações dos posseiros, em geral, visavam às terras relativamente marginais, o MST se concentrava de forma mais ousada em fazendas mais valorizadas, localizadas perto de áreas urbanas e que, muitas vezes, possuíam boa infraestrutura. Em alguns casos, o MST sabia que as propriedades almejadas eram produtivas de acordo com os baixos padrões do INCRA, mas o Movimento buscava desgastar tanto o proprietário rural quanto as autoridades para forçar o governo a comprar a propriedade. Isso levou a elite agrária da região a encarar o MST como a maior ameaça aos seus interesses.[19]

## O massacre de Eldorado dos Carajás

Se houve algum incidente que claramente divide a história contemporânea da luta pela terra no Pará em períodos de "antes" e "depois" foi o massacre brutal de 19 manifestantes do MST pela polícia no dia 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás. Esse incidente, diretamente resultante das tentativas de o MST forçar a expropriação de um enorme e muito cobiçado grupo de propriedades rurais no sul do Pará, catapultou os conflitos pela terra no estado para o cenário nacional e até mesmo internacional, e intensificou o apoio da sociedade mais ampla ao MST e sua luta. Apesar de ter sido uma tragédia para as pessoas diretamente afetadas pelo evento, o massacre acabou transformando a disputa pela terra no sul do Pará de modo a beneficiar a população sem terra da região.

Com a aquisição da fazenda Rio Branco no final de 1995, o INCRA procurou neutralizar o conflito agrário na região de Carajás. Para seu desespero, o MST imediatamente organizou uma nova mobilização visando a conquistar outra grande propriedade rural. Dessa vez o alvo foi o complexo Macaxeira, uma enorme extensão de terra com 42.000 hectares nos municípios de Curionópolis e Eldorado dos Carajás, nas proximidades da mina de ouro de Serra Pelada. No passado, a propriedade enteira havia pertencido a família Pinheiro, integrantes da oligarquia tradicional de Marabá. Mais a fazenda Macaxeira foi logo subdividida em diversos lotes, dos quais pelo menos um deles ainda era mantido pelos membros dessa família.

[18] Charles Trocate, entrevista, op. cit.

[19] Dr. Carivaldo Ribeiro em entrevista conduzida por Gabriel Ondetti, Marabá, PA, 17 nov. 1999. Ribeiro foi presidente do sindicato de proprietários rurais de Marabá.

Em novembro de 1995, o MST montou um acampamento à beira de uma estrada na periferia urbana de Curionópolis. Os ativistas do Movimento, usando um megafone, anunciaram o estabelecimento do acampamento em bairros pobres, e cerca de 1.400 famílias, incluindo muitos ex-garimpeiros, se reuniram no acampamento. O MST informou o INCRA que o alvo era a fazenda Macaxeira. Quando, em março, o INCRA declarou o complexo produtivo, as famílias ocuparam um dos seus lotes. Com o MST desafiando tão abertamente as autoridades e elites locais, as tensões se agravaram.

No início de abril de 1996, um grupo de mais de 1.000 pessoas partiu em marcha da ocupação do MST em Macaxeira para o escritório do INCRA em Marabá. Eles exigiam uma reunião com o governador Almir Gabriel, integrante do partido de Cardoso, o PSDB. Apesar de a marcha fazer parte de uma campanha nacional de protesto do MST, a principal demanda do grupo era eminentemente local: forçar o INCRA a expropriar o complexo da Macaxeira. No caminho, o Movimento decidiu bloquear a Rodovia 150, a principal via que liga Marabá ao sul da região de Carajás, para exigir que o governo estadual fornecesse ônibus e alimentos. O governador Gabriel, que vinha sendo pressionado pelos proprietários rurais a agir com mais rigor contra o MST, em princípio concordou com as exigências, mas depois se recusou a cumpri-las. Então, ordenou que os comandantes da polícia militar local liberassem a estrada "custe o que custasse".

Dois grupos policiais chegaram ao bloqueio montado pelo MST, um em cada direção. Eles abriram fogo contra os manifestantes, matando e ferindo dezenas de pessoas. Muitos foram mortos enquanto agonizavam no asfalto, em alguns casos eram espancados até a morte com os próprios instrumentos agrícolas. Um jovem ativista do MST, Oziel Pereira, foi perseguido pela policia, prendido e executado a sangue frio. Além das 19 pessoas mortas no local, dois faleceram mais tarde, e mais de 60 ficaram feridas.

Depois da matança, um dos comandantes, o coronel Mario Coláres Pantoja, supostamente disse às suas tropas: "Missão cumprida, e ninguém viu nada".[20] Essa afirmação foi uma das inúmeras evidências sugerindo que a matança havia sido planejada com antecedência.[21] Muito provavelmente, uma das causas do massacre foi a hostilidade que vinha se desenvolvendo entre o MST e a polícia militar local. Por tradição, a policia estava acostumada a utilizar, quase sem restrições, a violência e intimidação contra trabalhadores rurais pobres, No entanto, as enormes mobilizações do MST, por vezes envolvendo milhares de pessoas e realizadas em espaços

[20] *Folha De S.Paulo*, 1996.

[21] Outra causa foi o fato de os policiais envolvidos nos incidentes não terem usado as etiquetas obrigatórias com o nome de cada oficial, supostamente para evitar serem identificados. Para mais detalhes sobre esse massacre, cf. Nepomuceno (2007) e edição especial da revista *Caros Amigos* (1999).

públicos, inviabilizavam essas táticas. A polícia se ressentia dessa afronta à sua autoridade.

Também há evidências de que os proprietários rurais locais possam ter participado da atrocidade. Por exemplo, ao que tudo indica, um informante disse aos investigadores que a polícia foi paga pelos proprietários rurais para cometer o massacre visando a intimidar o MST.[22] Apesar de essa acusação nunca ter sido provada, ela não parece tão absurda, considerando o histórico da violência policial e sua longa conivência com os interesses da elite agrária do Pará, bem como as tensões provocadas pelos avanços do Movimento na região.

Todos os oficiais da polícia militar envolvidos no incidente foram absolvidos em um controverso julgamento em 1999. O Tribunal de Justiça do Pará, contudo, anulou o veredito. Os dois comandantes, o coronel Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira, foram condenados por homicídio em 2002 e receberam longas sentenças de prisão. Contudo, foram soltos por apelação, e os outros 145 policiais presentes no massacre foram absolvidos. O julgamento de 2002 também apresentou diversas irregularidades, e muitos grupos progressistas exigiram a anulação do veredito (CPT, 2003, p.148). No final de 2004, um tribunal de recursos confirmou tanto a condenação dos dois comandantes quanto a absolvição de todos os outros policias envolvidos.

Apesar de a resposta do sistema judiciário às mortes ter sido caracteristicamente morosa, a reação da mídia e da sociedade civil foi imediata. Pantoja estava errado ao afirmar que "ninguém viu nada". Uma equipe de televisão que acompanhava a marcha do MST registrou extensas filmagens do incidente. As imagens, além dos esforços do MST e de outros grupos para divulgar as mortes, ajudaram a dar grande visibilidade ao massacre na mídia de todo o Brasil e do exterior. Nos dias que se seguiram, as críticas contra a política de reforma agrária de Cardoso se intensificaram na imprensa e entre grupos progressistas na sociedade civil. A noção de que o governo estava fazendo pouco para lidar com a situação de distribuição de terras era politicamente prejudicial a Cardoso, devido ao amplo apoio à reforma agrária na população brasileira e o fato de o prestígio do presidente se basear em parte em sua reputação de ser um reformista esclarecido. Cardoso também estava preocupado com o impacto do massacre sobre a imagem de seu governo no exterior.[23] Menos de uma semana depois do incidente em Eldorado, ele anunciou a criação de um novo ministério dedicado exclusivamente à reforma agrária, e tirou o INCRA das mãos do conservador Ministério da Agricultura.

[22] *Folha de S.Paulo*, 1996.

[23] Cf. a coluna de Janio de Freitas, "A Omissão Confessada" (*Folha De S.Paulo*, 1996).

Por ter sido o cenário do massacre de Eldorado e uma fonte crônica de violência relacionada às lutas pela terra, o sudeste do Pará foi escolhido para providências especiais. Logo após as mortes, Cardoso enviou tropas armadas para manter a ordem na região, decisão que foi vista por alguns observadores como uma intervenção "branca" por parte do governo federal. E, o mais importante, o governo anunciou que o escritório do INCRA em Marabá seria transformado em uma nova sede regional para cobrir a região sudeste do estado. Essa mudança fez do Pará o único estado com duas unidades regionais do INCRA. Isso aumentou substancialmente os recursos disponíveis para a reforma agrária na região. O trabalho do INCRA também foi facilitado pela criação de novos tribunais federais em Marabá, além de uma procuradoria geral. Dessa forma, os aspectos judiciais da expropriação de terras poderiam ser processados localmente, em vez de na distante Belém. Um novo levantamento realizado pelo INCRA na fazenda Macaxeira milagrosamente considerou improdutiva uma parte do complexo. As famílias que haviam ocupado a área foram assentadas na propriedade, formando uma agrovila batizada com o nome 17 de Abril, em homenagem aos mortos do massacre.

A maior presença federal em Marabá ajudou a acelerar a redistribuição fundiária. Dados do INCRA sugerem que mais terras (cerca de 2,6 milhões de hectares) foram adquiridas para a reforma no Pará durante o período de 1996 a 1998 do que em toda a década anterior. A maior parte dessa atividade se concentrou no sul do estado. O número de ocupações de terras também aumentou de maneira acentuada no Pará em 1996, após o massacre de Eldorado dos Carajás. Apesar de as ocupações terem se multiplicado rapidamente por todo o país em meados da década de 1990, o aumento no Pará foi particularmente significativo.[24] O ritmo das mobilizações e protestos pela terra continuaria intenso até o final da década de 1990. Mesmo como a participação expressiva do MST nesse processo, a maioria dessas ocupações continuaram sendo realizadas por grupos vinculados à outras organizações camponesas.

Além de forçar Cardoso a acelerar a reforma agrária no Pará, o incidente em Eldorado dos Carajás resultou em uma série de outros benefícios políticos para o MST. O incidente ajudou a consolidar o apoio ao Movimento entre os grupos progressistas do Pará, especialmente em Belém, onde a sociedade civil era mais desenvolvida. Além disso, as relações do MST com os sindicatos rurais, que em geral não eram muito próximas, melhoraram. Nos anos anteriores, o MST e os sindicatos raramente se comunicavam e, menos ainda, atuavam em colaboração com suas tentativas de pressionar as

[24] O número total de ocupações de terra no Brasil aumentou 173% entre 1995 e 1996. No Pará, o aumento foi de 371%, sendo que a maioria das ocupações de 1996 ocorreu depois do massacre de Eldorado do Carajás.

autoridades. Os ativistas do MST algumas vezes desprezavam os sindicatos considerando-os retrógrados e ineficazes, ao passo que os líderes sindicais se ressentiam da atitude arrogante que percebiam nos ativistas do MST, bem como da publicidade que a organização costumava atrair. A tragédia em Eldorado dos Carajás ajudou a estreitar os vínculos entre os sindicatos e o MST, e tornaram suas ações conjuntas de protesto mais comuns. Em 1997, o MST e a FETAGRI uniram-se e montaram um acampamento com cerca de 8.000 pessoas em frente ao INCRA de Marabá para forçar o órgão a cumprir suas promessas políticas. Nos anos que se seguiram, mobilizações conjuntas do MST-FETAGRI se tornaram um fenômeno regular. Na FETAGRI, a transição foi facilitada pela mudança da liderança regional em 1996, o que colocou uma série de ativistas mais jovens no poder e promoveu maior coordenação entre os STRs locais. O que é mais, pelo fato de o incidente em Eldorado dos Carajás ter gerado simpatia no exterior pela luta do Movimento, o MST do Pará ganhou acesso ao apoio financeiro de organizações não governamentais estrangeiras.

O massacre de Eldorado dos Carajás foi a maior ocorrência de violência letal relacionada à luta pela terra na história recente do Brasil. De um ponto de vista regional, contudo, o evento não era tão incomum, constituindo mais um de uma série de massacres ocorridos no sudeste do Pará desde a década de 1970. De acordo com dados da CPT, entre 1971 e 2004, 772 pessoas foram mortas em conflitos rurais no Pará (em sua maioria, relacionados à posse de terra).[25] Quase três quartos desses homicídios ocorreram no sudeste do estado, fazendo da região a área rural mais violenta de todo o Brasil. A grande maioria das vítimas era composta de trabalhadores rurais pobres. A débil presença do Estado e os fortes vínculos entre as elites latifundiárias e os detentores do poder político ajudaram a fazer da impunidade judicial a regra nesses casos. No sudeste do Pará apenas sete casos de homicídios relacionados a conflitos sociais rurais resultaram em condenação desde o início da década de 1970. Apesar de a violência rural no Pará ter atingido o auge em meados dos anos 1980, assassinatos de trabalhadores rurais e ativistas continuam sendo corriqueiros.[26]

## A mudança para Belém

No final da década de 1990, o MST deu início a uma nova fase de seu desenvolvimento no Pará, transferindo sua secretaria estadual para Belém e organizando uma série de ocupações de terras na região metropolitana. As secretarias estaduais do MST normalmente se localizam nas capitais para

[25] Arquivos da CPT.

[26] Sobre a violação recorrente dos direitos humanos no campo paraense, cf. Sauer (2005).

facilitar o contato com o INCRA, os oficiais do estado, a mídia e a sociedade civil. No Pará, contudo, a grande extensão do estado levou o MST a localizar sua secretaria na região de maior concentração da luta pela terra. Entretanto, em meados dos anos 1990, os líderes do MST decidiram que uma presença mais forte em Belém seria desejável para evitar o isolamento político na região sul do estado, considerada mais conservadora que outras áreas do Pará. O massacre em Eldorado dos Carajás adiou a iniciativa, mas, em 1998, o MST começou a montar sua secretaria na capital e ao mesmo tempo organizar a luta pela terra nas proximidades.

Ao menos em termos de mobilização, a iniciativa foi um sucesso. Até 2004, o MST organizou 21 ocupações em Belém e nas proximidades. Essas iniciativas, que envolviam cerca de 5.800 famílias, transformaram o nordeste do Pará na área de maior concentração de atividades de protesto do MST no estado. Os alvos incluíam três propriedades localizadas em um distrito rural da própria capital e uma outra pertencente a um dos políticos mais poderosos (e de má reputação) do Pará, Jader Barbalho. No que se refere aos assentamentos, o progresso foi mais lento. Até meados de 2005, o MST tinha assegurado três assentamentos na região (incluindo dois em Belém), que abrigam cerca de 280 famílias.

A campanha do Movimento na região da capital ajudou a contrabalançar as dificuldades que o MST vinha encontrando no sudeste do Pará nos últimos anos. Entre 1999 e 2004, o Movimento formou apenas quatro contingentes novos de trabalhadores sem terra nessa região, sem conquistar um só assentamento. Os assassinatos de dois importantes líderes do MST em 1998 contribuíram para agravar os problemas do Movimento. Fator mais importante, contudo, foi a ampla percepção de fracasso dos ambiciosos projetos agroindustriais e de produção coletiva implementados pelo MST em seus assentamentos locais, o que prejudicou a imagem da organização em um momento no qual o governo Cardoso partia para uma ofensiva política contra o Movimento em nível nacional.[27] As dúvidas sobre a estratégia do MST ajudaram políticos conservadores locais ligados ao INCRA a provocar discórdias em alguns assentamentos.[28] Em consequência, o MST foi forçado a se empenhar mais para preservar sua influência nos assentamentos existentes do que para exercer pressão para criar novos assentamentos.

[27] Em maio de 2000, o então presidente Cardoso anunciou uma série de medidas legais para impedir as ocupações de terra e criminalizar as atividades do MST. Uma análise mais detalhada dessas questões pode ser encontrada no Capítulo 14, de Branford.

[28] Em 2000, forças conservadoras fundaram uma entidade chamada de Federação das Centrais e Uniões de Associações de Pequenos Produtores Rurais do Pará (FECAP) visando a representar os assentados nas suas reivindicações junto aos órgãos do governo e, dessa forma, concorrer com a FETAGRI e o MST pela lealdade dos assentados. A FECAP conquistou influência em um número substancial de assentamentos na região.

O MST e outras forças progressistas no Pará aguardaram com expectativa o início do programa da reforma agrária do governo de Luiz Inácio Lula da Silva após a eleição presidencial de 2002. Ocupações e acampamentos multiplicaram-se rapidamente em 2003 e 2004 antecipando uma redistribuição fundiária mais progressista. A mobilização de novas famílias promovida pelo MST se intensificou de modo substancial, especialmente na região de Belém. No entanto, o governo presidido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) demorou em cumprir suas promessas. Nesses anos, o número de desapropriações no Pará foi baixo e ocorreu em grandes intervalos. Enquanto isso, a mobilização dos trabalhadores foi recebida com uma crescente espiral de violência por parte dos grandes proprietários e seus jagunços (CPT, 2004).

## O IMPACTO DO MST

Como o relato anterior sugere, o MST teve pelo menos uma presença nominal no Pará por aproximadamente duas décadas. As contribuições diretas e quantitativas feitas pelo MST durante esses anos não são particularmente impressionantes, pelo menos em comparação com suas realizações em estados como Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo, onde o Movimento claramente assumiu o papel de força dominante na luta pela terra. Seria errado, contudo, concluir com isso que o MST não teve uma atuação importante no Pará. Na verdade, como argumentaremos a seguir, o MST exerceu um papel vital e transformador. Além de suas contribuições "óbvias" em termos de ocupações e assentamentos, provocou impacto sobre a luta pela terra de duas maneiras mais indiretas, porém cruciais: moldando o "repertório de ações coletivas" utilizado pelos ativistas e forçando o governo federal a alocar maiores recursos à reforma agrária no estado.[29]

### Ocupações de terra e assentamentos

Entre 1988 (o primeiro ano em que houve dados disponíveis) e 2004, a CPT registrou 272 ocupações de terra envolvendo 42.698 famílias no Pará. O MST foi responsável por quase 15% dessas ações e por cerca de 38% das famílias. Esses números, sem dúvida, exageram significativamente o papel do Movimento, já que as ocupações que não eram organizadas por ele

[29] Outra importante contribuição do MST para a luta pela reforma agrária no Pará refere-se à ênfase em melhorar a qualidade de vida em assentamentos existentes da reforma agrária, mais especificamente pressionando as autoridades por uma série de políticas de assistência, incluindo crédito, infraestrutura e assistência técnica. Os sindicatos rurais do Pará foram muito influenciados pelo exemplo do MST nesse aspecto.

costumam ser pequenas e ocorrer em áreas remotas, propiciando menores chances de serem registradas pela CPT.[30] Os ativistas dos STRs locais ou da FETAGRI provavelmente tiveram alguma atuação na maioria das outras ocupações. No entanto, no Pará, como em outros estados de fronteira, as ocupações de terra muitas vezes são organizadas pela população local, sem a intervenção de nenhuma entidade pré-existente.

Além disso, o MST tem influência política sobre apenas uma pequena parcela dos mais de 500 assentamentos da reforma agrária no Pará. As ocupações de terra organizadas pelo Movimento ajudaram a criar 18 assentamentos com cerca de 4.800 famílias. Em meados de 2005, isso representava 3,4 e 3,9% dos respectivos totais para o estado. Treze desses assentamentos, que abrigam aproximadamente 3.000 famílias, continuam mantendo vínculos relativamente estreitos com o MST. Por outro lado, de acordo com um representante da FETAGRI, cerca de metade dos assentamentos da reforma agrária no sudeste do Pará tem fortes vínculos com sindicatos rurais.[31] A Tabela 8.1 resume os dados sobre as ocupações de terra e os assentamentos do MST no estado do Pará.

Tabela 8.1: Ocupações de terra e assentamentos do MST no Pará, 1988-2005

| | MST | Não MST | MST (% do total) |
|---|---|---|---|
| Ocupações de terra | 40 | 232 | 14,7 |
| Número de famílias nas ocupações | 16.343 | 26.355 | 38,3 |
| Assentamentos conquistados | 18 | 519 | 3,4 |
| Número de famílias assentadas | 4.816 | 119.357 | 3,9 |

*Fontes:* CPT, INCRA e MST.

Três razões principais explicam as modestas realizações diretas do MST no Pará. Para começar, a tradição dos posseiros continuou a proporcionar uma alternativa culturalmente conhecida e viável para pessoas em busca de terra. Ao longo dos anos, as táticas dos posseiros foram incorporadas ao conhecimento popular, sendo, assim, facilmente aproveitadas. Além disso, essas estratégias continuaram sendo relativamente eficazes em virtude do persistente caráter fronteiriço de grande parte do estado. O sucesso das ocupações não depende da força política necessária, por exemplo, no Sul ou no Sudeste, onde a terra é cultivada com maior intensidade e de valor econômico mais alto e onde, a diferência do Pará, a propriedade das terras

[30] A não inclusão de algumas ocupações nas contagens foi mais pronunciada antes de meados da década de 1990, quando, em resposta ao rápido crescimento dessas ações por todo o país, a CPT passou a ser mais rigorosa na coleta de dados.

[31] Francisco de Assis Soledade da Costa em entrevista conduzida por Gabriel Ondetti, Marabá, PA, 16 jul. 2005. Costa é o coordenador da regional sudeste da FETAGRI.

cultiváveis no geral não é contestada. Em segundo lugar, unir-se ao MST requer compromisso substancial. Os recrutas devem aceitar as suas múltiplas regras e sua ideologia radical. Uma vez que a terra é conquistada, o MST também intervém de forma mais intensa na organização do assentamento e espera contribuições monetárias. Apesar de fundamentais para o sucesso do Movimento, essas políticas ajudam a limitar seu apelo às massas, especialmente quando elas dispõem de outras alternativas.

Um terceiro e último fator é o nicho específico que o MST escolheu para ocupar no Pará. Como sugerimos, o Movimento almejou propriedades muito valorizadas. Com isso, buscou dar a seus assentamentos melhores chances de se tornarem comunidades rurais mais prósperas. Em termos da expansão da presença física do MST no Pará, contudo, essa estratégia tem algumas desvantagens. São relativamente poucas as propriedades que atendem a esses critérios, sendo algumas fazendas produtivas, não passíveis de expropriação. Além disso, seus proprietários eram abastados e influentes. Dessa forma, os acampamentos do MST precisavam enfrentar longas e difíceis batalhas, por vezes envolvendo vários despejos por parte da polícia e acampamentos em frente ao INCRA. Em contraste, os posseiros que ocupam áreas marginais têm menos chances de enfrentar ações de despejo (pelo menos em curto prazo) e podem cultivar a terra imediatamente.

## Repertório de ações coletivas

Um dos principais impactos indiretos do MST sobre a luta pela terra no estado do Pará tem relação com os métodos da organização e os protestos realizados pelos ativistas – o que os acadêmicos chamam de "repertório de ações coletivas". Através do exemplo, o MST provocou uma significativa, ainda que parcial, transformação na região. Nós argumentamos que essa mudança pode ser comparada em linhas gerais com a transformação no repertório de ações coletivas descrito por pesquisadores como Charles Tilly e Sidney Tarrow na Europa Ocidental e América do Norte cerca de dois séculos atrás. Não é por coincidência que eles também compartilham alguns fatores estruturais facilitadores, relacionados à expansão do Estado, a seu desenvolvimento e outras mudanças ocorridas no Pará nas últimas décadas.

Cunhado por Tilly (1983; 1986), o conceito de "repertório de ações coletivas" refere-se ao universo de táticas de protesto e formas organizacionais prontamente disponíveis aos ativistas políticos em um local e momento específicos. O repertório é um conceito cultural, já que consiste de um conhecimento compartilhado sobre como fazer exigências a autoridades do governo e outros detentores do poder. Ao mesmo tempo, os repertórios refletem questões estruturais subjacentes, como condições de trabalho, fatores demográficos e tecnológicos e o caráter do estado, que determinam

a variedade de ações que podem ser utilizadas com eficácia. Importantes episódios de mobilização podem ter um grande impacto quanto à difusão de inovações táticas. Transformações duradouras do repertório, contudo, em última instância refletem mudanças também no contexto estrutural.

Tilly e Tarrow observam uma transformação como essa na Europa e na América do Norte no final do século XVIII e início do século XIX. Distanciando-se de um repertório "tradicional" baseado em ações locais, orientadas a problemas específicos e relativamente violentos, os manifestantes aos poucos adotaram um repertório "modular" envolvendo táticas mais flexíveis e orientadas ao público, que normalmente envolviam menos violência, como greves, marchas e demonstrações (Tarrow, 1994, p.29-42). O novo repertório facilitou a difusão geográfica de um movimento e a formação de alianças mais amplas, ajudando no surgimento de verdadeiros movimentos sociais nacionais. Tilly atribui a transformação à expansão do poder do Estado e à disseminação do capitalismo. Como consequência dessas mudanças, demandas locais foram cada vez mais fundamentadas em forças que operavam no nível regional ou nacional. Ao mesmo tempo, de acordo com Tarrow, mudanças relacionadas, especialmente o crescimento da mídia informativa e associações civis, facilitou a formação de redes mais amplas para coordenar as atividades de protesto além do nível local.

A luta dos posseiros apresenta forte semelhança com o repertório "tradicional". Consistindo em grande parte em tentativas por parte de grupos locais de conquistar o controle de terrenos específicos, por vezes recorrendo à luta armada, ela se encaixa em linhas gerais à caracterização de Tarrow (1994, p.39) desse repertório como "violento e direto, breve, específico e vinculado às reivindicações dos participantes". Da mesma forma como o repertório tradicional, a luta dos posseiros também tende a não ocorrer em locais muito públicos ou envolver grandes eventos de protesto. A metodologia levada ao Pará pelo MST, por sua vez, assemelha-se ao repertório "modular". O MST emprega uma estratégia de protesto bastante pública que busca formar alianças por meio da atração de grupos simpáticos à luta, diretamente ou pela mídia. O Movimento utiliza táticas como marchas de protesto e demonstrações em massa que são elementos fundamentais do repertório mais recente. Até mesmo a utilização, por parte do MST, da tática "tradicional" de ocupação da terra não pode ser reduzida a uma determinada reivindicação de uma propriedade rural específica. As ocupações do MST costumam envolver muito mais famílias do que a fazenda almejada pode acomodar como assentados, de modo que, mais do que expressar apenas uma reivindicação dessa propriedade, elas transmitem uma demanda maior pela reforma agrária. A utilização de acampamentos à beira de estradas também representa uma maneira de pressionar as autoridades, relacionando os problemas sociais à concentração de terras de forma a atrair a atenção do público mais amplo.

O estilo de luta do MST não foi adotado em sua totalidade por outros grupos no Pará, mas certos aspectos foram bastante difundidos. Grupos não filiados ao MST agora têm mais chances de montar um único acampamento, como faz o MST, em vez de dividir rapidamente uma área ocupada em lotes individuais. Os STRs agora também tendem a visar áreas mais próximas à "civilização" em vez de regiões mais remotas. Acampamentos de beira de estrada, que até recentemente eram quase exclusivamente associados ao MST, têm sido cada vez mais utilizados por grupos não filiados a esse Movimento. Finalmente, nos últimos anos, os sindicatos aprimoraram seus esforços de organização e realizaram muitas demonstrações públicas e ocupações de escritórios do INCRA visando a exercer pressão para a obter terras, crédito e outros recursos públicos. Essas ações, na verdade, não são novas, mas,hoje em dia são muito mais comuns. Em alguns casos, como mencionamos, foram planejadas em colaboração com o MST. Francisco Ferreira Carvalho, um veterano líder sindical em Marabá, salientou a mudança dos pontos de vista e de táticas sindicais desde a primeira grande ocupação promovida pelo Movimento na região em 1992:

> Antes de 1992, não achávamos que a reação da sociedade urbana à luta seria positiva. Pensávamos que a luta de massa seria esmagada pela repressão; que ela não funcionaria. O MST provou que podia funcionar. Em 1992, a luta dos posseiros era intensa, mas isolada. Cada sindicato se envolvia na própria luta. Agora fazemos mais mobilizações públicas. Vamos à TV e fazemos denúncias. Fazemos marchas e organizamos manifestações públicas. Aprendemos com o MST.[32]

Apesar de essa mudança tática ter sido diretamente provocada pelo exemplo do MST, ela foi facilitada por mudanças estruturais subjacentes na sociedade paraense, não muito diferentes das descritas por Tilly e Tarrow. A crescente penetração por estradas em áreas antes isoladas no sudeste do Pará, investimentos de capital e tecnologias de comunicação nas últimas décadas provocaram grandes transformações nessa região do estado. Esse processo incitou deslocamentos sociais e violência, mas também criou uma sociedade mais urbana e estreitamente vinculada a grandes centros populacionais no nível estadual, nacional e até mesmo internacional. O fim da ditadura militar também estimulou o desenvolvimento da mídia e de associações civis no Pará, como em outras partes do Brasil, e aumentou a visibilidade e os custos políticos da repressão violenta. Essas mudanças fizeram com que cada vez mais fosse possível para os trabalhadores rurais reforçar sua luta recorrendo à opinião pública e à sociedade civil e, assim, ir pressionando as autoridades públicas a atender suas demandas.

[32] Francisco Ferreira Carvalho em entrevista conduzida por Gabriel Ondetti, Marabá, PA, 11 out. 1999. Carvalho foi presidente do sindicato rural de Marabá.

## Política federal de reforma agrária

Uma segunda importante faceta do impacto do MST sobre a luta pela terra no Pará é ainda mais extensa e influente. Ao forçar um confronto com a elite latifundiária daquele estado e seus defensores no governo, o MST basicamente forçou as autoridades federais a acelerar o ritmo da reforma agrária no Pará, especialmente na região sudeste do estado. Essa mudança implicou um importante crescimento do número de famílias que receberam terras. Ademais, o aumento dos recursos federais para a reforma agrária ajudou a revitalizar a mobilização popular pela terra no sudeste do Pará. Ambas as mudanças beneficiaram não somente o MST como muitos outros grupos, incluindo a FETAGRI e seus sindicatos afiliados.

O massacre em Eldorado dos Carajás, como já discutimos, teve importância fundamental na aceleração das atividades da reforma agrária no Pará. Por ter atraído a atenção do público e trazido à tona várias considerações em relação à questão agrária, esse incidente forçou o governo de Fernando Henrique Cardoso a fazer investimentos mais substanciais na reforma agrária em nível nacional. Pelo fato de a matança ter ocorrido na região, o sudeste do Pará recebeu atenção especial. De grande importância foi a abertura de uma sede regional do INCRA em Marabá, o que aumentou em muito os recursos disponíveis para a reforma agrária na região.

O impacto dessa mudança no número de assentamentos foi notável. Uma contagem nacional de assentamentos conduzida em 2002 revelou 400 projetos no Pará implementados entre 1985 e 2001, com 89.299 famílias beneficiadas. Quase três quartos (293) desses projetos se localizavam no sul do estado. Apenas 47 deles, ou menos de um em cada seis, existiam antes de 1995 (Sparovek, 2003, p.42).[33] Em muitos casos os posseiros tinham o controle efetivo dessas áreas vários anos antes de serem transformadas em assentamento oficiais. A legalização da posse dessas terras, contudo, proporcionou às famílias importantes benefícios em termos de garantia da posse permanente e do acesso a programas do governo para os assentados.

A aceleração das atividades de reforma agrária no Pará desde 1996 não solucionou os problemas do acesso desigual à terra no estado. No entanto, um substancial progresso foi conquistado, especialmente no sudeste. Os assentamentos identificados pelo estudo de Sparovek no Pará representam uma área equivalente a um quarto de todas as terras cultiváveis, de acordo com o Censo Agropecuário de 1995-1996 (IBGE). Em comparação, o Mato Grosso, com a segunda maior área de assentamentos, teve apenas 8,3% de suas terras cultiváveis ocupadas pelos projetos de assentamento. Cerca de

[33] Esses números, é claro, não incluem os projetos de colonização criados em terras públicas durante a ditadura militar. Hoje em dia, porém, esses projetos representam apenas uma pequena percentagem do número total de projetos de assentamento no estado do Pará.

um terço das terras cultiváveis no sul do Pará são mantidos pelos assentamentos. Em alguns municípios, a porcentagem excede os 40%, mesmo levando em consideração apenas assentamentos estabelecidos até 1999 (Heredia et al., 2002, p.15).

O MST deve receber grande parte dos créditos por essa transformação, já que os assassinatos em Eldorado dos Carajás foram uma reação à contestação sem precedentes que o Movimento vinha intensificando contra os interesses das elites locais e seus aliados políticos. O que é mais, a estrutura nacional disciplinada e a capacidade inigualável de relações públicas do MST foram importantes para a maximização do impacto político do incidente. A abordagem fragmentada e politicamente menos audaciosa característica da luta dos posseiros provavelmente não teria provocado uma repressão tão violenta em um local tão público, onde pudesse ser facilmente registrada em vídeo. Também é difícil imaginar a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), morosa e politicamente heterogênea, realizando um trabalho bastante eficaz na divulgação do massacre e na sua elaboração como um símbolo de injustiça no meio rural brasileiro.

Pelo fato de merecer grande parte dos créditos por forçar as autoridades federais a intensificar as atividades de reforma agrária no Pará, o MST também deveria receber uma grande parcela dos créditos por outra mudança ocorrida em meados da década de 1990: a revitalização da mobilização popular pela reforma agrária. Mais de 80% de todas as ocupações de terras no Pará durante o período de 1988 a 2004 ocorreram depois de 1995. Isso representa uma impressionante revitalização da luta, que, como mencionado, começou a perder intensidade no final da década de 1980. Mais de um fator contribuiu para o aumento das ocupações desde meados da década de 1990. O declínio da mineração de ouro e a conclusão do projeto da usina de Tucuruí, por exemplo, contribuíram para elevar o número de trabalhadores desempregados e sem terra no sul do Pará.

No entanto, o fator mais importante na revitalização da luta pela terra durante a última década foi o aumento da capacidade do governo federal para implementar a reforma agrária no Pará, particularmente com a abertura da nova sede regional do INCRA em Marabá. Como isso aumentou muito as chances de obter acesso legal a terras no sul do Pará, essa mudança incentivou trabalhadores e ativistas a se envolverem em novas ocupações.[34] Tanto o MST quanto os sindicatos rurais admitem isso sem reparos. O MST foi uma força vital por trás dessa mudança, contudo ele acabou sendo apenas um de seus beneficiários. O número de ocupações não vinculadas ao Movimento foi muito maior do que as do MST. Na verdade, os sindicatos

[34] O massacre também ajudou a intensificar o ritmo das ocupações de terra no Pará, fazendo com que o governo do estado assumisse uma postura mais reticente em relação a expulsões por parte da polícia nas ocupações, temendo provocar novos massacres. Os batalhões da polícia local, em particular, foram proibidos de se envolver em ações dessa natureza.

1

2

**1.** Ocupação da fazenda Cuiabá, SE (1996). **2.** Ocupação da fazenda Giacometi, PR, com 12.000 pessoas (1996).

3

4

**3 e 4.** Marcha de 800 famílias sem-terra a São Gabriel, RS (2003). **5.** Marcha Nacional a Brasília, 100 mil pessoas participam do trecho final (1997). **6.** Mais de 700 famílias sem-terra ocupam a fazenda Boqueirão, RS (1995).

ORDEM E

5

SEM TERRA, SEM PATRIA...
ATÉ QUANDO? –
AMAMOS NOSSA,
PÁTRIA. MAS ODIAMOS
LATIFUNDIOS

6

7

8

9

10

**7 e 8.** Romaria da Terra com 20.000 pessoas e família acampada na Encruzilhada Natalino, RS (1982). **9.** Acampamento sem-terra em Rio Bonito, PR (1996). **10.** Acampamento de 1.900 famílias sem-terra em Viamão, RS (1998).

11

12

**11 e 12.** Umas 12.000 pessoas participam da Marcha Nacional de 16 dias a Brasília (2005). **13 e 14.** Mais de 1.500 delegados tomam parte do 1º Congresso Nacional do MST, em Curitiba, PR (1985). **15.** Celebrando a diversidade cultural no 5º Congresso Nacional do MST, em Brasília (2007), com a participação de 18.000 pessoas.

13

SEM A TERRA
NÃO HÁ
DEMOCRACIA
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA
1º CONGRESSO NACIONAL
DOS TRABALHADORES

14

15

16

17

**16.** A Brigada Militar interrompe um encontro estadual do MST no assentamento Annoni, RS, e trata seus participantes como criminosos (2008). **17.** Ocupação da fazenda Jaguarão na região de Bagé, RS (1997). **18.** A mãe de Oziel Pereira chora a morte do filho, assassinado pela Polícia Militar em Eldorado dos Carajás, PA (1996). **19 e 20.** Enterro e velório dos 19 sem-terra mortos no massacre de Eldorado dos Carajás, PA (1996).

18

19

20

21

22

23

24

**21 e 22.** Escolas nos acampamentos Taquarusu, Pontal do Paranapanema, SP (1996) e Santa Clara, SE (1996). **23.** Mais de 1.400 crianças participam do 5º Congresso Nacional do MST (2007). **24.** Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema, SP (2005). **25.** Celebrando a emissão de posse no assentamento Chico Mendes, PE (2008). **26.** Colhendo os frutos da terra no assentamento 23 de maio, SP (2009). **27.** Trabalhando no assentamento Annoni, RS (meados dos anos 1990). **28.** Família do assentamento Conquista na Fronteira, SC (1996).

25

26

27

28

29

30

31

32

33

**29.** Lula visita o acampamento Annoni, RS (1986). **30.** João Pedro Stédile num encontro da Escola Nacional Florestan Fernandes, SP (2009). **31.** Adão Pretto (centro) e pe. Arnildo Fritzen (direita) no 1º Congresso Nacional do MST (1985). **32.** Dom Pedro Casaldáliga (sentado) em São Félix do Araguaia, MT (1982). **33.** Dom Tomás Balduíno na Romaria dos Mártires (final dos anos 1980).

**Créditos fotográficos**

**© Sebastião Salgado/Amazonas images** (1, 2, 18, 20, 22, 28); **Leonardo Melgarejo** (3, 4, 10, 15, 16); **João Ripper** (9, 19, 27); **Douglas Mansur** (5, 26); **Francisco Rojas** (11, 12); **João Zinclair** (24); **Verena Glass** (25); **Max da Rocha** (30);
**Arquivo CPT** (6, 13, 14, 17, 21, 31, 33); **Arquivo MST** (23, 29); **Arquivo Prelazia de São Félix** (32); **Zero Hora** (7, 8)

rurais vivenciaram uma espécie de renascença como resultado da renovada atividade de ocupação e do aumento do número de assentamentos da reforma agrária relacionados a essa revitalização. Apesar de seus líderes nem sempre estarem dispostos a reconhecer isso, o recente dinamismo do movimento dos sindicatos rurais deve muito ao impacto político do MST no Pará e em nível nacional.

A influência do MST no Pará, combinada com sua visibilidade nacional e a experiência com a mídia, chegou até a mudar o termo utilizado no estado para se referir às pessoas que lutam pela terra. Hoje em dia, a palavra *posseiro* começou a cair em desuso, até mesmo para descrever as ocupações de terra relativamente pequenas e pouco organizadas, as quais são tradicionalmente associadas aos sindicatos rurais. Cada vez mais, as pessoas pobres que lutam pela terra no Pará são chamadas de "sem-terra", mesmo que não sejam filiadas ao MST. Daí o título deste capítulo.

## CONCLUSÃO

O MST não inventou a luta pela terra no estado do Pará, tampouco se tornou seu principal agente, pelo menos nos termos quantitativos mais óbvios. A FETAGRI e os STRs associados a ela continuam sendo uma força crucial no estado e o principal grupo organizado por trás da mobilização pela terra. No entanto, como argumentamos neste capítulo, o Movimento exerceu papel fundamental nessa disputa no Pará, influenciando profundamente o caráter da mobilização e contribuindo fundamentalmente para a aceleração das atividades de assentamento do governo federal. O MST ajudou a promover a revitalização do movimento popular pela reforma agrária e pode receber grande parte dos créditos pelo aumento do número de assentamentos da reforma agrária desde meados da década de 1990, o que afetou a vida de dezenas de milhares de famílias.

A conquista de novos assentamentos continuará a ser uma das principais metas do MST e de outros grupos pró-reforma agrária. Muita terra cultivável ainda pode ser distribuída. No entanto, um elemento cada vez mais crítico da luta pela reforma agrária no Pará (bem como no resto do Brasil) é provar aos formadores de opinião e ao público mais amplo que essa política funciona de fato para reduzir a pobreza e intensificar o desenvolvimento local. Somente mostrando que os assentamentos representam uma estratégia viável e eficiente em termos de custo para lidar com esses problemas é que os defensores da reforma agrária conseguirão conquistar o apoio político de que precisam para institucionalizar essa política e ganhar força para sua expansão futura.

Esse desafio é tão grande quanto fazer com que o estado redistribua a terra. As autoridades devem ser obrigadas a proporcionar aos assentados

a infraestrutura e os serviços de extensão e crédito de que necessitam para atingir um padrão de vida modesto, porém digno. Muitos desses bens e serviços devem ser proporcionados pelos governos municipais que, com frequência, são bastante conservadores e corruptos e têm pouco interesse em dedicar recursos aos assentamentos. Concomitantemente, a mídia e a opinião pública devem ser convencidas a avaliar o sucesso dos assentamentos da reforma agrária com base em um padrão realista. Considerando as recentes tendências de desenvolvimento, a alternativa mais provável para muitas pessoas pobres, pouco instruídas e sem terra no Pará não é de um emprego bem pago em uma fábrica ou um pequeno negócio próspero, mas uma existência desesperada e itinerante que em muitos casos leva mulheres a vender seu corpo e homens a se submeter a condições de trabalho não muito diferentes da escravidão.

O MST não tem como atingir essa meta sozinho. Isso deve ser realizado por uma ampla frente de grupos que representem os interesses de pequenos lavradores, trabalhadores rurais e outras pessoas de baixa renda. No estado do Pará, a FETAGRI, a CPT e outros grupos progressistas serão participantes fundamentais nesse processo. Contudo, o MST, com sua estrutura nacional, disciplina organizacional, ampla visão estratégica e inegável carisma, está particularmente bem posicionado para liderar essa luta.

# A luta na terra: o MST e os assentamentos

# 9
# A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST

Miguel Carter
Horacio Martins de Carvalho*

A história de Jonas não é muito diferente da de outros militantes do MST. Filho de pequenos agricultores, ele deixou a escola para começar a trabalhar nas granjas aos 13 anos. O serviço era pesado, de mais de 12 horas diárias. Conheceu seu primeiro acampamento de sem-terra numa visita. A pedido de alguns vizinhos, arrumou um caminhão da prefeitura para levá-los até o acampamento. Jonas ficou lá por alguns dias.

> Aí eu fui gostando do ambiente; gostando da amizade, das parcerias, jogo de bola, das discussões, eu fui me interessando por aquilo. Comecei a refletir, "bom, eu voltar lá, para continuar a trabalhar de empregado, na mesma coisa?" Daí nos primeiros dias de acampamento o pessoal queria que eu ajudasse nas coordenações, eu não queria me envolver muito. Mas acabei ajudando na equipe de saúde. Daí foi indo, foi indo.
>
> Quando voltei para casa a buscar meu colchão e coisa e tal, os pais não me queriam deixar ir. A mãe chorava toda. Mas eu estava decidido e resolvi acampar. Daí eu comecei a conhecer a história do Movimento, fazendo cursos e entendendo os princípios da organização, os objetivos, o que o Movimento se propunha. Comecei a me apaixonar pela causa do Movimento. Me envolvi em várias atividades do Movimento. Depois fui para a Escola Nacional, em Caçador (Santa Catarina). Conheci uma companheira lá, hoje nós vivemos juntos. Acabei sendo assentado.

* Os autores gostariam de agradecer a todas as pessoas que facilitaram informações para a elaboração deste texto, de modo especial Miguel Stédile, Edgar Jorge Kölling, Roseli Salete Caldart, Álvaro Delatorre e Bernardo Mançano Fernandes.

> Tenho um lote de terra, gosto muito. Deus me livre! Minha paixão é lidar com a terra. Mas a gente vê que a luta é bem maior, a gente conseguiu aprender isto nesta trajetória da luta do Movimento. O Movimento hoje é minha família. Claro, a gente também gosta muito da família biológica. Hoje meus pais e irmãos têm uma visão bem diferente do Movimento. Eles admiram nós ter ido a acampar, ter participado de uma luta, ter ganhado terra, e hoje nós estar vivendo bem, com dignidade.[1]

***

O acesso à terra traz mudanças significativas para os camponeses que se mobilizaram em torno dela. A criação de um novo assentamento e a emissão de posse outorgada pelo Estado é celebrada como uma valiosa "conquista" pelas famílias sem-terra. Essa vitória, porém, abre novos e grandes desafios. No dizer dos seus protagonistas, ela marca o passo da "luta *pela* terra" à "luta *na* terra". Este capítulo oferece uma análise desse último processo e seu impacto no desenvolvimento do MST.

As ambivalências do contexto brasileiro são fundamentais para compreender o crescimento e fortalecimento organizativo do MST ao longo do último quarto de século. No Brasil, a luta pela reforma agrária surge da conjunção de quatro fatores: (1) um regime democrático, com liberdades de expressão e associação e eleições competitivas, ancorado num "sistema de representação oligárquico" (Montero, 2005, p.71) com uma proteção precária dos direitos humanos; (2) um modelo de desenvolvimento rural excludente, marcado pela força econômica e política dos grandes proprietários de terra e os conglomerados econômicos voltados para o agronegócio; (3) uma sociedade de extremas desigualdades sociais, caracterizada pela marginalização de uma ampla camada da população, que subsiste no desemprego e no trabalho precário; e (4) uma luta camponesa sustentada no ativismo público, combinando diversas formas de pressão social e a disposição de negociar com as autoridades governamentais.[2]

Os avanços e as limitações do MST precisam ser compreendidos a partir dos obstáculos e oportunidades criadas nesse contexto. O conservadorismo agrário e a necessidade de obter concessões do Estado através da luta social engendraram uma dinâmica que reforçou e robusteceu o MST. Antes de diminuí-lo e abatê-lo, estes impedimentos compeliram o Movimento a fortalecer sua estrutura interna e cimentar uma disposição de luta e sacrifício em prol de amplas mudanças sociais. As liberdades políticas,

---

[1] Jonas Iora, entrevista registrada em fita com Miguel Carter, Viamão, Rio Grande do Sul, 9 de julho de 2003.

[2] O "ativismo público" é uma forma de exercer o conflito social de maneira organizada, politizada, visível, autônoma, periódica e de orientação não violenta, conforme explica Carter no Capítulo 6, sobre o Rio Grande do Sul.

o amplo contingente de pessoas vivendo na pobreza extrema, passível de ser recrutada para a luta por terra, e a atenção parcial do Estado às demandas promovidas pelos movimentos sociais no campo, geraram condições, participantes e recursos que sustentaram as lutas do MST no último quarto de século.

A prevalência de uma reforma agrária conservadora, de escassa assistência aos assentados, levou o Movimento a desenvolver diversos mecanismos para obter os benefícios estabelecidos na legislação vigente e suprir as necessidades dos seus assentados. Assim, a luta pela reforma agrária incorporou a luta na terra. Essa luta foi encaminhada pelo MST de duas formas. De um lado, o Movimento manteve seu ativismo público, com ações de pressão e negociação com o governo. De outro, começou a criar vários centros educativos, cooperativas e diversos programas voltados para a formação política e qualificação técnica dos seus quadros. A necessidade de mobilizar seus integrantes e organizar diversas atividades de suplência em relação aos serviços que o Estado deveria proporcionar em favor dos seus assentados deu impulso à crescente sofisticação do Movimento. A sua maior capacidade organizativa foi nutrida ao mesmo tempo por vários elementos internos, entre eles: (1) a experiência acumulada na mobilização de massas; (2) a articulação em rede apoiada em processos decisórios coletivos; (3) a criatividade estratégica; (4) a busca de autonomia financeira; (5) a construção de numerosas parcerias e alianças políticas; (6) o forte investimento na formação dos integrantes; e (7) a promoção da mística e disciplina dos seus militantes.

O capítulo desenrola este argumento em cinco partes. Primeiro, analisa o caráter conservador da reforma agrária brasileira. Logo depois, avalia o impacto desse processo na implantação precária dos assentamentos rurais. A seguir examina a incidência dessa dinâmica no desenvolvimento das inovações e o fortalecimento organizativo do MST. Isso é ilustrado com uma sinopse do desenvolvimento de três setores do Movimento: educação; produção, cooperação e meio ambiente; e comunicação. O sucesso organizativo do MST é em seguida analisado em função dos elementos internos que lhe dão sustentação. Por fim, o texto é concluído com uma avaliação dos constantes desafios da luta na terra.

## A REFORMA AGRÁRIA CONSERVADORA

O marco legal vigente e as instituições do Estado brasileiro voltadas para o mundo rural, incluindo o Poder Judiciário, foram constituídas numa correlação de forças políticas favoráveis aos interesses dominantes no campo. Essa correlação de forças foi um legado do regime autoritário que precedeu à formulação da atual legislação agrária. Mas o caráter conservador da reforma

agrária brasileira também reflete um importante legado histórico anterior: a longa tradição oligárquica que tem permeado o sistema político deste país.

Seguindo a tipologia da reforma agrária apresentada na Introdução deste livro, a "reforma agrária conservadora" define-se por ser de caráter reativo antes que proativo; restrito no seu alcance em vez de empenhado em forjar uma mudança social. Essa reforma responde à pressão social e ao intuito de apaziguar os conflitos rurais, antes que ao esforço por promover a agricultura camponesa mediante a transformação da estrutura fundiária e as suas relações de poder. A perspectiva conservadora vê a reforma agrária como uma questão isolada e setorial; um assunto marginal para o desenvolvimento rural. Seus projetos de assentamentos são pontuais e esparsos, e não alteram de maneira significativa a estrutura fundiária existente. Entre os governantes que adotam essa postura paira o medo de assanhar e confrontar as forças dominantes do campo, a dizer, os grandes proprietários de terra e os conglomerados do agronegócio.[3]

A manifestação mais contundente do teor conservador da reforma agrária brasileira radica na coexistência de grandes extensões de terra improdutiva, passíveis de distribuição conforme as leis existentes, mas cerceada por impasses e obstáculos que restringem a atuação do Estado e penalizam a mobilização social por terra.[4] Segundo dados do governo brasileiro, no início do século XXI havia 231 milhões de hectares disponíveis para a reforma agrária e até 6,1 milhões de famílias que poderiam se beneficiar dela.[5]

O MST e seus aliados no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e a Justiça no Campo são favoráveis à realização de uma "reforma agrária progressista". Esta propõe mudar a estrutura agrária e a correlação de forças sociais e políticas no campo com uma repartição maciça e rápida de terras. Com isso se buscaria: (1) extinguir o latifúndio, por meio da imposição de normas legais que limitem o tamanho da propriedade rural; (2) democratizar o acesso à terra para as famílias pobres no campo; e (3) romper com o oligopólio dos grandes grupos multinacionais que sustentam um modelo agrícola baseado na concentração da terra, no monocultivo, na exclusão social e na degradação do meio ambiente. Uma reforma agrária progressista só pode

3 Sobre o tratamento isolado e setorial da reforma agrária conservadora, cf. Garcia (1973).

4 A hostilidade contra o MST e outros movimentos que lutam pela reforma agrária tem se manifestado de diversas formas, incluindo difamações na mídia, investigações hostis das Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso Nacional e diversas Assembleias estaduais, infiltrações e atos de espionagem das agências de segurança nacional, repressões a atos de protesto social, criminalização das lideranças sem-terra e assassinatos de ativistas camponeses e outros defensores da reforma agrária.

5 As estimativas sobre o volume de terras disponíveis para a reforma agrária são do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003a, p.43 e Tabela 5.1.1.1). As cifras sobre o número potencial de famílias beneficiárias da reforma agrária são de Del Grossi, Gasques, Silva e Conceição (2001).

ser feita por um Estado forte, comprometido com os interesses populares. Isto permitiria ao governo brindar um amplo apoio aos assentados e outros pequenos agricultores através de programas de crédito, comercialização, educação, saúde, obras de infraestrutura e uma assistência técnica voltada para a promoção da agroecologia.[6]

A restauração do regime democrático em 1985 permitiu a eleição de cinco presidentes civis com orientações partidárias e políticas distintas. Todos eles, porém, de José Sarney a Luiz Inácio Lula da Silva, mantiveram de uma forma ou outra uma política agrária conservadora. Embora favoráveis a uma reforma fundiária em suas declarações públicas, na prática todos esses governos implementaram uma política caracterizada por: (1) repartir terras sob pressão social; (2) constituir assentamentos através de um processo jurídico e administrativo lento e complicado; (3) guardar distância diante das violações frequentes de direitos humanos no campo e a ampla impunidade judicial; (4) favorecer uma distribuição residual de terras, feita em lugares distantes e de forma dispersa; e (5) oferecer escasso apoio aos assentamentos, ou facilitá-los apenas em função da pressão dos movimentos sociais. Vejamos detalhadamente cada um desses atributos da reforma agrária conservadora:

1) *Repartição de terras sob pressão social.* Entre os especialistas agrários há um amplo consenso de que sem luta social não haveria distribuição de terras no Brasil.[7] Um estudo realizado em várias regiões do país constatou que 96% dos 92 assentamentos pesquisados nasceram de algum conflito entre os proprietários e os camponeses. Em 72% dos casos houve algum tipo de ocupação de terras. O Estado tomou a iniciativa de desapropriar a área em apenas 11% dos assentamentos.[8] A mobilização por terra tem sido um fator constante nas últimas duas décadas. Entre 1987 e 2006 foram registradas 7.078 ocupações de terra, envolvendo mais de um milhão de famílias; sem contar as numerosas ocupações sigilosas realizadas por posseiros na região

[6] A implantação do programa de reforma agrária proposto pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio (2003) teria apresentado vários aspectos de um modelo progressista de reforma agrária. O Capítulo 14, de Branford, explica com maiores detalhes o desenlace desse plano, que foi rejeitado parcialmente pelo governo Lula. Sobre a concepção progressista da reforma agrária no Brasil, cf. Carvalho (2003).

[7] A importância da pressão social para a distribuição de terras no Brasil é um ponto de unanimidade entre todos os autores que compõem este livro.

[8] Heredia et al. (2004, p.40-3). Esses dados provêm de um dos principais estudos sobre os impactos dos assentamentos, encomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e realizado por uma equipe de professores universitários do Rio de Janeiro. Essa pesquisa selecionou seis “manchas” socioterritoriais em diversos pontos do país onde existia uma elevada concentração de assentamentos. Uma versão resumida deste estudo pode encontrar-se em Heredia et al. (2006, 2002).

amazônica.[9] A pressão social também se exprime pela formação de acampamentos de sem-terra e a realização de marchas, ocupações de prédios públicos, greves de fome e outros atos de protesto. O alcance dessas mobilizações foi expressivo. Só entre 2003 e 2006 houve 3.129 acampamentos e manifestações pela reforma agrária e o apoio à agricultura familiar, envolvendo quase 2,4 milhões de lavradores.[10]

2) *Processo administrativo lento e complicado.* Mesmo com a pressão social, os procedimentos burocráticos de implantação de um assentamento podem durar vários anos. A velocidade do processo varia em grande medida segundo a vontade política do governo e a ocorrência de entraves judiciais. Na média nacional, a demora entre o início da mobilização pela terra e a desapropriação do imóvel é de quatro anos.[11] Durante esse tempo devem-se cumprir diversos ritos administrativos que vão desde a vistoria formal de uma fazenda para a sua caracterização como latifúndio até a assinatura do decreto presidencial que desapropria a área por interesse social para fins de reforma agrária. O Poder Judiciário pode interromper esse processo a qualquer momento a partir de recursos impetrados pelo proprietário da terra. Tudo isso reflete o fato de que uma reforma agrária conservadora é feita sob uma arquitetura legal e burocrática desenhada para proteger os interesses dos grandes proprietários antes que favorecer a redistribuição da terra.
3) *Violações de direitos humanos e impunidade.* Os conflitos por terra no Brasil têm produzido reiterados atos de violência e abuso em detrimento de camponeses e ativistas engajados na mobilização pela reforma agrária. Os dados apresentados na Tabela 9.1 sugerem que esse é um problema de caráter estrutural. Ainda com as variações de um período a outro, houve um número elevado de assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, tortura, agressões físicas e prisões de pessoas envolvidas na luta pela reforma agrária em todos os governos que se sucederam ao regime militar.

[9] Os dados referentes ao período 1988-2006 são do DATALUTA (2007a). Os dados para o ano de 1987 são da CPT (1992, p.12). Além dos relatórios anuais da CPT, uma visão geral da situação dos direitos humanos no campo brasileiro pode encontrar-se em Sydow e Mendonça (2007).

[10] Os dados sobre manifestações e acampamentos de 2003 a 2006 são dos relatórios anuais da CPT (2004, 2005, 2006, 2007b). O número de pessoas acampadas foi estimado na base de cinco pessoas por cada família acampada. O número de manifestantes inclui uma cifra indeterminada de pessoas que podem ter participado de mais de 1 ato de protesto.

[11] A estimativa do tempo de demora para assentar as famílias sem-terra foi obtida junto aos representantes da Rede Nacional de Advogados e Advogados Populares (RENAP) e à Secretaria Nacional da CPT.

Tabela 9.1 Violações de direitos humanos no campo, Brasil, 1988-2006: tipos de abusos segundo a média anual de cada período presidencial

| Presidente | Período | Assassinatos | Tentativas de assassinatos | Ameaças de morte | Tortura | Agressão física | Presos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Sarney | 1988-1989 | 84 | 84 | 144 | 36 | 1.016 | 334 |
| Collor | 1990-1992 | 90 | 74 | 202 | 69 | 2.215 | 252 |
| Franco | 1993-1994 | 50 | 50 | 183 | 63 | 2.148 | 303 |
| Cardoso 1 | 1995-1998 | 43 | 49 | 106 | 31 | 1.020 | 465 |
| Cardoso 2 | 1999-2002 | 30 | 56 | 139 | 31 | 233 | 347 |
| Lula 1 | 2003-2006 | 47 | 73 | 256 | 34 | 449 | 495 |
| Média anual | 1988-2006 | 49 | 63 | 172 | 42 | 1.041 | 382 |

*Fonte:* Elaboração dos autores a partir dos relatórios anuais da CPT. Para mais detalhes, cf. a Tabela 9.13, no Anexo.

O número de assassinatos por conflitos no campo teve uma queda perceptível depois do governo Sarney, como mostra a Tabela 9.2, mas ainda é expressivo. Ele manteve o tempo todo um caráter seletivo e de efeitos de intimidação. Grande parte dos assassinados foi de lideranças camponesas, sindicais e religiosas comprometidas com a luta pela terra. Essa reação violenta por parte de grupos vinculados às grandes propriedades rurais reflete uma prática sistêmica, ancorada em relações e orientações sociais autoritárias que veem nas lutas populares uma afronta à "ordem estabelecida". A assiduidade das violações de direitos humanos no campo está estreitamente ligada à altíssima impunidade em torno a estes abusos. Só 8% dos assassinatos cometidos entre 1985 e 2006 foram ajuizados, e apenas 20 dos fazendeiros que encomendaram esses crimes foram condenados.[12] Essa situação é reforçada pelas tradições patrimoniais do Estado brasileiro, a escassa presença do poder público em muitas áreas do país, a afinidade histórica entre o Judiciário e a elite agrária, e as graves desigualdades sociais no meio rural.

Tabela 9.2 Assassinatos por conflitos no campo, Brasil, 1985-2006: por período presidencial

| Presidente | Período | Total | % | Média Anual |
|---|---|---|---|---|
| Sarney | 1985-1989 | 561 | 43 | 112 |
| Collor | 1990-1992 | 179 | 14 | 60 |
| Franco | 1993-1994 | 99 | 8 | 50 |
| Cardoso 1 | 1995-1998 | 172 | 13 | 43 |
| Cardoso 2 | 1999-2002 | 120 | 9 | 30 |
| Lula 1 | 2003-2006 | 189 | 14 | 47 |
| Total | 1985-2006 | 1 320 | 100 | 60 |

*Fonte:* Elaboração dos autores a partir dos relatórios anuais da CPT, e Barp e Barp (1998) para os dados de 1985 e 1987.

[12] CPT (2007a).

4) *Distribuição residual de terras.* A reforma agrária conservadora é pautada por um instinto conciliador que busca apaziguar os conflitos rurais sem ferir os interesses dominantes no campo. Nessas circunstâncias, o governo reage às lutas por terra sem ter um projeto claro de mudança fundiária e, com isso, predomina a lógica de implantar os assentamentos onde for mais fácil para o Estado e menos inconveniente para os latifundiários. Assim, a distribuição de terras acaba sendo residual. Na prática isso se observa pela tendência a repartir terras em áreas remotas e despojadas, de preferência nas regiões da fronteira agrícola, acompanhada pela dispersão territorial dos assentamentos.

A experiência brasileira ilustra essa dinâmica de forma nítida. Neste país, os assentamentos de reforma agrária estão concentrados nas regiões de fronteira e nas partes mais empobrecidas do país, como mostra a Tabela 9.3. Mais de 70% das terras repartidas entre 1985 e 2006 estão na Amazônia, a dizer, na região Norte e os estados vizinhos de Mato Grosso e Maranhão. No entanto, a pressão mais intensa pela reforma agrária aconteceu nas regiões Sul e Sudeste do país. Entre 1988 e 2006, essas duas regiões do país – de fato, as mais desenvolvidas e onde o valor da terra é mais alto – registraram a metade das ocupações de terra, mas só tiveram o assentamento de 9% das famílias sem-terra, numa área total que apenas alcançou os 5% do território distribuído pelo Estado.[13]

Tabela 9.3 Reforma agrária no Brasil, 1985-2006, por grande região

| Região | Famílias assentadas | | Área distribuída | |
|---|---|---|---|---|
| | Total | % | Total | % |
| Norte | 313.592 | 38,0 | 23.521.185 | 56,9 |
| Nordeste | 300.074 | 36,4 | 9.097.603 | 22,0 |
| Centro-Oeste | 132.363 | 16,0 | 6.720.901 | 16,3 |
| Sudeste | 43.655 | 5,3 | 1.252.487 | 3,0 |
| Sul | 35.648 | 4,3 | 742.984 | 1,8 |
| Brasil | 825.332 | 100 | 41.335.160 | 100,0 |

*Fonte:* Elaboração dos autores a partir de DATALUTA (2008a).[14]

[13] Os dados sobre ocupações de terra entre 1988 e 2006 são do DATALUTA (2007a).

[14] DATALUTA oferece uma das bases de dados mais completas sobre questões agrárias no Brasil. Seus números sobre assentamentos baseiam-se em informações fornecidas pelo INCRA e os institutos de terra dos estados de São Paulo e Mato Grosso. A compilação e revisão minuciosa desses dados é feita pelo Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), *campus* de Presidente Prudente, sob a coordenação do prof. Bernardo Mançano Fernandes. As cifras de assentamentos apresentadas neste texto excluíram 55 dos 7.575 assentamentos implantados entre 1985 e 2006, conforme é explicado no capítulo de Introdução ao livro (cf. o rodapé 63). Estes 55 assentamentos são essencialmente reservas extrativistas localizadas na região Norte, que abarcam uma área

A prática conservadora de dispersar os assentamentos dilui os impactos positivos da reforma agrária. O isolamento geográfico dessas comunidades reduz seu acesso ao mercado, aos serviços públicos e às fontes de trabalho não agrícola. Esse afastamento diminui também as possibilidades de cooperação entre os assentados e enfraquece a sua influência política no âmbito local. Tudo isso restringe as oportunidades de alterar a correlação de forças no campo. No Brasil, as "manchas" de assentamentos que existem em lugares como o Pontal do Paranapanema, o sul do Pará e o oeste catarinense se deram pela dinâmica das lutas locais e as maiores possibilidades de desapropriação de terras nessas regiões, e não como resultado de um enfoque territorial da reforma agrária.

5) *Escasso apoio aos assentamentos.* A grande maioria dos assentados vem de uma situação de extrema pobreza. Por isso, a legislação agrária e as normas administrativas do INCRA, órgão federal responsável pela reforma agrária, preveem uma assistência aos novos assentados a fim de facilitar condições mínimas de qualidade de vida e de produção. Esses recursos governamentais são indispensáveis para suprir as carências imediatas e começar a gerar algum tipo de renda agrícola. Numa situação ótima, a consolidação de um assentamento exigiria no mínimo cinco anos de apoio direto e constante por parte do Estado. Porém, o descompasso entre as normas vigentes e a realidade nos assentamentos tem sido marcante, particularmente nas primeiras duas décadas da reforma agrária iniciada no governo Sarney. A omissão do Estado na destinação de créditos e recursos para a habitação, educação, saúde, saneamento, energia elétrica, estradas, aquisição de máquinas e outros equipamentos agrícolas forçou o MST e outros movimentos a pressionar o governo federal para concretizar a execução dessas políticas públicas.

Uma pesquisa realizada em todos os assentamentos do país demonstrou que em 2002 as condições de vida eram precárias em quase a metade das comunidades criadas entre 1995 e 2001 (Sparovek, 2003, p.169). Um terço desses assentamentos não contava com casas definitivas. A metade não possuía água potável e em 55% não havia eletricidade. Nesses assentamentos, 29% das famílias com filhos em idade escolar não tinham acesso às escolas de ensino fundamental, e 77% não tinham acesso ao ensino médio. Além disso, 38% dos as-

total de 18.339.543 hectares, beneficiando 35.957 famílias, numa média de 510 hectares por família; 47 dessas reservas extrativistas foram criadas no primeiro mandato do governo Lula. É importante ressaltar que o número de famílias assentadas utilizado aqui reflete o número de parcelas de terra disponíveis, e não o número de famílias assentadas *per se*. Essa cifra, portanto, reflete uma estimativa máxima do número de famílias assentadas. Para uma discussão mais detalhada sobre os números da reforma agrária brasileira cf. os Capítulos 2, de Delgado, 5, de Fernandes, e a Introdução deste livro, assim como Melo (2006, p.220-3).

sentamentos não tinham atendimento regular de serviços de saúde e 62% careciam de acesso à saúde emergencial. Enquanto isso, mais da metade dos assentamentos não tinha estradas internas ou meios de transporte público.[15] Outro estudo realizado entre 2000 e 2001 constatou que um terço dos assentados não tinha recebido os créditos prometidos pelo INCRA. Dos que acederam a este financiamento, 59% indicaram ter sofrido problemas de atraso ou outros impedimentos (Leite et al., 2004, p.215-22). Essa situação precária gerou muitas dificuldades e conflitos internos nos assentamentos criados nesse período, como exemplificam os estudos de caso retratados nos Capítulos 11 e 12, de Wolford e Calvo-Gonzalez, respectivamente.

As cinco características da reforma agrária conservadora – repartição de terras sob pressão social, processos administrativos lentos e complicados, violações frequentes de direitos humanos com ampla impunidade, distribuição residual de terras, e escasso apoio aos assentamentos – persistiram ao longo de todos os governos federais estabelecidos entre 1985 e 2006. Houve, porém, algumas diferenças perceptíveis entre essas administrações. A criação de assentamentos teve um expressivo aumento no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, como se pode observar na Tabela 9.4, depois dos massacres de camponeses sem-terra em Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996). O ritmo desacelerou no segundo governo Cardoso, e cresceu novamente com a maior mobilização por terra no primeiro governo Lula.

Tabela 9.4 Reforma agrária no Brasil, 1979-2006, por período presidencial

| Presidente | Período | Famílias assentadas | | | Área distribuída | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Média anual | % | Total | Média anual | % |
| Figueiredo | 1979-1984 | 53.927 | 10.785 | 6,1 | 4.710.611 | 942.122 | 10,2 |
| Sarney | 1985-1989 | 92.178 | 18.436 | 10,5 | 5.091.049 | 1.018.210 | 11,1 |
| Collor & Franco | 1990-1994 | 57.194 | 14.299 | 6,5 | 2.895.903 | 723.976 | 6,3 |
| Cardoso 1 | 1995-1998 | 299.863 | 74.966 | 34,1 | 12.222.613 | 3.055.653 | 26,5 |
| Cardoso 2 | 1999-2002 | 155.491 | 38.873 | 17,7 | 6.768.771 | 1.692.193 | 14,7 |
| Lula 1 | 2003-2006 | 220.606 | 55.152 | 25,1 | 14.356.824 | 3.589.206 | 31,2 |
| Total | 1979-2006 | 879.259 | 32.565 | 100 | 46.045.771 | 1.705.399 | 100 |

*Fonte:* Elaboração dos autores a partir de DATALUTA (2008a).

[15] Sparovek (2003, p.111-4). O mesmo estudo constatou que a precariedade dos assentamentos era maior nas regiões Norte e Nordeste que no Sul e Sudeste do país, e de modo geral nos assentamentos criados entre 1995 e 2001, embora a margem de diferença entre esses assentamentos e os projetos implantados entre 1985 e 1994 fosse pequena em alguns itens (Sparovek, p.98-101).

Os governos de Cardoso e Lula não apresentaram grandes diferenciais quanto ao número de famílias assentadas. Durante os dois mandatos de Cardoso, assentou-se uma média anual de 56.919 famílias sem-terra, 1.768 famílias a mais do que no primeiro período Lula. Por outro lado, as Tabelas 9.5 e 9.15 (no anexo) mostram que a administração Lula acentuou a distribuição de lotes em territórios periféricos. Quase a metade das famílias assentadas e perto de três quartos das áreas distribuídas no seu governo foram estabelecidos na região Norte, onde houve uma menor pressão social por terra. Por outro lado, entre 2003 e 2006, um terço das mobilizações no campo – ocupações de terra, acampamentos e manifestações – se deu nas regiões Sul e Sudeste, onde participaram 39% das pessoas mobilizadas. No entanto, no primeiro governo Lula essas regiões foram beneficiadas com menos de 3% das terras reformadas e só 7% das famílias assentadas.

Tabela 9.5 Pressão social e reforma agrária no governo Lula, 2003-2006: por região do país, em porcentagem

| Regiões | Pressão social | | Reforma agrária | |
|---|---|---|---|---|
| | Mobilizações | Camponeses mobilizados | Famílias assentadas | Área distribuída |
| Norte | 12,1 | 9,9 | 46,7 | 72,7 |
| Nordeste | 38,6 | 33,2 | 33,9 | 18,9 |
| Centro-Oeste | 15,8 | 17,8 | 12,4 | 5,6 |
| Sudeste | 16,6 | 13,2 | 4,6 | 2,1 |
| Sul | 17,0 | 25,9 | 2,4 | 0,7 |

*Fonte:* Elaboração dos autores com dados da CPT (2004, 2005, 2006 e 2007) para a pressão social e DATALUTA (2008a) para os assentamentos de reforma agrária. A "pressão social" compreende ocupações de terra, acampamentos e manifestações de trabalhadores rurais.

Em outros aspetos o governo Lula foi menos conservador que seus antecessores. A sua administração teve um trato mais aberto e dialogal com os movimentos sociais do campo, alguns dos quais acabaram influenciando as nomeações de cargos de confiança no Ministério do Desenvolvimento Agrário e no INCRA. O governo Lula também deu maior apoio financeiro e logístico para a consolidação dos assentamentos e a promoção de programas de educação e desenvolvimento rural no meio camponês. O orçamento para o crédito agrícola destinado aos assentados e pequenos agricultores – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – quadruplicou-se entre as safras de 2002/2003 e 2006/2007, subindo a dez bilhões de reais. Os recursos destinados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e suas parcerias com universidades públicas e escolas técnicas passaram de uma média anual de dez milhões de reais antes de 2003 a uma de 35,4 milhões nos quatro anos seguintes. O Pro-

grama de Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) mais que triplicou a sua cobertura depois de 2003, chegando a atender 555 mil famílias em 2006. Ademais, o Programa Luz para Todos iniciado pelo Ministério das Minas, Energia e Comunicações do governo Lula estendeu, até meados de 2007, a eletrificação rural a 6,1 milhões de pessoas.[16]

Essas e outras melhorias foram efetuadas num clima de insistente pressão por parte dos movimentos sociais no campo. Em muitos casos as políticas governamentais foram implementadas a partir de demandas concretas formuladas por associações camponesas. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo, foi instituído a pedido dos movimentos sociais em 2003. De reconhecido sucesso nos últimos anos, esse programa garante a compra da safra de assentados e pequenos agricultores. A contratação de 1.800 novos funcionários para o INCRA, decisão que aumentou a capacidade de atuação desse órgão em 40%, foi assumida pelo governo federal como parte do acordo realizado com o MST durante a Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 2005, mobilização na qual 12.000 pessoas caminharam 220 quilômetros até Brasília.[17]

Apesar de suas promessas históricas em favor de uma reforma agrária progressista, o presidente Lula manteve a inércia conservadora, atenuando-a só em parte. Essa orientação se explica pelo fato de o governo Lula ter propulsado a expansão do agronegócio no Brasil. A proteção política e a concessão de amplos financiamentos para esse modelo de produção agroindustrial em grande escala, voltada para exportação de *commodities* agrícolas, teve um profundo impacto na política agrária do governo Lula. De fato, entre 2003 e 2007, a agricultura empresarial, de grande escala, foi valorizada sete vezes mais que a agricultura camponesa e familiar, responsável pelo emprego de 87% da força de trabalho no campo.[18]

A consolidação de um padrão de desenvolvimento rural sustentado no agronegócio reforçou diversos mecanismos de exclusão social, os quais acabaram limitando as possibilidades de redistribuição de terra, renda e poder. Em contraste à agricultura familiar, o agronegócio concentra riquezas, gera pouco emprego e tem um alto custo ambiental, devido à monocultura extensiva, ao uso intensivo de pesticidas e à notável contribuição para a

[16] Os dados sobre o PRONAF, PRONERA e ATES são do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2006, p.129, 76-7, 71). As cifras para o Programa “Luz para Todos” são do Ministério das Minas, Energia e Comunicações (2007).

[17] Conforme os dados do MDA (2006, p.69), o incremento do orçamento do INCRA foi de 1,7 bilhão de reais em 2003 a 3,8 bilhões em 2006.

[18] Segundo o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2008), o governo federal facilitou créditos em um valor de 231,5 bilhões de reais para o agronegócio e 32,8 bilhões para a agricultura familiar nas safras de 2003/2004 a 2007/2008. Os dados sobre o emprego gerado na agricultura camponesa e familiar são de Oliveira (2004, p.16).

destruição de florestas e outros espaços naturais. No governo Lula, a opção preferencial pelo agronegócio emperrou a possibilidade de levar adiante uma reforma agrária mais progressista.[19]

## OS ASSENTAMENTOS: DIVERSIDADE E AVANÇOS NO MEIO DA PRECARIEDADE

A expressão usual "assentamento de reforma agrária" pode induzir a uma tendência de se homogeneizar um universo altamente diversificado. Todo assentamento enquanto unidade socioterritorial contempla diversas dimensões: entre elas, a econômica, social, política e cultural. A multiplicidade de combinações entre essas dimensões dependerá, entre outros fatores, do número de famílias assentadas, das suas origens geográficas, das histórias de vida (incluindo as relações de trabalho, sociais, religiosas e políticas em que estavam inseridas), da microrregião do país onde esse assentamento se constituiu, da forma como se deu a luta pela terra e da capacidade de organização dessas famílias para resistir na terra.

Existem assentamentos com apenas cinco famílias, mas há outros com mais de 1.500 famílias, ou seja, aproximadamente 7.500 pessoas. Há tanto assentamentos isolados nas matas do sul do estado do Pará, na região amazônica, como há assentamentos na área metropolitana de São Paulo ao lado de grandes indústrias. Foram constituídos assentamentos em áreas de terras do sertão nordestino, no semiárido, cuja possibilidade efetiva de produção depende de irrigação, prática cujo alcance situa-se entre o remoto e o inalcançável. Outros assentamentos, no entanto, estão localizados nas terras de mais alta fertilidade do país, como aquelas no oeste do estado do Paraná.

A origem heterogênea dos trabalhadores rurais sem-terra incide na organização e dinâmica de vida dos assentamentos. Entre os sem-terra há filhos de pequenos proprietários rurais, camponeses com pouca terra, assalariados rurais, posseiros, arrendatários, parceiros, ribeirinhos e extrativistas. Além disso, há uma parcela de assentados de origem rural que viveu um tempo nas periferias urbanas e logo voltou ao campo por falta de emprego e segurança pública. Esta tendência acentuou-se em alguns estados no início

[19] Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a ênfase do governo Lula está na "qualificação dos assentamentos" antes que em sua expansão "quantitativa" – cf. Pardellas e Marques (2008). Avaliações mais críticas do governo Lula podem ser encontradas em Oliveira (2006), INESC (2006) e MPA, MST, MAB, MNC, CPT e ABRA (2006). Na opinião de Guilherme Delgado, o segundo governo Lula "abandonou a reforma agrária" (Pereira Filho, 2008). Sobre a economia política do governo Lula, cf. Filgueiras e Gonçalves (2007).

da década de 2000. Em diversos assentamentos na metade sul do estado do Rio Grande do Sul (em municípios como Canguçu, Bagé, Hulha Negra e Santana do Livramento) um número expressivo dos assentados veio do meio urbano, muitos deles antigos operários de fábricas que perderam seus empregos nas regiões industriais desse estado. Nas áreas metropolitanas das cidades de Porto Alegre e de São Paulo há assentamentos denominados "rururbanos" onde a família reside no lote do assentamento, mas parte dos seus membros trabalha na cidade enquanto os outros familiares cuidam do lote rural. Nesses assentamentos é comum se encontrar uma combinação de famílias com tradição rural e outras que nunca exerceram atividades na agropecuária.

A diversidade sociocultural dos trabalhadores rurais sem-terra contribui para ampliar a complexidade das relações sociais internas no assentamento e podem dificultar a harmonização dos interesses entre os assentados. Perante esses desencontros culturais e pessoais, a vida nesses assentamentos nem sempre contribui para a construção de novas identidades sociais. Nisto incide muitas vezes o fato de que milhares de sem-terra são assentados em áreas muito diferentes das que eles tinham familiaridade geográfica.

A heterogeneidade dos assentamentos se conjuga com alguns traços comuns à grande maioria dos assentados. Uma das maiores pesquisas feitas sobre assentamentos constatou que 94% dos assentados têm origem rural ou experiência de trabalho agrícola. Segundo a mesma pesquisa, a escolaridade nessas comunidades é baixa, sendo que um terço dos assentados nunca foi à escola e 87% não passaram da 4ª série (Heredia et al., 2004, p.287-8). As trajetórias de vida dessas pessoas foram marcadas pela pobreza, a falta de oportunidades de trabalho e a expectativa animada durante a luta pela terra de ter um futuro mais estável e digno para a família.

Apesar da hostilidade dos setores adversos à reforma agrária, das omissões na assistência do Estado e a precariedade de muitos assentamentos, a formação dessas comunidades tem apresentado avanços importantes para o desenvolvimento rural no Brasil. Entre 1985 e 2006, a implantação dessas comunidades permitiu que 5,1 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza acedessem a uma moradia com fonte segura de emprego, renda e alimentação.[20] Os resultados das principais pesquisas científicas sobre assentamentos revelam que a criação desses territórios auspiciou substanciais melhorias nas condições de vida das famílias beneficiárias, conforme demonstram os dados da Tabela 9.6.[21]

[20] Esta estimativa baseia-se nos dados do DATALUTA para o número de famílias assentadas e a média de 6,2 pessoas residentes no lote, conforme o estudo de Heredia et al. (2004, p.120-4).

[21] Heredia et al. (2004). Outros estudos sobre assentamentos também revelam vários aspectos positivos e apontam diversas limitações, cf. Medeiros e Leite (2004, 1999); Linhares, Medeiros, Padrão e Alentejano (2002); Schmidt, Marinho e Rosa (1998); Sauer (1998); Romeiro, Guanziroli, Palmeira e Leite (1994); e Medeiros, Barbosa, Franco, Esterci e Leite (1994).

Tabela 9.6 Condições de vida nos assentamentos e percepção dos assentados

| Assentados que dizem que melhorou: | |
|---|---|
| Qualidade de vida | 91% |
| Habitação | 79% |
| Educação | 70% |
| Segurança física | 68% |
| Alimentação | 66% |
| Poder de compra | 62% |
| Saúde | 53% |
| Acesso ao crédito | 81% |
| Futuro da família | 87% |
| Assentados que têm os filhos morando no lote | 80% |
| Assentamentos com associações | 96% |

*Fonte:* Heredia et al. (2004).[22]

Os efeitos mais visíveis da reforma agrária brasileira podem ser constatados no plano local, sobretudo nos municípios onde houve uma maior concentração de projetos de assentamento. Nessas localidades, como assinala o Capítulo 10, de Bergamasco e Norder, constatou-se uma ampliação da população do campo ou, no mínimo, a redução do êxodo rural. Assim, a criação dessas comunidades tem ajudado a amortecer o crescimento dos cinturões de miséria que envolvem quase todas as cidades do Brasil.

Além disso, a formação de assentamentos tem dinamizado muitas economias locais. Diversas pesquisas mostram uma notável melhoria no poder aquisitivo dos assentados, tanto nos gêneros alimentícios como nos bens de consumo em geral, eletrodomésticos, insumos e implementos agrícolas. O maior consumo, juntamente com a produção dos assentados, a criação de cooperativas e pequenas agroindústrias em vários assentamentos, e a liberação de créditos para a implantação dessas comunidades, tem fortalecido o comércio local e estimulado o trabalho de construção. Ademais, o aumento da oferta e a diversidade de alimentos produzidos localmente ajudaram a baixar o custo e melhorar a qualidade da nutrição em vários municípios do interior, especialmente com a promoção das feiras livres.[23]

[22] Essas cifras de Heredia et al. (2004, p.337, 347) não representam uma mostra nacional, mas são o resultado da melhor e mais abrangente pesquisa feita sobre o assunto. Das 1.568 famílias entrevistadas, só 9% disseram que a qualidade de vida não melhorou.

[23] A pesquisa de Heredia et al. (2004, p.216) constatou que 93% das famílias que receberam crédito nunca tiveram acesso antes ao financiamento público. O mesmo estudo calculou uma renda familiar mensal média de 312 reais em 1999 (safra 1998/99), ou seja, 177 dólares; dos quais 69% se originam da produção no lote, 14% das atividades de trabalho externo e 17% dos benefícios previdenciários (Heredia et al. 2004, p.233-41). Sobre a diversificação da estrutura produtiva microrregional e a dinamização do comércio local, cf., neste livro, o Capítulo 10, de Bergamasco e Norder; cf. também Medeiros e Leite (2004).

Em vez de ser um ponto final das lutas, os projetos de assentamento se constituíram num ponto de partida de novas demandas e um espaço alternativo para o exercício da participação pública.[24] A luta pela terra contribuiu à preparação de novas lideranças, inovou as formas de organização popular e fortaleceu a capacidade de diálogo e relacionamento entre os movimentos camponeses e o Estado. Essas experiências permitiram o desenvolvimento do capital social dos assentados, avivando, na maioria dos casos, a vida associativa nos assentamentos e estimulando a formação política dos seus dirigentes.[25]

Essa nova dinâmica, associada à incorporação de novos eleitores locais, fez que a implantação de assentamentos mudasse o cenário político de vários municípios. Ao longo dos anos, um número de assentados chegou a disputar eleições para sindicatos, para vereadores nas Câmaras Municipais e, em raros casos, até para prefeituras e cargos de deputados estaduais ou federais. Outros se engajaram na formação de cooperativas e ajudaram a organizar novos movimentos sociais. Tudo isso fortaleceu a representação dos interesses populares e permitiu a ampliação da agenda de discussão pública, auspiciando dessa forma a democratização do poder local em diversas regiões do Brasil.

Longe de ser uma política cara e restritiva, a reforma agrária tem demonstrado ser financeiramente viável e de benefícios multiplicadores que vão muito além do mero impacto econômico. O custo médio da criação de um posto de trabalho pela reforma agrária é muito menor que o valor da criação de empregos nos setores da indústria, comércio e serviços.[26] Em suma, além de estabilizar e melhorar as condições de vida de 825 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra, a formação de assentamentos contribuiu para a recuperação da autoestima desses trabalhadores rurais e a extensão de direitos de cidadania no meio rural.

---

[24] A modo de ilustração, Heredia et al. (2002, p.19) constataram que em 71% dos assentamentos em que foi implantada uma escola pública a demanda veio dos próprios assentados.

[25] Estas observações partilham ideias apresentadas por Heredia et al. (2004, p.139-42) e Medeiros e Leite (2004, p.47-9). Segundo Heredia et al. (2004, p.303), 8% dos assentados participaram de cursos de formação política, sendo que 77% destes o fizeram depois de assentados.

[26] Um estudo do INCRA calculou que cada lote familiar teve um custo médio de 10.940 dólares em 2004. Em média, cada lote emprega três pessoas acima de 14 anos, segundo Heredia et al. (2004, p.128), com o qual o custo médio de cada posto de trabalho gerado pela reforma agrária alcança 3.640 dólares. Isto é muito menor do que o valor da criação de empregos nos setores da indústria, comércio e serviços, que são, respectivamente, 128%, 190% e 240% mais caros. Este cálculo parte do estudo de Leite (2006, p.152-4).

# DESENVOLVENDO CAPACIDADES NA LUTA: INOVAÇÃO E FORTALECIMENTO ORGANIZATIVO DO MST

A luta na terra precisa ser compreendida no seu contexto e, de modo particular, a partir da dinâmica conservadora da reforma agrária brasileira. Ela é que explica em grande parte as forças, fraquezas e limitações do MST. A longa permanência e sofisticação alcançadas pelo Movimento devem ser entendidas como parte deste processo. De fato, a lentidão do Estado na implantação de assentamentos e a falta de assistência a essas comunidades obrigaram o Movimento a desencadear diversas iniciativas para que o governo federal cumprisse com o apoio previsto. Ao longo do tempo, essa situação foi demandando uma maior capacidade operativa, seja para exigir a execução dos direitos dos assentados ou para desenvolver atividades suplementares junto a eles. Isto levou à constituição de distintos setores e coletivos temáticos dentro do MST, e à criação de diversas cooperativas, centros educativos, veículos de comunicação e grupos artísticos. O resultado desse processo desembocou numa organização complexa, articulada em rede, com instâncias de representação de níveis nacional, estadual, regional e local.

A atual estrutura do MST reflete dois legados históricos significativos. O primeiro é o resultado da decisão de manter a unidade da luta de acampados e assentados, assumida no Primeiro Encontro Nacional de Assentados, em 1986. Essa definição estratégica deu coesão às mobilizações pela terra e na terra, reforçando-as mutuamente, ao tempo de fomentar os laços de solidariedade entre as diversas gerações que militam no MST.[27]

O segundo legado histórico reproduz elementos das condições sociais nas quais se formou o Movimento. O MST nasceu no Sul do Brasil, no início da década de 1980. Na época, essa era uma das regiões mais desenvolvidas do país, com um Estado mais estruturado e eficiente, e uma sociedade civil mais organizada. Essa origem teve um impacto sutil na conformação do Movimento. Ela ajudou a cimentar a capacidade organizativa do MST e afirmar a disciplina dos seus militantes. A expansão territorial do Movimento e a formação de seus quadros ajudaram a difundir essas orientações.

[27] A decisão de manter a unidade da luta dos acampados e assentados se fez no primeiro encontro nacional de assentados, celebrado com representantes de 11 estados, em Cascavel, Paraná. Esse evento sepultou de vez a proposta de criar uma nova organização só para os assentados. A respeito, cf. Stédile e Fernandes (1999, p.92) e Branford e Rocha (2004, p.132).

Ainda hoje há um número expressivo de militantes do Sul do Brasil que atuam na articulação dos setores do MST. Mas a presença de ativistas de outras regiões cresceu substancialmente na última década, principalmente com a rápida expansão do Movimento no Nordeste brasileiro, onde, em 2006, estava assentada a metade das famílias do MST. As Tabelas 9.7, 9.16 e 9.17 (estas duas últimas no anexo a este capítulo) oferecem uma estimativa do volume e da extensão geográfica dos assentamentos vinculados ao MST.

Tabela 9.7 Assentamentos vinculados ao MST, 2006: Cifras estimativas por região

| Região | Assentamentos | | Famílias assentadas | | Área distribuída | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Número | % | Número | % | Número | % |
| Norte | 39 | 1,9 | 8.613 | 6,4 | 481.331 | 13,1 |
| Nordeste | 983 | 48,9 | 66.101 | 49,2 | 1.640.113 | 44,5 |
| Centro-Oeste | 125 | 6,2 | 14.737 | 11,0 | 662.205 | 18,0 |
| Sudeste | 221 | 11,0 | 14,077 | 10,5 | 265.986 | 7,2 |
| Sul | 644 | 32,0 | 30.913 | 23,0 | 635.523 | 17,2 |
| Brasil | 2.012 | 100 | 134.440 | 100 | 3.685.158 | 100 |

*Fonte:* Elaboração dos autores com dados do MST (2007) e DATALUTA (2008a).[28] Porcentagem feita sobre o total de assentamentos vinculados ao MST.

A luta na terra levou o MST a articular a sua experiência no ativismo público com um processo de construção de vários projetos levados adiante por diversos grupos dentro do Movimento. Essa combinação de mobilização, negociação e a criação de atividades suplementares levaram à constituição da complexa estrutura em rede que sustenta o MST. É na luta, portanto, que nasceu o Movimento, e nela ele se desenvolveu e fortaleceu.

Cada um dos 13 setores e coletivos instituídos entre 1988 e 2006, apresentados na Tabela 9.8, tem uma história própria. Eles surgiram de preocupações específicas, trabalhadas em espaços de reflexão coletiva no intuito de dar respostas a necessidades concretas da luta pela reforma agrária e a transformação social do Brasil.

[28] A estimativa do número de assentamentos vinculados ao Movimento em 2006 foi elaborada com dados dos assentamentos do MST em 2004. Com base nessas cifras e no total de assentamentos criados entre 1979 e 2004, segundo DATALUTA, foi tirada uma porcentagem dos assentamentos ligados ao MST em cada estado. Essa porcentagem foi aplicada ao número total de assentamentos, famílias assentadas e área distribuída até 2006 para cada estado do Brasil, utilizando as estatísticas do DATALUTA.

Tabela 9.8 Setores e coletivos do MST

| Setores e coletivos | Ano da criação | Antecedentes | Objetivos e atividades principais |
|---|---|---|---|
| Formação | 1988 | Nasce com os cursos para lideranças promovidos pela CPT. Entre 1986 e 1989 o MST envia seus militantes a cursos de formação política organizados pela CUT. Em 1987 começa a formar os dirigentes que irão organizar o Movimento em outros estados. O setor é estruturado no ano seguinte. Em 1990 o MST funda a sua primeira Escola Nacional de Formação, o "Centro de Capacitação Contestado", em Caçador, Santa Catarina. | Fomenta o saber, a consciência de classe e a reflexão crítica junto aos militantes do MST e outras organizações populares, além de trabalhar com a base do Movimento. Apoia cursos de qualificação técnica. Em 1999 começa a organizar cursos em parceria com diversas universidades sobre a "realidade brasileira" e "grandes pensadores brasileiros". Inaugura em 2005 a Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, São Paulo. |
| Educação | 1988 | Se inicia a partir de atividades educativas realizadas nos primeiros assentamentos e acampamentos no Rio Grande do Sul. Cobra impulso, em 1987, com a organização do 1º Encontro de Educadores do MST em São Mateus, Epírito Santo. | Promove o acesso à educação dos participantes do MST e a adoção de políticas públicas voltadas para a educação no campo. Elaborou um método pedagógico inspirado nas ideias de Paulo Freire, orientado para a realidade camponesa e a difusão dos princípios de cooperação e valores em favor da mudança social. É responsável pelo acompanhamento de atividades educativas que incluem cirandas infantis, escolas de ensino fundamental e médio, a alfabetização de jovens e adultos e cursos de nível técnico e universitário. |
| Frente de massa | 1989 | Surge com a gestação do MST. A organização da base e a luta pela terra foram tarefas centrais no início do Movimento. Em 1985 são criados "grupos motores" para sintonizar as táticas de mobilização perante a reação dos ruralistas da UDR. O setor se consolida numa fase de estruturação interna do Movimento. | Constitui a "porta de entrada" ao MST. Responsável pelo recrutamento de novos acampados, as mobilizações por terra e o acompanhamento permanente à base do Movimento. Coordena a atuação dos setores nos acampamentos e comanda as negociações de terra com as autoridades públicas. Envia militantes a outros estados para apoiar a luta pela terra. |
| Finanças | 1989 | Os primeiros recursos de apoio vieram de entidades fraternas, ligadas maiormente às Igrejas Católica e Luterana. A partir de 1989 o MST estabelece diretrizes para promover uma maior autonomia e independência financeira, e estimula a procura de recursos locais para sustentar suas atividades. | Promove a autossustentação financeira do MST, através do planejamento, acompanhamento e controle na prestação de contas. Visa descentralizar a captação de verbas e outros meios de sustento. É responsável pela administração dos recursos monetários do Movimento. |

*Continua*

Tabela 9.8 *Continuação*

| Setores e coletivos | Ano da criação | Antecedentes | Objetivos e atividades principais |
|---|---|---|---|
| Projetos | 1989 | Surge junto com a área administrativa e financeira do MST. Se consolida como setor próprio com a instituição do Setor de Finanças. | Procura captar recursos internacionais e nacionais que ajudem a solventar atividades vinculadas à luta pela reforma agrária, o desenvolvimento dos assentamentos, a formação dos integrantes do MST e a promoção dos direitos humanos no campo. Visa diversificar as fontes financeiras do Movimento. |
| Produção, cooperação e meio ambiente | 1992 | Começa a se organizar em 1986, com o Primeiro Encontro Nacional de Assentados, em Cascavel, Paraná; seguida pela criação das primeiras cooperativas e centrais de cooperativas ligadas ao Movimento. Em 1992 é fundada a Confederação de Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), a qual se assume como este setor em 2002. | Busca viabilizar a produção nos assentamentos, estimulando diversas atividades de cooperação e a promoção de práticas agroecológicas. Ajuda a coordenar as cooperativas vinculadas ao Movimento e dá impulso à implementação de políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamento, através do crédito, assistência técnica e obras de infraestrutura. |
| Relações internacionais (*) | 1993 | Os primeiros contatos internacionais do MST surgem a partir do Setor de Finanças e Projetos. Em 1988, o Movimento começa a se articular com grupos indígenas e populares da América Latina e colabora com a "Campanha Continental de Resistência Indígena, Negra e Popular", que culmina em 1992. O coletivo se estrutura a partir desta experiência. | Mantém relações com grupos de Amigos do MST estabelecidos em 14 países da Europa e América do Norte. Responsável pelas vinculações com as filiais internacionais da Via Campesina, a Coordenadora Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC) e o Fórum Social Mundial. O setor ajuda a coordenar as visitas de delegações estrangeiras. |
| Direitos humanos | 1995 | Na primeira década do Movimento realizam-se coletas de dados sobre violações de direitos humanos no campo e se apresentam denúncias ante diversas organizações internacionais. Contatam-se advogados para casos emergenciais. A organização deste setor cobra impulso depois dos massacres de sem-terras em Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996). | Oferece assessoria jurídica ao MST e outros movimentos populares no campo através da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP), constituída em 1995. Promove junto a RENAP cursos de formação para advogados e trabalhadores rurais. Instrui militantes do MST sobre a mediação de conflitos. Auspicia publicações sobre direitos humanos e a luta pela terra. |
| Comunicação | 1997 | O setor nasce do coletivo do Jornal *Sem-Terra*, publicação criada em 1981, no Rio Grande do Sul. O Jornal se torna porta-voz do Movimento em 1984, e é assumido por um coletivo. Este se estrutura como setor a partir das orientações do 3º Cogresso Nacional do MST, de 1995, no qual foi decidido buscar uma maior inserção na sociedade. | Busca traduzir a estratégia do Movimento para o público externo e a base do MST através de diversos veículos de comunicação. Promove informações e pontos de vista alternativos a aqueles apresentados na grande mídia, no intuito de estimular o debate de ideias no país e avançar as posições do MST. |

(*) Coletivos do MST

*Continua*

Tabela 9.8 *Continuação*

| Setores e coletivos | Ano da criação | Antecedentes | Objetivos e atividades principais |
|---|---|---|---|
| Saúde | 1998 | Surge com as demandas e experiências de trabalho curativo junto aos acampados e assentados, iniciadas já na origem do MST, com apoio da Pastoral da Saúde e vários centros de saúde pública. No ano 2000, a partir de uma oficina realizada em Cajamar, São Paulo, o setor assume uma compreensão mais holística da saúde e intensifica as críticas à medicina comercial, ancorada no sistema fármaco-hospitalário. | Impulsiona a luta pela saúde como um direito humano, numa perspectiva integral e de equidade social. Busca contribuir à consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), com controle e participação popular, de modo a contra-restar a mercantilização da saúde. Promove a medicina alternativa e preventiva. Incentiva a criação de hortas medicinais nos assentamentos e formenta a adoção de políticas públicas receptivas ao uso de plantas medicinais e fitoterapêuticas. |
| Cultura | 2000 | Nasce como um coletivo do Setor de Educação, em 1996, a partir da realização de uma oficina de música, em Brasília. O setor se estrutura posteriormente com apoio dos setores de Comunicação e Formação. | Promove uma linguagem e estética artística vinculada às lutas do Movimento, através da música, teatro, cinema e vídeo, artes plásticas e distintas tradições de literatura e poesia popular. Apoia diversos grupos e eventos culturais. Mantém vinculações com artistas e intelectuais simpatizantes do MST. |
| Gênero | 2000 | O primeiro coletivo de mulheres é formado em 1985, no 1º Congresso Nacional do MST, realizado em Curitiba, Paraná. Mulheres do MST participam na formação da Articulação Nacional Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), em 1995. A criação do setor cobra impulso em 1997, a partir do 2º Encontro Nacional de Mulheres do MST, celebrado em Brasília. Nesse ano a ANMTR propulsou uma campanha pela documentação das mulheres trabalhadoras rurais. | Fomenta a igualdade de gênero na sociedade brasileira e no MST e motiva a construção de novas relações na família. Promove a participação das mulheres nas lutas e atividades do MST. Ajudou a instituir, a finais de 1990, as cirandas infantis em todos os eventos do Movimento. Em 2003 conseguiu fixar uma norma que estabelece a paridade de gênero nas diversas instâncias de decisão do Movimento. Auspicia cursos sobre assuntos de gênero em parceria com outros setores. |
| Jovens (*) | 2006 | A proposta de criar o coletivo é levantada numa Assembleia da Juventude, celebrada durante a Marcha Nacional pela Reforma Agrária de 2005. Ele se estrutura num Seminário Nacional de Jovens Lutadores e Lutadoras realizado no ano seguinte, em Guararema, São Paulo. | Estimula a organização de base e a formação de jovens nos acampamentos e assentamentos. Promove a sua participação nas lutas do MST. Busca fortalecer laços com diversos grupos juvenis do meio popular, incluindo movimentos de jovens nas favelas e periferias das grandes cidades do país. |

(*) Coletivos do MST

*Fonte:* Representantes dos setores e coletivos do MST.[29]

[29] Os autores agradecem a colaboração de Edgar Kölling, Antônio Pasquetti, Carlos Belé, Dulcineia Pavan, Milton Fornazieri, Ney Strozake, Miguel Stédile, Gislei Siqueira, Evelaine Martines, Lurdes Vicente, Gleisa Campigotto, João Paulo Rodrigues e Neuri Rossetto para a compilação de dados para esta tabela. Também foi consultado Fernandes (2000).

Os setores e coletivos abarcam múltiplas instâncias de organização. Na coordenação nacional de cada setor participam um homem e uma mulher em representação de cada estado, junto com os militantes engajados nas tarefas específicas de cada área. No Setor de Comunicação, por exemplo, também participam os jornalistas que trabalham nos veículos de imprensa ligados ao Movimento. Na coordenação do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente atuam igualmente os responsáveis pelas cooperativas e a assistência técnica aos assentados. Nos estados, os setores são organizados de forma similar, com representantes de cada região do estado. Os assentamentos estruturados na base de algum tipo de produção coletiva têm demonstrado maiores facilidades para liberar quadros dedicados em tempo integral aos setores do Movimento.

Com o tempo, o MST criou uma variedade de associações e entidades vinculadas a diversos setores. A maioria delas tem registro formal, o que lhes permite estabelecer contratos de prestação de serviços ao Estado e convênios com entidades que apoiam o trabalho do Movimento. Entre essas organizações encontram-se: as Associações de Produtores e as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) nos assentamentos; o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA); a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA); a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); os cursos de Técnicos em Administração de Cooperativas (TAC); o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa em Reforma Agrária (ITERRA); o Instituto Educativo Josué de Castro; o Sistema de Cooperativas de Crédito (CREHNOR); a Cooperativa de Trabalho Copertchê; a BioNatur Sementes Naturais; a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF); a Escola Latino-americana de Agroecologia (ELA); e vários veículos de comunicação detalhados na Tabela 9.12.

Com a criação dessas entidades, a luta na terra foi reforçando aos poucos a estrutura e a capacidade logística do MST. A incorporação de novas linhas de atuação e a expansão territorial do Movimento aumentou o número de militantes engajados nas diversas instâncias decisórias do MST, cifra estimada em cerca de 2.000 ativistas.[30] A luta na terra também acarretou uma mudança qualitativa no Movimento. A descoberta de novos desafios e a assimilação de novas sensibilidades ampliou em vários aspectos o horizonte político do MST. A luta pela reforma agrária passou a ser compreendida como parte da luta por uma transformação maior. Novas preocupações por questões de gênero, ecologia, direitos humanos, saúde, diversidade cultural, soberania alimentar e nacional, e a solidariedade internacional passaram a informar e complementar a análise de classe do MST. No bojo eclético dessas ideias foi surgindo uma visão mais holística do processo de mudança social. Dessa forma, a crítica ao latifúndio levou ao questionamento do modelo de desenvolvimento nacional, que por sua

[30] Dados estimados por Horacio Martins de Carvalho com base em mais de duas décadas de trabalho de campo junto ao MST.

vez propulsou a impugnação do sistema global do agronegócio, devido a suas práticas de oligopólio e impactos nocivos para a soberania alimentar, a agricultura camponesa e a ecologia do planeta.

## TRÊS SETORES DO MST: EDUCAÇÃO; PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E MEIO AMBIENTE; E COMUNICAÇÃO

Esta seção do capítulo oferece uma sinopse do desenvolvimento de três setores do MST, criados entre 1988 e 1997. A história de cada setor ilustra a crescente sofisticação do Movimento. A organização de cada setor se deu de forma coletiva, num contexto de luta e de grandes adversidades, e num processo pautado por ensaios, erros, avaliações e reajustes. Há uma tendência na trajetória desses setores à "mundialização do MST", como explica o Capítulo 5, de Fernandes. Essa orientação é em muito devida à afiliação do MST à Via Campesina Internacional, em 1996, sendo esta uma rede internacional que aglutina organizações de pequenos agricultores em 69 países. A Via Campesina tem ajudado a forjar uma crítica consistente ao agronegócio global e às políticas dos organismos internacionais para a agricultura.

1) *Setor de educação.* A história mundial do campesinato não conhece uma organização que tenha investido tanto quanto o MST na educação dos seus membros e na qualificação dos seus quadros. A cronologia do Setor de Educação apresentada na Tabela 9.9 salienta as principais novidades promovidas por esta área, junto com alguns destaques do Setor de Formação.

Tabela 9.9 Setor de educação: uma cronologia básica

| Ano | Acontecimento |
|---|---|
| 1982 | É criada a primeira escola de sem-terra no acampamento de Nova Ronda Alta, Rio Grande do Sul. |
| 1987 | Primeiro Encontro Nacional de Educadores do MST em São Mateus, Espírito Santo. |
| 1988 | É organizado o Setor de Educação. |
| 1989 | O MST participa na criação da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região do Celeiro (FUNDEP) em Três Passos, Rio Grande do Sul, junto com a CUT-Rural e outros movimentos populares. |
| 1990 | É instituído o primeiro curso de magistério para educadores do MST, em Braga, Rio Grande do Sul. |
| 1990 | O Movimento se aproxima a intelectuais da educação e começa a produzir seus próprios materiais didáticos. |
| 1990 | Estabelece-se o Centro Nacional de Formação em Caçador, Santa Catarina. |
| 1991 | É feita a primeira experiência de alfabetização de jovens e adultos, com assentos do Rio Grande do Sul. |

*Continua*

Tabela 9.9 *Continuação*

| Ano | Acontecimento |
|---|---|
| 1993 | É criado o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), em Braga, Rio Grande do Sul. |
| 1995 | É fundado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e o Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis, Rio Grande do Sul. |
| 1995 | Começam os primeiros cursos de magistério para membros do MST em parceria com universidades. A primeira com a Universidade Federal de Espírito Santo é seguida, em 1998, por um convênio com a Universidade Federal da Paraíba. |
| 1995 | O MST recebe o prêmio Itaú/UNICEF "Educação e Participação". |
| 1996 | A Primeira Oficina Nacional de Capacitação de Educadores Infantis, em Caçador, Santa Catarina, incentiva a criação da "cirandas infantis" para crianças de até seis anos. |
| 1996 | O MST assina um convênio com o Ministério da Educação e a Universidade de Brasília para treinar 7.000 agentes de alfabetização de adultos. |
| 1997 | Primeiro Encontro Nacional de Educadores e Educadores da Reforma Agrária, celebrado em Brasília, promove a criação do Programa Nacional Educação da Reforma Agrária (PRONERA). |
| 1997 | O Ministério da Reforma Agrária assume o PRONERA, mas só financia uma pequena parte dos recursos prometidos. |
| 1997 | É criada a primeira Escola Itinerante, no Rio Grande do Sul. |
| 1998 | É celebrada a Conferência Nacional "Por uma Educação no Campo", em Luziânia, Goiás. Este evento impulsiona o MST a se preocupar com a construção de um novo projeto nacional para a educação rural. |
| 1998 | Inicia-se o primeiro Curso Superior em Pedagogia em Parceria entre o ITERRA e a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). |
| 1999 | Primeiro Encontro Nacional de "Sem Terrinhas", em Porto Alegre. |
| 1999 | É realizado o Primeiro Encontro Nacional de Educadores do Ensino Fundamental, 5ª a 8ª séries, em Esteio, Rio Grande do Sul, em parceria com a Secretaria de Educação do governo estadual. |
| 2000 | Começam os trabalhos para a construção da Escola Nacional Florestan Fernantes (ENFF), em Guararema, São Paulo. |
| 2000 | O governo Cardoso suspende financiamentos ao PRONERA, em represália à pressão pela reforma agrária e críticas políticas do MST. |
| 2002 | As diferentes organizações da Via Campesina se integram aos cursos de pedagogia oferecidos pelo ITERRA e participam do Seminário Nacional "Por uma Educação no Campo", realizado em Brasília. |
| 2003 | O governo Lula retoma o PRONERA e aumenta o orçamento de modo substancial. O MST assina parcerias com várias universidades. |
| 2005 | São inauguradas as instalações da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, São Paulo. A Escola facilita a realização de cursos de formação com grupos nacionais e internacionais da Via Campesina. |
| 2006 | É realizado o Primeiro Encontro da Região Nordeste e Norte de Educadores de Jovens e Adultos do MST, em Caruaru, Pernambuco. |
| 2006 | A pedido do MST, o Ministério da Educação promove a Licenciatura em Educação do Campo e estabelece convênio com sete universidades. |
| 2007 | É lançada uma nova Campanha Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos durante o 5º Congresso Nacional do MST, em Brasília. |

*Fonte:* Elaboração dos autores em consulta com os setores de Educação e Formação do MST.

Os resultados quantitativos alcançados na área de educação, sintetizados na Tabela 9.10, são reveladores da dimensão e abrangência do trabalho pedagógico impulsionado por este setor do MST.

Tabela 9.10 Resultados do MST na área de educação, 1984-2007

| Atividades | Números |
|---|---|
| Escola de ensino fundamental | 1.800 |
| Educadores do ensino fundamental | 8.000 |
| Estudantes de ensino fundamental e médio em escolas públicas | 250.000 |
| Educando jovens e adultos | 20.000 |
| Educadores de jovens e adultos | 2.000 |
| Educadores de educação infantil ("cirandas infantis") | 500 |
| Estudantes do normal médio e pedagogia no ITERRA e em parceria | 1.200 |
| Estudantes do nível técnico no ITERRA ou em parceria | 1.300 |
| Estudantes de educação em saúde e técnico em enfermagem | 200 |
| Estudantes de medicina em Cuba | 120 |
| Parcerias com universidades públicas e privadas | 60 |
| Elaboração e distribuição de material didático | 63 títulos |
| Prêmios nacionais e internacionais em educação | 5 |

*Fonte:* Setor de Educação do MST

Em termos qualitativos, é importante salientar que o método pedagógico elaborado pelo Setor de Educação teve forte influência das ideias de Paulo Freire e outros teóricos mundiais da educação popular.[31] Os materiais elaborados pelo setor e utilizados nos seus centros educativos reforçaram os valores defendidos pelo MST, tais como a importância da luta coletiva, a organização, a participação, os direitos de cidadania, a solidariedade, a educação, a diversidade cultural, a ecologia, a terra e a água. Com a contribuição de intelectuais progressistas, o Movimento desenvolveu novas leituras da história brasileira, aplicando a elas uma perspectiva popular.[32]

Os críticos da pedagogia do MST sustentam que ela é baseada num "fundamentalismo ideológico". A revista *Veja* chegou a comparar as escolas do MST com as "madraçais" ou internatos muçulmanos vinculados à promoção do extremismo islâmico.[33] O Movimento, por certo, não esconde

[31] Sobre o trabalho pedagógico do MST, cf. Arenhart (2007), Arroyo, Caldart e Molina (2005), Menezes (2003), Branford e Rocha (2002, p.109-25), Kane (2001, p.90-110) e Caldart (2000).

[32] A releitura da história brasileira "desde baixo" foi influenciada pelas ideias de historiadores como E. P. Thompson.

[33] O artigo da revista *Veja* é de Weinberg (2004). A crítica ao "fundamentalismo" do MST pode se encontrar em Navarro (2002a; 2002b) e Martins (2005; 2000, p.18-9).

a aspiração de educar seus membros em favor da transformação social do país. A sua pedagogia nunca teve pretensão de neutralidade, pois o Movimento sabe que a educação é uma ferramenta-chave numa disputa pela hegemonia, ou seja, o consenso dominante em torno às ideias, valores e percepções daquilo considerado "possível" e "desejável" numa sociedade. É importante, porém, reconhecer que o Movimento é eclético em relação às suas fontes de inspiração e aberto às contribuições de fora do MST, feitas na base do respeito. Sem essa disposição de abertura e diálogo não se poderiam explicar os cursos feitos para militantes do MST em parceria com 60 universidades do país. Do contrário, ter-se-ia que concluir que as universidades mais prestigiosas do Brasil, como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) partilham do mesmo "fundamentalismo ideológico" do MST.

2) *Setor de produção, cooperação e meio ambiente.* Este setor é emblemático da ação supletiva que o MST acabou desenvolvendo para garantir a produção e organização dos trabalhadores rurais assentados. Seus desafios têm sido formidáveis. De um lado, este setor teve que promover uma luta para obter créditos governamentais, recursos para a assistência técnica e apoio à comercialização. De outro lado, ele teve que contra-restar a influência das multinacionais do agronegócio que induzem à aceitação de um modelo de produção agrícola baseado num padrão tecnológico e capital-intensivo incompatível no longo prazo com a economia camponesa. Diante dessa situação, o setor desenvolveu uma assistência técnica própria e ensaiou diversas experiências de cooperação entre os assentados, como se pode observar na cronologia da Tabela 9.11.

Desde a sua origem, o MST promoveu a criação de cooperativas e outras atividades associativas entre seus assentados. As primeiras experiências de produção coletiva, apoiadas por setores da Igreja e alguns órgãos do Estado, tiveram variado grau de sucesso. Em finais da década de 1980, o MST começou a incentivar a formação das primeiras Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), inspiradas no modelo cubano de trabalho agrícola. A hostilidade e repressão do governo Collor de Mello (1990-1992) ao MST deu ímpeto à promoção das CPAs e outras cooperativas do Movimento, no intuito de criar "ilhas de resistência" às investidas do Poder Público e do Judiciário. Em 1991 já existiam duas dúzias de CPAs, embora a maioria delas tivesse vida curta. No ano seguinte foi instituída a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária Ltda. (CONCRAB); e em 1993 foi estabelecido o primeiro curso Técnico na Administração de Cooperativas (TAC), em Braga, Rio Grande do Sul, com o objetivo de qualificar as capacidades de gerenciamento das cooperativas de assentados.

A maior disponibilidade de recursos públicos para as cooperativas na segunda metade dos anos 1990 facilitou o avanço organizativo desse setor.

Em 1997, nove estados contavam com suas centrais de cooperativas. Nesse tempo foram montadas diversas agroindústrias administradas pelas cooperativas do MST. Entre 1997 e 2000 o número de agroindústrias cresceu de 25 a 80 estabelecimentos (Fernandes, 2000, p.243-4). A crise financeira do cooperativismo no Brasil, a finais da década de 1990, alcançou várias cooperativas da CONCRAB. Ao mesmo tempo vivenciou-se no MST uma série de questionamentos sobre o caráter das cooperativas no sistema capitalista. Essa indecisão interna gerou certo desinteresse pela criação de novas cooperativas, ainda que estivesse sempre presente o ânimo pela cooperação. A ofensiva política contra o MST no segundo governo Cardoso obrigou os quadros técnicos da CONCRAB e outros militantes do setor a assumir tarefas imediatas para fazer frente a este embate e exigir o cumprimento de acordos governamentais para a assistência técnica e a liberação de créditos.

A eleição do presidente Lula estabeleceu um clima de distensão e maior diálogo com o MST. Foram incrementadas as verbas destinadas à promoção da agricultura familiar, no intuito de favorecer a sua integração às cadeias produtivas das grandes agroindústrias. Porém, a opção preferencial do governo Lula pelo agronegócio gerou várias limitações. A criação de pequenas agroindústrias nos assentamentos, por exemplo, viu-se constrangida por falta de um financiamento público maior e pela manutenção de normas legais e técnicas que restringem o desenvolvimento dessas iniciativas. Nesse período, o MST deu ênfase à formação de cooperativas de serviço e comercialização. Até 2008 o Movimento tinha ajudado a estabelecer 161 cooperativas agrícolas, entre elas quatro cooperativas de crédito e 140 agroindústrias ligadas a seus assentamentos (MST, 2009).

Uma das inovações mais chamativas do setor de produção se deu com a incorporação mais explícita, na última década, de preocupações ligadas ao meio ambiente e à promoção da agroecologia. A CONCRAB afirmou-se nessa orientação a partir de 1998. Mas a primeira organização de assentados voltada para a agroecologia nasceu em 1997, com a criação de uma cooperativa de sementes orgânicas, a BioNatur. Essa experiência iniciou-se com 12 famílias assentadas em Hulha Negra, Rio Grande do Sul, que faziam parte da Cooperativa Regional de Assentados (COPERAL), formada em 1991. Em convênio com empresas privadas, a Cooperativa promoveu a produção de sementes de hortaliça, atividade que a levou a construir uma unidade de beneficiamento de sementes e se registrar como uma empresa desse ramo. A ideia de produzir sementes orgânicas nasceu nos anos seguintes, a partir dos questionamentos feitos ao modelo convencional agrícola.

A BioNatur cresceu entre 1997 e 2000, com a incorporação de novas famílias e o apoio da direção regional do MST, que facilitou a assistência técnica e cursos de capacitação para a agroecologia. Porém, no início da

Tabela 9.11 Setor de produção, cooperação e meio ambiente: uma cronologa básica

| Ano | Acontecimento |
|---|---|
| 1983 | São formados os primeiros assentamentos coletivos em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, com apoio da Igreja e da Secretaria de Agricultura do Estado. |
| 1986 | No 1º Encontro Nacional de Assentados do MST, realizado em Cascavel, Paraná, é criada a Comissão Nacional de Assentados (CNA). |
| 1986 | O governo federal institui o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), a instância do CNA. |
| 1989 | O MST conta com 400 associações de produtores, em diferentes níveis de organização e produção. |
| 1989 | O MST dissolve a Comissão Nacional de Assentados e começa uma discussão em torno à criação de redes de cooperativas, dadas as novas possibilidades estabelecidas na Constituição de 1988. |
| 1989 | Surgem as primeiras Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) no Rio Grande do Sul, com base no modelo produtivo cubano. |
| 1991 | O setor de assentados se organiza como setor de produção do MST, com o nome Sistema de Cooperativista dos Assentados (SCA). Ele fomenta a criação de CPAs e a organização de redes de cooperativas em nível regional, estadual e nacional. |
| 1991 | É constituída a COCEARGS, no Rio Grande do Sul, a primeira central de cooperativas no nível estadual. No mesmo ano foram estabelecidas cooperativas similares em quatro outros estados. |
| 1992 | É criada a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, Ltda (CONCRAB), em Curitiba, Paraná. |
| 1993 | É criado o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), em Braga, Rio Grande do Sul, que logo passa a formar parte do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA). |
| 1994 | O setor de produção avalia a crise e rupturas de várias CPAs. O Movimento decide investir esforços para exigir que o Estado dê maior apoio aos assentamentos. |
| 1996 | O governo federal institui o Projeto Lumiar para brindar assistência técnica aos assentados. |
| 1996 | O MST começa a promocionar as cooperativas de serviço e crédito. O setor decide acompanhar a cooperativa de crédito CREDITAR, já constituída em Cantagalo, Paraná, e fundar outra cooperativa de crédito, a CRENHOR, em Sarandi, Rio Grande do Sul. |
| 1997 | É criado a primeira cooperativa para a produção de sementes orgânicas, BioNatur, em Hulha Negra, Rio Grande do Sul. |
| 1998 | A CONCRAB se define a favor da produção agroecológica, e começa a oferecer cursos nesta linha. |
| 2000 | O governo Cardoso cancela o Projeto Lumiar, em represália à pressão pela reforma agrária e críticas políticas do MST. |
| 2002 | A CONCRAB se constitui como Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. |
| 2002 | Acordos celebrados entre o MST, o governo federal e vários governos estaduais restituem o programa de assistência técnica aos assentados. |
| 2005 | É criada a Escola Latino-americana de Agroecologia (ELA), em Lapa, Paraná, com apoio do governo do estado, a Universidade Federal do Paraná e o governo da Venezuela. |
| 2005 | A expansão nacional da Rede BioNatur induz à criação da Cooperativa Nacional Terra e Vida, CONATERRA. |
| 2006 | O MST colabora na constituição do Instituto de Agroecologia Latino-americano Paulo Freire, em Barinas, Venezuela. |

*Fonte:* Elaboração dos autores com base em consultas com o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, e CONCRAB (1998).

década o crescimento na área de comercialização teve como contrapartida uma forte crise gerencial que abalou a produção nas bases da cooperativa. Em 2003, a BioNatur resolveu se sobrepor ao problema local promovendo a formação da Rede Nacional de Sementes BioNatur, com estímulo da campanha da Via Campesina, "Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade". Essa iniciativa levou à reformulação dos cursos de agroecologia e à reestruturação da rede BioNatur, seguindo as orientações levantadas a partir de intensos debates nos núcleos de base. Em 2005, a Rede Nacional criou a Cooperativa Nacional Terra e Vida (CONATERRA), com sede em Candiota, Rio Grande do Sul. Dela participam assentados deste estado, de Santa Catarina e do Paraná. No ano seguinte juntaram-se lavradores de Minas Gerais. Ao final de 2007, a BioNatur tinha se constituído na maior produtora de sementes orgânicas da América Latina, com a comercialização de 117 variedades de hortaliças e uma safra anual de 20 toneladas, geradas por 300 famílias distribuídas em 20 municípios do país.[34]

A agroecologia, não obstante, está longe de ser uma prática unânime na base do MST. Nos assentamentos do Sul do país, por exemplo, é comum ver o plantio da soja transgênica, apesar da forte oposição ao uso das sementes transgênicas por parte da direção do Movimento. Contudo, a experiência da BioNatur é mostra do interesse crescente pela agroecologia no MST e o amplo potencial da agricultura orgânica nos assentamentos de reforma agrária.

3) *Setor de comunicação.* As atividades do MST na área de comunicação remontam à criação do *Jornal Sem-Terra*, na gênese do Movimento. Concebido em 1981 como um boletim do Comitê de Apoio aos sem-terra acampados na Encruzilhada Natalino, Rio Grande do Sul, ele acabou sendo assumido como porta-voz do MST em 1984. A sede do jornal foi transferida logo para São Paulo, de modo a acompanhar a expansão nacional do Movimento. Ainda com sérias limitações econômicas, o jornal conseguiu manter a sua edição mensal. Sob a nova palavra de ordem – "Reforma Agrária: Uma Luta de Todos" –, o 3º Congresso Nacional do MST, celebrado em 1995, deu impulso a uma nova estratégia de comunicação. O setor se estruturou dois anos depois, com a primeira Marcha Nacional pela Reforma Agrária, tendo como um dos principais objetivos o de propulsar uma maior aproximação com os movimentos urbanos e a sociedade em geral. Nos anos seguintes foram criados diversos veículos de comunicação, detalhados na Tabela 9.12.

[34] As informações sobre a história da BioNatur provêm da direção desta cooperativa, facilitada aos autores por Álvaro Delatorre. Os dados sobre a situação mais recente da BioNatur são de CPT-Nordeste (2008) e MST (2006). Sobre o MST e a agroecologia, cf. Correia (2007).

Tabela 9.12 Meios de comunicação popular vinculados ao MST, 2007

| Veículos associados ao MST | | | |
|---|---|---|---|
| Meio | Ano de criação | Frequência | Difusão |
| Jornal Sem-Terra | 1981 | mensal | 20 mil exemplares impressos |
| Revista Sem-Terra | 1997 | bimestral | 7 mil exemplares impressos |
| Página de Internet | 1997 | diária | 3 mil acessos em média |
| Rádios Comunitárias* | 1997 | diária | 30 rádios localizadas em diversos pontos do país |
| Vozes da Terra | 2000 | mensal | Distribuído a aproximadamente 1.500 rádios comunitárias |
| Letraviva | 2000 | mensal | Distribuído a mais de 60 mil correios eletrônicos |
| Veículos apoiados pelo MST† | | | |
| Meio | Ano de criação | Frequência | Difusão |
| Editora Expressão Popular | 1999 | – | 171 títulos publicados em 730 mil exemplares |
| Brasil de Fato | 2003 | semanal | 50 mil exemplares impressos |
| Radioagência NP | 2004 | diária | Reportagens distribuídas a 100 rádios |
| Agência Chasque | 2005 | diária | Reportagens distribuídas a 20 rádios no Sul do país |

*Fonte:* Setor de Comunicação do MST e Editora Expressão Popular.

* As 30 rádios comunitárias do MST surgem a partir de 1997, logo depois da emissão de uma nova lei de radiodifusão.

† Entidades auspiciadas e apoiadas pelo MST, mas com conselhos editoriais autônomos.

Vários dos veículos de comunicação ligados ao MST surgiram de parcerias com outras entidades. Os programas de rádio Vozes da Terra foram feitos inicialmente com apoio da Universidade de Santos, e logo com a participação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O jornal *Brasil de Fato* e as agências de notícias Radioagência NP e Agência Chasque – esta última sediada em Porto Alegre – são fruto de parcerias com outros movimentos da Via Campesina, a Consulta Popular, e as pastorais sociais da Igreja Católica.

A Editora Expressão Popular publica materiais voltados para a formação de militantes dos movimentos populares, viabilizando o acesso a livros abaixo de preço de mercado graças ao apoio de seus trabalhadores voluntários. O jornal *Brasil de Fato* e as agências de notícias oferecem informações elaboradas por jornalistas profissionais. Os três meios incluem análises e debates feitos desde a ótica dos movimentos populares. Além de cobrir as lutas camponesas, eles abarcam questões relacionadas aos direitos humanos,

meio ambiente, economia política, relações internacionais e as propostas em torno da construção de um projeto popular para o Brasil.[35]

No inicio da década de 2000, o MST passou a priorizar a formação de comunicadores populares através de oficinas de capacitação e a inauguração, em 2001, do primeiro curso de comunicação popular assumido pelo Instituto de Educação Josué de Castro. Nesse período o Movimento começou a ampliar a sua produção de vídeos, com a aquisição de novos equipamentos e a qualificação técnica dos seus militantes. Em 2005 foi lançado o projeto "Cinema na Terra", que permitiu a projeção de filmes em centenas de acampamentos e assentamentos em quase todo o país. O fato de 60% da população brasileira nunca terem ido ao cinema ressalta o impacto democratizante de projetos como este.[36]

## ELEMENTOS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA

O desenvolvimento do MST, como temos visto, foi influenciado de diversas formas pelas ambivalências, possibilidades e adversidades do contexto brasileiro. Além desses impactos externos, porém, há uma série de elementos internos à própria organização que permitem compreender a crescente expansão e sofisticação do Movimento. Esta seção ressalta sete fatores que têm contribuído de modo especial a esse processo: (1) a mobilização de massas; (2) a articulação em rede apoiada em processos decisórios coletivos; (3) a criatividade estratégica; (4) a busca de autonomia financeira; (5) a construção de numerosas parcerias e alianças políticas; (6) o forte investimento na formação dos integrantes; e (7) a promoção da mística e disciplina dos seus militantes.

1) *Mobilização de massas.* Ao longo das últimas duas décadas o MST tem demonstrado ser a organização popular brasileira com maior capacidade de mobilização social. O Movimento tem patrocinado alguns dos maiores atos de protesto na história contemporânea do Brasil, entre eles a manifestação de cem mil pessoas pela reforma agrária na frente do prédio do Congresso Nacional, em abril de 1997. Em 2006, para dar outro exemplo, o MST liderou 55% de todas as ocupações de terra e impulsionou 52% de todas as manifestações feitas por movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais.[37] A longa experiência de trabalho na mobilização de

[35] Maiores detalhes sobre os meios de comunicação vinculados ao MST podem ser encontrados em: www.mst.org.br; www.expressaopopular.com.br; www.radioagencianp.com.br; www.agenciachasque.com.br.

[36] *Folha Online* (2007).

[37] Elaboração dos autores a partir dos dados da CPT (2007b, p.83-9, 176-99). Em julho de 2007, o MST celebrou seu 5º Congresso Nacional em Brasília, com a participação de 18.000 pessoas, incluindo 1.400 "sem terrinhas", sendo que o 1º Congresso Nacional do MST em 1985 teve um total de 1.500 participantes.

massas e a importância dada a este instrumento de luta social são realçadas pelo próprio tamanho do Movimento, estimado em mais de 1,1 milhão de integrantes. Estes são apoiados por um grupo de 20.000 militantes engajados na coordenação das diversas atividades do MST, desde as instâncias nacionais até os núcleos de base.[38]

2) *Articulação em rede apoiada em processos decisórios coletivos.* O MST não é uma instituição burocrática. Ele é uma organização articulada numa extensa e complexa rede de grupos coletivos. As múltiplas instâncias de coordenação nos níveis nacional, estadual, regional e local operam de forma descentralizada, dando coesão e flexibilidade ao Movimento. Embora consistente e sincronizado em muitas das suas táticas, o Movimento permite variações e experimentações regionais e locais. Essa estrutura em rede, sustentada em deliberações grupais, foi uma opção feita na gênese do MST, no intuito de evitar as decisões personalizadas e amortecer os efeitos da eventual repressão ou cooptação de lideranças do Movimento. O esforço para chegar a decisões consensuais tem seus custos, mas também facilita a integração do grupo e a execução das determinações. O desapego aos formalismos burocráticos explica, em parte, o fato de o MST nunca ter tido uma estrutura protocolar que amparasse o Movimento como um todo.[39] Ainda assim, com o tempo, o Movimento foi profissionalizando algumas das suas atividades. Hoje, as secretarias nacionais e estaduais e várias entidades vinculadas aos setores incluem funcionários que recebem um modesto salário. Outros ganham uma ajuda de custo. A militância do MST, contudo, é sustentada essencialmente pelo trabalho voluntário.

3) *Criatividade estratégica.* Desde a sua origem, o MST teve que inventar diversos meios para atender às questões logísticas e táticas inerentes às suas lutas. A preocupação constante por questões práticas, debatidas em espaços abertos à autocrítica e à reflexão coletiva, permitiu o desenvolvimento de uma capacidade surpreendente de adaptação às mudanças de conjuntura. Esta disposição facilitou diversas inovações estratégicas e favoreceu a incorporação de novas sensibilidades. Foi assim que o Movimento começou

[38] A cifra de 1,1 milhão de integrantes é explicada no capítulo de introdução deste livro (cf. o rodapé 17). Os 20.000 militantes são dados estimados por Horacio Martins de Carvalho com base em mais de duas décadas de trabalho junto ao MST.

[39] Nas palavras de João Pedro Stédile, umas das lideranças mais conhecidas do Movimento, "Tem pessoal que está acostumado a formalizar tudo. Nós não. Acho que em decorrência disso que os anarquistas gostam da gente. Se não der certo, a gente desmancha e faz outro. Não tem esse compromisso burocrático" (Stédile e Fernandes, 1999, p.94). O desapego aos organogramas e à centralização de informações explica, em parte, a grande dificuldade que estes autores tiveram para coletar dados sobre os 13 setores e coletivos que atuam dentro do MST, apresentados na Tabela 9.8. Pelo que foi constatado, o Movimento não tem muita preocupação em compilar informações desse tipo.

a questionar sua adesão à agricultura convencional e procurar um modelo mais agroecológico. Da mesma forma, surgiu a crítica interna quanto à discriminação das mulheres, fato que permitiu, em 2003, a instituição da paridade de gênero nos múltiplos círculos de decisão no MST.

4) *Busca de autonomia financeira.* Por ser uma organização de pobres, a obtenção de recursos materiais tem sido um desafio constante para o MST. No intuito de manter a liberdade de ação, o Movimento optou desde cedo por diversificar e descentralizar as fontes de apoio econômico. Ao longo do último quarto do século o MST recebeu contribuições de inúmeras fontes. Estas abarcam desde doações locais, apoios de diversas entidades da sociedade civil, convênios com governos estaduais e nacionais, até projetos financiados por agências internacionais. No plano local, há doações feitas pelos assentados e suas cooperativas, e contribuições pontuais de algumas prefeituras. Na sociedade civil, os recursos de apoio provêm de uma variedade de grupos religiosos, sindicais, estudantis, culturais, ONGs e instituições educativas. Convênios assinados com diversos governos estaduais e autoridades federais têm facilitado verbas para projetos na área de educação e desenvolvimento rural. Entre 1995 e 2005, o governo federal desembolsou 41,7 milhões de reais para projetos administrados pela CONCRAB, ITERRA e ANCA, valor que representou só 4% daquilo adjudicado no mesmo período às principais entidades ruralistas do país.[40] Em nível internacional, as fontes de financiamento vêm de organizações religiosas, grupos de solidariedade, fundações, ONGs e agências de cooperação de governos na Europa, Canadá, Cuba e Venezuela. A União Europeia, para dar um exemplo, contribuiu com 1,3 milhão de dólares para a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes (Arruda, 2005).

5) *Construção de numerosas parcerias e alianças políticas.* O MST nasceu e cresceu com o apoio de muitos aliados, incluindo uma rede de parceiros e simpatizantes da sociedade civil e da sociedade política brasileiras. Com o tempo, o Movimento tornou-se adepto em capitalizar suas boas relações com setores do próprio Estado – entre eles, muitos funcionários do INCRA. Setores das igrejas Católica e Protestante, dos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, ONGs, universidades e grupos de artistas estão entre

[40] Estas cifras foram elaboradas a partir de dados publicados num relatório do Senado Federal, organizado pelo então deputado federal João Alfredo Telles Melo (2006, p.127, 177). As entidades ruralistas que receberam verbas do governo federal são as seguintes: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA); a Sociedade Rural Brasileira (SRB); o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), próximo à OCB; e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), de estreita vinculação com a CNA e as suas afiliações estaduais, como a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), conforme detalhado em Melo (2006, p.184-8).

os principais apoiadores do Movimento na sociedade civil. O MST tem participado ativamente de várias redes nacionais envolvidas na questão agrária e lutas populares, tais como o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, a Consulta Popular, a Coordenação de Movimentos Sociais (CMS) e a Assembleia Popular. No âmbito da sociedade política, o Movimento teve uma proximidade histórica com o Partido dos Trabalhadores (PT) e outras forças progressistas. Fora do Brasil, o Movimento mantém laços com uma rede de grupos solidários ao MST, estabelecidos em 14 países da Europa e da América do Norte, e vínculos com organizações camponesas na América Latina e no resto do mundo através das suas afiliações à Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) e à Via Campesina. As relações internacionais do MST incluem ligações estreitas com o Fórum Social Mundial.

6) *Forte investimento na formação dos seus integrantes.* Os esforços do MST por conscientizar seus membros vêm da sua própria origem. Com o correr dos anos, o Movimento ajudou a organizar centenas de escolas e inúmeros cursos de capacitação para seus membros. Só entre 1988 e 2002, o Setor de Formação fez cursos e oficinas para mais de cem mil ativistas, sobre os mais variados assuntos relacionados às lutas e atividades do Movimento. Em 2005, o MST inaugurou sua primeira universidade, a Escola Nacional Florestan Fernandes, construída por voluntários num *campus* atrativo perto da cidade de São Paulo. Os cursos de formação realizados em parceria com diversas universidades do país enfatizam o estudo da realidade brasileira e latino-americana. O MST, porém, é ciente de que a principal experiência educativa dos seus integrantes é feita na prática e na luta. No dizer de muitos assentados, "o tempo do acampamento foi a minha faculdade". Ao estimular a sensação de protagonismo e mudança na história de vida, o ativismo público do MST tem ajudado a desfazer sentimentos de resignação e baixa autoestima, estimulando entre os participantes um maior senso de autoconfiança, dignidade e responsabilidade.[41]

7) ***Promoção da mística e disciplina dos seus militantes.*** Nascida no berço da Teologia da Libertação, o MST aprendeu desde cedo a cuidar da dimensão subjetiva da luta social, criando espaços, ritos e símbolos para animar a mística dos seus participantes. Isso levou o Movimento a cultivar sua bandeira, suas músicas, palavras de ordem, marchas, teatro, poesia e encontros de celebração e confraternidade. Na avaliação dos integrantes do MST, esses elementos fortalecem a disposição de luta e sacrifício, afirmam as convicções políticas e dão coesão interna ao Movimento.[42] A essa

---

[41] Caldart (2000) e Quirk (2008).

[42] Sobre a mística e a construção do repertório simbólico do MST, cf. Vieira (2007), Carter (2002), Hoffman (2002) e Bogo (2002).

disposição se soma o esforço por manter certa ordem nas atividades do Movimento. A orientação em favor de um comportamento mais metódico, capaz de disciplinar as paixões e outros impulsos naturais, tem fomentado aquilo que Norbert Elias (1982) define como um "processo civilizador". O domínio próprio e a maior autoestima permitem canalizar a energia social gerada pelo Movimento através de ações não violentas e construtivas. A mística e a disciplina se combinam de maneira sutil. Juntas, elas suscitam e conduzem as emoções que dão vitalidade, coragem e persistência à luta do MST. Elas são suas fontes intangíveis de poder.

## DESAFIOS CONSTANTES

A luta na terra promoveu o crescimento e as inovações do MST por meio de uma combinação de fatores externos e internos ao Movimento. A sofisticação e longa vida alcançada pelo MST é fruto das ambivalências do contexto brasileiro, de modo especial sua reforma agrária conservadora, e dos elementos de organização interna apresentados acima. Tudo isso aconteceu no meio de constantes desafios, problemas e perigos. No decorrer desse longo processo, o MST apresentou muitos méritos e evidenciou atuações complicadas e perversas. Quem quiser achar defeitos no MST não terá dificuldade em fazê-lo. Do mesmo modo, podem-se achar inúmeras limitações e vícios nas lutas protagonizadas por Mahatma Gandhi, Martin Luther King e Nelson Mandela. A transformação social feita com pressão popular carrega elementos iniludíveis de risco e confusão. Foi assim na luta pela independência da Índia, na mobilização pelos direitos civis da população afroamericana nos Estados Unidos e na resistência ao regime de *Apartheid* na África do Sul. No Brasil, a luta pela justiça social no campo não poderia ser de outra forma.

Há enormes complicações no trabalho que o MST faz em organizar, conscientizar e mobilizar os setores mais marginalizados da sociedade brasileira. Os erros e as deficiências na condução desse processo são inevitáveis. As estratégias de mobilização, administração de recursos e a relação com os aliados nem sempre são oportunas, íntegras e afinadas. O Movimento sofre o risco permanente de se burocratizar e esvaziar as práticas participativas, de banalizar a mística e os instrumentos de luta, de sectarizar o processo de educação e perder o ímpeto pela mudança social do país. Além de tudo isso, há tradições do meio rural brasileiro, como o mandonismo, clientelismo, machismo e racismo, que não vão sumir facilmente entre os integrantes do Movimento. Esses problemas e desvios são de conhecimento de todos os que têm acompanhado a vida interna do MST. Quem já seguiu de perto o

Movimento, porém, sabe que também há grandes empenhos por superar estas limitações e contornar os perigos existentes.

No Brasil, há intelectuais que preferem acentuar os contratempos inerentes a um movimento social como o MST. Com a atenção generosa da grande mídia, alguns deles têm-se dedicado a desfazer a imagem positiva do Movimento perante a opinião pública. Para esses professores, o MST é uma organização "leninista", altamente centralizada e comandada por uma "elite vanguardista" e "iluminada". Ora, quem conhece a vida interna do MST sabe que esta visão é uma caricatura crassa, sem sustento em pesquisas empíricas sérias.[43] De fato, se o MST fosse um Movimento tão "centralizado" assim, já teria se autoimolado há muito tempo, dividindo-se em numerosas facções, na tradição de tantos outros grupos de esquerda. Quem não acompanha o MST por dentro tem grandes dificuldades em compreender a complexidade das suas ações e seus processos decisórios, a sua articulação em rede, e a fluidez e constantes mudanças no seu desenvolvimento.

Contudo, o maior desafio do MST não vem da sua dinâmica interna ou da hostilidade dos seus adversários intelectuais e mediáticos, senão das condições estruturais que envolvem a sua luta. A primeira década do século XXI tem se caracterizado por uma acelerada consolidação do agronegócio e seu modelo agrícola. Este padrão de desenvolvimento rural, como salienta o Capítulo 2, de Delgado, tem sido propulsado, protegido e subsidiado pelo Estado brasileiro, desde o regime militar até o governo Lula. O auge atual do agronegócio produz uma correlação de forças políticas muito desfavoráveis à realização da reforma agrária, mesmo que de caráter conservador. A expansão territorial desse modelo agrícola, com a aquisição de grandes extensões de terras para a produção de soja, celulose, agrocombustíveis, carne e outras *commodities* de exportação tem impulsionado uma nova concentração de terras no país. Essa dinâmica se sustenta numa aliança do agronegócio com o capital financeiro de origem nacional e estrangeira, apoiado pelo Estado e a grande mídia. Juntas, essas forças constituem um poderoso obstáculo para o desenvolvimento da agricultura camponesa.

[43] Suspeitar, como alguns fazem, que a aparição frequente de certas personalidades do MST na grande mídia é sintoma do seu autoritarismo é desconhecer que essas pessoas são porta-vozes designados pelo Movimento, tendo em conta suas estratégias de comunicação e segurança interna. Confundir um porta-voz do MST com o próprio processo decisório no interior do Movimento é no mínimo pequenez intelectual. Um dos principais críticos do "leninismo" do MST é Navarro (2002a, p.216-7; 2002b); cf. também a entrevista de Navarro, em Arruda (2003); veja também Martins (2000, p.145). Esta postura crítica é delineada com maior detalhe na Conclusão deste livro. Sobre a dinâmica interna do MST há, por certo, uma falta de estudos empíricos mais detalhados que tratem do conjunto da sua organização. As normas internas do Movimento podem se encontrar em MST (2005d). Outros aspetos da organização são tratados por Harnecker (2003), Branford e Rocha (2002) e Fernandes (2000).

Resta saber se essa aliança terá fôlego a longo prazo e se o agronegócio será capaz de afrontar as oscilações e possíveis crises no consumo global dos seus produtos. O século XXI promete ser uma era de crescente preocupação com a ecologia do planeta. Nesta óptica, o agronegócio baseado num modelo produtivo industrial, de grande escala e alto custo ambiental – devido à contaminação de solos e da água, o desmatamento voraz da Amazônia e do cerrado, e o elevado consumo de energia e água – corre o sério risco de virar uma prática arcaica.[44] Esta equação nos sugere que os rumos da reforma agrária brasileira dependerão em boa parte do futuro da globalização das *commodities* agrícolas, da ecologia do planeta e da consciência mundial criada em torno dela. A instituição de novos padrões de consumo apoiados na promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, voltado para a preservação da Terra Mãe, poderá abrir um leque de possibilidades para a ampliação mundial da agricultura camponesa.

Entretanto, o MST continuará resistindo, servindo de exemplo e inspiração para aqueles que partilham da esperança de tornar um "outro mundo" possível.

Jonas, o jovem militante do MST, nos explica por quê:

> A principal coisa do Movimento é que ele resgata a dignidade das pessoas. Ele tem a capacidade de pegar uma pessoa excluída da sociedade, fora de qualquer direito, sem projeto de vida, e reintegrar essa pessoa à sociedade; dar uma nova oportunidade de vida. Isto é uma questão muito forte para mim.
>
> A gente tem que lutar para quem vai vir para frente, para eles ter dias melhores. Aí eu penso no meu filho. A gente tem que lutar para tentar construir um futuro melhor para os filhos. E assim, quero que meu filho lute pelos filhos dele. E que os filhos dele continuem esta luta. Acho que se eu parar com a luta eu não vou dar um exemplo para o meu filho continuar uma luta, seja dentro do MST ou outro movimento de libertação da sociedade, de libertação do povo pobre.
>
> É uma paixão. Se eu tivesse que explicar por que estou dentro do Movimento, difícil eu explicar em palavras. Parece que é uma coisa interna que tem dentro da gente. É a mística. Acho que a mística faz o Movimento ter o objetivo claro que ele tem. Embora tenha problemas e muitos desafios na frente, você sabe que a causa é justa. Se ela é justa, ela é digna e se ela é digna a gente tem que lutar por ela. Isso aí é a minha filosofia de vida.[45]

---

[44] Reconhecidos ambientalistas no Brasil, como Lutzenberger (2001), têm apresentado duras críticas ao modelo da agricultura industrial; cf. também Moreira (2000). Para uma análise mais ampla do futuro do campesinato no Brasil, cf. Carvalho (2005).

[45] Jonas Iora, entrevista registrada em fita com Miguel Carter, Viamão, Rio Grande do Sul, 9 de julho de 2003.

# ANEXOS

Tabela 9.13 Violações de direitos humanos no campo, Brasil, 1988-2006: total e porcentagem por período presidencial

| Presidente | Período | Assassinatos | | Tentativas de assassinato | | Ameaças de morte | | Tortura | | Agressão física | | Presos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % |
| Sarney | 1988-1989 | 167 | 5 | 168 | 5 | 287 | 8 | 72 | 2 | 2.032 | 60 | 668 | 20 |
| Collor | 1990-1992 | 179 | 2 | 223 | 3 | 607 | 7 | 206 | 2 | 6.644 | 77 | 757 | 9 |
| Franco | 1993-1994 | 99 | 2 | 99 | 2 | 366 | 7 | 126 | 2 | 4.296 | 77 | 605 | 11 |
| Cardoso 1 | 1995-1998 | 172 | 3 | 197 | 3 | 424 | 6 | 124 | 2 | 4.081 | 59 | 1.861 | 27 |
| Cardoso 2 | 1999-2002 | 120 | 4 | 223 | 7 | 554 | 17 | 124 | 4 | 931 | 28 | 1.388 | 42 |
| Lula 1 | 2003-2006 | 189 | 3 | 291 | 5 | 1.023 | 19 | 137 | 3 | 1.796 | 33 | 1.979 | 37 |
| **Total** | **1988-2006** | **926** | **3** | **1.201** | **4** | **3.261** | **10** | **789** | **2** | **19.780** | **60** | **7.258** | **22** |

*Fonte:* Elaboração dos autores a partir dos relatórios anuais da CPT.

As porcentagem foram feitas sobre o total de violações de direitos humanos no campo, para cada período presidencial.

Tabela 9.14 Reforma agrária no Brasil, 1979-2006: por período presidencial e região do país

| Presidente | Período | Brasil | | | | | | Norte | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Famílias assentadas | | | Área distribuída | | | Famílias assentadas | | | Área distribuída | | |
| | | Total | Média anual | % por período | Total | Média anual | % por período | Total | Média anual | % por período | Total | Média anual | % por período |
| Figueiredo | 1979-1984 | 53.927 | 10.785 | 6,1 | 4.710.611 | 942.122 | 10,2 | 41.425 | 8.285 | 76,8 | 3.896.793 | 779.359 | 82,7 |
| Sarney | 1985-1989 | 92.178 | 18.436 | 10,5 | 5.091.049 | 1.018.210 | 11,1 | 40.412 | 8.082 | 43,8 | 3.274.701 | 654.940 | 64,3 |
| Collor & Franco | 1990-1994 | 57.194 | 14.299 | 6,5 | 2.895.903 | 723.976 | 6,3 | 33.077 | 8.269 | 57,8 | 2.063.962 | 515.991 | 71,3 |
| Cardoso 1 | 1995-1998 | 299.863 | 74.966 | 34,1 | 12.222.613 | 3.055.653 | 26,5 | 93.907 | 23.477 | 31,3 | 5.010.384 | 1.252.596 | 41,0 |
| Cardoso 2 | 1999-2002 | 155.491 | 38.873 | 17,7 | 6.768.771 | 1.692.193 | 14,7 | 44.118 | 11.030 | 28,4 | 2.757.799 | 689.450 | 40,7 |
| Lula 1 | 2003-2006 | 220.606 | 55.152 | 25,1 | 14.356.824 | 3.589.206 | 31,2 | 102.078 | 25.520 | 46,7 | 10.414.339 | 2.603.585 | 72,7 |
| Total | 1979-2006 | 879.259 | 32.565 | 100 | 46.045.771 | 1.705.399 | 100 | 355.017 | 13.149 | 40,5 | 27.417.978 | 1.015.481 | 59,6 |

*Continua*

Tabela 9.14 *Continuação*

| Presidente | Período | Nordeste | | | | | | Centro-Oeste | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Famílias assentadas | | | Área distribuída | | | Famílias assentadas | | | Área distribuída | | |
| | | Total | Média anual | % por período | Total | Média anual | % por período | Total | Média anual | % por período | Total | Média anual | % por período |
| Figueiredo | 1979-1984 | 2.330 | 466 | 4,3 | 67.293 | 13.459 | 1,4 | 7.536 | 1.507 | 14,0 | 706.883 | 141.377 | 15,0 |
| Sarney | 1985-1989 | 27.728 | 5.546 | 30,1 | 938.074 | 187.615 | 18,4 | 12.667 | 2.533 | 13,7 | 623.708 | 124.742 | 12,3 |
| Collor & Franco | 1990-1994 | 14.671 | 3.668 | 25,7 | 422.890 | 105.723 | 14,6 | 5.013 | 1.253 | 8,8 | 313.681 | 78.420 | 10,8 |
| Cardoso 1 | 1995-1998 | 121.559 | 30.390 | 40,5 | 3.476.733 | 869.183 | 28,4 | 54.510 | 13.628 | 18,2 | 2.998.386 | 749.597 | 24,5 |
| Cardoso 2 | 1999-2002 | 59.798 | 14.950 | 38,5 | 1.517.357 | 379.339 | 22,4 | 33.055 | 8.264 | 21,3 | 1.986.373 | 496.593 | 29,3 |
| Lula 1 | 2003-2006 | 76.318 | 19.080 | 33,9 | 2,742.549 | 685.637 | 18,9 | 27.118 | 6.780 | 12,4 | 798.753 | 199.688 | 5,6 |
| Total | 1979-2006 | 302.404 | 11.200 | 34,4 | 9.164.896 | 339.441 | 19,9 | 139.899 | 5.181 | 16,0 | 7.427.784 | 275.103 | 16,1 |

*Continua*

Tabela 9.14 *Continuação*

| Presidente | Período | Sudeste | | | | | | Sul | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Famílias assentadas | | | Área distribuída | | | Famílias assentadas | | | Área distribuída | | |
| | | Total | Média anual | % por período | Total | Média anual | % por período | Total | Média anual | % por período | Total | Média anual | % por período |
| Figueiredo | 1979-1984 | 1.661 | 332 | 3,1 | 28.502 | 5.700 | 0,6 | 975 | 195 | 1,8 | 11.140 | 2.228 | 0,2 |
| Sarney | 1985-1989 | 5.459 | 1.092 | 5,9 | 131.412 | 26.282 | 2,6 | 5.912 | 1.182 | 6,4 | 123.154 | 24.631 | 2,4 |
| Collor & Franco | 1990-1994 | 2.297 | 574 | 4,0 | 51.247 | 12.812 | 1,8 | 2.136 | 534 | 3,7 | 44.123 | 11.031 | 1,5 |
| Cardoso 1 | 1995-1998 | 16.567 | 4.142 | 5,5 | 453.843 | 113.461 | 3,7 | 13.320 | 3.330 | 4,4 | 283.267 | 70.817 | 2,3 |
| Cardoso 2 | 1999-2002 | 9.386 | 2.347 | 6,0 | 319.236 | 79.809 | 4,7 | 9.134 | 2.284 | 5,9 | 188.006 | 47.002 | 2,8 |
| Lula 1 | 2003-2006 | 9.946 | 2.487 | 4,6 | 296.749 | 74.187 | 2,1 | 5.146 | 1.287 | 2,4 | 104.434 | 26.109 | 0,7 |
| Total | 1979-2006 | 45.316 | 1.678 | 5,2 | 1.280.989 | 47.444 | 2,8 | 36.623 | 1.356 | 4,2 | 754.124 | 27.931 | 1,6 |

*Fonte*: Elaboração dos autores a partir de dados do DATALUTA (2008a).

Tabela 9.15 Brasil, assentamentos de reforma agrária, 1979-2006

| Região e estado | Assentamentos | | Famílias assentadas | | Área distribuída | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Número | % | Número | % | Número | % |
| **Norte** | **1.605** | **21,1** | **355.017** | **40,6** | **27.417.978** | **59,6** |
| AC | 117 | 1,5 | 19.755 | 2,3 | 1.432.079 | 3,1 |
| AM | 67 | 0,9 | 32.114 | 3,7 | 7.335.092 | 15,9 |
| AP | 33 | 0,4 | 9.930 | 1,1 | 1.573.071 | 3,4 |
| PA | 868 | 11,4 | 200.300 | 22,9 | 11.626.771 | 25,3 |
| RO | 138 | 1,8 | 49.043 | 5,6 | 2.667.919 | 5,8 |
| RR | 50 | 0,7 | 21.062 | 2,4 | 1.568.183 | 3,4 |
| TO | 332 | 4,4 | 22.813 | 2,6 | 1.214.863 | 2,6 |
| **Nordeste** | **3.548** | **46,6** | **300.174** | **34,3** | **9.137.274** | **19,9** |
| AL | 105 | 1,4 | 8.356 | 1,0 | 70.713 | 0,2 |
| BA | 592 | 7,8 | 45.697 | 5,2 | 1.543.959 | 3,4 |
| CE | 377 | 5,0 | 22.939 | 2,6 | 816.204 | 1,8 |
| MA | 926 | 12,2 | 124.862 | 14,3 | 4.242.081 | 9,2 |
| PB | 247 | 3,2 | 13.423 | 1,5 | 246.941 | 0,5 |
| PE | 473 | 6,2 | 29.785 | 3,4 | 445.968 | 1,0 |
| PI | 405 | 5,3 | 27.520 | 3,1 | 1.143.703 | 2,5 |
| RN | 272 | 3,6 | 19.477 | 2,2 | 496.631 | 1,1 |
| SE | 151 | 2,0 | 8.115 | 0,9 | 131.074 | 0,3 |
| **Centro-Oeste** | **1.044** | **13,7** | **139.899** | **16,0** | **7.427.784** | **16,2** |
| DF & GO | 350 | 4,6 | 20.554 | 2,3 | 842.202 | 1,8 |
| MS | 158 | 2,1 | 26.990 | 3,1 | 616.738 | 1,3 |
| MT | 536 | 7,0 | 92.355 | 10,6 | 5.968.844 | 13,0 |
| **Sudeste** | **671** | **8,8** | **45.316** | **5,2** | **1.280.989** | **2,8** |
| ES | 81 | 1,1 | 4.072 | 0,5 | 40.915 | 0,1 |
| MG | 319 | 4,2 | 21.390 | 2,4 | 884.292 | 1,9 |
| RJ | 54 | 0,7 | 5.229 | 0,6 | 64.890 | 0,1 |
| SP | 217 | 2,9 | 14.625 | 1,7 | 290.892 | 0,6 |
| **Sul** | **741** | **9,7** | **36.623** | **4,2** | **754.124** | **1,6** |
| PR | 300 | 3,9 | 19.066 | 2,2 | 402.052 | 0,9 |
| RS | 304 | 4,0 | 12.001 | 1,4 | 259.674 | 0,6 |
| SC | 137 | 1,8 | 5.556 | 0,6 | 92.398 | 0,2 |
| **Brasil** | **7.609** | **100** | **874.799** | **100** | **45.990.527** | **100** |

*Fonte:* Elaborações dos autores a partir de dados do DATALUTA (2008a).[46]

[46] Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na elaboração dessas estatísticas podem ser encontrados na nota 14 deste capítulo.

Tabela 9.16 Assentamentos vinculados ao MST, 2006: Cifras estimativas

| Região e estado | Assentamentos | | Famílias assentadas | Área distribuída |
|---|---|---|---|---|
| | Número | % | Número | Número |
| **Norte** | **39** | **2** | **8.613** | **481.331** |
| AC | – | – | – | – |
| AM | – | – | – | – |
| AP | – | – | – | – |
| PA | 16 | 2 | 3.682 | 213.727 |
| RO | 15 | 9 | 4.367 | 237.554 |
| RR | – | – | – | – |
| TO | 8 | 2 | 564 | 30.050 |
| **Nordeste** | **983** | **28** | **66.101** | **1.640.113** |
| AL | 22 | 21 | 1.776 | 15.027 |
| BA | 92 | 16 | 7.099 | 239.838 |
| CE | 243 | 64 | 14.760 | 525.190 |
| MA | 56 | 6 | 7.488 | 254.407 |
| PB | 27 | 11 | 1.478 | 27.196 |
| PE | 348 | 74 | 21.928 | 328.320 |
| PI | 19 | 5 | 1.303 | 54.159 |
| RN | 45 | 17 | 3.222 | 82.149 |
| SE | 131 | 87 | 7.047 | 113.827 |
| **Centro-Oeste** | **125** | **12** | **14.737** | **662.205** |
| DF & GO | 60 | 17 | 3.507 | 143.709 |
| MS | 29 | 18 | 4.961 | 113.371 |
| MT | 36 | 7 | 6.268 | 405.125 |
| **Sudeste** | **221** | **33** | **14.077** | **265.986** |
| ES | 62 | 77 | 3.120 | 31.350 |
| MG | 16 | 5 | 1.070 | 44.215 |
| RJ | 9 | 16 | 834 | 10.345 |
| SP | 134 | 62 | 9.054 | 180.076 |
| **Sul** | **644** | **87** | **30.913** | **635.523** |
| PR | 223 | 74 | 14.174 | 298.902 |
| RS | 295 | 97 | 11.635 | 251.752 |
| SC | 126 | 92 | 5.103 | 84.869 |
| **Brasil** | **2.012** | **26** | **134.440** | **3.685.158** |

*Fonte:* Elaboração dos autores com dados do MST (2007) e do DATALUTA (2008a).

Porcentagem sobre o total de assentamentos criados no Brasil entre 1979 e 2006.

Tabela 9.17 Assentamentos vinculados ao MST, 2006: porcentagem estimativa por região

| Região | Assentamentos | Famílias | Área |
|---|---|---|---|
| Norte | 2,0 | 2,4 | 1,8 |
| Nordeste | 27,7 | 22,0 | 17,9 |
| Centro-Oeste | 12,0 | 10,5 | 8,9 |
| Sudeste | 32,9 | 31,1 | 20,8 |
| Sul | 86,9 | 84,4 | 84,3 |
| Brasil | 26,4 | 15,4 | 8,0 |

*Fonte:* Elaboração dos autores com dados do MST (2007) e do DATALUTA (2008a).[47]

Porcentagem sobre o total de assentamentos criados no Brasil entre 1979 e 2006.

[47] Para maiores detalhes sobre os critérios utilizados para elaborar as tabelas 9.16 e 9.17, veja a nota 28 deste capítulo.

# 10

# Assentamentos rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais

Sonia Maria P. P. Bergamasco
Luiz Antonio Norder

O estado de São Paulo abriga a maior parte da produção industrial e agroindustrial e os maiores índices de urbanização do país. As atividades industriais na região concentram-se na região metropolitana de São Paulo e em algumas cidades no interior. Grande parte dos pequenos municípios no interior do estado, porém, experimentaram forte decréscimo populacional e econômico ao longo da segunda metade do século XX, após terem passado por um processo de rápido crescimento nas décadas anteriores.

A expansão da agricultura capitalista teve forte impacto sobre essa dinâmica demográfica e social. A modernização da agricultura, particularmente com a produção de cana-de-açúcar, milho e laranja, levou à formação de uma classe de trabalhadores assalariados temporários. Ao mesmo tempo, a simultânea ampliação da pecuária ultraextensiva fez que parte das propriedades rurais viesse a se estabelecer em padrões de produtividade inferiores ao mínimo exigido pela legislação agrária em vigor. Na década de 1980, tal cenário permitiu a emergência de uma série de conflitos sociais, contestações políticas e disputas pela posse da terra. Fortaleceram-se assim as organizações populares a favor da reforma agrária. Sob essa pressão foram sendo implantados assentamentos rurais com diferentes características políticas e administrativas.

Este capítulo analisa o impacto dos assentamentos nas condições de vida e trabalho nas novas comunidades rurais, assim como nas transformações demográficas e socioeconômicas de seus municípios. Os primeiros dois tópicos oferecem uma breve resenha histórica do processo de implantação

de assentamentos no estado de São Paulo. Essa análise situa o desenvolvimento do MST em um contexto marcado por múltiplas organizações sociais vinculadas à luta pela reforma agrária e a execução de variadas políticas públicas para atender a essa demanda por terra. As duas seções seguintes avaliam os diferenciados impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. Essa análise parte de pesquisas de campo realizadas em assentamentos localizados em municípios de quatro regiões desse estado.[1] Este capítulo salienta o fato de os assentamentos terem contribuído na percepção dos próprios assentados para uma melhoria geral de suas condições de vida. Ao mesmo tempo, essas comunidades rurais têm favorecido diversas inovações, como mudanças nas relações sociais e políticas da esfera local, arranjos comerciais e padrões tecnológicos alternativos, e a gradual consolidação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

## HISTÓRIA, CONFLITOS SOCIAIS E O MST

Os debates sobre a reforma agrária no final da década de 1950 deram impulso no estado de São Paulo à elaboração do programa de Revisão Agrária de 1960. Essa iniciativa chegou a entusiasmar grupos urbanos interessados em ampliar a oferta de alimentos e neutralizar o "avanço comunista" no campo. A meta era assentar até mil famílias por ano em todo o estado, mas a força política dos setores conservadores opostos ao programa e o elevado custo das indenizações prévias e em dinheiro (previstas na legislação estadual) tornaram inviável sua execução. No fim, só dois projetos foram iniciados, assentando apenas 175 famílias, a maioria delas em terras públicas.[2]

O regime militar instaurado em 1964 substituiu a reforma agrária pela colonização em áreas de fronteira agrícola nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. A modernização da agricultura promovida pelo governo militar trouxe amplas modificações na antiga zona cafeeira, compreendida pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o norte do estado do Paraná. O *colonato* e outras relações de trabalho não assalariado foram desestruturados e parte da população rural foi submetida a um rápido processo de proletarização, transformando-se em trabalhadores rurais volantes, ou

---

[1] A primeira parte deste estudo tem como base uma pesquisa realizada no estado de São Paulo, entre fevereiro e maio de 1998, sobre os impactos regionais dos assentamentos rurais. Os dados apresentados aqui foram levantados como parte de um projeto coordenado em nível nacional por Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Pereira Leite (2004). Em São Paulo, essa pesquisa contou com a participação de Leonardo de Barros Pinto e Rosângela A. Pereira de Oliveira. O plano amostral é de aproximadamente 10% do total de famílias em cada assentamento.

[2] Sobre essa experiência histórica, cf. Tolentino (1990) e Bergamasco et al. (1991).

*boias-frias*. Outra parte migrou em direção aos principais centros urbanos à procura de emprego.

Com a gradual redemocratização do país, a partir do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, verifica-se o surgimento de diversos movimentos sociais, religiosos, sindicais e partidários que recolocaram a reforma agrária na agenda pública nacional. Naquele período, eclodiram alguns conflitos na região do Pontal do Paranapanema em torno da construção das barragens hidrelétricas de Porto Primavera, Taquaruçu e Rosana, o que levou o estado a reassentar a população atingida pelos alagamentos. Por outro lado, antigas disputas agrárias começavam a ganhar novo significado, com destaque para a luta dos posseiros da fazenda Primavera, em Andradina, uma área que havia sido *grilada* (apropriada de forma fraudulenta) por um latifundiário. A desapropriação dessa fazenda em 1980, bem como a luta posterior de dois anos para assegurar a implantação do assentamento, tiveram o apoio da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Além disso, contaram com o reforço da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) e de partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Essas ações, ao lado de outras mobilizações de grupos de trabalhadores rurais sem-terra e seus aliados, passaram a informar o debate agrário no estado de São Paulo.

O MST começou a se organizar nesse estado no decorrer de 1984, em meio a essa constelação de organizações sociais e políticas engajadas na luta pela reforma agrária. O trabalho de articulação da CPT de São Paulo foi fundamental no processo de formação do Movimento. O MST começou a se afirmar no estado após a realização de seu 1º Congresso Nacional, em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba. Naquele mesmo ano, estabeleceu sua primeira sede estadual numa sala da Central Única dos Trabalhadores (CUT), na cidade de São Paulo.[3]

A expansão posterior do Movimento pelo estado trouxe várias inovações táticas e organizativas à luta pela terra. Entre essas, destaca-se a adesão a uma concepção massiva e política da luta, com implicações tanto para a mobilização local dos trabalhadores como para a definição de alianças políticas nacionais. A tomada de decisões na organização dos acampamentos do MST passou a ser pautada por uma segmentação entre famílias acampadas e coordenadores, entre liderados e lideranças. Isso contribuiu para o surgimento de organizações dissidentes, motivadas por episódios

[3] O surgimento e a expansão do MST em São Paulo são tratados com mais detalhe em Fernandes (2000, p.66-9, 147-50; 1996).

os mais variados, desde os de cunho político, ideológico e pessoal até os de ordem administrativa. O crescimento do MST em São Paulo foi marcado por um clima de tensão, disputa e concorrência com outras organizações engajadas na luta pela terra, como a CPT, grupos independentes de sem-terra e sindicatos.[4]

O desenvolvimento do MST em São Paulo contribuiu para aumentar a eficácia na conquista de terras e o reconhecimento público da demanda existente. A criação de uma estrutura organizativa mais centralizada, no entanto, deixou os trabalhadores com menor poder decisório. Na avaliação de Bernardo Mançano Fernandes (1996, p.170-1), naquela fase de sua história, o Movimento preteriu seu trabalho de "socialização política" entre os acampados. Assim, "a massificação da luta desenvolveu-se com o aumento do número de famílias nas ocupações de terra e também com a alienação da grande maioria dos trabalhadores que se tornaram passivos no processo de luta."

A "redescoberta" do Pontal do Paranapanema pelo MST em 1990 e a implantação de dezenas de assentamentos na região nos anos seguintes tiveram não apenas um significativo impacto político local e estadual, mas também forte repercussão nacional. Com um milhão de hectares de terra, em grande parte grilada desde o início do século XX, a região do Pontal acabou se tornando o principal palco de disputas fundiárias no estado de São Paulo. Em 1997, o MST contava com mais de 5.000 famílias acampadas no Pontal. Essas mobilizações deram impulso a um processo de recuperação de áreas públicas pelo governo do estado, que acabou destinando parte das fazendas em disputa aos acampados, após indenização prévia e em dinheiro pelas "benfeitorias" realizadas na área.[5] Outra frente de conflitos sociais nesse período se deu nos hortos florestais da Ferrovias Paulistas S. A. (FEPASA), a companhia ferroviária estadual. Nessas áreas, voltadas à produção de dormentes para as ferrovias, foram assentadas 715 famílias em 14.000 hectares, até a privatização da empresa, em 1998.

[4] Fernandes (1998; 1996, p.170-1).

[5] O Pontal do Paranapanema tem uma extensa história de conflitos de terra. Já nos primeiros anos do século XX iniciou-se um longo processo judicial devido à extensiva grilagem de terras nessa região. Os programas de redistribuição fundiária no Pontal começaram a ser implementados a partir de 1990, quando cerca de 80 famílias ligadas ao MST decidiram ocupar uma área de 387 hectares da fazenda Nova Pontal, em Teodoro Sampaio, com o objetivo de questionar e reverter a situação jurídica irregular das grandes propriedades de terra nessa região. As diversas ocupações de terra que se seguiram na década de 1990, e as múltiplas ações jurídicas, policiais e de desocupação que elas provocaram, contribuíram a dar maior destaque às questões agrárias em todo o país. Sobre a história da luta no Pontal e a multiplicação de movimentos de sem-terra nessa região, sobretudo desde 1995, cf. Fernandes (1998; 1996, p.101-13).

Mapa 10.1 São Paulo: lugares citados

## ASSENTAMENTOS RURAIS EM SÃO PAULO

Os assentamentos implantados nesse estado apresentam uma considerável heterogeneidade. Isso é resultado de múltiplos fatores, entre os quais: (1) as variadas trajetórias de vida dos assentados; (2) a influência de diversos mediadores na organização de sua mobilização por terra e as formas específicas de organizações coletivas criadas nos assentamentos; além disso, há também (3) políticas governamentais diferenciadas voltadas para a criação e administração dos assentamentos. Este tópico oferece uma breve análise desses três fatores.

Muitas são as trajetórias profissionais, familiares, políticas e culturais que levaram à formação dos acampamentos do MST, da CPT e de outras organizações. Alguns trabalhadores disputaram áreas rurais por eles já ocupadas, como no caso das lutas de posseiros, arrendatários, parceiros e sitiantes atingidos por barragens. Em outras situações, os assentamentos originaram-se da organização sindical de trabalhadores rurais assalariados do setor canavieiro que, vivendo sob péssimas condições de vida urbana, resolveram fazer do acesso à terra uma alternativa à sua condição econômica e social. Há ainda a luta de trabalhadores rurais sem-terra que, depois de migrar por várias regiões do país, passaram, a partir de meados dos anos

1980, a procurar nos movimentos sociais um novo caminho para retornar ou permanecer no campo.

Junto a essas múltiplas trajetórias de vida, há também uma diversidade de mediadores na luta pela terra, com suas próprias organizações e formas de atuação nos acampamentos e assentamentos. Em alguns casos, há a predominância do MST. Em outros a mediação principal é da CPT, da CUT-Rural, das federações sindicais (como a Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo, FERAESP), do MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra) ou ainda de grupos de sem-terra com uma atuação mais localizada, como o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST), o Movimento Terra Vida (MTV) e o Movimento Unidos dos Sem-Terra (MUST). Essas disparidades também podem se manifestar no interior de um assentamento, onde muitas vezes há a atuação simultânea – e não raro antagônica – de mais de uma organização. Com efeito, os assentamentos rurais no estado de São Paulo refletem essa pluralidade de conflitos pela posse da terra e suas variadas formas de mobilização política. A Tabela 10.1 evidencia a diversidade de mediadores nos assentamentos pesquisados em três regiões do estado.

Tabela 10.1 Participação em organizações em três assentamentos de São Paulo

| Município | Assentamento | Associação | Cooperativa | Sindicato | MST | CPT | Outras | Nenhuma |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Araraquara | Monte Alegre I | 14 | – | 42 | – | – | – | 57 |
| | Monte Alegre II | – | 18 | 27 | – | – | – | 54 |
| Sumaré | Sumaré I | 22 | 33 | 77 | 33 | 11 | 22 | 33 |
| | Sumaré II | 30 | – | 40 | 20 | 10 | 30 | 60 |
| Promissão | Agrovila Campinas | 50 | 60 | 10 | 50 | 40 | 10 | – |
| | Agrovila Bonifácio | 16 | 8 | 33 | – | – | 8 | 58 |
| | Agrovila Penápolis | 8 | – | 8 | – | – | 16 | 75 |

*Fonte:* Relatório de Pesquisa (2002). Respostas múltiplas. Cifras em porcentagem.

Nota-se na Tabela 10.1 que há participação maior e mais diversificada nos assentamentos de Sumaré e entre o grupo de famílias que, após ter participado do mesmo acampamento na região metropolitana de Campinas, foi assentado na Agrovila Campinas do Assentamento Fazenda Reunidas, em Promissão. Esses dados são indicativos da diversidade de mediadores entre um assentamento e outro, assim como as possíveis variações no interior de um mesmo assentamento.

Entre 1980 e 1999 foram criados 141 assentamentos no estado de São Paulo e assentadas mais de 9.600 famílias.[6] Desse total, 5.716 famílias (quase 60%) foram assentadas no Pontal do Paranapanema, a maioria delas entre 1995 e 1999. Esses assentamentos foram implantados sob diferentes políticas fundiárias governamentais, que incluem: (1) assentamentos em áreas desapropriadas pelo governo federal; (2) reassentamentos de populações atingidas por barragens hidrelétricas; e (3) assentamentos em áreas públicas pertencentes ao governo estadual, geralmente em posse ou griladas por grandes fazendeiros.[7]

Nas décadas de 1980 e 1990, o governo federal implementou 33 projetos de assentamento no estado de São Paulo para 3.114 famílias. Os dois mais populosos foram os de Promissão e Andradina, com 629 e 343 famílias, respectivamente; 13 projetos abrigavam menos de cem famílias e 11 deles menos de 50 famílias. No âmbito estadual, duas leis aprovadas em 1985 – o Plano de Valorização de Terras Públicas e o Plano de Regularização Fundiária – facilitaram a implantação de assentamentos em terras públicas do estado. Mais da metade dos assentamentos criados entre 1980 e 1999 foi estabelecido em terras do governo estadual (Barbosa e Leite, 1990). O processo de formação de assentamentos mediante programas estaduais cresceu no período 1995-1999, com a intensificação dos conflitos sociais no Pontal do Paranapanema, onde foram assentadas 3.300 famílias, 86% daquelas beneficiadas pelo estado de São Paulo naquele período. O resultado quantitativo desses diversos empreendimentos públicos pode ser observado na Tabela 10.2.

Tabela 10.2 Famílias assentadas e assentamentos em São Paulo, 1979-1999

| Origem administrativa | Época de implementação | | | | Total de famílias | Número de assentamentos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1979-1983 | 1984-1988 | 1989-1994 | 1995-1999 | | |
| Federal | 164 | 1.108 | 578 | 1.264 | 3.114 | 33 |
| Estadual | – | 663 | 509 | 3.837 | 5.009 | 97 |
| Barragens | 523 | 978 | – | – | 1.501 | 11 |
| Total | 687 | 2.749 | 1.087 | 5.101 | 9.624 | 141 |

*Fonte:* INCRA, ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva), MST.

6 O total de assentamentos inclui os reassentamentos populacionais decorrentes dos alagamentos provocados pela construção de usinas hidrelétricas, estabelecidos nos primeiros anos da década de 1980. Eles incluem cinco projetos na região do Pontal do Paranapanema e dois na região de Andradina, envolvendo 1.501 famílias, perto de 15% do total de famílias assentadas no estado.

7 As políticas fundiárias governamentais incluem ainda os programas de regularização na distribuição de terras em áreas de conflito social (especialmente no Vale do Ribeira, região com a maior preservação ambiental no estado) e a demarcação de terras indígenas e de populações remanescentes de quilombos.

Em síntese, no processo de implementação dos assentamentos rurais criados no estado de São Paulo destacam-se os seguintes aspectos: (1) a presença de conflitos sociais, mobilizações, acampamentos, manifestações e ocupações de terra precedendo a criação dos assentamentos; (2) a improvisação, instabilidade e descontinuidade nas políticas fundiárias governamentais; (3) a criação de assentamentos em geral pequenos, isolados e dispersos, salvo no Pontal do Paranapanema; e (4) o atendimento de uma reduzida parcela dos trabalhadores rurais sem-terra, com pouca incidência na estrutura agrária e na conformação do mercado de trabalho, à exceção de algumas localidades pontuais.[8]

## OS ASSENTAMENTOS E AS DINÂMICAS AGRÁRIAS REGIONAIS

Este tópico apresenta a evolução recente de indicadores demográficos, sociais, fundiários e econômicos de quatro municípios situados em diferentes regiões do estado de São Paulo: Araraquara, Mirante do Paranapanema, Promissão e Sumaré. Traz ainda uma análise de informações sobre trajetórias migratórias e de trabalho, composição da renda e infraestrutura social de famílias inseridas em sete assentamentos localizados nesses municípios. Trata-se de uma pesquisa sobre assentamentos criados em épocas distintas, com diferentes perfis populacionais e econômicos e situados em distintas regiões do estado.

Tabela 10.3 Assentamentos pesquisados no estado de São Paulo: dados básicos

| Assentamento | Município | Início | Famílias | Implementação |
|---|---|---|---|---|
| Bela Vista do Chibarro | Araraquara | 1989 | 167 | Federal |
| Santa Clara | Mirante do Paranapanema | 1994 | 46 | Estadual |
| São Bento | Mirante do Paranapanema | 1994 | 185 | Estadual |
| Estrela D'Alva | Mirante do Paranapanema | 1995 | 31 | Estadual |
| Fazenda Reunidas | Promissão | 1987 | 629 | Federal |
| Sumaré I | Sumaré | 1984 | 26 | Estadual |
| Sumaré II | Sumaré | 1986 | 28 | Estadual |

*Fonte:* Medeiros e Leite (2004).

[8] No estado de São Paulo, existiam perto de 135 mil estabelecimentos rurais em meados dos anos 1990. Entre 1970 e 1995, houve uma redução de 1.357.113 para 914.954 pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. Desse total, boa parte era empregada apenas sazonalmente.

É preciso, de início, chamar a atenção para alguns indicadores que nos permitem compreender as peculiaridades de cada um dos municípios pesquisados, como mostram os dados da Tabela 10.4, que expressam diferentes dinâmicas regionais. Há fortes distinções em termos de absorção de trabalho por unidade de área, no percentual de trabalho familiar e nas áreas ocupadas por pastagens. Em alguns municípios, como veremos adiante, esses indicadores refletem o impacto da implementação dos assentamentos.

Tabela 10.4 Indicadores agrários em quatro municípios do estado de São Paulo, 1995-1996

| Município | Aérea agrícola (ha) | Estabelecimentos (nº) | Área de pastagens | Pessoas ocupadas | Área agrícola por pessoa ocupada (ha) | Trabalho familiar | Assalariado permanente |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Araraquara | 50.000 | 489 | 74% | 3.994 | 125 | 23% | n.d. |
| Mirante do Paranapanema | 97.000 | 1.471 | 86% | 3.721 | 260 | 78% | 13% |
| Promissão | 63.600 | 1.127 | 52% | 5.123 | 12,4 | 77% | 19% |
| Sumaré | 2.276 | n.d. | 13% | 1.762 | 1,29 | 11% | 84% |

*Fonte:* IBGE, *Censo Agropecuário*, 1995-1996.

Em Araraquara, as monoculturas de cana-de-açúcar e laranja dominam a paisagem agrícola do município: na safra 1995/96, a laranja ocupava quase 19.000 hectares e a cana-de-açúcar, 12.000, seguidas pelo milho, com 1.900 hectares plantados. A pecuária bovina contava com 13.400 cabeças e a avicultura, quase 600 mil aves. A agricultura do município é bastante modernizada, registrando altos índices de intensificação no uso da terra e na relação capital-trabalho, quando comparados com o estado de São Paulo e com o Brasil. Deve-se destacar que Araraquara está inserida em uma das 15 microrregiões de agricultura mais modernizadas do país (Figueiredo, 1996).

Já no município Mirante do Paranapanema, localizado na microrregião de Presidente Prudente, no extremo oeste do estado de São Paulo, temos outro perfil econômico. A pecuária bovina era extensa, com um rebanho de 109 mil cabeças para corte. Na produção agrícola destacavam-se ainda a cana-de-açúcar, o algodão, o milho e o feijão. A modernização agrícola do município era inferior à média do estado, e sua população foi classificada no estudo de Kageyama e Leone (1999) como "rural muito pobre". Os assentamentos rurais nesse município são mais recentes que os outros pesquisados. Tanto a área média como o índice de Gini de desigualdade na distribuição da posse da terra diminuiu entre 1985 e 1995, fato que pode ser atribuído à implementação dos assentamentos e não somente às modificações na metodologia do Censo.

Outro município pesquisado é o de Promissão, na porção central do estado. A principal atividade produtiva rural até meados da década de 1990 era a pecuária bovina. Só um terço da área agrícola era dedicada às lavouras temporárias, entre as quais predominam a cana-de-açúcar e o milho. A participação da mão de obra familiar e a alta proporção de residentes dão uma ideia da importância da agricultura familiar no município. Em Promissão, cada trabalhador agrícola ocupava uma área de 12,5 hectares, contra a média de 27 hectares na região de Lins e uma média de 19,2 hectares no estado. A presença do Assentamento Fazenda Reunidas, iniciado em 1987, é um importante determinante nessa intensificação na absorção de mão de obra na agropecuária local, bem como na modificação da estrutura fundiária nesse município, como se pode ver na Tabela 10.5.

A situação de Sumaré é bem distinta daquela predominante nas demais regiões estudadas. O município localiza-se em uma das áreas mais industrializadas do interior de São Paulo, na região metropolitana de Campinas. Segundo o Censo Agropecuário de 1995-1996, a monocultura da cana-de-açúcar ocupava mais da metade da área agrícola do município. Pouco mais de 270 hectares eram ocupados com lavouras permanentes e outros 300 hectares com pastagens. Registra-se ainda forte presença da horticultura e da avicultura. A agricultura no município é bastante modernizada, registrando elevados índices de intensificação da exploração da terra e da relação capital-trabalho quando comparados com o estado de São Paulo e a região em que se insere (Figueiredo, 1996).

Tabela 10.5 Distribuição fundiária nos municípios pesquisados: índice de Gini e área média, 1975-1995

| Município | 1975 | | 1985 | | 1995 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Gini | Área média | Gini | Área média | Gini | Área média |
| Araraquara | 0,817 | 137,25 | 0,789 | 181,24 | 0,796 | 102,42 |
| Mirante do Paranapanema | 0,813 | 79,74 | 0,801 | 111,36 | 0,755 | 65,94 |
| Promissão | 0,813 | 130,40 | 0,769 | 93,17 | 0,685 | 56,39 |
| Sumaré | 0,640 | 37,92 | 0,687 | 34,50 | 0,527 | 31,61 |

*Fonte:* IBGE. Cálculos elaborados pelo prof. Rodolfo Hoffmann. Área média em hectares.

Houve, nos quatro municípios pesquisados, variada transformação da estrutura e população rural, resultado de fatores diversos. Em todos esses municípios registrou-se, entre 1985 e 1995, um decréscimo da área média dos estabelecimentos agropecuários, quando a tendência geral no estado de São Paulo foi de um aumento da área média dessas propriedades. O índice de Gini de desigualdade na distribuição fundiária caiu durante o mesmo período em três desses municípios, e só apresentou um leve crescimento

no município de Araraquara, um dos polos da modernização agrícola no estado. As mudanças registradas em Promissão e Mirante do Paranapanema guardam estreita relação com os assentamentos implantados nesses municípios. Em Promissão, verificamos as mais intensas reduções na área média dos estabelecimentos e nos índices de Gini para a distribuição fundiária, bem como no crescimento da população rural. Entre 1985 e 1995, dobrou o número de estabelecimentos agrícolas no município, ao passo que o estrato de estabelecimentos entre 10 e 20 hectares de terra, que inclui os lotes do Assentamento Fazenda Reunidas, quase triplicou. Em Mirante do Paranapanema, os dados demográficos precisam ser avaliados de acordo com o significativo número de famílias assentadas em áreas contíguas, localizadas em municípios vizinhos. Mesmo assim, os dados apresentados mostram desconcentração da estrutura agrária local.

Embora o número de famílias assentadas ainda seja pequeno em relação à população rural do estado de São Paulo e a área destinada aos assentamentos seja reduzida em comparação ao território destinado à agropecuária, a implementação de assentamentos de reforma agrária levou, em muitos casos, a uma perceptível transformação das condições locais de produção e a uma redistribuição populacional com elevado impacto econômico e político local.

Tabela 10.6 Evolução da população rural e urbana nos municípios pesquisados, 1970-2000

| Município | População | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
|---|---|---|---|---|---|
| Araraquara | Urbana | 84.459 | 118.781 | 156.465 | 173.569 |
| | Rural | 15.979 | 9.341 | 10.266 | 8.902 |
| Mirante do Paranapanema | Urbana | 7.175 | 8.538 | 10.545 | 9.833 |
| | Rural | 14.734 | 6.921 | 4.634 | 6.380 |
| Promissão | Urbana | 15.609 | 15.877 | 22.093 | 25.635 |
| | Rural | 4.935 | 4.345 | 5.888 | 5.470 |
| Sumaré | Urbana | 15.335 | 95.825 | 225.528 | 193.937 |
| | Rural | 7.739 | 6.026 | 1.342 | 2.786 |

*Fonte:* IBGE. Os dados desta série histórica não incluem a população que habitava as áreas que formaram outros municípios ao longo desse período.

A urbanização em diversas regiões do Brasil concentrou enormes contingentes populacionais em grandes centros metropolitanos, em geral capitais estaduais, mas também em algumas cidades de porte regional. Todavia, houve simultaneamente um notável refluxo demográfico e econômico em grande número de pequenos municípios, devido, em parte, ao desenvolvimento de um modelo de modernização da agricultura que acentuou a concentração da posse da terra, da produção e da renda (Faria, 1991). Ao

longo do tempo, isso foi enfraquecendo a inserção socioeconômica dos pequenos municípios do país (Santos, 1988), uma vez que tal padrão tecnológico é basicamente dependente de recursos agroindustriais produzidos em outras regiões.

A constituição dos assentamentos tem ajudado a reverter essa trajetória em vários municípios menores do interior de São Paulo, como é ilustrado na Tabela 10.6 para os quatro municípios pesquisados. Nos casos de Promissão e Mirante do Paranapanema, pode-se constatar que a população rural declinou entre 1970 e 1980, mas voltou a expandir-se nas décadas seguintes. Enquanto isso, os municípios de Araraquara e Sumaré passaram por um acentuado crescimento de suas populações urbanas, transformando-se em importantes polos econômicos regionais.

## Fluxos migratórios e condições de trabalho antes do assentamento

Muitos dos assentados no estado de São Paulo são migrantes provenientes de estados vizinhos, principalmente, Minas Gerais e Paraná, e da região Nordeste; agregaram-se aos paulistas que somam pouco mais que a metade das famílias entrevistadas. A mobilização por terras no Pontal do Paranapanema atraiu uma parcela de migrantes de vários pontos do país. Mas, em geral, os trabalhadores sem-terra entrevistados já tinham migrado para o estado de São Paulo, onde permaneceram trabalhando em diversas ocupações antes de ingressarem nos acampamentos. A atração da luta pela terra, portanto, foi precedida pela procura de emprego em São Paulo. Entre os sem-terra desse estado há, além da migração interestadual, certa migração intraestadual.

A grande maioria dos assentados estava empregada antes do assentamento. Um terço das famílias entrevistadas tinha um trabalho urbano antes de ser assentada, e um quarto delas era formada por assalariados urbanos. Nos assentamentos no Pontal do Paranapanema detectou-se um menor contingente de pessoas com ocupação urbana anterior, e uma incidência maior de trabalhadores rurais temporários, o que atingiu entre 40% e 50% dos entrevistados. O fato de a grande maioria das pessoas dispor de ocupação remunerada antes de ser assentada sugere que a luta pela reforma agrária tem um significado mais amplo que a mera busca de emprego.

A vasta maioria dos assentados também manifestou ter experimentado uma relevante transformação nas condições de vida e de trabalho a partir do acesso à terra. Antes de acampar, quase nenhum deles tinha possibilidades efetivas de obter terra, ainda que 90% dos titulares de lote afirmassem ter alguma experiência na produção agropecuária. A maioria trabalhou no campo na condição de parceiros e arrendatários; poucos foram posseiros.

Muitos dos assentados vivenciaram as transformações socioeconômicas ocorridas a partir da década de 1960 em toda a zona cafeeira, com a erradicação dos cafezais e sua substituição pela cana-de-açúcar, laranja e pecuária de corte. Essa mudança alterou as relações de trabalho predominantes na época – arrendamento, colonato, parceria e outras formas de serviço não assalariadas – pelo trabalho assalariado temporário e volante, conhecido como *boia-fria*. Essas transformações coincidem com a expansão da indústria e o crescimento na demanda por mão de obra nos centros urbanos. A retomada da luta pela terra nos anos 1980 se dá em um contexto de refluxo econômico e industrial, que viria a se ampliar na década seguinte.

Para a maioria dos trabalhadores rurais, a decisão de lutar por terra fazia parte de um projeto familiar que visava ao acesso a uma parcela agrícola para se trabalhar não mais como colonos, parceiros e arrendatários, subordinados ao latifúndio, mas como camponeses autônomos, detentores de sua própria terra. Para essas famílias, o acesso ao assentamento quebra a trajetória de vida marcada por contínuas migrações, trabalho precário e mal remunerado, e condições habitacionais inadequadas e instáveis. Trata-se, portanto, de um projeto familiar que busca um mínimo de estabilidade em suas condições de vida e de trabalho.

## Perfil das famílias e condições de vida

Este tópico apresenta uma síntese de informações sobre distribuição etária, educação, habitação, composição das famílias, saúde e alimentação, obtidas de uma pesquisa realizada ao longo de 2002 com os titulares de lotes em sete assentamentos no estado de São Paulo (Bergamasco e Aubrée, 2002).

**Idade.** Um assentado típico de São Paulo era um homem entre 45 e 70 anos. Titulares com mais de 60 anos apresentavam também um percentual expressivo (17%), havendo casos, como os de Sumaré e da fazenda São Bento, em que mais de um terço deles já havia passado dos 60 anos. Nessas situações, era comum encontrar mais de uma família nuclear no lote, com a permanência no assentamento dos filhos e sua nova família.

**Educação.** Quase um quarto dos titulares de lote era analfabeto. Nove de cada dez famílias pesquisadas eram chefiadas por pessoas analfabetas ou com menos de quatro anos de estudo.[9] Menos de 10% dos titulares possuíam oito anos ou mais de ensino escolar, enquanto os que tinham feito

[9] Esses dados são similares aos resultados do Censo dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, publicados em Schmidt, Marinho e Rosa (1998). Em alguns estados do Nordeste, o analfabetismo compreendia algo entre 40% e 50% dos beneficiários titulares de lote. As estatísticas nacionais sobre a escolarização dos cônjuges não diferem substancialmente das que se apresentam para os titulares.

algum ensino superior não chegavam a 1% do total. A escolarização de jovens e crianças dava-se em geral em duas etapas: os primeiros quatro anos eram cursados em escolas no interior do assentamento e os quatro seguintes em escolas do município. Mesmo em assentamentos de grande porte, como a fazenda Reunidas, não havia escolas após a 4ª série. Os estudantes precisavam deslocar-se para o núcleo urbano por meio de transporte escolar oferecido pelas prefeituras, serviço público que, muitas vezes, teve de se converter em objeto de intensas negociações políticas entre os assentados e as autoridades municipais.

Habitação. As condições habitacionais são um importante parâmetro para uma avaliação das condições sociais de vida e pobreza.[10] Além disso, a construção civil nos assentamentos estimula uma integração comercial com a região. Em geral, percebe-se certa modificação das condições habitacionais dos assentados em comparação com o de que dispunham anteriormente. Houve aumento na construção de casas de alvenaria e redução na construção de casas de madeira. Também nota-se um aumento (de 6% para 11%) nas residências com pisos de terra, considerado um fator de insalubridade. O esgoto dos assentamentos em geral é depositado em fossas individuais não assépticas (79%), mas há também um considerável despejo em locais abertos, como rios e valetas (13%). Porém, quase 80% das famílias consideram ter obtido melhoria nas condições de habitação, ao passo que para 10% dos entrevistados as condições habitacionais teriam permanecido as mesmas, e 5% estimaram que tivesse ocorrido redução na qualidade de sua habitação. Nos assentamentos mais recentes, a percepção das condições habitacionais foi mais desfavorável que nos mais antigos. A avaliação positiva está relacionada ao fato de estarem dispondo de uma casa própria, em contraposição às situações anteriores, nas quais as pessoas muitas vezes moravam em casas de aluguel ou cedidas de forma temporária.

Família. Perto da metade das famílias tinha todos os seus membros morando no interior do lote. A pesquisa constatou que a proporção de famílias com muitos moradores é alta. Em Promissão, quase metade das famílias assentadas abrigava seis moradores ou mais.[11] Esses dados sugerem que o acesso à terra constitui-se simultaneamente em eventual acesso à habitação para os filhos casados, que passam a constituir novos núcleos domésticos e continuam morando no assentamento para se empregar em diversas atividades, dentro ou fora do lote e do assentamento. Para os homens, o trabalho assalariado fora do assentamento tende a ser em ocupações temporárias e instáveis, ao passo que as mulheres tendem a se empregar em serviços

[10] Lopes (1995), Leone (1994).

[11] Conforme dados do IBGE, em 1991, a média de moradores no estado de São Paulo era de 4,2 pessoas por domicílio na zona rural e 3,9 na zona urbana. No Brasil, a média era de 4,7 na zona rural e 4,1 na zona urbana.

domésticos. O lote transforma-se, assim, em um refúgio para os filhos já em idade economicamente ativa, sobretudo pela disponibilidade de habitação, de alimentação e de redes de apoio social. Para esses jovens, a intensificação do trabalho no lote tende a se tornar uma opção mais rentável em comparação aos ingressos obtidos com o trabalho assalariado fora do lote.

Saúde. Alguns assentamentos contavam com postos de saúde em seu interior, como o Bela Vista do Chibarro e o São Bento. Outros, como no Estrela D'Alva e o Santa Clara, utilizavam o posto de saúde de assentamentos vizinhos. Em Sumaré, os assentados dispunham apenas de serviços públicos de saúde no centro urbano. Na mesma situação encontrava-se o Assentamento Fazenda Reunidas, com exceção de uma de suas agrovilas, que contava com um atendimento parcial. Constata-se nítida precariedade no atendimento médico-hospitalar na maioria dos assentamentos. Além da elevada concentração demográfica em alguns deles, havia ainda grande incidência de doenças crônicas, o que reforça a necessidade de se avaliar a qualidade do atendimento e as possibilidades de instalação de maior número de postos de saúde nos assentamentos.

Alimentação. A percepção dos assentados com relação à alimentação era de melhoria na maior parte dos casos (72%), contra um pequeno grupo (2,5%) que estimava ter piorado sua alimentação com a chegada no assentamento. Perto de 20% das famílias considerava que não houve modificações substanciais em sua alimentação. As práticas tradicionais de produção de alimentos para consumo familiar têm sido de grande importância para essas famílias. Com as melhorias na qualidade da comida, essas práticas de autoconsumo explicam a percepção favorável em relação à alimentação nos assentamentos.[12]

## Composição da renda familiar e integração econômica

Conforme os resultados da pesquisa realizada em 2002, a principal atividade econômica dos assentados era a produção agropecuária. Poucos titulares de lote atuavam como assalariados permanentes fora dos lotes. Os assentamentos, portanto, têm permitido a retirada de trabalhadores rurais do mercado de trabalho, sobretudo dos titulares de lote. Na média estadual, menos de 2% dos titulares entrevistados eram assalariados permanentes. Ao comparar a renda atual com aquela obtida antes do assentamento – muitas vezes em empregos urbanos de baixa remuneração – 58% dos assentados afirmaram que houve melhoria em seu poder de compra, contra 16% que

[12] Uma análise do debate sobre segurança alimentar e desenvolvimento rural, com dados nutricionais coletados em uma pesquisa no Assentamento Fazenda Reunidas, pode ser encontrada em Norder (2004; 1998).

acreditavam ter ocorrido o contrário. Um quarto dos entrevistados disse ter mantido o mesmo poder aquisitivo.

Em média, os rendimentos auferidos no interior dos lotes foram cinco vezes superiores aos obtidos fora dele. A renda por lote atingiu a média de 228 dólares mensais por família, enquanto a renda fora do lote ficou em 38 dólares, totalizando 266 dólares.[13] O peso maior da renda monetária obtida de atividades realizadas no lote provém da produção agrícola. A renda agrícola mensal média de 167 dólares por lote inclui variações expressivas, tendo como piso o Assentamento Estrela D'Alva, com renda agrícola líquida mensal de 180 dólares, em média; e como teto o Assentamento de Sumaré, cuja renda agrícola mensal chegou à média de 246 dólares por lote.

Entre as fontes de renda monetária obtidas fora do lote, a previdência social atingiu a cifra média de 15 dólares, seguida de perto por salários recebidos, cuja média ficou em 14 dólares. A pesquisa constatou que o trabalho remunerado fora do assentamento tem maior importância relativa na composição da renda não apenas das famílias assentadas mais pobres, como também daquelas mais prósperas.

Mais de 35% das famílias obtiveram produção agropecuária comercializada por um valor superior a dois salários-mínimos mensais. No entanto, para 30% das famílias, a produção agropecuária não foi suficiente para atingir uma renda monetária superior a meio salário-mínimo mensal. Para essas famílias, a principal renda provinha da aposentadoria ou do trabalho assalariado fora do lote. O contraste entre os assentamentos é palpável. As informações sobre renda familiar precisam ser avaliadas a partir do contexto de desemprego e subemprego em todo o estado, e particularmente em algumas regiões como o Pontal do Paranapanema.

As características do mercado de trabalho regional condicionam as possibilidades de integração econômica das famílias assentadas. As oportunidades de obtenção de empregos alternativos ou de complemento à renda agrícola são muito maiores nos assentamentos de Sumaré, situados numa região metropolitana com mais de dois milhões de habitantes, do que naqueles do Pontal do Paranapanema, onde as atividades agrícolas do lote são proporcionalmente mais importantes para o conjunto familiar.

As famílias assentadas geralmente compram e vendem seus produtos nos comércios locais. Dessa forma, os assentamentos têm contribuído para dinamizar a economia regional, e de modo especial a dos pequenos municípios. Isso é reconhecido por atores econômicos locais. As expressões do presidente da Associação Comercial de Teodoro Sampaio ilustram bem esse reconhecimento de empresários locais:

[13] Essa média na média mensal foi ponderada conforme a densidade populacional de cada assentamento. Para fazer a conversão dos valores em reais para dólar, utilizamos nessa seção a cotação de 1 dólar para 1,20 real, vigente durante a realização da pesquisa, em 1998.

> Nós consideramos que a reforma agrária no Pontal do Paranapanema foi a indústria que nunca chegou aqui. Hoje a gente analisa que foi bom, está sendo bom e a gente espera que continue a desenvolver... Informalmente, entre os comerciantes, achamos que 40% do novo movimento econômico giram em torno da reforma agrária.[14]

Nos três assentamentos pesquisados no Pontal do Paranapanema, cerca de 30% a 50% do consumo das famílias assentadas eram efetuados no comércio do município; o restante espalhava-se pela região e pelo estado. Nos demais assentamentos, as relações com o comércio local eram bastante intensas. Sumaré e Araraquara são municípios de porte médio que oferecem ampla rede comercial e de prestação de serviços, na qual os assentamentos se inserem e se diluem. Já em Promissão, um município menor, que tem no Assentamento Fazenda Reunidas cerca de 10% da população local, as relações de troca entre o assentamento e o comércio local são de considerável importância econômica.[15]

## INSERÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NAS DINÂMICAS REGIONAIS

Os assentamentos têm contribuído para modificar as regiões e localidades nas quais se inserem e ao mesmo tempo são permeados por suas características específicas. As condições regionais incidem fortemente nas diferentes formas de integração dos assentamentos. Os assentados de Sumaré, por exemplo, apresentam atuação política bastante ampla e intensa devido às suas vinculações com distintas organizações políticas e sociais, como o PT, a CUT-Rural, o MST, ONGs, universidades e escolas. Além disso, representantes desse assentamento têm participado da administração do município, com uma população de mais de 200 mil pessoas, inseridas em uma das maiores regiões metropolitanas do país. Tudo isso tem-lhes permitido ampla cobertura na imprensa e outros meios de comunicação, desde a época em que foram formados os primeiros acampamentos de sem-terra naquela região, em 1983. Essa relação mais intensa com a mídia tem permitido aos assentamentos de Sumaré desempenhar papel relevante na difusão da proposta de reforma agrária, especialmente na região metropolitana de Campinas.

[14] Antonio Celestino dos Santos Neto, presidente da Associação Comercial de Teodoro Sampaio, entrevista concedida aos autores, Teodoro Sampaio, SP, abril de 1998.

[15] Os impactos da reforma agrária no município de Promissão foram ampliados a partir de novembro de 2004, com a criação do Assentamento Dandara, que comporta um total de 203 lotes familiares de aproximadamente 14 hectares cada um.

O Assentamento Fazenda Reunidas, no município de Promissão, tem outra característica. Ele surgiu de um grupo de sem-terra organizado pela CPT, complementado posteriormente por um grupo do MST vindo dos acampamentos montados em Campinas. A falta de articulação entre as lideranças dos acampamentos fez surgir forte rivalidade entre os dois grupos, que estabeleceram dois acampamentos distintos. Após a desapropriação da área, o assentamento recebeu um novo contingente de pessoas vinculadas aos sindicatos de trabalhadores rurais da região, apoiados por suas respectivas prefeituras. A formação desse assentamento, portanto, foi marcada pela diversidade de origem dos assentados e intensas disputas internas.

A instalação de 629 famílias teve forte impacto demográfico e econômico em Promissão, município com menos de 30.000 habitantes. Entretanto, diante das divisões internas no assentamento, a comunidade só conseguiu eleger um vereador municipal em 2004, sendo ele um dissidente local do MST e vinculado ao PT. Até então, os assentados não tiveram qualquer participação direta na administração municipal, como vinha ocorrendo em Sumaré.

No Assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, predomina um outro cenário. As famílias assentadas não apresentam a mesma capacidade de ação política do grupo de Sumaré, nem o impacto demográfico do assentamento em Promissão. A maioria dos assentados chegou à área com apoio das organizações sindicais locais; outra parte contou com a mediação do MST e da CPT, que organizaram acampamentos em Campinas e Promissão, respectivamente. A presença de um assentamento com 167 famílias no interior do principal polo sucroalcooleiro do estado de São Paulo tornou-se, no entanto, importante ícone de resistência ao modelo de agricultura patronal e agroindustrial vigente na região. Para o movimento sindical, essa experiência também serviu para destacar a presença do sindicalismo na luta pela reforma agrária. Mostrava também que, além da cana-de-açúcar e da laranja, era possível praticar uma produção diversificada de alimentos, parte dos quais é vendida em uma feira na cidade.

Nesse assentamento em Araraquara, um dos principais embates girava em torno da adesão de parte dos assentados à produção de cana-de-açúcar, mediante o arrendamento da terra às usinas da região. Aqui, as opiniões dos assentados, técnicos e outros especialistas no assunto eram divergentes. Alguns argumentavam que os assentados não podiam prescindir do aproveitamento das oportunidades econômicas e produtivas constituídas em seu entorno, ainda que de forma dependente dos circuitos agroindustriais. Outros insistiam na necessidade de construção de formas alternativas de agricultura, mediante a diversificação técnica e social da agricultura. Nessa perspectiva, insistia-se na importância de aproveitar o potencial agroecológico de cada parcela de terra, assim como as oportunidades econômicas e culturais de cada localidade, integrando-se, por exemplo, a circuitos mais intensivos em trabalho como a produção de hortaliças e a fruticultura.

Já o Pontal do Paranapanema, diferentemente das demais regiões, apresenta os menores índices de modernização da agropecuária no estado, com predominância da pecuária de corte ultraextensiva e baixa produtividade. Os assentamentos nessa região, ligados em sua maioria ao MST, enfrentam o desafio de desenvolver sua produção em áreas ambientalmente degradadas, com baixa fertilidade e distantes dos principais centros comerciais do estado. Isso ajuda a explicar a maior pobreza e precariedade dos assentamentos no Pontal. Mesmo assim, o elevado número de assentados fez que as políticas governamentais, notadamente durante a fase de implementação dos projetos, tivessem contribuído para reverter a situação de estagnação econômica e de refluxo demográfico da região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tem examinado um conjunto de indicadores que nos permite ressaltar dois aspectos significativos: a importância das políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos e a valiosa contribuição dessas comunidades para a diversificação do meio rural paulista.

A presença e a qualidade das políticas de estado, especialmente as voltadas para habitação, saúde, educação, transporte, eletrificação e crédito agrícola constituem-se elementos-chave para uma análise dos impactos dos assentamentos sobre as localidades em que se inserem. Além de representar a efetivação de direitos sociais consagrados na Constituição brasileira e de ter melhorado a qualidade de vida dos assentados, essas ações permitem a ocupação no setor público de diversos profissionais como técnicos agrícolas, agrônomos, agentes de saúde, professores e outros profissionais.

As políticas de crédito para a produção agropecuária têm importância central para o desenvolvimento dos assentamentos e das regiões onde se inserem. Mas é preciso ampliar o debate sobre a forma como esses créditos são encaminhados e avaliar suas consequências de curto, médio e longo prazo. No estado de São Paulo, as medidas públicas destinadas a fortalecer a agropecuária nos assentamentos foram direcionadas, predominantemente, para o fomento de cultivos de milho, cana-de-açúcar e algodão – produtos típicos da modernização agrícola predominante nessa parte do país.

Com isso, tem-se promovido a produção de mercadorias para exportação, cultivadas em grande escala, com acentuado uso de agrotóxicos. Além de terem elevado custo de produção e consequências prejudiciais para o meio ambiente, sua absorção de mão de obra é pequena. E mais, nos sistemas agrícolas convencionais, a renda gerada por unidade de área ocupada é relativamente baixa. As tentativas de implementação desses modelos produtivos, somadas à precariedade do apoio financeiro, tecnológico e à comercialização dos produtos, têm levado muitas famílias assentadas

a uma situação de insolvência financeira.[16] É preciso reavaliar, portanto, o sistema de produção agropecuária que vem sendo priorizado pelo sistema de créditos públicos para os assentamentos, e compreender seus impactos para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, seja no plano econômico, social e ambiental.

Em geral, as políticas de apoio à diversificação da produção, os programas de crédito de custeio e as políticas sociais (sobretudo as de habitação) têm demonstrado muita lentidão, ineficácia, descontinuidade e, sobretudo, pouca proximidade com os projetos produtivos formulados pelos próprios assentados. Há, nesse sentido, enorme potencial de trabalho e criatividade que não vem sendo plenamente aproveitado. Ainda assim, o impacto dos assentamentos no desenvolvimento local tem sido significativo, em especial nos municípios menores. Ademais, boa parcela dos assentados vem se estabelecendo como agricultores com elevada produção, eficiência técnica, acúmulo de recursos produtivos e rentabilidade crescente.

As diversas disputas agrárias no estado de São Paulo, abertas pelos movimentos populares – MST, CPT, sindicatos e outros grupos – a partir do início dos anos 1980, levaram à implementação de programas de assentamento que repercutiram tanto na transformação das condições fundiárias, sociais e econômicas de algumas localidades (Pontal do Paranapanema e Promissão) como no aparecimento de novos atores políticos e culturais em outras (Araraquara e Sumaré). Além disso, os assentamentos têm contribuído para a diversificação da atividade agrícola, seja no que se refere aos tipos de produtos e produtores, seja nas formas de comercialização da produção. Trata-se, portanto, da geração de uma diversidade social, técnica, política, econômica e cultural de grande significado para uma região do país marcada por forte padronização agroindustrial do meio rural e pela predominância da monocultura.

Dessa forma, os assentamentos têm favorecido a emergência de novas relações sociais e políticas, arranjos comerciais alternativos, inovações tecnológicas, e a gradual consolidação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Além disso, essas comunidades rurais têm contribuído, na percepção dos próprios assentados, para a melhoria geral de suas condições de vida.

A modernização industrial e agrícola no estado de São Paulo ficou concentrada em suas principais regiões metropolitanas e em alguns polos regionais, fato que provocou um decréscimo populacional e a postergação econômica de grande número de pequenos municípios. Mesmo gerando riqueza, o custo desse modelo de desenvolvimento tem sido muito alto. Por um lado, há a expansão de grandes e concentradas aglomerações urbanas

[16] Para maiores detalhes sobre o caso de Araraquara, cf. Barone (2002); e para o de Promissão, cf. Norder (2004).

com indicadores que revelam elevada violência e muita precariedade em termos habitacionais, de saneamento básico e outras condições necessárias para o desenvolvimento social. Por outro, encontra-se um grande número de municípios alijados do processo de crescimento econômico do país.

Tal modelo de desenvolvimento tem dado impulso a uma modernização rural desconectada de seus ecossistemas e da vida econômica e social local. Os assentamentos de reforma agrária que conseguem criar uma economia agrícola camponesa, com bases mais autônomas, questionam o padrão predominante de desenvolvimento e fornecem ideias, experiências e projetos para a construção de modelos alternativos. O intuito por trás dessas iniciativas prioriza questões de grande atualidade e relevância para o Brasil, entre elas, a necessidade de gerar empregos, dinamizar a economia dos municípios do interior do país, preservar o meio ambiente e fortalecer as políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e da desigualdade social.

# 11 Construindo a comunidade: um assentamento do MST no Nordeste

Elena Calvo-González*

Maliene estava no meio de um campo aberto tentando alcançar sua vaca leiteira. Parou por um momento, tomou fôlego e, pela centésima vez, amaldiçoou o animal. A vaca de alguma forma pareceu entender o que ela dizia e se afastou, correndo ainda mais. Virando-se para mim e falando alto de propósito, Maliene "denunciou" a falta de interesse dos vizinhos em ajudá-la. Caminhamos juntas lentamente na direção da vaca, enquanto Maliene enumerava os poucos vizinhos que ainda moravam na agrovila da comunidade e que, fingindo ignorar a situação dela, não se dispunham a ajudar. Mas nem sempre foi assim. Em uma história que ouviria várias vezes, Maliene chegou ao acampamento dos sem-terra determinada a tirar Nestor, seu marido, de lá para voltarem à sua cidade natal, onde possuíam uma pequena casa e a família dela estava conseguindo se virar. De acordo com Maliene, a "sedução" da terra era grande demais para Nestor, já que ele tinha nascido e crescido no campo. Além disso, conhecer todas as pessoas no acampamento e ver como umas ajudavam às outras, construindo uma nova espécie de comunidade, incentivou-o a ficar e a pressioná-la a fazer o mesmo. Hoje, contudo, Maliene não estava disposta a contar histórias felizes.

"Isso aqui não dá certo não", disse entre dentes enquanto voltava derrotada para casa. Por trás dessa afirmação havia não apenas a raiva por ter perdido o leite da manhã, mas também o descontentamento em relação à falta de disposição dos vizinhos em ajudar. Essa expressão era usada com frequência pelos assentados de Novo Mirante ao falar sobre a falta de fé

* A autora gostaria de agradecer a todos os assentados de Novo Mirante pela ajuda, hospitalidade e amizade oferecidas durante a pesquisa de campo.

no projeto de assentamento, referindo-se não apenas às dúvidas que eles tinham em relação a conseguir sobreviver da terra,[1] como também à cada vez maior descrença na possibilidade de construir uma comunidade na qual as pessoas se ajudavam mutuamente – uma comunidade na qual as pessoas também teriam acesso à saúde, educação e uma qualidade de vida muito melhor do que a que haviam deixado para trás. Foi esse projeto que atraiu o marido de Maliene ao MST. Apresentado pelos líderes regionais do MST em reuniões antes da ocupação da terra, esse projeto permitiria que as famílias sobrevivessem da terra e participassem de uma comunidade na qual o bem-estar e a melhoria de vida seriam assegurados. Além de Nestor, muitas outras pessoas tinham esperanças similares quando decidiram participar da ocupação da área cujo proprietário era descendente de uma tradicional e poderosa família latifundiária do Nordeste do Brasil.

Este capítulo oferece uma análise etnográfica das diferentes expectativas, críticas e sentimentos conflitantes em relação ao projeto de desenvolvimento "comunitário" do MST em um assentamento no Nordeste. Entre esses assentados, percepções recorrentes de "fracasso" em relação ao desenvolvimento de sua comunidade refletem a importância atribuída à criação de uma comunidade viável no plano econômico e coesa na sua vida social. Essa foi a esperança almejada nas reflexões que lhes levaram a se unir ao MST, suportar as privações sofridas durante a luta pela terra e permanecer no Movimento depois de assentados. De forma mais sutil, talvez, as percepções de "fracasso" iluminem os diferentes significados que os assentados atribuem ao que, em essência, constitui um símbolo especial: sua vida comunitária.[2]

Os primeiros anos vivendo no assentamento frequentemente são atormentados por sentimentos de desencanto. Este texto procura analisar essas percepções e uma ampla variedade de conflitos comunitários relativos a questões como a decisão de onde viver, a participação das pessoas nas atividades coletivas de trabalho, a extensa rede de fofocas e as várias atribuições de culpa pela falta de uma infraestrutura adequada no assentamento. Estes sentimentos de "fracasso" revelam uma falta de entendimento comum do que significa viver em uma "comunidade". "Fracasso", nesse sentido, reflete a incapacidade de forjar um consenso básico em relação aos significados ligados a esse símbolo. Ao atribuir a culpa pela situação, os assentados combinam crenças mantidas antes da participação na nova comunidade

[1] O principal projeto produtivo do assentamento, o cultivo de abacaxis, não teve muito sucesso. Os assentados culparam os líderes regionais do MST por impor uma variedade que demandava muito cuidado e conhecimento técnico (cf. Calvo-González, 2005).

[2] De acordo com Anthony P. Cohen, os símbolos são "aquelas (categorias sociais) cujos significados são mais subjetivos (como justiça, bondade, patriotismo e dever), cuja variedade de significados pode ser resumida em um símbolo comumente aceito justamente por permitir que seus aderentes atribuam os próprios significados a ele. Eles compartilham o símbolo, mas não necessariamente o significado" (1985, p.15).

com noções desenvolvidas como parte de um movimento social politizado e politizante. A análise aqui oferecida busca revisar as formas nas quais o fracasso é "aceito" e examinar as estratégias por meio das quais ele é ativamente combatido. Além disso, analisaremos como as ideias políticas do Movimento são consolidadas na consciência dos assentados e afetam suas percepções de vida comunitária.

## ASSENTAMENTO NOVO MIRANTE: UMA COMUNIDADE EM CONSTRUÇÃO

O assentamento Novo Mirante localiza-se em uma tradicional fazenda de cana-de-açúcar na área litorânea do Nordeste.[3] A propriedade original, em desuso, foi ocupada pelo MST pela primeira vez em outubro de 1996. Depois de ser expulso pela polícia em novembro, o grupo de sem-terra voltou a ocupar a área duas semanas depois. O Instituto de Nacional Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do governo federal expropriou a propriedade em dezembro de 1997, quase 14 meses depois da primeira ocupação da área. Os 299 hectares de terra do Novo Mirante foram divididos em 30 terrenos familiares de oito hectares cada. Os outros 59 hectares foram reservados para uso comum. Nessa área de uso comum foi instalada a agrovila do assentamento, assim como uma área de cultivo comum e outra designada a pasto para gado. A rotatividade no assentamento foi relativamente alta, e em 2002 um terço das 30 famílias originais havia deixado a comunidade. Os assentados de Novo Mirante provêm de uma ampla variedade de formações e histórias. A maioria, contudo, já tinha trabalhado na agricultura antes e feito uma série de "bicos" em centros urbanos. Os níveis de comprometimento com a comunidade e o MST variavam muito. Alguns assentados envolviam-se nas atividades do assentamento e demonstravam grande apoio ao MST, enquanto outros não demonstravam muito interesse pela comunidade nem pelo Movimento. As diferentes posturas em relação à participação na comunidade e nas atividades do MST foram a causa de muitos conflitos internos no assentamento e de desavenças entre os assentados e as lideranças regionais do MST.

Para os assentados, uma das ideias mais atraentes do projeto do MST era a possibilidade de participar de uma comunidade na qual a solidariedade

[3] O nome do assentamento e o de todos os assentados mencionados neste texto são fictícios. A pesquisa etnográfica foi realizada em duas fases principais: nove meses entre os anos de 2001 e 2002 e três meses em 2003. Durante ambas as visitas ao Novo Mirante me envolvi como uma observadora participante e conduzi entrevistas semiestruturadas com 20 das 30 famílias assentadas. Também entrevistei três assentados que deixaram permanentemente o assentamento e participaram de eventos públicos organizados pelo MST na região do assentamento e na capital do estado.

interpessoal e os valores humanitários prevaleceriam. Essa concepção é fundamental para os ideais socialistas do MST e é mencionada com destaque nos textos do Movimento. Dessa forma, os membros do MST – incluindo líderes, assentados, participantes dos acampamentos e defensores – são vistos nesses textos como pessoas nas quais esses valores devem ser instilados e cultivados.[4] Assim, nesse ponto de vista apresentado pelo MST, seus assentamentos da reforma agrária são locais estratégicos nos quais os valores do "novo homem e da nova mulher" devem ser promovidos e disseminados para fomentar a mudança social no Brasil. Acredita-se que esses valores possam ser atingidos seguindo-se rigorosamente as diretrizes do MST. A ênfase aqui é na disciplina e no controle do comportamento das outras pessoas, no que Eliane Brenneisen, inspirada em Michel Foucault, descreve como a "micropolítica de poder do MST". Espera-se que o "novo homem e a nova mulher" surjam por meio do poder de redenção da ação e do trabalho coletivos. Por meio de suas "novas comunidades", os membros do MST ajudariam a difundir as práticas socialistas na qualidade de ativistas do Movimento, oferecendo à sociedade brasileira exemplos concretos da potencial aplicação do socialismo.[5]

Em geral, dois tipos de assentados podem ser identificados. O primeiro está envolvido na ocupação original da terra ou entrara no Movimento pouco depois. Suas percepções sobre o tipo de comunidade que imaginava passar a fundar foram influenciadas pela participação anterior em reuniões do MST, as representações do Movimento por parte da mídia, as conversas com amigos envolvidos no MST e, de modo especial, a intensa experiência de 15 meses como participantes de um acampamento de sem-terra. O segundo tipo de assentados, contudo, entrou na comunidade depois que o assentamento foi oficialmente implementado para substituir as dez famílias que acabaram deixando a área. Para essas pessoas, a exposição aos ideais do MST foi menos intensa e obtida por meio da participação esperada em reuniões e manifestações do Movimento.

É bem verdade que os assentados do MST não são uma *tábula rasa* sobre as quais ideais e visões da sociedade e comunidade são simplesmente

[4] Para uma boa descrição dos membros do MST constituindo uma comunidade "imaginada" de sem-terra, de forma similar ao termo clássico de Benedict Anderson, cf. Wolford (2003, p.506).

[5] Eliane Brenneisen (2002, p.23). Em outros textos ela argumenta que o MST articula uma "pedagogia do sofrimento", que sustenta que a criação do "novo homem e nova mulher" é produzida por meio das privações sofridas durante a luta pela terra. Em vez de politizar os participantes sem-terra, como o MST esperaria, ela considera que esse sofrimento produz uma "pedagogia da resignação", com efeitos "despolitizantes" em muitos membros (cf. Brenneisen, 2003, p.68). Para uma linha similar de interpretação sobre a questão, cf. Caume (2002).

escritos.[6] Em Novo Mirante, cada assentado trouxe consigo uma combinação particular de vivências e percepções de comunidade que, no caso de muitos, incluía a experiência de ter morado em uma favela. Com efeito, o estilo de vida urbano teve muita influência nas ideias desse grupo de pessoas, expressa tanto na aversão quanto na apreciação da vida na cidade. Em comparação com a superlotação e a violência das favelas, o novo assentamento oferecia melhorias significativas. Contudo, os assentados também sentiam falta do acesso aos serviços e às oportunidades disponíveis nas áreas urbanas. Outros apreciavam o maior anonimato e a privacidade encontrada em cidades maiores, pois consideravam a vida cotidiana na comunidade rural como socialmente opressiva devido ao excesso de olhares atentos e dispostos a criticar seu comportamento. A experiência de ser um trabalhador urbano ou rural obrigado a se submeter à autoridade dos chefes e superiores teve impacto também sobre as interações na comunidade e as relações com os líderes regionais do MST. Além disso, muitos assentados encontravam-se sugestionados pelas imagens idealizadas de outros assentamentos da reforma agrária, em especial daqueles formados por descendentes de imigrantes europeus no Sul do Brasil.[7]

Entre os assentados de Novo Mirante, então, as diversas expectativas em torno à sua comunidade foram fruto de uma variedade de experiências e ideias. As percepções de "fracasso" compartilhadas pela maioria dos assentados originais mostraram-se igualmente diversificadas na representação das causas de seu desencanto. As explicações oferecidas pelos assentados para dar conta desse "fracasso" e as atribuições de culpa por essa situação variaram entre os assentados e, além disso, houve mudanças segundo a situação na qual os assentados expunham suas opiniões. De fato, as explicações oferecidas em um contexto com frequência contradiziam as apresentadas em outro.

[6] Em uma das primeiras publicações do MST, disposições culturais preexistentes entre os participantes do Movimento eram descritas como baseadas no "individualismo, personalismo, espontaneidade, anarquismo, imobilismo, acomodação, sectarismo ou radicalismo, liquidacionismo, aventureirismo e autossuficiência" (cf. Morais, 1986, p.27, 39). Essas inclinações tradicionais eram vistas como um obstáculo ao sucesso do modelo do MST, que incentivava a adoção de valores socialistas (cf. Harnecker, 2002, p.45).

[7] Pelo que sei, nenhum dos assentados de Novo Mirante teve contato direto com os assentamentos do MST no Sul. O que eles sabiam sobre esses assentamentos baseava-se principalmente em relatos de terceiros e representações da mídia. Os descendentes de imigrantes europeus que vivem em muitos dos assentamentos do MST no Sul do Brasil são um legado da política do século XIX que visou a "embranquecer" a nação (cf. Santos, 2002). O "embranquecimento" do Sul levou essa região do país a ser identificada como um Brasil mais educado e "refinado". De acordo com Christine de Alencar Chaves, esse modelo racial da nação, com um suposto *ethos* de trabalho mais sólido e uma maior capacidade de organização no Sul do país, em comparação com a população mais indolente e de mistura racial no resto do Brasil, pode ser encontrado no discurso de alguns líderes sulistas do MST (2000, p.339).

## ESPÍRITO COMUNITÁRIO E EXPECTATIVAS

Definições antropológicas de "comunidade" normalmente fazem referência à existência de interesses em comum, criando vínculos que unem as pessoas. No caso do assentamento de Novo Mirante, o fato de os vínculos serem recentes e os interesses em relação ao assentamento variados, significava que nem todos os assentados identificavam o assentamento como "sua" comunidade. Se os assentados escolherem identificar sua principal lealdade com os parentes, os outros assentados ou até mesmo uma comunidade imaginada mais ampla de pessoas sem-terra é crucial para compreender o senso de deveres e obrigações, e têm um impacto substancial sobre seu conceito de comunidade.

Quando Maliene expressou seu desgosto em relação aos vizinhos que não a ajudaram a pegar a vaca, estava ecoando uma queixa comum entre os assentados que atribuíam o "fracasso" do assentamento à falta de espírito comunitário entre seus membros. Crenças como essas podiam ser encontradas entre assentados com variados níveis de comprometimento com o projeto do MST, sendo ele um discurso particularmente favorecido por aqueles que passaram pela difícil experiência no acampamento, época considerada um período de intenso espírito comunitário. A época do acampamento era lembrada frequentemente com nostalgia, como um período em que as pessoas estavam cheias de esperança e planos e tinham um sentimento de integração. No entanto, todos os assentados de Novo Mirante concordavam que o espírito comunitário forjado durante a luta pela terra não se sustentou.

Esse sentimento de desencanto representa um fenômeno recorrente entre novos assentados da reforma agrária. José de Souza Martins argumenta que a intensa experiência comunitária durante o período de acampamento dos sem-terra se fundamentava na euforia da atmosfera festiva, em grande parte baseada em sua natureza provisória e passageira. Essas, ele observa, não são comunidades "autênticas", mas, sim, residuais e, portanto, especialmente vulneráveis a diferenças internas. A luta pela terra por si só, afirma Martins, não constitui um filtro ou base com a intensidade suficiente para sustentar uma identificação entre os membros (Martins, 2003, p.25).[8]

Alguns assentados argumentavam que a taxa de rotatividade relativamente alta no assentamento, muito acima da média nacional de 20% registrada em 1992,[9] implicava ausência de tempo suficiente para conhecer

[8] Martins observa que o período de acampamento também pode levar a um processo de perda cultural e social, no qual os "antigos valores e referências perdem o significado... E o novo que ali se anuncia ainda não tem sentido" (2003, p.50).

[9] Cf. o relatório de 1992 da Food and Agriculture Organization (FAO) (Brenneisen, 2002, p.277).

bem todas as pessoas que chegavam ao assentamento, bem como para desenvolver o tipo de relação comunitária que eles tinham com alguns outros assentados durante o período de acampamento.[10] Muitos dos assentados originais reclamavam que os novos membros não se mostravam totalmente comprometidos com a reforma agrária. O fato de não terem passado pelas dificuldades da luta pela terra era frequentemente usado contra os assentados mais recentes como prova de seu mero interesse em obter um pedaço de terra em vez de também participar da luta mais ampla do MST. Essa acusação, contudo, também era direcionada contra outros assentados que tinham participado do acampamento, mas tinham se distanciado da comunidade. Como demonstraremos nas duas próximas seções, esse afastamento pode incluir tanto dimensões físicas quanto emocionais, tais como a decisão de sair da agrovila ou de se desvincular do sistema coletivo de produção da comunidade.

## ONDE MORAR? A AGROVILA *VERSUS* O LOTE INDIVIDUAL

A maioria dos assentados de Novo Mirante atribuiu a mudança de comportamento na comunidade à dispersão espacial que ocorreu depois que o governo sancionou o novo assentamento. Das 30 casas construídas com os fundos do governo para acomodar todos os assentados em uma agrovila em formato de "U", apenas a metade estava ocupada dois anos depois. Alguns assentados tinham construído acomodações alternativas em seus lotes para impedir pequenos furtos e minimizar o longo trajeto da agrovila até o lote. Essas acomodações oscilavam entre barracos temporários para passar poucos dias da semana a casas de tijolos totalmente acabadas onde eles viviam de modo permanente. Três assentados nunca levaram as famílias para morar no assentamento, mantendo sua moradia principal na periferia das cidades vizinhas. Outros tinham se desligado da agrovila e comprado uma casa em um vilarejo mais próximo de seu lote, onde tinham residência permanente. Todas essas pessoas, contudo, mantinham uma casa na agrovila, mesmo que, no geral, vazia, pois era um direito adquirido ao serem assentados. Toda essa situação provocou uma sensação de distância espacial e social para as famílias que permaneceram no complexo residencial.

Entre 2001 e 2002, durante meu trabalho de campo em Novo Mirante, três assentados "desistiram da reforma agrária", uma expressão comumente utilizada para descrever pessoas que decidiram deixar de vez o assentamento

[10] Os novos assentados entraram na comunidade com uma desvantagem financeira, já que, por lei, todos eles devem "herdar" a dívida acumulada pelos predecessores nos empréstimos subsidiados pelo governo, conhecidos como créditos de "fomento".

e retornar às áreas urbanas onde moraram anteriormente.[11] Ao partir, esses assentados tinham a possibilidade de indicar um candidato para assumir sua vaga, que seria sujeitado à ratificação por parte da assembleia do assentamento e aprovação final do INCRA. Dois dos novos assentados eram de uma cidade vizinha e preferiram continuar morando nas casas antigas. Um terceiro vinha de uma comunidade nas proximidades e tinha participado da ocupação, organizada pelo MST, da propriedade onde se instalou o Novo Mirante. No entanto, como havia mais famílias acampadas do que podia ser acomodado no novo assentamento, a ele foi oferecido um lote de terra em um local mais distante, proposta que acabou recusando. Assim como os outros dois novos assentados, este decidiu permanecer na casa onde morava e mantinha uma pequena horta, em vez de se mudar para a agrovila. Durante o mesmo período, três outros assentados deixaram o local sem informar a assembleia ou o INCRA de suas intenções de abdicar de seu lote de terra. Essas casas ficaram vazias, e os terrenos ociosos intensificaram o sentimento de abandono entre os residentes da agrovila.

Para os assentados instalados na agrovila tal situação foi percebida como um sinal de enfraquecimento do compromisso com a comunidade. Apesar de muitos dos moradores de fora da agrovila continuarem a participar do trabalho semanal coletivo da comunidade e das assembleias do assentamento, sua ausência cotidiana da agrovila criava uma atmosfera de menor contato pessoal, fenômeno que contrastava com a intensidade dos laços coletivos experimentados durante o acampamento. No entanto, os assentados que optaram por morar em seus lotes argumentaram que seu compromisso com o MST não passava pelo seu local de moradia, e, sim, pelo fato de eles estarem ali no assentamento cultivando a sua terra.

A primeira mulher a mudar-se da agrovila para seu próprio lote foi Dona Marcela, uma mãe solteira cuja filha estava em idade escolar. Essa decisão foi malvista por alguns residentes da agrovila, que chegaram a circular uma petição para impedir a sua mudança. Os outros assentados que tinham passado a morar em seus lotes eram homens solteiros ou famílias chefiadas por homens. Dona Marcela se sentiu traída e discriminada quando soube da petição e mal pôde acreditar que seus colegas de assentamento tentariam impedi-la de deixar a agrovila pelo simples fato de ser mulher, questionando-a sobre "o que ela faria sozinha no mato". Seus detratores também criticaram o fato de que a ausência de sua filha na escola da agrovila iria prejudicar o espírito comunitário. Essa resistência fez com que Dona Marcela ficasse ainda mais determinada a se mudar. Usando suas economias, comprou uma

[11] Sem dúvida, nem todas as pessoas que deixaram o assentamento "desistiram da reforma agrária". Durante minhas pesquisas, conheci dois ex-assentados do MST de comunidades próximas que abandonaram o Movimento devido a desavenças com líderes regionais, logo decidiram se filiar a outros movimentos de sem-terra ativos na região.

pequena casa em um vilarejo perto de seu lote. Diferentemente da sua casa na agrovila, esta tinha acesso à eletricidade, o que lhe permitiu desenvolver uma pequena produção de sabão, que ela vendia para complementar sua renda agrícola. O sucesso dos empreendimentos de Dona Marcela fez com que ela se tornasse o alvo de fofocas invejosas na agrovila, o que aumentou seu ressentimento com alguns membros da comunidade.

Depois da saída de Dona Marcela, outra assentada decidiu seguir seus passos e mudou-se para seu lote, onde construiu uma precária casa de tijolos. Seus filhos foram trasladados da escola do assentamento a uma escola primária localizada perto do seu lote. Depois de uma reunião da assembleia do assentamento para discutir a falta de crianças na escola da agrovila, ela e outra família concordaram, a contragosto, em retornar à agrovila para enviar seus filhos a essa escola. As duas famílias fizeram questão de salientar que tal concessão fora feita para demonstrar seu compromisso com o MST.

## TERRA COMUNAL E TRABALHO COLETIVO

No início do Assentamento Novo Mirante seus integrantes concordaram em implementar um modelo de produção baseado na designação de um quinto da área como terra comunal e a distribuição do resto em parcelas de oito hectares por família. A assembleia do assentamento instituiu que a área comunal seria trabalhada de forma coletiva, com a participação compulsória de cada assentado um meio dia por semana. Com o tempo, o sistema coletivo de produção se tornou uma questão polêmica entre os assentados, sendo que quase todos concordaram que ele não estava funcionando como eles almejavam.

As explicações para esse fracasso, contudo, variavam. Alguns assentados sentiam que o sistema era uma "imposição do MST" e o boicotavam, evitando ir ao trabalho ou limitando a contribuição produtiva ao mínimo. Outros mantinham seu compromisso original com o projeto e participavam do trabalho coletivo todas as semanas. Jackson, por exemplo, ressentia-se do fato de muitos dias do trabalho coletivo serem dedicados a consertar as cercas que impediam o gado de perambular pelo assentamento, já que ele mesmo não possuía gado. Apesar de apoiar a ideia do trabalho coletivo, ele discordava de sua organização e a via como "uma imposição do MST". Jackson defendia uma abordagem mais flexível, na qual diferentes grupos de trabalho concordariam em realizar atividades específicas. "Se fulano e sicrano tivessem gado", ele explicou, "e estivessem a fim de ter as cercas arrumadas porque é do interesse deles, então eles deveriam conversar e chegar a um acordo". Essa abordagem, ele insistia, amenizaria o formato rígido do sistema coletivo de produção e ajudaria a evitar percepções de participação forçada. Outros assentados, porém, consideravam essa ou outras formas de

resistência ao trabalho coletivo como um sinal de desapego à comunidade ou, na pior das hipóteses, um ataque frontal ao Movimento, tendo em conta o efeito de desmobilização gerado pela ausência dos membros dissidentes.

Os assentados frequentemente evocavam ideias e princípios de economia moral, fundados no entendimento de que todos os membros da comunidade eram responsáveis pelo bem-estar e a prosperidade de todos. Algumas vezes, contudo, isso levava a atos de transgressão.

Certa ocasião, Maliene, o afilhado que a visitava e eu fomos colher castanhas de caju. Começamos na terra comunal do assentamento, onde havia muitos cajueiros, porém, logo descobrimos que as castanhas já tinham sido colhidas. Quando o afilhado propôs que voltássemos para casa, Maliene nos conduziu ao terreno de Rosendo, um assentado idoso que não era residente permanente do assentamento. Ao chegarmos, falando em voz baixa, ela mandou que o afilhado afastasse o arame farpado para que pudéssemos entrar na lavoura de Rosendo. Lá, enchemos nossos baldes de castanhas, deixando muitas outras frutas na árvore e no chão. No caminho para casa, Maliene reclamou o tempo todo da avareza de Rosendo e de como ela o tinha visto convidando um homem de uma comunidade vizinha para ir colher as castanhas no terreno dele. Ela estava indignada com o fato de ele poder convidar alguém de fora quando sabia muito bem que havia pessoas no assentamento que também precisavam das castanhas. No fundo, porém, percebi que ela se sentia culpada por ter invadido a lavoura de Rosendo. Durante todo o percurso de volta ela brincava com o afilhado sobre como eu tinha vindo de longe para ensiná-la a “roubar”. Maliene justificou a violação dos direitos de propriedade de Rosendo com um argumento similar àquele utilizado para legitimar a ocupação de uma propriedade improdutiva: o proprietário não precisava dela para sobreviver. Tal justificativa recorria a um senso de dever moral, ao mesmo tempo em que Maliene atribuía a culpa do ato de transgressão a mim, um elemento externo.

## FALTA DE INFRAESTRUTURA, LIDERANÇAS DO MST E A BUSCA DOS CULPADOS

A “conquista” do Assentamento Novo Mirante, com a expropriação da área pelo INCRA, no final de 1997, foi um sonho cumprido para as 30 famílias sem-terra que suportaram 14 meses de privações no acampamento formado depois da ocupação da área. Quatro anos depois, porém, percebia-se um clima de decepção na comunidade devido ao não cumprimento de muitas promessas feitas pelo INCRA e as lideranças regionais do MST em favor do desenvolvimento do seu assentamento. Ao longo da estrada de terra que conduz ao assentamento havia uma fileira de postes de eletricidade sem fio algum. Entre os assentados era comum ouvir histórias que atribuíam esse

problema a um conluio corrupto entre autoridades municipais e algumas lideranças regionais do MST.

Na entrada da agrovila havia um posto de saúde sem móveis ou equipamentos. Ele nunca teve funcionários ou recebeu algum tipo de medicamento. O único serviço de saúde disponível ao assentamento era fornecido por um programa do governo municipal que tinha contratado e treinado um assentado de outra comunidade como agente comunitário de saúde, o orientado a visitar Novo Mirante periodicamente e encaminhar os assentados para o hospital da cidade mais próxima. Para assistência médica urgente ou consultas normais, os assentados não tinham outra opção que ir à cidade e procurar atendimento nas clínicas do sistema de saúde pública, onde deviam enfrentar problemas crônicos de falta de recursos. Como alternativa, os assentados podiam recorrer uns aos outros ou buscar tratamento com os curandeiros locais.

As casas prometidas às 30 famílias assentadas constituíram outra fonte de decepção, pois nenhuma delas foi concluída nas condições prometidas. As famílias tiveram de esperar mais de um ano depois da criação do assentamento para obter os recursos prometidos pelo governo federal para construir suas casas. Os fundos alocados para isso, porém, foram insuficientes para construir as casas conforme os padrões estabelecidos no acordo original. Todas as casas ficaram sem o acabamento final, sem o piso de concreto e as fossas sépticas prometidas. Entre os assentados houve discordâncias sobre quem era o culpado desta situação. Alguns achavam que era uma falha do INCRA, e outros ficaram suspeitando que os líderes regionais do MST tinham colocado as mãos nos cofres. Porém, todos concordaram que as lideranças do Movimento não tinham sido bons intermediários na defesa dos seus interesses.

Além dessa frustração com as casas, os assentados tinham duas outras obras incompletas no meio da agrovila: um novo poço elétrico inutilizado pela falta de eletricidade e uma escola inacabada. Alguns assentados disseram que os materiais de construção para a escola tinham sido roubados do canteiro de obras. Outros insistiram que o assentamento nunca recebeu todo o dinheiro necessário para comprar os materiais. Para contornar o problema, os assentados concordaram em usar uma das casas desocupadas da agrovila como escola.

Os prédios inacabados e a falta de serviços para os assentados provocavam sentimentos amargos na comunidade. Às vezes, até mesmo os defensores mais entusiastas do MST podiam ser ouvidos murmurando palavras de desaprovação em relação aos líderes regionais. Notava-se isso, em particular, nos dias em que essas lideranças vinham fazer uma visita rápida ao assentamento – dirigindo em alta velocidade um carro que os assentados garantiam ter sido pago com dinheiro deles – para solicitar sua participação em alguma atividade do MST ou pedir recursos em apoio a outros acampamentos e assentamentos.

Os reparos de Dona Marina, uma viúva com sete filhos e defensora fervorosa dos ideais do MST, exemplificavam esse tipo de crítica fiel ao Movimento. Dona Marina era bem conhecida na comunidade como uma assídua participante das reuniões e marchas do MST. Ela gostava de assistir a esses encontros com as duas filhas que moram no assentamento, pois pensava que essas experiências poderiam ajudá-las a ampliar o horizonte de vida e cultivar a mesma paixão que ela tinha na luta do Movimento pela justiça.

Dona Marina teve a sua primeira experiência de organização comunitária junto ao sindicato de trabalhadores rurais no município onde nasceu. Junto ao sindicato participou de uma luta para criar um assentamento da reforma agrária, no qual logo ajudou a formar uma associação comunitária similar à do Novo Mirante. Em seguida, ela conheceu algumas lideranças do MST que a convenceram a se unir à sua luta pela reforma agrária e a mudança social do país. Na leitura apresentada por esses ativistas, o governo brasileiro atendia aos interesses das elites nacionais e internacionais, e somente a organização e mobilização dos pobres poderia contestar esse domínio e promover uma sociedade mais justa.[12] Atraída por essa visão política, Dona Marina decidiu deixar seu assentamento e se unir ao MST. Apesar de seu comprometimento com os ideais do Movimento, ela se tornou muito crítica do comportamento de suas lideranças regionais. No Assentamento Novo Mirante, ela não tinha problemas em discordar abertamente deles e criticar sua atuação no longo atraso na instalação da rede elétrica. Nesta e em outras questões ela dizia compreender os assentados que se sentiam abandonados pelo MST. Mesmo assim, Dona Marina não deixou de acreditar no projeto de transformação da sociedade brasileira promovido pelo MST.

Em uma viagem que fizemos juntas para participar da reunião estadual do MST, Dona Marina insistiu que o "fracasso" do Novo Mirante deveria ser avaliado em comparação com o "sucesso" dos outros assentamentos. No tempo que conversávamos, a "nossa" equipe estava arrumando a barraca de lona preta onde iríamos dormir e montando uma cozinha improvisada do lado. Em um momento da nossa conversa, Dona Marina fez um sinal apontando para uma equipe vizinha que estava levantando seu barraco de maneira muito mais eficiente e veloz que a dos "nossos meninos". Para Dona Marina, a forma como eles ajeitavam as varas de madeira devia refletir um nível de organização muito melhor que a do Assentamento Novo Mirante. Olhando para a nossa barraca em demorada construção, Dona Marina balançou a cabeça, em um gesto de decepção com os colegas de seu assentamento. Em sua opinião, os assentados de Novo Mirante não conseguiram sustentar o compromisso com a comunidade que tiveram du-

[12] Para um exemplo da visão do MST em relação ao Estado, cf. Bogo (1999, p.26). Wendy Wolford refere-se a isso como uma visão de sociedade da "classe oposicionista" e argumenta que a "comunidade imaginada" do MST foi desenvolvida ao redor dessa visão (2003, p.507).

rante o período do acampamento, quando a luta pela terra ajudou a manter as pessoas "unidas", com um profundo sentimento de "engajamento". Os vizinhos, segundo ela, aos poucos foram perdendo a fé no MST, "porque aquilo que foi prometido pelas lideranças nunca foi cumprido, e você sabe como algumas pessoas entendem as coisas literalmente. Eles esquecem que é sempre uma luta, eles esquecem de lutar. É por isso".

O mesmo raciocínio foi oferecido pelas lideranças regionais do MST. Atribuir o fracasso da comunidade à falta de compromisso dos assentados com o MST os exonerava das críticas e oferecia uma solução concreta: mais envolvimento com o assentamento e as atividades do MST. Uma participação maior nas lutas do MST aumentaria o alcance das atividades do Movimento e, assim, fortaleceria a posição de seus líderes.

A desconfiança em relação a esses líderes era generalizada no assentamento. Até assentados mais próximos ao MST, como Dona Marina, chegaram a ficar muito inconformados com algumas decisões da coordenação regional do Movimento. Durante uma das reuniões da assembleia, ela defendeu com muito vigor a decisão do assentamento de não emprestar seu trator a outra comunidade da reforma agrária. Os líderes regionais tinham explicado que o empréstimo seria apenas temporário, mas Dona Marina argumentou que não podiam confiar neles para devolver o trator. "Estou dizendo", ela afirmou, "eu conheço bem esses líderes. Se esse trator sair daqui nós nunca mais vamos vê-lo de novo. E mais, não vamos receber nada em troca!"

Na opinião de Dona Marina e de outros assentados, essas lideranças estavam abusando de sua posição na direção regional do MST para benefício próprio e, com isso, desacreditando todo o Movimento.[13] Mesmo discordando do afastamento de alguns dos membros da comunidade, ela dizia compreender seu desânimo. E, apesar de culpar esses ativistas por não se empenharem ao máximo para trazer os benefícios prometidos, Dona Marina não era proclive a tratar suas relações com os líderes do MST em termos clientelistas.

Outros assentados, contudo, assumiam uma postura clientelista de forma mais aberta. Uma conversa que tive com Vítor me ajudou a compreender esta situação. Vítor poderia ser classificado como um "assentado nos dias de semana", pois a família dele não tinha se mudado para o assentamento

[13] Esses sentimentos de exploração e percepções de que os líderes do MST atuam em interesse próprio são agravados por rumores que sugerem que alguns dos ativistas do Movimento usufruem de um estilo de vida luxuoso, com apartamentos e carros pagos com o dinheiro da organização. O "carreirismo" dos jovens ativistas do MST na estrutura do Movimento e a participação de alguns deles como candidatos políticos (principalmente pelo PT), em uma nação na qual os políticos são percebidos como motivados só pelo interesse próprio, contribuem para aprofundar ainda mais esses sentimentos (cf. Navarro in Branford e Rocha, 2002, p.121).

e ele costumava ir visitá-los nos finais de semana. Uma tarde, Vítor me pediu para contar a história da minha chegada ao Brasil, uma história que os assentados adoravam ouvir. Depois de me ouvir com atenção, ele me contou que também poderia ter viajado nos seus anos de juventude. Naquela época, um amigo seu tinha decidido migrar para o Sudeste do país em busca de emprego e aventura e chamou-o para ir junto. Mas Vítor não conseguiu reunir coragem para acompanhá-lo, apesar de o amigo ter-lhe comprado uma passagem de ônibus para São Paulo.

Anos mais tarde, o amigo voltou ao Nordeste. Apesar de não ter tido sucesso na cidade grande, ele estava decidido a voltar para o Sul, dessa vez para tentar a sorte em um assentamento de reforma agrária que, de acordo com os boatos, receberia muito dinheiro do governo. Mais uma vez, Vítor não teve coragem de acompanhar o amigo e nunca mais teve notícias dele. Vítor ficou o tempo todo se perguntando se as riquezas a serem encontradas em comunidades da reforma agrária no Sul eram autênticas ou não passavam de uma sedução para que um "caipira" como ele se unisse ao amigo na aventura. Tudo isso o deixou com a sensação de não ter aproveitado as oportunidades que a vida lhe deu. Isso, segundo ele, foi um dos motivos que o levou, vários anos depois, ao ouvir no rádio que os sem-terra haviam ocupado a propriedade de Novo Mirante, a reunir alguns pertences e avisar à esposa que iria se unir a eles. Ao chegar ao acampamento, precisou apenas mostrar a carteira de identidade e expressar sua intenção de se unir à luta do MST para ser aceito no Movimento.

Durante o período de acampamento, Vítor guardou a esperança de ter acesso a muitos recursos financeiros na fase da implantação do assentamento. Essa ilusão o ajudou a suportar as dificuldades da luta pela terra e persistir em sua decisão de ganhar um pedaço de chão. Durante esse tempo, sentiu falta da esposa, que tinha emprego em uma fábrica e não queria arriscar a renda estável pela incerteza do acampamento do MST. Ele também sentiu saudade das filhas que ficaram morando com a esposa. Assim que recebeu seu próprio lote agrícola, Vítor decidiu nunca se separar da família por mais de um mês. Seus planos originais de complementar o salário da esposa com a renda da lavoura e a utilização dos subsídios do governo caíram por terra devido à falta de crédito e outros problemas de produção. Vítor se desiludiu. O sonho que tinha de melhorar de modo significativo a qualidade de vida de sua família por meio dos benefícios da reforma agrária não se concretizaram. Entretanto, dada uma experiência anterior de ter passado muito tempo sem emprego, Vítor optou por permanecer no assentamento na esperança de uma mudança positiva no futuro.

Bem como outros assentados, Vítor culpava os líderes regionais do MST por grande parte do "fracasso" do assentamento. Durante a nossa conversa, ele se referia a como havia sido de certa forma iludido para se envolver na "reforma agrária". Achei que ele estivesse se referindo à história do velho

amigo e fiz um comentário sobre o "mito" da migração. Vítor me encarou com um olhar vazio. Quando o lembrei da história que tinha me contado, ele riu e disse que não era com o amigo que ele estava decepcionado, mas com os líderes do MST, que tinham reforçado as expectativas semeadas pelo amigo. Afinal, ele justificou seu raciocínio, "sempre que a gente escuta alguma coisa de uma pessoa, a gente duvida, mas quando ouve de várias pessoas, a gente quer acreditar, a gente acaba acreditando". Vítor atribuía a esses ativistas a falta de assistência ao assentamento, alegando que as estratégias definidas por eles tinham sido ineficazes na obtenção de recursos apropriados do governo. Esses ativistas do MST, ele disse com raiva, "deviam vir e morar aqui para sempre, para ver como é respirar o querosene que a gente queima para ter luz nas casas por falta de energia". Em suma, na visão mais clientelista de Vítor, os culpados da sua desilusão eram os representantes do MST, que não cumpriram suas promessas feitas na época do acampamento.

## ALÉM DO CLIENTELISMO? O MST E A EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO

Seria simplista, contudo, mesmo que tentador, argumentar que a relação dos assentados com o MST era meramente clientelista.[14] Na verdade, as atitudes clientelistas vinham entremeadas de demandas ambíguas, ora por uma maior autonomia do MST, ora por seu envolvimento no assentamento. Esse foi o caso da escola local, vista por muitos como a maior decepção na vida da sua comunidade.

No discurso do MST, uma das principais vantagens dos seus assentamentos é a promessa de contar com um melhor acesso à educação. Como salienta o Capítulo 9, de Carter e Carvalho, neste livro, a educação exerce um papel central no ideário do Movimento e sua estrutura organizativa. Inspirados pela "pedagogia do oprimido" de Paulo Freire, os textos publicados pelo MST argumentam que a educação proporcionada pelo Estado brasileiro sustenta os valores das classes dominantes. Para alterar essa situação, o MST criou uma rede educativa financiada pelo governo que permitiu ao Movimento administrar suas próprias escolas e oferecer cursos de magistério para seus professores. A ênfase dada nessa pedagogia consiste em educar as pessoas para viver no campo, sem ter de migrar para as cidades.[15] O setor

[14] Em outro texto, argumentei que os líderes locais do MST refletem, em algumas ocasiões, o comportamento dos "patrões" rurais tradicionais (cf. Calvo-Gonzalez, 2004).

[15] Para uma análise mais aprofundada do modelo educacional do MST, cf. Kolling, Nery e Castagna (1999) e Caldart (2000). Zander Navarro, no entanto, alega que a crítica elaborada pelo MST do Estado como uma instituição "burguesa" ao mesmo tempo em que o Movimento se mostra ansioso para aceitar recursos públicos representa uma "contradição central" entre a ideologia e a prática do Movimento (2002a, p.30).

de educação do MST é responsável por supervisionar essas atividades, que vão desde a criação de escolas itinerantes nos acampamentos à contratação de professores e a montagem de escolas nos assentamentos até cursos de alfabetização de adultos. De todas as realizações do MST, as do campo da educação parecem particularmente dignas de nota. Em Novo Mirante, contudo, o papel do MST na administração da escola local tornou-se uma das questões mais controversas nos primeiros anos do assentamento.

Além de sofrer a falta de instalações adequadas, a escola da agrovila teve uma alta rotatividade dos professores. Em apenas três anos, a escola teve quatro professores diferentes. Alguns deles eram próximos às lideranças regionais do MST. Outros foram designados às pressas pela prefeitura, que era responsável pelos salários dos professores, para evitar que os alunos ficassem sem aulas. Nem todos os professores da escola, portanto, estavam comprometidos com a pedagogia do MST. Mesmo aqueles que o estavam precisavam lidar com o fato de a maioria dos estudantes não ser da comunidade de Novo Mirante, mas, sim, de um assentamento vizinho ligado ao sindicato dos trabalhadores rurais. A escola tinha apenas uma professora, que era obrigada a adaptar suas aulas para crianças de várias idades e níveis de escolaridade, algumas provenientes de famílias ligadas ao MST, outras não. A professora com quem conversei alegou ter recebido pouca assistência do setor de educação da regional do MST, motivo pelo qual teve de seguir o mesmo currículo de outras escolas públicas. Em termos pedagógicos, portanto, a escola de Novo Mirante não oferecia nenhuma vantagem especial para as crianças desse assentamento.

Com o tempo, os assentados ficaram insatisfeitos com o desempenho dos professores, e alguns matricularam seus filhos em outras escolas. Os professores, por sua vez, ressentiam a falta de apoio dos pais. Alguns pais, no entanto, alegavam terem sido excluídos do processo de planejamento da escola pelos professores e as lideranças regionais do Movimento. Tanto assentados quanto professores disseram sentir-se decepcionados com a falta de mediação nesse conflito e insistiram na necessidade de uma supervisão mais rigorosa das escolas por parte do MST. Diante desse e de outros dilemas, a solução proposta por muitos assentados era um maior envolvimento do MST no desenvolvimento da sua comunidade.

## FOFOCAS, ENCONTROS FESTIVOS E A COMPREENSÃO DO "FRACASSO"

Uma das maneiras pelas quais os assentados lidavam com o descontentamento era por meio de frequentes discussões sobre a situação, particularmente sobre a vida dos vizinhos. Com efeito, a fofoca era amplamente

praticada na comunidade e os assentados pareciam passar tempo demais nessa atividade. Os antropólogos consideram a fofoca uma forma de manter a unidade, a moralidade e a história do grupo por meio da constante verificação entre o comportamento e as expectativas comuns (Gluckman, 1963). No entanto, diferentes expectativas entre os assentados faziam da fofoca uma questão profundamente controversa e um problema particularmente inconveniente para alguns. As pessoas fofocavam com outros assentados, com parentes que moravam no assentamento, com amigos de comunidades vizinhas e com familiares que vinham de fora visitar o assentamento. De acordo com a maioria dos relatos, a fofoca era marcadamente intensa durante os dias de trabalho coletivo do assentamento, pois estes ofereciam uma oportunidade para "conhecer as novidades".

Entre os assentados que participaram da ocupação original, as atividades coletivas eram muitas vezes vistas como uma lembrança do estilo de vida comunal que manteve as pessoas unidas durante o período de acampamento. Sendo um espaço moldado pelo que se acreditava ser um conjunto de valores em comum e um entendimento compartilhado da comunidade, não era surpreendente ver o trabalho coletivo utilizado como um momento para avaliar o comportamento dos moradores do assentamento. Alguns assentados, contudo, recusavam-se a participar do trabalho coletivo por desaprovar as intensas fofocas feitas durante essas atividades. Com isso, eles não apenas se recusavam a partilhar dos valores ligados aos alvos da fofoca, mas também se transformavam em objetos de rumor. Pelo menos uma das assentadas que entrevistei atribuiu sua decisão de deixar o assentamento aos efeitos nocivos da fofoca. Reclamando sobre a insuportável atmosfera de fofoca na comunidade e das reprovações da sua vida, ela voltou à cidade natal para "finalmente ser deixada em paz".

Nem todos os encontros sociais, contudo, giravam ao redor da fofoca. Alguns assentados se esforçavam muito para desenvolver um senso mais saudável de comunidade. Eles dedicavam tempo e energia na organização de eventos sociais para reunir os assentados e comemorar os aniversários dos vizinhos, bem como os aniversários da ocupação da terra e da formação oficial do assentamento. Alguns dos participantes desses eventos também se envolviam ativamente em tentativas de criar comunidades paralelas por meio de várias igrejas evangélicas.

## OS EVANGÉLICOS E A EXPRESSÃO RELIGIOSA

A relação entre as igrejas pentecostais e os movimentos sociais representa uma questão controversa, sendo que os evangélicos são vistos com frequência como uma força desmobilizadora. A realidade, contudo, é que alguns evangélicos (ou "crentes", como são conhecidos no Brasil) conseguiram

combinar com sucesso a participação em ambos os tipos de organização popular.[16] Em Novo Mirante, mais de um terço dos assentados está, ou em determinado momento de suas vidas esteve, envolvido com alguma igreja evangélica. A maioria deles é muito ativa tanto na igreja quanto no MST. Outros assentados, contudo, particularmente os não envolvidos nessas igrejas, veem os rigorosos códigos de comportamento impostos por algumas dessas igrejas – como as proibições de beber, fumar e dançar e a tendência de se separar dos que são "do mundo" – como um indicativo de que esses assentados evangélicos são mais severos e propensos a não se envolver em atividades que visam a unir a comunidade. No entanto, outros assentados mostram-se dispostos a conviver com seus vizinhos crentes, sem considerar suas práticas como empecilho à comunidade.

Assim, por exemplo, Dona Marina, uma católica não praticante, propôs que um evangélico preparasse a liturgia para a festa de aniversário do assentamento. Como uma das organizadoras responsáveis pelo evento, ela convenceu os outros assentados a aceitarem essa proposta com a esperança de incluir todos os membros da comunidade. No dia da festa, os evangélicos responsáveis pela celebração utilizaram o evento para promover sua fé entre os não crentes. A maioria dos não crentes não se incomodou com o intento de convertê-los à igreja evangélica. Na interpretação de um deles, "o ato foi uma celebração de Deus. Afinal, o nosso Deus e o Deus deles é o mesmo". Alguns assentados, contudo, sentiram-se aborrecidos com a tentativa de conversão, mas aceitaram a situação como uma concessão a algo ao qual os vizinhos evangélicos atribuíam muita importância.

Alguns líderes regionais do MST, entretanto, não eram tão tolerantes com os crentes. De fato, esses ativistas se opuseram à presença de alguns grupos evangélicos em acampamentos do MST e eram conhecidos por fazer observações condescendentes sobre a filiação religiosa de algumas pessoas.[17] Em uma conversa que tive com um desses líderes, ele desabafou sua indignação em relação a uma mulher de um assentamento vizinho que tinha doado seu fogão a gás e outros pertences pessoais à congregação local da Igreja Universal do Reino do Deus. Ele descreveu a mulher como uma fanática ignorante que foi enganada ao doar seus bens mais valiosos. A ironia que esse líder não percebeu é que o MST também encoraja seus membros a doar recursos e tempo para sustentar a organização. Reações comparáveis por parte dos ativistas do Movimento podem ser vistas como uma expressão de ansiedade em relação às filiações de seus assentados. Como argumenta Caume (2002, p.5), o MST depende da permanência

[16] Para discussões relevantes sobre movimentos evangélicos e sociais, cf. Fernandes (1977) e Novaes (1985).

[17] Jadson José Cardozo Araújo, pesquisador da Universidade Federal da Bahia, em conversa pessoal, Salvador, BA, outubro de 2001.

dos assentados no Movimento para ampliar seu alcance organizacional e poder. Afinal, a filiação dos assentados do MST a outros grupos que reivindicam recursos e posicionamentos ideológicos poderia ser vista como uma ameaça à capacidade do Movimento de manter a influência sobre seus assentamentos.

## CONCLUSÃO

A importância atribuída pelos assentados do Novo Mirante ao desenvolvimento de um senso comunitário nos remete à importância de avaliar o sucesso dos assentamentos da reforma agrária em termos que vão além dos indicadores econômicos e materiais usuais. É necessário incorporar também questões que se relacionem ao bem-estar social e moral dos assentados. Neste capítulo, tentei transmitir os sentimentos dos assentados sobre sua comunidade, analisando suas percepções de "fracasso" e as estratégias locais elaboradas para minimizar essa sensação.

Observando as explicações oferecidas pelo "fracasso" da comunidade, descobrimos que a culpa era atribuída a três grupos principais: os assentados, os líderes regionais do MST e o governo. Os assentados eram descritos como preguiçosos, descomprometidos ou distantes, em termos físicos e ideológicos, quanto aos outros assentados e às lideranças do Movimento. Os ativistas regionais do MST, por sua vez, foram frequentemente retratados como pouco prestativos, incapazes e não confiáveis. O governo, por outro lado, era culpado pela falta de recursos para o assentamento e por deixar de intervir em alguns dos conflitos entre os assentados e os líderes do MST.

Discussões entre os assentados em relação a quem deveria fazer mais para compensar esses supostos fracassos eram muito comuns. Alguns assentados eram favoráveis a uma maior presença do MST no assentamento, argumentando que sem uma liderança forte do MST perder-se-ia a adesão aos valores do Movimento, e, com isso, fracassaria a esperança de construir uma comunidade unida. Outros, porém, achavam que era preciso reduzir o controle exercido pelos líderes do MST, devido ao seu baixo nível de compromisso com os valores do Movimento. Na óptica desses assentados, tais lideranças regionais estavam preocupadas demais em promover seus interesses pessoais e ambições políticas. Essa acusação era associada geralmente à demanda por uma maior supervisão por parte do governo sobre esses ativistas, de modo a impedir seu abuso de poder. Apesar de todas essas críticas, assentados como Dona Marina não projetavam a decepção sobre o Movimento como um todo. Para eles, o projeto do MST em favor da transformação social do Brasil era algo em que queriam e podiam acreditar.

Alguns dos assentados que teriam gostado de reduzir o controle do MST sobre o assentamento não estavam ansiosos em conceder mais poder aos

próprios assentados. Em vez disso, gostariam de uma presença maior do governo. Na opinião deles, o governo havia deixado de lado a obrigação de proporcionar os recursos necessários para eles terem sucesso na agricultura familiar. O maior envolvimento do Estado era, antes de tudo, necessário para aumentar os investimentos públicos na comunidade. Mesmo na procura do seu “empoderamento” por meio de métodos mais radicais, defendidos por movimentos sociais e os propulsores de modelos alternativos de desenvolvimento, na visão dos assentados, a construção da sua comunidade jamais desmereceria a participação do Estado. Ao contrário, os assentados percebiam o Estado como uma força legítima e necessária, com importantes poderes de intervenção para evitar abusos locais.

Os assentamentos da reforma agrária, como vimos aqui, não são sociedades fechadas e cristalizadas, mas, sim, comunidades envolvidas em um processo contínuo de criação e evolução. A variedade de percepções e valores sobre o que significa “construir uma comunidade” muito provavelmente produzirá diversos problemas e conflitos entre seus membros. As estratégias desenvolvidas pelos assentados de Novo Mirante para resistir às percepções de “fracasso” sugerem muitas soluções possíveis para o problema em questão. O sucesso do Assentamento Novo Mirante, e talvez de muitos outros assentamentos da reforma agrária no Brasil, parece depender, entre outras questões, da capacidade de promover a busca de projetos em comum entre seus participantes.

# 12 Assentamentos do MST em Pernambuco: identidade e resistência

Wendy Wolford

O MST é um dos movimentos sociais populares mais bem organizados e eficazes da história brasileira. Ele foi o primeiro movimento social do Brasil que pôde alegar ter uma filiação nacional: um alto nível de disciplina organizacional e coerência ideológica permitiram que o Movimento coordenasse ocupações de terra, demonstrações públicas, marchas e eventos culturais transcendendo fronteiras de regiões geográficas, classes sociais e identidades culturais.

Entretanto a diversidade de condições no Brasil rural fez com que o Movimento simplificasse as demandas aos seus integrantes. A força dos camponeses pobres reside nos números, mas somente se eles forem organizados e representados como relativamente unificados. No MST, como em qualquer movimento social, a filiação não é uma variável discreta, na qual uma pessoa ou está dentro ou está fora: em vez disso, a filiação é disposta ao longo de um contínuo em qualquer momento determinado e alguns membros são representados com mais precisão do que outros. As pessoas entram em um movimento por uma série de razões diferentes e o fato de uma pessoa se unir a um movimento não exclui questionamento, rejeição ou até mesmo uma deformação deliberada da ideologia, táticas e metas da organização. Estudos de movimentos sociais como o MST, contudo, raramente se concentram nos membros hesitantes ou irresolutos; em vez disso, assentamentos e membros-modelo tendem a ser escolhidos tanto por ativistas quanto por pesquisadores.

Neste capítulo, procuro analisar as tentativas por parte do MST de organizar os trabalhadores rurais de plantações* de cana-de-açúcar no estado

* Neste texto, o termo "plantação" refere-se a um sistema agrário de latifúndio caracterizado pela produção em grande escala, integração vertical, emprego de mão de obra barata, escasso valor específico das mercadorias obtidas e, eventualmente, a superprodução, especialmente nas plantações da Zona Intertropical. (N.T.)

de Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Argumento que poderemos desenvolver uma compreensão mais completa da mobilização dentro do MST se conscientemente contextualizarmos o Movimento quanto às pessoas e os locais, de forma que distintas trajetórias sejam analisadas em comparação com o quadro de referência do Movimento como um todo.

Quando o MST foi fundado no Sul do Brasil em 1984, líderes e defensores do Movimento reconheceram a importância de "se espalhar para todas as regiões do país, especialmente no Nordeste" (Branford e Rocha, 2002, p.21). No entanto, transformar-se em um movimento brasileiro em vez de um movimento regional seria um desafio, porque a cultura camponesa que definiu o MST no Sul do Brasil não se evidenciava no resto do país. Um exemplo foi a área costeira de cultivo da cana-de-açúcar em Pernambuco, na região Nordeste, que os líderes do Movimento consideravam ser particularmente importante para a mobilização devido ao alto nível de pobreza da região e a longa história de resistência coletiva (Branford e Rocha, 2002, p.44). Os líderes do MST argumentaram que, apesar de a mão de obra organizada ser muito mais forte lá do que o campesinato, um desejo comum de possuir a terra unia pessoas de diferentes classes sociais.[1] De acordo com Jaime Amorim, um líder do Movimento do estado de Santa Catarina, no Sul do país, e que liderou o MST em Pernambuco desde que se mudou para lá, em 1989, o MST conseguiu desenvolver a filiação no Nordeste do Brasil porque "escolhemos uma questão que unia a todos: a terra. A terra é uma necessidade. 'Terra' é a palavra que une as pessoas. A terra se tornou o elemento de luta. Você oferece aos trabalhadores a oportunidade de ter a terra – mas por meio de uma ocupação da qual eles participam".[2]

Vinte anos mais tarde, a estratégia de expansão do MST parece ter sido um sucesso. A região costeira de cultivo de cana-de-açúcar em Pernambuco hoje é considerada um baluarte de influência e apoio do Movimento. O número de assentamentos *per capita* e por hectare na região faz dela um dos locais mais ativos em termos de reforma agrária no país. Por trás dos números, contudo, desenrola-se uma complexa história de política local e normas culturais referentes à relação entre a terra e o trabalho.

[1] Há uma extensa literatura sobre a distinção entre o campesinato e trabalhadores rurais como grupos políticos na região da cana-de-açúcar. Para uma discussão da mobilização entre trabalhadores rurais, cf. Pereira (1997) e Andrade (1980). Para uma apresentação da luta política do campesinato, em especial a formação das Ligas de Camponeses, cf. Forman (1975) e Julião (1972).

[2] A não ser que seja especificado de outra forma, todas as citações diretas são de pesquisas de campo conduzidas pela autora em 1998-1999, 2001 e 2003. Pseudônimos são utilizados para os nomes de assentamentos e assentados devido ao fato de as entrevistas abordarem questões delicadas referentes à filiação ao Movimento e a memórias históricas.

Não foi fácil para o MST desenvolver a filiação na região da cana-de--açúcar. Os trabalhadores das plantações não reagiram imediatamente à reforma agrária como uma oportunidade de manter seu estilo de vida, como aconteceu com os filhos e as filhas de pequenos lavradores no Sul do Brasil. Muitas vezes era difícil convencer os trabalhadores das plantações a abrir mão do trabalho assalariado para adotar uma produção de subsistência, e havia poucos elementos no repertório cultural dos trabalhadores das plantações que legitimavam a noção de envolvimento em ações mais diretas como as ocupações de terras. Como um resultado das diferenças culturais entre os membros originais do MST e os trabalhadores de plantações no Nordeste, o Movimento não conseguiu desenvolver sua filiação na região até meados de década de 1990, quando uma crise generalizada na indústria da cana-de-açúcar lançou centenas de milhares de pessoas na condição de desempregados (Andrade e Andrade, 2001). Essa crise econômica convergiu com maiores recursos políticos para a reforma agrária porque os líderes do MST mobilizaram trabalhadores rurais, e porque representantes do governo propuseram medidas de redistribuição de terra como uma maneira de lidar com a crise econômica.

O trabalho de campo para elaborar este capítulo foi conduzido no município de Água Preta, na região sul do litoral pernambucano. Em 2001, Água Preta foi caracterizado pela maior concentração de terras na região da cana-de-açúcar e pelo maior número de assentamentos da reforma agrária em Pernambuco. Entre 1992 e 2000, 12 plantações no município foram expropriadas e distribuídas entre 926 famílias (Figura 12.1).[3] Um dos assentamentos mais próximos da cidade, que constitui a base deste estudo de caso, havia sido uma plantação de cana-de-açúcar em grande escala antes de sua expropriação em 1996. Eu chamo o assentamento de Flora, apesar de não ser esse seu verdadeiro nome. Quarenta e seis famílias moravam no assentamento. Treze delas receberam lotes agrícolas depois de ocupar a área com o MST, em 1996. As outras 33 receberam uma área no assentamento em consequência de uma lei que permite a todos os trabalhadores rurais ou arrendatários vinculados a uma fazenda desapropriada a ser os primeiros a receber uma parcela de terra nessa área. Em 1999, o assentamento foi publicamente filiado ao MST.[4]

[3] Os dados foram fornecidos pela prefeitura, 2001.

[4] Como parte da minha pesquisa de campo no Brasil, entrevistei todas as famílias desse assentamento, e cerca de 200 assentados do MST em Santa Catarina e em Pernambuco. Além disso, conversei com muitos líderes do MST, políticos locais, pequenos lavradores que moravam nas proximidades do assentamento, bem como agentes do INCRA e trabalhadores rurais assalariados que moravam em periferias urbanas. As entrevistas em Água Preta variaram em termos de estilo, mas a maioria incluiu uma extensa visita às propriedades dos assentados, almoço e duas ou três horas de entrevista com questões abertas.

Mapa 12.1 O estado de Pernambuco

Muito tempo depois de o MST ter conseguido articular a luta pela terra em Água Preta, no entanto, as relações sociais entre as pessoas e o local que caracterizaram o difícil período de mobilização continuavam a definir a dinâmica na filiação do Movimento. A cana-de-açúcar como uma *commodity* podia estar em crise, mas cana-de-açúcar como uma cultura sobrevivia nutrida pelas raízes notoriamente profundas (Muniz, 2004). Os trabalhadores rurais se uniram ao MST, mas muitos continuaram a privilegiar os salários ao cultivo da terra. Eles tinham um histórico social de utilização doméstica da terra nas plantações em que trabalhavam, e valorizavam sua nova posição como proprietários de terra, mas a propriedade significava estabilidade e *status* em vez de uma forma de sustento. Refiro-me a essas percepções culturalmente enraizadas de espaço físico – no caso, a terra – como "imaginários espaciais" (Wolford, 2003). Os trabalhadores rurais que se filiaram ao MST trouxeram com eles imaginários espaciais muito diferentes daqueles dos pequenos lavradores do Sul do Brasil, que não poderiam ser facilmente apagados apenas por meio da filiação ao Movimento. Pelo contrário, influenciaram a dinâmica do Movimento no nível local e dos assentamentos no nível nacional.

A importância continuada dos imaginários espaciais influenciados pelos trabalhadores das plantações evidenciou-se quando a produção se recuperou, três anos após os preços internacionais caírem ao ponto mais baixo em dez anos – 11 centavos de real por quilo –, em 1999. Em 2003, muitos dos assentados de Água Preta tinham voltado a plantar cana-de-açúcar, e quase todos deixaram o MST. Essa decisão de deixar o Movimento, contudo, não se baseou apenas em fatores econômicos: o MST perdeu seu posicionamento em Água Preta por ter presumido que as pessoas que se uniram ao Movimento necessariamente queriam um pedaço de terra e que os significados associados à terra na plantação poderiam – e deveriam – ser facilmente transformados por meio da participação nas atividades do Movimento. No final, o MST e os trabalhadores rurais não conseguiram reconciliar suas percepções do que significava ter um pedaço de terra.

# A CANA-DE-AÇÚCAR E O MST NA ZONA DA MATA SUL

A produção de cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil tem sido influenciada pelos caprichos da natureza, condições do mercado internacional e alianças políticas negociadas entre elites regionais e nacionais.[5] Todos esses processos ou relacionamentos de nível macro refletem-se por meio das relações de poder local, nas quais uma elite relativamente pequena das plantações tem monopolizado o controle sobre a terra e a mão de obra por quase 500 anos (Schwartz, 1985). A cana-de-açúcar produzida no Nordeste do Brasil gerou consideráveis fortunas para essas elites, mas proporcionou pouco desenvolvimento de longo prazo. As origens do cultivo, baseadas na escravidão e na monocultura, deixaram legados de desigualdade, pobreza e paternalismo que são bastante evidentes hoje. A maior parte do açúcar era produzida para a exportação e produtos industrializados eram comprados da Europa em vez de serem produzidos localmente. Em vez de modernizar seus métodos ou diversificar a produção, os proprietários das plantações suportaram períodos de recessão econômica, secas ou enchentes e episódios ocasionais de turbulência política por meio da manipulação da utilização local da terra e a organização do trabalho. Durante e após a escravidão, eles disponibilizavam mais terras para seus trabalhadores para o cultivo de lavouras de subsistência quando os preços estavam baixos e plantavam cana-de-açúcar "até a porta da frente" quando os preços estavam altos.[6] Como resultado, apesar de a produção na região da cana-de-açúcar aparentemente ter mudado muito pouco ao longo dos últimos 500 anos, as noções normativas de comportamento "apropriado" além do relacionamento entre os trabalhadores e a terra foram constantemente reelaborados entre as diferentes classes sociais.[7]

No final do século XIX, à medida que os proprietários das plantações faziam a transição do trabalho escravo ao não escravo, os empregados rurais trabalhavam por um número fixo de dias em troca de um lugar para morar e terra para cultivar.[8] Ao longo dos anos de depressão do início do século

[5] Na qualidade de "berço da civilização" do Brasil, uma extensa literatura trata das condições econômicas, políticas e sociais das plantações de cana-de-açúcar no Nordeste. Para uma história da produção colonial de cana-de-açúcar, cf. Schwartz (1985). Sobre a transição dos antigos engenhos a modernas fábricas de processamento de cana-de-açúcar, cf. a nostálgica sociologia de Freyre (1963). Para uma história da transição da escravidão ao trabalho livre, cf. Eisenberg (1974) e Galloway (1989). Para uma análise da região da cana-de-açúcar como um produto do discurso das elites, cf. Muniz (2004).

[6] Andrade (1988), Eisenberg (1974), Sigaud (1979).

[7] Andrade (2001), Freyre (1963), Sigaud (2004).

[8] Essa relação entre a produção de subsistência e as condições do mercado parece ter caracterizado tanto o período colonial quanto o pós-colonial. Apesar das evidentes variações de um engenho ao outro, o relacionamento entre o proprietário da plantação e o trabalhador

XX, o relacionamento permitiu que as plantações continuassem produzindo e os trabalhadores rurais mantivessem a produção de subsistência em pequenos terrenos. À medida que a demanda internacional por cana-de-açúcar aumentou, na década de 1950, porém, as plantações racionalizaram a produção expulsando os trabalhadores que moravam na propriedade e retirando seu direito à terra. O direito de cultivar foi gradualmente (e de forma irregular) substituído pelo direito de trabalhar. Essa tendência na direção do que Anthony Pereira (1997) chama de "plena proletarização" se manteve ao longo do final do século XX, à medida que a revolução em Cuba e as sucessivas crises do petróleo contribuíram para aumentar os preços da cana-de-açúcar/etanol.

Durante a ditadura militar (1964-1985), os sindicatos rurais desenvolveram uma sólida presença nas regiões rurais de Pernambuco. Em 1963, trabalhadores rurais conquistaram o direito a um conjunto formal de proteções legais sob o Estatuto de Trabalho Rural (ETR). O Estatuto formalizou os direitos dos trabalhadores rurais a férias remuneradas, bônus, assistência médica, ausência ocasionada por doença e o direito de constituir sindicatos de trabalhadores. Em consequência, os sindicatos rurais passaram a ser representantes relativamente privilegiados dos camponeses pobres. Na verdade, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), que representava os trabalhadores da cana-de-açúcar, era uma das federações estaduais mais fortes do país.

O Estatuto de Trabalho Rural de 1963 codificou as relações trabalhistas, mas deixou de proteger os direitos dos trabalhadores rurais pela terra. A Lei do Sítio, de 1965, que teria assegurado a todos os trabalhadores rurais até dois hectares de terra para a produção de subsistência, nunca foi efetivamente implementada. Promulgada pouco tempo depois do Estatuto Rural da Terra, de 1964, a Lei do Sítio pode até ter impelido os proprietários das plantações a expulsar os trabalhadores da propriedade: a posse ameaçava tornar-se tão importante quanto o título de propriedade para a reivindicação de um terreno. Apesar de os camponeses pobres terem se organizado em sindicatos e Ligas Camponesas, as relações trabalhistas foram gradualmente formalizadas, e o acesso à terra tornou-se cada vez mais raro.[9]

Em 1989, quando ativistas do MST realizaram a primeira ocupação de terra em Pernambuco, eles esperavam o apoio do governador do estado, Miguel Arraes, que tinha conquistado fama nacional e regional como

---

(escravo ou livre) foi provavelmente mais "humanitário" quando as condições de mercado eram menos favoráveis (cf. Eisenberg, 1974). A melhor discussão sobre a relação mútua entre produção de subsistência e para exportação pode ser encontrada em Schwartz (1992, p.65-103), cf. também Barickman (1994) e Eisenberg (1974).

[9] Fernandes (2000, p.110), Branford e Rocha (2002, p.44). De acordo com Maybury-Lewis, entre 1950 e 1960 os proprietários dos engenhos reduziram a força de trabalho permanente pela metade (1994, p.65).

defensor dos pobres do campo por ter implementado o Estatuto de Trabalho Rural em 1963. Vivendo no exílio durante grande parte da ditadura militar, Arraes retornou como governador de Pernambuco em 1988. Os líderes do MST não perceberam que, ao planejar a ocupação, estavam entrando em uma histórica disputa política entre ativistas camponeses e líderes dos sindicatos rurais. Definida de forma ampla, essa disputa coloca camponeses defensores da reforma agrária (apoiados pela Igreja Católica e antigas Ligas Camponesas) contra sindicatos rurais defensores da reforma trabalhista (apoiados pela FETAPE). Para a surpresa do MST, o governador Arraes enviou a polícia militar para expulsar os posseiros sem-terra logo após a ocupação, uma decisão atribuída ao desejo do governo do estado de "manter os movimentos sociais sob controle".[10]

Na década de 1990, o contexto da mobilização do MST mudou. A indústria da cana-de-açúcar em Pernambuco entrou em outro grave período de crise que sugeria um possível fim da indústria ou, na melhor das hipóteses, a necessidade de uma significativa reestruturação tanto da produção quanto das relações de posse da terra (Lima e Silva, 1995). A partir de 1989, oficiais recém-eleitos dos governos estadual e federal deram início a uma série de medidas voltadas a desmantelar o generoso sistema de subsídios à produção que sustentava os produtores da região. Ao mesmo tempo, a demanda internacional por açúcar brasileiro começou a diminuir de modo acentuado com o surgimento de novos produtores globais e a maior demanda por adoçantes artificiais. Em 1995, 44% das refinarias de cana-de-açúcar em Pernambuco foram classificadas como "paralisadas ou funcionando com dificuldade" (Lins et al., 1996, p.2).

Em reação à crise econômica, os governos federal e do estado de Pernambuco passaram a coordenar planos para redistribuir a terra na região da cana-de-açúcar. De acordo com esses legisladores, a reforma agrária representava uma forma rápida de transformar as relações de propriedade de terra em benefício dos trabalhadores pobres de Pernambuco ao mesmo tempo em que "racionalizava" a indústria da cana-de-açúcar. Como afirmou um relatório do governo de 1998:

> A crise da indústria da cana-de-açúcar na região da Zona da Mata nordestina representa uma crise do modelo [produtivo]. A crise proporciona uma oportunidade única de realizar extensas mudanças estruturais que eliminarão a concentração fundiária e produção de monocultura, beneficiando o desenvolvimento econômico da região com igualdade e justiça social.

[10] Alguns dos posseiros eventualmente receberam ofertas de terra, mas em uma região distante do litoral, onde o terreno era difícil de cultivar e a assistência do governo considerada insuficiente.

No início da década de 1990, ativistas do MST na região intensificaram as ocupações de terra e conseguiram forçar a criação de dezenas de novos assentamentos, como mostra a Tabela 12.1.

Tabela 12.1 Ocupação e assentamento de famílias em Pernambuco (1989-1997)

| Ano | Número de ocupações | Número de famílias nas ocupações | Número de assentamentos | Número de famílias assentadas |
|---|---|---|---|---|
| 1989 | 03 | 500 | – | – |
| 1990 | 05 | 300 | 2 | 42 |
| 1991 | 03 | 400 | 5 | 205 |
| 1992 | 09 | 1.250 | 1 | 135 |
| 1993 | 12 | 2.000 | 4 | 550 |
| 1994 | 15 | 2.500 | 5 | 720 |
| 1995 | 19 | 4.500 | 7 | 744 |
| 1996 | 35 | 3.500 | 17 | 1320 |
| 1997 | 51 | 8.500 | 16 | 1700 |

*Fonte:* MST-PE (2003)

A expropriação das plantações tradicionais de cana-de-açúcar transformou a Zona da Mata Pernambucana. Ex-supervisores de plantações, trabalhadores rurais e administrativos, cortadores de cana e posseiros do MST receberam direitos a pequenos terrenos. Esses novos beneficiários da reforma agrária receberam doações para a subsistência de curto prazo e materiais de construção para construir uma casa, e empréstimos subsidiados pelo governo federal para o cultivo de safras alternativas e criação de animais para o consumo.

## DESENVOLVENDO A FILIAÇÃO NA REGIÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR

Para os membros do MST que eram pequenos lavradores familiares antes de se unir ao Movimento, passar a ser um assentado representava um retorno ao modo familiar de produção e reprodução social. No estado de Santa Catarina, no Sul do país, filhos e filhas de pequenos lavradores uniram-se ao MST porque duas décadas de política agrícola militarizada aceleraram o fim da fronteira regional.[11] Esses produtores rurais sem-terra nem sempre eram os mais pobres nas áreas rurais; seus pais com frequência tinham acesso à terra. Mas eles entraram no MST porque havia sobrado pouca terra disponível que eles tinham condições de comprar ou para as quais eles

[11] Cf. Cazella (1992), Paulilo (1996).

poderiam migrar. Histórias sobre o fracasso da colonização da Amazônia eram contadas nas comunidades locais, e os produtores sem-terra viam-se cada vez mais desesperados por ter acesso a sua própria terra, na qual pudessem constituir uma família.[12] Quando os ativistas do MST – filiados a líderes comunitários locais – começaram a organizar as ocupações, esses produtores sem-terra uniram-se ao Movimento para manter o estilo de vida. Impelidos pelo que suas "ferramentas culturais" (Swidler, 1986) os levavam a ver como uma necessidade, e atraídos pelos fortes vínculos comunitários e de apoio familiar, os lavradores sem-terra em Santa Catarina foram praticamente os primeiros a se unir ao MST na luta pela terra (Wolford, 2003).

Para os trabalhadores rurais em Pernambuco, a vida nos assentamentos era muito diferente da vida nas plantações. Como trabalhadores rurais, suas "ferramentas culturais" foram definidas por hierarquias ocupacionais inscritas no contexto físico. A produção da cana-de-açúcar demandava apenas alguns poucos trabalhadores "qualificados" e um grande número de cortadores de cana "não qualificados" contratados durante a época da colheita. As hierarquias ocupacionais eram estruturadas verticalmente, do proprietário da plantação, passando por trabalhadores qualificados, incluindo trabalhadores administrativos e líderes de equipes, até chegar aos cortadores de cana e outros trabalhadores não qualificados. Quando os trabalhadores foram banidos das plantações e forçados a viver nas pequenas cidades espalhadas pela região da cana-de-açúcar nas décadas que se seguiram aos anos 1950, apenas alguns retiveram ou conquistaram o direito de utilização de pequenas lavouras no interior da plantação. Apesar da formulação da Lei do Sítio, em 1965, os proprietários das plantações continuaram a conceder esses pequenos terrenos como "presentes" para demonstrar preferência ou apreciação a trabalhadores específicos. Esses trabalhadores tinham empregos mais estáveis e uma segurança maior na plantação do que seus colegas que moravam na cidade, pois podiam plantar lavouras de subsistência, flores e árvores frutíferas ao redor de suas casas e pescar nos rios ou córregos das proximidades.

A história dinâmica do acesso à terra nas plantações compôs uma memória social da utilização da terra, se bem que uma memória muito diferente da dos pequenos lavradores do Sul do Brasil. Os trabalhadores rurais associavam o acesso à terra a uma época na qual os proprietários das plantações eram mais justos e proporcionavam boas condições aos trabalhadores. A terra significava estabilidade, *status* social e certo senso de segurança proveniente da produção de subsistência. Mesmo com essa memória social da terra, contudo, os trabalhadores rurais não consideravam a terra um "direito". Eles foram treinados pelos sindicatos rurais para lutar pelos direitos legais por meio de recursos judiciais e demonstraram

[12] Wright e Wolford (2003, p.45-7).

muito nervosismo quando os ativistas do MST sugeriram ocupar a terra que tecnicamente pertencia a outra pessoa. Eles queriam a terra somente se, como disse um assentado, o "governo desse a eles sem nenhum problema". Como explicou em 2003 um trabalhador rural que recebeu terra por meio de seus vínculos com a plantação na qual trabalhou, "Todos nós devemos o que temos hoje ao Movimento; eu mesmo devo tudo a ele, eu não concordo com esse negócio de invadir fazendas. Quem quer ter o que lhe é de direito e chegar e ver a terra invadida? Eu tenho esta casa aqui e saio, e quando volto, ela está invadida?"

À medida que a crise da cana-de-açúcar se aprofundava, contudo, os trabalhadores rurais começaram a se unir ao MST. Em Água Preta havia dois grupos distintos. Um deles incluía os posseiros que participaram da ocupação liderada pelo MST. O outro grupo, maior, era composto de ex-empregados das plantações. Os posseiros se uniram ao Movimento em grande parte devido à crise da cana-de-açúcar e às maiores dificuldades de encontrar trabalho estável. Quando os ativistas do MST começaram a se mobilizar na região, eles agarraram a oportunidade de assegurar um sustento mais estável. Uma assentada descreveu como ela e o marido decidiram entrar no MST: "Um homem chegou e perguntou ao meu marido se ele queria um pedaço de terra, sabe? E meu marido disse que sim, porque ele viveu trabalhando para os outros e pagando aluguel na cidade. Um dia ele estava aqui, no outro dia lá, vivendo nos estábulos porque a gente não tinha uma casa onde morar. Era muito sofrimento".

O segundo grupo de assentados se afiliou ao MST depois de receber um lote de terra no assentamento. Esses assentados não precisavam se unir ao MST, mas em Água Preta a maioria optou por fazer isso porque o Movimento havia se tornado um importante agente de atuação política na região. Com a crise das plantações de cana-de-açúcar e o colapso das relações tradicionais de trabalho, os proprietários das plantações saíram da região e os sindicatos de trabalhadores rurais começaram a perder membros e ficar desanimados (Rosa, 2003). Em meados da década de 1990, eram os ativistas do MST que mediavam o relacionamento entre os assentados e os políticos locais. Em Água Preta, uma das lideranças locais do MST era um agrônomo que foi solicitado pelo prefeito, Eduardo Coutinho (eleito pela primeira vez em 1996 e reeleito em 2000), a atuar como consultor técnico nos assentamentos. Eduardo era considerado um político relativamente progressista. Ele pertencia ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), o partido de Miguel Arraes. Apesar de o MST ter vínculos estreitos, porém informais, em nível nacional com o Partido dos Trabalhadores (PT), as tradições políticas e os partidos locais costumam ser privilegiados nos assentamentos. Isso era palpável de modo particular no Nordeste, onde a política do coronelismo – e suas relações de patronagem local – são um legado duradouro da estrutura social produzida pelas grandes plantações de cana-de-açúcar.

Como prefeito, Eduardo parecia apoiar a reforma agrária em Água Preta, e mantinha vínculos estreitos com os assentamentos por meio de Antonio, o agrônomo. Antonio foi criado em Água Preta, mas mudou-se para a Bahia com pouco mais de 20 anos de idade para administrar uma fazenda de gado. Foi lá que conheceu o MST. Ao voltar a Água Preta em 1996, comprou um lote em Flora – uma prática que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desaprovava, mas que era relativamente comum no Nordeste. Antonio entrou no MST na qualidade de um assentado e, após a deliberação entre o prefeito e os líderes do MST, foi designado para atuar como agrônomo em vários assentamentos da região.

Na qualidade de agrônomo e ativista do MST, Antonio tinha uma considerável influência nos assentamentos e junto ao prefeito local. Em diferentes ocasiões, negociou com o prefeito doações de medicamentos, acesso a transporte de ônibus para contingentes do MST que viajavam para a capital do estado, Recife, e alimentos para um acampamento do MST montado à beira de uma estrada nas proximidades do hospital de Água Preta. Em 2000, o prefeito forneceu um ônibus para os assentados convidados a participar do 4º Congresso Nacional do MST em Brasília. Como disse um ativista do Movimento, "Naquela época, nunca precisávamos ir para os escritórios do INCRA em Recife para uma mobilização, para receber transporte ou até mesmo alimento. O prefeito sempre participou das nossas reuniões, fazia discursos, participava de tudo. Sempre que os assentados filiados ao MST precisavam do prefeito, encontravam as portas abertas". Ao serem assentados, os ex-moradores das plantações muitas vezes entravam no MST para se beneficiar de sua influência política na época. Em uma relação que lembrava a época da plantação, esses assentados costumavam oferecer mandioca fresca a Antonio e ajudá-lo a manter sua lavoura.

Quando o assentamento Flora foi criado, em 1996, as tensões entre os posseiros do MST e os trabalhadores rurais que moravam na área foram consideráveis. O último grupo não se uniu imediatamente ao MST. O grupo de sem-terra que ocupou a plantação era, na verdade, muito mais pobre do que os ex-empregados da plantação. Os posseiros do MST em geral provinham de um *status* social mais baixo, devido a sua condição de "trabalhadores clandestinos" da indústria da cana-de-açúcar, onde ocupavam as posições menos seguras, estabelecidas sob contratos diários ou sazonais. Eles tinham poucos conhecidos em Água Preta e pouco capital para começar a cultivar a lavoura. Por outro lado, muitos dos trabalhadores que já moravam no local haviam passado a vida toda no município. Conheciam bem o assentamento e puderam começar imediatamente a limpar o terreno para o cultivo. Apesar das diferenças, os dois grupos de assentados passaram a cooperar em questões políticas logo após a formação do assentamento.

O INCRA determina que cada assentamento da reforma agrária no país forme uma associação e reúna regularmente os assentados para tratar das

questões relativas ao assentamento. As associações são lideradas por um grupo de representantes eleitos: um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e três secretários. Na primeira eleição interna em Flora, os antigos moradores da área ajudaram a eleger o filho de seu ex-capataz como presidente da nova associação, que, junto à sua mãe, havia recebido um terreno do INCRA. A manobra lembrava, em muitos aspectos, os eventos ocorridos durante a formação da primeira Liga Camponesa, em 1955. Muitos dos ex-trabalhadores rurais da plantação, contudo, sentiram-se enganados e mais tarde formaram uma coalizão com os posseiros do MST para expulsar o jovem supervisor da plantação. Seis meses depois, conseguiram eleger um novo presidente da associação.[13] A necessidade de cooperar nas questões políticas do assentamento incentivou os antigos moradores a se alinhar ao MST. Como disse um assentado, "Vimos que não daria certo porque, se cada um pedisse coisinhas ao INCRA, a gente acabaria sem nada". Alguns dos antigos moradores hesitaram em se filiar ao MST. Mas acabaram se unindo ao Movimento por ser a organização mais representativa do assentamento como um todo. Como um assentado, que tinha sido um administrador da plantação, disse quando questionado se fazia parte do Movimento:

> **Assentado (A):** Agora eu faço parte do Movimento porque na verdade eu moro no assentamento e de qualquer forma eu preciso ser um membro porque, queira ou não, a gente precisa arranjar as coisas no Movimento.
> **Pesquisadora (P):** E você paga alguma coisa ao Movimento?
> **A**: Eles [as pessoas do Movimento] cobram uma taxa, e então, eu paguei algumas taxas, e agora a gente está esperando que eles digam o que mais a gente precisa pagar.
> **P:** Como eles decidiram que vocês deveriam pagar?
> **A:** O presidente da associação decidiu. Ele conversou com os agentes de extensão agrícola (que eram todos ativistas do MST) para fazer algumas mudanças que seriam colocadas em prática com os assentados.
> **P:** Você já conversou com os militantes, os líderes do MST?
> **A:** Até agora eu nunca me aproximei dos líderes do MST porque na verdade eu não conheço eles bem, não. Eu só falo com os agrônomos que conversam com eles. Mas eu não sou muito próximo desses líderes do MST, não. Eu mal conheço eles.
> **P:** Você apoia o MST?
> **A:** Eu apoio o MST.
> **P:** Você já participou de alguma mobilização, uma marcha ou algo assim?
> **A:** Até agora não que eu saiba.
> **P:** O Movimento o ajuda hoje em dia?
> **A:** Não, até agora, o Movimento não me ajudou em nada.

[13] Os assentados se juntaram mais uma vez pouco tempo depois em um ato de protesto para tentar remover o ex-patrão da Casa Grande localizada no assentamento. Esta mobilização não teve sucesso devido ao fato de ele ter vínculos estreitos com juízes locais que indeferiram as petições do MST para expropriar a casa.

Até 1999, quando a pesquisa de campo para a elaboração deste capítulo foi conduzida, todos os assentados de Flora se consideravam membros do MST e foram tratados dessa forma por ativistas do MST, o prefeito local e funcionários do INCRA. Os assentamentos de Água Preta eram bem organizados e representados com entusiasmo por um punhado de organizadores veteranos do MST, incluindo Antonio. A bandeira do MST agitava-se orgulhosamente na agrovila do assentamento e era claramente visível de uma estrada que passava por perto. Esses membros do MST percebiam sua filiação à associação de formas muito diferentes dos membros do Sul do Brasil: eles não haviam sido pequenos lavradores antes de ganhar a terra e tinham pouca experiência com o cultivo familiar diversificado, mas o MST os considerava tão importantes para a mobilização quanto os camponeses sem-terra.

Uma vez no assentamento, contudo, a experiência de vida na plantação continuaria a definir o relacionamento entre o Movimento e os dois grupos de assentados. Antes de entrar para o Movimento, os organizadores do MST e agentes do Estado mostravam-se bastante conscientes em relação às diferentes origens desses dois grupos. Mas, uma vez nos assentamentos, todos os assentados passaram a ser tratados da mesma maneira. As tensões subjacentes, resultantes das contradições entre o imaginário espacial antigo e o novo, mais tarde, viriam a influenciar a trajetória política do MST na região da cana-de-açúcar.

## BANANAS OU CANA-DE-AÇÚCAR: TERRA PARA AQUELES QUE PLANTAM A SAFRA CERTA?

Três anos depois de a indústria da cana-de-açúcar chegar ao fundo do poço, os preços começaram a se recuperar. Depois de cair por seis anos consecutivos, uma redução da produção de cana-de-açúcar na Índia e em Cuba levou a um aumento dos preços em 2000 e 2001. A contínua desregulamentação da indústria também permitiu que uma porcentagem maior fosse exportada. Além disso, uma seca no Sul do Brasil em 2001 aumentou a demanda por cana-de-açúcar da região Nordeste. O aumento do preço levou as usinas de Pernambuco a voltarem a plantar e processar a cana-de-açúcar.

Em 2003, a maioria dos assentados em Água Preta havia coberto suas parcelas agrícolas com cana-de-açúcar. Eles tinham sobrevivido à crise da cana-de-açúcar cultivando lavouras de subsistência e recebendo dinheiro do governo, tanto na forma de crédito de investimento quanto em assistência social de curto prazo. Apesar de terem participado ativamente de discussões sobre safras alternativas à cana-de-açúcar, os novos preços mais elevados ofereciam a sedução de ganhar maiores lucros. Em 2003, todos os assentados de Flora tinham abandonado o MST. Três pessoas, incluindo dois ex-posseiros do Movimento, haviam vendido seus lotes. No entanto,

todos os outros permaneceram na terra. São várias as razões pelas quais o MST não conseguiu reter seus membros durante a revitalização da cana-de-açúcar. Os dois fatores mais importantes têm a ver com as políticas de produção agrícola e a política local.

Quando os líderes do MST deram início às mobilizações na região da cana-de-açúcar, uma de suas prioridades era convencer as pessoas de que a terra era, e deveria ser, o principal elemento tanto para a produção quanto para a reprodução social. Os ex-trabalhadores rurais – tanto posseiros do MST quanto ex-moradores das plantações – eram desencorajados a plantar safras de *commodities* em grande escala, em especial a cana-de-açúcar. De fato, a cana-de-açúcar era relacionada às mazelas da colonização, exploração e pobreza. Os agrônomos filiados ao MST incentivavam os assentados a cultivar lavouras de subsistência, frutas de alto valor para a venda em mercados locais e criação de animais em pequena escala.

Esses planos de produção eram transmitidos aos assentados por meio do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), criado e financiado pelo governo federal. O PROCERA era um programa de crédito especial para todos os assentados da reforma agrária do país, que oferecia empréstimos anuais de produção (conhecidos como custeios) além de um empréstimo único de investimento.[14] Ambos os empréstimos eram administrados pelo Banco do Brasil. A quantia oferecida por esse financiamento variou ao longo dos anos. Em 1999, os assentados tiveram direito a um empréstimo anual de 2.000 reais, bem como um empréstimo único de investimento de até 7.500 reais. Os assentados eram obrigados a pagar apenas a metade de todos os empréstimos subsidiados.[15]

De acordo com as especificações do governo, esses empréstimos para produção e investimento não eram concedidos diretamente aos assentados. Os "projetos" (como eram chamados) tanto para a produção quanto para o investimento eram elaborados em conjunto com três grupos de especialistas, incluindo funcionários estaduais da reforma agrária, funcionários do setor de empréstimos do Banco do Brasil e agentes de extensão agrícola filiados ao MST, como Antonio.

Em todas as regiões do país, esses projetos se concentravam em algumas safras importantes que os assentados da reforma agrária poderiam produzir para o mercado. Funcionários do governo e o banco preocupavam-se de modo particular com a lucratividade dos projetos, de forma a assegurar o pagamento do empréstimo. Na região da cana-de-açúcar de Pernambuco,

[14] O PROCERA foi criado em 1986, mas só foi efetivado em 1993. Ele foi incorporado a um programa de financiamento mais amplo para pequenos lavradores familiares em 2001, o que gerou desavenças com o MST.

[15] Os empréstimos anuais eram pagos ao final de cada ano, ocasião na qual os assentados se qualificavam para um novo empréstimo de curto prazo. O empréstimo de investimento deveria ser pago no período de sete anos, com um período de carência de dois anos e baixas taxas de juros.

os projetos de produção anuais foram elaborados para o cultivo de banana e coco, ao passo que os projetos de investimento eram utilizados para a criação de gado. Para receber o crédito de produção em 1999, os assentados de Água Preta tiveram de garantir o plantio de pelo menos 200 bananeiras, e seguir as instruções específicas quanto à utilização de fertilizantes e pesticidas. Para o crédito de investimento de longo prazo que os assentados esperavam receber em 2000, eles deveriam cercar seus lotes, plantar pasto e comprar entre três e seis cabeças de gado. As lideranças do MST almejavam a esperança de obter outro financiamento do Banco do Nordeste, uma entidade pública, para montar uma fábrica de processamento de frutas que fabricaria, entre outras coisas, o popular doce de banana da região.

Representantes do Banco do Brasil, do INCRA e do MST tinham prioridades diferentes em relação a esses projetos. O banco buscava garantir que os empréstimos fossem adequadamente quitados. O INCRA esperava promover condições que reduzissem a dependência futura para com o governo. O MST tentava obter o maior crédito possível para que seus assentados progredissem. Em todo caso, contudo, as decisões de produção baseavam-se na capacidade dos assentados de gerar renda em suas lavouras familiares. Para eles, isso incluía um grave problema: os projetos avaliavam a renda em termos de vendas da lavoura em vez do salário, como era o costume quando eles trabalhavam nas plantações. Os assentados argumentaram que os cálculos detalhados de seus custos de produção e benefícios não levava em consideração os custos de mão de obra. O tempo que os assentados passavam construindo cercas, plantando pastos, cuidando das bananeiras e coqueiros, entre outras coisas, não era contabilizado pelos especialistas, que presumiam que os assentados agora eram lavradores familiares, não assalariados. O presidente de um assentamento descreveu os cálculos do banco nos seguintes termos: "Veja bem, o banco já definiu as diretrizes do projeto, mas, se você dividir as coisas assim, a gente vai trabalhar de graça. A gente vai plantar de graça o pasto para alimentar as vacas. A gente vai fazer um monte de coisas de graça por aqui".

Para assegurar o cumprimento das diretrizes do projeto, foi necessário contar com o auxílio de agrônomos de Água Preta, solicitados para preencher os relatórios de avaliação do projeto para cada assentado. Como Antonio insistiu em uma reunião do assentamento: "Agora, mais do que nunca, a gente precisa fazer as coisas direitinho. Temos um agente de extensão, temos um agrônomo, temos assistência, então nós precisamos garantir que a partir de agora as coisas aconteçam de um jeito natural, mas competente. A gente precisa produzir essas bananas para que no ano 2000 a gente possa pagar o banco sem precisar vender a terra".

Os próprios assentados não foram consultados no que se refere à formulação dos projetos de produção. Dificuldades logísticas e culturais induziram um processo decisório centralizado. Era difícil acessar fisicamente todos os

assentados e mais difícil ainda imaginá-los concordando com uma safra que não fosse de cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, acreditava-se que os antigos trabalhadores da plantação de cana não tinham a experiência necessária para decidir qual seria a melhor produção no modelo da pequena lavoura familiar. Ao ser questionado se os assentados tinham sido consultados sobre o projeto de investimento, o presidente do assentamento respondeu: "Não, os rapazes do Movimento disseram 'Vamos fazer um projeto'. E a gente disse 'Tudo bem'. E eles disseram 'Vamos fazer um projeto para plantar coqueiros e vamos fazer um projeto com gado'. Então outras pessoas disseram 'Eu não quero gado, quero ovelhas'. Todo mundo queria uma coisa diferente e depois eles disseram que seria coqueiros e vacas e ficou decidido".

Na verdade, os projetos do PROCERA baseavam-se em afastar os assentados da única área na qual eles podiam alegar experiência e conhecimento especializado: a produção de cana-de-açúcar. Os líderes do MST insistiram para que os assentados não plantassem cana-de-açúcar na própria terra, aconselhando-os a plantar bananas em áreas que no passado eram privilegiadas para o cultivo da cana. Nas reuniões do assentamento, os militantes do MST fizeram questão de descrever a longa e sombria história do cultivo de cana-de-açúcar na região e associaram as plantações aos legados de desigualdade social, exploração da mão de obra e danos ambientais. Dar as costas para a cana-de-açúcar, eles argumentavam, seria um verdadeiro sinal de terem se tornado lavradores familiares e membros do MST. Cultivar a cana, então, passou a ser visto como um sinal de pouca consciência política e um ato de contestação ao Movimento. Como um líder do MST disse em 2003, "Os assentamentos rebeldes, os que não obedecem e seguem as nossas instruções, são aqueles que plantam cana-de-açúcar. Eles têm cana-de-açúcar na cabeça. Eles acham que a cana é o futuro, que a cana dá dinheiro, apesar de, na verdade, nós sabermos que a cana é uma monocultura e não tem futuro. É um desperdício, só trabalho. Existem outras safras que podemos plantar em vez disso".

A produção agrícola, dessa forma, transformou-se em um problema de soma zero, com líderes do MST insistindo que as coisas deveriam ser de uma forma ou de outra: ou cana-de-açúcar ou subsistência e safras alternativas. Em consequência, para os assentados, plantar cana-de-açúcar significava rejeitar o Movimento. Como o presidente de um assentamento explicou: "Antes a gente plantava cana-de-açúcar aqui porque era o que dava certo. Mas, como o Movimento não quer que a gente plante cana, então é uma grande briga. Eu tenho cana aqui na frente da minha casa e é uma briga enorme sempre que o pessoal do Movimento vem. Mas passei dois anos só perdendo dinheiro, eu perdi tudo. Então eu disse: 'Chega'. E a gente começou a plantar cana-de-açúcar".

O Movimento teve de enfrentar poderosas tradições e legados em suas árduas tentativas de convencer os assentados a plantar safras alternativas. A maioria dos assentados cresceu na região da cana-de-açúcar e falava com

admiração da cana como uma "boa safra" que era "exportada para o mundo inteiro como açúcar". A resistência a plantar bananeiras ia além de uma mera dependência da cana-de-açúcar. Suas percepções a respeito também eram afetadas pela natureza e o significado social das próprias bananeiras. Como trabalhadores das plantações, eles raramente recebiam permissão para plantar bananeiras. Os proprietários das plantações permitiam no máximo o cultivo de safras anuais de subsistência, como mandioca e milho. Afinal, os proprietários temiam que as safras perenes pudessem ser utilizadas para provar que um posseiro tivesse direitos sobre a terra.[16]

Um dos assentados esclareceu a questão observando que o proprietário da plantação na qual ele trabalhava "nunca dava terra para ninguém plantar. Ele até mandava derrubar todas as árvores que a gente plantava… porque ele achava que os trabalhadores tomariam a terra dele". Outro trabalhador descreveu a situação da seguinte forma: "A gente podia plantar comida. O dono do engenho só não queria que a gente plantasse banana. Se alguém plantava banana, o administrador ficava uma arara. Então a gente tinha que plantar escondido". A falta de experiência no cultivo de bananas e o parco apoio do governo em termos de assistência técnica, apesar da promessa de enviar agentes de extensão agrícolas a todos os assentamentos, levaram os assentados a cometer erros no plantio das bananeiras, colocando-as em fileiras apinhadas demais, sem espaço para que as raízes se espalhassem. Questionado se havia recebido instruções de algum agente de expansão, um dos assentados retrucou: "Para me mostrar como plantar? Não, ainda não. Eles falam para nós sobre plantar bananas e não cana-de-açúcar. Mas eles não vieram aqui para explicar como cultivar a terra. Ainda não".

As dificuldades na implementação dos novos planos de produção, aliadas ao aumento do preço da cana-de-açúcar, levaram a maioria dos assentados a derrubar as bananeiras e plantar cana. Os contratos eram para entregar a produção a engenhos de açúcar locais e muitos assentados encontraram trabalho em plantações das redondezas por sete reais ao dia.[17] A representação da cana-de-açúcar por parte do MST em termos de soma zero incitou os assentados a deixar o Movimento quando começaram a plantar cana. Eles não deixaram o MST necessariamente porque queriam, mas porque acreditavam que o cultivo da cana os excluía automaticamente do Movimento.

16 A definição constitucional de "direito de posse" permitia a uma pessoa que cultivava a terra alegar o direito legal à terra por meio da "reivindicação de posse". Essa ferramenta legal originou-se no período colonial, com as tentativas da monarquia portuguesa de estimular a colonização e utilização adequada da terra (Wright, 2001; Andrade, 1988). Um efeito bem documentado dessa lei tem sido os proprietários de terras forçarem os arrendatários a se mudar com frequência de um local ao outro na tentativa de assegurar que eles não reivindiquem a posse da terra (cf. Stolcke, 1988).

17 A maioria dos assentados estava trabalhando no engenho Barra D'Ouro, que pagava mais do que o salário médio de cinco reais por dia.

# NOVO CONTEXTO LOCAL: LÍDERES DO MST E POLÍTICA MUNICIPAL

Ao mesmo tempo, os assentados abandonaram o MST devido a uma mudança na liderança política e eles não se sentiam mais adequadamente representados pelos ativistas do Movimento. Em 2000, Antonio começou a passar mais tempo longe dos assentamentos. Ele trabalhou duro na campanha de reeleição do prefeito, visitando todos os assentamentos locais e falando a favor do prefeito sob a bandeira do MST. Quando o prefeito ganhou com facilidade a reeleição, Antonio saiu do Movimento para trabalhar como seu braço direito. Essa mudança levou a um deslocamento mais geral da liderança quando um novo líder regional, Eduardo, foi trazido para ficar no lugar de Antonio.

O novo líder regional do MST era um jovem entusiasta e idealista. Profundamente comprometido com o Movimento, Eduardo chegou a Água Preta com ideias diferentes sobre sua atuação como um líder do MST. Ele recorria às lideranças nacionais do MST para receber orientações sobre o que fazer na região da cana-de-açúcar. Os militantes do Movimento, ele alegava, precisavam circular regularmente ou se acostumariam com as normas e os costumes locais a ponto de não saber mais avaliar os problemas da organização com objetividade.

Eduardo tentou ensinar aos assentados uma nova "forma de fazer política", incentivando-os a deixar para trás a "política relacional e paternalista" da velha era das plantações. De acordo com esse ponto de vista, os assentados precisavam adotar uma noção mais moderna de direitos universais de cidadania, incluindo o direito a liberdades políticas básicas e meios de vida sustentáveis que todos os brasileiros poderiam e deveriam reivindicar. Os ativistas regionais anteriores do MST, ele argumentava, foram contaminados pela política das plantações, o que levou os assentados a confundir os líderes do Movimento com os patrões para os quais eles costumavam trabalhar.[18] As lideranças anteriores, ele dizia, estavam "sempre dominando as discussões e agindo como os velhos coronéis das plantações".

A percepção dos assentados em relação a seus direitos, contudo, baseava-se em visões tradicionais clientelistas, e não em noções universalistas de "direitos humanos" e "cidadania". A ideia que eles faziam de direitos implicava a presença de um protetor benevolente que ofereceria segurança e assistência em momentos de necessidade. Essas visões dissonantes levaram os assentados a perceber Eduardo como um líder politicamente incompetente, enquanto enalteciam Antonio como um líder poderoso. Eduardo era especialmente criticado pelos assentados por não proporcionar os recursos

[18] Notas de uma reunião regional do MST, no município de Belém de Maria, Pernambuco, 17 de fevereiro de 2003.

que eles esperavam do Movimento; uma mudança afetada em grande parte pelos cortes orçamentários para o programa de reforma agrária no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Além disso, o novo líder do MST violou normas políticas locais apoiando um candidato do MST para deputado estadual nas eleições locais de 2002 e não o filho do prefeito, que também era um candidato. Eduardo e outros líderes do MST salientaram que os assentados tinham todo o direito de votar de acordo com a própria consciência. Mas, na visão de muitos assentados, a decisão do MST de negar apoio ao filho do prefeito reduziu a assistência da prefeitura para a comunidade. A maioria dos moradores de Flora viu a manobra como um erro. Um deles descreveu as mudanças ocorridas com a chegada do novo líder do MST nos seguintes termos:

> Assentado (A): Com o outro líder do MST na região da cana-de-açúcar, tudo era diferente. Quando a gente precisava de remédio a gente sempre ia procurar em outros assentamentos. A gente sempre teve remédio, um carro, era tudo diferente. Agora, com esse novo líder, só tem o carro dele e a motocicleta da outra líder...
> Pesquisadora (P): E a outra líder, ela veio ajudar?
> A: Não, ela só vem falar. Ela é a coordenadora do MST aqui. Algumas pessoas precisam de coisas, precisam de uma cesta básica, algum remédio, e assim, você pode achar ruim ou não, mas você precisa ir pedir para o prefeito. Porque, agora, o MST não cuida mais dessas coisas! Esse novo líder não fez nada. No fim do inverno três pessoas no assentamento estavam em uma crise horrível.
> P: Que tipo de crise?
> A: Eles não tinham como sobreviver, então vieram me procurar, e eu fui para a prefeitura e conversei com uma moça lá e consegui três cestas básicas. Mas o Movimento... bom, eu falei com os dois líderes do MST e contei a situação dessas pessoas (que estavam em crise) mas eles não fizeram nada. E é por isso que a gente quer se organizar, fazer uma reunião e sair do Movimento.
> P: Que estranho! Quando eu estive aqui antes o Movimento era tão forte.
> A: É, era sim... quando você veio aqui antes, ninguém precisava de comida. Teve uma vez que a gente teve mais de 200 cestas básicas! (arranjadas pelo Antonio). E se alguém precisasse de alguma coisa, a gente podia separar um pouco de comida e dar para eles. O líder daquela época dizia: se vocês precisarem de alguma coisa é só pedir... Naquela época a gente tinha mais incentivo de participar do Movimento. Agora, não tem incentivo nenhum.

A mudança na liderança do MST em 2001 e o impacto negativo que isso teve sobre a filiação dos assentados ao Movimento salientam a natureza personalista da política local nessa e em outras regiões do Brasil. E também ressalta a importância da cultura na construção de ideias no marco da luta pela mudança social. Antonio e outros líderes locais reproduziam um estilo de liderança que fazia sentido para os assentados. Eles sabiam como jogar

o jogo político local ao mesmo tempo em que introduziam novas formas de organização coletiva. Insatisfeitos com os novos líderes e sua incapacidade de proporcionar assistência material, os assentados recorreram a uma estratégia bastante comum em situações de conflito com o proprietário da plantação: eles simplesmente partiram. Como um dos assentados que havia participado da ocupação da terra e do acampamento descreveu: "Eu decidi sair do Movimento porque não estava dando certo para mim. Todo esse ir e vir, e eu não ganhava nada para mim... Eu prefiro trabalhar no meu terreno, lutando no meu próprio ritmo, do que ir a todas aquelas reuniões".

## CONCLUSÃO

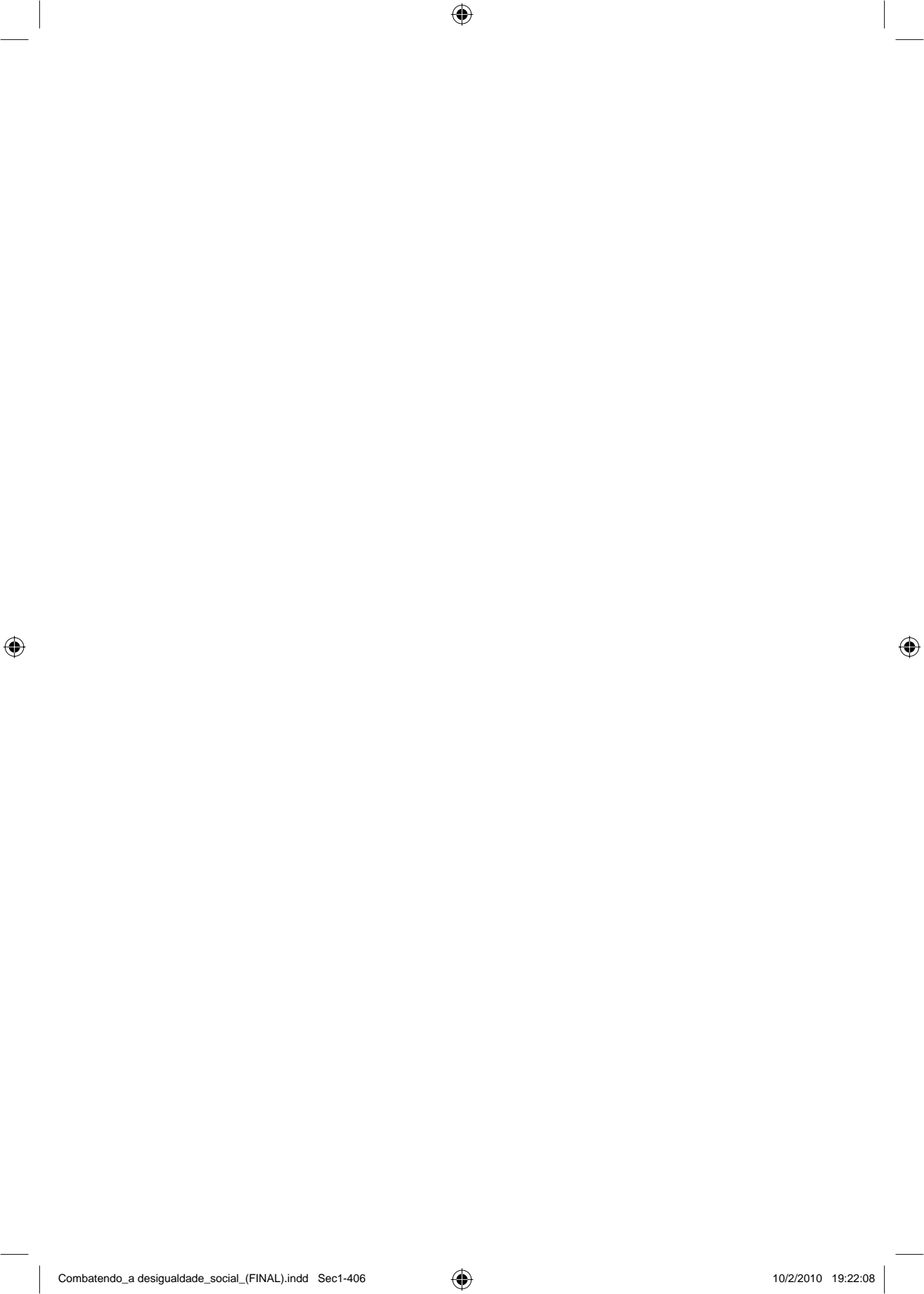
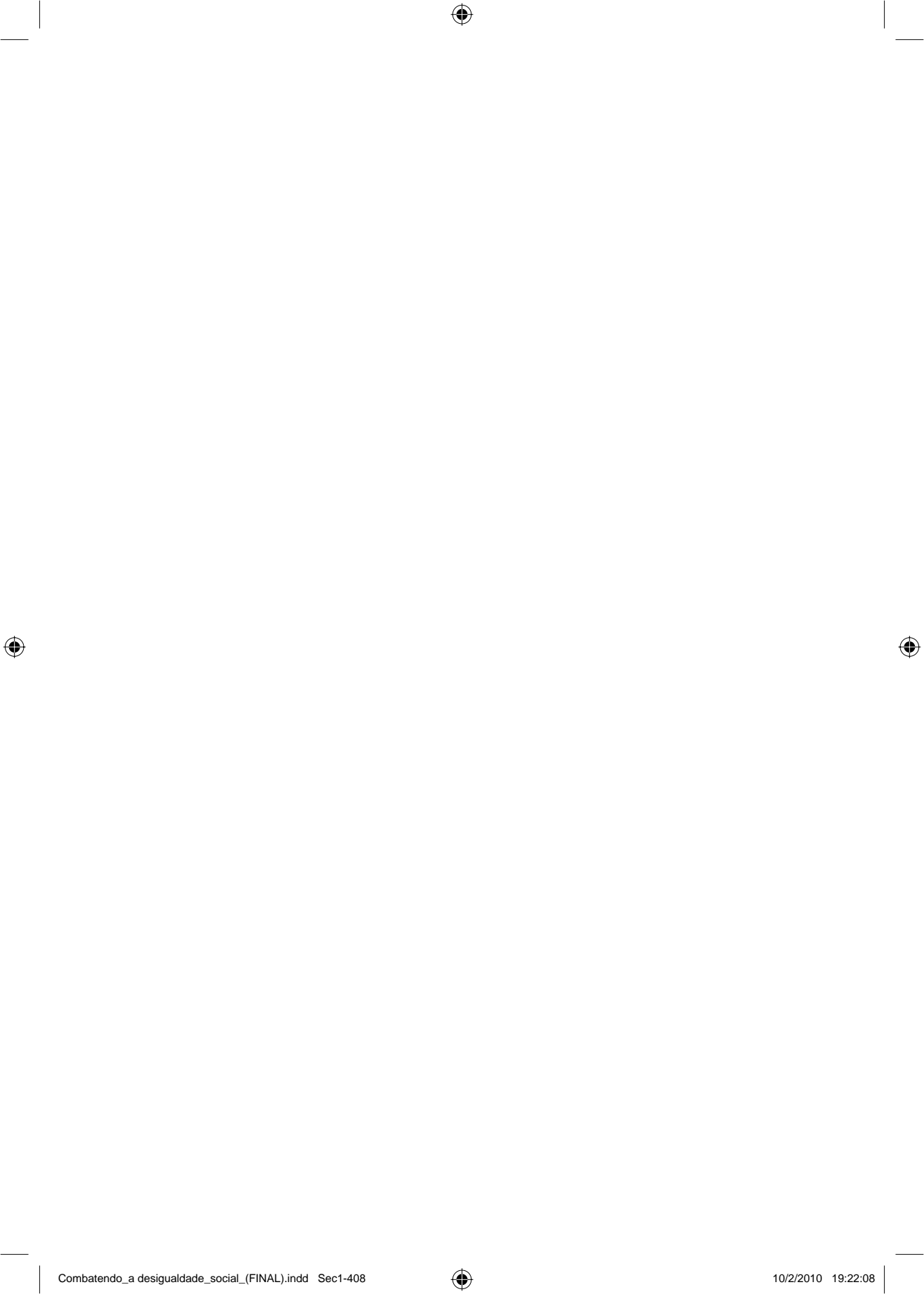
A trajetória percorrida pelos assentados de Água Preta desde o sucesso da mobilização, em setembro de 1999, até abandonarem o Movimento, quatro anos depois, foi um percurso gradual. Ela não foi predeterminada pelas condições estruturais do histórico dos assentados como trabalhadores de plantações nem foi um produto do triunfo dos interesses individuais sobre o bem-estar coletivo. Na verdade, ela foi definida por eventos e processos circunstanciais percebidos por meio de imaginários espaciais subjetivos produzidos nas plantações de cana-de-açúcar.

Na qualidade de trabalhadores de plantação, os assentados tinham uma memória social do valor da terra, e em grande parte eram gratos pela oportunidade de possuir um pedaço de terra. Eles construíram casas nos lotes agrícolas, plantaram árvores frutíferas, frutas e vegetais e, por um tempo, foram parceiros ativos do projeto do MST. Mesmo quando os assentados discutiam com os líderes do MST sobre que safras plantar, eles protegiam vigorosamente sua nova identidade como assentados porque o acesso à terra significava "um lugar no mundo". Na qualidade de proprietários rurais eles tinham mais *status* na comunidade e mais estabilidade. Livres do cativeiro da plantação, eram donos da própria terra e, naqueles nove hectares, faziam o que quisessem. Como disse um assentado nascido em uma antiga plantação de Água Preta, "na minha opinião, as coisas estão melhores agora porque aqui no assentamento não tem ninguém para mandar na gente. A gente faz o que quer e o que der na sua terra é seu. Agora a gente planta o que quer e ninguém mete o nariz". A acesso à terra veio acompanhado de certa segurança com relação ao futuro, uma segurança que havia sido negada aos trabalhadores das plantações, cuja forma mais eficaz de resistência consistia em se retirar e migrar de um engenho de açúcar a outro. Nas palavras de outro trabalhador, "eu não vivo tão bem hoje, mas, comparado com a vida que tinha, estou melhor do que quando vivia batendo perna pelo mundo".

A relação histórica dos assentados com a terra, contudo, contradizia certas noções idealizadas da produção camponesa. Apesar de plantarem

suas frutas e vegetais, defendiam com vigor seu apego à produção da cana--de-açúcar. O direito de posse da terra era definido por valores culturais desenvolvidos no contexto da sua experiência como trabalhadores das plantações. Para eles, a terra não era apenas um meio de produção, mas também uma forma de melhorar a sua posição política e, em consequência, elevar sua condição econômica. De forma implícita, portanto, os assentados rejeitavam uma premissa básica sustentada por líderes do MST e funcionários do governo, isto é, de que ter a posse de um pequeno pedaço de terra equivalia a se tornar um camponês.

A história de mobilização no município de Água Preta é, sem dúvida, uma história específica, mas não deve ser interpretada como uma "exceção regional". Trata-se de um relato de como históricos materiais definem representações particulares de espaço. Esses diferentes imaginários espaciais afetam as pessoas que se unem ao Movimento e sua participação nele: Jaime Amorim podia estar certo quando afirmou que a luta pela terra uniu as pessoas em todo o Brasil. Mas, como vimos, "terra" tem significados diferentes para diferentes pessoas e, em consequência, a filiação ao MST também é diferente em locais deversos.

A lição para o estudo da mobilização social é que, independentemente de um movimento aparentar ser coerente e unido, as subjetividades individuais raramente correspondem às aparências. Os movimentos adquirem coerência ideológica e discursiva por meio da formulação de simples e poderosas afirmações de fundamentação, que Rubin (2004) chama de "essencialismos estratégicos" e que exercem uma importante função política. Análises acadêmicas e jornalísticas frequentemente aceitam essas afirmações com base em seu significado aparente e, ao fazê-lo, tendem a tratar os movimentos sociais como entidades unificadas. No caso do MST, os "líderes" falam pelo Movimento como um todo, ao passo que ações públicas, como demonstrações e ocupações de terra, presumidamente expressam intenções amplamente compartilhadas. A importante tarefa da análise dos movimentos sociais consiste em compreender o efeito dos "essencialismos estratégicos" na prática, nas experiências do Movimento e na vida das pessoas.

# MST, política e sociedade no Brasil

# 13
# O impacto do MST no Brasil de hoje

Plínio de Arruda Sampaio

*É dessa integração da massa do campo e, em consequência, do papel que ela passará a representar que se pode esperar o encaminhamento e decisivo desencadeamento da transformação revolucionária da estrutura econômica e social brasileira.*

Caio Prado Jr.

Este texto se destina a avaliar o impacto da ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na política brasileira. A abordagem do tema requer dois passos prévios: a análise da evolução histórica do problema da terra e o exame do processo de construção do Estado nacional brasileiro.

Quanto ao primeiro, cabe assinalar que o problema da terra acompanha a história brasileira desde o começo do século XVI, quando se assentaram as bases da exploração colonial do território recém-descoberto. Nesses tempos de "conquista", o problema da terra confundia-se com o da escravização dos indígenas, necessária para proporcionar mão de obra aos conquistadores. Desse modo, criou-se desde cedo no Brasil uma sociedade radicalmente segmentada. Logo em seguida, essa segmentação foi aprofundada pela escravidão africana, essencial ao esquema colonial de produção canavieira estabelecido pela metrópole. Portanto, desde o começo da história brasileira, a acaparação das terras, a escravidão e a dependência das exportações constituíram os elementos estruturantes da economia, do poder político, das relações sociais e da cultura da sociedade colonial.

O regime de colônia durou 300 anos e deixou traços que ainda podem ser observados na sociedade brasileira contemporânea: dependência externa; desigualdade econômica e social entre as classes; autoritarismo das elites dominantes.

Não há como dissociar a realidade atual da forma como as terras foram apropriadas e economicamente exploradas nos primeiros séculos da formação da nação. A carga simbólica desse passado está mais presente nas relações entre as pessoas e as classes sociais do Brasil moderno do que os brasileiros gostam de admitir.

De tempos em tempos, a administração colonial portuguesa tentava corrigir as aberrações mais gritantes do regime de terras (sesmarias) que ela mesma havia implantado nos primeiros tempos da colonização. Mas todas as tentativas de correção desses males esbarraram na estrutura de poder que os senhores de terras formaram na colônia.[1]

Por ocasião da Independência, José Bonifácio, então primeiro-ministro da Nação recém-criada, denunciou os defeitos da estrutura agrária que se havia constituído no período colonial. Para ele – homem ilustrado do "Século das Luzes" –, latifúndio e escravidão eram incompatíveis com o progresso material e com a construção de um Estado moderno. Infelizmente, Bonifácio não durou muito no poder. Um ano após sua investidura, incompatibilizou-se com o imperador e teve de exilar-se. Seu projeto de abolição progressiva da escravidão e de reforma agrária foi então sepultado nas gavetas da Assembleia Legislativa.

A exclusão da reforma agrária na agenda política do país não significou, contudo, amortecimento do conflito. Pelo contrário, os 30 anos que medeiam entre a Proclamação da Independência e a promulgação da Lei de Terras (1850) foram anos de sanguinolentas disputas de poder entre oligarquias regionais sob a máscara de lutas por autonomia regional. Contudo, durante essas três décadas, a questão da terra, no sentido clássico da expressão, não fez parte da pauta política do Império.

A problemática da propriedade e da posse da terra, com as características de uma questão nacional, só surgiu, de fato, na metade do século XIX – época em que a sociedade brasileira começou a dar seus primeiros passos em direção à modernidade. No contexto da época, tratava-se de dar segurança jurídica aos precários títulos dos senhores de terras, a fim de garantir seu *status* perante o Estado nacional que se consolidava, pois, até então, tudo referente à posse de terras dependia de concessão do poder central.

Mas a preocupação principal nem era essa. O que realmente perturbava a classe dos fazendeiros era a iminência da abolição da escravatura e a necessidade de trazer mão de obra imigrante para realizar o trabalho agrícola. Por essa época, a pressão inglesa contra o tráfico negreiro já se fazia sentir com intensidade, dificultando muito a importação de escravos africanos, em especial para suprir a necessidade de força de trabalho para a pujante lavoura cafeeira.

Nesse quadro, como impedir que imigrantes e libertos se embrenhem pelos imensos espaços despovoados do país, abrindo pequenas roças de subsistência e formando um campesinato? A única maneira de evitar esse risco era transformar a terra em mercadoria de preço inacessível às classes

[1] O rei e os donatários de capitanias hereditárias podiam conceder sesmarias a quem lhes aprouvesse. As sesmarias eram, no geral, extensíssimas, abrangendo dezenas de milhares, e até centenas de milhares de hectares. O latifúndio nasceu aí.

pobres e impedir a apropriação das terras devolutas por qualquer outro meio que não a compra.[2]

Após dez anos de acalorados debates, destinados a acomodar os interesses das oligarquias regionais mais poderosas, esse objetivo comum foi consagrado na Lei de Terras (Lei n.601, de 18 de setembro de 1850): proibia-se a aquisição de terras devolutas por outro meio que não a compra.[3] A aplicação da lei foi objeto de todo tipo de fraude, até porque o Estado brasileiro não tinha, naquele tempo, capacidade suficiente para se fazer presente em todo o território nacional.

O efeito da Lei de Terras foi, por um lado, a legalização do latifúndio e, por outro, o surgimento da "grilagem" – atividade muito lucrativa, que consiste em forjar títulos de propriedade de grandes extensões de terras vagas para vendê-las a grandes fazendeiros ou em desalojar, pela violência ou pela via de chicanas judiciais, posseiros estabelecidos por conta própria em terras vagas, mas desprovidas de títulos de propriedade.[4]

A grilagem deu origem ao "jagunço" – o pistoleiro a serviço da manutenção da posse do senhor de terras. Do jagunço, saíram os grupos de bandoleiros rurais que infestaram o Nordeste nos primeiros anos do século XX, em muitos casos, a serviço de senhores de terras. Senhores de terras (coronéis), jagunços e bandoleiros formaram um sistema de coerção da população rural, o qual cresceu à margem da lei, mas tolerado pela elite dirigente, deixando marcas profundas no psiquismo do homem do campo – marcas que estão ainda presentes no meio rural.[5]

[2] Terra devoluta é a denominação que se dá no Brasil às terras inicialmente concedidas pela Coroa Portuguesa a pessoas que se comprometiam a cultivá-las. Caso os beneficiários não as cultivassem, elas deveriam reverter à Coroa. Daí o termo: devolutas (devolvidas ou que devem ser devolvidas). O conceito foi ampliado para abranger todas as terras sem título de domínio ou de posse que se encontrarem dentro do território nacional.

[3] Sobre a Lei de Terras, cf. Silva (1996). Não se pode deixar de ver nesse movimento da elite dominante uma semelhança com o processo dos "enclousures", que marcou a passagem da agricultura feudal para a agricultura capitalista. Só que, no caso brasileiro, o processo teve caráter preventivo: não se tratava de despojar os meios de produção de um campesinato existente, a fim de obrigá-lo a tornar-se mão de obra assalariada, mas de impedir que se constituísse um campesinato em terras despovoadas – uma reforma agrária de sinal trocado, sem dúvida.

[4] Até hoje a administração federal não dispõe de um cadastro confiável acerca da apropriação das terras brasileiras. Recente levantamento, realizado pela equipe que preparou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, constatou a existência de 170 milhões de hectares de terra cuja situação não está juridicamente definida.

[5] Uma das características desse psiquismo é a alternância, no plano individual, de um comportamento usualmente submisso e cordato com surtos de súbita e grande violência, em função de diferentes estímulos, ligados, geralmente, aos conceitos de hombridade e de honra. No plano psicossocial, o reflexo desse sistema de coerção social pode ser notado na busca da solução para a situação de pobreza através do compadrio e do clientelismo político. Só recentemente, com o desenvolvimento dos transportes e da comunicação social, bem como da ação das Igrejas Cristãs e de movimentos como o MST, este quadro mental começa a modificar-se.

De 1850 até as três primeiras décadas do século XX desenvolveram-se, em várias regiões do país, ao lado da antiga e decadente exploração açucareira do Nordeste, várias explorações capitalistas altamente rentáveis: cafeicultura nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; carne, no Rio Grande do Sul; cacau, na Bahia; borracha, na Amazônia. Estas deram origem a sistemas agrícolas que combinavam formas distintas de relações de trabalho (colonato, parceria, aforamento, aviamento etc.) com formas específicas de organização social da massa rural. O insulamento dessas regiões e a escassa comunicação entre elas facilitaram a formação, nos espaços ocupados pelos diversos sistemas produtivos, de subculturas bastante diferenciadas umas das outras.

Esse universo rural, bastante estável durante quase cem anos, sofreu rápida transformação com o início da industrialização. Na medida em que esta avançava, os sistemas agrícolas regionais foram se desintegrando, dando início a forte movimento migratório. Ao mesmo tempo, as formas de organização da vida, que haviam se desenvolvido nos subsistemas culturais formados no período, foram sucumbindo diante das novas condições de existência material das populações rurais de cada uma dessas regiões. Isso significou seu empobrecimento material e a perda de muitos de seus valores e referências culturais. Mesmo assim, até a metade dos anos 1950, a questão da terra não chegou a integrar a agenda política do país.

Nos primeiros momentos da revolução antioligárquica de 1930, os "tenentes", que constituíam uma espécie de núcleo jacobino do poder revolucionário, apontaram a necessidade de realizar uma reforma agrária, a fim de modernizar o país. Mas a proposta não encontrou eco nas outras forças revolucionárias, tanto que a Constituição de 1934 passou ao largo de qualquer intervenção estatal na questão fundiária. Getúlio Vargas, cujo primeiro período de governo vai de 1930 a 1945, limitou-se à promoção de colônias agrícolas nas regiões afastadas do eixo econômico do país.[6]

Apenas na metade da década de 1950 o conflito social do campo brasileiro assume as características de uma questão nacional – que precisa ser resolvida, no âmbito do Estado, e que é essencial para possibilitar o desenvolvimento econômico, social e político do país.

O conflito começou na região Nordeste, como movimento de resistência de trabalhadores rurais às ações de despejo promovidas por proprietários que lhes haviam arrendado ou aforado terras, e foi catapultado a questão

[6] Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1981) atribuem papel simbólico importante à retórica agrarista de Vargas. Este é um fato de difícil explicação, porque Vargas nada fez para alterar a concentração da propriedade da terra e, durante seu governo (1930-1945), vários direitos trabalhistas estendidos aos assalariados urbanos foram negados aos rurais, que, além disso, foram excluídos de muitos direitos trabalhistas e impedidos de formar sindicatos.

nacional em decorrência da preocupação norte-americana com a possibilidade de expansão da revolução cubana aos outros países do continente.[7]

A agitação camponesa revelou às forças políticas e sociais a emergência de um novo ator no processo político do país, e isso atraiu seus olhares para o campo. Imediatamente, o Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica lançaram-se na busca do apoio desse novo ator.

Em março de 1963, o presidente João Goulart estimulou uma reforma constitucional que possibilitasse o pagamento das desapropriações de terra a prazo. Em maio do mesmo ano, o projeto de emenda foi derrotado com os votos dos parlamentares de um dos partidos que formavam a base de apoio do seu governo. Essa ruptura assinalou o início do processo de deposição de Goulart, por uma conspiração entre os partidos de direita, os militares e o governo norte-americano. Em menos de um ano, em 1º de abril de 1964, a conspiração saiu vitoriosa e a questão agrária foi excluída da agenda política. É certo que, ainda em 1964, os militares editaram uma lei de reforma agrária – o Estatuto da Terra. Isso, contudo, não significou efetiva atenção governamental ao problema da terra. Pelo contrário, com a ascensão dos militares ao poder, qualquer mobilização em torno da reforma agrária tornou-se objeto de repressão.[8]

Com a redemocratização criou-se o clima propício para novamente colocar a reforma no centro da agenda política. Em 1985, o presidente José Sarney lançou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cuja meta era de assentamento de 1,4 milhão de famílias em terras a serem desapropriadas. Esse novo surto teve a mesma efêmera existência do anterior, pois Sarney, assustado com a reação dos latifundiários, suspendeu logo em seguida a execução do Plano.

Em 1988, a questão da terra explodiu na Constituinte em termos de um confronto radical entre a direita e a esquerda. Malconduzida por esta, o resultado foi um texto constitucional mais restritivo do que a legislação fundiária dos próprios militares. Contudo, não se pode considerar que essa refrega tenha colocado a questão agrária novamente no centro da agenda política, pois não ultrapassou o debate parlamentar. Na verdade, naquele momento, as atenções gerais voltavam-se mais para a constituição do novo poder civil e para os efeitos da mudança do quadro internacional no Brasil do que para a normatização da posse da terra.

A reinclusão da questão da terra na agenda política só irá ocorrer, em 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi provocada pelo massacre de trabalhadores sem-terra, no município de Corumbiara, no

[7] É dessa época, nos anos 1960, a criação da Aliança para o Progresso, que patrocinou a realização de moderados programas de distribuição de terras em praticamente todos os países latino-americanos.

[8] Os governos militares limitaram-se a realizar um desastroso programa de colonização e de titulação de terras nas regiões de fronteira agrícola e na Amazônia.

estado de Rondônia. A revolta causada por esse massacre deu oportunidade ao MST para articular um grande apoio à causa da reforma agrária em setores influentes na sociedade brasileira: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Associação Brasileira de Imprensa (ABI), além da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de numerosas associações profissionais e organizações não governamentais.

A partir dessa data, a questão agrária não mais saiu da agenda política. Há momentos de maior intensidade, como por ocasião da Marcha Nacional do MST de 1997 e sua chegada a Brasília com cem mil pessoas, e momentos de menor intensidade, mas permanece sempre no debate público.

Concluindo esse breve esboço histórico, pode-se afirmar que, ao longo da história brasileira, a questão agrária aflora rapidamente à superfície do debate político para logo mergulhar no plano do conflito direto entre açambarcadores de terras e trabalhadores rurais sem-terra ou sem título legal de posse ou propriedade da terra. De 1995 até hoje, porém, esse padrão foi alterado: a questão agrária passou a fazer parte da agenda política, em decorrência de fatores que serão examinados a seguir.

Como se assinalou no início, o segundo aspecto que se deveria examinar, preliminarmente à avaliação do impacto político do MST, diz respeito à relação entre a questão agrária e o processo histórico de formação do Estado nacional brasileiro, uma vez que o problema da terra situa-se no centro da contradição que emperra a transição do Brasil-Colônia para o Brasil-Nação.[9] Daí a necessidade de abordar, ainda que perfunctoriamente, os aspectos básicos dessa contradição (Prado Jr., 1966).

Coube a Celso Furtado, em livro editado em 1992, mostrar o quanto se havia acumulado na construção nacional e quais os riscos que a ameaçavam. Esses riscos se concretizaram em 1995, quando, em sua primeira entrevista coletiva após a diplomação como presidente da República, Cardoso declarou que seu governo iria “virar a página da Era Vargas”. Isso queria dizer que a construção – interrompida desde o final da década de 1980 – passaria a ser deliberada e sistematicamente demolida. Os oito anos de seu governo foram inteiramente consagrados a esse objetivo e à constituição de um Estado liberal, integrado no mercado global: em vez da nação capitalista da Era Vargas, a “sociedade emergente do capitalismo globalizado”.

No que se refere à questão agrária, os teóricos desse modelo foram claros. Para eles, a hora da reforma agrária já havia passado; o Brasil já resolvera a questão agrária que entravava o desenvolvimento do capitalismo no campo e o fizera pela via da modernização tecnológica, sem distribuição de terras. Nessa visão, a persistência da pobreza rural de milhões de famílias do campo consiste, em parte, em um “resíduo social” – populações que

[9] A longa e penosa transição de um para outro estágio de desenvolvimento constituiu, na visão de Caio Prado Jr. (1966), a constante da história brasileira.

não tiveram condições de acompanhar o progresso e seriam absorvidas em outros setores da economia na medida que em a modernização tecnológica prosseguisse; e, em parte, em um lastro de mão de obra estruturalmente excedente para o qual as economias modernas não encontraram outra solução que a política social.

Essa posição se encaixa na concepção das elites aculturadas brasileiras a respeito do lugar do Brasil no universo do capitalismo globalizado. Para elas, não há mais condições de levar adiante o projeto de construção nacional, de modo que a posição realista não consistiria em insistir nesse projeto, mas em substituí-lo por um projeto de inserção da economia brasileira nas estruturas e na dinâmica do mercado internacional. Nesse contexto, a associação com o capital estrangeiro é estratégica e a desnacionalização da economia, uma preocupação do passado. O fundamental para elas seria modernizar as técnicas de produção e os padrões de consumo da sociedade, mesmo que estes não possam ser universalizados.

Em nome do realismo político, afirma-se que a sociedade brasileira terá de ser segmentada entre uma pequena minoria plenamente integrada nos padrões de consumo moderno; uma grande massa que se incorporará de modo progressivo (embora em grau inferior) nesses padrões; e um segmento não incorporável na produção e, portanto, no consumo moderno, em relação ao qual nada se poderá fazer além da assistência social.

Evidentemente, a opção feita pelas elites aculturadas não pode ser aceita por pessoas que não se conformam com a institucionalização da desigualdade, que não se contentam com o caráter limitado de uma democracia incapaz de incluir toda a população, e não admitem abrir mão da soberania nacional como condição de poder importar os padrões de consumo dos países desenvolvidos. Para essas pessoas, o prosseguimento da construção nacional é a única alternativa adequada para resolver os problemas que estão afligindo terrivelmente a maioria da população.

Ora, a retomada do projeto nacional passa pelo enfrentamento dos dois problemas que acompanham a história do país desde sua fundação: a dependência externa e a concentração da renda. Sem romper os laços de dependência, o país não poderá usar seu potencial econômico para crescer e satisfazer às necessidades básicas da sua população; sem redistribuir renda, não poderá dinamizar sua produção e crescer endogenamente; sem maior homogeneidade social, não poderá expandir e consolidar o regime democrático.

A realização dessas transformações requer obviamente uma substancial mudança na correlação das forças políticas e sociais, e uma não menos profunda mudança nos hábitos de consumo e na cultura do povo. A questão agrária está profundamente entrelaçada com essa problemática, pois, sem uma efetiva reforma agrária, não se pode falar com seriedade em desconcentração da renda e, portanto, em desenvolvimento estável e equilibrado econômica, ecológica e socialmente.

Verifica-se, portanto, que a avaliação do impacto do MST na sociedade brasileira depende claramente da posição política do analista diante do futuro do projeto nacional. Com os óculos do liberalismo, o MST constitui um movimento anacrônico; com os óculos do socialismo, um movimento plenamente atual. A análise que se segue responde a este segundo enfoque.

## IMPACTO DO MST

A partir da análise do surgimento da questão agrária e do impasse em que se encontra o projeto de Nação, há elementos concretos para determinar o impacto da ação do MST na política brasileira.

O primeiro e mais importante foi o de trazer a reforma agrária para a agenda política, e impedir a sua retirada após breve tempo. Desde 1995, o MST tem conseguido manter forte pressão pela reforma agrária, alternando pressões diretas, pela via das ocupações de terras, com pressões indiretas, por meio da articulação de pronunciamentos políticos de instituições e grupos sociais formadores de opinião pública.

Ao manter a reforma agrária na agenda política, o Movimento impede que as elites dominantes consigam legitimar formas de diluir a pressão camponesa pela terra. O esforço do governo Cardoso para substituir a desapropriação dos latifúndios pelo programa de crédito fundiário é um exemplo de como medidas cooptativas e desmobilizadoras do campesinato foram bloqueadas por campanhas movidas pelo MST.

A cada dia, novos setores sociais, por intermédio de suas organizações representativas, se incorporam na luta pela reforma agrária, em decorrência do proselitismo inteligente levado a cabo por essa organização. Além dos vários partidos (PT, PC do B, PSB, PSTU) que incluíram em seus programas o modelo de reforma agrária por ela preconizado, as Igrejas Cristãs foram fortemente influenciadas pelas suas propostas.

Não é exagero afirmar também que a ação do Movimento tem sido um dos principais fatores da mudança da opinião pública em relação à reforma agrária – fato reiteradamente constatado pelas pesquisas de opinião.

Uma das mais significativas dimensões desse fenômeno consiste na mudança da atitude do Poder Judiciário diante do problema, resultado de uma articulação nacional de advogados simpatizantes da causa da reforma agrária – a Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP) –, montada pelo MST. Pela atuação dessa rede, alterou-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em relação aos crimes de "esbulho possessório" e "formação de bando e quadrilha", em que eram indiciados sistematicamente os organizadores das ocupações de terras. Atualmente, a Justiça não mais enquadra essas ações como figuras delituosas, pois entende que a finalidade de seus autores não é a de esbulhar um legítimo proprietário, mas pressionar o governo pela execução da reforma agrária.

Além de manter a questão agrária na agenda política e de articular-se com setores sociais influentes, a fim de criar uma correlação de forças favorável à reforma agrária, o MST desenvolve uma ação civilizatória no meio rural. Essa característica evidencia-se nos seguintes aspectos: suas táticas de pressão pela reforma agrária são pacíficas e envolvem negociação e recurso à Justiça;[10] as regras de funcionamento dos acampamentos, sejam eles em terra ocupada sejam na beira da estrada, são rigorosas; não se admite embriaguez, desrespeito a mulheres e crianças, violência entre os acampados ou contra terceiros; o trabalho é dividido entre todos os ocupantes e algumas tarefas, como limpeza do acampamento, vigilância e preparo de alimento, são realizadas em forma rotatória.

Tudo isso é civilizador, pois enquadra o conflito dentro de normas de convivência pacífica e ajuda a recuperar a autoestima de uma população culturalmente desenraizada, evitando a degeneração da pressão camponesa no espontaneísmo ou no banditismo rural.

Um terceiro e importante impacto da atuação do MST diz respeito à alteração do comando político da pressão pela reforma agrária. Nas primeiras vezes em que a reforma agrária entrou na agenda política, a agitação camponesa deu origem a movimentos políticos comandados por lideranças políticas urbanas, ligadas aos partidos de esquerda ou populistas. Estes se encarregavam de formular a estratégia e as táticas, bem como de promover a propaganda e o debate ideológico da campanha reformista.

O MST alterou esse comando. Atualmente, a pressão pela reforma agrária começa no campo e é articulada politicamente pelos seus movimentos e lideranças, reunidas no Fórum Nacional pela Reforma Agrária, instância política que o Movimento ajudou a criar. Só então passam para a cidade.

Não se pode minimizar a importância dessa alteração. Por um lado, anula a possibilidade de atrelamento do campesinato a estratégias de poder de grupos urbanos e assegura o realismo das reivindicações camponesas; por outro lado, o comando camponês da pressão pela terra constitui uma das condições mais importantes para a construção de uma correlação de forças apta não apenas a realizar a reforma agrária, mas a possibilitar a retomada do projeto de construção nacional em bases completamente novas e distintas do passado.[11]

A atuação do MST, ainda, impacta o político pela sua repercussão no universo cultural do campesinato. Embora não se possa exagerar a penetração das ideias e valores do Movimento no grosso da população rural,

[10] Uma dessas táticas é a organização de ocupações com um grande número de famílias, pois isso neutraliza, sem necessidade de recurso à violência armada, a ação dos jagunços. Quando centenas ou até milhares de famílias entram em uma terra, torna-se praticamente impossível amedrontá-las com alguns jagunços contratados pelos proprietários para esse fim.

[11] Toda estratégia política depende da possibilidade de executar imediatamente uma manobra tática. Na conjuntura política atual, o movimento camponês tem mais condições de realizar manobras táticas, que obriguem o sistema de poder a recuar, do que quaisquer outros setores do campo popular.

é certo que já se criou, em parcelas importantes e ativas desse universo, um conjunto de organizações devotadas a difundir valores não capitalistas no meio rural brasileiro. O MST propugna pela exploração cooperativa da terra e pelo conceito de "terra de viver", como sucedâneo do conceito de "terra de negócio" – que se explora com a única finalidade de obtenção de lucro.[12] "Terra de viver" é o pedaço de terra com o qual o camponês sonha, a fim de ter um lugar onde viver dignamente e reproduzir sua família com o produto do trabalho desta – uma terra para conservar e embelecer.

Tal concepção de produção camponesa está influenciando fortemente outros movimentos do campo, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento das Mulheres Agricultoras; os Povos das Florestas; a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ela constitui o embrião de um modelo de desenvolvimento agrícola alternativo, compatível com a retomada do projeto de construção nacional.

O conceito de reforma agrária como obtenção de "terra de viver" abrange necessariamente a recusa ao consumismo desenfreado que tomou conta dos segmentos de rendas altas e médias e que acabou se espalhando, como uma miragem, na mente da massa da população urbana. Esse aspecto da atuação do MST adquire grande importância entre os grupos políticos empenhados em formular uma alternativa ao modelo neoliberal, pela seguinte razão: a economia brasileira não tem – e não terá – condições de universalizar os padrões de consumo dos países ricos para toda sua população. De resto, isso nem seria desejável, pois implicaria uma agressão insuportável a seu já bastante degradado meio ambiente. A aspiração a um padrão de consumo impossível (e indesejável) obscurece, no homem do povo, a percepção de suas verdadeiras necessidades e abre caminho para sua manipulação pela elite dominante. Em oposição a essas ilusões, o MST promove uma mudança de mentalidade que contribui para tornar viável politicamente um modelo alternativo de desenvolvimento para o país.

Mas, talvez, a contribuição mais importante do Movimento, no plano da cultura, seja o impacto de sua ação na reconstituição da identidade cultural das populações cujos modos de vida foram destruídos quando a modernização capitalista inviabilizou os sistemas agrícolas em que estavam inseridas, na qualidade de trabalhadores autônomos ou assalariados. O Movimento recupera o que havia de válido nas subculturas que se formaram em torno desses sistemas e apresenta, aos seus remanescentes, valores novos, compatíveis com a dignidade da natureza humana e com o pleno exercício da cidadania democrática.[13]

---

[12] Os conceitos de "terra de trabalho" e "terra de negócio" foram cunhados por José de Souza Martins e divulgados pela Comissão Pastoral da Terra da CNBB.

[13] O Programa de Educação Formal das crianças dos assentamentos, que já recebeu vários prêmios no Brasil e no exterior, constitui uma notável contribuição para ajustar o processo educativo ao universo cultural dos estudantes. Não há como avaliar agora o impacto político desse esforço, mas, sem dúvida, ele contribuirá para o surgimento de um campesinato mais lúcido e cônscio de seus direitos.

Isso se faz mediante o que denominam "mística". Pela mística, o MST vivencia, por antecipação, os valores de uma sociedade a construir mediante a luta de todo o povo. Assim, oferece ao campesinato um horizonte que ultrapassa de muito a reivindicação meramente econômica e corporativa, porque insere a demanda camponesa em um processo de luta política para a transformação do regime econômico, social e político do país, bem como numa disputa ideológica a respeito de modos de vida e concepções de felicidade. Por isso, no MST, o poeta, o cantor, o pedagogo, o professor, o contador de histórias não são apêndices de programas de doutrinação corporativista, mas colaboradores perfeitamente integrados na dinâmica das suas ações.

O resultado desse grande esforço é o aumento da autoestima do campesinato e sua preparação para assumir o protagonismo que lhe cabe na retomada da construção do Estado nacional brasileiro. Já se pode vislumbrar essa evolução ao observar a influência do MST nos movimentos sociais urbanos: o Movimento dos Sem-Teto, a Central de Movimentos Populares, a Consulta Popular, a Coordenação dos Movimentos Sociais são o fruto de iniciativas em que as lideranças do MST tiveram grande influência. Inclusive, alguns deles adotaram vários elementos da mística e da metodologia do MST em suas práticas.

Por fim, não se pode omitir a simpatia que o MST desperta no plano internacional como uma forma de impactar o sistema político brasileiro. Não cabe, obviamente, exagerar esse impacto, mas os prêmios e a ajuda financeira que entidades internacionais destinam ao Movimento constituem evidente sinal de que sua importância ultrapassou as fronteiras do país, e isso influencia a atitude da elite em relação ao problema agrário.

Em várias cidades da Europa e dos Estados Unidos existem atualmente grupos de voluntários encarregados de divulgar as lutas dos sem-terra e de abrir canais de comercialização, no mercado alimentício local, para produtos dos assentamentos da reforma agrária. O interesse acadêmico também deve ser mencionado e se revela no grande número de teses e seminários cujos temas giram em torno dos vários aspectos de sua atuação.

## CONCLUSÃO

Esta breve análise do impacto político do MST pode ser concluída com a opinião do economista Celso Furtado. Para esse consagrado estudioso do processo de formação nacional, o MST é o movimento cívico mais importante da história brasileira, depois da campanha abolicionista dos anos finais do século XIX. No século XX, nenhum a ele se emparelhou.

A afirmação de Furtado insere-se na sua visão da conjuntura brasileira atual: um projeto nacional que depara com um obstáculo capaz de frustrá-lo.

O grande risco que esse projeto corre, após os oito anos de sistemático desmantelamento, durante o governo Cardoso, é a impossibilidade da sua retomada, uma vez que o governo Lula revelou-se incapaz de levar adiante uma verdadeira alternativa ao projeto de inserção subordinada do Estado brasileiro no mundo globalizado. Com a renúncia da elite ao projeto nacional, e diante da impossibilidade de Lula de reverter a política de Cardoso, a retomada daquele projeto requer nova correlação de forças políticas. Trata-se, portanto, de uma conjuntura política muito particular, que está a exigir grande campanha cívica, apta a empolgar amplos setores da população.

O operariado urbano, que, até a década de 1980, se supunha capaz de realizar essa tarefa catalisadora, foi duramente golpeado pelas transformações do capitalismo e refluiu para uma posição de resistência às conquistas obtidas em tempos passados. Perdeu sua capacidade de proposição. A partir desse refluxo do movimento operário, só o campesinato, liderado pelo MST, conseguiu criar fatos políticos relevantes. Não foi por acaso. A conjuntura inibitória do operariado urbano não oferece ao campesinato senão duas alternativas: ocupar terras ou aceitar a condição de marginalidade nas cidades. O MST não teria condições de organizar ocupações massivas de terra se estas não correspondessem a uma necessidade objetiva do campesinato. O impacto político do MST consiste precisamente na posição estratégica que ele ocupa na conjuntura. Ele pode apontar concretamente um caminho de futuro.

Assim como, no final do século XIX, o movimento abolicionista removeu o principal obstáculo ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção, no Brasil de hoje o movimento pela reforma agrária, comandado pelo MST, pode polarizar a retomada, sob novas formas de produção e de poder, do processo de construção da nação democrática, socialmente justa, economicamente próspera e ecologicamente equilibrada.

# 14 LIDANDO COM GOVERNOS: O MST E AS ADMINISTRAÇÕES DE CARDOSO E LULA

Sue Branford

Desde seu surgimento, no final da década de 1970, o relacionamento do MST com as autoridades do Estado tem sido uma montanha-russa. Em retrospecto, a década de 1980 pode ser vista como um período de expansão, não somente para o MST, mas para diversos movimentos sociais. Frequentemente, o MST viu-se em conflito com essas autoridades, mas isso não o impediu de crescer rapidamente e espalhar-se por todo o país.[1] Havia um clima de otimismo entre os militantes, particularmente quando eles começaram a trabalhar de maneira mais próxima com o Partido dos Trabalhadores (PT), o partido de esquerda formado por Luiz Inácio Lula da Silva e outros sindicalistas dissidentes no início dos anos 1980. Muitos ativistas do MST filiaram-se ao PT e promoveram uma incansável campanha para o partido nas eleições presidenciais de 1989, quando, após um início lento, Lula ganhou força nas últimas semanas que precederam a eleição, e parecia a muitos de seus partidários estar se encaminhando para a vitória.

A derrota de Lula fez com que o MST cambaleasse. "Foi um golpe duro para nós", disse João Pedro Stédile, um dos principais estrategistas do MST. "A derrota de Lula foi uma derrota política após dez anos de ascensão dos movimentos de massa no Brasil. Ela nos atingiu também. Como estávamos na adolescência, éramos um movimento muito fraco ainda. Foi como se perdêssemos o pai ainda jovem".[2] Apesar de o novo presidente, Fernando Collor de Mello, ter-se apresentado durante a campanha eleitoral como o defensor dos descamisados, ele vinha de uma família abastada do estado de Alagoas, no Nordeste do país, e seu compromisso era com a oligarquia latifundiária.

[1] Para uma descrição da expansão do MST na década de 1980, cf. Branford e Rocha (2002).

[2] Stédile e Fernandes (1999, p.68).

Seu governo se recusou até mesmo a conversar com os líderes do MST e promoveu uma violenta campanha contra o Movimento, cortando fundos para a reforma agrária e ignorando as tentativas dos proprietários rurais de expulsar os sem-terra dos acampamentos com a utilização de milícias ilegais. Mais tarde os ativistas do MST confessaram que por um tempo eles chegaram a se preocupar com a possibilidade de o Movimento não sobreviver.

Depois que milhões de brasileiros participaram de manifestações de protesto nas ruas, o presidente Collor foi forçado a resignar no final de dezembro de 1992, apenas algumas horas antes de ser submetido a um processo de *impeachment* por corrupção. Foi um grande alívio para o MST, particularmente considerando que o vice-presidente Itamar Franco, que o substituiu, era muito mais receptivo em relação ao Movimento. Mas Franco representou apenas um interlúdio. Uma nova fase para o MST – e para o Brasil como um todo – teve início em janeiro de 1995, quando Fernando Henrique Cardoso, um sociólogo de tendências esquerdistas, assumiu a presidência. Diferentemente de Itamar Franco, ele viria a ocupar o cargo por muito tempo.

Em sua campanha eleitoral, Cardoso prometeu assentar 280 mil famílias de sem-terra, mas em seus dois primeiros anos no cargo pouco foi feito nesse sentido. Ele tinha outras prioridades. Convertido tardiamente – mas não por isso com menos fervor – ao neoliberalismo, ele acreditava que o Brasil deveria reduzir as barreiras comerciais e permitir que um choque de concorrência abalasse o setor agrícola, mesmo se milhares de fazendeiros falissem devido à grande entrada de alimentos importados e baratos no país. Raul Jungmann, a quem Cardoso mais tarde nomearia seu ministro da Reforma Agrária, recorda-se de uma conversa que teve com o presidente em 1995. "Nós decidimos que não fazia muito sentido tentar intervir no processo de modernização agrícola, que estava destruindo tantos empregos", ele disse. "No mundo desenvolvido, capitalista, as cidades são lotadas e o campo é vazio. Achávamos que simplesmente não fazia sentido tentar manter as famílias rurais no campo. Não éramos arrogantes a ponto de achar que conseguiríamos reverter uma tendência do capitalismo."[3]

No entanto, Cardoso – e seu então futuro ministro – logo mudariam de ideia. A principal razão para isso era a crescente mobilização do MST. Sabendo que Cardoso considerava a pequena lavoura como uma atividade econômica moribunda, que seria varrida do mapa pelo agronegócio, o Movimento decidiu lutar para provar que o presidente estava errado. À medida que milhares de pequenos lavradores perdiam seu sustento, o Movimento recrutava novos membros com cada vez mais facilidade e conseguia organizar uma onda de ocupações de terra e manifestações. O agrônomo Francisco Graziano (1996, p.12), na época um importante assessor

[3] Raul Jungmann, entrevista conduzida pela autora, Brasília, DF, 10 de agosto de 2000.

de Cardoso, recorda o clima: “O MST, exigindo a reforma agrária, pisou no acelerador. Trinta anos depois da derrota das Ligas de Camponeses [um influente movimento de trabalhadores rurais no Nordeste], facões e enxadas voltaram às primeiras páginas dos jornais”.

A situação, que estava se tornando cada vez mais tensa, explodiu no dia 17 de abril de 1996, quando pelos menos 19 sem-terra foram mortos em um conflito com policiais militares em Eldorado de Carajás, no sul do Pará. O governo do estado havia enviado a polícia para dispersar um grupo de cerca de 1.500 famílias sem-terra que bloquearam uma rodovia federal depois de o governo ter-se recusado a atender as reivindicações por terra. Apesar de os relatos variarem em relação a como exatamente o banho de sangue começou, aparentemente um policial militar começou a atirar depois de um ativista surdo-mudo do MST ter ignorado a ordem de sair da estrada.

O incidente, que ficou conhecido como “o massacre de Eldorado dos Carajás”, provocou furor no Brasil e no mundo.[4] Em princípio, Cardoso tentou esquivar-se da tempestade, desprezando as mortes como uma manifestação do Brasil “arcaico” que ele vinha tentando erradicar, mas em pouco tempo a onda de indignação fez com que ele mudasse de ideia. Enquanto tentava, no curto prazo, minimizar a raiva prometendo publicamente na televisão punir os policiais militares responsáveis pelas mortes, também percebeu que só impediria a nova ocorrência de incidentes como esses se lidasse com as causas básicas atribuindo uma prioridade muito mais alta à reforma agrária. Decidiu desvincular o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Ministério da Agricultura, onde o órgão vinha definhando como uma unidade pequena e em grande parte inoperante, para criar um novo Ministério Extraordinário da Política Fundiária. A principal atribuição do novo ministério, ele disse, seria proporcionar terra aos sem-terra. O que, de início, pareceu uma nomeação bizarra, considerando a postura de Jungmann, que via o campesinato como uma classe social “obsoleta”, Cardoso designou-o como o novo ministro.

O paradoxo logo se explicou: a principal missão de Jungmann não era transformar o campesinato em uma importante força produtiva, mas minimizar a sua inquietação social assentando famílias sem-terra potencialmente agitadoras em regiões distantes, onde sua energia seria dissipada na luta cotidiana pela sobrevivência econômica. De acordo com Bruno Konder Comparato (2000, p.64), os assessores de Cardoso determinaram que o governo assentasse 280 mil famílias dentro de quatro anos e que isso enfraqueceria em muito não somente o MST como também todos os outros movimentos de sem-terra: “Os movimentos de sem-terra perderiam força, por um lado,

[4] Uma análise mais detalhada do massacre de Eldorado dos Carajás pode ser encontrada no Capítulo 8, de Ondetti, Wambergue e Afonso, neste livro; cf. também Branford e Rocha (2002, p.129-47).

ao perder militantes e, por outro, ao perder legitimidade entre o público geral, que viria a perceber que as demandas estavam sendo cumpridas".

Jungmann se lançou na tarefa com enorme determinação e energia que foram características dos anos em que ocupou o cargo. Mas, longe de desmobilizar o MST como Jungmann esperava, o programa de assentamentos teve o efeito oposto: ele convenceu as famílias sem-terra de que era possível persuadir o governo a fazer o que queriam se exercessem pressão suficiente. No dia 17 de fevereiro de 1997, o MST deu início a uma de suas iniciativas mais ambiciosas até então – uma Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça. Partindo de três cantos diferentes do Brasil, 1.500 sem-terra passaram dois meses caminhando antes de chegar em Brasília no dia 17 de abril, o primeiro aniversário do massacre de Eldorado de Carajás. No início, Jungmann tentou minimizar a importância da marcha, declarando à principal revista semanal do Brasil, a *Veja*: "O MST é um movimento numericamente pequeno. Eles estão trazendo 1.500 pessoas para Brasília. O Rotary e o Lions têm muito mais pessoas".[5] Mas enormes multidões se uniram à marcha. "Não foi só a concentração de milhares de pessoas [na verdade cerca de cem mil no final da demonstração em Brasília] para expressar o apoio ao Movimento", disse Osvaldo Russo, ex-presidente do INCRA.[6] "Foi também a qualidade da mobilização. O MST capturou o clima do momento." Expressando-se em linguagem simples e direta, os ativistas, muitos deles pessoas não instruídas, falavam uma nova língua de idealismo, otimismo e compromisso. Cardoso não teve outra opção fora receber os líderes do MST no palácio presidencial e ouvir às demandas.

Apesar de o governo ter recebido bem a marcha publicamente, ele se chocou com a extensão do apoio público. "Porque nos primeiros anos no poder, o governo Cardoso não estava particularmente preocupado com o crescimento do MST", disse Osvaldo Russo. "O governo podia até ter visto o Movimento como um aliado em suas tentativas de modernizar a velha elite agrária. Mas a marcha para Brasília mudou tudo isso. O governo ficou com medo. Pela primeira vez eles ficaram preocupados com a possibilidade de o MST conseguir derrubar o governo. Eles sentiram que precisavam impedir isso." Em retrospecto, fica claro que abril de 1997 marcou um momento decisivo: o evento abriu as portas a mais um período difícil para o Movimento.

Enquanto continuava a instruir o INCRA a assentar milhares de famílias no modelo antigo, Jungmann aos poucos elaborou uma nova estratégia. Antes de mais nada, começou a desenvolver uma nova modalidade de reforma agrária, voltada para o mercado. "Eu não estou implementando o programa de reforma agrária com o qual a esquerda sonhava", ele disse na

[5] *Veja*, 23 abr. 1997, artigo citado em Comparato (2000, p.61).
[6] Osvaldo Russo, entrevista conduzida pela autora, Brasília, DF, 12 de agosto de 2000.

ocasião. "Mas estou realizando o único tipo de reforma possível no mundo moderno. Achar que um programa clássico de reforma agrária é possível no mundo de hoje é uma perigosa tolice."[7] O novo esquema, batizado de Banco da Terra, teve o apoio do Banco Mundial, que na época estava promovendo a distribuição de terras orientada ao mercado em várias outras nações em desenvolvimento, incluindo a África do Sul, Guatemala e Colômbia. A ideia era descentralizar o processo: grupos de famílias sem-terra chegariam juntos na região, encontrariam um proprietário rural disposto a vender a terra e negociariam diretamente com ele. Somente quando se chegava a um acordo as partes entravam em contato com o Banco do Brasil para fazer o empréstimo. As famílias receberiam um período de carência de três anos, mas depois disso deveriam pagar o empréstimo, com juros, ao longo de 17 anos. Esperava-se que elas ocupassem nichos de mercado que não interessavam aos grandes agricultores capitalistas, em geral por demandarem mão de obra intensiva (Branford e Rocha, 2002, p.191).

O esquema era controverso. Os líderes do MST se opuseram desde o início, em grande parte porque ele enfraquecia politicamente o Movimento. Uma das maiores forças do MST sempre foi sua capacidade de pressionar o governo federal por meio da mobilização de milhares de ativistas. Se o governo federal fosse marginalizado do processo, o MST perderia seu principal alvo. Mas o MST não estava sozinho nas críticas. Outras organizações, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), atacaram o esquema por colocar a terra além do alcance da grande maioria das famílias sem-terra ao insistir que as famílias pagassem o preço de mercado pelos terrenos. Apesar de alegarem que o programa poderia ser útil para um pequeno grupo de famílias de lavradores, em especial pequenos proprietários que desejavam comprar um terreno adicional, eles, assim como o MST, opunham-se à transformação do programa no principal meio de acesso à terra.

Enquanto isso, o governo intensificava seus ataques políticos ao MST. No início de 2000, o Movimento entrou em uma nova fase, na qual tentava estender sua luta a outros setores da sociedade. Após uma onda de ocupações de terra em abril, cerca de 5.000 sem-terra ocuparam prédios públicos em 14 capitais estaduais, e outros 25.000 participaram de demonstrações por todo o país. Essas ações foram realizadas simultaneamente no que foi, até então, o mais abrangente e mais bem coordenado dia de ação jamais organizado pelo Movimento. A maioria dos governadores do estado reagiu furiosamente às ações, particularmente à ocupação dos prédios públicos. A reação mais dura foi de Jaime Lerner, o governador do Paraná, que ordenou a 800 policiais que impedissem os ativistas do MST de se dirigirem à capital do estado, Curitiba, em 40 ônibus. Quando os ativistas, desarmados,

[7] Raul Jungmann, entrevista conduzida pela autora, Brasília, DF, 10 de agosto de 2000.

desceram dos ônibus, depararam com a polícia; cerca de 50 pessoas ficaram feridas e um sem-terra, um homem de 38 anos de idade, foi morto.

Cardoso reagiu com fúria às ações do MST. Ele disse que o Movimento tinha "excedido os limites da democracia" e o culpou pela morte do ativista, dizendo que isso deveria ser "um alerta a todos aqueles que optaram pela provocação e pelo desrespeito à democracia e à cidadania". Admitindo ter sido pego de surpresa pelas ações do MST, convocou reuniões de emergência com Jungmann e anunciou o que passou a ser conhecido como "o pacote anti-MST".[8] Em uma tentativa decidida de privar o Movimento de sua principal tática – a ocupação da terra –, o então presidente anunciou novas normas por meio das quais o INCRA seria impossibilitado durante dois anos de expropriar uma propriedade invadida pelo MST; o limite deveria ser estendido a cinco anos se a propriedade fosse invadida pela segunda vez (como frequentemente ocorria após as expulsões). Cardoso também concedeu maiores poderes à polícia e às forças de segurança para lidar com o MST.

No que claramente foi uma ofensiva coordenada, a imprensa e a mídia de direita divulgaram uma série de histórias alegando corrupção ou irregularidades financeiras em assentamentos do MST. Com base nesses relatos, o governo sentiu-se no direito de lançar uma extensa investigação nas finanças do Movimento. Fazia um tempo que Jungmann estava insatisfeito com o acordo por meio do qual os assentamentos do MST se beneficiavam do Lumiar, um projeto de assistência técnica elaborado pelo INCRA. Apesar de o INCRA pagar os salários dos agrônomos, os assentamentos conquistaram o direito de selecionar os profissionais, argumentando que só poderiam trabalhar com pessoas que apoiavam o Movimento. Jungmann acusou esses agrônomos de envolvimento nas irregularidades financeiras e demitiu sumariamente 1.200 deles, provocando sérios problemas para os assentamentos. Ele disse que no futuro os agrônomos seriam selecionados pelos governos locais, muitos dos quais eram notórios pela hostilidade ao MST.

A reestruturação do Lumiar foi apenas o começo. No que se provaria uma política muito mais prejudicial, Jungmann cortou a maior parte do apoio financeiro. Sob os termos da legislação da reforma agrária do país, o Banco do Brasil, de propriedade do governo, era responsável por fornecer aos assentados o crédito subsidiado para a produção. O sistema estava longe de ser perfeito, já que o dinheiro era insuficiente e, muitas vezes, chegava tarde, mas era absolutamente essencial para a sobrevivência dos assentamentos. Jungmann decidiu que o banco não faria mais pagamentos coletivos aos assentamentos ou às cooperativas, que então os distribuíam a seus membros, mas distribuiria os empréstimos diretamente aos lavradores individualmente. A súbita mudança provocou sérios transtornos. Muitos assentados com pouca instrução tiveram grande dificuldade em lidar com a

[8] *Folha de S.Paulo*, 3 e 4 de maio 2000.

burocracia do banco. Outros, por razões não explicadas, foram declarados não qualificados.

Dessa forma, o governo Cardoso gerou resultados contraditórios para o MST: durante o primeiro mandato (1995-1998), assentou 260 mil famílias em oito milhões de hectares de terra. Como Jungmann costumava dizer, foi o maior programa de reforma agrária já realizado no Brasil. Mas o programa tinha sérias deficiências: a maioria das famílias foi assentada em terras marginais, em regiões isoladas do país,[9] e, particularmente após a marcha de abril de 1997, as famílias receberam assistências financeira e técnica, em grande parte inadequadas. No segundo mandato (1999-2002), Cardoso mudou a orientação: tentou, sem sucesso, promover uma reforma agrária orientada ao mercado e tentou deliberadamente enfraquecer o MST por meio de uma campanha orquestrada com a imprensa e severas reduções da assistência financeira. Perto do final do segundo mandato, o ex-assessor de Cardoso, Francisco Graziano, comentava com raiva: "O Brasil produziu o maior – e o pior – programa de reforma agrária do mundo".[10]

Tudo isso criou uma situação muito difícil para o MST em 2001 e 2002. Muitas famílias afirmaram não ter passado por dificuldades como aquelas desde o governo Collor, em 1990 e 1991. Foi em parte por essa razão que tantas famílias do MST reagiram com grande satisfação quando Lula venceu as eleições presidenciais em outubro de 2002. Finalmente o Brasil seria governado por um homem que sabia como é ser pobre.

## O GOVERNO LULA E O MST

Desde a sua formação, no início da década de 1980, o PT prometeu repetidamente que, uma vez que conquistasse o poder, realizaria um amplo programa de reforma agrária. Este foi sem dúvida um partido de origens urbanas, criado por trabalhadores da indústria que visavam a oferecer uma alternativa progressista aos programas conservadores propostos por outros partidos políticos, forjados na época de declínio do regime militar e gradual abertura política. No entanto, desde o início, o PT se identificou de forma intensa com os pobres rurais, e em particular com os quatro milhões de famílias sem-terra espalhadas pelo Brasil. Com efeito, poucas pessoas que já ouviram Lula falar sobre os camponeses pobres podem duvidar de seu compromisso pessoal em melhorar sua condição de vida. Em um discurso proferido pouco antes das eleições presidenciais de 2002, em um comício

[9] Um relatório publicado pela Câmara dos Deputados revelou que três quartos dos oito milhões de hectares alocados para a reforma agrária estão localizados na Bacia Amazônica (cf. Câmara dos Deputados, 1997, p.18).

[10] Citado em *Informes Brasil*, n.67, fev. 2002.

em Fortaleza, capital de um dos estados mais pobres do Nordeste, Lula disse com lágrimas nos olhos:

> Quando cheguei, muitos homens e mulheres vieram me procurar, chorando e dizendo que eu era a última esperança deles. Eu sei que não posso trair os sonhos de milhões e milhões de brasileiros que estão me apoiando. Qualquer outro presidente da República pode ser eleito e não fazer nada. O povo brasileiro já se acostumou com isso. Mas eu não tenho esse direito, porque tem pessoas na multidão que me apoiam há 10, 20, 30 anos. (Branford e Kucinski, 2003, p.73.)

As relações entre o PT e o MST não foram muito fluidas durante a maior parte da década de 1980, época em que ambas as organizações estavam lutando para se estabelecer no nível regional. Em alguns aspectos, isso não surpreende, já que o PT foi criado em São Paulo, ao passo que o MST surgiu nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, cerca de mil quilômetros ao sul. Em momentos decisivos da luta do MST pela sobrevivência, políticos do PT expressaram solidariedade, às vezes correndo considerável risco pessoal, mas foram gestos em grande parte individuais, e não organizacionais.

Na década de 1990 os contatos se intensificaram, à medida que o PT procurava conquistar o apoio do MST nas eleições municipais, estaduais e nacionais. Os encontros nem sempre foram amigáveis. Alguns ativistas do PT, em especial sindicalistas urbanos, viam o MST como um aliado muito inexperiente e que só representava o campesinato, que eles – em uma postura bastante similar à de Cardoso e da maioria dos economistas ortodoxos – tendiam a ver como uma "classe moribunda", isto é, um setor social que estava desaparecendo com a rápida mecanização da agricultura. Os líderes do MST se ressentiam dessa atitude e, por sua vez, criticavam o crescente envolvimento do PT na política eleitoral à custa, acreditavam, do fortalecimento de suas bases. Mesmo assim, apesar das diferenças, as duas organizações reconheceram a aliança em uma luta comum e buscaram ajudar-se mutuamente. Nas bases, onde as diferenças ideológicas muitas vezes eram indistintas, a colaboração era muito mais ampla. De fato, muitos ativistas eram membros das duas organizações. Em muitas regiões, o MST participou de forma aberta nas campanhas eleitorais do PT, e não era raro encontrar um ativista do MST como candidato do PT nas eleições municipais.

Ao longo desse período, o partido insistiu que, apesar de ter diferenças com o MST na estratégia para chegar ao poder, o compromisso do partido com a reforma agrária era o mesmo do Movimento. O político mais conhecido do PT – Lula – candidatou-se três vezes a presidente, sem sucesso, antes de finalmente sair vitorioso em outubro de 2002. Em cada um dos programas de governo apresentados nas campanhas eleitorais de Lula, a reforma agrária era considerada um objetivo prioritário. As ideias do PT

sobre este assunto foram claramente expressas em um documento publicado em 2001 pelo Instituto Cidadania, um órgão de pesquisa constituído por Lula. A reforma agrária, dizia o texto, seria um elemento central no que se tornaria o principal programa do primeiro mandato de Lula, o Fome Zero:

> A concentração de terra no país hoje em dia atinge proporções desastrosas: dados do Censo Agropecuário de 1995/1996 mostram que... fazendas de mil hectares ou mais representam menos de 1% das propriedades rurais, mas cobrem 45,1% da área total. Essa situação tem raízes históricas profundas, refletindo o fato de que o Brasil, apesar dessa imensa concentração de terra, nunca realizou um programa de reforma agrária suficiente... para permitir uma utilização mais igualitária da terra.
>
> A expulsão da população rural, a crescente proletarização e desemprego, além da existência de imensos e improdutivos latifúndios, significou que a tensão social no campo era constante... A modernização da agricultura, com a maior mecanização... significou que números cada vez maiores de trabalhadores rurais perderam o emprego, o que intensificou ainda mais o problema agrário no Brasil.
>
> O Projeto Fome Zero é um grande defensor de um amplo processo de distribuição fundiária como uma política de desenvolvimento estrutural. (2001, p.36.)

O próprio MST não poderia ter dito isso de maneira melhor. Não é de surpreender que, apesar de o Movimento em si não endossar abertamente a candidatura de Lula, milhares de ativistas do MST, tanto da liderança quanto das bases, tenham apoiado o PT nas eleições de 2002. A liderança nacional do MST também concordou, sem alardes, em reduzir o número de ocupações de terra no ano das eleições, de forma a não deixar o PT vulnerável a acusações de aliança com um movimento "violento" que promovia "ações ilegais".

Durante a campanha eleitoral, Lula viajou por todo o país, chegando a áreas rurais isoladas. Por toda parte ele falava com paixão e convicção, prometendo terra aos sem-terra. Em determinada ocasião, disse: "Com uma canetada só, vou dar tanta terra que vocês não vão conseguir ocupar tudo".[11] Como vários comentaristas observaram, ele ofereceu às pessoas a chance de participar de um grande projeto, um sonho em comum.

Quando Lula foi eleito presidente, em 27 de outubro de 2002, os ativistas do MST uniram-se à euforia que varreu o país. Parecia que finalmente o Brasil, um dos países mais socialmente injustos do mundo, mudaria para sempre. "Acho que a vitória de Lula é um momento decisivo da história do Brasil, como a abolição da escravatura ou a proclamação da República", comentou Francisco de Oliveira, um proeminente sociólogo marxista. "Este pode ser o ponto a partir do qual passaremos de uma história passiva, na

[11] *Folha de S.Paulo*, 25 abr. 2003.

qual o país é liderado por blocos dominantes, a uma história ativa, na qual as classes dominadas têm um grande impacto sobre as políticas públicas" (Branford e Kucinski, 2003, p.7).

Os trabalhadores rurais sem-terra acreditaram que finalmente sua hora havia chegado. Milhares de famílias espontaneamente se mudaram para acampamentos provisórios que o MST e outras organizações de sem-terra montaram às pressas à beira de estradas por todo o país. Essas famílias esperavam ser uma das primeiras a se beneficiar quando o amplo programa de reforma agrária, prometido há tanto tempo por Lula, fosse implementado. "As expectativas são tão grandes que é impossível impedir as famílias", disse Paulo de Oliveira Poleze, um assessor da CONTAG, em março de 2003. Em grande parte devido a essa onda de mobilização no início do ano, 2003 quebrou todos os recordes: de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2004, p.7), 124.634 famílias, envolvendo 623.170 pessoas, participaram das ocupações de terras ou se mudaram para acampamentos à beira de estradas, o maior número até então. Ao mesmo tempo, aproximadamente meio milhão de pessoas participaram de demonstrações pela reforma agrária por todo o país.

Apesar de mais cautelosos do que os ativistas de base, os líderes do MST se contagiaram pelo clima geral de otimismo. No dia 2 de julho de 2003, uma delegação do Movimento se reuniu com Lula no palácio presidencial. Diante das câmeras de TV, Lula colocou um boné vermelho do MST na cabeça e disse ter um "compromisso histórico" com a reforma agrária. Claramente entusiasmado com o clima de otimismo da reunião, o coordenador do MST, João Pedro Stédile, comentou: "Eles [os proprietários rurais] perderam as eleições, mas acharam que fosse só um joguinho, que poderiam continuar fazendo o que quiserem para proteger seus privilégios. E agora eles estão percebendo que a reforma agrária é para valer".[12]

No entanto, a mudança não ocorreu com a rapidez que as milhares de famílias esperavam. Durante os primeiros meses, o governo foi evasivo, dizendo que tinha de colocar a casa em ordem antes de poder implementar a reforma. Finalmente, o governo recrutou Plínio de Arruda Sampaio, um dos mais proeminentes especialistas agrários do país e um membro fundador do PT. "Em julho de 2003 Lula estava no poder por mais de seis meses e nenhum progresso tinha sido feito para implementar a reforma agrária", ele disse. "O MST estava pressionando, e Lula estava ficando envergonhado com o atraso. Ele chamou Miguel Rossetto [o ministro do Desenvolvimento Agrário] e pediu que elaborasse um plano com urgência. O ministro me pediu para coordenar o processo e eu aceitei."[13]

[12] *Brazil Network Newsletter*, Londres, ago. 2003.

[13] Plínio de Arruda Sampaio, entrevista conduzida pela autora, São Paulo, SP, 16 de julho de 2004. Todas as citações de Sampaio são provenientes dessa entrevista.

Sampaio dedicou-se à tarefa com vontade. Ele montou uma equipe de oito professores universitários, especialistas em questões agrárias, e requisitou 50 funcionários do INCRA para trabalhar em sua equipe, preparando os estudos e dados estatísticos para o plano. Também fez contato com os movimentos sociais – o MST, a CONTAG, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), entre vários outros. "Muitas vezes, os movimentos recebiam os programas já elaborados e eram solicitados apenas a fazer comentários", disse Sampaio. "Eu queria o envolvimento deles desde o início, ajudando com a formulação do programa."

Sampaio logo se deparou com problemas. "Muitas das pessoas que trabalhavam no MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário] não acreditavam no que eu estava fazendo", ele contou. "A forma de pensar dominante no governo Cardoso tinha sido que a reforma agrária era desnecessária ou impossível. As pessoas encarregadas na época argumentavam que o momento histórico para a reforma agrária já tinha passado e que o capitalismo tinha dominado o campo. Eles diziam que o campesinato não tinha futuro. E acreditavam que os agricultores familiares capazes de conseguir um emprego no agronegócio deveriam fazer isso e que os que não conseguissem deveriam migrar para as cidades ou ser providos pelo governo em um programa de bem-estar social."

O MDA tinha novas pessoas em sua direção, mas as velhas formas de pensar a questão agrária estavam enraizadas ainda em muitos setores. Durante os mandatos de Cardoso, os principais líderes do enorme sindicato rural, a CONTAG, foram convencidos por essa lógica e deixaram de acreditar na possibilidade de implementar uma reforma agrária progressista, apesar de elogiarem a ideia. Pelo fato de Lula ter frequentemente expressado suas intenções de promover uma reforma agrária progressista, não se esperava que ele nomeasse simpatizantes da CONTAG para importantes cargos no MDA. Mas, como demonstrou em sua carreira anterior como um líder sindicalista, ele é um firme defensor da política consensual. Acredita que pessoas com visões muito diferentes podem trabalhar juntas, se se sentarem à mesa para conversar e resolver as diferenças. De certa forma, ele tem um estilo parecido com o do ex-presidente dos Estados Unidos Lyndon B. Johnson, que, ao decidir manter J. Edgar Hoover na liderança do FBI, disse que preferia "tê-lo dentro da barraca mijando para fora do que fora da barraca mijando para dentro". Dessa forma, ao mesmo tempo em que nomeava um simpatizante do MST para liderar o MDA, ele também chamou representantes da CONTAG (além de escolher Roberto Rodrigues, um aliado do poderoso *lobby* do agronegócio, para liderar o Ministério da Agricultura). "A CONTAG recebeu três importantes secretarias no MDA – Assistência Técnica, Crédito Rural e Reorganização Territorial", disse Sampaio. A ideia era reunir os principais participantes de forma que eles pudessem chegar a um consenso, mas, na prática, tanto no setor agrícola

quanto em todos os outros, isso não aconteceu e essa política provocou atrasos e obstáculos.

Enquanto Sampaio procurava elaborar o plano, esse conflito latente no ministério irrompeu. Apesar de a facção mais progressista do ministério colaborar entusiasticamente com Sampaio, os alinhados com a velha guarda obstruíram o trabalho. Sampaio forçou o ministro a intervir. "Eu deixei claro desde o começo que a reforma agrária para mim significava a expropriação dos latifúndios", ele disse. "Então exigi que ele me desse autonomia para elaborar um plano que refletisse esse compromisso." Rossetto cedeu e deu a Sampaio a autoridade necessária para elaborar um plano fora do controle da CONTAG.

Sampaio disse que, ao elaborar o plano, ele considerou dois aspectos fundamentais: o quantitativo e o qualitativo. "Em termos quantitativos, tínhamos que elaborar um programa de reforma agrária que expropriaria terra suficiente dos latifúndios para provocar uma verdadeira ruptura com o antigo sistema fundiário. Precisávamos mudar a estrutura econômica, social e política. A reforma agrária significa fortalecer o campesinato. O processo deve ter força suficiente para alterar o coeficiente de Gini [o índice de mensuração da concentração da terra] em 10 ou 20%." Ele disse que o primeiro desafio foi: "como levar pessoas suficientes para a terra para provocar uma ruptura, não uma ruptura total, mas o suficiente para acionar um processo de mudança?" Ele calculou que seria necessário assentar um milhão de famílias ao longo de quatro anos. A meta era claramente ambiciosa, considerando os recursos exauridos do INCRA, mas era viável, considerando que o Brasil tinha terras subutilizadas suficientes e muitas famílias desesperadas por um pedaço de terra. Além disso, Sampaio não estava procurando abalar o sistema econômico neoliberal do Brasil, dependente de exportações das grandes e modernas fazendas nas mãos da elite do agronegócio. "A ideia era, pelo menos no início, criar dois polos: o campesinato e o agronegócio. Com o tempo, o campesinato se fortaleceria e talvez contestasse o agronegócio, mas isso seria em outra fase."

Em termos qualitativos, Sampaio estava cheio de ideias sobre como fazer para tornar a economia da pequena agricultura mais viável. "Nós poderíamos garantir às famílias uma renda mínima por meio de empréstimos bancários e a compra antecipada da produção. Nós calculamos que deveríamos fixar essa renda em 3,5 salários mínimos por família. Não é muito, mas é um começo. O governo compra muito alimentos para merendas escolares, para as Forças Armadas, para hospitais, para o programa Fome Zero, que visa a beneficiar dez milhões de pessoas. O governo poderia montar um esquema por meio do qual compraria alimentos básicos – arroz, feijão, milho – dos assentamentos da reforma agrária."

Em outubro de 2003, Sampaio apresentou seu plano ao ministro, que previa o assentamento de um milhão de famílias em quatro anos (2004-2007).

Para possibilitar ao governo obter a terra necessária a um custo razoável, recomendou, antes de mais nada, que o governo se apossasse de toda "terra grilada" (apropriada de forma fraudulenta por grandes proprietários rurais) e, em segundo lugar, que mudasse os critérios pelos quais um latifúndio é considerado improdutivo e, portanto, disponível para a venda compulsória. No momento, os critérios estão definidos em um nível tão baixo que muita terra sendo utilizada muito abaixo de seu pleno potencial é considerada produtiva. Sampaio argumentou que o plano proporcionaria 3,5 milhões de empregos, direta e indiretamente, e dessa forma ajudaria a solucionar a grave crise social no Brasil.

A pesquisa de Sampaio revelou que era perfeitamente possível para Lula ter adotado esse plano, mesmo sem o PT ter a maioria no Congresso. "Não precisaríamos mudar a Constituição nem precisaríamos da aprovação do Congresso", disse. "O presidente poderia ter implementado o plano com decretos presidenciais. O processo poderia ser facilitado com mudanças em uma ou duas leis, mas isso não era necessário." O necessário, contudo, era a vontade política. "O governo precisava atribuir uma alta prioridade à reforma agrária e mobilizar a população para o programa. Precisávamos de apoio popular para uma intervenção cirúrgica rápida para nos livrarmos dos latifúndios." De acordo com Sampaio, o custo era alto, mas não exorbitante. "Calculamos que o custo seria de 24 bilhões de reais ao longo dos três anos. Para um país que gasta 170 bilhões de reais para o serviço da dívida todos os anos, o custo é acessível."

Mesmo antes de apresentar oficialmente o plano, Sampaio sabia da resistência que enfrentaria. "Eu achava que o nosso programa era bastante razoável, mas ele assustava muita gente." O ministro o chamou várias vezes para conversar. "Não temos o dinheiro, Plínio, para implementar o tipo de programa que você quer. Precisamos atingir um alto excedente primário no nosso balanço fiscal para satisfazer o FMI e os credores estrangeiros. E não é só isso. O INCRA, o ministério, todos os órgãos envolvidos na reforma agrária estão em situação precária e mal equipados. Não temos o conhecimento técnico necessário para implementar um programa como esse. Você precisa ser realista."[14] Sampaio respondeu ao ministro: "Ninguém está dizendo que será fácil, mas não se pode implementar a reforma agrária como qualquer outro programa. As pessoas precisam ser mobilizadas. É o único jeito de fazer isso. Precisamos colocar o país em pé de guerra e solucionar os problemas à medida que forem surgindo". Mas essa resposta, de acordo com Sampaio, só alarmou mais as pessoas, particularmente no INCRA. No final, o ministro elogiou Sampaio e a equipe pela contribuição e os dispensou.

[14] Plínio de Arruda Sampaio, entrevista conduzida pela autora, São Paulo, 16 de julho de 2004.

Apesar de o governo do PT não estar de fato implementando uma reforma agrária progressiva, o nível sem precedentes de mobilização dos camponeses pobres foi suficiente para alarmar os proprietários rurais. Trabalhando em estreito contato com o Judiciário, com o qual eles mantêm vínculos históricos muito fortes, os proprietários rurais expulsaram milhares de famílias de suas terras (ou terras que alegavam ser suas). De acordo com a CPT, os tribunais autorizaram o despejo de 35.297 famílias, envolvendo 176.485 pessoas, em 2003; foi o maior número jamais registrado pela Comissão e, acredita-se, o maior número da história do país. Como os proprietários rurais em geral enviavam suas milícias particulares para realizar as expulsões, o nível de violência também aumentou: 73 trabalhadores rurais foram assassinados, um dos números mais altos jamais registrados pela CPT. O número de mandados de prisão emitidos pelos tribunais também aumentou em 140% (CPT, 2004, p.7).

Para a supresa de muitos, as regiões dos fazendeiros "modernos", praticantes do agronegócio, foram tão violentas quanto as áreas vinculadas à oligarquia tradicional. O relatório da CPT mostra que, em 2003, apesar de, em termos absolutos, o "atrasado" estado do Pará, na bacia Amazônica, apresentar, de longe, o maior número de incidentes violentos e mortes, foi o estado do Mato Grosso, considerado moderno e onde a maior parte da soja brasileira é cultivada, que apresentou o maior número de incidentes, em relação a seu tamanho: em 2003, 41% da população rural desse estado se envolveu em algum tipo de conflito pela terra, uma proporção muito superior à de qualquer outro estado do Brasil. No Mato Grosso, os grandes proprietários rurais despejaram – ou tentaram despejar – 6% da população rural do estado, e encomendaram, por meio de pistoleiros, o assassinato de nove lavradores (CPT, 2004, p.7).

Depois que Sampaio apresentou o plano, pareceu por um tempo que o governo pretendia adiar indefinidamente toda a ideia da reforma agrária, talvez devido ao medo de confrontar o agronegócio ou os grandes proprietários rurais, que ainda representam uma poderosa força no Congresso. No entanto, em novembro de 2003, os movimentos populares saíram para as ruas. O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que reuniu os maiores movimentos rurais e ONGs progressistas do país, organizou uma demonstração em Brasília. Milhares de pessoas cruzaram a cidade marchando e Lula foi encontrá-los. Demonstrando mais uma vez sua extraordinária capacidade de cativar o público, Lula convenceu os trabalhadores rurais com a afirmação de que ele de fato implementaria a reforma agrária, mas "uma reforma agrária cautelosa e cuidadosa".[15] "Se não", alertou, "os mais pobres vão sair perdendo". Ao final de seu discurso improvisado, Lula recebeu um caloroso aplauso, ganhou tempo, não um

[15] *Folha de S.Paulo*, 24 nov. 2003.

cheque em branco, e sabia que deveria tentar implementar a reforma. Pouco tempo depois, Lula anunciou uma versão diluída do plano original de Sampaio: entre outras mudanças, a nova versão reduzia o número de famílias a serem assentadas até o fim de 2006 de 600 mil para 400 mil (e mesmo essa estimativa, como veremos, acabou se mostrando muito otimista). Ao anunciar o novo plano, agradeceu cordialmente a Sampaio pelo trabalho – um elogio que o ex-deputado do PT deve ter recebido com ironia, se não com amargura.[16]

## A POLÍTICA AGRÁRIA DO PT

Quando conversei, em julho de 2004, com Rossetto, o ministro da Reforma Agrária, membro de uma facção trotskista do PT, a Democracia Socialista, ele negou com veemência que as principais razões para a modificação da proposta original de Sampaio foram restrições orçamentárias. “O presidente Lula está totalmente comprometido com a causa dos sem-terra”, ele disse. “Ele vai encontrar de algum modo os recursos necessários. O programa precisou ser modificado não por ser custoso demais, mas por não ser realista, considerando a atual correlação de forças sociais, econômicas e políticas.” Ainda com todo o barulho feito pelo MST e outros movimentos, ele sugeriu que as famílias de camponeses e os sem-terra eram politicamente fracos em comparação com o poder dos proprietários rurais do agronegócio ou mesmo de produção tradicional.[17] Diante do que via como restrições estruturais, Rossetto disse ter desenvolvido uma estratégia de três frentes para seu ministério: fortalecer a agricultura familiar, aumentar a eficiência dos assentamentos existentes da reforma agrária e implementar um programa eficaz de reforma agrária.

Rossetto sabia que não conseguiria conquistar o apoio do MST para esse programa, já que as relações estavam tensas devido à recusa do ministério em endossar o programa de Sampaio. O conflito foi intensificado pela hostilidade pessoal entre Rossetto e João Pedro Stédile, o principal ideólogo do MST. Em uma ocasião, Stédile, famoso pela ironia e pelo pavio curto, ridicularizou Rossetto por ser um trotskista: “e Trótski só ia ao campo para

[16] Na esteira das acusações de corrupção, em meados de 2005, que derrubaram importantes assessores de Lula e proeminentes membros do partido, Plínio fez a última tentativa de convencer o partido a voltar ao que ele considerava ser suas origens candidatando-se às eleições internas para a presidência do PT. Com a derrota, ele se desligou do PT no final de 2005 e se filiou a um novo partido de esquerda fundado por dissidentes do PT, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

[17] Miguel Rossetto, entrevista conduzida pela autora, Brasília, DF, 14 de julho de 2004. Esse argumento de Rossetto é em parte compartilhado por Bernardo Mançano Fernandes, que vê o MST como tendo “uma forte causa política”, mas sendo relativamente fraco por “envolver apenas 1% da população brasileira” (*Folha de S.Paulo*, 19 jan. 2004).

colher flores".[18] Assim, o ministro procurou o apoio da CONTAG, esperando criar uma base de poder independentemente do MST (Teixeira, 2004).

No final de 2004, os dois primeiros objetivos de Rossetto haviam sido parcialmente atingidos. Durante o mandato de Cardoso, muito mais famílias de camponeses foram forçadas a se retirar da terra devido ao não pagamento das dívidas do que o governo conseguiu assentar por meio de seu programa de reforma agrária. Na prática, isso fez com que o programa do governo fosse alvo de chacota, já que, no total, a concentração fundiária continuou a se intensificar. Rossetto procurou reverter essa tendência, observando que não fazia sentido assentar famílias a não ser que o governo lhes desse condições para sobreviver em suas parcelas agrícolas. Vez após vez em seus discursos e artigos ele salientou a importância da pequena agricultura familiar para a economia nacional. "A agricultura familiar é responsável pela maior parte da comida servida todos os dias nas mesas das famílias brasileiras", ele escreveu em um jornal brasileiro. "Ela é responsável por 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% da carne de porco e de frango, 52% do leite de vaca, 49% do milho e 31% do arroz produzidos no Brasil. Sete em cada dez trabalhadores rurais estão envolvidos na agricultura familiar. Quase 40% da produção agrícola bruta do Brasil são provenientes da agricultura familiar."[19]

Além das tentativas de aumentar a visibilidade da agricultura familiar na mídia, Rossetto empenhou-se em melhorar as condições para os pequenos lavradores. Ele aumentou rapidamente o volume de recursos dedicados aos pequenos agricultores familiares por meio do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), o principal programa de crédito subsidiado para agricultores familiares. O volume aumentou de 2,4 bilhões de reais em 2001/2002 para 5,4 bilhões de reais em 2003/2004 e 10 bilhões de reais em 2006/2007. Apesar de, em algumas ocasiões, o crédito do PRONAF ainda ser disponibilizado com atraso – o que provoca sérios problemas para os pequenos lavradores que dependem do dinheiro para comprar sementes –, o governo acredita que a linha de crédito do programa esteja permitindo que milhares de famílias rurais pobres, que de outra forma estariam atoladas em dívidas, permaneçam na terra.

Eu vi um indicativo da importância desse programa quando fui à inauguração de uma nova e enorme fábrica de processamento de carne de porco no norte do Mato Grosso em julho de 2004. O governador do estado, Blairo Maggi, considerado o maior fazendeiro de soja do mundo, e vários outros grandes produtores de soja e milho, participaram do evento. Durante o almoço de celebração, os fazendeiros do agronegócio reclamavam que estava mais difícil conseguir crédito subsidiado, tão abundante nos anos anteriores, por estar sendo canalizado para os pequenos lavradores.

[18] *Carta Maior*, 30 out. 2003.
[19] *Jornal do Brasil*, 13 jul. 2004.

A reclamação dificilmente se justificava, já que eles eram em grande parte os maiores beneficiários desse crédito, mas indicava uma verdadeira mudança nas prioridades do governo. Não foi nenhuma surpresa ter ouvido os fazendeiros expressar desgosto por Lula, "esse presidente populista despreparado".

A segunda meta de Rossetto – aumentar a eficiência dos assentamentos da reforma agrária – estava vinculada à primeira. Além dos empréstimos do PRONAF, concedidos a taxas de juros particularmente vantajosas, as famílias assentadas se beneficiariam de outras formas de assistência, como doações para instalações de infraestrutura e moradia. Embora houvesse reclamações referentes ao eventual atraso dos pagamentos, ocorreu um amplo reconhecimento de que a qualidade da assistência melhorou.

Foi no terceiro objetivo – a reforma agrária – que o ministro enfrentou os maiores problemas. A versão revista do plano de Sampaio, anunciada em novembro de 2003, foi chamada de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O novo plano definia as seguintes metas a serem atingidas até o final do mandato de Lula, até dezembro de 2006: 400 mil famílias sem-terra receberiam lotes em assentamentos da reforma agrária, 500 mil famílias de posseiros receberiam títulos de propriedade para seus terrenos, e 130 famílias receberiam crédito rural para a compra da terra. O governo manteve a meta de Sampaio de beneficiar um milhão de famílias e, assim, poderia alegar a implementação de um plano progressista, mas incluiu uma mudança fundamental. Sampaio havia planejado tomar dos latifúndios terra suficiente para assentar um milhão de famílias em quatro anos, entre 2004 e 2007, – o mínimo necessário para atingir a "ruptura" que pretendia – ao passo que o governo planejava assentar apenas 400 mil famílias dessa forma entre 2004 e 2006. As outras ações – a regularização dos títulos de posse da terra e a facilitação da compra da terra – não contestavam o sistema existente de direitos de posse da terra. Ao que se constatou, nem mesmo as metas revistas foram atingidas. Entretanto, mesmo se fossem, o impacto do programa teria sido muito diferente do que Sampaio esperava.

O MST em algumas ocasiões acusou Rossetto de dar mera continuidade às políticas orientadas ao mercado adotadas pelo governo Cardoso, mas isso não é verdade. Diferentemente de Raul Jungmann, o ministro do Desenvolvimento Agrário de Cardoso, Rossetto não endossou o projeto favorito do Banco Mundial – o programa de distribuição fundiária orientado para o mercado, conhecido como o Banco da Terra.[20] Na verdade, no início de seu mandato, Rossetto deu, sem alardes, o golpe de misericórdia no programa Banco da Terra. Até mesmo o Banco Mundial tinha reconhecido que este programa não estava funcionando, devido em grande parte ao fato de poucas famílias sem-terra terem recursos suficientes para pagar o preço de mercado

[20] Para a história da derrota do Banco da Terra, cf. Branford e Rocha (2002, p.185-94).

integral pela terra. Em seu lugar, Rossetto endossou um novo esquema, chamado simplesmente de Crédito Fundiário, que a CONTAG já havia desenvolvido com o apoio do Banco Mundial. Esse programa difere do Banco da Terra por reconhecer que os camponeses pobres precisam ser ajudados com crédito subsidiado para comprar a terra. Na prática, esse esquema está sendo em grande parte utilizado por minifundistas que desejam comprar mais terra para tornar a propriedade mais viável em termos econômicos.[21]

Rossetto deixou claro que a venda compulsória continuava sendo o principal mecanismo de distribuição fundiária aos sem-terra e que desejava introduzir mudanças no funcionamento do processo. "A reforma agrária não teve sucesso no passado porque assentamentos isolados eram criados sem infraestrutura e com uma capacidade produtiva muito baixa. Não queremos repetir esses desastres econômicos, sociais e ambientais."[22] Rossetto disse que, em vez disso, ele queria concentrar a reforma agrária em áreas mais amplas, de forma que os assentamentos pudessem ajudar uns aos outros e comercializar juntos a produção.[23]

Apesar desses grandiosos planos, o governo não disponibilizou a Rossetto fundos suficientes para atingir nem mesmo as metas mais modestas. No final de 2004, funcionários do alto escalão do ministério desabafavam em público seu desespero. Na Conferência Nacional Terra e Água, realizada em Brasília com a participação de 9.000 trabalhadores rurais, em sua maioria ativistas do MST, Rolf Hackbart, presidente do INCRA, reclamou em público: "Gastamos todo o nosso orçamento na compra de terra. Estamos quebrados. Precisamos de mais recursos".[24] E ele incentivou os ativistas a pressionar o governo: "Quanto mais os setores mais pobres da sociedade se organizarem, maior será a nossa força para exigir o tipo de políticas públicas que queremos. O orçamento federal é muito limitado. Precisamos lutar por recursos". Ele chegou a criticar abertamente as políticas econômicas ortodoxas do governo, quando disse que o Brasil precisava de "um novo modelo econômico".[25]

---

[21] O MST e a Via Campesina foram criticados por alguns especialistas agrários como Gerson Teixeira (2004), pela hostilidade inflexível contra esse programa. Esses especialistas dizem que os movimentos estão deixando de reconhecer que, em algumas circunstâncias, o crédito rural pode exercer um importante papel, sem que isso implique que a distribuição fundiária orientada para o mercado deva ser o principal caminho para a reforma.

[22] Miguel Rossetto, citado em *Carta Capital*, 20 abr. 2004, p.25.

[23] Rossetto não conseguiu atingir essa meta. Em virtude da falta de fundos, a única região do país na qual o governo conseguia adquirir terras de bom tamanho era a bacia Amazônica, onde a terra ainda era barata. Mas isso significava que as famílias sem-terra seriam assentadas em áreas distantes e inóspitas, com pouca assistência. Dessa forma, o governo Lula não só repetiu, mas acabou exacerbando algumas das políticas da administração de Cardoso, que na ocasião o PT criticou com tanta ferocidade. Para mais detalhes a respeito, cf. o Capítulo 9, de Carter e Carvalho, neste livro.

[24] *Folha de S.Paulo*, 24 nov. 2004.

[25] *Folha de S.Paulo*, 24 nov. 2004.

O governo Lula alegou que, ainda com a escassez crônica de fundos, o governo tinha batido um "recorde para a reforma agrária: 381 mil trabalhadores rurais sem-terra foram assentados durante o primeiro mandato presidencial de Lula (2003-2006)".[26] No entanto, mais tarde o MST afirmou que os números foram artificialmente aumentados ao incluir famílias que haviam sido assentadas no governo anterior ou que viviam em reservas florestais. Quase a metade dessas famílias, o Movimento afirmou, não representava novos beneficiários autênticos. Independentemente da verdade por trás do jogo dos números, fica claro que o governo Lula fracassou em implementar o tipo de reforma agrária progressista defendida com tanta paixão por Plínio Sampaio. Suas tentativas não levaram a uma ruptura do velho sistema fundiário, que continuou tão concentrado quanto nunca.

## O PREDICAMENTO DO MST

O primeiro mandato de Lula foi, de forma estranha, um período difícil para o MST. Não há dúvidas de que no início até mesmo os líderes do Movimento estavam empolgados e otimistas. Eles não acreditavam que o governo lhes entregaria a reforma agrária em uma bandeja de prata, mas achavam que a instalação de um governo de esquerda mudaria o equilíbrio de poder no país de forma a possibilitar uma mudança maior. Em entrevista para uma revista universitária no início de 2003, Stédile disse: "Com certeza o que temos agora é uma mudança na correlação de forças. Na administração anterior, o governo foi um aliado dos latifúndios, e as forças a favor da reforma agrária – o MST e os outros movimentos sociais – lutavam contra o latifúndio e contra o governo. Agora, com um governo eleito com base em um programa de mudança, o governo também estará combatendo o latifúndio. Mas a mudança na correlação de forças não resulta por si só na verdadeira reforma agrária que reduzirá a concentração de terra. O ritmo e a escala da reforma agrária serão definidos pela capacidade dos movimentos sociais de organizar e mobilizar os camponeses pobres que lutam pela reforma agrária".[27]

À medida que os meses passavam, contudo, e nenhuma mudança concreta ocorria, os ativistas do MST começaram a perder o ânimo. Por um tempo, Lula conseguiu, com seu carisma pessoal, minimizar o descontentamento. Apesar da reação indignada dos grandes proprietários rurais, Lula usou o boné vermelho do MST em várias ocasiões, em conversas com os ativistas, e os incentivou a dar prosseguimento à mobilização. Em certa ocasião, ao falar para trabalhadores rurais, afirmou: "Eu quero dizer aos camaradas

---

[26] *Folha de S.Paulo*, 19 fev. 2007

[27] *PUC-VIVA*, n.19, fev./abr. 2003.

trabalhadores que estão aqui que vocês não devem ter medo de fazer exigências. Vocês não devem se intimidar. Vocês devem continuar exigindo o que acham ser importante exigir".[28] Nunca um presidente havia falado dessa forma com os camponeses pobres. Isso foi música para os ouvidos deles.

No entanto, ao tornar-se cada vez mais claro que o governo do PT não estava implementando o tipo de reforma agrária desejado, o MST se viu diante de uma escolha difícil. Mesmo com todas suas contrariedades, o governo do PT, sem dúvida, trouxe alguns benefícios para o MST: ele não reprimiu o Movimento e melhorou o apoio do Estado para os pequenos agricultores. Durante a administração Lula, setores do agronegócio e a mídia conservadora insistiram de forma continuada que o governo reprimisse o Movimento, o que Lula, com a mesma persistência, recusou-se a fazer. Era óbvio que outro governo liderado por qualquer grande partido político brasileiro teria assumido uma postura mais rigorosa em relação ao Movimento. Por esse motivo e pelo fato de as bases do Movimento ainda sentirem afeição por Lula, o MST decidiu não adotar uma postura de franca oposição ao governo.

Em vez disso, os líderes alinharam o Movimento com a esquerda do PT, que vinha se mostrando cada vez mais exasperada com a insistência de Lula em aderir estritamente ao modelo neoliberal e começou a criticar, não Lula em si, mas as políticas que seu governo estava implementando. Em dezembro de 2003, Stédile disse: "Não podemos mais aceitar o governo dizendo que não tem mais dinheiro para a reforma agrária. Não podemos aceitar Rossetto sendo deixado com os trocados do governo enquanto os bancos recebem 89 bilhões de reais só para o serviço da dívida".[29] Ao mesmo tempo o MST continuou trabalhando em estreito contato com o governo, em especial com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. "O diálogo é importante", disse Gilmar Mauro, um dos líderes do MST. "Nós respeitamos a autonomia do governo e eles respeitam a nossa. É assim que trabalhamos."[30]

Em 2004, Stédile começou a analisar meticulosamente por que o governo do PT não estava conseguindo atingir nem mesmo as metas mais modestas para a reforma agrária. "Para começar, o governo não está conseguindo gerir os instrumentos administrativos do Estado, na questão da reforma agrária, como o INCRA, as leis, as portarias, para que elas fluam com a prioridade necessária para agilizar o processo", ele disse.

> Em segundo lugar, há uma contradição macroeconômica que paralisa o processo de reforma agrária. A atual política econômica continua os ditames do neoliberalismo que se baseia em uma política concentradora de renda, subordinada aos bancos, que

[28] *Folha de S.Paulo*, 29 jun. 2004.
[29] *Carta Maior*, 21 dez. 2003.
[30] *Folha de S.Paulo*, 08 abr. 2004.

nao gera empregos, que prioriza exportações. Ora a reforma agrária vai justamente no caminho contrário. É uma politica de distribuição de renda, de estímulo ao mercado de alimentos local e de geração de empregos desqualificados.

Então por que Lula decidiu dar prosseguimento às políticas neoliberais?

Acho que o presidente Lula é honesto. Ele sabe que sem mobilizações de massa... não haverá avanços na reforma agrária. Mas ele fez uma aposta. Ele calculou que poderia fazer alianças com a direita, incluindo capital financeiro, e mesmo assim realizar as reformas. Mas esses aliados são muito fortes, e agora ele está governando com uma correlação de forças muito adversa, e sem avanço da mobilização.

Então quando a situação poderia mudar?

Agora, eu pessoalmente acho que uma verdadeira reforma agrária só ocorrerá em um novo período histórico de reascenso do movimento de massas em geral, do povo brasileiro. Por isso, nesse momento, a verdadeira reforma agrária não depende do governo, que está muito dividido, e não depende só do MST. Vai depender de mudanças mais amplas na correlação de forças. Então a nossa diferença com o governo não é de diagnóstico. A nossa diferença é que o governo tem feito muito pouco para alterar essas condições políticas. Ele parece um governo de prefeitura, se contenta com a situação e fica administrando o orçamento. O governo perdeu a iniciativa política de estimular o povo, e de falar claramente para o povo as dificuldades. Eles se preocupam apenas com *marketing* político. De dizer que querem fazer, que estão fazendo. Eles se escondem atrás da realidade, dizendo que as condições não são boas para fazer alguma coisa. Mas a arte da política, a arte de ser um dirigente em uma luta de classes é justamente esta: criar condições para que o que parece impossível seja possível. Para administrar o *status quo* não precisaríamos de partidos de esquerda. A direita é muito mais eficiente.[31]

Plínio de Arruda Sampaio tem uma explicação similar. “Quando o PT foi criado, no final da década de 1970, o partido decidiu seguir duas linhas de desenvolvimento: em instituições públicas, com o objetivo de conquistar poder eleitoral, e fora das instituições públicas, com o objetivo de utilizar a pressão popular direta para mudar a natureza do Estado.” No começo, a segunda linha de ação era central, explicou ele. Todavia, com a passagem dos anos, a opção de ação direta se enfraqueceu. “Para pressionar o governo a realizar mudanças, é necessário ter um forte proletariado e/ou um forte campesinato. Mas, nas décadas de 1980 e 1990, o proletariado foi enfraquecido pelo desemprego em massa, provocado primeiro pela crise da dívida e depois pelas reformas neoliberais. E a mobilização dos

[31] João Pedro Stédile, entrevista conduzida pela autora por e-mail, 3 de novembro de 2004.

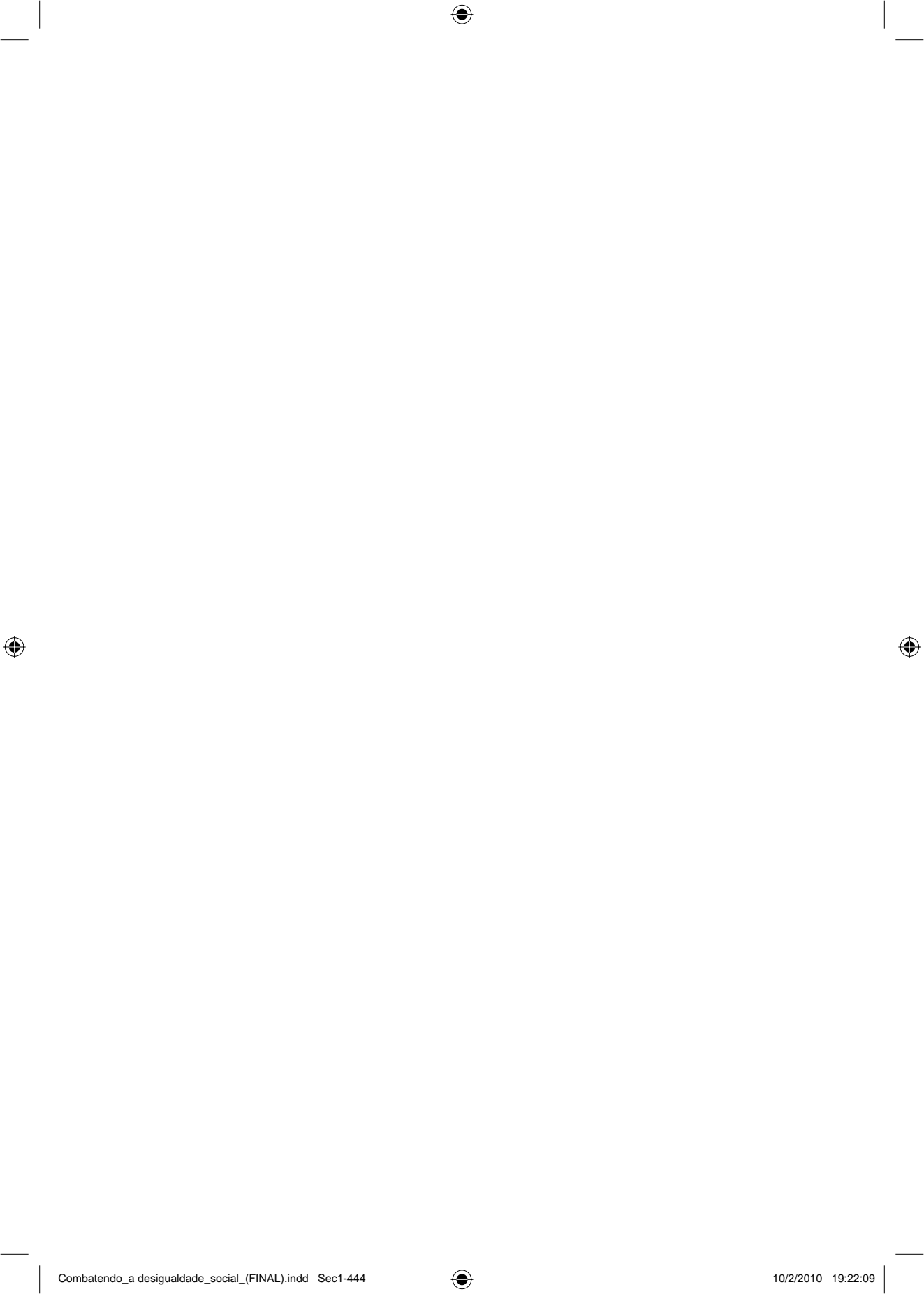
camponeses, organizada pelo MST, ainda estava engatinhando." Por outro lado, o crescimento do PT nas instituições do Estado foi muito rápido. "As condições eram muito favoráveis para isso. O PT oferecia uma ética e um novo caminho para o progresso, uma verdadeira alternativa aos partidos antigos e corruptos." O PT percebeu que de fato poderia conquistar o poder por meio da trajetória eleitoral. "Os líderes do PT estavam cientes de que a outra 'perna' não estava se desenvolvendo", disse Sampaio. Mas eles se conformaram. "Quando chegarmos ao poder, vamos reformar o Estado. Mas, para ser eleito, o PT descobriu que precisava fazer concessões e alianças com os partidos antigos. Agora que de fato chegou ao poder, o partido descobre que está com as mãos e os pés atados, incapaz de revolucionar o Estado como sempre pretendeu."[32]

Em junho e julho de 2005, um forte escândalo de corrupção sacudiu o governo Lula. Apesar de nem todas as alegações feitas contra os principais membros do governo Lula terem sido comprovadas, ficou claro que a administração vinha se envolvendo em alguns acordos políticos muito obscuros. A maioria dos ativistas de esquerda perdeu o que restava de esperança de que Lula conseguisse instaurar um governo progressista. Ainda que no começo parecesse que Lula poderia ser forçado a desistir da presidência ele sobreviveu e chegou a se reeleger para um segundo mandato. Sua reeleição foi resultado, acima de tudo, de um sólido apoio a Lula por parte dos brasileiros mais pobres, em especial habitantes da região Nordeste, que se beneficiaram dos programas sociais do governo e pouco sabiam – e se preocupavam menos ainda – quanto aos escândalos na distante Brasília.

Embora houvesse receio de muitos militantes, o MST apoiou a campanha de Lula no segundo turno das eleições de 2006, mas sem demonstrar o entusiasmo de eleições anteriores. A admiração, beirando a adulação, que muitos ativistas de base do MST sentiam por Lula tinha se perdido para sempre. A decisão de apoiar Lula baseou-se no pragmatismo político. O Movimento buscou sobretudo evitar a vitória de Geraldo Alckmin (o candidato conservador), que teria colocado a direita de volta no poder, acompanhado de suas políticas de criminalização do MST. Além disso, o MST objetivava proteger os novos benefícios recebidos durante os mandatos de Lula, em especial na área da educação, no crédito rural e nos programas de melhoria dos assentamentos. Diferentemente das eleições anteriores, a reforma agrária mal chegou a ser mencionada na plataforma de campanha de Lula para 2006.

Ao longo do seu primeiro mandato, Lula foi forçado a fazer mais concessões aos partidos políticos tradicionais. Parte do novo alinhamento envolvia uma relação ainda mais próxima ao agronegócio. No início de

[32] Plínio de Arruda Sampaio, entrevista conduzida pela autora, São Paulo, SP, 16 de julho de 2004.

2007, Lula se tornou um defensor entusiasta do etanol, chegando a elogiar os barões do açúcar do Brasil como "heróis nacionais". Para o MST, que há tempos argumentava que, enquanto milhões de brasileiros viviam na pobreza nas favelas do país, enormes extensões de terra não podiam ser utilizadas por serem alocadas ao cultivo de combustíveis agrícolas, a mensagem não poderia ser mais clara: a reforma agrária estava fora da agenda política do governo Lula. Durante sua história de 25 anos, o MST quase sempre avançou na base da sua própria capacidade de organização. Para a amarga decepção da maioria dos militantes do MST, a era do governo Lula provaria não ser uma exceção.

# 15
# O MST e o Estado de Direito no Brasil

George Meszaros[†]

Poucos temas instigam tanto comentaristas e políticos no Brasil quanto a relação real ou imaginária entre o MST e o Estado de Direito. Eis um exemplo típico, uma carta aberta de Raul Jungmann, o ministro da Reforma Agrária do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ao atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho de 2003:

> Presidente, democrata nenhum pode sacrificar o Estado de Direito em nome do combate à pobreza e à exclusão. Tenho certeza de que o senhor entende e concorda com isso. O MST e a UDR,[1] por motivos diversos, não. Certamente a reforma agrária tem se dado em dois ambientes: o da ruptura ou o da normalidade institucional. A ruptura a nenhum de nós interessa. A normalidade implica o cumprimento estrito, rígido, da lei. Quer gostemos dela ou não. Cumpra e faça cumprir a lei, presidente. (Jungmann, 2003)

As implicações são claras: em primeiro lugar, que a visão de mundo limitada do MST sugere que as questões de pobreza e exclusão social são colocadas de modo invariável em trajetória de colisão com as obrigações mais amplas do Estado de Direito; e, em segundo lugar, que o vínculo renovado do Brasil com a "normalidade institucional" faz com que seja imperativo para o presidente respeitar o Estado de Direito em todas as ocasiões, mesmo em detrimento de aliados como o MST.

[†] Uma versão anterior deste capítulo foi publicada na edição de outubro de 2007 do *Law, Social Justice and Development Journal.*

[1] A União Democrática Ruralista (UDR) é a mais militante e visceral das organizações de latifundiários. Ela promoveu com sucesso, a finais dos anos 1980, a derrota de programas e projetos de lei em favor da reforma agrária. Nos seus altos e baixos ela teve confrontos com vários grupos camponeses, incluindo o MST, onde em várias ocasiões fez uso da violência. Sobre a trajetória histórica da UDR, cf. Payne (2000).

A linguagem é poderosa. Ela toca em um nervo histórico que lembra aos brasileiros o golpe militar de 1964 e seus custosos resultados, ao mesmo tempo que elabora um argumento de importância universal em termos acessíveis a todas as gerações. A carta propõe o maior denominador comum apelando ao senso de justiça das pessoas, rejeitando firmemente a ideia de que qualquer pessoa ou organização possa ser considerada acima da lei e oferecendo um caminho claro para o progresso: "cumpra e faça cumprir a lei". O que poderia ser mais simples do que isso?

Este capítulo argumenta que é justamente esse o problema com a forma na qual a discussão é apresentada. A representação tanto do MST *quanto da* lei é enganosamente simples, apresentando pouco mais do que uma caricatura. As caricaturas, desde logo, têm suas utilidades, e as cartas públicas devem percorrer atalhos no interesse da clareza, mas por que alguém como Raul Jungmann, um dos intelectos mais aguçados do governo Cardoso, com uma profunda compreensão das questões envolvidas e dos perigos da simplificação exagerada, adotaria esse tipo de discurso restritivo? Parte da resposta é que ele continua sendo um político, e o texto é um documento político, e não somente uma afirmação de ortodoxia jurídica. Ele traça com habilidade uma crítica indireta ao governo Lula ao salientar uma de suas vulnerabilidades, isto é, como um governo de esquerda pode reconciliar os imperativos do Estado de Direito com as táticas de ação direta empregadas por seu aliado na oposição, o MST. O trecho mais incisivo da carta, contudo, consiste nas afirmações sobre a lei em geral e o MST em particular. Nesse sentido, a carta oferece não tanto uma caricatura distorcida quanto um retrato notavelmente fiel e sucinto dos discursos legais e políticos dominantes. Por essa razão, o texto não pode ser descartado em forma leviana, e foi escolhido como o nosso ponto de partida.

Este capítulo aborda algumas das questões levantadas por discursos ortodoxos como o de Jungmann, mas de uma perspectiva totalmente diferente. Começaremos reconhecendo a natureza desconfortável das relações do MST com a ortodoxia jurídica vigente. Em seguida, analisaremos rapidamente sua natureza, origem e extensão. Em geral, os críticos enfatizam os pontos de atrito (que são bastante variados) e remontam suas origens (na nossa opinião, erroneamente) com exclusivadade ao MST e seu suposto fracasso unilateral de "entender" o Estado de Direito. Essa elaboração do problema aumenta os riscos de uma suposta colisão entre o MST e a Lei. Com efeito, a carta de Jungmann (2003) sugere que isso é o prenúncio de nada menos do que um ataque à própria democracia. Essa perspectiva é um convite à conclusão de que a contenção, com medidas repressivas se necessário, é a melhor forma de atuação. De fato, Jungmann prossegue para dizer que este é o momento certo para "'baixar o pau da lei' no MST".[2]

[2] *Folha de S.Paulo* (2003). Cf. "Jungmann diz ser preciso 'baixar o pau da lei' no MST", *Folha de S.Paulo*, 29 jul. 2003.

A abordagem deste capítulo é diferente. Ao reconhecer a tensão entre o MST e a ortodoxia jurídica vigente, perguntamos o quanto isso revela sobre a abordagem do Movimento em relação à legalidade, e o quanto isso revela sobre o sistema jurídico em si e as atitudes dos que o controlam. A sugestão é que estamos lidando com uma equação multilateral. Confrontos ou ataques titânicos contra a democracia não são o problema. De fato, alguns aspectos da legalidade podem na verdade ser fortalecidos pelas ações do MST.

A segunda parte deste capítulo salienta as interações positivas entre o MST e o Estado de Direito, em vez dos pontos de atrito. Ressaltaremos a importância de desatar esses vínculos e analisaremos o histórico do MST, que não corresponde ao estereótipo de um grupo fora da lei. A imagem que surge, por mais instável e localizada, é a de uma interação cada vez mais rica entre os profissionais do Direito e o MST. Constata-se que este último tem uma estratégia e um discurso jurídico bastante sofisticados. De forma similar, embora em extensão mais limitada, considerando que isso representa grande parte do desafio, descobrimos que a esfera jurídica é sujeita à contestação interna além da pressão social externa.

A terceira e última seção reúne esses elementos à luz do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua eleição, em 2002, e reeleição, em 2006, sem dúvida resultaram em uma nova e distintiva postura no relacionamento do MST com o Estado em geral e com o Estado de Direito em particular. Se pudéssemos acreditar na retórica, as questões fundiárias deveriam ter recebido nova prioridade. Não havia mais a tensão repressiva que fundamentava as relações entre o Movimento e os governos posteriores ao regime militar. Pelo menos no plano emocional, setores importantes do governo Lula, incluindo o próprio presidente, eram favoráveis à reforma agrária. Isso levou à sedutora possibilidade de que, pela primeira vez em décadas, seria possível ocorrer uma reorientação fundamental do Estado – e seu corolário, um afrouxamento do regime jurídico e a descriminalização das lutas pela terra. Mas isso também levantou a difícil questão sobre como um governo de esquerda reagiria aos imperativos do Estado de Direito por um lado e a um movimento social conhecido por táticas de ação direta, por outro.

# TENSÕES ENTRE O MST E A ORTODOXIA JURÍDICA

## Origens sociais e políticas

Há um elemento de inevitabilidade direcionando as dificuldades do MST com a ordem jurídica tradicional. Embora isso se deva em parte à orientação, aos métodos e à identidade escolhida pelo Movimento, a situação também provém das origens sociais do Movimento, isto é, do fato de o MST ter sido um fruto das circunstâncias, e não apenas uma reação a elas. Essas circuns-

tâncias, em especial a extensão da polarização social, são bem conhecidas. Como observado no capítulo de Introdução de Carter e na contribuição de Delgado, no Capítulo 2 deste livro, a desigualdade da distribuição de terra e de renda no Brasil é notável. A pobreza absoluta é um problema endêmico para as famílias de camponeses, das quais mais de três milhões vivem com uma renda máxima de três reais por pessoa por dia. É um grande erro imaginar que os conflitos jurídicos resultantes da liberação dessas tensões estruturais sejam o produto de uma "liderança irresponsável". Vez após vez, seja na África do Sul, na Polônia ou, com efeito, no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980, os eventos sugerem a atuação de forças sociais mais amplas. O suposto fracasso do MST de "entender" o Estado de Direito minimiza essas tensões ao mesmo tempo em que exagera a volição da liderança.

Um senso de proporção, portanto, é necessário ao analisar os conflitos rurais promovidos sob a bandeira do MST. Com muita frequência eles são reduzidos, *ad absurdum*, ao âmbito da "irresponsabilidade do Movimento ou da liderança" quando na verdade algo muito mais significativo está acontecendo. Vejamos, por exemplo, o acentuado crescimento de grupos similares ao MST. Os números falam por si.[3] Sem dúvida o MST é, com uma margem considerável, o mais visível e poderoso desses grupos, e de fato exercita um papel de liderança, o que nos leva a questionar por que tantos outros grupos foram criados e adotaram táticas similares de ocupações massivas de terra. Independentemente das respostas, uma delas não é um surto em massa de transgressão da lei. Tal qual o MST, esses movimentos deveriam ser vistos como reações distintas e "resultados" dessas circunstâncias em vez de contidos pela camisa-de-força das ações e dos discursos jurídicos repressivos.

Outra forma de entender as origens do conflito entre o MST e a ortodoxia jurídica consiste em na seguinte questão: quais foram e quais são as alternativas para o conflito? Na verdade, as alternativas foram tentadas e se revelaram insatisfatórias. O MST nasceu de um intenso senso de fracassos passados, incluindo os assassinatos de líderes de sindicatos rurais, a morosidade na implementação da reforma agrária e a cultura legalista excessivamente debilitante das organizações rurais existentes.[4] Nem mesmo

[3] Como discutido nos Capítulos 5 e 16 deste livro, de Fernandes e Rosa, respectivamente, o MST é apenas mais uma entre dezenas de organizações ativas em conflitos rurais e ocupações de terra.

[4] Para uma discussão mais profunda da questão, particularmente em relação à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), cf. Medeiros (1989, p.92). Ela observa que, com a instauração da ditadura militar em 1964 e o resultante clima generalizado de medo e desmobilização de trabalhadores rurais, "a luta pelos 'direitos' dentro de parâmetros legais passou a constituir a diretriz *básica* para a ação da CONTAG" (grifo meu). Conclui que "o ponto de partida que passou a orientar a prática da CONTAG foi que os direitos existiam mas não eram respeitados... . Dessa forma, o recurso à justiça legal se tornou o principal meio de ação".

a possibilidade de sindicatos rurais mais progressistas, com as mobilizações populares do final dos anos 1970, foi capaz de persuadir os organizadores do MST a se unirem a esses grupos. O argumento que prevaleceu foi que, enquanto os sindicatos só conseguiam organizar a filiação de trabalhadores individuais, o MST era capaz de se fortalecer com a organização de famílias – homens, mulheres e crianças – em ocupações de massa sem a restrição de limites municipais, aos quais a legislação também sujeitava os sindicatos. A mobilização além das fronteiras tradicionais – geográficas e legais – daria ao Movimento sua característica nacional além da capacidade de concentrar grandes grupos de pessoas em pequenas áreas sem as restrições usuais. Aqui, a liderança exerceu de fato um papel vital na definição do Movimento e, portanto, é responsável pelo caminho escolhido e suas consequências.

Mas o que dizer da crítica elaborada pelos defensores ortodoxos do Estado de Direito? Será que o MST está agindo além da lei e, dessa forma, "ameaçando a democracia" em si?[5] O argumento da ilegalidade normalmente se baseia em dois pilares. O primeiro, apesar de menos significativo, resulta de casos específicos de transgressão da lei e sua apresentação como representativos do MST como um todo. Sem dúvida, essa é uma das questões mais difíceis enfrentadas pelo Movimento. No entanto, em uma organização do porte do MST, operando sob condições extremamente estressantes, não é de se surpreender que algumas leis tenham sido violadas. Essa é uma das razões pelas quais, por exemplo, o Movimento há muito tempo baniu o consumo de bebidas alcoólicas dos acampamentos, já que isso com frequência resultava em brigas. Com o passar dos anos, o processo de conflito testemunhou roubos, danos à propriedade, assassinatos de proprietários rurais, policiais militares e até dos próprios integrantes do MST. Os oponentes foram rápidos em se aproveitar desses eventos, vendo neles a possibilidade de macular a imagem do Movimento e envergonhar sua liderança. Em essência, contudo, esses incidentes não constituem parte do *modus operandi* do MST. Se fosse o caso, os argumentos do Estado de Direito teriam mais peso. Em vez disso, eles devem ser vistos pelo que são, como exceções incidentais à regra, não importa o quão trágico ou indesejável seja para as pessoas diretamente envolvidas.

A mesma alegação de excepcionalidade, contudo, não pode ser feita para o segundo alvo das críticas: as ocupações de terras. Pelo contrário, elas constituem uma parte indispensável das operações do MST. Sem elas a sobrevivência do Movimento seria comprometida ou o MST seria institucionalizado. Nesse sentido, a alegação de que o Movimento se decidiu a confrontar sistematicamente a lei é muito mais séria. Antes de abordar essa questão, faz-se necessário analisar o funcionamento do sistema jurídico brasileiro.

[5] Esse foi outro ataque de Jungmann (2003) ao MST.

## Deficiências do sistema jurídico

Sem esclarecimentos, a impressão formada até agora tem sido de uma ordem jurídica totalmente funcional e em grande parte imparcial, na qual o devido processo legal prevalece. Contudo, assim como as noções de Gandhi sobre a civilização ocidental, "penso que isto seria uma boa ideia", é possível argumentar que a única característica consistente do sistema judiciário brasileiro é sua inconsistência, isto é, a capacidade de se desviar de muitas das premissas básicas promovidas por uma série de defensores do Estado de Direito. O sistema é notoriamente injusto, burocrático, moroso e saturado de preconceitos de classe. Pelo fato de a análise detalhada desses pontos estar além do escopo deste capítulo, nossas observações serão confinadas aqui a algumas breves ilustrações do último ponto, o preconceito de classe.

Até mesmo veteranos no sistema reconhecem as grandes divisões de classe. Em 2000, por exemplo, o subprocurador-geral para os Direitos Humanos, Wagner Gonçalves, observou que "no Brasil existe um complexo extremamente forte de mecanismos formais e informais que protegem os detentores de poder político e econômico". E prosseguiu observando que o sistema penal brasileiro era "profundamente seletivo": "As chances de um pobre sucumbir ao longo braço da lei são incomparavelmente maiores do que as de um rico".[6]

As diferenças são inúmeras. Quando alguém com nível universitário é preso, supondo que a situação chegue a esse ponto, ele tem o direito, sob a égide da lei (artigo 295 do Código Penal), de ser mantido em uma cela separada longe de pessoas menos instruídas, mantidas em celas terrivelmente superlotadas. Isso revela muito sobre o sistema. No caso dos políticos, a situação permanece desigual, mas é diferente. Durante anos eles atingiram um *status* quase intocável. Em uma palestra em Oxford, Gonçalves confirmou que "no Brasil, se o autor de um crime for um parlamentar, há 95% de chances de que ele não precisará responder pelo crime cometido".[7] Um caso ilustrativo ocorreu em setembro de 2003, quando o procurador-geral

[6] Wagner Gonçalves, em palestra realizada na conferência "The institutional and political challenges of human rights reform in Brazil", organizada pelo Centre for Brazilian Studies de Oxford, St. Antony's College, 13 de outubro de 2000. O argumento foi salientado em uma edição especial da revista brasileira semanal *Veja* (15 de agosto de 2007) sobre a "praga da impunidade" das classes dominantes. Um artigo intitulado "Por que os corruptos não ficam presos" analisou dez investigações de corrupção de alta visibilidade (entre dezembro de 2003 e 2004) envolvendo políticos, empresários e funcionários públicos. Lacunas legais e mecanismos de apelação foram explorados com tanto sucesso pelos advogados que o número inicial de 245 detenções foi afunilado a 64 condenações e apenas duas prisões. Deve-se notar que se trata de ocorrências nas quais o sistema judiciário despendeu quantias consideráveis nas fases de investigação.

[7] Gonçalves, em palestra realizada na conferência no St. Antony's College, Oxford, 13 de outubro de 2000.

do Brasil foi forçado a interromper as investigações da emissão fraudulenta de centenas de milhões de dólares em títulos da dívida agrária durante o mandato de Jader Barbalho no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, entre 1987-1988. Apesar da colossal magnitude do crime, a passagem do tempo e a destruição de provas cruciais solaparam a possibilidade de uma acusação. Em um ponto do longo processo judicial, Barbalho ficou preso por apenas cinco horas. O contraste com a situação dos trabalhadores sem-terra é chocante. Crimes menores rotineiramente levam a sentenças de prisão. Um exemplo extremo ocorreu em março de 1999, quando cinco trabalhadores do estado de Pernambuco foram presos por seis meses. O crime foi o roubo de oito cabras para alimentar 70 famílias acampadas nas proximidades da fazenda Santa Rita, em São Bento do Una.

Dados esses preconceitos de classe no sistema judiciário brasileiro, não é de surpreender que o relacionamento do MST com a lei seja difícil. A situação é repleta de absurdos kafkianos, dos quais a ênfase na justificação do procedimento diante da exclusão de questões substanciais seja talvez a mais notável. No entanto, qualquer alegação de que o MST seja prejudicado de forma exclusiva, ou uma "vítima" do sistema, deve ser qualificada. Em grande parte, os membros do Movimento estão exatamente na mesma posição que a maioria dos brasileiros que, de acordo com muitos estudos, acreditam pouco no sistema. Em um levantamento conduzido em 2003, apenas 12% dos participantes afirmaram ter "total confiança" no sistema judiciário brasileiro.[8]

Apesar da estátua vendada de Ártemis, a deusa grega da justiça, na entrada do Supremo Tribunal Federal, denotando imparcialidade, outras representações, mais negativas e incisivas, povoam o imaginário popular. Isso inclui expressões comuns como: "A lei é para inglês ver", "Da justiça, o pobre só conhece castigos" e "Há uma lei para o rico e outra para o pobre". É possível argumentar que o aforismo mais poderoso, prejudicial e esclarecedor é atribuído ao maior estadista e legislador do Brasil do século XX, Getúlio Vargas: "Aos meus amigos tudo, para os inimigos, a lei". A mensagem por trás desses exemplos é clara: a justiça é seletiva.

Dessa forma, existe uma dimensão universal nas tensões entre o MST e a ortodoxia jurídica. Um aspecto que distingue claramente o Movimento da grande maioria das outras vítimas, contudo, é a natureza organizada de

---

[8] O mesmo estudo, encomendado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), revelou que 30,9% dos participantes não tinham "nenhuma confiança" no sistema judiciário, e 26,7% tinham apenas "confiança parcial" na instituição. Algumas das principais razões mencionadas para a falta de confiança no sistema judiciário foram a aplicação desigual da lei, privilegiando os brancos e ricos (24,3%), e a corrupção envolvendo juízes, promotores e advogados (22%). "Pesquisa revela falta de credibilidade e conhecimento em relação ao Judiciário" (*Jornal do Brasil*, 2003a).

sua contestação e a natureza igualmente sistemática da reação do sistema judicial. Isso atribui ao conflito um caráter eminentemente político.

Para muitos observadores, política e lei não se misturam. O MST é percebido como um elemento perturbador do funcionamento tranquilo e "normal" do sistema jurídico. Essa percepção é tendenciosa. Historicamente falando, foram os proprietários rurais que dominaram o âmbito jurídico, por meio de acordos imperialistas e republicanos, e que atribuíram à lei seu caráter extremamente sectário. O fato de o Brasil ter retido uma estrutura social rural acentuadamente polarizada ilustra a capacidade de adaptação e a tenacidade dos proprietários rurais na defesa de seus interesses e a extensão na qual os tribunais e as legislaturas sustentam esses interesses. As noções a-históricas de neutralidade legal da retórica ortodoxa negligenciam deliberadamente as dimensões constitutivas sociais e históricas. Os defensores sugerem que deve ser traçada uma linha em algum ponto para o bem comum – "o cumprimento estrito, rígido, da lei, quer gostemos dela ou não" –, mas raramente reconhecem como essa linha tem sido repetidamente deslocada para se adequar aos interesses dos proprietários rurais.

O reconhecimento da permeabilidade da lei por forças sociais na história do Brasil, sobretudo nos tempos atuais, avançaria a discussão. Porém, isso apresenta dificuldades concretas para os defensores ortodoxos. As alterações legais resultantes da pressão social são inadmissíveis porque questionam as supostas origens da lei e sua neutralidade, e levantam a possibilidade de as linhas serem redefinidas por grupos mais agressivos, como o MST e a UDR. No entanto, quando se analisa a extensão da ameaça à "neutralidade" legal, fica claro que qualquer pressão exercida sobre o sistema pelo MST não é nada em comparação à pressão exercida ainda pelos grandes proprietários rurais – seja pela União Democrática Ruralista (UDR), um alvo comparativamente fácil, seja por grupos do *establishment* econômico e político infinitamente mais poderosos, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que ainda têm poder de veto sobre as políticas do governo.

As afinidades eletivas sustentadas por muitos magistrados em relação aos interesses dos proprietários rurais reforçam esses desequilíbrios de dentro para fora. O Ouvidor Agrário Nacional, um experiente juiz, reconhece que a metade dos colegas acredita que suas ideias mais progressistas, baseadas em noções constitucionais da função social da propriedade, "não estão de acordo com o Código Civil, que diz que quem registrou a terra é seu proprietário absoluto e que em consequência é um erro falar de uma questão social".[9] Com um ponto de partida como esse, as ações do MST e outras organizações de trabalhadores rurais se parecem mais com uma tentativa

[9] Desembargador Gercino da Silva, entrevista conduzida pelo autor, Brasília, DF, 25 de outubro de 1999.

de reequilibrar a ordem social e jurídica do que uma tentativa de subverter essa ordem ou a democracia.

## Várias correntes jurídicas

À luz dessa discussão, voltamos à questão da legalidade das ocupações. Embora tenhamos visto que profundos desequilíbrios históricos e sociais estruturam a ordem jurídica, o que por sua vez favorece o *status quo* dos grandes proprietários da terra, a ordem jurídica não é totalmente fechada. Na verdade, de um ponto de vista estritamente legal, a situação das ocupações depende do peso atribuído aos vários documentos e cláusulas legais aparentemente contraditórios. Dito da forma mais simples, os defensores do *status quo* consideram o Código Civil como o principal baluarte dos direitos de propriedade, ao passo que os reformadores veem os conceitos de propriedade da Constituição de 1988, em especial o que se denomina sua "função social", como a mais elevada expressão dos direitos de propriedade e a qualificação que predomina sobre todas as formulações anteriores.

Dessa forma, incitar o presidente a "cumprir e fazer cumprir a lei" leva à pergunta: a lei de quem e nos termos de quem? A questão fica ainda mais complexa devido ao fracasso da Constituição em oferecer um programa suficientemente inequívoco. Em vez disso, a Constituição foi marcada por imensas pressões sociais e políticas em sua fase de elaboração. Florestan Fernandes, um deputado que se posicionava à esquerda no espectro político, descreveu o resultado como uma "colcha de retalhos", ao passo que José Sarney, um político de direita e ex-presidente do Brasil (1985-1990), o chamou de um "monstro de Frankenstein".[10] Independentemente da metáfora, os remendos são evidentes. Diante da impossibilidade de solucionar as tensões sociais básicas, o Congresso Constituinte que elaborou a Constituição simplesmente deixou as questões mais polêmicas para serem decididas depois e, como se constatou mais tarde, por meio de litígios judiciais. Dessa forma, apesar de a Constituição estabelecer as condições nas quais o Estado pode e não pode se apropriar de propriedades para fins da reforma agrária, isso é feito por meio de uma intricada rede jurídica, administrativa, econômica e social, mediada por juízes, órgãos administrativos – como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – e políticos. O conflito foi incorporado já desde o início.

Ao interior do sistema jurídico há, na atualidade, uma complexa batalha travada pela sua hegemonia. No entanto, em vez de ocorrer em uma única frente, ela é expressa em termos de múltiplos combates e algumas vezes formações relativamente fluidas e incidentais. Mesmo aqueles que

[10] Para uma abrangente análise da Constituição brasileira, cf. Silva (2004).

participam dos conflitos nem sempre se mostram plenamente cientes das ramificações das próprias decisões. Com efeito, muitos rejeitariam a noção de serem classificados em qualquer espécie de "facção", já que suas decisões são tomadas em função de cada caso, muitas vezes com base em argumentos legais bem específicos.[11] Interpretações judiciais altamente restritivas dos direitos de propriedade fazem parte de uma tradição que remonta há séculos. Apesar de as alternativas partirem de uma posição de fraqueza institucional e cultural, elas não são fracas nem novas em termos doutrinários. Pelo contrário, estudos acadêmicos analisando a função social da propriedade conseguem identificar seu *pedigree* remontando à Antiguidade e aos ensinamentos sociais católicos do século XIX, entre outros.[12] Mas, da mesma forma como a Igreja Católica desenvolveu sua imensa presença política e cultural na América Latina rejeitando alternativas radicais, a ordem jurídica foi desenvolvida em estreito contato com a classe dos grandes proprietários de terra, ao mesmo tempo em que eram marginalizadas as alternativas.

O fracasso de estabelecer a supremacia da Constituição de 1988 ilustra a dificuldade de reverter padrões de comportamento tão arraigados. Como a seção a seguir deixará claro, é justamente por esse motivo que a contribuição feita por grupos como o MST ao debate é potencialmente tão importante. Em síntese, a maioria das tensões entre o MST e a ordem jurídica remonta da dinâmica operacional e dos elementos formativos desta última e não da abordagem supostamente irresponsável ou fora da lei do MST.

Na verdade as relações entre o MST e a legalidade envolvem muito mais do que apenas a tensão. Uma série de decisões recíprocas está em ação, às

[11] A decisão tomada no dia 14 de agosto de 2003 pelos oito juízes do Supremo Tribunal Federal de anular o decreto presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva expropriando 13.200 hectares no Rio Grande do Sul teve um enorme peso político. A expropriação foi a maior do gênero jamais proposta no Rio Grande do Sul e teria possibilitado o assentamento de 530 famílias. No entanto, o principal ponto analisado pelos juízes não foi tanto se a propriedade era produtiva ou não, mas se o proprietário em questão havia sido apropriadamente notificado pelo INCRA da iminência de uma auditoria. Os advogados do proprietário argumentaram que o órgão não cumpriu essa obrigação legal enquanto os advogados a favor do presidente argumentaram que a notificação havia sido feita, mas que o acesso à propriedade tinha sido impedido pelo proprietário. O órgão tinha retornado mais tarde, mas descuidou de emitir uma nova notificação. Foi a ausência da nova notificação – e da participação do proprietário na auditoria – que constituiu as bases para a defesa do proprietário da terra. Um dos próprios nomeados de Lula se posicionou ao lado da maioria, que, com base em justificativas administrativas, rejeitou os argumentos elaborados em nome do Presidente da República. Outro nomeado de Lula, contudo, sugeriu que o proprietário havia contribuído para a situação por meio da própria relutância em ser notificado. Para uma análise extremamente crítica do contexto social e jurídico do caso, cf. Stédile (2003). Uma avaliação crítica do contexto jurídico do caso foi elaborada por Görgen (2003). A decisão de cada juiz pode ser acessada no site do Supremo Tribunal Federal (http://stf.gov.br/) sob o mandato de segurança MS n. 24.547.

[12] Para uma extensa discussão dessas questões de um ponto de vista progressista por um dos mais proeminentes pensadores e magistrados do Brasil, cf. Marés (2003).

vezes com consequências inesperadas. É possível argumentar que o próprio surgimento do MST é um bom exemplo disso. Apesar de o Movimento ter sido o fruto da esquerda e organizações religiosas progressistas, ele também surgiu como uma reação direta às enormes limitações legais impostas pela ditadura militar e em grande parte mantidas pelo estabelecimento jurídico imediatamente após a transição para a democracia. Uma percepção comum entre os defensores do MST durante o início da década de 1980 consistia no fato de as iniciativas progressistas serem frustradas por essas leis, e que essa situação se manteria a menos que o ciclo fosse rompido e métodos e estruturas completamente novos fossem desenvolvidos.

## DESENVOLVIMENTO DE CONCEITOS ALTERNATIVOS DE LEGALIDADE

Esta seção analisa uma série de temas. Argumenta-se aqui que, embora a relação do MST com a lei tenha sido marcada no início por hostilidades ideológicas mútuas, há muito se desenvolveu uma relação na qual, independentemente do quão tensas essas relações possam ser, os potenciais da lei são reconhecidos. A mudança foi muito bem simbolizada em junho de 2000 pela capa da revista *Caros Amigos*, que mostrava um líder do MST segurando a Constituição brasileira sob a legenda: "As armas do MST".[13] Discutiremos alguns exemplos detalhados dessas "armas", bem como a transição do que chamo de um conceito defensivo de legalidade a um conceito ofensivo que reconhece as potencialidades da lei. Também analisaremos a maior disposição por parte dos magistrados (promotores, juízes e teóricos jurídicos) quanto a reconhecer a contribuição e as potencialidades do próprio Movimento. Longe de corresponder à descrição de Raul Jungmann, constatou-se que o MST oferece um ponto de referência fundamental para interpretações da legalidade, além de um ímpeto crucial e prático para a mudança, tão frequente na sua ausência, do discurso jurídico. Este último tema é elaborado na terceira e última seção, que abordará o governo Lula.

### O conservadorismo legal e a necessidade de mudança

A configuração de classe da ordem legal e a consequente incapacidade de promover uma mudança social progressista deixaram profundas e compreensíveis marcas no MST. No início, o Movimento foi impelido a desenvolver métodos intransigentes, com destaque para a ocupação em

[13] *Caros Amigos*, ano IV, n.39, jun. 2000.

massa de propriedades rurais, como parte de sua estratégia para forçar a implementação da reforma agrária. A contestação e o conflito passaram a ser vistos como o principal impulsionador da mudança política. Talvez em virtude de seu sucesso, essa perspectiva deixou pouco espaço para uma reflexão mais abrangente do papel que a lei poderia exercer. Essa possibilidade passou a ser vista com uma mistura de hostilidade ou suspeita ou, na melhor das hipóteses, como uma reflexão tardia. Um exemplo típico do último caso ocorreu em outubro de 1987, com a ocupação simultânea de sete localidades no estado do Rio Grande do Sul. Apesar de as ocupações terem sido meticulosamente planejadas e executadas, ao mesmo tempo chocando as instituições políticas e conquistando a imaginação do público, houve pouca evidência de um planejamento jurídico. Advogados simpatizantes tiveram que percorrer centenas de quilômetros de uma ocupação à outra e, de volta aos tribunais, improvisar a melhor defesa possível aos contra-ataques jurídicos. Com variações relativamente pequenas, esse padrão de negligência seria repetido no resto do Brasil. A ousada e criativa ofensiva política do MST oferecia um contraste marcante com sua concepção restritiva da legalidade.

Embora o MST demorasse vários anos para superar seu conservadorismo legal, os argumentos para fazê-lo estavam presentes desde o início. O sucesso das ocupações de terra, a notável capacidade do Movimento em definir objetivos políticos e sociais progressistas, e de combater muitos aspectos do poder dos proprietários rurais, incluindo a violência, criaram um paradoxo: a lei, em forma simultânea, era relegada à sombra e elevada em sua importância. Afinal, as ocupações não somente engendraram vitórias para os sem-terra e colocaram os grandes proprietários rurais na defensiva, como também induziram um contra-ataque dos grandes proprietários de terra por meio do fortalecimento de suas redes parlamentares, articulações com grupos violentos e por meio de reações de base jurídica. O sucesso na esfera legal oferecia um grande prêmio aos proprietários de terras: a possibilidade de alistar o apoio direito do Estado e deslegitimar o Movimento. Caso os tribunais que se colocassem do lado desses proprietários, impusessem um mandado de segurança, e o MST resistisse, a polícia militar poderia ser acionada para prender integrantes do MST e impedir as ocupações de terra. Era evidente o desenvolvimento insatisfatório do MST quanto à sua capacidade legal, que, em termos básicos, passava pelo fracasso em apresentar uma defesa adequada aos tribunais por não possuir advogados disponíveis, o que deixava o Movimento em uma situação muito vulnerável. O MST precisaria reconsiderar a questão legal ou arriscar lutar com um braço amarrado às costas.

Não houve nenhuma conversão damascena às virtudes da ordem jurídica tradicional. Em vez disso, o Movimento passou aos poucos de concepções defensivas da lei a concepções mais ofensivas – isto é, proativas. Sem dú-

vida, a meticulosa construção por parte do MST de redes de especialistas e argumentos jurídicos fortaleceu o Movimento. Mas isso ainda deixou os grandes proprietários de terras com um enorme poder de fogo jurídico, sustentado por vantagens monetárias, entre outras. O campo do jogo estava longe de ser nivelado. Representar os grandes proprietários rurais é tão lucrativo que alguns advogados pedem demissão do INCRA, o órgão responsável pela reforma agrária, para se colocar ao lado desses proprietários. De outra maneira, em muitos casos, litigar, oferecer consultoria e realizar pesquisas legais em nome dos trabalhadores sem-terra representam um custoso compromisso pessoal. Não fosse o dedicado grupo de advogados e técnicos jurídicos dispostos a oferecer esses serviços como voluntários, a presença legal do MST teria apenas uma fração de sua abrangência atual.

De acordo com os líderes do MST, sérias discussões de questões legais, como a possibilidade de formar uma equipe jurídica própria, em vez de contar com a boa vontade dos advogados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), começaram no início dos anos 1990. Essa foi uma reação direta à onda repressiva promovida pelo governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). Até então, a abordagem vinha sendo fragmentada, tanto por opção como por inadvertência. Por um lado, o MST não almejava seguir a trajetória adotada por outras organizações que, de acordo com o Movimento, apaixonaram-se tanto pelos advogados e as delicadezas jurídicas que, na prática, os imperativos políticos e do movimento passaram a se subordinar aos jurídicos. Por outro lado, contudo, um relacionamento de conveniência se desenvolveu com os agentes externos, como a CPT. A atitude era: “Para que mudar?”

Para advogados progressistas como Jacques Alfonsin, que prestaram serviços jurídicos justamente quando as ocupações estavam decolando no Rio Grande do Sul, a abordagem mais restrita do Movimento em meados da década de 1980 era inadequada e difícil de lidar no nível pessoal. “No começo eu quase me sentia como um apêndice, um acessório”, ele conta.[14] Como muitos advogados, ele era chamado para prestar assistência nas ocupações de terra já no último minuto, ou mesmo depois. Existia claramente uma tensão entre a dinâmica política interna de um movimento social vibrante, ainda funcionando em condições semiclandestinas, e exigências legais externamente constituídas. O MST sentia que os advogados nunca seriam capazes de “solucionar” problemas fundamentais (como, por exemplo, acelerar as expropriações) em nome do Movimento, e que a chave para mudar as atitudes sociais e pressionar o governo para implementar a reforma agrária residia em mobilizações em massa. Se fosse necessário escolher entre quem seria subordinado, a escolha recairia sobre os advogados e não nas ações do Movimento.

[14] Jacques Alfonsin, entrevista conduzida pelo autor, Porto Alegre, RS, 24 de junho de 1997.

Quaisquer que fossem os méritos substanciais da postura do MST, em termos práticos a escolha não era tão infléxivel assim. As ações legais poderiam ser expandidas e melhoradas sem comprometer os objetivos estratégicos do Movimento. Com efeito, até mesmo líderes como João Pedro Stédile passaram a reconhecer que "chorar pelo leite derramado" não era uma política adequada.[15] Dessa forma, aos poucos surgia um conceito mais sofisticado, abrangente e assegurado de ação militante jurídica em harmonia com o imperativo do MST de autonomia política. Evidências dessa transição podem ser vistas no início da década de 1990, com o desenvolvimento de serviços jurídicos internos pagos com os recursos do MST e o maior apoio concedido pelo Movimento à Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), criada oficialmente em 1996.

O surgimento de uma estratégia legal mais coerente, ou consciente, foi em parte uma reação a choques externos, como a repressão promovida pelo governo Collor e as várias contramedidas adotadas, na década de 1990, pelos grandes proprietários rurais, seja nos tribunais ou por meio de grupos paramilitares. Antes disso, a consciência jurídica era incipiente e incidental. Com o tempo, porém, as conversas do Movimento com juristas progressistas passaram a ser uma segunda natureza. Advogados como Jacques Alfonsin foram fundamentais, em meados da década de 1990, para o desenvolvimento da RENAP e dos diálogos sobre a questão legal.

Outro jurista, Luiz Eduardo Greenhalgh, também prestou assistência ao Movimento durante as primeiras lutas, como a ocupação, em 1985, da fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul. Na qualidade de jurista progressista e político de estatura nacional, estava acostumado a lidar com os mundos contraditórios da política e da lei da forma mais adequada ao Movimento. Embora essa nova abordagem possa ter ajudado a cimentar o relacionamento mais estreito usufruído por Greenhalgh, isso apenas constituía uma consciência legal autônoma. A dependência das características pessoais de um advogado individual, por mais brilhante que ele fosse, representava bases precárias. Como para salientar esse argumento, o próprio Greenhalgh assumiu a liderança na formação dos serviços internos legais do MST.

O Partido dos Trabalhadores (PT) proporcionou mais uma rede de apoio por meio de advogados simpatizantes e personalidades importantes, como Plínio de Arruda Sampaio. Assim como Greenhalgh, Alfonsin e muitos outros, Sampaio mantinha-se à parte do destino do Movimento, mas tinha vínculos estreitos com o MST desde suas origens. A experiência profissional de Sampaio juntava também os mundos da lei e da política. Ele foi um peso-pesado do partido na esfera legal – realizando uma notável contribuição aos capítulos da Constituição de 1988 que lidavam com a separação dos poderes

[15] João Pedro Stédile, entrevista conduzida pelo autor, Campinas, SP, 18 de março de 2000.

e o papel do Gabinete do procurador-geral – e se envolveu profundamente em questões agrárias, daí sua indicação como possível ministro da Reforma Agrária no governo Lula e sua nomeação para liderar a comissão que elaborou o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA). Várias conversas com proeminentes juristas como esses ajudaram no desenvolvimento de um conceito jurídico mais maduro e sutil. Vigorosas discussões também ocorreram entre o MST e o Instituto de Apoio Jurídico Popular (AJUP), uma rede de educação jurídica de esquerda. O instituto organizava seminários para advogados e militantes, produzia panfletos especializados e apoiava ativamente o Movimento. Contudo, Miguel Pressburger, advogado marxista que era uma das principais personalidades do AJUP, criticava abertamente a falta de políticas legais no MST, argumentando que isso impedia o Movimento de explorar todas as possibilidades de ação. Por fim, é claro, havia a CPT, da qual, como observamos, o MST dependia muito e cuja influência é sentida ainda nos dias de hoje. Em resumo, a mudança foi mais do que meramente o fruto de choques externos; ela também fez parte de um processo mais amplo de reflexão crítica que remonta a meados da década de 1980.

O desenvolvimento de uma equipe jurídica interna no início da década de 1990, sob a coordenação oficial do Setor de Direitos Humanos, sem dúvida representou uma importante evolução. O Movimento ao menos poderia sistematizar suas políticas legais, oferecer um ponto de contato para a aglutinação e coordenação da assistência jurídica externa, comentar oficialmente casos individuais, representar as demandas legais de trabalhadores sem-terra em nível nacional e produzir publicações de orientação legal. Deve-se salientar, entretanto, que não se trata de serviços legais no sentido usual. A intenção é que os vínculos entre o Movimento e os advogados sejam orgânicos. Em vez de contratar profissionais externos, o Movimento começou a treinar o próprio pessoal, como foi o caso do coordenador do Setor de Direitos Humanos, Juvelino Strozake, filho de trabalhadores sem-terra e ativista do MST. Sua formação universitária foi patrocinada pelo Movimento, e ele recebeu um valioso treinamento prático com o talentoso Greenhalgh, cujas opiniões políticas e legais eram respeitadas pelo Movimento. Essas características ajudariam a assegurar que o departamento jurídico se integrasse plenamente aos objetivos mais amplos do Movimento.[16]

O modelo rigorosamente controlado de crescimento orgânico da estrutura jurídica do MST teve o seu preço. O processo era lento e, portanto, de escala limitada – um grande problema ao lidar com conflitos sociais espalhados por um país das dimensões do Brasil. Dessa forma, algumas tentativas

[16] Com efeito, uma vez que Strozake se qualificou, Greenhalgh comentou que, para lidar com as questões do Movimento "nos dias de hoje sou subordinado a ele". Luiz Eduardo Greenhalgh, entrevista conduzida pelo autor, São Paulo, SP, 3 de setembro de 1999.

foram feitas para superar essas limitações por meio de acordos firmados tanto com o governo de Cardoso quanto com o de Lula, proporcionando fundos federais para manter advogados trabalhando em casos específicos de violação de direitos humanos.[17] De modo algum a terceirização das funções na periferia implicaram perda de controle do centro. A divisão estendida da mão de obra e a profissionalização de serviços legais mantiveram sem contratempos os objetivos legais e políticos do Movimento.

Proporcionar apoio material ao MST – advogados em número suficiente nos locais certos e no momento certo – era obviamente uma tarefa vital, mas o mesmo se aplicava a ampliar a gama de argumentos legais. A alavancagem intelectual não poderia ser consolidada em isolamento ou em forma orgânica: o Movimento precisaria se estender. Nesse contexto, a RENAP mostrar-se-ia muito significativa. Ela oferecia um número de advogados que o Movimento nunca poderia conseguir com os recursos internos disponíveis e além de uma rede vital para a troca de informações.

A RENAP também teve repercussões no interior do MST.[18] Um dos seus objetivos centrais era o que Jacques Alfonsin descreveu como a "necessidade de reunir profissionais de Direito, melhorar a prestação da consultoria jurídica e discutir e esclarecer estratégias de defesa legal – especialmente em relação às questões criminais e civis resultantes da luta pela reforma agrária".[19] Para os membros da RENAP, imergidos em teorias jurídicas progressistas e lutas sociais, isso significava tentar consolidar um modelo alternativo de ação legal ao questionar seu papel como profissionais de Direito, desenvolver uma doutrina que contestasse as interpretações ortodoxas, divulgar esses conceitos por meio de panfletos, reuniões, cursos e redes de tecnologia da informação e buscar relações próximas de trabalho com o MST (entre outros movimentos) que salientassem não apenas a autonomia do último (e, nesse sentido, a natureza da ação legal) como também a autonomia da RENAP. O diálogo constante com o MST daria às iniciativas da RENAP um embasamento vital e também ajudaria o MST a reorientar a definição de seus objetivos jurídicos de uma postura defensiva e conservadora a uma fundamentada em noções mais ofensivas e progressistas da legalidade.

---

[17] Já no governo Cardoso, cerca de 15 advogados foram contratados dessa forma. No governo Lula, esse número aumentou para 25 em um acordo firmado entre o INCRA, por um lado, e, por outro lado, a CPT e o representante legal do MST, a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA). Esse acordo expirou em março de 2005, mas foi substituído por outros. Enquanto os oponentes consideram esse convênio um desperdício de dinheiro público, os defensores argumentam que esse trabalho, que inclui a defesa de todos os militantes em áreas rurais, e não apenas os do MST, é essencial devido à natureza conflituosa do âmbito rural e à ausência de um sistema eficaz de defensores públicos.

[18] Para uma detalhada discussão das origens da RENAP e seu desenvolvimento subsequente, cf. Gorsdorf (2004).

[19] Citado em Gorsdorf (2004, p.96).

## Da legalidade defensiva à ofensiva

Apesar de João Pedro Stédile reconhecer a ocorrência de mudanças substanciais,[20] ele não hesita em salientar que isso foi principalmente uma consequência política, e não legal. É verdade que o Movimento nunca perdeu o controle estratégico de seus acordos legais ou se viu reverenciando a lei ou os advogados. Por mais criteriosas que as orientações legais de Greenhalgh possam ter sido, elas receberam vereditos negativos em várias ocasiões.[21] Dessa forma, a legalidade ofensiva tinha seus limites. Ela foi desenvolvida com as restrições impostas pelo próprio MST e a luta social mais ampla.

Não obstante essas limitações, a ação legal possuía uma lógica e qualidade próprias. Da mesma forma como Stédile salienta que as atividades do Movimento deveriam "levar a sociedade a nos apoiar", há poucas dúvidas de que em certas ocasiões a lei se constituiu em uma ponte fundamental nesse processo. Os incidentes no Pontal do Paranapanema, que incluíram o MST pela primeira vez na consciência da nação, confirmam isso.[22] Nas palavras de Stédile:

> É óbvio que o Pontal foi muito importante de um ponto de vista ideológico, porque no Pontal havia 700 mil hectares de terras públicas: a situação da propriedade,

---

[20] Um exemplo é a utilização, por parte do Movimento, da manutenção da posse como uma forma de antecipar os contra-ataques. Quando uma área é ocupada, é comum para os proprietários rurais buscar a reintegração de posse nos tribunais. A manutenção de posse é uma forma de tentar antecipar-se a essa manobra. A aparente simplicidade da posse esconde uma série de complexidades legais com enormes ramificações sociais e políticas. Para uma explicação introdutória, veja o seguinte comentário de Jacques Alfonsin: "Na grande maioria das ações possessórias, o importante não é tanto o título de propriedade da terra, mas a ocupação. A argumentação legal dos proprietários geralmente se baseia no título. O juiz nunca pergunta se a pessoa de fato está *ocupando* a área em questão. Com um mero passar de olhos no registro da terra, o juiz concede o mandado de segurança. Temos uma longa luta pela frente para que os juízes pensem de outra forma. A reintegração de posse, a ação mais frequentemente utilizada, pressupõe a posse. E, no entanto, essas pessoas muitas vezes não têm a posse. Elas podem morar nos Estados Unidos, na Inglaterra ou em qualquer outro lugar. Elas recorrem a ações judiciárias, e o juiz concede os direitos pela terra. Então, mesmo do ponto de vista do direito positivo, as ações do juiz são altamente questionáveis. Em uma área sobre a qual a pessoa não tem posse, ela aciona ações judiciárias para a reintegração da posse. Por que buscar a reintegração da posse? Porque essas ações envolvem um mandado de segurança". Jacques Alfonsin, entrevista conduzida pelo autor, Porto Alegre, RS, 24 de junho de 1997.

[21] Luiz Eduardo Greenhalgh, entrevista conduzida pelo autor, São Paulo, SP, 3 de setembro de 1999.

[22] Dedico dois capítulos do meu próximo livro sobre o Pontal do Paranapanema (cf. Meszaros, 2010). Para mais informações sobre a região, cf. Leite (1998) e Fernandes (1996), bem como a publicação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), *Cadernos ITESP* (1998a, 1998b), e Fernandes e Ramalho (2001).

que pertencia ao Estado, já tinha sido claramente decidida nos tribunais. Ela tinha sido grilada[23] por grandes proprietários rurais e figuras proeminentes da aristocracia de São Paulo – na verdade, o ex-governador, Roberto Costa de Abreu Sodré, foi um grileiro da região. O fato de termos realizado ocupações e organizado o Movimento aqui adquiriu um valor simbólico maior devido a esses aspectos.[24]

Em outras palavras, a política da ocupação de terras, próxima ao epicentro do poder dos latifundiários, da indústria e da mídia, foi complementada pela situação legal. O imenso poder *de fato* dos grandes proprietários de terra se viu em termos *de jure* (ou de direito) em uma posição vulnerável, situação que não passou despercebida pelo Movimento e que foi bastante explorada em seus pronunciamentos públicos. Também em negociações fechadas, com prefeitos locais centristas e conservadores, o argumento legal ajudou a entabular alianças. De acordo com José Rainha, o principal porta-voz do MST na época, "convencemos os prefeitos e isolamos os proprietários de terras, porque não havia como dizer não, já que a terra era pública".[25] Dessa forma, a lei tinha deixado de ser utilizada simplesmente para defender o Movimento dos ataques; agora ela também estava sendo utilizada em uma ampla variedade de contextos para colocar os outros na defensiva. Vejamos, por exemplo, a atitude dos próprios trabalhadores sem-terra, que são vistos como transgressores relutantes da lei.[26] Se isso for verdade, a afirmação de Rainha de que a situação legal do Pontal possibilitou que fosse "muito mais fácil" organizar os trabalhadores é significativa. Ele podia alegar que "os ilegais não somos nós; vocês [os latifundiários] são, porque a lei diz que a terra pertence ao Estado".[27] O MST estava utilizando a reivindicação de posse como uma ferramenta de mobilização.

[23] Diz-se que a origem do termo "grilar" reside na prática de pegar grilos e prendê-los em uma gaveta com documentos falsos. Quando os grilos morrem eles secretam líquidos que descolorem o papel, envelhecendo-o prematuramente. Uma versão ligeiramente diferente é que os grilos se alimentam do papel, corroendo as bordas, e o excremento descolore o papel. Em ambas as hipóteses, contudo, a autenticação do documento deve ser realizada por redes de tabeliães corruptos.

[24] João Pedro Stédile, entrevista conduzida pelo autor, Campinas, SP, 18 de março de 2000.

[25] José Rainha, entrevista conduzida pelo autor, Teodoro Sampaio, SP, 20 de março de 2000.

[26] Pelo que sei, nunca foi feita uma investigação sistemática sobre a questão. A ideia de que a lei constitui uma importante categoria de referência na vida das pessoas precisa ser tratada com cautela. Leonilde Sérvolo Medeiros observa que, mesmo em situações de extrema violência perpetrada pelos proprietários de terras, os trabalhadores rurais muitas vezes não recorrem à lei para a mediação dos conflitos. Isso pode ocorrer devido ao medo das consequências, à falta de informação ou inacessibilidade. Mas ela também reconhece que outros fatores podem estar em operação: "em muitas situações, pelo menos aparentemente, o domínio é exercido sem contestação em uma complexa imbricação entre consentimento... e coerção" (Medeiros, 2002, p.186).

[27] José Rainha, entrevista conduzida pelo autor, Teodoro Sampaio, SP, 20 de março de 2000.

Não obstante a reivindicação de posse do MST ter sido reforçada pela própria situação da terra devoluta, os ativistas contaram de forma simultânea com outra ferramenta de importância mais ampla: a ideia de que o Estado fracassou em conceder aos trabalhadores sem-terra os direitos coletivos fundamentais consagrados pela Constituição de 1988. Dessa forma, as lutas pela terra devoluta faziam parte de um processo muito mais amplo de luta nos campos social, político *e* legal. A tarefa ofensiva da legalidade era desenvolver com criatividade as ferramentas jurídicas capazes de promover essas lutas em toda sua diversidade e universalidade. Não era possível contar com um "curinga", como a decisão de 1958, que confirmou a situação devoluta da terra no Pontal. Na verdade, apenas as vitórias nos tribunais não bastavam, como ilustra de forma tão incisiva o fato de ter levado 35 anos para *começar* a consolidar o mandado judicial de 1958. Em vez disso, as cartas do baralho precisavam ser criadas por meio de um meticuloso trabalho dentro e fora dos tribunais.

## Mudando a cultura legal

O conservadorismo reside no coração do sistema jurídico brasileiro, e em nenhuma outra área isso fica mais evidente do que no que se refere a questões relativas à propriedade. Embora o Movimento sempre tenha mantido os olhos além dos horizontes da lei, ele passou a reconhecer que essas culturas devem ser contestadas de frente em vez de serem aceitas como formas de opressão. A contestação, no caso, não constitui uma avaliação exagerada do poder do Movimento nem um sinal de sua institucionalização. Em vez disso, ela é vista simplesmente como uma parte necessária da luta.

Apesar da natureza difícil dessa luta, algumas vezes ocorrem mudanças favoráveis. Em março de 1996, por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça foi solicitado a decidir sobre os méritos de uma petição de *habeas corpus* (HC. 4.399 SP.) feita por seis líderes do MST em prisão preventiva após uma onda de ocupações no Pontal.[28] Em uma decisão histórica, o tribunal concluiu que as ações dos requerentes não poderiam ser caracterizadas como criminosas sob os termos do Código Penal porque suas intenções subjetivas visavam a estender a reforma agrária e não a roubar propriedades. As intenções eram, nas palavras dos juízes, "substancialmente distintas" das alegadas pelos promotores públicos. O tribunal também observou a conexão entre a inação do Estado no que se refere à reforma agrária, o imperativo constitucional de mudança e as atividades do MST. As implicações eram claras. Considerando o monumental fracasso por parte da classe política, houve uma necessidade correspondente de compreender as circunstâncias

[28] Analiso essa decisão em Meszaros (2000).

nas quais os trabalhadores rurais se sentiram impelidos a ocupar a terra. Um comentário que se ouve com frequência do MST transmite bem essa ideia: "Do ponto de vista da nossa legislação, se houvesse vontade política, não haveria a necessidade de realizar ocupações de terra" (MST, 1998, p.3).

A decisão do tribunal envolve muitos temas discutidos neste capítulo, e o veredito passou a representar uma importante munição no arsenal do MST. Por meio de redes como a RENAP, além dos próprios serviços legais do MST, o precedente foi utilizado em inúmeras outras ações legais, porém com variados níveis de sucesso. O caso também foi utilizado para cimentar ainda mais os aspectos legais da reivindicação de legitimidade por parte do Movimento, tanto no plano público quanto no interno, entre seus integrantes. Por fim, o caso foi uma clara demonstração de que, mesmo no conservador sistema jurídico brasileiro, alguns setores – nos níveis mais elevados – estavam dispostos a aceitar as argumentações desenvolvidas pelos advogados do MST.

A decisão de 1996 tomada pelo Superior Tribunal de Justiça também ilustrou outras questões. Embora os juízes não tenham detalhado os fracassos judiciais, reservando em lugar disso as críticas para os políticos, salientaram a importância da abordagem contextual e da argumentação legal orientada para a prática em vez da variedade puramente formal característica da ortodoxia legal vigente.[29] Isso não representou uma revolução no pensamento legal, nem a espécie de raciocínio progressista proposto por alguns pesquisadores e juízes,[30] mas representou um rompimento simbólico com a tradição e uma crítica implícita aos colegas. A presença no grupo de Luiz Vicente Cernicchiaro, um proeminente intelectual especializado em questões penais que presidiu o comitê que analisou a reforma do Código Penal, deu um peso a mais à decisão. Ela não poderia ser ignorada de maneira leviana. Dessa forma, o MST a manteve visível aos olhos do público e do sistema judicial ao longo dos anos que se seguiram.[31]

Para o MST, a principal questão não é "sacrificar o Estado de Direito em nome do combate à pobreza e à exclusão", mas recuperar os aspectos

[29] Para uma análise crítica de abordagem ortodoxa do sistema judiciário brasileiro, cf. Dallari (1996).

[30] No início dos anos 1990, o Movimento da Lei Alternativa surgiu com força considerável no Rio Grande do Sul. Tanto no âmbito teórico quanto no prático, um grupo de juízes questionou alegações de que a justiça brasileira seria de alguma forma de "valor neutro" e até mesmo se o valor neutro seria uma proposição viável. Para os juristas e acadêmicos que se aliaram ao grupo, uma importante questão era como conceitualizar o fracasso da ordem legal em lidar com questões de desigualdade ao mesmo tempo que desenvolvia alternativas práticas para tanto. Para uma excelente introdução ao tema, cf. Lédio Rosa de Andrade (1996). Para um exemplo de sua aplicação prática no Ministério Público, cf. o trabalho de dois promotores públicos, Machado e Goulart (1992).

[31] Por trás dessa decisão, o serviço jurídico interno do MST produziu um panfleto intitulado "As ocupações de terra são constitucionais, legítimas e necessárias"; cf. MST – Setor de Direitos Humanos (1997).

da lei que lidam de modo favorável com questões de pobreza e exclusão social, mas que foram enterrados sob o imenso peso de outros imperativos institucionais, políticos e de classe. Recuperar o potencial progressista da lei e ampliar suas fronteiras não é apenas uma questão de arqueologia legal. Novos precedentes precisam ser firmados. Um exemplo disso ocorreu em dezembro de 1999, perto da cidade de Matão, no estado de São Paulo. Quando 600 famílias sem-terra ocuparam uma área dedicada ao cultivo intensivo da cana-de-açúcar, uma terra considerada produtiva. Ao fazer isso, o MST pareceu ter-se colocado em curso de colisão com a Constituição de 1988, que faz uma distinção crucial entre as propriedades produtivas e as improdutivas. De acordo com o artigo 185, a expropriação de propriedades produtivas "não é permitida". Uma análise mais aprofundada revela que o Movimento não estava em curso de colisão com a Constituição, mas, sim, com interpretações constitucionais extremamente restritivas. Ele estava tentando reafirmar a validade, na verdade a supremacia, de outras cláusulas constitucionais, mais notadamente o artigo 186, o qual afirma que, para se qualificar a receber proteção legal, a propriedade deve exercer *simultaneamente* uma "função social".[32]

Um aspecto notável da ocupação em Matão foi que, desde o início, os ativistas se mostraram plenamente conscientes, chamando a atenção do público às implicações legais de suas ações. Era a legalidade ofensiva em ação. Como um líder explicou, "é essencial que a terra exerça sua função social, e as ocupações são uma forma de instigar esse debate na sociedade".[33] Para a surpresa de muitos, o tribunal de primeira instância validou o principal argumento do Movimento, isto é, que a propriedade em questão não estava desempenhando sua função social devido à poluição local provocada e ao abuso sistemático dos direitos dos trabalhadores rurais da área. Dessa forma, os ocupantes receberam permissão para ficar. Tal decisão estabeleceu um importante e novo precedente. O MST aparentava ter um caso sólido, afinal, um fato notável considerando a hostilidade política, judicial e do público mais amplo em relação às ocupações de propriedades produtivas.

Parecia estar ocorrendo uma transição na cultura legal. Os argumentos do MST chegaram a receber o apoio de promotores locais e estaduais. Alguns dias antes do início da ocupação, promotores e outros funcionários

[32] Cabe ler os artigos 184, 185 e 186 em sua totalidade e não como artigos independentes. O artigo 184 permite que o Estado exproprie terras que não estejam desempenhando sua "função social" e destine-as para a reforma agrária. O artigo 185 lida com a proteção da terra produtiva, ao passo que o artigo 186 diz respeito à função social da propriedade. O texto do último artigo é: "A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores" (Vajda; Zimbres; Souza, 1998, p.121).

[33] Gilmar Mauro, entrevista conduzida pelo autor, Brasília, DF, 10 de agosto de 2000.

do Estado emitiram uma carta aberta sobre a função social da propriedade em termos bastantes similares aos utilizados pelo MST.[34] Longe de ser uma coincidência, a carta intensificou a “fertilização cruzada” entre o Movimento e os vários juristas.[35]

Apesar de incomum, o caso de Matão salienta uma tendência mais ampla: a maior capacidade de resposta dos juristas no Brasil em relação às estratégias inovadoras elaboradas pelo MST. Além disso, a ocupação enfatiza a capacidade do Movimento para a construção criativa de casos. Várias questões legais foram incorporadas a essa ocupação, e o MST ficou mais do que satisfeito em chamar a atenção ao fato. Durante todo o evento, contudo, a força impulsionadora essencial continuou sendo a natureza não solucionada das próprias contradições legais e sociais.

## O GOVERNO LULA

A eleição, em novembro de 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil, levantou sedutoras possibilidades bem como questões espinhosas sobre o relacionamento entre o MST, a lei e o Estado. Claramente, a questão mais importante era o alcance com o qual o novo governo lidaria com as contradições sociais e marcaria o surgimento de uma nova parceria progressista em favor da reforma agrária, e o início do fim de um longo ciclo de conflito entre o Estado e a sociedade. Aqui, a função da lei era crítica, já que o governo poderia exercer sua autoridade para remover os obstáculos culturais e legislativos à reforma agrária; poderia utilizar seus poderes constitucionais para nomear pessoas para ocupar importantes cargos judiciais, incluindo o de procurador-geral; e poderia adotar um tom mais benevolente em seus pronunciamentos públicos em vez de, como sugeriu Raul Jungmann, “articular-se com os setores de segurança e justiça dos estados e com a polícia federal e democraticamente ‘baixar o pau’ na eventualidade de excessos por parte do MST”.[36]

O melhor que pode ser dito dos dois mandatos de Lula é que o conselho de Jungmann não foi aceito. Sem dúvida houve ambiguidades retóricas no

[34] Essa carta, emitida no dia 13 de dezembro de 1999, ficou conhecida como a *Carta de Ribeirão Preto*.

[35] O lançamento de um Manifesto pela Reforma Agrária em julho de 2003 não foi especificamente direcionado ao MST, mas é sintomático de um apoio jurídico mais amplo à reforma agrária. O documento, assinado por 30 proeminentes juristas (incluindo juízes, promotores, advogados e professores), esboçava uma argumentação legal a favor da reforma agrária, além de expressar a esperança de que a jurisprudência progressista pudesse ao menos divulgar as visões dos outros profissionais. Cf. o Manifesto de Juristas Brasileiros pela Reforma Agrária, disponível em: http://www.cidadania.org.br/imprimir.asp?conteudo_id=1336&secao_id=98.

[36] “Jungmann propõe que o governo ‘baixe o pau’”, *O Estado de S. Paulo*, 29 jul. 2003.

núcleo do governo em seu discurso legal em relação ao MST. Essas variações oscilaram entre atitudes temerárias e conciliatórias. As primeiras foram em grande parte provenientes dos chamados homens de linha-dura do governo, José Genoino e José Dirceu. "Não duvide da autoridade do governo", o último afirmou enfaticamente no final de julho de 2003, depois de uma onda de ocupações de terra e tensão com o Movimento. "Não podemos permitir que atos e ações prejudiquem o Estado de Direito democrático", disse Genoino. Quase simultaneamente, em junho de 2003, porém, outros ministros, como Miguel Rossetto (do Desenvolvimento Agrário), negociavam com juízes no Pontal do Paranapanema para apressar os procedimentos legais e, assim, acelerar a aquisição da terra visando a neutralizar a situação volátil.

A nomeação de pessoas para ocupar importantes cargos no sistema judiciário também parecia enviar mensagens ambíguas. Por um lado, a nomeação de Claudio Fontelles como procurador-geral foi um indicativo positivo. Um progressista com um interesse de longa data em questões fundiárias e um posicionamento muito bem elaborado, ele se sentia capaz de criticar o MST quando o Movimento ocupou prédios públicos e a fazenda do presidente Cardoso, em março de 2002, alegando que práticas como essas, incluindo a ocupação de propriedades produtivas, eram ilegais e, dessa forma, solapavam a legitimidade do Movimento. Mas Fontelles também confrontou os princípios básicos da ortodoxia jurídica. Em certo artigo, enfatizou a futilidade de aplicar políticas penais repressivas a roubos de alimento no Nordeste do Brasil porque a causa essencialmente reside em séculos de antigas estruturas de injustiça.[37] No dia 14 de agosto de 2003, Fontelles voltou-se a outro alvo – a propriedade, que ele sustentava não ser "absoluta": "você não pode fazer o que quiser com um terreno. A utilização deve ser destinada a uma função social. A Constituição incorpora, no conceito de propriedade, o conceito de solidariedade". No caso de propriedades subutilizadas ou mantidas para fins especulativos, "os movimentos sociais podem, de forma pacífica e ordenada, entrar para plantar e produzir" (*Estado de São Paulo*, 2003a).

Apesar de essas afirmações estarem aquém das expectativas expressas nas reivindicações feitas pelo MST, elas representavam um distanciamento claro do predecessor de Fontelles, sem mencionar a abordagem repressiva adotada pelo ministro da Justiça de Cardoso, Nelson Jobim.[38] Pela primeira vez na história, o promotor mais experiente do Brasil endossava de forma pública um importante argumento elaborado pelo MST: que a propriedade

[37] O artigo, intitulado "A fome não faz de famintos criminosos", é citado em *O Estado de S. Paulo* (2003a).

[38] Em 1997, o ministro Nelson Jobim tentou ampliar o número de acusações legais contra ativistas do MST recorrendo ao apoio do Ministério Público em estados nos quais a tensão era particularmente intensa. No caso de São Paulo, essas tentativas foram firmemente rejeitadas.

não era absoluta e poderia, em certas circunstâncias, ser ocupada. Estabelecer o tom dessa maneira incentivaria e encorajaria os jovens promotores a questionar as alegações dos proprietários rurais em vez de aceitá-las sem maior análise. Isso também fortaleceu reivindicações públicas mais amplas do MST. As declarações de Fontelles ganharam manchetes nos jornais e foram alvo de críticas previsíveis dos defensores dos interesses dos grandes proprietários rurais.[39]

No entanto, no que se refere às nomeações ao Supremo Tribunal Federal (composto de 11 pessoas), a timidez acabou dominando a cena. Uma onda de aposentadorias durante o governo Lula implicava que, diferentemente de Cardoso, que só nomeara três juízes ao longo de seus dois mandatos, o novo presidente estava na privilegiada posição de fazer cinco nomeações em seu primeiro mandato. Em vez de deixar uma marca indelével, é possível argumentar que a escolha do governo rapidamente veio a assolá-lo quando, em agosto de 2003, o Supremo Tribunal Federal rejeitou a primeira grande ordem de desapropriação assinada por Lula. O estilo da derrota, com base em fundamentos processuais, mais uma vez parecia confirmar a afirmação feita por um juiz de que: "Com o sistema judiciário brasileiro, se você tiver um advogado competente você pode praticamente tornar a discussão eterna!"[40]

Sem dúvida não é adequado tentar interpretar demais uma única decisão, mas ela foi sintomática de uma mazela geral. Desenvolver a causa da reforma agrária nos tribunais sempre foi uma tarefa difícil. E é provável que a situação se mantenha dessa forma nos próximos anos.[41] Talvez em reconhecimento aos fracassos no passado, a força do mandato popular de Lula, e o alcance no qual os tribunais agora passariam a ser julgados pelo fracasso da política do governo, os juízes do Tribunal Superior envolvidos no caso de São Gabriel reiteraram o apoio à reforma agrária. Esse apoio retórico, não obstante, veio acompanhado da rejeição de uma das poucas medidas práticas capazes de concretizá-lo. Líderes do MST junto a Mário Lill levantaram uma pergunta pertinente: "Se os juízes não permitirem a reforma agrária dentro da lei, o que nos restará?"[42]

No que se refere à lei em si, em um dos vários sinais ambíguos ao MST e aos setores de direita, o governo se recusou a reverter a medida de agosto

[39] *Jornal do Brasil*, (2003b, 2003c); *O Estado de S. Paulo* (2003b).

[40] Urbano Ruiz, membro da Associação Juízes para a Democracia, entrevista conduzida pelo autor, São Paulo, SP, 2 de setembro de 1999.

[41] Em uma entrevista recente, o quarto juiz nomeado por Lula, Eros Roberto Grau, sustentou sua opinião de que a figura do juiz politicamente neutro é uma ficção. Quando solicitado a traçar comentários sobre uma questão delicada, mais especificamente se os movimentos sociais estão em conflito com o espírito da lei, ele recuou argumentando que seria "imprudente comentar" e que "a Constituição Federal deve ser respeitada por todas as partes". "Novo ministro do STF defende Estado mais forte na economia" *(Folha de S.Paulo*, 28 jun. 2004).

[42] "Ruralistas eufóricos, sem-terra revoltados" (*O Estado de S. Paulo*, 2003c).

de 2001 elaborada pelo governo Cardoso para cortar as ocupações de terra pela raiz.[43] A medida proibia o INCRA de inspecionar qualquer fazenda por dois anos subsequentes a qualquer ocupação. A retenção da medida por parte de Lula foi o equivalente simbólico a Tony Blair manter a legislação antissindicalista herdada da era de Margaret Thatcher. Na prática, contudo, a questão era mais complexa do que isso. Desde a promulgação da medida antiocupação, o MST achou, quase literalmente, um jeito de esquivá-la ocupando propriedades vizinhas das fazendas almejadas.

Em termos simbólicos e práticos, porém, a omissão do governo em atualizar os índices de produtividade agrícola foi muito mais significativo. Remontando aos dados censitários de 1975, esses índices não levam em consideração nenhum dos grandes saltos de produtividade e o novo *status* do Brasil como uma superpotência agrícola. Com os índices atuais, somente as propriedades irremediavelmente improdutivas podem ser expropriadas, o que restringe de modo artificial a oferta de terras disponíveis para a redistribuição. Assim, os problemas vão-se acumulando. Apesar das promessas feitas pelo presidente Lula nas vésperas de sua segunda vitória eleitoral, ele se recusou a confrontar o lobby agrícola com a atualização dos índices. Uma ímpia aliança entre as classes de proprietários rurais – das mais avançadas às mais antidiluvianas – conseguiu impedir a intervenção do MST e do INCRA com medo da expansão incontrolável de sua força. Esses temores são, na minha opinião, exagerados. Mas eles salientam como, mesmo no início do século XXI, o poder dos grandes proprietários rurais continua, em todas as suas formas, com uma forte motivação ideológica. Embora o governo Lula tenha aumentado o financiamento público para a reforma agrária e a agricultura familiar, no final ele não fez nada para neutralizar essas relações de poder.

## CONCLUSÃO

Este capítulo poderia ter sido intitulado "O demônio está nos detalhes", já que o Estado de Direito no Brasil depende em grande parte das correlações de forças em um determinado momento, de acordos micropolíticos e da disposição por parte dos operadores do sistema jurídico de utilizar seus poderes de formas específicas. Um conceito como o Estado de Direito não consegue transmitir essa dinâmica, e, nas mãos de Jungmann, se transforma em um quadro de referência excessivamente esquemático.

Com efeito, a disjunção entre a retórica de concepção estreita do Estado de Direito por um lado e a realidade por outro é exemplificada pela conduta

[43] As medidas relevantes, a Portaria/MDA/n.62, de 27 de março de 2001, e a Medida Provisória n.2.183-56, de 24 de agosto de 2001, estão disponíveis no site do INCRA em http://www.incra.gov.br/estrut/snda/iriv.htm e http://www.incra.gov.br/estrut/pj/medidas/2109.htm, respectivamente.

do próprio Jungmann. Entre 1999 e 2000, como ministro do Desenvolvimento Agrário, ele se viu diante de um grande confronto envolvendo proprietários rurais do Rio Grande do Sul que não queriam que suas propriedades fossem auditadas, por um lado, e, por outro, o INCRA, o Judiciário local e o MST, que sentiam que os auditores deveriam receber permissão para inspecionar livremente as propriedades, como prescreve a lei. Longe de evocar o Estado de Direito, Jungmann simplesmente se esquivou dele. O dirigente do órgão de reforma agrária, um ex-promotor com um desejo declarado de fazer a lei "pegar", foi demitido. Os índices de produtividade da terra foram mantidos artificialmente baixos, de forma que os proprietários rurais pudessem se livrar desse empecilho e manter as propriedades. Sem dúvida Jungmann tinha suas razões[44] (como também tem suas razões agora, ao exigir uma postura autoritária por parte de Lula), mas uma noção purista do Estado de Direito claramente não é uma delas.

Abordagens abstratas e fora de contexto à lei e suas instituições são insustentáveis e inúteis. Com efeito, apesar de toda a inflexibilidade retórica de Jungmann e a ênfase na "normalidade institucional", ele reconhece que a normalidade é deficiente e perversa. A abordagem punitiva de muitos magistrados em relação aos trabalhadores sem-terra e a extrema morosidade com que o sistema jurídico soluciona os problemas enquanto eles rapidamente se acumulam, têm-se constituído nos maiores obstáculos à reforma agrária. Para superar algumas dessas barreiras, Jungmann criou a Ouvidoria Agrária Nacional. O ouvidor, um juiz de alto calibre, explicou que a criação do órgão foi uma tentativa de "lidar com as questões agrárias de maneira informal, sem burocracia, sem custos às várias partes e com a maior proximidade possível dos eventos".[45] Normalmente, contudo, as chances de sucesso da instituição dependiam não dos paramentos formais do cargo, mas da autoridade e do talento pessoal do ouvidor. Mesmo assim, a cultura judicial continuou impondo um obstáculo. Como o ouvidor admitiu abertamente, suas teses legais progressistas sobre questões relativas à terra foram rejeitadas por uma parcela substancial do sistema judiciário brasileiro.[46]

Contra essas divisões e contradições institucionais tão profundas, parece razoável questionar o que Jungmann e outros quiseram dizer com "o cumprimento estrito e rígido da lei". No que tange ao relacionamento do MST com a lei, isso deve ser visto como uma parte integral e legítima dos processos legais que há muito tempo têm sido divididos. Que uma organização com tamanha expressão e estatura social deveria no mínimo

[44] Discuto brevemente as motivações de Jungmann em Meszaros (2000).

[45] Juiz Gersino José da Silva Filho, ouvidor agrário, entrevista conduzida pelo autor, Brasília, DF, 25 de outubro de 1999.

[46] Veja os comentários do ouvidor na seção "Deficiências do sistema jurídico", neste capítulo.

contribuir com a reorientação do debate sobre a natureza e a função das leis, em vez de meramente aceitar as consequências das ações dos outros, sem dúvida constitui um avanço saudável e há muito tempo adiado. Muitos observadores deixaram de perceber esse ponto ou não parecem dispostos a fazê-lo. Eles reconhecem o impacto político do Movimento, mas parecem incapazes de aceitar suas ramificações legais positivas, preferindo continuar presos em uma noção artificialmente restritiva do Estado de Direito que nem eles são capazes de pôr em prática.

Nessa medida, as relações com o governo Lula de fato marcam uma mudança significativa de tom. Apesar da afirmação de Genoino de que "Não podemos permitir que atos e ações prejudiquem o Estado de Direito democrático", também fica evidente que o governo Lula se sente muito mais à vontade com a ideia de pressão por parte de movimentos sociais do que qualquer um de seus predecessores. No mesmo pronunciamento, por exemplo, Genoino se referiu ao direito dos movimentos sociais de continuarem a fazer exigências e à correspondente obrigação do governo em administrar suas alianças de forma a promover a reforma.

Longe de fomentar a reforma, as alianças do governo só promoveram a desunião dentro do próprio PT e provocaram o surgimento de um novo partido político, mais à esquerda, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Na opinião de muitos observadores, a falta evidente de liderança demonstrada por Lula levantou a questão sobre a possibilidade de o MST finalmente optar por dar as costas ao processo político e legal em uma espécie de ruptura "radical". Uma análise do passado recente mostra por que isso não seria provável. O fato é que, durante os governos Sarney, Collor e Cardoso, com todas as limitações que os acompanharam, o MST fortaleceu seu comprometimento com a área jurídica. Não há nada no governo Lula que sugira uma reversão dessa tendência. Na verdade, os mais altos escalões das instituições legais são mais receptivos agora do que jamais foram antes. Presumir que o MST vai subitamente se desiludir com todo o processo político é incorrer em um erro fundamental sobre as ilusões originalmente sustentadas pela organização. A história do Movimento sugere que, apesar de uma mudança de cima para baixo ser bem-vinda, a pressão para isso deve vir de baixo. É nesse contexto que a ação legal passará – e continuará – a exercer uma parte indispensável da luta.

# 16
# Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros

Marcelo Carvalho Rosa

Não há qualquer dúvida de que o padrão das lutas por reforma agrária no Brasil contemporâneo tenha influência direta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Suas ações e sua forma de organização são hoje os principais símbolos das reivindicações por terra em todo o país.

Entre os cientistas sociais das mais diversas vertentes, a chave para compreender esse relativo sucesso do MST tem sido buscada na análise de sua própria formação, em suas estruturas, em seus conflitos internos e nos resultados diretos. Do meu ponto de vista, esse posicionamento analítico tem íntima relação com a novidade que esse Movimento apresenta para a sociedade brasileira contemporânea: acampamentos, barracas de lona preta, marchas e ocupações de prédios públicos representam uma forma inédita de mobilização social.[1] Além do encantamento produzido por esse repertório, há outra tendência entre os pesquisadores que tem sido associar a eficácia do MST a uma necessidade histórica de se fazer reforma agrária no Brasil.

De fato, os dados sobre a estrutura agrária do Brasil apontam para uma enorme iniquidade no acesso à terra. No entanto, o sucesso dessa forma de reivindicação e, por conseguinte, desse Movimento, consiste também em elementos que estão além dos processos sociais agrários.[2] Mais especificamente, aqui se defende a tese de que o MST foi o responsável pelo surgimento de uma nova forma de relação entre o Estado e os movimentos

[1] Cf. Sigaud (2000) e seu Capítulo 7, neste livro.

[2] O presente texto tem como pano de fundo as pesquisas realizadas no estado do Rio Grande do Sul em dois períodos (de 1994 a 1999 e de 2004 a 2005). Sobre o caráter mais amplo dos processos sociais agrários, cf. o trabalho de Tavares dos Santos (1989).

sociais, forma reproduzida atualmente nos mais diversos espaços sociais, sejam eles rurais ou urbanos.

Essa hipótese será apresentada em duas partes. Na primeira, demonstrar-se-á que as ações do MST contribuíram decisivamente para a estruturação de uma série de outros grupos cujo lócus de ação não reside na reforma agrária. De modo particular, apresentar-se-á os casos do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e, ainda, dos Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).[3]

Na segunda parte, o texto vislumbrará os efeitos do MST sobre o sindicalismo rural e fará um esboço sobre o sentido das numerosas organizações de luta pela terra que se formaram nos últimos anos a partir do modelo consagrado pelo MST.[4] Para trabalhar com mais acuidade o caso desses grupos, utilizarei os dados referentes ao estado de Pernambuco, que reúne o maior número de grupos – em torno de 15 – que reivindicam reforma agrária no país. Por meio dessas organizações veremos que a fórmula utilizada pelo MST para reivindicar terra passou a ser a fórmula da vida política no Brasil contemporâneo para os grupos historicamente menos favorecidos (Borges, 2003). Uma fórmula que ultrapassa os limites políticos das zonas rurais e atinge, em cheio, as políticas do Estado brasileiro para essas parcelas da população.

## UMA FORMA PARA MUITOS PROCESSOS

Formado entre os colonos do Sul do país no final dos anos 1970 e início dos 1980, o MST reuniu em suas ações iniciais grupos de pequenos agricultores que vivenciavam um vasto conjunto de conflitos que permeavam a sociedade brasileira. Seus primeiros acampamentos agregaram filhos de pequenos produtores que não tinham condições de comprar suas próprias terras devido ao alto preço das propriedades; famílias que haviam sido removidas, sem qualquer indenização por parte do Estado, para a construção de barragens; e pessoas que retornavam das fracassadas tentativas de colonização na região Norte do país.

Além de milhares de famílias que foram abrigadas sob as lonas pretas, seus acampamentos se tornaram depositários da esperança de diversos grupos de esquerda que começaram a lhes apoiar. Partidos políticos, grupos religiosos e intelectuais passaram a ver os acampamentos como um lócus privilegiado de manifestação política.

[3] Atualmente, todos esses movimentos, com exceção do MTST, fazem parte da Via Campesina, uma organização que reúne entidades que representam grupos de origem rural de todo o mundo.

[4] Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em 2003 havia 72 grupos em todo o país.

Essa intensa convivência entre militantes políticos e grupos que se organizavam para ter atenção do Estado foi fundamental para a formação de novas lideranças entre os chamados "colonos" do Sul. O clima que envolveu os primeiros acampamentos parece também ter servido de fermento para a formação de outros grupos. Com o tempo, os processos sociais desencadeados pelos sem-terra do Sul do país tornaram-se fonte de inspiração para uma série de outros movimentos sociais.

## Da terra à água: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

O Movimento dos Atingidos por Barrares (MAB) é uma das organizações que surgem no mesmo contexto político de formação que o MST. Seus primeiros passos foram dados pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), unidade que deu origem ao movimento nacional, fundada, em 1980, por professores universitários, agentes religiosos e famílias que poderiam ser atingidas pela construção de uma série de barragens planejadas pelo governo federal na parte norte do estado do Rio Grande do Sul – a não mais de cem quilômetros de onde haviam sido montados os primeiros acampamentos dos colonos sem-terras.[5] O que, no início, era apenas uma comissão que visava obter informações sobre o destino das famílias que estavam no caminho das hidrelétricas, transformou-se em um *movimento* que passou a exigir uma justa indenização para os atingidos e, ao cabo, o cancelamento dos projetos. A própria mudança de nomenclatura, de comissão regional a movimento nacional, ocorrida em março de 1991, demonstra a adesão dos atingidos por barragens a uma forma de organização que envolvia várias regiões do país e que vinha sendo estruturada também pelo MST.[6]

Muitas das lideranças que passaram a se dedicar à luta contra as barragens haviam tomado contato direto com os acampamentos de sem-terra que se formavam na região, pois entre os colonos que reivindicavam terras já havia famílias de atingidos por represas construídas na década de 1970.

A própria forma pela qual a CRAB tendeu a se organizar, por meio de comissões que incluíam pessoas atingidas e também representantes dos grupos políticos e religiosos que buscaram o diálogo com os órgãos do Estado, muito se assemelhava ao modelo das primeiras comissões de colonos

[5] Sobre a história do MAB, cf. Vainer (2009), Moraes (1996) e Navarro (1996). Sobre a influência de setores religiosos, especialmente da Comissão Pastoral da Terra, na formação do MAB, cf. o Capítulo 4, de Poletto, neste livro.

[6] A segunda metade da década de 1980 e início de 1990 marcou a fundação do MST em diversas regiões do país, como explica o Capítulo 5, de Fernandes, neste livro. Esse fato cobrou impulso em 1986, com a transferência da sede nacional do MST de Porto Alegre para São Paulo.

que viajaram à capital do estado para comunicar seu desejo de interlocução. De modo geral, essa similitude tem contribuído para a legitimação das comissões. Assim como o movimento dos colonos se transformou no MST, a CRAB teve um papel central na formação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Em ambos os casos, as organizações passaram a contemplar demandas de grupos de diversas partes do país. Apesar de serem autônomos, ainda hoje é comum vermos membros do MST participando de manifestações organizadas pelo MAB e vice-versa.

O intercâmbio entre as duas organizações se reflete não apenas nas formas de manifestação, que são as ocupações de canteiros de obra das usinas hidrelétricas, mas também no conjunto de símbolos que as identificam, principalmente nos bonés e bandeiras usados por seus membros. Nos últimos anos, diversos líderes do MAB participaram dos cursos de formação política do MST que, por ter uma visibilidade pública muito maior, presta um importante apoio às lutas contra as barragens. Nas últimas décadas, o movimento liderou campanhas contra a construção de usinas hidrelétricas e, nos casos irremediáveis, capitania negociações com empreiteiras e investidores públicos e privados envolvidos nos projetos para proteger os direitos das famílias atingidas. O MAB tem organizado os atingidos por barragens e atualmente está presente em 17 estados brasileiros, organizado em dez regionais: Nordeste (nos estados do Ceará, Paraíba e Sergipe), Bahia e Vale do Jequitinhonha (no estado de Minas Gerais), Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Maranhão, Rondônia, Pará, São Paulo e a Região Sul (estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (Guedes, 2006, p.19).

## Da terra ao gênero: o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)

Sob o imenso guarda-chuva que é a luta por terra no Brasil houve lugar também para a abertura de espaços públicos de participação política para as mulheres. Já no interior dos primeiros acampamentos realizados pelos colonos do Sul, por influência dos agentes religiosos, as famílias foram organizadas em diversos grupos de trabalho. Entre esses grupos, formou-se um destinado exclusivamente a discutir os problemas enfrentados pelas mulheres. Foi nesses pequenos grupos que o debate sobre a participação de mulheres na liderança dos grupos políticos começou a emergir com certa autonomia em relação ao problema da terra.[7]

[7] Segundo uma pesquisa que venho realizando na região de Ronda Alta, no estado do Rio Grande do Sul, já no primeiro acampamento formado, no ano de 1979 na fazenda Macali, foi constituído um grupo específico para questões que envolviam os problemas enfrentados pelas mulheres. Para mais informações sobre a história do MMC, cf. Stephen (1996) e Navarro (1996).

De início, os debates promovidos por esses grupos no interior do MST e do sindicalismo rural visaram primordialmente ao reconhecimento oficial por parte do Estado da profissão de "trabalhadora rural". Na época, garantir o reconhecimento da profissão (direito estendido apenas aos homens) significava, entre outras coisas, a garantia a assistência médica e também de uma aposentadoria. Ou seja, visavam garantir uma série de direitos que até então estavam restritos às mulheres moradoras das zonas urbanas.

Ao longo do tempo, os debates foram se transformando e colocaram em cheque a própria estrutura das organizações que as abrigavam. Organizadas internamente, as mulheres passaram a exigir maior espaço nas direções sindicais, nas comissões de negociação com o Estado e na direção dos movimentos.

Mesmo que vinculadas ao tema da terra, as mulheres organizadas a partir das sementes do MST foram lentamente produzindo o discurso de que suas lutas não se encerravam no âmbito de um único movimento. Não se tratava mais de situar o problema da desigualdade entre os gêneros como um dos componentes das lutas por terra. As dificuldades enfrentadas pelas mulheres deveriam ser pensadas de forma autônoma. Em 1989, essas preocupações culminaram com a formação do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), também na região norte do Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos, o MMTR se expandiu para diversas regiões do país. Mesmo que sua base continue mobilizando grupos de mulheres ligadas ao sindicalismo rural ou ao MST, o movimento conta com autonomia própria e se destaca como o mais ativo de todo país no que concerne a essa temática. Em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres ligadas às seguintes organizações: movimentos autônomos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns sindicatos de trabalhadores rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).[8]

No início de 2004, o MMTR passou a fazer parte da Via Campesina (organização internacional que reúne movimentos sociais de origem camponesa) e estruturou um debate interno que culminou com a mudança de nome para Movimento das Mulheres Camponesas. Em março daquele ano, o MMC organizou seu primeiro congresso com a participação de 1.500 delegadas de 16 estados do país.[9] Assim como o MST, o MMC promove marchas e manifestações públicas para cobrar do Estado a efetivação de

[8] Cf. <http://www.mmcbrasil.com.br>.

[9] Participaram representantes dos estados do Amazonas, Paraíba, Rio Grande do Sul, Maranhão, Tocantins, Sergipe, Alagoas, Bahia, Acre, Roraima, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, o único estado que participou e se negou a ingressar na nova organização foi o de Pernambuco, que manteve o nome MMTR.

direitos para as mulheres rurais e, além disso, promove cursos e atividades voltados para a promoção da participação política das trabalhadoras rurais.

Em março de 2006, mulheres ligadas ao MMC e MST invadiram e destruíram parte de um laboratório da empresa multinacional Aracruz Celulose, no interior do Rio Grande do Sul. O evento ocorreu durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural promovida pela FAO (*Food and Agriculture Organization*, das Nações Unidas), em Porto Alegre. Articulada pela Via Campesina, a atuação na Aracruz procurou chamar a atenção para o crescimento indiscriminado das grandes plantações de eucalipto (o chamado “deserto verde”) em detrimento da produção de alimentos, a diversificação da agricultura, a preservação do meio ambiente e a promoção das pequenas propriedades rurais. A ação insólita das mulheres camponesas teve um amplo destaque nos meios de comunicação. Trinta e sete pessoas foram indiciadas pela polícia civil a raiz desse incidente.

## Da terra ao crédito: o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

A expansão e consolidação do MST nesses últimos 20 anos colocaram no caminho de seus militantes uma infinidade de novos problemas. Se os movimentos ligados às barragens e às mulheres tornaram-se autônomos ainda nos anos 1980, na década seguinte acentuaram-se também as manifestações pela liberação de crédito para as primeiras famílias que já haviam sido assentadas e, posteriormente, para o conjunto dos pequenos produtores rurais. O relativo sucesso obtido pelo MST, que pode ser mensurado pela desapropriação de áreas em todo o país, acabou por criar novos núcleos de pequenas propriedades rurais em locais onde predominava o latifúndio agroexportador.

Além de criar novas concentrações de pequenas propriedades, os assentamentos de reforma agrária passaram a ser alvo de uma série de políticas de crédito. A primeira delas foi o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), estabelecido para “aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado e, assim, permitir a sua ‘emancipação’, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva” (Rezende, 1999, p.1).

O PROCERA foi criado em 1985, mas só foi instituído efetivamente a partir de 1993, como resultado direto das mobilizações promovidas pelo próprio MST para cobrar ações do governo federal, não apenas no campo das desapropriações de terra, mas também no fornecimento de garantias para a subsistência das pessoas que se beneficiaram com a distribuição de terras.

As ações do MST passaram a contar com o apoio de ações de pequenos produtores que se mobilizaram também por políticas públicas de apoio às

suas atividades agrícolas. Foi com a ajuda direta do MST que esses pequenos produtores rurais formaram, em 1996, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Assim como o MAB e o MMC, o MPA foi formado na mesma região do norte do Rio Grande do Sul na qual ocorreram as primeiras mobilizações de colonos sem-terra. A ação que deu origem a esse movimento foi um acampamento de mais de 15.000 famílias nas margens de uma estrada federal no município de Sarandi, situado a cerca de 20 quilômetros da Encruzilhada Natalino, local do acampamento que deu origem ao MST, em 1981. O protesto dos pequenos agricultores em Sarandi, sob as barracas de lona preta, visava à liberação de recursos de governo federal para lavradores que haviam perdido sua colheita devido a um longo período de estiagem.

As ações conjuntas do MST e do MPA contribuíram diretamente para a criação, nos últimos anos do século passado, de uma série de órgãos ligados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e linhas de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que visam promover a chamada "agricultura familiar". Ao reivindicar a necessidade de créditos do governo federal para viabilizar as áreas reformadas, as mobilizações do MST contribuíram para uma mudança importante na ordem de prioridades da agricultura brasileira. Se antes o monopólio das atenções estava voltado exclusivamente para as grandes plantações, agora, com a criação do MPA, formou-se pela primeira vez na história uma política nacional de apoio para os pequenos plantadores.[10]

Como no caso dos movimentos ligados aos temas das barragens e das mulheres camponesas, ao longo dos anos o MPA e o MST tomaram rumos próprios. O que não os tem impedido de realizar diversos atos em conjunto, por exemplo, aqueles promovidos pela Via Campesina.

## Do campo à cidade: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)

A influência do MST sobre outras organizações não se limitou apenas às zonas rurais. Nos últimos anos, seu modelo de organização e reivindicação reproduziu-se também em movimentos urbanos, modificando radicalmente as formas mais antigas de protesto e mobilização nas principais cidades do país.

Durante as décadas de 1970 e 1980, as ciências sociais brasileiras se voltaram para um fenômeno de grande importância que tomou conta das grandes cidades brasileiras: as associações de moradores. Organizados

[10] Por certo a criação de uma agenda governamental voltada exclusivamente para os pequenos produtores não implicou uma diminuição dos incentivos às grandes plantações como explica o Capítulo 2 de Delgado, neste livro.

nesses grupos, moradores de áreas urbanas passaram a interagir com os órgãos do Estado na busca de soluções para seus problemas específicos.

Em um contexto de ditadura militar, no qual as manifestações mais clássicas como greves e atos públicos eram severamente reprimidas, as associações de moradores se tornaram um importante espaço de socialização política (Boschi, 1987). Afinal, suas demandas se concentravam em temas que na época não eram considerados políticos, por exemplo, a prestação de serviços públicos como acesso ao saneamento básico, energia e pavimentação das ruas. Hoje, passadas mais de duas décadas, as associações de moradores continuam a existir e ocupam papéis importantes em diversas cidades brasileiras. No entanto, do ponto de vista da visibilidade pública, o agente central das lutas urbanas deixou de ser o morador que vive em condições precárias, o "favelado", ou mesmo a classe média sem acesso a serviços públicos adequados, para ser aquele que nem sequer possui moradia e não tem condições próprias de obtê-la, a saber, o "sem-teto".

A emergência dos "sem-teto" como agentes centrais das disputas urbanas no Brasil aparece diretamente relacionada com o sucesso das ações do MST no campo. Afinal, não se trata apenas da similaridade de nomenclaturas. Assim como os "sem-terra", os "sem-teto" têm como forma central de manifestação a ocupação de prédios públicos e terrenos ociosos nas grandes cidades.[11] Nos terrenos, assim como no caso do MST, são montadas barracas de lona preta e é erguida a bandeira do movimento que organiza a ocupação. Por vezes, o alvo das ocupações têm sido os prédios públicos e privados abandonados nas zonas centrais das principais cidades do país. Nesses casos, os movimentos pleiteiam a transformação pelo Estado dos edifícios comerciais em prédios residenciais. Esse tipo de ocupação começa a dar resultado, sobretudo, no estado de São Paulo, onde vários prédios vêm sendo reformados para esse fim.[12]

Atualmente, no Brasil existe mais de uma dezena de movimentos que, em sua maioria, se limitam a atuar em regiões metropolitanas específicas (Porto Alegre, São Paulo e Recife, principalmente). O principal apoio a esses grupos tem-se concentrado no próprio MST, que costuma receber em seus cursos de formação política pessoas ligadas a esses movimentos, além das pastorais urbanas da Igreja Católica e dos partidos de esquerda.[13] Entre esses grupos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

[11] É certo que esse expediente de ocupação de prédios não tem origem no Brasil. No entanto, a legitimidade da qual gozam suas ações está fortemente associada ao sucesso das negociações promovidas pelo MST com o Estado. Sobre as ocupações de prédios urbanos na Europa, cf. a coletânea organizada por Argiléz e López (2004).

[12] Além do MTST, temos hoje no Brasil o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) que atua, principalmente, na região Sul do Brasil.

[13] Pude acompanhar esse fenômeno de perto durante meu trabalho de campo em Pernambuco, nos anos de 2002 e 2003.

(MTST), fundado em 1997, cujas ações mais expressivas se concentram nas cidades de Recife e São Paulo.

No ano de 2003, um acampamento organizado pelo MTST na Região Metropolitana de São Paulo, em um terreno doado pelo Estado à empresa automobilística Volkswagen, chegou a reunir mais de 10.000 pessoas. Como nos acampamentos do MST, foram montadas centenas de barracas de lona preta que tomaram o formato de uma pequena cidade. A similaridade com as grandes ações promovidas pelo MST trouxe o tema para o centro do noticiário e contribuiu para a consagração em todo o país de uma forma específica e contemporânea de reivindicar (Sigaud, 2000). Forma que ganha o reconhecimento da sociedade ao ser levada a cabo na *forma de movimentos* que tomam os espaços públicos realizando ocupações e acampamentos rurais ou urbanos.

## MST E O SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS: O CASO DE PERNAMBUCO

Desde a sua origem, no início dos anos 1960, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) têm se erguido como a principal representação política da população rural no Brasil. Esta seção demonstrará o importante efeito que o MST teve sobre esses sindicatos por meio do estudo de seus impactos em uma das mais importantes federações de STRs no Brasil: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE).

Com a erradicação das Ligas Camponesas após o golpe militar de 1964, os STRs tornaram-se a única forma legal de representação política da população menos favorecida das áreas rurais. Esse monopólio da representação se sustentou sobre dois grandes pilares: de um lado, as lutas pelo aprofundamento da aplicação da legislação trabalhista para as zonas rurais e, de outro, sobre o controle de certos serviços estatais como a assistência médica e a previdência social de seus associados (Sigaud, 1980). Mesmo que esses tenham sido seus principais sustentáculos, as pautas de reivindicação elaboradas nos congressos sindicais ao longo das quatro últimas décadas abrangiam uma série de outros problemas vividos pelas populações rurais. Questões como "reforma agrária" figuravam em todos os manifestos sem que, no entanto, se tornassem um tema central dos debates (Medeiros, 1981).

Desde sua fundação, em 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi controlada por uma coalizão que tinha, no seu vértice, dirigentes formados pela FETAPE. Assim, muitas das decisões tomadas anteriormente, e ainda hoje, no plano nacional estão informadas pela conjuntura que vive o sindicalismo do estado de Pernambuco, cuja principal base são os trabalhadores da lavoura canavieira localizada na sua região litorânea.

Na segunda metade dos anos 1990, a FETAPE, que fora a primeira organização sindical a organizar uma greve de trabalhadores rurais durante a ditadura militar, em 1980, voltou a inovar as ações sindicais organizando centenas de ocupações de terra. Esse envolvimento dos sindicalistas de Pernambuco com as ocupações foi fundamental para mudanças nos rumos do sindicalismo rural em todo o país e, ao mesmo tempo, é um ótimo índice para se compreender a importante influência do modo de ação do MST no Brasil.[14]

No período do governo Collor de Mello foi extinto o Instituto do Açúcar e do Álcool, e uma série de subsídios que sustentaram historicamente a lavoura canavieira de Pernambuco foram suspensos. Na esteira desse processo, iniciou-se uma constante queda na atividade das usinas da região. Valendo-se dessa desculpa, as usinas passaram a demitir milhares de trabalhadores, em certos casos sem pagar-lhes a indenização devida. O discurso patronal da crise logo chegou ao âmbito sindical, que passou a associar a desmobilização de suas bases tradicionais à falta de vagas nas lavouras, ou seja, à pressão de um inusitado exército de reserva.[15] A crença na existência efetiva de uma crise tornou-se mais forte no momento em que, diante da insolvência de inúmeros usineiros e senhores de engenho, as formas consagradas de reivindicação (como as greves) não surtiram os efeitos esperados. Segundo os dirigentes sindicais, em certos casos, ir à Justiça em busca dos direitos já não representava uma garantia para o trabalhador da cana, pois alguns patrões estavam tão endividados que não tinham como indenizar seus trabalhadores. Nesse período, as campanhas salariais continuaram, mas as reivindicações não foram atendidas, esbarrando na crise como uma justificativa legítima acionada pela classe patronal.

Para os sindicalistas mais experientes, a demissão em massa de trabalhadores teve ainda um outro efeito direto sobre a capacidade de mobilização sindical: boa parte da arrecadação dos STRs da região dependia do desconto em folha de pagamento repassado pelos patrões.[16] Sem esses recursos, alguns dos principais sindicatos da região, inclusive os considerados mais fortes, viram o aparato patrimonial e jurídico construído nas décadas anteriores ruir em pouco tempo.

Ainda em 1992, um dos mais antigos e prestigiados presidentes de sindicato da metade sul da Zona da Mata decidiu abrigar, na sede de seu sindicato, militantes do MST que faziam o chamado “trabalho de base” na região.

---

[14] O envolvimento de sindicalistas rurais da região com as ocupações de terra foi tema de uma pesquisa que realizei entre 2003 e 2004 para o Conselho Latino-Americano de Ciências (CLACSO), cf. Rosa (2004b).

[15] Cf. o documento Seminário Regional (1993, p.40).

[16] As cifras citadas por diversos dirigentes sindicais anunciavam que o número de trabalhadores contratados fora reduzido de cerca de 240 mil, na época da greve de 1980, para menos de 60.000 no ano 2000.

Trabalhando em conjunto com os militantes do MST, esse sindicalista capitaneou, nas terras improdutivas de uma usina, a primeira grande ocupação de terras na Zona da Mata.[17] A partir desse evento, a Zona da Mata assistiu à adesão dos sindicatos de trabalhadores rurais às lutas por terra numa inédita associação entre militantes do MST e dirigentes sindicais. Cabe ressaltar que, nesse primeiro momento, a FETAPE não tomou parte na organização das ocupações, restritas, todavia, a determinados sindicatos e sindicalistas filiados a ela que mantinham contato com representantes dos sem-terra.

Após a primeira ocupação de terras, em 1993, uma reforma nos estatutos da FETAPE permitiu a criação de uma secretaria de política agrária que passou a se dedicar ao tema da reforma agrária. Nessa época, as ocupações, embora se tornando cada vez mais recorrentes, seguiam comandadas por sindicatos de forma isolada. Segundo o dirigente que foi o primeiro secretário de política agrária, dentro da FETAPE havia uma forte resistência ao tipo de ação promovida tradicionalmente pelos sem-terra. O principal ponto de tensão, segundo essa apreciação, seria o *caráter ilegal* das ocupações, o que afrontava a tradição daquela federação que sempre teria agido dentro de marcos legais. Historicamente, essa conduta tinha livrado os sindicatos da região de intervenção da ditadura militar. E, nesse caso, o termo "ilegal", usado para descrever as ocupações de terra, denotava também que esse tipo de ação política não fazia parte do repertório instrumental dos sindicatos de trabalhadores rurais. Entrar em uma propriedade privada e nela montar um acampamento de barracas de lona preta não estava presente nas práticas da representação dos trabalhadores rurais.

Associar a FETAPE a uma bandeira política forjada fora do sindicalismo rural, no âmbito dos chamados movimentos sociais, requeria muito mais do que a simples implantação de uma secretaria. Para a FETAPE, a ocupação de terra implicava mudanças de regras costumeiras forjadas ao longo de mais de 30 anos de uma bem-sucedida vida sindical.[18] Ao apenas apoiar o MST ou alguns sindicatos que faziam ocupações de terras, os dirigentes da FETAPE mantinham um certo distanciamento e preservavam uma divisão do trabalho que apartava famílias de sem-terra das de empregados rurais.[19]

---

[17] O MST organizou sua primeira ocupação na região em 1989, sem contar com o apoio dos sindicatos, que de certo modo monopolizavam a representação camponesa até então. A ocupação referida não foi reconhecida como legítima pelo então governador Miguel Arraes, que ordenou o despejo dos acampados. O MST somente voltou à cena na Zona da Mata em 1992. Naquela ocasião, um grupo de militantes vindos do Sul do Brasil e com passagem por outros estados do Nordeste procurou sindicalistas da metade sul da Zona Mata. Naquela região estavam localizadas algumas das maiores usinas de Pernambuco, muitas das quais iniciando processo de falência. Desse contato nasceram as primeiras ocupações em antigas áreas de usinas e engenhos, cf. Sigaud (2000).

[18] Numa pesquisa que realizei nas páginas dos principais jornais de Pernambuco foi possível encontrar diversos editoriais e artigos que questionavam o ingresso da FETAPE na seara das ocupações de terras. Via de regra, tais artigos associavam as ocupações à desordem e cobravam da federação a manutenção de sua forma ordeira de fazer política.

[19] Entrevista anônima realizada com um diretor da FETAPE, Recife, PE, setembro de 2001.

A FETAPE e o MST permaneceram próximos até 1995, pois até aquele momento nenhum órgão federal ou estadual de Pernambuco aceitava travar negociações com trabalhadores rurais ou camponeses sem que um representante da FETAPE estivesse presente. Em meados daquele ano, depois de um conflito com a força policial, o MST teria sido recebido pela primeira vez para negociar com a direção do INCRA, órgão federal para a reforma agrária, sem a presença de um dirigente da FETAPE. Para os militantes do MST, esse momento marcou a cisão definitiva entre as partes. Daí para frente, o MST e os sindicalistas da FETAPE deixaram de fazer ocupações ou manifestações de forma conjunta. Reconhecido finalmente como uma organização qualificada para representar os trabalhadores da cana, o MST intensificou o número de ocupações de terra na Zona da Mata. O volume crescente de ocupações na região teria contribuído para que o Movimento passasse a ocupar um lugar destacado nos fóruns de esquerda e também nas manchetes de jornais. De fato, o número de ocupações de terra do MST no estado de Pernambuco cresceu de 15 em 1994 a 73 em 1999.[20]

Em 1996 ocorreu uma nova eleição para a diretoria da FETAPE. A chapa vencedora era praticamente a mesma que já estava no poder, com apenas uma troca, a do secretário de Reforma Agrária. Para assumir os assuntos relacionados à reforma agrária, a liderança da FETAPE convidou um jovem dirigente sindical bem relacionado com militantes do MST. Essa familiaridade com o MST teria chamado a atenção para sua capacidade de engajar a própria FETAPE na realização de ocupações de terra. De fato, sua presença na chapa vencedora indicava a disposição dos membros mais antigos da federação em incrementar sua participação na luta pela terra. Assim, após a chegada desse dirigente, FETAPE e MST iniciaram um intenso processo de concorrência por áreas para ocupação. Essa concorrência não encontrava equivalência, na época, na maior parte das outras federações estaduais de trabalhadores rurais do país que, na maioria dos casos, mantinham sua atenção voltada para outros problemas.

De um lado, trabalhadores desempregados, usinas e engenhos de cana-de-açúcar falindo e, de outro, o MST ocupando cada vez mais o espaço que anteriormente era monopólio da FETAPE. Esse quadro de mudança nas formas de ação e de concorrência com o MST revelou a imposição social de um novo estilo de reivindicação ao sindicalismo rural. As mudanças iniciadas no âmbito estadual logo se refletiram nos debates nacionais da Confederação de Trabalhadores Rurais da Agricultura (CONTAG). Em 1998, a eleição para a CONTAG contou mais uma vez com um candidato formado pela FETAPE. Naquela ocasião, ao sagrar-se vencedor, uma de suas principais bandeiras foi o apoio à realização de ocupações de terra, não mais pelo MST, mas pelos próprios sindicatos de trabalhadores rurais.

[20] Fonte: http://www.mst.org.br/mstpe/Tabelas/tab.html. Para mais detalhes, cf. a Tabela 12.1, no Capítulo 12, de Wolford.

Vemos, portanto, que a mudança no sindicalismo pernambucano, ocasionada pela disputa com o MST, afetou diretamente os rumos que o sindicalismo rural tomou em todo país. A partir de então, uma série de outras federações (dos estados de Minas Gerais, FETAEMG; da Bahia, FETAG-BA; e do Pará, FETAGRI-PA, entre outras), além de defenderem suas demandas nas formas mais tradicionais, passaram também a utilizar a simbologia das lonas, bandeiras e acampamentos para organizar ocupações de terra para exigir a reforma agrária.

Ao cabo desse processo, os sindicatos de Pernambuco não se transformaram em uma organização como o MST. No entanto, ao ingressarem na seara das ocupações, estimulados pela crescente atenção que a questão da reforma agrária vinha recebendo do Estado, os sindicalistas encontraram uma forma eficaz de reanimar a vida sindical em diversas regiões do país, como pode-se ver no Capítulo 8, de Ondetti, Wambergue e Afonso, sobre o Pará. Em um contexto marcado pela redução crescente do número de empregados nas lavouras, recorrer ao modelo forjado pelo MST contribuiu para uma maior visibilidade pública das ações sindicais e para a criação de novos canais de interlocução com o Estado. O destaque na relação dos movimentos com o Estado é fundamental para compreender o modo pelo qual as ocupações de terra e a *forma movimento* se tornaram uma maneira de reivindicar. Isso se deve ao sentido sociológico que essas ações têm tomado nos últimos anos: são ações por novos direitos que dependem da sanção dos agentes estatais para sua consagração na vida pública. Nesse período, a luta pela terra ultrapassou a mera redistribuição territorial. As reivindicações destes e outros movimentos sociais começaram a exigir alterações na estrutura burocrática do Estado brasileiro para conter a violência dos grandes proprietários e atender a saúde e educação de setores da população rural, historicamente desligada dos programas governamentais.

## A FORMA MOVIMENTO: CONSAGRAÇÃO DO MODELO DO MST

O caso de Pernambuco nos ajuda a pensar também sobre os efeitos dessa concorrência entre o MST e os sindicatos para a criação de novas formas de ação coletiva na região. Em princípios de 2004, existiam no Brasil mais de 70 organizações que promovem ocupações nos moldes consagrados pelo MST. Somente no estado de Pernambuco existiam 15 grupos que se autoproclamavam de movimentos de reivindicação ao acesso à terra.[21] Na maioria dos

[21] Os dados sobre Pernambuco são de setembro de 2002 e foram fornecidos por representantes do INCRA nesse estado. Para uma lista das organizações que participam da luta por terra em todo o país, cf. o Anexo do Capítulo 5, de Fernandes, neste livro.

casos, são grupos pequenos, formados por pessoas que mantiveram contanto com o MST ou com os sindicatos, mas que por uma série de motivos não se enquadram no perfil da militância que costuma sustentar essas organizações. São, por exemplo, pessoas mais velhas que já possuem família e têm dificuldade de dedicar todo seu tempo ao MST, ou ainda pessoas que possuem outra atividade remunerada, à qual precisam devotar a maior parte de seu tempo.[22] Sem espaço para ascensão nas hierarquias do MST, porém cientes das potencialidades dessa forma de organização, essas pessoas reúnem redes familiares ou de vizinhança e criam, com o aval do INCRA, seus próprios movimentos. Todos eles, sem exceção, imitam a forma de organização do MST: criam bandeiras, vestem seus militantes com bonés com logotipo do Movimento e montam acampamentos de lona preta em áreas improdutivas e em prédios públicos. Enfim, adotam o que chamo de *forma movimento.*

Como estão localizados em pequenas cidades, esses grupos se tornam uma forma legítima para atrair a atenção dos órgãos do Estado e estimular a participação política nas pequenas comunidades. Esses movimentos criam um importante espaço para indivíduos que estavam, por diversas razões, excluídos das instâncias tradicionais de representação, como os sindicatos. Esse é o caso do Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem-Terra (MTBST) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil (MTRUB), formados por duas lideranças mais velhas barradas nos sindicatos de trabalhadores rurais de suas cidades. Em ambos os casos, uma rápida passagem pelos acampamentos do MST serviu para que seus líderes fossem socializados com a *forma movimento.* A situação da Organização de Luta no Campo (OLC) reflete um problema semelhante, pois é uma dissidência da FETAPE. Para a OLC, os movimentos sociais do campo no Brasil deveriam centrar-se nas ocupações de terra e na luta pela reforma agrária, e não exclusivamente nas lutas por direitos trabalhistas. O líder da OLC teve um período de contatos informais com militantes do MST antes de se tornar um dirigente sindical, e logo romper com a FETAPE. Ele trouxe as formas de reivindicação do MST para dentro dos sindicatos, e depois utilizou a estrutura sindical para criar um novo movimento rural, independente das duas principais organizações populares na região.

A maior parte desses grupos foi criada ou se voltou para a organização de ocupações de terra a partir do fim dos anos 1990, momento em que as ocupações do MST e da FETAPE passaram a ter respostas do Estado, como a desapropriação de um grande volume de áreas e a criação de vários assentamentos. Respaldados pela legitimidade conquistada perante o Estado, esses grupos têm feito da luta pela reforma agrária um meio para atrair a atenção da sociedade para os problemas da Zona da Mata Pernambucana, ainda controlada pela mão de ferro dos grandes proprietários rurais.

[22] Para uma descrição mais detalhada desses grupos, cf. Rosa (2004a).

Nesse contexto, essa *forma movimento*, que predomina nessa e em outras regiões do país, tem-se revelado, sobretudo, como um instrumento de significação social para indivíduos e grupos. Ou seja, por meio dessa forma legitimada de ação coletiva, diversas pessoas passaram a ser vistas como sujeitos políticos legítimos pelos agentes do Estado, em um processo que não significa apenas uma forma de inclusão social, mas, como afirma Durkheim (1995, p.360), um contexto no qual as diversidades individuais e grupais "se destacam, adquirem relevo e se multiplicam". Sob os rótulos de reforma agrária e movimento, levados para a região pelo MST, inicia-se um processo de crescente disputa por recursos públicos anteriormente restritos aos grandes proprietários de terra.

O caso pernambucano, de modo especial, nos permite romper com o estereótipo de que as pessoas que se engajam em movimentos de luta por terra o fazem apenas porque necessitam de um pedaço de chão para continuarem vivendo de acordo com modelos tradicionais de reprodução social. Tais casos refutam teorias aparentemente reducionistas, como a de José de Souza Martins, que os classifica como: "empreendedores comunitários e condominiais orientados pelos valores tradicionais e conservadores da terra, do trabalho, da família, da comunidade e da religião".[23] Ao contrário, esses fenômenos sugerem que o engajamento nesses movimentos está ligado a determinados processos sociais de ruptura com os padrões tradicionais de hierarquia social nas pequenas cidades da Zona da Mata. Segundo nossa pesquisa, a participação nesses movimentos tem ajudado a forjar disposições que questionam a antiga subordinação à autoridade do senhor de terras.

Atualmente, tomar parte nos pequenos e grandes *movimentos* da região significa, sobretudo, diferenciar-se socialmente por meio da construção de novos espaços políticos e, principalmente, pelo contato com novos valores sociais. Como tem-se constatado, as pessoas vão até os movimentos porque têm alternativa, e não o contrário. Elas escolhem, em momentos específicos, entre ir para um acampamento ou continuar fazendo o que faziam antes. Em outros, elegem entre um acampamento do MST, do sindicato ou de outro movimento.[24] Ao contrário do que argumenta Martins, elas não estão presas à falta de alternativas por viverem nas áreas rurais. Pelo que se pode observar, essas novas instituições têm representado possibilidades de mudança na biografia de milhares de pessoas que as reconhecem como

[23] Martins (2000a, p.49). Como o próprio Martins (2000a) faz questão de esclarecer, ao falar do papel dos sociólogos nos debates sobre reforma agrária, esse reducionismo, mais do que uma constatação empírica, é uma estratégia política para a conservação do *status* de verdade de teorias parciais que se pretendem universais. Assim, ao defender os idealizados camponeses de seus detratores (movimentos, partidos políticos e intelectuais), ele os conserva para manter seu próprio lugar na história como intelectual de uma sociologia do homem simples (Martins, 2000b). Quanto mais simples for o homem rural, mais verdadeira a teoria sobre ele. É explicitamente contra esse tipo de sociologia que este texto se coloca.

[24] Cf. Rosa (2006, 2004a).

legítimas e, ao se tornarem parte integrante de suas lutas, necessariamente as transformam. Desde sua chegada em Pernambuco, o MST já não é o mesmo de antes, assim como as velhas estruturas de reprodução social também já não podem se manter sob as mesmas bases. Não teria qualquer sentido, portanto, afirmar que o MST é apenas uma substituição da velha por uma nova forma de subordinação e dependência.

## CONCLUSÕES

Analisar a importância do MST por meio de outras organizações com as quais ele se relaciona, de forma direta ou indireta, nos permitiu, ao longo deste capítulo, elaborar um argumento que se sustenta em três processos.

Primeiro, o MST tem sido um agente capaz de introduzir formas de ação que permitem a emergência de um novo padrão de luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo. Uma luta que tem sido feita obrigatoriamente por meio de movimentos e ocupações de terra e de prédios públicos. Como qualquer outro grupo cujo pertencimento não é compulsório, o MST não abrange em seus quadros a totalidade daqueles que demandam terra no país, ou em uma região como a Zona da Mata de Pernambuco. No entanto, suas ações têm sido capazes de estimular, por meio da consagração de uma forma específica de ação, grupos e indivíduos a construírem novas organizações. Estas passam a atuar a partir de lideranças que teriam dificuldades de se acomodar nos quadros do MST, por serem pessoas mais velhas, sem possibilidade de se dedicar ao Movimento de forma integral.

Segundo, como as reivindicações por terra não se têm encerrado na mera obtenção de um lote, as lutas do MST suscitaram nos últimos anos a emergência de novas demandas políticas ligadas à pequena produção. Questões que, como as desapropriações, extrapolam os próprios limites do Movimento, atingindo outros grupos que vivem em situação parecida. Esse é o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores, cuja atuação concentra-se na reivindicação de condições diferenciadas de créditos para a produção familiar. Nessa mesma seara, encontramos também o Movimento das Mulheres Camponesas que, inspiradas pela posição das mulheres no interior dos primeiros acampamentos de colonos sem-terra, vêm lutando por uma maior equidade de gênero nesses e outros espaços. Em ambos os casos, o fato de o MST ter promovido as concentrações e laços entre os pequenos produtores e sem-terra foi fundamental para que as questões de gênero e crédito fossem encaradas de forma coletiva e autônoma.

Terceiro, as ações do MST têm sido capazes de inspirar novas formas de reivindicação em grupos já estruturados. No caso da formação do Movimento dos Atingidos por Barragens, podemos perceber como um grupo que já vinha lutando contra os efeitos da construção de barragens ganha

nova força ao se aliar aos sem-terra capitaneados pelo MST no norte do Rio Grande do Sul, processo que permitiu o intercâmbio de repertórios de ação e de formação política dos dirigentes. Do mesmo modo, a partir do caso da Zona da Mata de Pernambuco, vemos como a concorrência estabelecida com os sindicatos de trabalhadores rurais permitiu a emergência de uma nova geração de sindicalistas. Geração que passou a ser reconhecida no interior do movimento sindical pelas reiteradas ocupações de terras e prédios públicos. Ao mobilizarem esse conjunto de símbolos e novos membros, os sindicatos revitalizaram suas disputas internas e atraíram novamente a atenção da mídia e do Estado para suas reivindicações tradicionais, como salários e previdência social.

Tais processos somente foram possíveis porque, ao contrário do que José de Souza Martins e outros afirmaram,[25] o MST não tem atuado como um "mediador" entre grupos politicamente pré-constituídos e o Estado. No contexto anteriormente descrito, o MST tem tido um papel fundamental para a formação de categorias novas de percepção – gênero, agricultura familiar e sem-terra – que, ao longo do tempo, foram capazes de aglutinar famílias e indivíduos em torno de movimentos. Foi no interior dos acampamentos e assentamentos promovidos por esse Movimento que as pessoas passaram a se pensar como sem-terra.

No entanto, tais categorias somente se tornaram eficazes porque foram capazes de transformar, por meio de um novo conjunto de ações coletivas, as formas tradicionais de ação do Estado. A principal decorrência desse processo é a predominância atual daquilo que denominei de *forma movimento*,[26] ou seja, uma forma de expressão coletiva que se refere a um conjunto de ações e procedimentos obrigatórios que, a partir do modelo consagrado pelo MST, passaram a reger a atuação de militantes dos mais diversos movimentos sociais e, o que é fundamental, dos agentes do Estado. O caráter obrigatório e coercitivo da *forma movimento* é tão grande que, na prática, somente os grupos que a seguem e replicam são considerados legítimos pelos dirigentes regionais do INCRA.

Sendo assim, o MST se tornou, ao longo das últimas décadas, um dos exemplos mais reveladores de que não há como se trabalhar, no Brasil, com as categorias de Estado e sociedade civil de forma dicotômica.[27] Mobilizando concomitantemente pessoas comuns e funcionários públicos, esse Movimento alterou profunda e definitivamente a história das ações coletivas em todo o país.

---

[25] Cf. especialmente Martins (1994, p.158).

[26] Sobre a *forma movimento*, cf. Rosa (2004a).

[27] Em relação a esse ponto, não podemos deixar de lembrar que a principal liderança do MST, João Pedro Stédile, ajudou a organizar os primeiro acampamento de sem-terra enquanto era funcionário do governo do estado do Rio Grande do Sul. Mais recentemente, podemos observar também as ocupações feitas pelo MST exigindo a contratação de funcionários e o aumento de verbas para o INCRA.

# 17
# Somos a perigosa memória das lutas

Hamilton Pereira*

Uma explicação preliminar. Este capítulo pretende examinar o tema das relações entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e as lutas sociais pela reforma agrária no Brasil. Seu contexto, as alianças necessárias, o diálogo e o conflito entre os diferentes setores sociais envolvidos no equacionamento e na resolução dessa questão secular e recorrente na história do Brasil.

Coube-me oferecer alguns elementos que registram a experiência de construção das relações entre o MST e o Partido dos Trabalhadores (PT). Uma construção complexa em um período de ascensão dos movimentos sociais e políticos dos trabalhadores brasileiros, durante os anos 1980, e no período de refluxo que se seguiu, durante a década de 1990.

Desejo iniciar minhas palavras com um testemunho. O testemunho de um militante das lutas pela terra no Brasil durante muitos anos, para que não haja espaço a dúvidas sobre o lugar de onde falo em uma sociedade conflitiva como a brasileira. E para que eu possa, sem a pretensão de parecer neutro, mas, com alguma objetividade, contribuir ao diálogo necessário. Como verão, vou recorrer a um conjunto de símbolos e nomes que marcaram as lutas pela terra no Brasil ao longo de cinco séculos e, particularmente, nos últimos 20 anos, quando emergiu o MST. Utilizarei um conjunto de textos escritos, em grande medida no calor da luta, cerzidos pelo fio da solidariedade com as lutas dos trabalhadores brasileiros que vivem da terra ou do sonho de nela erguer seu futuro como cidadãos. Sem a pretensão de alcançar o texto poético, esses textos recorrem sem dúvida a seu universo de signos e símbolos, de resto inseparável do leite que alimenta essas lutas.

* Este texto foi escrito no final de 2003.

# UM HOMEM, UMA MULHER, UMA BANDEIRA

I

Há uma cruz e uma Encruzilhada.
Dentro do nevoeiro e do frio
há três lençóis brancos, batidos de vento,
nos braços da cruz: como bandeiras de paz...

Dentro do nevoeiro e do frio:
as tendas dos acampamentos.
*"– Que maldição caiu sobre nossos olhos*
*que não os vimos brotar da terra?"*

*"– Que maldição caiu sobre nossos olhos*
*que não ousamos ver o mar de Itaipu*
*arrancando as raízes dessa gente inumerável?"*

*"– Eles têm as mãos que plantavam*
*e colhiam o grão, antes da tempestade.*
*E trazem a boca que ficou de fora da partilha.*
*Eles são as raízes do povo arrancadas, pulsando sua seiva."*

*"– Dormíamos e não ouvimos*
*quando o sertão em mar se converteu*
*e a multidão clamava:*
*terra por terra na margem de Sobradinho..."*

II

De tão antigas, as cercas se fizeram invisíveis.
Habitam nossa retina como parte inseparável da paisagem.
Vedam os olhos, a alma das pessoas.
Cegos, desamparados, contemplamos as cercas
como quem não vê a serpente à espreita.
Eles nos ensinam o penoso exercício de enxergar as cercas invisíveis.
Aprenderam sob o sol, a sangue e fogo que a nação se acaba
ali onde se acaba a cerca do latifúndio.
Eles nos ensinam a ouvir o inaudível clamor dos filhos do silêncio.
A aprender o idioma submerso dos que falam depois dos pátios das fazendas,
dos muros dos condomínios, dos que se amparam sob os viadutos.
Ministram o antigo idioma dos insubmissos, herdados das senzalas,
dos quilombos, dos mocambos, das favelas, das aldeias.
A fala de Palmares, de Canudos, do Contestado, do Caldeirão,
das Ligas Camponesas, de Trombas e Formoso,
de Porecatu, de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.
A fala dos que, na vida, colheram uma lavoura de **nãos**.

III

Eles rondam o arame
das cercas
alumiados pelas fogueiras
dos acampamentos.

Eles rondam o muro das leis
e ataram no peito
uma bomba que pulsa:
o sonho da terra livre.

No país de sombras e terras cercadas
quando um homem, uma mulher e uma bandeira,
um grupo de homens, mulheres e crianças e algumas bandeiras,
milhares de homens e mulheres e a multidão de sonhos e bandeiras
dispersos na atormentada geografia da esperança,
naquelas horas de sombras indefiníveis,
quando já não distinguimos se ainda é noite,
se já é madrugada,
concentram toda a força dos excluídos em suas mãos,
toda a força desse primitivo impulso de justiça
que nos alimenta o sangue,
toda a força do sonho em suas mãos,
toda a força de sua classe em suas mãos,
o alicate morde o fio
e o arame estala como a corda de um violino
e a cerca vem abaixo: eles dão adeus à inocência.
Sabem com todo o corpo que tomaram o céu de assalto:
e o céu era apenas um pedaço de terra ociosa...

IV

A mão que semeia é sagrada.
Como é sagrado o gesto de quem acolhe o corpo da mulher amada
e derrama nos seus olhos a primeira luz do arco-íris.
Aqui, no Assentamento, a mão que planta é a mesma que colhe
e replanta a limpa, a poderosa alegria
de quem cultiva para si e para os seus.
Aquela alegria menina que percorre toda a criação.
A alegria de quem ocupa o espaço que lhe cabe no mundo.
E comete o crime de fazer a terra produzir...
Hoje, eles são meninos e meninas. Riem por qualquer motivo
ou por motivo algum.

Eles são construtores.
Legitimam-se diante da sociedade

como construtores de realidades novas:
aqui antes era a terra cercada e ociosa.
Ocuparam-na para ter um lugar onde viver.
Hoje, nasce um povoado de gente livre e altiva
que se recusou a morrer de fome,
a disputar com os ratos o lixo das grandes cidades.
Legitimam-se não pela propriedade, mas pelo trabalho,
nesse mundo em que o trabalho está em extinção...
Legitimam-se porque fazem História,
num mundo que já proclamou o fim da História.
Eles são um contrassenso porque restituem à vida
um sentido que se perdeu,
porque reinventam a nua humanidade que abdicamos.

V

É verdade que quando ocupam um edifício público ou derrubam a cerca de um latifúndio, não cai com ela o Estado brasileiro. Mas é verdade também que, a cada vez que caem cercas, somos obrigados a olhar o tamanho das desigualdades. O tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome. A bandeira no acampamento, na ocupação, na marcha é sinal de que ali caíram cercas, caíram medos. É invenção de liberdade, sinal de contradição: convoca. Lança o desafio de enfrentar com radicalidade uma história de injustiças radicais.

Eles, somos nós, os que não nos rendemos
ao cerco do cinismo e sonhamos:
um país sem cercas sobre a terra e sobre o peito.
Sem medos: um país de terra livre, de homens e mulheres livres e iguais
porque diferentes na alegria, na festa e na fartura.
*"– Este é o nosso país, essa é a nossa bandeira!"*

## GOVERNO LULA: SIGNIFICADO E DESAFIOS

A partir de 27 de outubro de 2002, dia da vitória eleitoral de Lula, a esfinge da cultura política brasileira está de volta. Ela se põe diante de nós e nos lança o desafio: aderimos a ela e reproduzimos uma sociedade situada entre as mais desiguais do planeta, ou a rejeitamos. E então ela cai sobre nós e nos devora. As esquerdas se veem desafiadas a recuperar a imaginação política. Se veem diante da necessidade de decifrar o enigma da esfinge no contexto da hegemonia neoliberal, para sobreviver como alternativa. Para fazer vingar um projeto democrático e popular no Brasil, é crucial evitar a agenda que reduz todas as faces da crise a uma só: a crise econômica. E para fazê-lo, não há como fugir ao debate da reforma agrária entendida como peça essencial do complexo xadrez da questão social, da questão democrática e da questão nacional no nosso país.

A amplitude da frente política que oferece sustentação ao governo Lula restringe as possibilidades de democratizar a estrutura fundiária do Brasil. É um paradoxo aparente. Mas há um fato incontornável: ao incorporarmos setores ligados ao agronegócio no âmbito da frente, trazemos com eles um conjunto de interesses que se contrapõem à reforma agrária e ao desenvolvimento sustentável por considerá-los questões anacrônicas. Questões já resolvidas pela evolução capitalista no Brasil.

O país, atualmente, conta com uma agricultura moderna que incorpora tecnologias avançadas, produz alimentos e divisas. Mas tenta, em vão, esconder uma estrutura fundiária indefensável em uma nação contemporânea. A elite brasileira insiste em manter uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, produzindo miséria rural e graves desequilíbrios no espaço urbano, que recebeu, no último quarto do século XX, gigantesca massa de deserdados da terra. Hoje, o agronegócio responde por importante parcela da produção das divisas de que o Brasil necessita para financiar a retomada do desenvolvimento. Mas, é indispensável constatar, essa agricultura que produz divisas não consegue responder ao primeiro desafio da agricultura de um país que se quer moderno e democrático: assegurar o alimento necessário em quantidade e qualidade para seu próprio povo.

Há, entretanto, na base social que sustenta o governo Lula, forças políticas que se situam a partir de interesses e perspectivas diferentes daquelas defendidas pelo agronegócio. Tais forças políticas populares, precisamente aquelas que resultam do movimento de massas que, na década de 1980, deu o impulso inicial à construção e consolidação do Partido dos Trabalhadores, o movimento sindical constituído ou aglutinado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), os movimentos comunitários dos grandes centros urbanos, as Comunidades Eclesiais de Base, organizadas pela Igreja Católica, setores importantes da intelectualidade, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, aglutinado na CONTAG, e o MST, defendem uma perspectiva que inclui a agricultura familiar, nas diferentes formas como se manifesta nas distintas regiões do país, como um fator decisivo para o novo processo de desenvolvimento, em bases radicalmente diferentes dos processos anteriores: um desenvolvimento que seja soberano, democrático, sustentável e socialmente justo. Para essas forças populares a questão agrária e o desenvolvimento sustentável não são questões anacrônicas, ao contrário, têm voltado de forma recorrente à agenda da sociedade brasileira precisamente porque não foram resolvidos. E de sua resolução adequada dependerá a definição do caráter democrático e popular do governo Lula.

Com essa reflexão inicial proponho três questões para o debate em torno da experiência que se encontra em curso no Brasil: (1) como uma frente política tão ampla se conduzirá para resolver a questão da reforma agrária e do desenvolvimento sustentável no Brasil?; (2) como as forças políticas e sociais, organizadas no MST e na CONTAG, se dispõem na arena para

disputar os rumos da política agrária, agrícola e de segurança alimentar do governo Lula?; e (3) como recuperar a capacidade operacional do Estado brasileiro – leia-se INCRA – para conduzir um processo dessa magnitude?

## O CAMINHO PERCORRIDO

Para melhor compreensão do processo, talvez seja necessário recuperar o percurso das duas últimas décadas do século XX no Brasil, assim será mais fácil identificar os seus atores sociais mais visíveis.

O Partido dos Trabalhadores constituiu-se sob o impulso do movimento operário do final dos anos 1970 simultaneamente como um fato político e cultural. Político, porque recolheu a indignação e as esperanças de vastos setores populares e ofereceu a eles a materialidade de um instrumento de ação coletiva para a luta contra a ditadura militar instaurada no país em 1964; cultural porque rompia com a tradição oligárquica do comportamento político das elites e com a herança autoritária da cultura da esquerda que o precedeu a partir de uma prática radicalmente democrática.

A emergência do PT estabeleceu um ponto final na dispersão de duas décadas na esquerda brasileira. De algum modo se antecipava à crise dos partidos socialistas e comunistas tradicionais, não por uma inspiração intelectual e profética, mas pela surda determinação de uma realidade social que exigia a ação de um novo personagem no cenário político do país: a classe operária. É possível dizer que estávamos refundando a esquerda, no Brasil, no estrito sentido de conferir-lhe a substância de classe que havia perdido durante os largos anos de repressão e ao liberar a energia social capaz de retirá-la do gueto onde fora confinada por um estado policial.

Cinco anos depois de o Partido dos Trabalhadores emergir na cena política do Brasil, os trabalhadores do campo – em particular da região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) – realizaram o I Congresso Nacional do MST, contando já com alguma participação de representantes de outros estados do país. Um movimento formado por trabalhadores expulsos de suas terras pela modernização tecnológica da agricultura e pelo impacto social e ambiental de grandes projetos de infraestrutura, como a usina hidrelétrica de Itaipu, no Paraná. Contou, na etapa inicial, com forte contingente de filhos de pequenos agricultores familiares empobrecidos do Sul, que não conseguiam, nas condições da época, reproduzir-se economicamente na pequena propriedade.

Abro um parêntese. Eu me encontrava entre os militantes que, em setembro de 1982, participaram da reunião interna da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que avaliou as condições para o lançamento de uma comissão de luta pela terra no próprio âmbito da CPT. A ideia foi rechaçada sob o argumento de que os próprios trabalhadores é que deveriam constituí-la.

Que a CPT deveria ater-se a seu papel de "interligar as lutas dos trabalhadores do campo" e não substituí-los em suas organizações. Essa reunião precedeu aquela que ocorreria em Goiânia entre a CPT, representada por Daniel Rech e coordenadores das lutas pela terra, em particular do Sul do Brasil, e concluiu que eram prematuras as condições para o lançamento de um movimento de trabalhadores sem-terra em âmbito nacional, entre outras razões, porque os coordenadores de tais lutas nos diversos estados, àquela altura, eram os agentes de pastoral profissionalizados pela CPT e não os próprios trabalhadores. Garantiu-se o apoio às lutas locais interligando-as com lutas mais amplas de caráter regional, já esboçada a perspectiva de constituir-se um novo instrumento de luta dos trabalhadores do campo, capaz de superar os limites das demandas de caráter meramente sindical. O congresso ocorreria em Curitiba, em janeiro de 1985, e afiançaria a existência desse novo instrumento: o MST.

## A SECRETARIA AGRÁRIA NACIONAL DO PT: ORGANIZAR A ESPERANÇA

Formalmente constituído desde o primeiro Diretório Nacional do PT, em fevereiro de 1980, o coletivo da Secretaria Agrária Nacional, dirigida pelo companheiro Geraldo Pastana, militante da região de Santarém, Pará, não contou nos primeiros anos com a estrutura necessária para dar conta das imensas tarefas de implantar o partido no campo. Só ganharia efetiva capacidade de ação, com alguma estrutura em São Paulo e Brasília, a partir do V Encontro Nacional do Partido, em 1987. Durante o processo Constituinte, a Secretaria Agrária deu suporte técnico e político à bancada do PT no que tocava às questões específicas em debate em torno da estrutura agrária e da produção agrícola. Essa experiência foi dotando o PT de mecanismos orgânicos capazes de oferecer respostas políticas às demandas dos movimentos sociais.

Estruturou-se assim um instrumento da Comissão Executiva Nacional do PT que passou a trabalhar em torno de alguns objetivos: o primeiro deles foi estabelecer e coordenar as relações políticas entre o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais que atuavam no campo: o recém-nascido MST, a CUT, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, dirigido pela CONTAG, federações e sindicatos de trabalhadores rurais em diferentes estados do Brasil, e as oposições sindicais que naquele momento disputavam com o sindicalismo *pelego*, termo que no país designa o sindicalismo oficialista. Além da relação com os movimentos sociais, a Secretaria Agrária passou a dialogar com organizações sociais de apoio às lutas dos trabalhadores que desempenharam importante papel na consolidação desses movimentos, como a CPT, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)

e a organização não governamental FASE, entre outras, e com centros de estudo e pesquisa de temas rurais de algumas universidades.

A experiência da Secretaria Agrária Nacional, com a efetiva participação do secretário do partido, dirigentes e militantes de movimentos sociais, estudiosos e técnicos das questões agrária e agrícola, abriu caminho para a formalização do Núcleo Agrário da bancada na Câmara dos Deputados. O Núcleo Agrário foi constituído em 1990, com a renovação do Congresso Nacional e a eleição de alguns deputados vindos da militância nos movimentos sociais do campo. Teve por objetivo dar coesão às iniciativas dos deputados eleitos a partir das lutas rurais e estabelecer a ponte entre a ação parlamentar e o Diretório Nacional do Partido.

Para coordenar o diálogo e a ação do partido no âmbito parlamentar e em face dos movimentos sociais, a Secretaria Agrária Nacional estruturou um Coletivo Nacional onde se realizavam os debates e se adotavam resoluções das linhas gerais de atuação do PT. Nesse coletivo, tiveram assento militantes petistas dirigentes de movimentos sociais, como Avelino Ganzer, João Pedro Stédile, Geraldo Pastana, Waldemir Tortelli, Davi Stival, Luci Choinachki, Ivar Pavan, Geraldo Garcia, Walter Bianchini, Rolf Hackbart, Antônio Marangon, Paulo Valle, Rogério Sottilli e Hamilton Pereira, entre outros. A participação desses militantes garantia grande sintonia entre as mobilizações dos movimentos sociais e a sensibilidade do partido nos embates com os setores conservadores, em especial os latifundiários organizados na União Democrática Ruralista (UDR). Registro, por dever de justiça, e porque honra a trajetória do PT, a participação como militante, deputado e dirigente político do companheiro Plínio de Arruda Sampaio, que trouxe consigo a vasta experiência de luta pela reforma agrária acumulada ao longo de anos, seja no Brasil seja em outros países, a serviço de organismos internacionais. Assim também, houve intensa colaboração do dr. José Gomes da Silva, talvez o mais importante lutador pela reforma agrária no Brasil na segunda metade do século XX, que, embora nunca se tenha filiado ao partido, ofereceu inestimável contribuição para qualificar a elaboração teórica e a ação política do PT nas questões agrárias, agrícolas e introduziu na agenda do país a bandeira da Segurança Alimentar, que resultaria na memorável campanha contra a fome no Brasil liderada por Betinho, no governo Itamar Franco.

Na década de 1990, o MST converteu-se em um movimento de alcance nacional, com presença e organização em todas as grandes regiões do país. Com forte capacidade de mobilização dos trabalhadores e de intervir no debate político para repor a reforma agrária na agenda do país, na contramão da tendência declinante dos movimentos sociais no Brasil, foi um dos poucos movimentos que soube fazer uma leitura lúcida das contradições da sociedade, naquele momento, e crescer sob o permanente ataque do governo Cardoso.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais, organizado na CONTAG, cumpriu uma trajetória distinta. Fundada em 1963, véspera do golpe militar, a CONTAG deriva das lutas pela reforma agrária dos anos 1950, sobreviveu à repressão da ditadura, integrou-se ao sindicalismo oficial, ainda que, diferentemente de outras confederações sindicais, tenha mantido alguma representatividade e capacidade de mobilização na década de 1980. Tais características determinaram o complexo processo de disputa e negociação que resultou na sua integração à CUT.

Para o objetivo desta breve informação, irei me fixar em dois atores centrais: o PT e o MST, e das relações entre eles, mediada agora por outro fator determinante, o governo Lula. Ponho em destaque uma face que me parece pouco examinada de nossa experiência: mesmo mantendo importantes elementos de sua plataforma política em comum, mesmo que militantes do partido se encontrem em postos importantes nas coordenações regionais e coordenação nacional do Movimento, as relações entre o PT e o MST têm sido marcadas por rigorosa autonomia de ação.

Não se trata, a meu juízo, de um pormenor, mas, sim, de uma conquista importante tanto do Partido dos Trabalhadores quanto do MST no que diz respeito à construção de relações políticas democráticas e republicanas. Em termos práticos, significa a superação de concepções ideológicas da esquerda orientadas pela subordinação dos movimentos ao partido, nos marcos da conhecida teoria da "correia de transmissão", formulada pela Terceira Internacional Comunista, sob a influência de Stalin. Por suas raízes históricas fortemente fincadas nos movimentos sociais dos trabalhadores, em especial no movimento sindical, o PT teve diante de si uma oportunidade original de inverter a lógica da experiência do movimento operário europeu, em que o partido baixava sua linha de ação política para os movimentos, e fazia deles uma correia de transmissão de suas concepções e diretrizes para a sociedade. Essa concepção, disseminada pela Terceira Internacional, foi predominante na cultura política da esquerda brasileira. Na experiência do PT, sobretudo nos primeiros anos, ocorreu o inverso: em grande medida o partido que engatinhava se tornou a vocalização, a expressão política dos sindicatos e movimentos sociais que lhe deram impulso. Esse fato permitiu ao PT estabelecer uma relação muito mais fecunda com os movimentos sociais do que as experiências da esquerda brasileira que o precedeu.

A constituição de coletivos partidários e ação parlamentar, como o Núcleo Agrário da bancada, na Câmara Federal, e o Coletivo da Secretaria Agrária Nacional, materializaram um espaço democrático de diálogo e formulação na esfera do partido em que garantiam seu assento os representantes dos movimentos sociais mais importantes na luta pela reforma agrária, estudiosos das questões agrárias e agrícolas e representantes de entidades de apoio e interligação das lutas dos trabalhadores do campo. Essa experiência contribuiu para a constituição posterior, em 1995, do Fórum

Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, rede que aglutina 45 entidades da sociedade civil brasileira.

## O PARTIDO DOS MOVIMENTOS E OS MOVIMENTOS DO PARTIDO

O movimento social que levantou o Brasil, nos últimos 25 anos do século XX, produziu transformações significativas no fazer político tradicional, mas ainda não se mostrou capaz de dar corpo ao projeto cultural – no sentido do conjunto de valores da cultura política – que corresponde a quem sonha ser gerador ou parceiro na construção de uma sociedade justa. Aquela sem explorados nem exploradores de que falávamos quando fundamos o PT.

Na história política do Brasil é possível distinguir um traço diferenciador entre esses movimentos e seus antecessores. Em todas as experiências de mobilização/organização popular gestadas nesse período, verifica-se um vínculo direto e profundo entre representantes e representados. Foi a maneira que encontramos de nos diferenciarmos da "legitimidade" política dos militares, imposta pela força das armas, e fugirmos da crise de representação que abrira um abismo entre o cidadão comum e a sociedade política. Desse vínculo estreito entre os movimentos e suas bases sociais e políticas, extraímos a energia para enfrentar as batalhas dos primeiros anos.

Creio que não cometerei grande injustiça se afirmar que a mesma fonte de energia que determinou o poderoso impulso dos movimentos sociais no Brasil, e em apenas 20 anos levou sua expressão política mais importante – o Partido dos Trabalhadores – a disputar por quatro vezes a Presidência da República, fixou, a partir de 1998, seu próprio limite. O estreito vínculo com as reivindicações sindicais e populares de que se fez voz criou dificuldades para os movimentos sociais e o PT na elaboração de um projeto nacional democrático e popular consistente e para sua conversão em ação política. Refletíamos bem os interesses das categorias e as demandas dos movimentos sociais que mobilizamos, mas está difícil estabelecer a ponte entre eles e os interesses gerais do país, os interesses das classes e das camadas sociais que fazem a maioria da nação.

Apresentou-se aos movimentos sociais e ao PT o desafio: como escapar dos limites dos interesses localizados e encontrar o caminho da unificação deles no projeto nacional, democrático e popular? Passamos a viver, a partir dessa época, uma situação singular. Estamos simultaneamente presentes nos movimentos sociais, no partido, nos parlamentos municipais, estaduais e no parlamento federal e em executivos municipais e estaduais. A pergunta que se impunha era: como conjugar todas essas esferas de ação política – e para não nos convertemos simplesmente em mais uma força conservadora entre tantas no país – e orientá-las no sentido das transformações sociais que os trabalhadores nos cobram.

A partir de 1998, com a terceira derrota nas eleições presidenciais, a resposta do partido foi iniciar um movimento em direção ao centro do espectro político do país com o objetivo de constituir maioria eleitoral com alguma viabilidade para a disputa de 2002. Produz-se nesse momento um distanciamento importante entre os organismos partidários e os movimentos sociais que resultará em certo isolamento do movimento dos sem-terra, fustigado permanentemente pelo governo Cardoso, que buscava criminalizá-lo para combatê-lo com mais facilidade. É de justiça registrar, entretanto, que o PT jamais faltou com a solidariedade ao Movimento dos Sem-Terra, seja no Parlamento, seja com a presença de seus militantes e dirigentes nas lutas sociais, nas ocupações de terra ou nos momentos mais dramáticos, como Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

## O PARTIDO (E OS MOVIMENTOS) DIANTE DA ESFINGE

Nenhum organismo de natureza política ou social, cultural, religiosa, civil ou militar escapa à dilaceração em que se encontra a sociedade brasileira. O volume, a quantidade e o ritmo das mudanças que ocorreram no Brasil nos últimos 20 anos aprofundaram o abismo que já separava ricos e pobres no país. Esse processo ocorreu simultaneamente à queda da ditadura e aos avanços democráticos que conquistamos. Em uma palavra, democracia, para milhões de brasileiros significou o aprofundamento da miséria material.

A miséria econômica de milhões fatalmente incide sobre os movimentos sociais e sobre o conjunto da sociedade política. Abriu-se uma crise de legitimidade tanto nos movimentos sociais como nos partidos. Os movimentos que emergiram nesse período e os partidos que lhes deram expressão política foram lançados com prodigiosa energia para o coração da dinâmica política do país. Eram o grito organizado dos excluídos. Antes de nós, esse grito não tinha forma nem tradução para o idioma político do país. Recordem a primeira greve dos trabalhadores da construção civil em Brasília, em maio e junho de 1979. Não havia palavra de ordem. Os pedreiros desciam do andaime e faziam seu arrastão paralisando uma obra após a outra. Eles urravam como animais. Eram homens a quem o capital havia saqueado tudo, até a palavra. Nós nos tornamos a voz desses milhões de excluídos das cidades e dos campos.

Na medida em que se aprofundou o abismo entre a economia formal e informal, entre os trabalhadores de uma e de outra, entre os que sobrevivem ainda que precariamente em um posto de trabalho e os que amargam o desemprego, entre os representantes dos movimentos e seus representados, entre eleitores e eleitos, entre os que moram e os que só têm o viaduto para proteger-se, entre os que comem regularmente e os que revolvem o

lixo das grandes cidades para se defender da fome, os movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores passam a ser acuados pela esfinge do Estado brasileiro, assentado sobre os alicerces da exclusão social.

Essa esfinge, ao longo dos séculos tem demonstrado capacidade para destruir a sangue e fogo ou para digerir imperceptivelmente as mais autênticas e autônomas formas de organização social ou política dos excluídos. Assim foi com Palmares, Canudos, Contestado ou com as pequenas rebeliões camponesas do último quarto de século, assim tem sido com todas as tentativas dos partidos populares que puseram os pés na institucionalidade e fizeram da permanência nela seu maior objetivo.

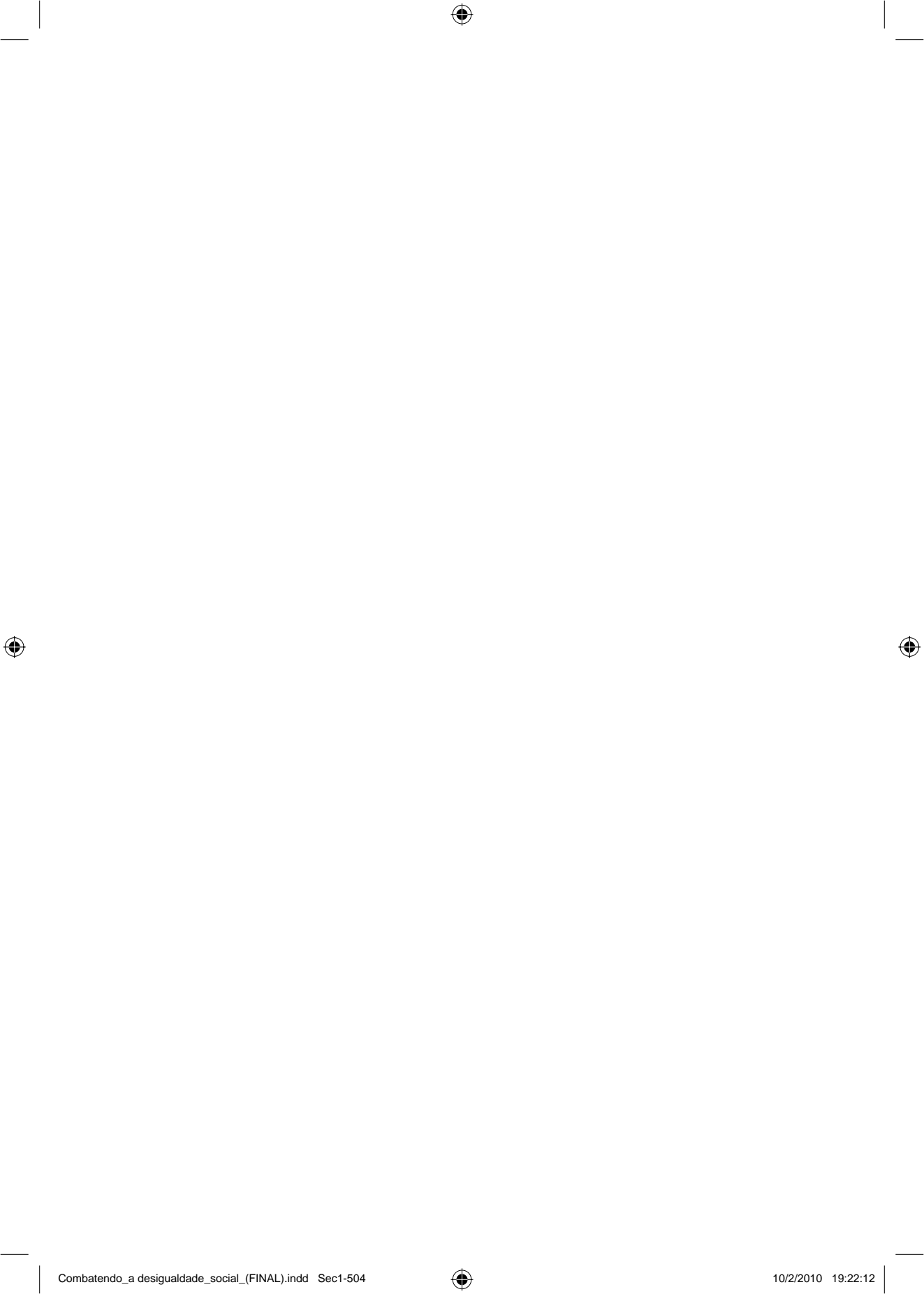
A energia social que nos impulsionou para o centro da cena política brasileira vem da margem. Dos excluídos. Das classes trabalhadoras. É com os olhos postos nela que poderemos escapar do deslumbramento e da sedução da esfinge. Neste momento em que assumimos o governo federal, se adotarmos o discurso (e a política) das elites como passaporte para a modernidade não chegaremos a outro lugar senão ao de sócio subalterno do sistema de privilégios e exclusões que julgamos combater.

## A AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DIANTE DO GOVERNO LULA

É preciso dispensar um olhar mais atento ao MST. Não apenas porque sua ação golpeia um dos alicerces fundamentais das desigualdades sociais no Brasil – o monopólio da terra – mas, também, porque o Movimento encontrou caminhos alternativos para o passo seguinte à terra conquistada: a recriação da propriedade familiar, das cooperativas, das associações, da socialização da produção. A reinvenção das políticas de combate à pobreza, à fome, à miséria, ao desemprego, com eficiência. Porque são ações políticas participativas, democráticas. Mais ainda. Porque, hoje, o MST encontra na ação o caminho que os movimentos sociais procuram, aquele que nos levará à ponte entre os interesses imediatos de um setor da sociedade e os interesses das maiorias excluídas da nação. O país quer combater a fome. O país quer distribuição de renda, de terra, o país quer empregos, salários dignos, o país quer que os homens e mulheres da terra possam nela permanecer para produzir o pão que falta na boca de milhões.

Os movimentos sociais passam a cumprir um papel diferente diante do novo governo. Mais do que nunca é fundamental manter a autonomia de ação. Mas, ao mesmo tempo, será fundamental manter o diálogo com o governo e travar um combate diário contra os setores conservadores incluídos na sua base de sustentação. Não há soluções simples para uma realidade tão conflitiva. A presença do PT à frente do governo produz inevitavelmente certa anemia na direção partidária porque os dirigentes

mais experimentados devem assumir postos no Executivo federal e levará algum tempo até que os novos dirigentes se afirmem perante a militância do partido e dos movimentos sociais dos trabalhadores.

Este limite, frequente nas experiências de governos de esquerda, só será superado com forte impulso dos movimentos sociais para mobilizar as massas a defender o governo dos ataques dos setores conservadores e para cobrar do governo – e do partido que o lidera – os compromissos históricos assumidos com as classes populares. As elites brasileiras têm demonstrado historicamente grande capacidade de sobrevivência política. E não há dúvida de que importantes setores delas se encontram atualmente na base de sustentação do governo Lula. Entre eles, o setor do agronegócio, que se contrapõe de maneira firme à reforma agrária. O desafio do MST é evitar o isolamento político para que não se converta no personagem da novela do peruano Manoel Scorza, *Garabombo, o invisível*, aquele que só irrompeu nos salões da política quando o sangue marcou o caminho que percorreu. Esse sangue, contudo, sabemos todos, não traz consigo apenas a marca da dor, traz a marca da esperança, sempre. Para que o MST permaneça sendo "a perigosa memória das lutas" e possamos, os movimentos e o partido, repetir com o poeta: "A revolução que acalentamos na juventude faltou. A vida, não. A vida não falta. E não há nada mais revolucionário que a vida".

# 18
# Desafiando a desigualdade: contestação, contexto e consequências

Miguel Carter[†]

O MST é sem dúvida um movimento brasileiro controverso. Ele não se encontra apenas no fio de transformações significativas no país; em muitos aspetos, ele *é* o fio. Nenhuma outra organização no Brasil incorpora a força, a incisividade e as aspirações a uma mudança social fundamental representada como o MST. Os capítulos deste livro apresentaram uma avaliação simpática, porém matizada deste fenômeno, fundada em extensas pesquisas e trabalhos de campo.

Esta conclusão reúne as revelações e ideias centrais apresentadas nesta antologia, e analisa suas principais implicações para a transformação social do Brasil. Este capítulo é dividido em três seções. A primeira, "Contestação", oferece uma síntese dos principais argumentos contra a luta do MST pela reforma agrária e delineia os contornos mais amplos do debate em questão. A seção seguinte, "Contexto e complexidade", baseia-se nos achados do livro para sugerir formas nas quais uma compreensão mais profunda do movimento dos sem-terra poderia ser atingida. A parte final, "Consequências", examina: (1) os obstáculos à reforma agrária no Brasil; (2) a função do ativismo público na efetivação da mudança; e (3) as radicais implicações democráticas da luta do MST pela justiça social.

## Contestação

Este livro faz parte de um debate público mais amplo sobre a reforma agrária no Brasil. As ideias e reflexões oferecidas aqui raramente são transmitidas

[†] O autor gostaria de agradecer a Ralph Della Cava e Kristina Svensson pelos valiosos comentários e sugestões.

pela mídia de massa do país. Em vez disso, a grande imprensa nacional tem dado ampla atenção aos intelectuais com visões muito críticas em relação à luta social do MST. Quatro dos críticos mais conhecidos são: José de Souza Martins, Zander Navarro, Francisco Graziano e Denis Lerrer Rosenfield.[1] Por meio de suas publicações acadêmicas, colunas de jornais e entrevistas para a imprensa, esses quatro acadêmicos têm exercido um papel fundamental na legitimação de uma postura cética em relação à reforma agrária e no reforço de avaliações pesadas do MST. Seus argumentos empregam três linhas básicas de ataque. A primeira apresenta o MST como um "movimento anacrônico e retrógrado" e tende a tratar a reforma agrária como uma política "obsoleta". A outra argumenta que a reforma agrária se transformou em um "fracasso". A terceira forma de ataque sustenta que as relações de confronto do MST com as instituições governantes do Brasil representam uma "ameaça" à democracia.

Para Martins (2000, p.18-9, 26), um dos sociólogos rurais mais renomados do Brasil, o MST é o equivalente ao movimento ludita inglês, uma revolta popular de curta duração do início do século XIX famosa por invadir fábricas e destruir máquinas novas. Incitado por crenças "fundamentalistas" similares, ele insiste, o MST "se recusa a reconhecer a legitimidade institucional e das ações do governo e do Estado". Com efeito, de acordo com Martins, as ações e demandas do Movimento representam uma "forma pré-política e precária de demolir a ordem política".[2]

[1] As ideias sustentadas pelos quatro analistas têm recebido ampla atenção da grande imprensa brasileira. Martins, um professor emérito da Universidade de São Paulo, é o mais prolífico sociólogo rural do Brasil. Navarro é professor de sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ambos atuaram como assessores para o MST e a CPT. Depois de meados da década de 1990, Martins e Navarro tiveram conflitos pessoais com representantes dessas organizações e acabaram servindo como consultores do governo Cardoso. Graziano foi um assessor próximo do presidente Cardoso. Ele escreve uma coluna regular para três dos principais jornais do país e dirige uma ONG dedicada à promoção dos interesses do agronegócio. Rosenfield é professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele escreve com frequência para dois dos jornais mais importantes do Brasil. Considero importante que o leitor saiba que Leslie Bethel, diretor do Centre for Brazilian Studies da University of Oxford, e eu convidamos Martins, em 2003, a que escrevesse o capítulo de conclusão deste livro, no entanto ele cortesmente recusou o pedido.

[2] Fernando Henrique Cardoso oferece uma análise similar em seu livro de memórias presidenciais. Ele descreve o MST como pertencente "a um nicho de resistência à modernidade e portador de uma utopia regressiva". De acordo com Cardoso, o MST "olha" o mundo "pelo retrovisor" (2006, p.70). "As nuvens plúmbeas do passado estatista e centralizador continuam a influenciar as lideranças rurais de esquerda", explica o ex-presidente. "Elas se opõem a uma efetiva decentralização, temendo o fantasma das oligarquias locais, sem se dar conta dos avanços democráticos da sociedade brasileira e buscando manter a visão tradicional, que prefere politizar e partidarizar a questão agrária a resolver as demandas das populações pobres do campo" (2006, p.541). Chama a atenção que um intelectual da altura de Cardoso considere possível fazer uma reforma agrária "despolitizada", tendo em conta que ao longo da história mundial tais reformas sempre foram conflitivas, e, portanto, "politizadas", de uma forma ou de outra.

Martins (2000, p.49, 60) ainda afirma que o MST e seu aliado na Igreja, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), são liderados por intermediários radicalizados da classe média – ativistas profissionais, intelectuais e membros do clero – que filtram as vozes autênticas e usurpam as verdadeiras demandas dos pobres do campo. Os interesses ideológicos e partidários desses ativistas da classe média, ele argumenta, ignoram os valores essencialmente "tradicionais e conservadores da terra, do trabalho, da família, da comunidade e da religião" dos camponeses. Além disso, o "radicalismo aparente" do Movimento não lida com a verdadeira "raiz do problema", mas serve como "parte do própio processo de manutenção das desigualdades sociais... que pretende mudar" (Martins, 2000, p.49, 60). Do ponto de vista de Martins, o centro do impasse agrário no Brasil reside nos próprios ativistas da reforma agrária, que "manipulam" e "usam" os camponeses pobres de formas que replicam os velhos padrões oligárquicos de dominação coronelista.[3] Em outras palavras, devido a suas ideias deturpadas, o MST e a CPT, e não os latifundiários e seus aliados do agronegócio, tornaram-se os principais obstáculos ao progresso no campo.

Navarro, outro sociólogo, considera que "O MST perdeu a sua razão de ser, pois o tempo da reforma agrária passou, e esta, de fato, há muito deixou de ser uma exigência histórica e nacional, sob qualquer ângulo".[4] A urbanização e o sucesso do desenvolvimento do agronegócio no Brasil neutralizaram a *raison d'etre* da reforma agrária, já que essa política deixou de ser necessária para estimular a economia rural. Qualquer mobilização contra essa tendência histórica é inútil.[5] Navarro descreve o MST como uma organização "anti-sistêmica" e "anti-Estado", motivada a agir por canais não institucionais de ação devido a sua orientação marxista dogmática.[6] Ele argumenta que o MST deixou de ser um movimento social na década de 1990, degenerando-se em uma organização "semiclandestina", "leninista ortodoxa", liderada por um pequeno grupo revolucionário. O MST, salienta Navarro, é sustentado por práticas "não democráticas", um "*ethos* militarista" e a "devoção quase religiosa" de seus ativistas. Os centros de treinamento do grupo reproduzem o "infatilismo político" e "leninismo pueril" de seus líderes nacionais, e insuflam uma "mistificação ideológica" do mundo que "pode atingir o patético".[7]

A disposição autoritária do MST é tamanha, acrescenta Navarro, que eles chegam a se "recusar, categoricamente, (a formar) qualquer tipo de

[3] Martins (2003a, p.27, 44). Cf. também Navarro (2002a, p.229, 2003). Para uma visão mais cáustica da CPT e da "lavagem cerebral" realizada pelo MST nos pobres do campo, cf. Rosenfield (2006, p.240, 257, 326, 329, 373).

[4] Entrevista com Navarro (Scolese, 2003).

[5] Entrevista com Navarro publicada pela Agência Folha (2003).

[6] Navarro (2002a, p.208, 211; 2002b, p.279).

[7] Navarro, (2002b, p.277; 2002a, p.207, 216), Arruda (2003), Navarro (2002a, p.209).

aliança política definida como tal com outras organizações populares no campo, preferindo, pelo contrário, combatê-las e, se possível, dominá-las".[8] O MST, ele alega, controla seus assentamentos da reforma agrária por meio de manipulações e imposições autocráticas, incluindo a extorsão dos assentados que dependem da organização para a alocação de fundos públicos (Navarro, 2002a, p.215-7).

Graziano, ex-deputado federal e ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) durante o governo Cardoso, insiste que a modernização das grandes propriedades rurais extinguiu os latifúndios tradicionais. Por esse motivo, o Brasil tem pouca terra, ou mais nenhuma, para redistribuir nas regiões mais desenvolvidas. Para Graziano, a "maior prova" de que a reforma agrária é uma "receita obsoleta" se "encontra no retumbante fracasso da maioria dos assentamentos rurais existentes". A reforma agrária "em nada está ajudando no combate à miséria do nosso país". Pelo contrário, a demanda pelos recursos já escassos do Tesouro público "subtrai benefícios da política social, provoca desperdício e os canaliza para uma casta de militantes políticos. Criam-se privilegiados, uma nova clientela do Estado". Na verdade, ele alega, a reforma agrária é responsável por exacerbar a pobreza no campo, com destaque para a produção de favelas rurais.[9]

A reforma agrária errou, de acordo com Graziano (2004, p.239, 72), quando "perdeu sua histórica justificativa econômica e se direcionou para o campo das políticas sociais. Ao pretender se tornar contemporânea, no auxílio aos pobres e excluídos da sociedade, ela deixou de lado sua racionalidade (econômica) e caminhou para o voluntarismo". As pessoas destituídas não podem se tornar "agricultores competitivos". A maioria das pessoas mobilizadas pelo MST, ele sustenta, são requerentes não merecedoras de terra: "Desde os mais pobres até os remediados, comerciantes, açougueiros, vendedores ambulantes, prostitutas, todos querem colocar as mãos no negócio de ganhar terra de graça, fingindo ser sem-terra".[10] Ainda segundo esse autor, "Os milhões de pessoas sem-terra" que os defensores da reforma agrária representam "simplesmente inexistem; sendo fruto de uma quimera, um sonho ideológico". O MST, por essa ótica, é "uma organização

---

8 Navarro (2002b, p.278-9). Cf. também Navarro (2002a, p.218).

9 Graziano (2004, p.133, 38-40, 108). Com base em um livro publicado por um jornalista vinculado ao grupo católico ultraconservador Tradição, Família e Propriedade (TFP), Graziano descreve uma das comunidades históricas do MST no Rio Grande do Sul, o assentamento Annoni, como "a maior favela rural da América Latina". Ele assegura ao leitor que essa afirmação é verdadeira porque "ninguém os desmentiu". (2004, p.128-129). Contudo, quando eu visitei o assentamento Annoni – em 2003, 2005 e 2006, entre outras visitas –, encontrei uma comunidade rural bastante próspera, com três cooperativas, cinco unidades de processamento de alimentos, três supermercados e um grande silo de armazenamento de grãos. Desde 1996, esses assentados elegem em sucessivas ocasiões um de seus membros para a Prefeitura do seu município.

10 Graziano (2004, p.239, 72, 161).

guerrilheira, autoritária" que "coloca em xeque a sociedade democrática" ao promover atos de "terrorismo agrário" com suas ocupações de terra.[11]

Rosenfield trata o MST e a CPT como organizações "criminosas" e "revolucionárias". Ele as acusa de promover, "Invasões de propriedade, sequestros, posse ilegal de armas, desrespeito à lei e depredação de propriedades", além do "uso generalizado da violência". As verdadeiras intenções revolucionárias do MST e da CPT podem ser discernidas na "glamourização da violência" em suas canções e poemas, e tão bem à afeição a Che Guevara.[12] Junto à principal confederação de trabalhadores do Brasil, a Central Única de Trabalhadores (CUT), essas organizações visam "a supressão da economia de mercado, do estado de direito e da democracia representativa, ou seja, das liberdades".

Rosenfield alerta o leitor a não se deixar enganar pela demanda por distribuição de terra feita pelo MST, seus argumentos pela implementação de um sistema de plebiscitos nacionais, sua petição para reduzir as elevadas taxas de juros do Brasil, e sua representação do socialismo em termos morais, porque, por trás dessa fachada, o MST na verdade quer estabelecer um sistema comunista totalitário baseado nos modelos soviético e cubano.[13] O título do livro de Rosenfield descreve o MST como uma "ameaça à democracia". Suas sombrias conclusões, contudo, baseiam-se principalmente na exegese de apenas seis textos: um livro de canções da CPT, duas edições de uma revista do MST, uma publicação sobre a história do Movimento e dois documentos sem importância apreendidos durante uma batida policial em um acampamento do MST.[14]

Esses quatro intelectuais têm ajudado a sancionar as representações recorrentes do MST na grande mídia que a retratam como uma "organização autoritária, violenta, manipuladora, revolucionária que mobiliza falsos sem-terra". Dessa forma, eles endossam uma imagem pública que trata o Movimento como um "perigo" ao Estado brasileiro e seu regime democrático. A proposição tácita aqui claramente serve de base para exigências conservadoras de reprimir as demandas do MST e restringir suas atividades de protesto.[15]

---

[11] Graziano (2004, p.244, 304, 72; 2006).

[12] Rosenfield (2006, p.220-1, 228-38, 253-4).

[13] Rosenfield (2006, p.247, 252-253, 303, 309, 301, 311).

[14] Os dois livros em questão são: Comissão Pastoral da Terra (CPT/RS) e Comunidade Pe. Josino dos Freis Capuchinhos e Franciscanos. Tupanciretã, RS (2003) e Mitsue Morissawa (2001). Além disso, Rosenfield analisa duas edições da *Revista Sem-Terra*, do MST, publicadas em 2005; e dois documentos não publicados apreendidos pela polícia em um acampamento de sem-terra no Rio Grande do Sul: o "Documento da Frente Sandinista" (Matagalpa, 1987) e a agenda pessoal de um líder local do MST. De fato, as ideias de Rosenfield não são fundamentadas por nenhuma pesquisa empírica relevante de campo.

[15] Não foi por acaso que o documento confidencial do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul que encaminhou uma série de ações legais visando "dissolver o MST" neste estado tenha fundamentado seus argumentos, de modo especial, nas teses do professor Zander

Tais críticas ao MST lançam mais luz sobre seus autores do que sobre os fenômenos que eles procuram combater.[16] O caráter extremista de muitas de suas afirmações, as grosseiras simplificações, os ataques gratuitos e a falta de evidências empíricas fundamentando muitas de suas análises sugerem que esses intelectuais podem estar mais interessados em difundir uma "retórica da intransigência", para utilizar o termo bastante adequado de Albert O. Hirschman, do que em facilitar um diálogo construtivo.[17] A visão desses intelectuais, restrita e a-histórica quanto à democracia, é sem dúvida preocupante.

Um fato revelador dos textos analisados aqui é que nenhum deles trata as enormes desigualdades sociais no Brasil como um problema analítico central. O desgosto maior é com o MST e sua luta pela redistribuição fundiária, e não com o problema social de fundo. Essa postura expõe, nos termos do filósofo Norberto Bobbio, a posição mais geral desses autores no espectro político, tendo em conta os critérios básicos que ele apresenta para diferenciar entre a "esquerda" e a "direita". Segundo Bobbio (1995, p.15), "a essência" dessa distinção,

---

Navarro, além de outros intelectuais críticos do MST, cf. Thums (2007). Este processo foi aprovado de forma unânime pelo Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul no final de 2007. A sua divulgação deste relatório na imprensa, em junho de 2008, desatou um breve escândalo, mas não diminuiu o processso de criminalização do MST em curso no Rio Grande do Sul e em outros estados da federação, cf. Scalabrin (2008).

[16] O desencanto amargurado de Martins e Navarro em relação a seus amigos de outrora na CPT e no MST é influenciado, sem dúvida, pelas brigas pessoais que eles tiveram quando assessores de ambas as organizações. Em muitos aspectos, suas críticas refletem uma repreensão professoral aos "antigos pupilos". Navarro, por exemplo, descreve a "perspectiva fundamentalista da ação política" do MST como "inteiramente dissociada da realidade agrária brasileira" (2002b, p.267). O Movimento, ele acrescenta, "aferra-se ao marxismo vulgar", ignorando por completo importantes avanços teóricos feitos por acadêmicos do "marxismo ocidental" (2002b, p.279-80). Os recentes textos interpretativos de Martins transmitem a mesma mensagem. A citação a seguir, de um livro mais recente, *O sujeito oculto*, é reveladora de suas visões atuais e uma boa ilustração do estilo que ele imprime a seus escritos: "Fala-se muito em reforma agrária. Mas o substantivo mesmo da luta pela terra e da reforma agrária perde-se no cipoal de baboseiras ideológicas, de afirmações infundadas e de propostas sem consistência. Os trabalhadores sem-terra movem-se numa busca difícil, seguem pautas que lhes são alheias, tateiam sem um referencial teórico consistente, orientados por grupos de mediação que têm graves carências teóricas e escassa sensibilidade para o propriamente teórico e interpretativo. Perdem-se nas incertezas próprias de uma obsessão justa que não se alimenta da reflexão fundamentada, do reexame crítico contínuo de sua própria ação" (Martins 2003b, p.22). O que se infere desses comentários é que tudo estaria melhor se os ativistas da reforma agrária tivessem "dado ouvidos a seus esclarecidos professores".

[17] Hirshcman (1991, p.7). De acordo com este autor, os principais recursos retóricos utilizados para "criticar, atacar e ridiculizar" as inovações de cunho progressista se baseiam em três disposições discursivas que destacam a "perversidade", a "futilidade" e a "periculosidade" da proposta ou reforma em curso. Isto é o que Hirschman denomina "a retórica da reação" (1991, p.1-10).

> é a atitude diferente que as duas partes – o povo da direita e o pova da esquerda – mostram sistematicamente perante a ideia da igualdade: aqueles que se declaram de *esquerda* dão maior importância em sua conduta moral e em sua iniciativa política a aquilo que converte aos (seres humanos) em iguais, ou às formas de atenuar e reduzir os fatores de desigualdade; os que se declaram de *direita* estão convencidos de que as desigualdades são um fato ineliminável, e que ao fim e ao cabo nem sequer devem desejar sua eliminação.[18]

Em geral, os críticos contemporâneos do MST tratam a desigualdade na distribuição de renda e terra no Brasil como um assunto periférico, uma reflexão tardia, um fato distante na paisagem social do país. Por outro lado, intelectuais e ativistas progressistas tendem a considerar essas disparidades como um dilema nacional fundamental. Nessa ótica, as acentuadas desigualdades sociais no Brasil merecem extensos estudos, debates e uma enérgica intervenção pública.

Tais perspectivas contrastantes influem, sem dúvida, nas percepções e avaliações básicas em relação ao MST. Para os conservadores e os neoliberais, o MST não passa de um aborrecimento anacrônico, um grupo periférico de "lunáticos". No entanto, para socialistas e liberais progressistas, o MST é um movimento contemporâneo de relevância positiva e vital.[19] As análises do debate público no Brasil em relação à reforma agrária não podem ignorar todas as implicações da distinção traçada por Bobbio: as disposições subjetivas com relação ao problema da desigualdade social vão necessariamente influenciar as visões em disputa em torno dessa situação.

## CONTEXTO E COMPLEXIDADE

A compreensão da luta do MST pela reforma agrária oferecida neste livro realça a importância de situar o contexto e entender a complexidade do fenômeno em curso. Essa aproximação se funda em um esforço metodológico de: (1) interpretar o MST e o processo de reforma agrária no Brasil por meio de uma perspectiva histórica; (2) investir tempo e esforços substanciais na coleta de evidências empíricas, com destaque para um extenso trabalho de

[18] A esquerda, ele acrescenta, "parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que a indignam, e que ela gostaria de fazer desaparecer, são sociais, e, como tais, elimináveis". Em câmbio, a direita "parte da convicção oposta, que elas são naturais, e, como tais, inelimináveis" (1995, p.146). Para a esquerda histórica, a concentração da propriedade privada, segundo Bobbio, tem sido "um dos maiores, se não o maior, obstáculo à igualdade" entre os seres humanos (1995, p.167).

[19] A distinção entre estas duas visões políticas do MST inspira-se nos argumentos apresentados no Capítulo 13, de Sampaio. Para uma descrição neoliberal do MST como um grupo de "lunáticos", cf. o artigo de Naím (2004), editor da *Foreign Policy*, uma prestigiada revista internacional publicada pelo Carnegie Endowment for International Peace.

campo; (3) aguçar o conhecimento desse fenômeno por meio de uma perspectiva comparativa. Os comentários a seguir analisam algumas das principais questões levantadas pelos críticos do MST. Isso é feito com base nessas preocupações metodológicas e as reflexões apresentadas ao longo deste livro.

A história é essencial para avaliar de forma mais ampla a relevância do MST para o Brasil. Ela proporciona um marco crucial para interpretar a luta e compreender as forças, instituições e práticas centenárias que têm sustentado a forte desigualdade na distribuição fundiária deste país. Os Capítulos 13, de Sampaio, 2, de Delgado e 3, de Medeiros, em particular, abordam importantes legados históricos: as amplas concessões de terra na forma de sesmarias a privilegiadas famílias na época da colonização portuguesa; a instituição da escravidão e a formação de uma nação fundada em fortes desigualdades de classe, governada por uma elite autocrática e patrimonial, inserida em um contexto de dependência econômica internacional. A Lei de Terras, de 1850, consagrou a oligarquia latifundiária do Brasil. Desde então e ao longo da primeira metade do século XX, a elite agrária impediu a extensão de direitos básicos de cidadania aos camponeses, incluindo o direito de formar associações e, por meio do requisito de alfabetização, o direito ao voto.

A reforma agrária só entrou na pauta da agenda nacional em meados da década de 1950, como resultado das mobilizações camponesas no Nordeste. Entretanto, o primeiro decreto de reforma agrária do governo federal, apresentada em março de 1964, foi frustrada dias depois por um golpe militar, que cancelou a inicitiativa e reprimiu os ativistas de esquerda e as novas organizações camponesas que apoiavam essa reforma. Representantes da classe latifundiária participaram de forma ativa no derrocamento do regime democrático. De fato, os grandes proprietários de terras se constituíram em alguns dos principais beneficiários das políticas promovidas nas duas décadas de governo autoritário. Durante esse período, o Estado injetou uma quantia generosa de recursos para modernizar partes do campo a tempo de preservar a estrutura fundiária do país. Na Amazônia, o governo subsidiou a criação de enormes fazendas de gado. Sob o regime militar, o Estado brasileiro efetivamente patrocinou a criação de uma nova burguesia rural, fundada em um modelo de desenvolvimento ligado ao agronegócio, ou seja, uma agricultura industrial de grande escala voltada para a exportação do seus dos *commodities* agrícolas.

A gradual redemocratização do Brasil no início da década de 1980 abriu caminho para um novo ciclo de mobilizações de trabalhadores rurais que voltou a incluir a reforma agrária na agenda pública nacional. Em resposta, os grandes proprietários de terras fortaleceram as próprias organizações e utilizaram sua influência política no Congresso e no governo federal para impedir a implementação do programa de reforma agrária lançado pelo presidente José Sarney, em 1985. A elite agrária também conseguiu derrotar

as medidas progressistas em favor da distribuição fundiária na Assembleia Constituinte de 1987-1988. No campo, setores da oligarquia rural reinstituíram a prática de contratar pistoleiros para assassinar seus oponentes, dentre eles, 561 trabalhadores rurais, lideranças camponesas e outros ativistas em favor da reforma agrária, nos anos 1985 a 1989.[20]

A crise da dívida externa, que estourou em 1982, e as políticas neoliberais introduzidas na década de 1990 fortaleceram ainda mais os grandes proprietários rurais, à medida que as exportações do agronegócio se transformaram em uma das principais fontes de receita para pagar os credores do Brasil. Sob o novo regime democrático, os subsídios agrícolas, os programas de desenvolvimento rural e a execução das leis e impostos agrários por parte do Estado acabaram, de maneira sistemática, favorecendo os interesses da elite agrária, em detrimento dos camponeses. Entre 1995 e 2005, cada um dos maiores proprietários de terras no Brasil teve acesso a 1.587 dólares em fundos do governo federal para cada dólar disponibilizado a cada família sem-terra.[21]

Uma análise crítica dessas barreiras históricas em relação à reforma agrária permitem uma outra visão quanto ao MST. Antes de tudo, isso ajuda a retratar o MST como um movimento engajado em uma árdua luta para transformar uma sociedade de extrema disparidade na distribuição da riqueza e do poder, sustentada ao longo de vários séculos por políticas iníquas de Estado. Com efeito, uma análise mais detalhada da história brasileira permite uma interpretação do Movimento que inverte por completo as alegações conservadoras que apresentam o MST como um movimento "retrógrado", "fracassado" e "perigoso". O arcaico no Brasil é a profunda desigualdade da sua estrutura fundiária e social, não o Movimento, que tenta superá-la. Os contratempos da reforma agrária falam mais sobre a relação amical entre o Estado brasileiro e a elite rural que do mérito dessa política agrária. Além disso, como mostra a história das classes sociais no Brasil, os maiores obstáculos e ameaças à democracia têm emanado dos grandes proprietários de terras, e não dos camponeses. De fato, os esforços contemporâneos por estender os direitos modernos de cidadania e elevar a qualidade da democracia brasileira são obstruídos pelos resolutos defensores do *status quo*, não pelos grupos de sem-terra. Todos esses fatores apresentam o MST como uma força modernizadora na sociedade brasileira, diferentemente das representações feitas por seus críticos.

A atenção a evidências históricas também é importante para compreender eventos específicos. Por exemplo, durante o final da década de 1990 e início dos anos 2000, analistas conservadores não hesitaram em explicar o antagonismo do MST em relação ao governo Cardoso como o resultado da

---

[20] Cf. a Tabela 9.2, no Capítulo 9, de Carter e Carvalho, neste livro.
[21] Cf. a Tabela 5, na Introdução de Carter para este livro.

adoção de ideias "fundamentalistas", "anti-Estado" e "revolucionárias" por parte do Movimento. Uma visão mais abrangente desse período, contudo, sugere uma linha diferente de interpretação. Apesar de ser verdade que o governo Cardoso distribuiu mais terras do que todos os seus predecessores combinados, sua política agrária foi basicamente conservadora, no sentido de ser mais reativa que propositiva; mais preocupada em apaziguar os conflitos rurais e evitar atritos com a elite agrária que em promover uma transformação da estrutura fundiária e fortalecer a agricultura familiar. Como demonstram Fernandes, Branford e outros autores nesta coletânea, as políticas agrárias do governo Cardoso foram induzidas pelas crescentes mobilizações do MST e o escândalo público depois de dois massacres policiais contra camponeses sem-terra. Esse novo programa de distribuição de terras coincidiu com a decisão de transformar o modelo de desenvolvimento do Brasil e estabelecer um Estado neoliberal, integrado ao mercado global. Depois da Marcha Nacional do MST a Brasília, em 1997, que fechou com uma mobilização de quase cem mil pessoas, o governo Cardoso passou a olhar o Movimento com maior apreensão. Em tudo isso incidiu o fato de o MST manter fortes vínculos com o principal partido da oposição, o PT, contar com ampla simpatia da opinião pública e adotar uma postura muito crítica quanto às políticas neoliberais impulsionadas por Cardoso.

Em resposta a essa percepção de ameaça, no seu segundo mandato, Cardoso promoveu um esforço discernível para minar a força do MST. O governo reduziu significativamente o financiamento público para a aquisição de terras e a implantação de assentamentos da reforma agrária. Com o apoio do Banco Mundial, ele instituiu uma "reforma agrária de mercado", inspirado nos preceitos neoliberais, numa tentativa de descentralizar a distribuição de terras e com isso reduzir a capacidade de ação coletiva do MST.[22] Ademais, o governo federal procurou criminalizar diversas atividades de protesto do Movimento, penalizando todas as ocupações de terra ao tempo em que ajudou a coordenar uma ofensiva com os grandes meios de comunicação para desprestigiar a imagem do MST por meio da divulgação de histórias alegando atos de corrupção dentro do Movimento.[23] Para completar, o governo Cardoso demitiu 1.200 agrônomos que trabalhavam com assentamentos da reforma agrária e reduziu significativamente o quadro de pessoal do INCRA. A título de ilustração, entre 1995 e 2002, o número de funcionários do INCRA do estado do Rio Grande do Sul foi reduzido em quase 85%.[24] O recuo do governo federal em relação à reforma agrária coincidiu com a desvalorização da moeda nacional em 1999, o que facilitou

[22] Sobre as políticas fundiárias do Banco Mundial no Brasil, cf. Sauer e Pereira (2006), Pereira (2004, 2005), Martins (2004) e Barros, Sauer e Schwartzman (2003).

[23] Para mais detalhes a respeito, cf. o Capítulo 14, de Branford, neste livro, e Comparato (2000).

[24] Cf. o Capítulo 6, de Carter, sobre o Rio Grande do Sul.

as exportações do agronegócio, elevando o valor de mercado da terra e reduzindo, assim, as oportunidades de compra de terra por parte do Estado.

À luz desses fatos, é difícil ver a dura reação do MST ao governo Cardoso como impelida puramente por "crenças ideológicas dogmáticas", ou algum senso de "ludismo", "aventureirismo pseudomilitar", "leninismo pueril" ou "utopia regressiva". Qualificações desse tipo, feitas em análises a-históricas e descontextualizadas, tiram toda racionalidade dos atos do MST. Dessa forma é muito fácil retratá-lo como um movimento "irracional" e "perigoso". Uma explicação alternativa, e bem mais razoável, consideraria o choque entre o MST e o segundo governo Cardoso como um simples conflito de interesses sociais e valores políticos. Assim como Cardoso tinha a plena liberdade de discordar do MST e achar que uma reforma agrária de mercado e outras políticas neoliberais seriam o melhor para o Brasil, o Movimento também tinha o direito de acreditar que a redução do poder do Estado por meio da sua privatização prejudicaria as chances de implementar uma reforma agrária progressista e utilizar outros instrumentos públicos para reduzir a desigualdade social.

A preocupação por discernir o contexto e os fatos históricos serve, então, para aprofundar a análise das muitas complexidades em questão. Representações uniformes do MST deveriam ser tratadas com cautela, tendo em conta os variados cenários, processos e impactos em jogo. Além disso, qualquer tentativa séria de compreender as ações do Movimento requer uma experiência de trabalho de campo frequente e constante. Considerando seu caráter dinâmico e inovador, imagens fixas do Movimento podem se tornar obsoletas em pouco tempo.[25] Os comentários a seguir proporcionam um marco de referência para analisar diferentes e intrincados aspectos da luta do MST pela reforma agrária. Essas características incluem: (1) mobilizações, (2) relações com o Estado e a Lei, (3) recursos mobilizadores, (4) motivações e (5) assentamentos do MST.

Mobilizações. Como os colaboradores deste livro demonstram, as mobilizações do MST combinam protestos lícitos e atos de desobediência civil. Elas geralmente incluem massas de pessoas e a participação de famílias inteiras. As principais táticas de pressão do Movimento, como Fernandes, Carter, Sigaud e outros demonstram, envolvem a organização de acampamentos de protesto, marchas de longa distância, demonstrações, bloqueio de estradas, greves de fome, ocupações de prédios públicos e de fazendas, em sua maioria ociosas. As mobilizações do MST costumam ser realizadas em paralelo com atividades de *lobby* e negociação com as autoridades públi-

[25] Nas palavras de Horacio Martins de Carvalho, "É muito difícil definir o MST, porque ele está sempre mudando e evoluindo. Nesse sentido, o MST é como uma rajada de vento. Cada visita a um assentamento do MST traz alguma novidade – novos problemas para solucionar, novas ideias para discutir" (cf. Carter, 2004, p.9).

cas. Ondetti, Wambergue e Afonso salientam o fato de que a modalidade moderna de contestação a utilizada pelo MST tem ajudado a restringir a violência rural na fronteira amazônica. Em contraste com a luta tradicional dos posseiros, as mobilizações do MST são em escala massiva, bem organizadas, envolvem toda a família e são orientadas a fazer reivindicações explícitas ao Estado. Dessa forma, e diferentemente dos posseiros, o MST acaba evitando, no geral, o confronto direto com os pistoleiros contratados pelos grandes fazendeiros. Como observa Sampaio, ao canalizar o conflito social por meio de recursos não violentos, o MST tem exercido, na realidade, um papel civilizatório no meio rural brasileiro.

Em ocasiões esporádicas, as mobilizações realizadas pelo MST resultaram em conflitos com a polícia ou produziram danos à propriedade. Ainda mais raros, alguns desses embates e lutas internos por poder em assentamentos da reforma agrária culminaram em mortes trágicas. Essas situações merecem uma análise detalhada. Para começar, é importante reconhecer que as lutas por terra no Brasil e em outros países não são meros encontros sociais para "bater papo". Considerando os riscos e a natureza do conflito, um elemento de jogo duro e agressividade é quase inevitável. O Brasil tem mais de 70 organizações de sem-terra e inúmeros grupos informais envolvidos em lutas locais pela terra. Em comparação com esses outros grupos, o MST é o movimento mais disciplinado. O senso de autocontrole cultivado entre seus ativistas tem ajudado a manter uma orientação não violenta em relação aos conflitos de terra. A violência, como salienta Meszaros, não faz parte do *modus operandi* do MST. De fato, os ativistas do MST têm muito mais chances de serem vítimas de violência física do que infligi-la aos outros.

Os ferimentos provocados no contexto de mobilizações do MST são em geral acidentais, antes que intencionais. Um exame detalhado dos fatos revelará que muitos desses incidentes foram resultado de provocações por parte da polícia ou atos de defesa pessoal diante de ataques violentos por milícias contratadas pelos proprietários de terras. A cobertura dada pela imprensa ao MST tende a salientar esses confrontos físicos, ao passo que menospreza todas as outras tentativas (menos dramáticas) de solucionar pacificamente o impasse. Com isso, o caráter geral das mobilizações do MST é distorcido.[26]

**Relações com o Estado e a Lei.** Todos os autores deste livro constataram que o MST mantém um intenso envolvimento com o Estado. O estudo conduzido por Sigaud das lutas dos sem-terra em Pernambuco, em particular, desmistifica as premissas de que o MST é essencialmente hostil em relação ao Estado. A retórica belicosa entre o Estado e os grupos de trabalhadores rurais sem-terra, ela argumenta, mascara um relacionamento que também

[26] Uma análise e ilustração detalhada de tudo isso, aplicada a um estudo de caso emblématico sucedido em Porto Alegre, pode ser encontrada em Lerrer (2005).

inclui elementos de intensa cooperação e dependência mútua. De fato, foram as ações do Estado que fizeram dos acampamentos de protesto do MST um instrumento legítimo para estabelecer as reivindicações de direito de posse da terra entre os pobres do campo. Rosa elabora esse ponto e argumenta que o MST é responsável pelo surgimento de um novo padrão de interação entre o Estado brasileiro e os movimentos sociais. Hoje em dia, ele observa, o funcionários públicos tendem a reconhecer apenas os grupos populares que adotam o "forma de movimento" do MST.

Carter, por sua vez, salienta a disposição geral do MST de negociar com autoridades do Estado enquanto utiliza táticas de pressão para aumentar seu poder de negociação. Ele também descreve o envolvimento do Movimento na direção do gabinete de reforma agrária do Rio Grande do Sul na gestão do governador Olívio Dutra, do PT. Wolford descreve um padrão de interações próximas entre os líderes do MST e governos locais na região litorânea de Pernambuco. Ondetti, Wambergue e Afonso sustentam que as mobilizações do MST aumentaram a presença do governo federal na fronteira amazônica. A revisão realizada por Branford e Pereira dos vínculos históricos entre o MST e o PT, e o apoio do Movimento às campanhas eleitorais do PT, denotam um longo reconhecimento prático por parte do MST da importância das instituições democráticas.

A ideia de uma oposição fundamental entre o MST e a Lei, segundo Meszaros, é uma simplificação excessiva de uma relação complexa e rica. Essa premissa omite um fato relevante a muitos movimentos sociais ao redor do mundo e ao longo da história: seu papel como arquitetos de uma ordem legal alternativa. As dificuldades do Movimento com o sistema jurídico brasileiro não têm como ignorar as históricas e acentuadas desigualdades no meio rural brasileiro e o domínio oligárquico das instituições jurídicas; os preconceitos de classe no Judiciário e seus procedimentos extremamente burocráticos e demorados; além das frequentes violações de direitos humanos no campo e a alta impunidade com relação a esses abusos. No meio desses confrontos previsíveis com a lei, o MST também tem participado de forma ativa dos debates nacionais sobre a interpretação das leis existentes. Por meio de uma rede nacional de mais de 500 advogados populares (conhecida pela sigla RENAP), formada por profissionais engajados no MST e em outros movimentos sociais, o Movimento tem-se envolvido em diversos procedimentos legais e procurado influenciar as decisões nos altos escalões do Judiciário. Em uma de suas vitórias mais importantes, o Superior Tribunal de Justiça determinou, em 1996, que as ocupações de terra visando a acelerar a reforma agrária eram "substancialmente distintas" de atos criminosos contra a propriedade. De acordo com Meszaros, os confrontos do MST com a Lei deveriam ser avaliados quanto a suas contribuições de longo prazo para reequilibrar a ordem social e legal da nação, em vez de ser desprezados como simples atos subversivos. Em resumo, apesar de toda a

sua retórica radical e oposição nas mobilizações de rua, uma análise mais detalhada das atividades regulares do Movimento revela uma miríade de interações construtivas com as instituições políticas do Brasil.[27]

Recursos mobilizadores. Ao longo dos anos, o MST tem cultivado seus próprios instrumentos de mobilização, tornando-se com o processo uma organização popular altamente complexa e sofisticada. Fernandes, Carter e Carvalho descrevem o MST como uma organização multidimensional e estruturada em rede, constituída de várias camadas descentralizadas, porém bem coordenadas, de representação e processo decisório coletivo. Os escritórios regionais, estaduais e nacional do MST incluem diferentes setores especializados, vinculados a uma série de questões práticas na vida do Movimento, tais como educação, direitos humanos, formação da militância, organização do trabalho de base, finanças, relações internacionais, genêro, saúde, cultura e produção, cooperação e meio ambiente. Ademais, o Movimento ajudou a criar diversas cooperativas e associações legalmente registradas que ajudam a canalizar recursos públicos e internacionais para seus programas educativos e projetos de desenvolvimento rural.

O MST é um movimento de massas que opera em uma nação de porte continental, com um Estado relativamente descentralizado, e um regime que oferece significativas liberdades políticas. No Brasil, as pessoas são livres para entrar e sair do Movimento. Seus integrantes, além disso, são expostos de forma cotidiana a informações adversas e até mesmo hostis sobre o MST divulgadas pelos grandes meios de comunicação. Nessas circunstâncias, é difícil imaginar uma organização de pessoas pobres tendo sucesso em escala nacional com uma liderança "militarista", que "controla", "doutrina" e "manipula" seus seguidores, como sugerem alguns analistas. Antes disso, o sucesso organizativo do MST parece refletir outros atributos, com destaque para a capacidade do Movimento de promover o consenso por meio de debates internos e a tomada de decisões de forma coletiva; a longa experiência acumulada na coordenação de uma variedade de atividades práticas; sua capacidade de manter uma organização flexível, versátil e inovadora; o investimento substancial em esforços educativos e de conscientização; e a disciplina, convicção e intenso compromisso de seus ativistas.[28]

O MST não existiria sem o apoio de uma ampla gama de agentes sociais e políticos. Desde seus primeiros anos, como salientam Poletto, Fernandes e Carter, o MST tem contado com o apoio de importantes setores da Igreja

[27] Para uma discussão mais abrangente sobre as complexas interações entre o MST e o Estado, cf. Carter (2010); e sobre as relações do Movimento com o Estado de Direito, cf. Laureano (2007) e Hammond (1999).

[28] Com efeito, apesar de todas as acusações de "leninismo" e tentativas de desqualificar o MST como um movimento social, professores críticos como Navarro não oferecem definições conceituais sobre o que é uma "organização leninista", e em geral ignoram a ampla literatura acadêmica sobre movimentos sociais.

Católica, numerosas congregações protestantes, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, grupos estudantis, profissionais da classe média, ONGs e políticos progressistas do PT e de outros partidos políticos. Ao longo dos anos, o MST tem participado de inúmeras coalizões nacionais e internacionais e conta com uma extensa rede de apoio no exterior. A natureza, o alcance e a intensidade de suas interações com outros grupos tendem a variar com o tempo, e de um local ao outro. Como demonstram Rosa, Ondetti, Wambergue e Afonso nos casos de Pernambuco e do Pará, as relações do MST com outros grupos de camponeses pode oscilar entre a estreita cooperação e a dura concorrência. No entanto, inferir, com base nos atritos normais que podem ocorrer entre parceiros de um amplo movimento social, que o MST seja uma organização hermética e hostil em relação à formação de alianças, ignora o fato de que o Movimento há muito tempo exerce um papel ativo em várias redes e coalizões nacionais, regionais e locais engajadas na luta pela mudança social.[29]

Motivações. Os capítulos apresentados neste livro sugerem que as motivações encontradas no interior do MST são variadas, amplas e bastante maleáveis em muitos casos. Elas podem mudar ao longo de uma luta, são suscetíveis à dinâmica situacional e afetadas pelo contexto histórico e cultural. Sigaud afirma que as pessoas aderem às mobilizações por terra do MST na esperança de encontrar uma saída rápida para sua vida de extrema pobreza. Ela vê nisso uma aposta estratégica e argumenta que, em outras circunstâncias, os participantes teriam optado facilmente por uma alternativa melhor. Fernandes e Carter também reconhecem a importância do cálculo com base em interesses materiais como motivação inicial para se unir à luta pela terra. Mas eles também sugerem que há outras motivações – como sentimentos de indignação, de identidade camponesa, princípios de economia moral quanto à posse da terra e elementos de consciência política – que podem exercer uma função importante em sustentar a luta pela terra.

Carter agrupa muitas dessas motivações no conceito de Max Weber de "interesses ideais" (ou racionalidade valorativa). Os interesses ideais são caracterizados por uma abordagem apaixonada, mas estratégica, na procura de um objetivo não negociável. Essas motivações são nutridas no MST por meio de suas mobilizações e da exibição regular de repertórios simbólicos – como bandeiras, hinos, canções, palavras de ordem, declamações, marchas, teatro e outras práticas rituais – que incitam a coragem, a vitalidade

[29] Em âmbito nacional, o MST tem-se mantido ativo em uma série de outras redes e organizações progressistas brasileiras, como o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a *Consulta Popular*, a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e, mais recentemente, a Assembleia Popular patrocinada pela Pastoral Social da Igreja Católica.

e a persistência entre os participantes. Os interesses ideais, ele argumenta, podem gerar uma intensa energia social.

O relato etnográfico elaborado por Calvo-González de uma nova comunidade de assentados revela que essa fase tende a ser um período de frustração e desencanto dentro do MST. Em meio à nostalgia pela intensa vida comunitária no tempo do acampamento e à mobilização pela terra, além das decepções pela falta de uma infraestrutura adequada para o novo assentamento, os assentados devem lidar com relações de poder na própria comunidade e na interação com os líderes regionais do MST. Calvo-González nos lembra que, vista de perto, a vida cotidiana em um assentamento, no geral, é mais complexa do que demonstram as representações mais amplas e estilizadas do Movimento. O estudo de Wolford sobre uma comunidade de assentados na região da cana-de-açúcar de Pernambuco salienta o impacto de legados culturais na compreensão de diferentes conceitos de terra. De maneira diversa aos agricultores familiares de outras partes do Brasil, a relação histórica dos trabalhadores de plantações de cana-de-açúcar com a terra tem sido de caráter assalariado. Para esses trabalhadores, o desejo de possuir uma terra própria está fundado principalmente na vontade de ter um lugar onde se possa estar livre de qualquer controle externo. Nesse contexto, os assentados tendem a apresentar um forte *ethos* individualista, que enfraquece a influência do MST e seus esforços de ação coletiva.

Assentamentos. Como os capítulos de Carter e Carvalho, Bergamasco e Norder claramente demonstram, os assentamentos da reforma agrária no Brasil não podem ser compartimentalizados de maneira fácil. Essas comunidades apresentam uma ampla diversidade em termos de localização geográfica, tamanho, nível de desenvolvimento econômico, capacidade organizativa, consciência política, recursos culturais, composição familiar e origem. Variações significativas também podem ser encontradas dentro de assentamentos e entre seus vários patrocinadores. Mais de um quarto dos assentamentos do Brasil está vinculado ao MST. Observadores externos muitas vezes ignoram ou minimizam essas distinções, e equiparam erroneamente todas as questões da reforma agrária ao MST.

Os casos concretos de fracasso nos assentamentos precisam ser avaliados no seu contexto, e não atribuídos simplesmente a deficiências particulares. O capítulo de Carvalho e Carter descreve como o governo Cardoso e seus predecessores negligenciaram em grande medida os assentamentos da reforma agrária criados sob seus auspícios, deixando de proporcionar uma infraestrutura adequada e o crédito financeiro necessário para seu desenvolvimento econômico. De acordo com um levantamento auspiciado pelo própio governo, em 2002, realizado em todos os assentamentos criados entre 1995 e 2001, 55% dessas comunidades não tinham eletricidade, 49% água potável, 29% escola de nível fundamental, e 62% acesso à assistência

médica de emergência. Além disso, muitos desses assentamentos foram criados em regiões inacessíveis, distantes dos mercados locais e serviços públicos. Ainda com essas condições precárias, o mesmo estudo revelou que, na média nacional, apenas 12% de todos os lotes agrícolas distribuídos nos assentamentos haviam sido abandonados.[30]

Apesar dessas limitações, os principais estudos sobre as comunidades da reforma agrária têm mostrado uma melhoria geral nas condições de vida da maioria dos assentados.[31] O levantamento conduzido por Bergamasco e Norder em assentamentos do estado de São Paulo, por exemplo, revelou que 80% dos assentados afirmaram ter melhorado suas condições de moradia, 72% disseram que estavam se alimentando melhor, e 58% elevaram os níveis de renda. No estudo, a renda familiar média era de 266 dólares por mês, uma quantia relativamente modesta. No entanto, o fato de os assentados não precisarem pagar aluguel, poderem produzir grande parte do próprio alimento e viverem em um ambiente mais seguro, sugere que a maioria dos assentados possui uma qualidade de vida muito melhor do que eles teriam se fossem migrar para uma favela urbana. Os assentamentos da reforma agrária, acrescentam os autores, também proporcionam maior segurança famíliar, ao mesmo tempo em que facilitam a revitalização de pequenos municípios do interior por meio da diversificação e do revigoramento das economias locais.

Avaliações meramente econômicas dos méritos da reforma agrária, elaboradas por Graziano, Navarro e outros analistas de cunho mais conservador, oferecem um critério de medição muito limitado. Com efeito, proeminentes organizações internacionais, como o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e o Banco Mundial, há muito tempo adotaram um conjunto mais abrangente de indicadores de desenvolvimento, que vão muito além dos cálculos convencionais de renda e produtividade econômica. As contribuições para este livro compartilham desse crescente consenso no campo de estudos sobre o desenvolvimento e, com isso, ancoraram suas avaliações dos assentamentos da reforma agrária em noções mais amplas de "bem-estar", além de meros resultados monetários.[32]

As observações apresentadas referentes às mobilizações do MST, as relações com o Estado e a lei, os recursos mobilizadores, as motivações e

[30] Cf. a entrevista de Sparovek com Lerrer (2003, p.321). O estudo conduzido por Sparovek (2003), patrocinado pelo FAO e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, é o mais amplo levantamento de assentamentos da reforma agrária no Brasil.

[31] A principal referência sobre o tema é o extenso e excelente estudo realizado por Heredia, Medeiros, Palmeira, Cintrão e Leite (2004), comentado no Capítulo 9, de Carter e Carvalho, neste livro.

[32] Em relação a essas visões sobre o desenvolvimento, cf. Sen (1999), Chambers (1997) e Narayan (2000). Para uma aplicação das ideias de Sen ao debate sobre a reforma agrária no Brasil, cf. Leite (2006).

os assentamentos oferecem uma visão alternativa do MST. Esta contrasta em muitos aspectos com as representações predominantes na grande mídia e nas críticas de alguns intelectuais, esboçadas no início deste capítulo. Tais observações não significam que o Movimento está isento de críticas. O MST certamente não é uma "sociedade de anjos". Algumas reflexões feitas desde uma perspectiva mais conservadora, mesmo com exageros e distorções, contêm sementes da verdade. Ainda assim, a retórica de reação empregada por alguns intelectuais altamente críticos do MST prejudica mais do que facilita a compreensão do Movimento e seu impacto no Brasil. É necessário levar em consideração o contexto e a complexidade para ir além de muitas dessas caricaturas rudimentares. Uma perspectiva histórica e comparativa, além de sólidos dados empíricos, um trabalho de campo contínuo e ferramentas conceituais adequadas podem melhorar de forma decisiva a precisão com a qual este fenômeno é percebido – e promover um diálogo mais construtivo entre visões conflitantes.

## AS CONSEQUÊNCIAS

A luta do MST pela reforma agrária proporciona uma série de intrigantes reflexões e lições. Salientaremos três delas aqui: a natureza dos obstáculos à reforma social; a necessidade do ativismo público e popular para superar essas barreiras; e o ímpeto democrático radical implícito em lutas comparáveis pela justiça social. Os comentários a seguir analisam esses três temas com maior detalhe.

### Obstáculos à mudança

Este livro ilumina as várias e significativas barreiras à reforma agrária no Brasil. A solidez dessas barreiras se relaciona à combinação de quatro características básicas: seus aspectos multidimensionais, sistêmicos, históricos e políticos. Os dois primeiros elementos apontam para um conjunto diversificado e inter-relacionado de fatores que funcionam em uma complexa teia de sinergia. As características históricas e políticas dizem respeito ao impacto da tradição, a trajetórias prévias de desenvolvimento, instituições e práticas que definem a distribuição de poder na sociedade e na política brasileiras. Cada uma das características que ajudam a sustentar as desigualdades agrárias no Brasil é analisada brevemente abaixo.

Uma abrangente análise dos impedimentos à reforma agrária no Brasil requer uma consciência dos níveis e elementos *multidimensionais* da análise em questão. Entre os principais fatores que devem ser levados em conta são as influências de: (1) forças *globais*, seus arranjos econômicos e instituições

financeiras; (2) *o modelo* de *desenvolvimento nacional*, incluindo padrões de produção, comércio e distribuição; (3) o *Estado*, sua composição, estrutura jurídica, capacidade e inclinações; (4) *o regime político*, suas fórmulas de representação, partidos políticos e práticas eleitorais; (5) *o governo*, sua orientação, políticas públicas e força de vontade; (6) as *classes sociais*, sua estrutura, mobilidade e correlações de poder; (7) a *sociedade civil*, incluindo sua configuração, recursos, acesso à mídia e ideias.

Esses diversos obstáculos funcionam de forma *sistêmica*. Eles não agem em isolamento, mas estão interconectados de várias maneiras. Assim, eles tendem a se nutrir entre si e criar um ciclo autossustentado que reforça os impedimentos e a resistência à mudança. Por exemplo, a crise da dívida externa que começou em 1982 e o modelo neoliberal de desenvolvimento adotado na década de 1990, no meio de pressões financeiras no âmbito global, e a difusão de ideias em favor da liberalização econômica contribuíram, de modo geral, a fortalecer a elite agrária brasileira. Como Delgado observa, boa parte da receita necessária para pagar os credores do Brasil foi gerada com as exportações do agronegócio. Nos primeiros anos do século XXI, os grandes proprietários de terras se basearam nesse fato – além da forte representação no Congresso, vínculos estreitos com o Ministério da Agricultura e considerável influência nos meios massivos de comunicação – para criar um clima de opinião que pudesse minar a implementação de uma reforma agrária progressista, como tinha prometido, há longo tempo, o presidente Lula.

Os esforços feitos por alguns intelectuais públicos em deslegitimizar o MST, como aqueles realizados por Martins, Navarro, Graziano e Rosenfield, também contribuíram para essa situação. A facilidade de divulgar suas ideias na grande imprensa comercial ajudou a promover uma opinião mais hostil em relação à reforma agrária e seus defensores. Representantes da elite agrária nos âmbitos da sociedade civil e política, e setores conservadores do Judiciário utilizaram esses argumentos para reforçar seus ataques ao MST.[33] Dessa forma, organizações, iniciativas e ideias forjadas no meio da sociedade civil têm ajudado – por meio de numerosas afinidades eletivas e estratégicas – a sustentar os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil.

Os principais obstáculos à reforma agrária no Brasil são também de clara natureza *histórica*. Que não haja dúvida, o modelo de desenvolvimento

[33] Um claro exemplo disso ocorreu em 2005, quando uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, controlada por representantes da elite rural, aprovou um relatório contendo ataques mordazes ao MST, que chegou a ser acusado de cometer "atos de terrorismo". Os políticos conservadores responsáveis pela elaboração do documento fizeram ampla utilização das ideias expostas por Navarro, Graziano e outros críticos do MST (cf. Lupion, 2005). Para uma análise crítica desse relatório, cf. Sauer, Souza e Tubino (2006).

excludente desta nação, suas acentuadas desigualdades sociais, influente classe de grandes proprietários rurais, setor de agronegócio em expansão, política oligárquica, fraca representação de setores populares na sociedade civil e política, sistema judiciário conservador e proteção ineficaz por parte do Estado de direitos humanos básicos têm profundas raízes no passado do Brasil. Juntos, esses elementos alimentam uma poderosa inércia em favor do *status quo*.

Por fim, as barreiras à reforma têm um iminente caráter *político*. Elas se relacionam a lutas mais amplas de poder na sociedade, definidas por configurações de classe e conflitos políticos por acesso à proteção do Estado e recursos públicos. Além disso, essas barreiras estão vinculadas a uma série de mecanismos e práticas institucionais que limitam a representação política dos interesses populares. Entre esses fatores, podemos salientar a tradição patrimonialista no Brasil; um aparelho burocrático de Estado fragmentado e politizado; a sobre-representação da elite agrária no Congresso devido ao mau aquinhoamento das bancas legislativas entre os estados da federação; um sistema partidário fraco e amorfo; o clientelismo político e a frequente prática de compra de votos entre os pobres; o alto custo das campanhas eleitorais; e o oligopólio dos grandes meios de comunicação. Todos esses mecanismos têm reforçado um sistema político no qual predomina aquilo que o cientista político Alfred Montero retratou como um "governo dos poucos e para os poucos".[34] As possibilidades de impulsionar uma reforma agrária se reduzem de forma previsível quando oponentes conservadores recorrem a esses e outros instrumentos políticos para abafar as tentativas de mudança.

Tudo isso sugere que as barreiras à reforma agrária no Brasil têm vínculos estreitos com seus legados autoritários e patrimoniais.[35] De fato, o atual modelo de desenvolvimento rural do país, fundado na promoção do agronegócio e na proteção das grandes propriedades de terras, foi desenvolvido e financiado pelo regime militar. Desde então, a inércia conservadora do Estado se manteve sem grandes alterações, apesar da democratização do regime político, das leis favoráveis à reforma agrária e da expressiva demanda popular por terra.

O trato diferencial do Estado brasileiro aos grandes proprietários rurais se dá por várias práticas vigentes ainda na primeira década do século XXI. Além de manter o forte subsídio ao agronegócio, que durante o próprio governo Lula recebeu um volume de recursos públicos sete vezes maior que aquele oferecido à agricultura familiar, responsável pela criação de

[34] Montero (2005, p.51). Referências úteis sobre esses obstáculos podem ser encontradas no capítulo de Introdução a este livro.

[35] A noção de "legados autoritários" empregada aqui se baseia em Hite e Cesarini (2004).

87% dos empregos no campo,[36] o Estado tem preservado diversas medidas favoráveis à concentração fundiária. Como observa Delgado, em sua contribuição para este livro, os impostos para as propriedades rurais continuam sendo desprezíveis. A supervisão do mercado de terras por parte do Estado continua muito fraca. A grilagem de terras públicas, e outras apropriações fraudulentas, são comuns ainda em muitas partes do país, em particular na fronteira amazônica. As áreas potenciais de redistribuição, segundo as normas jurídicas vigentes, permanecem desafetadas pelo Estado, apesar de comporem quase um terço do território nacional. A fiscalização frouxa do cumprimento das leis agrárias por parte do Estado tem permitido à elite rural acumular grandes extensões de terras, mormente improdutivas, como valor de reserva. Mais ainda, com frequência, os valores pagos pelas expropriações de terras são inflacionados muito além do preço de mercado, graças aos generosos critérios estabelecidos pelo Estado e à tradicional consideração do Judiciário às petições dos grandes proprietários de terras.

O peso dessa inércia conservadora explica, em boa medida, a decisão do governo Lula de não atualizar o índice de produtividade utilizado para determinar as expropriações de terra, apesar de ter um mandado legal para isso e de o índice estar desfasado em mais de três décadas. A ordem executiva de Lula teria facilitado em muito as expropriações de terras em todo o território nacional. Entretanto, o medo de inflamar a oposição dos grandes meios de comunicação e a resistência da influente bancada ruralista no Congresso levou o governo Lula a falhar no cumprimento da promessa feita aos seus antigos apoiadores no meio rural, o MST, a CPT, a CONTAG e os outros membros do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

Apesar do seu forte peso e caráter objetivo, os obstáculos à reforma agrária no Brasil também são afetados por uma importante avaliação subjetiva. Afinal, as mesmas barreiras podem ser percebidas de formas diferentes. Para alguns, esses impedimentos criam um *fait accomplis* insuperável. Outros, no entanto, os veem como um desafio a superar. Os conservadores presumem a inexistência de alternativas viáveis ou desejáveis. Eles explicam e justificam a realidade existente, e muitas vezes concluem, como fez Navarro, que “o tempo da reforma agrária já passou”. Os progressistas, por outro lado, insistem em desafiar as adversidades. Nesse ponto, eles compartilham um espírito de resistência similar àquele representado no lema do Fórum Social Mundial: “Um outro mundo é possível”. Essas atitudes contrastantes são captadas com elegância por William Sloan Coffin Jr. (2005, p. 19) “A esperança”, ele escreve, “critica o que existe, a desesperança o racionaliza. A esperança resiste, a desesperança se adapta”. No Brasil de hoje, o farol

[36] Para as referências quanto a este dado, cf. o Capítulo 9, de Carter e Carvalho, neste livro.

da esperança não está entre os céticos da reforma, mas entre aqueles que continuam lutando por sua implementação progressista.

## Ativismo público

O meio pelo qual o MST tem combatido as acentuadas disparidades sociais do Brasil é tão digno de nota quanto a sua força propulsora. A história da América Latina não registra nenhum outro movimento social tão duradouro, amplo e sofisticado quanto o MST. O surpreendente sucesso do Movimento está estreitamente ligado à sua capacidade de se engajar em uma forma particular de luta social: o ativismo público. Como Carter explica no seu capítulo sobre o Rio Grande do Sul, essa abordagem à luta social envolve uma forma organizada, politizada, visível, autônoma, periódica e não violenta de assumir o conflito social. O objetivo aqui é atrair a atenção pública, influenciar as políticas do Estado e persuadir outros atores sociais. O ativismo público combina ações de pressão sobre o Estado, amparadas em um amplo repertório tático de contestação, e o empenho recorrente por negociar com suas autoridades.

O ativismo público do MST tem sido fundamental para o restabelecimento da reforma agrária na agenda pública do Brasil. Ele teve papel decisivo na criação de mais de 2.000 assentamentos agrícolas ligados ao MST, entre 1985 e 2006, beneficiando cerca de 135 mil famílias ligadas ao Movimento, por meio da distribuição de mais de 3,7 milhões de hectares de terra, uma área do tamanho da Suíça. Ademais, a política de pressão e atividades de *lobby* promovidas pelo MST contribuíram de modo significativo para uma distribuição sem precedentes de recursos públicos à população mais pobre do campo, por meio de compras de terra, programas de crédito para a produção agrícola e moradia, o desenvolvimento da infraestrutura rural, a assistência técnica, projetos educativos e a criação de mais de 300 cooperativas e fábricas de processamento de alimentos associadas ao MST.[37]

Ao contrário da opinião de seus críticos conservadores, a adoção do ativismo público por parte do Movimento tem, na realidade, contribuído para o avanço da democracia no Brasil ao: (1) fortalecer a sociedade civil brasileira através da organização e incorporação de setores marginalizados da população; (2) promover um processo civilizador no campo, conduzindo, articulando e disciplinando as frustrações sociais e canalizando-as por meio de ações construtivas no nível popular;[38] (3) realçar a importância do

[37] Para as fontes e uma breve discussão destas cifras, cf. o capítulo de Introdução de Carter e a contribuição de Carter e Carvalho para este livro, no Capítulo 9.

[38] O conceito de um “processo civilizador” é de Norbert Elias (1982). Ele se refere ao processo sociológico pelo qual são disciplinadas as paixões e outros impulsos brutos, e transformadas em formas mais metódicas de comportamento.

ativismo público como catalisador do desenvolvimento social e propulsor da mobilização de outros grupos populares; (4) facilitar a extensão e o exercício de direitos básicos de cidadania – direitos civis, políticos e sociais – entre os pobres; (5) salientar a responsabilidade vital do Estado para a proteção dos direitos humanos e a promoção de reformas que acrescentem a igualdade social; (6) enfatizar o valor da educação, conscientização, dignidade e responsabilidade pessoal entre os participantes do Movimento; (7) gerar um sentido de utopia, esperança e afirmação de ideais que impregnam o processo de democratização do Brasil no seu longo prazo, sua complexidade e consequências abertas.[39]

A luta pela reforma agrária no Brasil sugere que o ativismo público pode se revelar um instrumento indispensável para reduzir a desigualdade em sociedades marcadas por disparidades extremas no acesso à riqueza e ao poder. Ambientes como esses tendem a produzir enormes obstáculos à mudança, como observamos na seção anterior. Tudo isso implica que a tentativa de promover reformas só por meios afáveis, institucionalizados e de cima para baixo muito provavelmente acabam em promessas vazias ou iniciativas inócuas. Em contextos de acentuada desigualdade – como no regime do *apartheid* na África do Sul e no sistema de segregação racial no sul dos Estados Unidos –, as barreiras à transformação social e política precisam ser atacadas por meio de pressão combinada, contundente e disruptiva de baixo para cima. Aliada a um processo de negociação no topo, essa energia social pode promover um ímpeto auspicioso para a inovação do Estado e a adoção de reformas progressistas. A luta pela reforma agrária no Brasil mostra que seria ingênuo, na melhor das hipóteses, esperar que um grande impulso para a redistribuição da riqueza exija algo menos do que um "jogo duro".

## Democracia radical

A experiência do MST proporciona uma lição reveladora quanto às possibilidades de redução da desigualdade social no século XXI. Durante o século XX, as três principais fórmulas para lidar com o problema de graves disparidades na distribuição da riqueza foram: a economia de mercado, a revolução social e a democracia política. A economia de mercado presumia que um crescimento econômico constante mais cedo ou mais tarde reduziria tanto a pobreza quanto a desigualdade.[40] As revoluções sociais, inspiradas em

[39] Essa abordagem ao processo de democratização baseia-se em Whitehead (2002). As sete contribuições democráticas mencionadas aqui são analisadas com mais detalhe em Carter (2009).

[40] Para um texto altamente influente sobre o tema, cf. Kuznets (1954).

grande parte no pensamento marxista, sustentavam a necessidade de uma tomada violenta do poder e a imposição de medidas drásticas para equalizar a sociedade. A democracia política oferecia um marco constitucional, permitindo o exercício de liberdades civis, a competição política e a participação das massas na eleição de seus representantes no governo. A própria estrutura de incentivos deste regime, argumentava-se, levaria à redistribuição da riqueza no longo prazo, isto é, por meio do desenvolvimento de políticas de bem-estar social por parte do governo.

Na prática, contudo, cada uma dessas abordagens apresentava sérias deficiências. A economia de mercado em geral ignorava as assimetrias de poder e seus efeitos sobre o processo de desenvolvimento. O crescimento econômico em sociedades altamente desiguais tem mais chances de fomentar a disparidade da renda do que reduzi-la, como demonstrou a era do "milagre econômico" no Brasil durante a década de 1970.[41] As revoluções sociais têm provocado muitas vezes episódios traumáticos de violência e terríveis violações dos direitos humanos. Depois de tomar o poder, as elites revolucionárias instituíram em vários países políticas draconianas com custos sociais devastadores, como ocorreu durante o processo de industrialização da União Soviética e o "Grande Salto Adiante" na China.[42] A democracia política, por outro lado, também não tem oferecido soluções claras ao problema da desigualdade. Na década de 1990, a maioria dos países da América Latina vivenciou um período de crescimento econômico sob regimes democráticos. No entanto, a desigualdade de renda, apesar de ter permanecido estável no Brasil, aumentou na maioria dos outros países latinos (Karl, 2003, p.138). Na América Latina, diferentemente da Europa Ocidental e da América do Norte, o impacto positivo de longo prazo da democracia parece ser bastante incerto e de pouca consolação aos mais necessitados.

A luta pela reforma agrária no Brasil oferece vislumbres de um caminho alternativo para a redução de desigualdades sociais duradouras. O ímpeto, aqui, pode ser interpretado como uma força orientada à construção de uma forma de *democracia radical*. Esta abordagem se baseia no "ambiente institucional possibilitador" (O'Donnell, 2004, p.11) da democracia política, mas argumenta que este marco institucional sozinho não basta. A democracia

[41] Entre 1966 e 1976 a média do crescimento anual do PIB foi um impressionante 9,2%; no entanto, a desigualdade da renda aumentou de forma acentuada entre 1960 e 1977, subindo em 24%, de 0,50 a 0,62 na escala do coeficiente de Gini (Fishlow, 1972; Paes de Barros; Henriques; Mendonça, 2000).

[42] Os custos estimados da revolução comunista na Rússia e do reinado de terror de Joseph Stalin foram de pelo menos 12 milhões de vidas cegadas. A enorme escassez de alimentos que se seguiu ao "Grande Salto Adiante" de Mao Zedong causou a morte de pelo menos 20 milhões de chineses. Sou grato ao colega Eric Lohr, professor de história russa da American University, pelas reflexões sobre a era soviética, em correspondência por e-mail, 13 mar. 2006. O número de mortes na China é proveniente de Spence (1990, p.583).

radical salienta a importância de organizações populares autônomas, sua mobilização e participação no desenvolvimento local e nacional. O engajamento popular pode ser fortalecido por meio da criação de parcerias entre o Estado e grupos populares, e sua representação em órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas sociais. Uma democracia radical incorpora muitos elementos do que Philippe C. Schmitter definiu como um modelo de corporativismo social, onde a representação dos interesses da sociedade se relaciona de forma horizontal com o Estado.[43] Enquanto valoriza o crescimento econômico, essa abordagem à redução da desigualdade insiste na inclusão dos pobres em um processo produtivo que seja sustentável em termos ecológicos, e proporcione amplo acesso a bens de consumo e serviços sociais básicos.

O caminho democrático radical, portanto, combina quatro elementos básicos: (1) ativismo público; (2) mecanismos institucionais para o desenvolvimento de parcerias entre o Estado e a sociedade, e uma efetiva política de prestação de contas social;[44] (3) uma liderança de governo susceptível às demandas populares; e (4) um Estado operante, capaz de investir recursos públicos para o desenvolvimento econômico e bem-estar social das camadas mais pobres da sociedade. As primeiras três características pressupõem uma democracia política. As duas últimas explicam o apoio do MST à esquerda política e a defesa de um modelo de desenvolvimento nacional conduzido por um Estado robusto, em vez de poderosos agentes econômicos.

A abordagem democrática radical à redução da desigualdade, é claro, não é isenta de problemas e limitações práticas. Sua relevância, contudo, não pode ser facilmente descartada. Fundamentando essa fórmula há um acúmulo de experiências e ideias que merecem uma análise mais detalhada. As contribuições do MST a esse debate tenderão a incitar acaloradas discussões e estimular soluções criativas nos próximos anos.

Os esforços por retificar as enormes brechas sociais do Brasil demandam ideias inovadoras, experimentos audazes e uma valorização da "impaciência construtiva", nas palavras de Amartya Sen (1999, p.11), de grupos como o MST. É provável que outras formas de impaciência sejam muito menos edificantes. Em uma carta escrita a meados de 2006 endereçada ao "arqueólogo do futuro", Luis Fernando Veríssimo, um dos mais apreciados cronistas e humoristas do Brasil, perguntava-se se o país tinha chegado a seus "últimos anos de paciência". Em seu estilo ameno e direto, Veríssimo escreveu:

> Eu caminhava por uma calçada e veio uma bola na minha direção. A bola tinha escapado do controle de um garoto que, de longe, gritou: "Devolve!" Não era um

[43] O artigo seminal de Schmitter (1974) compara o "corporativismo social" com o "corporativismo do Estado", que se baseia em uma integração vertical de grupos sociais.

[44] Sobre a política de *Societal accountability* (ou prestação de contas) social, cf. Smulovitz e Peruzzotti (2000).

pedido, era uma ordem. A mãe do garoto ouviu e perguntou se aquilo era jeito de falar com alguém. O garoto então se corrigiu. Gritou "Adevolve!" Por alguma razão, achou que, colocando um "a" no início da palavra, o pedido ficava mais educado. Na crônica (que escrevi), eu dizia que, de certa maneira, a sociedade brasileira estava fazendo o contrário do garoto.

Todas as manifestações de inconformidade com a crise social brasileira, culminando com a eleição do Lula, tinham sido educados pedidos para que a minoria que nos domina adevolvesse o país à sua maioria excluída. E que não dava para imaginar como seria quando acabasse a boa educação, quando uma sociedade desesperada exigisse o fim da incompetência criminosa que lhe sonega saúde, segurança, educação e emprego há anos, para dar lucro a banco, garantia a especulador e boa vida a poucos. Quando "devolvam!" virasse um grito de guerra.

O Brasil sempre foi de uma minoria autoperpetuada, mas nunca, no passado, a maioria teve como agora uma noção tão nítida do seu banimento interno, do seu exílio sem sair do lugar. A eleição do Lula significou, entre outras coisas, isso. O neoliberalismo triunfante, além da revolução semântica que transformou insensibilidade social em virtude empresarial, tinha trazido uma espécie de redenção histórica para o nosso patriciado, que afinal só abolira a escravatura para imitar os outros e para não ser chamado de retrógrado. Como ser retrógrado passou a ser moderno, nos oito anos de governo Fernando Henrique, a distância entre minoria e maioria aumentou. E como Lula, frustrando esperanças, continuou a política econômica do governo anterior, o que eu poderia dizer ao arqueólogo do futuro é que talvez estejamos vivendo no Brasil os últimos anos de paciência. Embora ninguém pareça ter o menor temor de que o que não adevolverem por bem terão que devolver por mal.

# Referências bibliográficas


ABRAMOVAY, Ricardo *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec e Anpocs, 1992.

ADRIANCE, Madeleine Cousineau *Promised Land: Base Christian Communities and the Struggle for the Amazon*. Albany: State University of New York Press, 1995.

AGÊNCIA FOLHA. Sociólogo vê ação leviana do governo. *Folha de S.Paulo*, 22 set. 2003 Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u53655.shtml

AKRAM-LODHI, A. Haroon; BORRAS JR., Saturnino M.; KAY, Cristóbal. *Land, Poverty and Livelihoods in an Era of Globalization: Perspectives From Developing and Transition Countries*. London: Routledge Press, 2007.

ALCORÃO. 2008. Disponível em: http://www.al-islam.org/quran/ .

ALDIGHIERI, Mário. *Josimo: a terra, a vida*. São Paulo: Loyola, 1993.

ALIER, Verena Martinez; HALL, Michael. *From Sharecropping to the Colonato*. Mimeo. s/d.

ALLREFER.COM. Country Studies – Syria. 2006a. Disponível em: http://reference.allrefer.com/country-guide-study/syria/syria64.html. (Acesso em: 10 abr. 2006)

ALLREFER.COM. Country Studies – Iraq. 2006b. Disponível em: http://reference.allrefer.com/country-guide-study/iraq/iraq55.html. (Acesso em: 10 abr. 2006)

AMÉRICAS WATCH. *Violência rural no Brasil*. São Paulo: Human Rights Watch/Núcleo de Estudos da Violência, USP/Comissão Teotônio Vilela, 1991.

AMINZADE, Ronald R.; McADAM, Doug. Emotions and Contentious Politics. In: AMINZADE, Ronald R. et al. (eds.). *Silence and Voice in the Study.* Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ANDRADE, Lédio Rosa de *Introdução ao direito alternativo brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: UFPE, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: Massangana, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. *The Land and People of Northeast Brazil*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

ANDRADE, Manuel Correia de; ANDRADE, Sonia Correia de. *As usinas de Pernambuco e a crise atual*. Recife: Unteppe, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC Paulista, as greves de 1978/80*. São Paulo: Ensaio/Unicamp, 1988.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

ARENHART, Deise. *Infância, educação e MST: quando as crianças ocupam a cena*. Chapecó: ARGOS Editora Universitária, 2007.

ARGILÉZ, Ramon Adell; LÓPEZ, Miguel Martinez. *Dónde están las llaves? El movimiento okupa, prácticas sociales y contextos sociales*. Madrid: Catarata, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (orgs.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

ARRUDA, Roldão. MST inaugura escola de US$1,3 mi. *O Estado de S. Paulo*, 16 jan. 2005.

ARRUDA, Roldão. 'Ofensiva do MST será estorvo político para Lula': Para o sociólogo Zander Navarro, Movimento pode atrapalhar programa de reforma agrária. O *Estado de S. Paulo*. 5 maio 2003.

ARYAL, Gokarna Raj; AWASTHI, Ghan Shyam. Agrarian Reform and Access to Land Resource in Nepal: Present Status and Future Perspectives/Action". Centro de Estudios Rurales y de Agricultura Internacional, 2006. Disponível em: http://www.cerai.es/fmra/archivo/nepal.pdf . (Acesso em: 4 maio 2006)

ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes, 1982.

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. *Novos Estudos*, 1994, 38 (mar.).

BACHA, Edmar Lisboa. O economista e o rei da Belíndia: uma fábula para tecnocratas. *Jornal Opinião*, São Paulo, 1974.

BANCO CENTRAL. *Relatório resumido da execução orçamentária do governo federal, janeiro a abril de 2005*. 2005. Disponível em: http://www.stn.fazenda.gov.br.

BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2008: Agriculture for Development*. Washington DC: The World Bank, 2007.

BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2006: Equity and Development*. Washington DC: The World Bank, 2005.

BANCO MUNDIAL. *Inequality and Economic Development in Brazil: A World Bank Country Study.* Washington DC: The World Bank, 2004.

BARBOSA, Maria Valéria; LEITE, Sérgio Pereira. *Reforma agrária em terras públicas: contradições de um governo democrático*. Jaboticabal: Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Ciências Agrárias, 1990.

BARELLI, Walter; VILELA, Ruth. Trabalho escravo no Brasil. *Estudos Avançados*. jan/abril 2000, n.38.

BARICKMAN, Bert J. A Bit of Land, Which They Call Roça: Slave Provision Grounds in the Bahian Reconcavo, 1780-1860, *Hispanic American Historical Review*, 1994, 74(4):649-87.

BARONE, Luiz Antonio. Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista em Araraquara.

BARP, Wilson José; BARP, Ana Rosa Baganha. Tendência da violência no espaço agrário: uma análise estatística. In: *Conflitos no campo, Brasil 97*. Goiânia: CPT, 1998.

BARROS, Flavia; SAUER, Sergio; SCHWARTZMAN, Stephan. (eds.). *Os impactos negativos da política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial*. Brasília: Rede Brasil sobre Organizações Financeiras Multilaterais, MST, Vía Campesina, FIAN, CPT, Environmental Defense, 2003.

BARROS, Marcelo; OSB; CARAVIAS, José L., SJ. *Teologia da terra*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BARROS, Marcelo; PEREGRINO, Artur. *A festa dos pequenos: romarias da terra no Brasil.* São Paulo: Paulus, 1996.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel (eds.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (ed.). *Desigualdade e pobreza no Brasil.* Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BASSET, Thomas J.; CRUMMEY, Donald E. (eds.). *Land in African Agrarian Systems*. Madison: The University of Wisconsin., 1993.

BAUMEISTER, Eduardo. Algunas lecciones de los procesos de reforma agraria. In: PINO, Hugo Noé; THORPE, Andrew (eds.). *Honduras: el ajuste estructural y la reforma agraria*. Tegucigalpa: Editorial Guaymuras, 1992.

BENSON, Todd. Brazil"s 'Temple of Luxury' Becomes a Symbol of Excess. *The New York Times*, 16 jul. 2005.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BERABA, Marcelo. The Payment Scandal. *Folha de S.Paulo*, 12 jun. 2005a. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/colunasemingles/ult2303u55.shtml.

BERABA, Marcelo. Crítica diária. *Folha de S.Paulo*. 14 jul. 2005b

BERGAMO, Mônica. Com Alckmin, passeando na Daslu. *Folha de S.Paulo*, 6 jun. 2005a.

BERGAMO, Mônica. ACM chora e defende empresária. *Folha de S.Paulo*, 14 jul. 2005b.

BERGAMASCO, Sonia M. P.; AUBRÉE, Mario. (orgs.). *A dinâmica dos assentamentos de trabalhadores rurais e seus efeitos sobre o espaço social e físico*. Relatório da Pesquisa: Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola/Universidade Estadual de Campinas; Paris, Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain/Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2002.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Botta; D'AQUINO, Terezinha. Assentamentos rurais em São Paulo: A roda viva de seu passado/presente. *Ciências Sociais Hoje.* São Paulo: Vértice/Anpocs, 1991.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: UFRGS. 1998

BERMEO, Nancy G. *The Revolution Within the Revolution: Worker's Control in Rural Portugal*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

BERRY, Albert. *Poverty, Economic Reform & Income Distribution in Latin America*. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

BEZERRA, Gregório. *Memórias. Segunda parte: 1946-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. Trad. José Luiz Gonzaga do Prado. São Paulo: Sociedade Biblica Católica Internacional e Edições Paulinas, 1990.

BIRDSALL, Nancy; GRAHAM, Carol; SABOT, Richard H. (eds.). *Beyond Tradeoffs: Market Reforms and Equitable Growth in Latin America*. Washington DC: Inter-American Development Bank, 1998.

BIRDSALL, Nancy; LONDOÑO, Juan Luis. Asset Inequality Matters: an Assessment of the World Bank's Approach to Poverty Reduction. *The American Economic Review*, maio 1997; 87:2 .

BIRDSALL, Nancy; SABOT, Richard. Inequality as a Constraint on Growth in Latin America. *Development Policy*, Inter-American Development Bank. set.1994; 3:3.

BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE. Eu ouvi os clamores do meu povo. *SEDOC,* v.VI, (1973-1974), Cols. 607-629. Petrópolis: Vozes, 1973

BISPOS DO CENTRO-OESTE (1973). Marginalização de um povo: o grito das Igrejas. *SEDOC,* Vol. VI, (1973-1974), Cols. 903-1021. Petrópolis: Vozes.

BOBBIO, Norberto. *Derecha e izquierda: razones y significados de una distinción política*. Madrid: Taurus, 1995.

BOBO, Kimberly A.; KENDALL, Jackie; MAX, Steve. (eds.). *Organizing for Social Change: a Manual for Activists in the 1990s*. Santa Ana: Seven Locks Press, 1996.

BOGO, Ademar. *O vigor da mística*. Caderno de Cultura n.2. São Paulo: Anca, 1995.

BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BORGES, Antonadia. *Tempo de Brasília: etnografando lugares - evento da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

BORRAS JR., Saturino M. The Underlying Assumptions, Theory, and Practice of Neoliberal Land Policies. In: ROSSET, Peter; PATEL, Raj; COURVILLE, Michael (eds.). *Promised Land: Competing Visions of Agrarian Reform.* Oakland: Food First Books, 2006.

BORRAS, Saturnino M.; EDELMAN, Marc; KAY, Cristóbal. (eds.). *Transnational Agrarian Movements Confronting Globalization*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008.

BOSCHI, Renato. *A arte da associação*. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.

BRANCH, Taylor. *Pillar of Fire: America in the King Years, 1963-1965*. New York: Touchstone, 1998.

BRANFORD, Sue. Brazil's Landless Squeeze Government. *BBC News*, 28 maio 2005.

BRANFORD, Sue; KUCINSKI, Bernardo. *Politics Transformed: Lula and the Workers' Party in Brazil*. London: Latin America Bureau, 2003.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. *Cutting the Wire: the Story of the Landless Movement in Brazil.* London: Latin American Bureau, 2002.

BRANFORD, Sue; GLOCK, Oriel. *The Last Frontier: Fighting Over Land in the Amazon*. London: Zed Books, 1985.

BRENNEISEN, Eliane. Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, José de Souza (ed.). *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BRENNEISEN, Eliane. *Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BRETON, Binka Le. *Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira.* São Paulo: Loyola, 2002.

BROCKETT, Charles. *Land Power and Poverty: Agrarian Transformation and Political Conflict in Central America*. Boulder: Westview Press, 1998.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura. Trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edur/Forense Universitária, 1997.

BUANAIM, Antônio Márcio. (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008.

BUARQUE, Cristovam. *O que é a apartação? O* apartheid *social brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUARQUE, Sergio C. Proposta de reestruturação do setor sucro-alcooleiro e negociação de divida por terra para assentamentos de reforma agrária. Artigo elaborado para o workshop Reestruturação do Setor Sucro-alcooleiro e Reforma Agrária na Zona da Mata de Pernambuco. Recife, 1997.

CALDART, Roseli Saldete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALVO-GONZÁLEZ, Elena. Ruralidad re-emergente: estrategias de vida, producción y agrotecnología en un asentamiento de reforma agraria en el Nordeste brasileño. In: LÓPEZ, Esteban Barragán (ed.). *Gente de campo: patrimonios y dinámicas rurales en México*. Zamora: El Colegio de Michoacán, 2005.

CALVO-GONZÁLEZ, Elena. *Power, Mediation and the Construction of Community: a Case Study of a Landless Movement Settlement in Brazil and an Indigenous Agrarian Community in Mexico*. 2004. Tese (doutorado) – Manchester: University of Manchester.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório da comissão externa destinada a averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras por grupos asiáticos.* Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

CAMARGO, Aspásia A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano*. Tomo 3. São Paulo: Difel, 1981.

CAMARGO, Aspásia A. *Brésil, Nordest: mouvements paysans et crise politique*. École Pratique des Hautes Études, Thèse (3ème cycle), Paris, 1973..

CAMPOS, André; BARBOSA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; AMORIN, Ricardo; SILVA, Ronnie. (eds.). *Os ricos no Brasil: atlas da exclusão social*. v.3. São Paulo: Cortez, 2005.

CANUTO, Antônio. acentos no trajeto dos 25 anos da CPT. In: POLETTO, Ivo; CANUTO, Antônio (orgs.). *Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra.* São Paulo: Loyola, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: GRAZIANO NETO, Francisco. *A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CAROS AMIGOS. *Massacre de Eldorado dos Carajás: o maior julgamento da história do Brasil*. 5 nov. 1999.

CARTER, Miguel. *Stroessner vive: legados autoritarios y democracia en el Paraguay*. Asunción: Servilibro/CIPAE, 2010a (no prelo).

CARTER, Miguel. The Landless Rural Workers Movement (MST) and Democracy in Brazil. *Latin American Research Review*. 2010b (no prelo).

CARTER, Miguel. The Landless Rural Workers Movement and the Struggle for Social Justice in Brazil. In: DEERE, Carmen Diana; ROYCE, Fred (eds.). *Rural Social Movements in Latin America: Organizing for Sustainable Livelihoods*. Gainesville: University of Florida Press, 2009.

CARTER, Miguel. *Land Mobilizations in Rio Grande do Sul, 1978-2006*. Banco de dados não publicado. American University, 2007.

CARTER, Miguel. *The Landless Rural Workers Movement and Democracy in Brazil*. Working Paper n.CBS-60-05. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2005.

CARTER, Miguel. *The Landless Rural Workers' Movement (MST) and Agrarian Reform in Brazil*: Conference Report, October 17, 2003. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2004a.

CARTER, Miguel. *Shaping Civil Society: Political Opportunities, Mobilizing Resources and Patterns of Contention*. Manuscrito inédito, 2004b.

CARTER, Miguel. *The Origins of Brazil's Landless Rural Workers' Movement (MST): The Natalino Episode in Rio Grande do Sul (1981-84). A Case of Ideal Interest Mobilization*. Working Paper n.CBS-43-03, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2003.

CARTER, Miguel. *Ideal Interest Mobilization: Explaining the Formation of Brazil's Landless Social Movement*. 2002. Tese (Doutorado) – Columbia University.

CARVALHO, Adbias Vilar de. A Igreja Católica e a questão agrária. In: PAIVA, Vanilda. (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985, p.68-109.

CARVALHO, Horacio Martins de. (ed.) *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, Horacio Martins de. Governo Lula e a contra reforma agrária no Brasil. *Revista ADUSP - Associação dos Docentes da USP*. n.29, maio 2003.

CARVALHO, Horacio Martins de. A emancipação do Movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, Boaventura de Sousa (ed.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social.* Petrópolis: Vozes, 1971.

CASTRO, Edna M. R. de; HÉBETTE, Jean. (eds.). Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia. *Cadernos NAEA*, 10, 1990.

CAUME, David José. *O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares*. Goiânia: Editora da UFG/UPF Editora, 2006.

CAUME, David José. Assentamento 16 de Março: discursos e práticas instituintes de um espaço gerenciado pelo poder. *Anais do XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural/Sober,* Passo Fundo, RS, jul. 2002.

CAUME, David José. Práticas de poder e resistência social em assentamentos de reforma agrária. *Anais do XI Congresso Latino Americano de Sociologia Rural/Alasru*, Porto Alegre, 2002.

CAZELLA, Antony Ademir. *Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisas em Agricultura e Desenvolvimento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, CIA. *The World Factbook*. 2008. Disponível em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/ . (Acesso em: 25 mar. 2008)

CHALMERS, Douglas A.; VILAS, Carlos M.; HITE, Katherine; MARTIN, Scott B.; PIESTER, Kerianne; SEGARRA, Monique. (eds.). *The New Politics of Inequality in Latin America: Rethinking Participation and Representation*. New York: Oxford University Press, 1997.

CHAMBERS, Robert. *Whose Reality Counts? Putting the Last First*. London: ITDG, 1997.

CHAVES, Christine de Alencar. *A Marcha Nacional dos Sem Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2000.

COFFIN JR. William Sloan. *Credo*. Louisville: Westminster John Knox Press, 2005.

COHEN, Anthony P. *The Symbolic Construction of Community*. New York: Tavistock Publications, 1985.

COHEN, Jean. Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements, *Social Research*, 1985, 52.

COLBURN, Forrest D. (ed.). *Everyday Forms of Peasant Resistance*. Armonk: M.E. Sharpe, 1989.

COLETTE, Christine. The Jarrow Crusade. 2006. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/history/society_culture/protest_reform/jarrow_01.shtml . (Acesso em: 20 jan. 2006)

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA, CEPAL. *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*. 2004. Disponível em: http://www.eclac.cl/ . (Acesso em: 19 maio 2006)

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT. Assassinatos e julgamentos 1985-2006. Setor de Documentação. Banco de dados em formato digital. 2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT (ed.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT. *A luta pela terra: Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT. *Conflitos no campo: Brasil*. Goiânia: CPT, 1988-2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT. *Conflitos de terra no Brasil*. Goiânia: CPT, 1986-1987.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-Nordeste. IV Encontro da BioNatur debate desafios da agroecologia. 2008. Disponível em: http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=New&file=article&sid=1300 . (Acesso em: 8 ago. 2008)

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT/RS, E COMUNIDADE PE. JOSIMO DOS FREIS CAPUCHINHOS E FRANCISCANOS. Tupanciretã, RS. *Cantos: Cantando com a Mãe Terra*. Porto Alegre: CPT/RS, 2003.

COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST.* São Paulo: Expressão Popular, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Igreja e problemas da terra*. São Paulo: Paulinas, 1980.

CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA, CRB. *Gleba*, dez. 1955.

CORNIA, Giovanni Andrea. (ed.). *Inequality, Growth, and Poverty in an Era of Liberalization and Globalization.* Oxford: Oxford University Press, 2004.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. *Latinobarómetro Report 2007*. Santiago de Chile. 2007. Disponível em: www.latinobarometro.org.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. *Informe Latinobarómetro 2006*. Santiago de Chile. 2006. Disponível em: www.latinobarometro.org.
CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. *Informe – Resumen Latinobarómetro 2004: Una Década de Mediciones*. Santiago de Chile. 2004. Disponível em: www.latinobarometro.org.
CORREIA, Ciro. *MST en marcha hacia la agroecologia: una aproximación a la construcción histórica de la agroecologia en el MST*. 2007. Tese (Mestrado) – Universidad Internacional de Andalucía, Universidad de Córdoba.
COSTA, Francisco de Assis. Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos. *Novos Cadernos NAEA*, 1998, 1:1.
COSTA, Luciana Miranda. *Discurso e conflito: dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo. (orgs.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Maud, 1998.
CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, CONCRAB. *Sistema de Cooperativista dos Assentados*. Cadernos de Cooperação Agrícola n.5. 2.ed. São Paulo: CONCRAB, 1998.
CUBAN ECONOMIC RESEARCH PROJECT. *Cuba: Agriculture and Planning, 1963-1964*. Coral Gables: University of Miami, 1965.
CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais. a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Unesp, 2007.
CUT/CONTAG. *Desenvolvimento e sindicalismo rural*. São Paulo: Projeto CUT/CONTAG, 1999.

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. (eds.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
DAHL, Robert. *Polyarchy: Participation and Opposition.* New Haven: Yale University Press, 1971.
DALLAGNOL, Wilson. *As romarias da terra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CPT, 2001.
DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juízes*. São Paulo: Saraiva, 1996.
DA ROS, César Augusto. As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
DATALUTA. Assentamentos da reforma agrária – RA (Atualizado em 23/04/2008. Base de dados em formato digital. Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Presidente Prudente; 2008a.
DATALUTA. Banco de Dados de Luta pela Terra. Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA), Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Presidente Prudente. 2008b. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.
DATALUTA, Banco de Dados de Luta pela Terra. Brasil: Número de Ocupações e Famílias por Estado e Macrorregiões 1988-2006. Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA), Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Presidente Prudente. 2007a. Disponível em: www.fct.unesp.br/dgeo/nera
DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Presidente Prudente. 2007b. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.

DE ANDRADE, Sonia Correia. *A cana de açúcar na região da mata pernambucana*. Recife: CNPq/Fjn/UFPE, 2001.

DE CASTRO, Josué. *Death in the Northeast*. New York: Random House, 1966.

DE JANVRY, Alain. *The Agrarian Question and Reformism in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1981.

DE JANVRY, Alain; GORDILLO, Gustavo; PLATEAU, Jean-Philipp; SAUDOLET, Elisabeth. (eds.). *Access to Land, Rural Poverty, and Public Action*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DEERE, Carmen Diana; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agrarian Reform and Poverty Reduction: Lessons from Brazil. In: AKRAM-LODHI, A. Haroon; BORRAS JR., Saturnino M.; KAY, Cristóbal (eds.). *Land, Poverty and Livelihoods in an Era of Globalization.* London: Routledge, 2007.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GASQUES, José Garcia; SILA, José Graziano da; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. Estimativas das famílias potenciais beneficiárias de programas de assentamentos rurais no Brasil. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da (eds.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001.

DELFIM, Antônio Neto et al. *Agricultura e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Estudo Anpes, 1969.

DELFIM, Antônio Neto. *O café do Brasil*. n.3. São Paulo: Estudo Anpes, 1965.

DELFIM, Antônio Neto. Problemas econômicos da agricultura brasileira. *Boletim* n.46, Cadeira XXV. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 1963.

DELGADO, Guilherme C. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. *Revista de Conjuntura*. Ano IV, n.16. Brasília: Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, 2003.

DELGADO, Guilherme C. *Agricultura e capital financeiro*. São Paulo/Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.

DELGADO, Guilherme C.; FLORES FILHO, José. Determinantes da queda recente do preço da terra no Brasil. *Economia – Ensaios*. v.12-13, n. 2-1. Uberlândia, 1998.

DELLA CAVA, Ralph. The 'People's Church,' the Vatican and the Abertura. In: STEPAN, Alfred (ed.). *Democratizing Brazil*. New York: Oxford University Press, 1989.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, DIEESE. *Estatísticas do meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

DESAI, A. R. *Agrarian Struggles in India After Independence*. New Dehli: Oxford Univeristy Press, 1986.

DESMARAIS, Annette Aurélie. La Vía Campesina: Globalizing Peasants. In: DEERE, Carmen Diana; ROYCE, Fredrick S. (eds.). *Rural Social Movements in Latin America: Organizing for Sustainable Livelihoods*. Gainesville: University of Florida, 2009.

DESMARAIS, Annette Aurélie. *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants*. Ann Harbor: Pluto Press, 2007.

DISKIN, Martin. El Salvador: Reform Prevents Change. In: THIESENHUSEN, William C. (ed.). *Searching for Agrarian Reform in Latin America*. Boston: Unwim Hyman, 1989.

DORNER, Peter. *Latin American Land Reforms in Theory and in Practice: A Retrospective Analysis*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1992.

DOS SANTOS, Andrea Paula; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Vozes da marcha pela terra*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

DOWNIE, Andrew. A Stone's Throw from Poverty, Brazil's Daslu Glimmers. *The Christian Science Monitor*, 12 jul. 2005.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ECKERT, Córdula. *Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Dissertação (Mestrado) – 1984. Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro.

ECKSTEIN, Shlomo; DONALD, Gordon; HORTON, Douglas; CARROLL, Thomas. *Land Reform in Latin America: Bolivia, Chile, Mexico, Peru, and Venezuela*. World Bank Staff Working Paper n.275. Washington DC: The World Bank, 1978.

EDWARDS, Bob; FOLEY, Michael W.; DIANI, Mario. (eds.). *Beyond Tocqueville: Civil Society and the Social Capital Debate in Comparative Perspective*. Hanover: University Press of New England, 2001.

EL-GHONEMY, M. Riad. The Political Economy of Market-Based Land Reform. In: GHIMIRE, Krishna B. (ed.). *Land Reform & Peasant Livelihoods: The Social Dynamics of Rural Poverty & Agrarian Reform in Developing Countries*. London: The Cromwell Press Limited, 2001.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco: 1840/1910*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Unicamp, 1977.

EISENBERG, Peter L. *The Sugar Industry in Pernambuco: Modernization Without Change, 1840-1910*. Berkeley: University of California Press, 1974.

ELIAS, Norbert. *Qu'est-ce que la sociologie?* Marseille: Editions de L'aube, 1991.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

ELIAS, Norbert. *Power and Civility*. New York: Panthenon, 1982.

EMMI, Marília Ferreira. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: NAEA/UFPA, 1985.

ENRIQUEZ, Laura J. *Harvesting Change: Labor Agrarian Reform in Nicaragua, 1979-1990.* Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1991.

EPEA. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Programa de Ação Econômica do Governo. n.66 (Síntese), 2.ed. Documento N.1, 1965.

ESTADO DE SÃO PAULO. Procurador-geral diz que invasão é crime intolerável. *O Estado de S. Paulo*, 04 jul. 2003a.

ESTADO DE SÃO PAULO. Fontelles volta a apoiar invasão de terra improdutiva. *O Estado de S. Paulo*, 14 ago. 2003b.

ESTADO DE SÃO PAULO. Ruralistas eufóricos, sem-terra revoltados. *O Estado de S. Paulo*, 15 ago. 2003c.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: CEDI/Koinonia, 1994.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa.* Petrópolis: Vozes, 1987.

FAJOLLES, David. Mamucaba: L'Attente. Rio de Janeiro: Museu Nacional. Relatório de Pesquisa, 2000.

FAO/INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: FAO/INCRA, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.* v.1-2. Rio de Janeiro: Globo, 1957.

FARIA, Vilmar Evangelista. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Novos Estudos CEBRAP*, 29, 1991.

FEDERAL RESERVE BANK OF ST. LOUIS. *Brazil/US Foreign Exchange Rate*. 2006. Disponível em: http://research.stlouisfed.org/fred2/categories/15. (Acesso em: 27 mar. 2006)

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (ed.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. *Observatorio Social de América Latina*, 16. Buenos Aires: Imprensa, 2005b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária. Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Texto apresentado no Encontro Regional do Projeto de Intercâmbio em Pesquisa Social em Agricultura, Araraquara, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A judiciarização da luta pela reforma agrária. *GEOUSP – Revista de pós-graduação em Geografia.* São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária e modernização do campo. *Terra Livre*. v.11-12. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1996b.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MARTIN, Jean Yves. Movimento socioterritorial e globalização: Algumas reflexões a partir do caso do MST. *Lutas Sociais*, 12, 2004a.

FERNANDES, Bernardo Mançano; ANDERSON, Antonio Silva Girardi; PAULON, Eduardo. Questões da Via Campesina. *Anais do VI Congresso Nacional de Geógrafos*. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004b.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. Insertion socio-politique et criminalisation de la lutte pour la terre: occupations de terre et assentamentos ruraux dans le Pontal do Paranapanema - São Paulo. *Cahiers du Bresil Contemporain*, 51/52, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. *Estudos avançados,* 43, 2001.

FERNANDES, Rubem César. O debate entre sociólogos a propósito de pentecostais. *Cadernos do ISER*, n.6. Rio de Janeiro: ISER, 1977.

FERRANTI, David de; PERRY, Guillermo E.; FERREIRA, Francisco; WALTON, Michael. *Inequality in Latin America: Breaking With History?* Washington DC: The World Bank, 2004.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que trabalho escravo? *Estudos Avançados*, 38, jan./abr., 2000.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FISHLOW, Albert. Brazilian Size Distribution of Income. *American Economic Review*. maio 1972, 62:2.

FLAKE, Oliver. *Focus on Brazil: Agricultural Production and Trade*. US Department of Agriculture. 2006. Disponível em: http://oalp.okstate.edu/files/Brazil_2006/Oliver_Flake2.pdf. (Acesso em: 24 maio 2006)

FOLHA DE S.PAULO. Jungmann diz ser preciso "baixar o pau da lei" no MST. *Folha de S.Paulo*, 29 jul. 2003.

FOLHA DE S.PAULO. Novo ministro do STF defende Estado mais forte na economia. *Folha de S.Paulo*, 28 jun. 2004.

FOLHA ONLINE. Maioria dos brasileiros nunca foi a cinema ou museu, diz estudo. *Folha de S.Paulo*, 30 abr. 2007. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u70716.shtml

FORMAN, Shepard. *The Brazilian Peasantry*. New York: Columbia University Press, 1975.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FOWERAKER, Joe; LANDMAN, Todd. *Citizenship Rights and Social Movements: a Comparative and Statistical* Analysis. Oxford: Oxford University Press, 1997.

FOX, Jonathan. (ed.). *The Challenge of Rural Democratization: Perspectives From Latin America and the Philippines*. London: Frank Cass, 1990.

FREYRE, Gilberto. *The Masters and the Slaves*. New York: Knopf, 1978.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, FMI. *Data and Statistics*. 2008. Disponível em: http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/01/weodata/weorept.aspx?sy=2000&ey=2007&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&c=223&s=PPPEX&grp=0&a=&pr.x=41&pr.y=11#download. (Acesso em: 14 abr. 2008)

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GACITÚA-MARIÓ, Estanislao; WOOLCOK, Michael. (eds.). *Exclusão social e mobilidade no Brasil*. Brasília: IPEA/Banco Mundial, 2005a.

GACITÚA-MARIÓ, Estanislao; WOOLCOK, Michael. Uma avaliação da exclusão social e da mobilidade no Brasil. In: GACITÚA-MARIÓ, Estanislao; WOOLCOK, Michael (eds.). *Exclusão social e mobilidade no Brasil*. Brasília: IPEA/Banco Mundial, 2005b.

GALBRAITH, John Kenneth. *The Age of Uncertainty: a History of Economic Ideas and Their Consequences*. Boston: Houghton Miftin, 1977.

GALLOWAY, Jack H. *The Sugar Cane Industry: an Historical Geography From Its Origins to 1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

GAMSON, William. The Social Psychology of Collective Action. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol McClurg. (eds.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven and London: Yale University Press, 1992.

GANUZA, Enrique; BARROS, Ricardo Paes de; TAYLOR, Lance; VOS, Rob. (eds.). *Liberalización, desigualdad y pobreza: América Latina y el Caribe en los 90*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires/Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo, 2001.

GARCIA JR., Afrânio. *O sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GARCIA JR., Afrânio. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, Antonio. *Sociología de la reforma agraria em América Latina*. Buenos Aires: Amorrotu Editores, 1973.

GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro. Gastos públicos na agricultura: evolução e mudanças. *Texto para discussão.* n.48. Brasília; IPEA, 2003.

GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. (orgs.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. A demanda por terra para a reforma agrária no Brasil. *Anais do 36º Congresso de Economia e Sociologia do Rural (Sober)*. Foz do Iguaçu, 1998.

GEHLEN, Ivaldo. *Terres de lutte e luttes pour la terre: etude sur le mouvement social pour la terre et la reforme agraire au sud du Bresil*. 1991. Tese (Doutorado) – Université de Paris X-Nanterre.

GEHLEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. 1983. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GHIMIRE, Krishna B. (ed.). *Land Reform & Peasant Livelihoods: The Social Dynamics of Rural Poverty & Agrarian Reform in Developing Countries*. London: The Cromwell Press Limited, 2001.

GLUCKMAN, Max. Gossip and Scandal. *Current Anthropology,* 1963, 4: 3.

GÓES, Cesar Hamilton Brito. *A Comissão Pastoral da Terra: história e ambivalência da ação da Igreja no Rio Grande do Sul*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GOETH, Ernesto. Lições pastorais do Sul 3 na década de 70. In: Instituto Nacional de Pastoral (ed.). *Pastoral da Igreja no Brasil nos Anos 70: caminhos, experiências e dimensões*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GOODMAN, David. Rural Economy and Society. In: BACHA, Edmar L.; KLEIN, Herbert S. (eds.). *Social Change in Brazil 1945-1985: The Incomplete Transition*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1989.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. (eds.). *Rethinking Social Movements: Structure, Meaning and Emotion*. Lanham: Rowan and Littlefield, 2004.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLETTA, Francesca. (eds.). *Passionate Politics: Emotions and Social Movements*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. *Marcha ao coração do latifúndio*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. Informações jurídicas sobre a desapropriação de terra. *Mídia Independente*, 13 ago 2003. Disponível em: http://www.midiaindependente.org.pt/blue/2003/08/260961.shtml.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. *A resistência dos pequenos gigantes. A luta e a organização dos pequenos agricultores*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. Religiosidade e fé na luta pela terra. In: STÉDILE, João Pedro (ed.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. (ed.). *Uma foice longe da terra: repressão aos sem-terra em Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. *O massacre da Fazenda Santa Elmira*, 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

GÖRGEN, Sérgio Antônio; STÉDILE, João Pedro. (orgs.). *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GORSDORF, Leandro Franklin. *Advocacia popular na construção de um novo senso comum jurídico*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GRAZIANO, Franscisco. Terrorismo agrário. *O Estado de S. Paulo*, 23 maio 2006.

GRAZIANO, Franscisco. *O carma da terra*. São Paulo: A Girafa, 2004.

GRAZIANO, Franscisco. *Qual reforma agrária? Terra, pobreza e cidadania*. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

GRINDLE, Merilee S. *State and Countryside: Development Policy and Agrarian Politics in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964).* 1987. Dissertação (Mestrado) – PPGAS, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; FERNANDES, Isabella. *Reforma agrária em terras da Igreja: São Miguel, relato de uma experiência.* Petrópolis: Vozes, 1987.

GUEDES, André D. *Projeto identitário, discurso e pedagogia na constituição de um sujeito coletivo: o caso dos atingidos por barragens*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HAMMOND, John L. The MST and the Media: Competing Images of the Brazilian Landless Farmworkers' Movement. *Latin American Politics and Society*, 2004, 46:4.

HAMMOND, John L. Law and Disorder: The Brazilian Landless Farmworkers' Movement. *Bulletin of Latin American Research*, 1999, 18:4.

HANDELMAN, Howard. *The Politics of Agrarian Change in Asia and Latin America*. Bloomington: Indiana University Press, 1981.

HANDY, Jim. *Revolution in the Countryside: Rural Conflict and Agrarian Reform in Guatemala, 1944-1954*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1994.

HARNECKER, Marta. *Landless People: Building a Social Movement*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

HARNECKER, Marta. *Sin tierra: construyendo un movimiento social*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores de España, 2002.

HEALY, Kevin. *Llamas, Weavings, and Organic Chocolate: Multicultural Grassroots Development in the Andes and Amazon of Bolivia*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2001.

HECHT, Susanna B.; COCKBURN, Alexander. *The Fate of the Forest: Developers, Destroyers, and Defenders of the Amazon*. New York: Verso, 1989.

HENRIQUES, Ricardo. (ed.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz et. al. Regional Impacts of land reform in Brazil. In: ROSSET, Peter; PATEL, Paj; COURVILLE, Michael (orgs.). *Promised Land: Competing Visions of Agrarian Reform*. Oakland: First Food Books, 2006.

HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela; LEITE, Sergio. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2004.

HEREDIA, Beatriz et. al. Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas: resumem executivo. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ– NUAP/ PPGAS/MN/UFRJ (Convênio: REDES/ NEAD-IICA), fev. 2002. Disponível em: http//www.nead.org.Br/indez.php?ação=biblioteca&publicacaoID=204.

HIRSCHMAN, Albert O. *The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility and Jeopardy*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1991.

HIRSCHMAN, Albert O. *Shifting Involvements: Private Interest and Public Action*. Princeton: Princeton University Press, 1982.

HITE, Katherine; CESARINI, Paola. *Authoritarian Legacies and Democracy in Latin America and Southern Europe*. Notre Dame: Notre Dame University Press, 2004.

HOFFMAN, Leandro Sidinei Nunes. Da cruz à bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1991. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil*. Manuscrito não publicado. Instituto de Economia, Unicamp, 2004.

HOFFMANN, Rodolfo. A distribuição da posse da terra no Brasil de acordo com as PNADs de 1992 a 1999. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. (orgs.) *Transformações da agricultura e políticas públicas*, Brasília: IPEA, 2001.

HOFFMANN, Rodolfo. *A estrutura fundiária no Brasil de acordo com o cadastro do INCRA: 1967 a 1998*. Manuscrito não publicado. Unicamp/INCRA, 1998.

HOFFMANN, Rodolfo; SILVA, José Graziano da. *O Censo Agropecuário de 1995-96 e a distribuição da posse da terra no Brasil*. Texto apresentado no XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Foz do Iguaçu: Sober, 1999.

HOOGLUND, Eric J. *Land Revolution in Iran, 1960-1980*. Austin: University of Texas Press, 1982.

HOUTZAGER, Peter Pim. Collective Action and Political Authority: Rural Workers, Church, and State in Brazil. *Theory and Society*, 2001, 30:1.

HOUTZAGER, Peter Pim. *Caught Between State and Church: Popular Movements in the Brazilian Countryside, 1964-1989*. 1997. Tese (Doutorado) – University of California, Berkeley.

HUBER, Evelyne; SAFFORD, Frank. (eds.). *Agrarian Political Structure & Political Power: Landlord and Peasant in the Making of Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

INAYATULLAH (ed.). *Land Reform: Some Experiences in Asia*. v.IV. Kuala Lumpur: Asian and Pacific Development Administration Centre, 1980.

INCRA RIO GRANDE DO SUL. *Projetos de assentamentos no estado do Rio Grande do Sul*. Documento não publicado. INCRA-RS, 2008.

INCRA RIO GRANDE DO SUL. *Projetos de assentamentos no estado do Rio Grande do Sul*. Documento não publicado. INCRA-RS, 2005.

INCRA RIO GRANDE DO SUL. *Invasões de terra no Rio Grande do Sul: Período Maio de 1978 e 10 de março de 2003*. Documento não publicado. INCRA-RS, 2003a.

INCRA RIO GRANDE DO SUL. *Banco de Relatórios de Projetos de Assentamento*. Documento não publicado. INCRA-RS, 2003b.

INDIAAGRONET – AGRICULTURA RESOURCE CENTER. Ceiling Limits on Land Holdings. 2006. Disponível em: http://www.indiaagronet.com/indiaagronet/AGRI_LAW/CONTENTS/Ceiling.htm . (Acesso em: 1 mar. 2006)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Estudos e pesquisas: indicadores sociais 2007*. 2007a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2007/indic_sociais2007.pdf . (Acesso em: 8 abr. 2008)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Censo Agropecuário 2006: resultados preliminares do censo confirmam expansão da fronteira agrícola na região Norte. Comunicação Social. 2007b. Disponível em: http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1064 . (Acesso em: 15 abr. 2008)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Estudos e pesquisas: economia*. 2005. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/tab01.pdf . (Acesso em: 10 abr. 2008)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios – resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo Agropecuário 1996*. v.1. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFÍA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo Agropecuário de 1995-1996*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. Porto Alegre: Instituto Cidadania, 2001.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, INESC. *Reforma agrária no governo Lula: residual e periférica*. Nota Técnica, mar. 2006, 105.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, INCRA. *Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação: período da criação do projeto, 01/01/1900 Até 24/07/2003*. Banco de dados não publicado. 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. *IPEA data*. 2009. Disponível em: www.ipeadata.gov.br. (Acesso em: 20 out. 2009)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. *Radar social*. Brasília: IPEA, 2005.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, ITESP. Terra e cidadãos: aspectos da ação de regularização fundiária no estado de São Paulo, *Cadernos ITESP*, 4. São Paulo: ITESP, 1998a.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, ITESP. Mediação campo: estratégias ação em situações de conflito fundiário, *Cadernos ITESP*, 6. São Paulo: ITESP, 1998b.

INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direito à comunicação no Brasil: base constitucional e legal, implementação, o papel dos diferentes atores e tendências atuais e futuras*. Projeto de Governança Global e Campanha CRIS (Communication Rights in the Information Society). São Paulo: Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2005.

IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. n.6 (Fevereiro). Brasília: IPEA, 2003.

IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. n.3 (Agosto). Brasília: IPEA, 2001.

JORNAL DO BRASIL. Pesquisa revela falta de credibilidade e conhecimento em relação ao Judiciário, *Jornal do Brasil Online*, 11 nov. 2003a. Disponível em: http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2003/11/10/jorbra20031110005.html

JORNAL DO BRASIL. Fonteles defende invasão de áreas improdutivas, *Jornal do Brasil Online*, 14 ago. 2003b. Disponível em: http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2003/08/13/jorbra20030813014.html

JORNAL DO BRASIL. Ruralista critica procurador *Jornal do Brasil Online*, 14 ago. 2003c. Disponível em: http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2003/08/13/jorbra20030813014.html

JUNGMANN, Raul. Carta Aberta ao Presidente Lula, *Folha de S.Paulo*, 15 jul. 2003.

JULIÃO, Francisco. *Cambão - The Yoke: The Hidden Face of Brazil*. Traduzido do português por John Butt. Harmondsworth: Penguin, 1972.

JUSTINO, Patricia; LITCHFIELD, Julie; WHITEHEAD, Laurence. *The Impact of Inequality in Latin America*. PRUS Working Paper n.21. Poverty Research Unit at Sussex, University of Sussex, 2003.

KAIMOWITZ, David. The Role of Decentralization in the Recent Nicaraguan Agrarian Reform. In: THIESENHUSEN, William C. (ed.). *Searching for Agrarian Reform in Latin America*. Boston: Unwim Hyman, 1989.

KAGEYAMA, Ângela; LEONE, Eugênia Troncoso. *Uma tipologia dos municípios paulistas com base em indicadores sociodemográficos*. Textos para Discussão, 66. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Londrina, 1999.

KANE, Liam. *Popular Education and Social Change in Latin America*. London: Latin America Bureau, 2001.

KARL, Terry Lynn. The Vicious Cycle of Inequality in Latin America. In: ECKSTEIN, Susan Eva; WICKHAM-CROWLEY, Timothy P. (eds.). *What Justice? Whose Justice? Fighting for Fairness in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 2003.

KAWAGOE, Toshihiko. Agricultural Land Reform in Postwar Japan: Experience and Issues. *Policy Research Working Paper n. WPS2111*. Washington DC: The World Bank, 1999.

KAY, Cristobal. Latin America's Agrarian Reform: Lights and Shadows. *Land Reform, Land Settlements and Cooperatives*, n.2, 1998.

KING, Russell. *Land Reform: a World Survey*. Boulder: Westview Press, 1977.

KING, Russell. *Land Reform: the Italian Experience*. London: Butterworth, 1973.

KLEINMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: Terra & Poder. História da questão agrária.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KOLLING, Edgar; NERY, Israel; CASTAGNA, Mônica. *Por uma educação básica do campo.* Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros: conflitos de terras no Araguaia-Tocantin*s. São Paulo: Brasiliense, 1982.

KUHNEN, Frithjof. *Land Tenure and Agrarian Reform in Asia: a Re-appraisal of Priorities in Agrarian Re-organization for Rural Development*. Artigo elaborado para o Asian Regional Seminar on the Contribution of Rural Institutions to Rural Development, Particularly Employment. New Delhi. 1971. Disponível em: http://www.professor-frithjof-kuhnen.de/publications/land-tenure-asia/0.htm (Acesso em: 30 jan. 2006)

KUZNETS, Simon S. Economic Growth and Income Inequality. *American Economic Review*, 45, 1954.

LAMOUNIER, Bolívar. Brazil: Inequality Against Democracy. In: DIAMOND, Larry; LINZ, Juan J.; LIPSET, Seymour Martin (eds.). *Democracy in Developing Countries: Latin America*. v.4. Boulder: Lynne Reinner Publishers, 1989.

LAPP, Nancy D. *Landing Votes: Political Representation and Land Reform in Latin America*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

LARA JR., Francisco; MORALES JR., Horacio R. The Peasant Movement and the Challenge of Rural Democratization in the Philippines. In: FOX, Jonathan (ed.).

*The Challenge of Rural Democratization: Perspectives from Latin American and the Philippines*. London: Frank Cass, 1990.

LASTARRIA-CORNHEIL, Susana. Agrarian reform of the 1960s and 1970s in Peru. In: THIESENHUSEN, William C. (ed.). *Searching for Agrarian Reform in Latin America*. Boston: Unwim Hyman, 1989.

LAUREANO, Delze dos Santos. *O MST e a Constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LE BRETON, Binka. *Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 6.ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1993.

LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. *Revista Nera*, jul./dez. 2006a, 9:9.

LEITE, Sérgio. (com a colaboração de Rodrigo Ávila). *Réforme agraire, Justice sociale et dévelopment durable*. Dócument thematique n.4. Conferénce Internationale sur la Réforme Agraire et le Devéloppement Rurale (CIRADR), 2006b.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas/São Paulo: Unicamp/Papirus, 1986a.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30.* 2.ed. Campinas: Unicamp, 1986b

LENZ, Matias Martino. (org.). *A Igreja e a propriedade da terra*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

LEONE, Eugênia Troncoso. *Pobreza e trabalho no Brasil: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80*. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

LEROY, Jean-Pierre. *Uma chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

LERRER, Débora Franco. *Trajetória de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

LERRER, Débora. *De como a mídia fabrica e impõe uma imagem: "a degola" do PM pelos sem-terra em Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LERRER, Débora. *Reforma agrária: os caminhos do impasse*. São Paulo: Garçoni, 2003.

LIBRARY OF CONGRESS. Country Studies, Egypt. 2003, Disponível em: http://countrystudies.us/egypt/85.htm . (Acesso em: 1 jun. 2006)

LIMA, João Policarpo R.; SILVA, Gerson Victor. A economia canavieira de Pernambuco e a reestruturação necessária. *Revista de Economia Nordeste de Fortaleza,* 1995, 26:2.

LIMA, Solange; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Trabalhadores urbanos nos assentamentos rurais: a construção de novos sujeitos sociais.* Presidente Prudente, Relatório CNPq – PIBIC 1999 - 2001.

LINHARES, Elizabeth; MEDEIROS, Leonilde; PADRÃO, Luciano; ALENTEJANO, Paulo. *Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINS, Carlos José Caldas et al. *Programa de ação para o desenvolvimento da Zona da Mata do Nordeste*. Recife: Sudene, 1996.

LOPES, Juarez Brandão. Política social: subsídios estatísticos sobre a pobreza e acesso a programas sociais no Brasil. *Estudos Avançados*, 1995, 9: 24.

LOERA, Nashieli Cecilia. *A espiral das ocupações*. São Paulo: Polis; Campinas: Unicamp/IFCH/CERES, 2006.

LOUREIRO, Walderez Nunes. *O aspecto educativo da prática política: a luta do arrendo em Orizona, Goiás*. 1982. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas de Rio de Janeiro.

LUPION, Abelardo. Comissão Parlamentar Misto de Inquérito da Terra, voto em separado (substitutivo aprovado). Brasília: Congresso Nacional, 2005.

LUSTIG, Nora (ed.). *Coping With Austerity: Poverty and Inequality in Latin America*. Washington DC: The Brookings Institution, 1995.

LUTZENBERGER, José A. O absurdo da agricultura. *Estudos avançados: dossiê de desenvolvimento rural*, set./dez. 2001, 15:43.

MACEDO, Marcelo Ernandez. Zé Pureza: etnografia de um acampamento no Norte Fluminense. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MACEWAN, Arthur. *Revolution and Economic Development in Cuba*. New York: St. Martin's Press, 1981.

MACHADO, Antônio Alberto; GOULART, Marcelo Pedroso. *Ministério Público e direito alternativo: O MP e a defesa do regime democrático e da ordem jurídica*. São Paulo: Acadêmica, 1992.

MAINWARING, Scott P. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: the Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, Scott. *The Catholic Church and Politics in Brazil, 1916-1985*. Stanford: Stanford University Press, 1986.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PERÉZ-LIÑÁN, Anibal. Classifying Political Regimes in Latin America, 1945-2004. In: MUNCK, Gerardo L. (ed.). *Regimes and Democracy in Latin America: Theories and Methods*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MANDELA, Nelson. *A Long Walk to Freedom: the Autobiography of Nelson Mandela*. New York: Little, Brown and Company, 1995.

MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1997.

MARÉS, Carlos Frederico. *A função social da terra*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

MARSHALL, T. H. Citizenship and Social Class. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). *Citizenship and Social Class*. London: Pluto Press, 1992.

MARTINS, José de Souza. O MST e seus moinhos de vento. *O Estado de S. Paulo.* 22 abr. 2007.

MARTINS, José de Souza. Uma escola com o nome de Florestan. *O Estado de S. Paulo.* 6 fev. 2005, p. A11.

MARTINS, José de Souza. (ed.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003a.

MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2003b.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2003c.

MARTINS, José de Souza. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). In: MARTINS, José de Souza (ed.). *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003d.

MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo.* São Paulo: Edusp, 2000a.
MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000b.
MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (ed.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3.ed. (rev.) São Paulo: Hucitec, 1991.
MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite.* São Paulo: Hucitec, 1989.
MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1984.
MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
MARTINS, Mônica Dias. (ed.). *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, Ásia e África*. São Paulo: Boitempo, 2004.
MAYBURY-LEWIS, Bjorn. *The Politics of the Possible: The Brazilian Rural Workers' Trade Union Movement, 1964-1985*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.
MCADAM, Doug. *The Political Process and the Development of Black Insurgency*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (eds.). *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: a Partial Theory. *American Journal of Sociology*, 82, 1972.
MCCLINTOCK, Cynthia. *Peasant Cooperatives and Political Change in Peru*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Dimensões políticas da violência no campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; TOURINHI NETO, Fernando da Costa (eds.). *O direito achado na rua: introdução crítica ao direito agrário*. v.3. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002a.
MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Rural e UNRISD, 2002b.
MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses. Os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. Tese (Doutorado) – IFCH, Unicamp.
MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil*. 1983. Dissertação (Mestrado) – FFCL, Universidade de São Paulo.
MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Contag: um balanço. *Reforma agrária*. 1981, 11: 6.
MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sergio. (org.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.
MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sergio. (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de et al., (org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994.
MELLO, Mário Lacerda de. *O açúcar e o homem*. Recife: MEC/Instituto Joaquim Nabuco, 1975.
MELLOR, John W. The Role of Agriculture in Economic Development. *American Economic Review. S*et. 1961.
MELO, João Alfredo Telles. (ed.). *Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2006.
MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sergio. (eds.). *The (Un)Rule of Law and the Underprivileged in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1999.
MENDONÇA, Sonia Regina de. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária: natureza e comportamento, 1964 – 1990*, STÉDILE, J. P.(org.). São Paulo: Expressão Popular, 2006.
MENEZES, Antonio Julio de Neto. *Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.
MENJIVAR, Rafael. *Reforma agraria: Guatemala, Bolivia, y Cuba*. San Salvador: Editorial Universitaria de El Salvador, 1969.
MESZAROS, George. *Law Makers, Law Breakers: the State and Landless Workers' Movement in Brazil*. London: Routledge Press, 2010. (No prelo)
MESZAROS, George. Taking the Land into Their Hands: The Landless Workers' Movement and the Brazilian State. *Journal of Law and Society*, 2000, 27:4 (dez.).
MINISTÉRIO DAS MINAS, ENERGIAS E COMUNICAÇÕES. Informativo Luz para Todos. n.1. Brasília (jul. 2007). Disponível em: http://200.198.213.102/luzparatodos/downloads/Informativo%2001-23.07.07.pdf

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, MAG. Estatísticas: Crédito Rural no Brasil. 2008. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/ (Acesso em: 28 jul. 2008)
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, MDA. *Desenvolvimento agrário como estratégia: balanço MDA, 2003/2006*. Porto Alegre: ENAD, 2006.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, MDA. *Relatório da Ouvidoria Agrária 05/2004.* Brasília: MDA, 2004.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, MDA – Equipe Técnica. *Proposta de plano de reforma agrária*. Manuscrito. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário. Out. 2003a.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/INCRA. *Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação*. Documento não publicado. INCRA Brasília, 2003b.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, MDA. *II PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Brasília: MDA, 2003c.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Novo retrato da agricultura familiar. Brasília: Projeto Cooperação FAO/INCRA, 2000.
MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA, MEPF. *Programa integrado de reforma na zona da mata nordestina*. Recife, 1998.
MONTERO, Alfred P. *Brazilian Politics*. Cambridge: Polity Press, 2005.
MONTGOMERY, John D. *International Dimensions of Land Reform*. Boulder: Westview Press, 1984.

MOORE, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Landlord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press, 1966.

MORAES, Maria Estela. No rastro da águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens. In: NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

MORAIS, Clodomir Santos de. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. São Paulo: MST, 1986.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à revolução verde. *Estudos sociedade e agricultura*. 15 out. 2000.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORLEY, Samuel A. *La distribución del ingreso en América Latina y el Caribe*. Santiago: Fondo de Cultura Económica/CEPAL, 2000.

MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol McClurg. (eds.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven and London: Yale University Press, 1992.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, MPA, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, Movimento dos Atingidos por Barragens, MAB, Movimento das Mulheres Camponesas, MNC, Comissão Pastoral da Terra, CPT, Associação Brasileira de Reforma Agrária, ABRA. *Balanço das medidas do governo Lula (2002-2006) em relação a agricultura camponesa e reforma agrária no Brasil*. Manifesto. 26 mar. 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. *Revista Sem Terra*, 2009, 11: 48 jan./fev..

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. Assentamentos do MST em 2004. 2007a. Disponível em: http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1010. (Acesso em: 15 mar. 2007)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. MST Quer novo modelo para reforma agrária. *MST Informa*, 2007b, 5: 139 (2 ago.).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. BioNatur leva sementes agroecológicas para todo o país. 2006. Disponível em: http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=727. (Acesso em: 9 ago. 2008)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. MST entrega pauta da marcha ao ministro Rosetto. *Informativos: Últimas do MST.* 3 maio 2005a. Disponível em: http://www.mst.org.br/informativos/minforma/ultimas721.htm . (Acesso em: 29 set. 2005)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. *Ergue a tua voz: marcha nacional 2005*. Documentário em vídeo, MST, 2005b.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. *O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – documentos básicos*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2005c.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. *A lei e as ocupações de terras*. São Paulo: MST, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST – Setor de direitos humanos. *As ocupações de terras são constitucionais, legítimas e necessárias*. São Paulo: MST, 1997.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. A cooperação agrícola nos assentamentos. *Cadernos de Formação*, n.20. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1993.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST-PE. *Ocupação e assentamento de famílias em Pernambuco (1989-1997)*. 2003. Disponível em: http://www.mst.org.br/mstpe/Tabelas/tab.html (Acesso em 2003, atualmente indisponível).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST-RS. Ações do MST-RS, 1979-1996. 2003. Disponível em: http://empresa.portoweb.com.br/mstrs/acoes. (Acesso em: 7 out. 2003)

MULLER, Edward N.; SELIGSON, Mitchell A. Inequality and Insurgency. *American Political Science Review*, 1987, 81:2.

MUNIZ, Durval de Albuquerque. Weaving Tradition: the Invention of the Brazilian Northeast. *Latin American Perspectives* 2004, 31(2): 42-62.

NAÍM, Moisés. From Normalcy to Lunacy. *Foreign Policy*, 141 (mar./abr.). 2004.

NARAYAN, Deepa. et al. *Voices of the Poor: Can Anyone Hear Us?*. Washington DC: The World Bank, 2000.

NAVARRO, Zander. MST tenta se manter vivo no sistema político. *Gazeta Mercantil*. Fev. 2009.

NAVARRO, Zander. Comédia agrária. *Folha de S.Paulo.* 22 abr. 2007.

NAVARRO, Zander. Sociólogo vê ação leviana do governo. *Folha de S.Paulo*, 22 set. 2003.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (ed.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

NAVARRO, Zander. O MST e a canonização da ação coletiva (reposta a Horacio Martins de Carvalho). In: SANTOS, Boaventura de Sousa (ed.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996a.

NAVARRO, Zander. (ed.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996b.

NEIVA, Artur Hehl. A Imigração e a colonização no governo Vargas. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, nov. 1942, II: 21.

NEPOMUCENO, Eric. *O massacre. Eldorado dos Carajás; uma história de impunidade.* São Paulo: Planeta, 2007.

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: Eduff, 1997.

NOÉ PINO, Hugo; THORPE, Andrew. *Honduras: el ajuste estructural y la reforma agraria*. Tegucigalpa: Editorial Guaymuras, 1992.

NORDER, Luiz Antonio. *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de Wageningen.

NORDER, Luiz Antonio. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. *Caderno de Debates*, 5. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, Unicamp, 1998.

NOVAES, Regina Célia R. *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVAES, Regina Reyes. Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania. *Cadernos do ISER*, 19. Rio de Janeiro: ISER, 1985.

O GLOBO. Dona da Daslu e mais seis empresários são condenados e presos por sonegação fiscal e contrabando. *O Globo Online*, 26 mar. 2009. Disponível em: http://oglobo.globo.com/sp/mat/2009/03/26/. (Acesso em: 27 mar. 2009)

OBERSCHALL, Anthony. *Social Conflict and Social Movements*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1973.

O'DONNELL, Guillermo. Human Development, Human Rights, and Democracy. In: O'DONNELL, Guillermo; CULLELL, Jorge Vargas; IAZZETTA, Osvaldo M. (eds.). *The Quality of Democracy: Theory and Applications*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.

O'DONNELL, Guillermo. Polyarchies and the (Un)Rule of Law in Latin America: A Partial Conclusion. In: MENDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sergio (eds.). *The (Un)Rule of Law and the Underprivileged in Latin America*. Notre Dame: Notre Dame University Press, 1999.

O'DONNELL, Guillermo. Poverty and Inequality in Latin America: Some Political Reflections. In: TOKMAN, Víctor E.; O'DONNELL, Guillermo (eds.). *Poverty and Inequality in Latin America: Issues and New Challenges*. Notre Dame: Notre Dame University Press, 1998.

O'DONNELL,, Guillermo, CULLELL, Jorge Vargas, IAZZETTA, Osvaldo M. (eds.). *The Quality of Democracy: Theory and Applications*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Antônio Flávio. Igreja católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-64)*. São Paulo: Difel, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A "Não reforma agrária" do MDA/INCRA no governo Lula*. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Vía Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR-FAO, Porto Alegre, 7-10 mar. 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. As transformações no campo e o agronegócio no brasil. In: SECRETARIA DA CONCRAB (ed.) *O agronegócio x agricultura familiar e a reforma agrária*. Brasília: CONCRAB, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

OLSON JR., M Mancur. *The Logic of Collective Action*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

ONDETTI, Gabriel. *Land, Protest, and Politics: the Landless Movement and the Struggle for Agrarian reform in Brazil*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, OIT. *Laborista: Database of Labour Statistics*. 2008. Disponível em: http://laborista.ilo.org/

OSAVA, Mario. Brazil: No Consensus on Success of Land Reform, *Inter Press Service*. Disponível em: http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=37053. (Acesso em: 22 mar. 2007)

OTERO, Gerardo. Agrarian Reform in Mexico: Capitalism and the State. In: THIESENHUSEN, William C. (ed.). *Searching for Agrarian Reform in Latin America*. Boston: Unwim Hyman, 1989.

OZÓRIO DE ALMEIDA, Anna Luiza. *The Colonization of the Amazon*. Austin: University of Texas Press, 1992.

PAIGE, Jeffrey M. *Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Undeveloped World*. New York: The Free Press, 1975.

PAIVA, Vanilda. (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. A Diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto*, 1977, II: 2, nov.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Actes Du Xlii Congrès des Américanistes*. Paris, 1976.

PALMEIRA, Moacir. *Feira e mudança econômica*. Simpósio de Pesquisas: Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1971. (Mimeo.)

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio P. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (orgs.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PARPADELLAS, Sérgio; MARQUES, Hugo. Guilherme Cassel: "Stédile agride o bom senso". *Istoé.* 20 jan. 2008.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, PT. *Vida digna no campo: desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de segurança alimentar*. São Paulo: PT, 2002.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, PT. *Resoluções de encontros e congressos 1979-1998*. São Paulo: PT, 1998.

PAULILO, Maria. *Terra à vista e ao longe.* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

PAUSEWANG, Siegfried. *Peasants, Land and Society: a Social History of Land reform in Ethiopia*. München and Koln: Weltforum-Verlag, 1983.

PAYNE, Leigh A. *The Armed Right Wing, Uncivil Movements: the Armed Right Wing and Democracy in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

PEREIRA, Anthony W. An Ugly Democracy? State Violence and the Rule of Law in Postauthoritarian Brazil. In: KINGSTON, Peter R.; POWER, Timothy J. (eds.). *Democratic Brazil: Actors, Institutions and Processes*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2000.

PEREIRA, Anthony W. *The End of the Peasantry: the Rural Labor Movement in Northeast Brazil, 1961-1988*. Pittsburgh: The University of Pittsburgh Press, 1997.

PEREIRA, João Marcio Mendes. A política agrária contemporânea do Banco Mundial: matrizes políticas, base intelectual, linhas de ação e atualizações estratégicas. Manuscrito não publicado, 2005.

PEREIRA, João Marcio Mendes. *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados*. 2004. Dissertação (Mestrado) – CPDA, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro.

PEREIRA FILHO, Jorge. Lula abandonou a reforma agrária. *Brasil de Fato.* 23 abr. 2008. Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevis-

tas/lula-abandonou-a-reforma-agraria-diz-pesquisador/?searchterm=lula%20 abandonou%20a%20reforma%20agraria%20pereira%20filho. (Acesso em: 25 abr. 2008)

PESSOA, Jadir de Morais. *Revanche camponesa*. Goiânia: UFG, 1999.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sergio. Popular Responses to State-sponsored Violence in Brazil. In: CHALMERS, Douglas A. et al. (eds.). *The New Politics of Inequality in Latin America: Rethinking Participation and Representation*. New York: Oxford University Press, 1997.

PINHO, Péricles Madureira. *O problema da sindicalização Rural*. Rio de Janeiro: s. d., 1939.

POLETTO, Ivo. A CNBB e a luta pela terra no Brasil. *Presença pública da Igreja no Brasil – Jubileu de Ouro da CNBB*. Org. Instituto Nacional de Pastoral. São Paulo: Paulinas, 2003.

POLETTO, Ivo. (org.). *Uma vida a serviço da humanidade: diálogos com dom Tomás Balduíno.* São Paulo: Rede/Loyola, 2002a.

POLETTO, Ivo. Testemunhas do processo germinal: CPT, fruto e vivência do Pentecostes dos anos 70. In: POLETTO, Ivo; CANUTO, Antonio (orgs.). *Nas pegadas do povo da terra*. São Paulo: Loyola, 2002b.

POLETTO, Ivo. A CPT, a Igreja e os camponeses CPT. In: *Conquistar a terra, reconstruir a vida*. Petrópolis: Vozes, 1985, p.29-66.

POLETTO, Ivo; CANUTO, Antônio. (orgs.). *Nas pegadas do povo da terra*, São Paulo: Loyola, 2002.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Instituto de Desenvolvimento Humano e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Educação: Objetivo 2, Atingir o ensino básico universal*. Belo Horizonte: PUC-Minas/IDHS. 2004. Disponível em: http://www.virtual.pucminas.br/idhs/02_pnud/ODM_WEB/livro_2_dividido/livro2a_capitulos1e2.pdf. (Acesso em: 8 abr. 2008)

PRADO JR., Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JR., Caio. Nova Contribuição para Análise da Questão Agrária no Brasil. In: VEIGA, José Eli da. (org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRAKESH, Gyan. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. *The American Historical Review*, 1994, 99(5): 1475-90.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-65*. Brasília: Presidência da Republica, 1962.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS, PNUD. *Human Development Report 2007/2008. Fighting Climate Change: Human Solidarity in a Divided World*. New York: UNDP, 2007.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS, PNUD. *Human Development Report 2005. International Cooperation at a Crossroads: Aid, Trade and Security in an Unequal World*. New York: UNDP, 2005.

PROSTERMAN, Roy L.; RIEDINGER, Jeffrey M. *Land Reform and Democratic Development*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael E.; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. What Makes Democracies Endure? In: DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. (eds.). *The Global Divergence of Democracies.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

PUTNAM, Robert D. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

QUIRK, Patrick. *Emotions and the Struggle of Brazil's Landless Social Movement (MST*). Saarbrucken: VDM Publishing, 2008.

QUIZÓN, Antonio B.; DEBUQUE, Teresa L. An Overview of Agrarian Reforms in Asia. *Report for WCARRD 20/20 Conference*. Philippines: ANGOC, 6-7 out. 1999. Disponível em: http://64.233.161.104/search?q=cache:AXK37fAnn0cJ:www.asiacaucus.net.ph/development/arrd/ar_2000_1209_01.htm+agrarian+reform+land+ceiling&hl=en. (Acesso em: 10 fev. 2006)

RANGEL, Ignácio. Questão agrária brasileira. *Conselho do Desenvolvimento*. Brasília: Presidência da República, 1961.

RECA. *Nosso jeito de caminhar: a história do Projeto Reca contada por seus associados, parceiros e amigos*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003.

REINHARDT, Nola. Contrast and Congruence in the Agrarian Reforms of El Salvador and Nicaragua. In: THIESENHUSEN, William C. (ed.). *Searching for Agrarian Reform in Latin America*. Boston: Unwim Hyman, 1989.

REZENDE, Gervásio Castro de. *Programa de crédito especial para reforma agrária (Procera): Institucionalidade, subsídio e eficácia*. Texto para Discussão interna. N.648. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

REZENDE, Gervásio Castro de. *Crédito rural subsidiado e preços da terra no Brasil*. Texto para discussão interna. n.42. Rio de Janeiro: IPEA-INPES, 1981.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.

RIEDINGER, Jeffrey M. *Agrarian Reform in the Philippines: Democratic Transitions and Redistributive Reform*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. (orgs.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

ROSA, Marcelo. Uma região em movimento: as lutas por terra e a transformação das estruturas de poder e significação social na mata pernambucana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, 8. 2006.

ROSA, Marcelo. *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na Zona Canavieira de Pernambuco*. 2004a. Tese (Doutorado) – Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ.

ROSA, Marcelo. Sobre os sentidos das novas formas de protesto social no Brasil: os impactos das ações do MST sobre o sindicalismo rural. *La cultura en las crisis latinoamericanas*, organizado por Alejandro Grimson. Buenos Aires: CLACSO, 2004b.

ROSA, Marcelo. *Sindicalismo rural e movimentos sociais: notas sobre o caso pernambucano*. Trabalho apresentado na XXVII Encontro da ANPOCS em Caxambu (MG), 21-25 out. 2003. Disponível em: http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/Marcelointer03.rtf

ROSA, Marcelo. Espetáculo e Cotidiano: Pequenas Vozes na Luta do MST. *Cultura Vozes*, 2001, 3: 95.

ROSA, Marcelo. O sem terra partido ao meio: um estudo das relações entre assentados e municípios receptores na região da Grande Porto Alegre, RS. 2000. Dissertação (Mestrado) – CPDA, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro.

ROSENFIELD, Denis Lerrer. *A democracia ameaçada: o MST, o teológico-político e a liberdade*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

ROSSET, Peter; PATEL, Raj; COURVILLE, Michael. (eds.). *Promised Land: Competing Visions of Agrarian Reform.* Oakland: Food First Books, 2006.

RUBIN, Jeffrey. Meanings and Mobilizations: a Cultural Politics Approach to Social Movements and States, *Latin American Research Review*, 2004, 39: 3.

RUESCHEMEYER, Dietrich. Addressing Inequality. In: DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo (eds.). *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.

RUESCHEMEYER, Dietrich; STEPHENS, Evelyne Huber; STEPHENS, John D. *Capitalist Development & Democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Sales Augusto dos. Historical Roots of the "Whitening" of Brazil, *Latin American Perspectives*, jan. 2002, 29: 122: 1.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira***.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARTORI, Giovanni. *The Theory of Democracy Revisited.* Chatham: Chatham House Publishers, 1987.

SAUER, Sérgio. *Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense.* Goiânia/Rio de Janeiro/Curitiba: CPT/Justiça Global/Terra de Direitos, 2005.

SAUER, Sérgio. *Terra e modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra*. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília,

SAUER, Sérgio. *Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural*. São Paulo: Abet, 1998.

SAUER, Sérgio; SOUZA, Marcos Rogério de. *Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas*. Manuscrito não publicado, 2007.

SAUER, Sérgio; SOUZA, Marcos Rogério de; TUBINO, Nilton. *O parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da terra*. Manuscrito não publicado, 2006.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Marcio Mendes. (ed.). *Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SCALABRIN, Leandro Gaspar. *"Estado de Exceção" no Rio Grande do Sul e a criminalização do MST.* Manuscrito não publicado, 2008.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death Without Weeping: the Violence of Everyday life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1992.

SCHMIDT, Benício Marinho; NOLASCO, Danilo; ROSA, Sueli L. Couto. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. (eds.). *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia, 1992.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. (eds.). *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville: University of Florida Press, 1984.

SCHMITTER, Philippe C. Still the Century of Corporatism? *Review of Politics*. Jan. 1974, 36:1.
SCHMITTER, Philippe C. *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1971.
SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar.* Porto Alegre: Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, 2003.
SCHWARTZ, Stuart B. *Slaves, Peasants, and Rebels: Reconsidering Brazilian Slavery*. Urbana: University of Illinois Press, 1992.
SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*. New York: Cambridge University Press, 1985.
SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
SCOLESE, Eduardo. *A reforma agrária*. *Folha Explica*. São Paulo: PubliFolha. 2005.
SCOLESE, Eduardo. Revogar MP é "tiro no pé", diz especialista. *Folha de S.Paulo*, 23 mar. 2003.
SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.
SCOTT, James C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.
SELLIGSON, Mitchell A.; PASSÉ-SMITH, John T. (eds.). *Development and Under-Development: The Political Economy of Global Inequality*. Boulder: Lynne Rienner, 2003.
SEMINÁRIO REGIONAL. Crise e reestruturação no complexo sucro-alcooleiro do Nordeste. *Anais.* Recife. 1993.
SEN, Amartya. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
SEN, Amartya. *On Economic Inequality*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
SEN, Amartya. *Inequality Reexamined*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
SIGAUD, D. Geraldo et al. *Reforma agrária: questão de consciência*. São Paulo: TFP, 1960.
SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 2005, 17:1 (jun.).
SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana, *Mana*, 2004, 10(1), p.131-63.
SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, 2000, 58.
SIGAUD, Lygia. Les paysans et le droit: le mode juridique de règlement des conflits. *Informations sur les sciences sociales*, 1999, 38 :1.
SIGAUD, Lygia. A luta de classe em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Dados*, 29, 1986.
SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos.* São Paulo: Duas Cidades, 1979.
SIGAUD, Lygia et al. Os acampamentos da reforma agrária. In: L'ESTOILE, Benoit de; SIGAUD, Lygia (orgs.). *Ocupações de terra e transformações sociais.* Rio de Janeiro: FGV, 2006.
SILVA, Anderson Antonio; FERNANDES, Bernardo Mançano. Ocupações de terras, 2000-2005: movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. *Caderno Conflitos no Campo Brasil, 2005*. Goiânia: CPT, 2006.
SILVA, Gerson F. da. Animação cristã no meio rural. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária.* São Paulo: Loyola, 1985.

SILVA, José Alfonso da. *O curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, 2004.
SILVA, José Gomes da. *Buraco negro: a reforma agrária na constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
SILVA, José Gomes da. *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Unicamp, 1996.
SINGH, Karori. *Land Reforms in South Asia: a Study of Sri Lanka*. New Delhi: South Asian Publishers, 1989.
SLATER, David. (ed.). *New Social Movements and the State in Latin America*. Amsterdam: CEDLA, 1985.
SMIRCIC, Sergio Chamorro . Com a cara e a coragem: uma etnografia de uma ocupação de terras. 2000. Dissertação (Mestrado) – Museu Nacional/Universidade Federal de Rio de Janeiro.
SMITH, Peter H. *Democracy in Latin America: Political Change in Comparative Perspective*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2005.
SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Master Frames and Cycles of Protest. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol McClurg (eds.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven/London: Yale University Press, 1992.
SNYDER, Richard; SAMUELS, David J. Legislative Malapportionment in Latin America: Historical and Comparative Perspectives. In: GIBSON, Edward L. (ed.). *Federalism and Democracy in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

SOBHAN, Rehman. *Agrarian Reform and Social Transformation: Preconditions for Development*. London/New Jersey: Zed Books, 1993.
SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, SNA. O problema da sindicalização rural. *A Lavoura*, abr./jun., 1943.
SPAROVEK, Gerd. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: USP/MDA/INCRA/FAO, 2003.
SPENCE, Jonathan D. *The Search for Modern China*. New York: W. W. Norton, 1990.
STANFIELD, David J. Agrarian Reform in the Dominican Republic. In: THIESENHUSEN, William C. (ed.). *Searching for Agrarian Reform in Latin America*. Boston: Unwim Hyman, 1989.
STÉDILE, João Pedro. (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional, 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.
STÉDILE, João Pedro. (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda, 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.
STÉDILE, João Pedro. (org.). *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária, 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005c.
STÉDILE, João Pedro P. (org.). *A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas, 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2005d.
STÉDILE, João Pedro. *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil.* 7.ed. São Paulo: Atual, 1999.
STÉDILE, João Pedro. (ed.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Sérgio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.

STÉDILE, Miguel. STF suspende maior desapropriação do RS. *Mídia Independente*, 10 jul. 2003. Disponível em: http://www.midiaindependente.org.pt/blue/2003/06/256226.shtml.

STEIN, Leila. Sindicalismo e corporativismo na agricultura brasileira (1930-1945). 1991. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

STEPAN, Alfred. *Arguing Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

STEPHEN, Lynn. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no Brasil e no México. In: NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

STOLCKE, Verena. *Coffee Planters, Workers, and Wives: Class Conflict and Gender Relations on São Paulo Plantations, 1850-1980*. Houndmills: MacMillan Press,1988.

STRASMA, John. Unfinished Business: Consolidating Land Reform in El Salvador. In: THIESENHUSEN, William C. (ed.). *Searching for Agrarian Reform in Latin America*. Boston: Unwim Hyman, 1989.

STRINGER, Randy. Honduras: Toward Conflict and Agrarian Reform. In: THIESENHUSEN, William C. (ed.). *Searching for Agrarian Reform in Latin America*. Boston: Unwim Hyman, 1989.

SUTTON, Alison. *Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SWIDLER, Ann. Culture in Action: Symbols and Strategies. *American Sociological Review*. 1986, 51(2) p.273-86.

SWINNEN, Johan F. M., (ed.). *Political Economy of Agrarian Reform in Central and Eastern Europe*. Aldershot: Ashgate, 1997.

SYDOW, Evanize; MENDONÇA, Maria Luisa. (orgs.). *Human Rights in Brazil 2007: a Report by the Network for Social Justice and Human Rights*. São Paulo: Network for Social Justice and Human Rights, 2007.

TARROW, Sidney. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos: exclusão e luta do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. *Ciências Sociais Hoje,* 1991.

TEIXEIRA, Gerson. *Por uma releitura da conjuntura agrária nacional*. Manuscrito não publicado, 2004.

TEIXEIRA, Gerson. A iniciativa da PEC, proposta de emenda constitucional. Comissão Pastoral da Terra. 2003. Disponível em: http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1116&eid=56. (Acesso em: 5 jun. 2006)

TELLES, Vera. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90, política e sociedade no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles. *Poverty and the Politics of Exclusion*. Manuscrito não publicado, 2005.

TILLY, Charles. *Contention and Democracy in Europe, 1650-2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004a.

TILLY, Charles. *Social Movements, 1768-2004*. Boulder: Paradigm Publishers, 2004b.
TILLY, Charles. WUNC. In: SCHNAPP, Jeffrey T.; TIEWS, Matthew (eds.). *Crowds*. Stanford: Stanford University Press, 2004c.
TILLY, Charles. *Stories, Identities, Political Change*. Oxford: Rowman & Littlefield, 2002.
TILLY, Charles. *Durable Inequality*. Berkeley: University of California Press, 1998.
TILLY, Charles. *The Contentious French*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
TILLY, Charles. Speaking Your Mind Without Elections, Surveys, or Social Movements. *Public Opinion Quarterly*, 1983, 47:4 (Inverno).
TILLY, Charles. Repertoires of Contention in America and Britain. In: MAYER N. Zald; MCCARTHY, John D. (eds.). *The Dynamics of Social Movements*. Cambridge: Winthrop, 1979.
TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading: Addison-Wesley Pub. Co., 1978.
THAKUR, D. *Politics of Land Reforms in India*. New Delhi: Commonwealth Publishers, 1989.
THE NEW ENGLISH BIBLE (com livros apócrifos). Oxford/Cambridge: Oxford University Press/Cambridge University Press, 1970.
THIESENHUSEN, William C. (ed.). *Searching for Agrarian Reform in Latin America*. Boston: Unwin Hyman, 1989a.
THIESENHUSEN, William C. Introduction: Searching for Agrarian Reform in Latin America. In: THIESENHUSEN, William C. (ed.). *Searching for Agrarian Reform in Latin America*. Boston: Unwin Hyman, 1989b.

THIESENHUSEN, William C. *Broken Promises: Agrarian Reform and the Latin American Campesino*. Boulder: Westview Press, 1995.

THUMS, Gilberto. *Investigando: MST – levantamento de dados sobre suas atividades no Rio Grande do Sul*. Conselho Superior do Ministério Público. Procedimento Administrativo n. 16.315-0900/07-9. 2007.
TOKMAN, Víctor E.; O'DONNELL, Guillermo. (eds.). *Poverty and Inequality in Latin America: Issues and New Challenges*. Notre Dame: Notre Dame University Press, 1998.
TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. A Revisão Agrária Paulista: A proposta de modernização do campo do governo Carvalho Pinto. Tese (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1990.
TOURAINE, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. Campinas: Trajetória Cultural/ Unicamp, 1989.
TSENG, Hsin-yu. *Land Ownership Transfer and Productivity: Evidence from Taiwan*. Manuscrito não publicado. University of Chicago, 2004. Disponível em: http://www.arts.cornell.edu/econ/75devconf/papers/Tseng.pdf. (Acesso em: 30 mar. 2006)
TULCHIN, Joseph S. (ed.). *Democratic Governance and Social Inequality*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002.
VAINER, Carlos. Water for Life, Not for Death: The Anti-dam Movement in Brazil. In: DEERE, Carmen Diana; ROYCE, Frederick S. (eds.). *Rural Social Movements in Latin America: Alternative Visions for Sustainable Livelihoods*. Gainesville: University Press of Florida, 2009.
VAJDA, Istvan; ZIMBRES, Patrícia de Queiroz Carvalho; SOUZA, Vanira Tavares de. (trads.). *Federative Constitution of Brazil, 1988*. Brasília: Senado Federal, 1998.

VEIGA, José Eli da. O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento. *Série Textos para Discussão* 1. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD, 2001.

VEIGA, José Eli da. *A reforma que virou suco: uma introdução ao dilema agrário do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. Ao arqueólogo do futuro: os últimos anos da paciência, *Carta Maior*. 2006. Disponível em: http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11845 (Acesso em 2 ago. 2006)

VÍA CAMPESINA. *Memoria de la segunda conferencia internacional de la Vía Campesina*. S. l.: Tlaxcala, 1996.

VIEIRA, Else R. P. (org.). *Landless Voices in Song and Poetry: the Movimento dos Sem Terra of Brazil*. (trad. Bernard McGuirk). Nottingham: Critical, Cultural and Communications Press, 2007.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Inequality and Subversion of the Rule of Law in Brazil*. Working Paper Number CBS-60-05, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2007.

VIGNA, Edélcio. Mediação de sementes. *Reforma agrária: os caminhos do impasse*, entrevista conduzida por Débora Lerrer. São Paulo: Garçoni, 2003.

VIGNA, Edélcio. *Bancada ruralista: um grupo de interesse. Argumento*, 8. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, INESC, 2001.

WAMBERGUE, Emmanuel. Le arbre politique. 1999 Dissertação (Mestrado) – Centre National D'Études Agronomiques des Régions Chaudes, Montpellier, France.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O "rural" como espaço singular e ator coletivo. *Estudos sociedade e agricultura*, 15 out. 2000.

WEBER, Max. In: ROTH, Guenther; WITTICH, Claus (eds.). *Economy and Society*. Berkeley: University of California, 1978.

WEINBERG, Mônica. Madraçais do MST. *Veja.* 8 set. 2004. Disponível em: http://veja.abril.combr/080904/p_046.html. (Acesso em: 10 set. 2004)

WELCH, Cliff. Movement Histories: A Preliminary Historiography of Brazil's Landless Laborers' Movement (MST). *Latin American Research Review*, 2006, 41: 1.

WELCH, Cliff. *The Seed Was Planted: the São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1999.

WHITEHEAD, Laurence. *Democratization: Theory and Experience*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

WHITEHEAD, Laurence; GRAY-MOLINA, George. Political Capabilities Over the Long Run. In: HOUTZAGER, P. Peter; MOORE, Mick (eds.). *Changing Paths: International Development and the New Politics of Inclusion*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 2003.

WIKIPEDIA. Salt Satyagraha. 2006. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Salt_Satyagraha. (Acesso em: 20 jan. 2006)

WILKIE, Mary. A Report on Rural Syndicates in Pernambuco. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de pesquisas em ciências sociais, 1964. (mimeo.)

WILLIAMS, Donald C. Measuring the Impact of Land Reform Policy in Nigeria. *The Journal of Modern African Studies*, 1992 30:4.

WOLF, Eric. *Peasant Wars of the Twentieth Century.* New York: Harper & Row, 1973.

WOLFORD, Wendy. Producing Community: the MST and Land Reform Settlements in Brazil. *Journal of Agrarian Change*, 2003a, 3: 4 (out.).

WOLFORD, Wendy. Families, Fields, and Fighting for Land: The Spatial Dynamics of Contention in Rural Brazil, *Mobilization*, 2003b, 8(2): 201-215.

WOOD, Charles H.; CARVALHO, José Alberto Magno de. *The Demography of Inequality in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WOOD, Elisabeth Jean. *Insurgent Collective Action and Civil War in El Salvador*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WRIGHT, Angus; WOLFORD, Wendy. *To Inherit the Earth: the Landless Movement and the Struggle for a New Brazil*. Oakland, CA: Food First Publications, 2003.

WRIGHT, Angus. The Origins of the Brazilian Movement of Landless Rural Workers. Latin American Studies Association, 6-8 set. 2001, Washington DC.

YUE, Kang. Land Ceilings: A Mixed History. In: CARTER, M. (ed.). *Understanding World Bank Land Policies in Brazil*. Relatório não publicado. School of International Service, American University, 2004.

ZAMOSC, Leon; MARTÍNEZ, Estela; CHIRIBOGA, Manuel. (eds.). *Estructuras agrarias y movimientos campesinos en América Latina*, 1950-1990. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1997.

ZAMOSC, Leon. *La cuestión agraria y el movimiento campesino en Colombia*. Ginebra/Bogotá: UNRISD/CINEP, 1987.

ZAHEER, M. Policies and Implementation of Land Reforms in Uttar Pradesh, India. In: INAYATULLAH (ed.). *Land Reform: Some Asian Experiences*. v.IV. Kuala Lumpur: Asian and Pacific Development Administration Center, 1980.

ZALD, Mayer N. Culture, Ideology and Strategic Framing. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (eds.). *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

# Índice onomástico

# Sobre os autores

**Bernardo Mançano Fernandes** é geógrafo, professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenador da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Há 26 anos estuda o MST e a questão agrária brasileira. Fernandes é pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Coordenador do grupo de trabalho desenvolvimento rural na América Latina e Caribe – Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales (CLACSO); e Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma agrária (NERA). Além disso, é Conselheiro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Fernandes é autor de *A formação do MST no Brasil* (Vozes) e *Brava Gente*: *A Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil*, em coautoria com João Pedro Stédile (Fundação Perseu Abramo), entre outros livros, dezenas de artigos e diversos verbetes na Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe.

**Elena Calvo-González** é antropóloga, bolsista PRODOC-Capes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Recebeu seu doutorado da University of Manchester e realizou cinco anos de pesquisa sobre assentamentos da reforma agrária no Brasil, entre 1999 e 2003.

**Emmanuel Wambergue** é engenheiro agrônomo tropical. Há 34 anos pesquisa e atua na questão agrária brasileira. Wambergue é presidente da Cooperativa de Prestação de Serviços em Marabá, Pará. Antes disso ele foi diretor executivo da Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA) e coordenador regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Marabá. Wambergue fez mestrado no Centre National d'Études Agronomiques des Régions Chaudes, em Montpellier, França, e tem publicado diversos artigos sobre os camponeses da região amazônica.

**Gabriel Ondetti** é cientista político e professor da Missouri State University. Há 12 anos pesquisa o MST e a questão agrária no Brasil. É autor de *Land, Protest and Politics: The Landless Movement and the Struggle for Agrarian Reform in Brazil* (Penn State University Press), estudo que analisa a evolução da luta pela terra no Brasil desde o final do regime militar. Ondetti também publicou vários artigos sobre o assunto em revistas acadêmicas norteamericanas. Seu trabalho de pesquisa atual estuda o impacto da democratização sobre as políticas públicas de redistribuição no Brasil e outros países da América Latina.

**George Meszaros** é sociólogo, professor da School of Law da University of Warwick, Inglaterra, e ex-diretor do seu programa de doutorado. Há 20 anos pesquisa os movimentos sociais do campo no Brasil. Ele é o autor de *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform* (Routledge, no prelo) e vários artigos sobre o MST publicados em revistas acadêmicas. Seu novo projeto de pesquisa lida com a política da instauração de processos judiciais em diversos países do mundo.

**Guilherme Costa Delgado** é economista, Professor Visitante do Programa de Pós-graduação em Economia Universidade Federal de Uberlândia e membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA). Há mais de 35 anos pesquisa e atua sobre assuntos relacionados ao mundo rural brasileiro. Ele é pesquisador aposentado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), onde trabalhou entre 1976 e 2007. Delgado é autor e organizador de cinco livros, entre eles, *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil – 1965-1985* (Ícone/UNICAMP), *Universalização de Direitos Sociais no Brasil: A Previdência Rural nos anos 90* (IPEA), além de dezenas de artigos sobre a questão agrária e políticas sociais no campo.

**Hamilton Pereira** é poeta e assessor político. Foi assessor do Ministério do Meio Ambiente no governo Lula, presidente da Fundação Perseu Abramo, coordenador da Secretária Agrária do Partido dos Trabalhadores (PT) e assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Pereira publicou vários livros de poesia sob o pseudônimo de Pedro Tierra, entre eles *Dies Irae* e *Poemas do povo da noite*.

**Horacio Martins de Carvalho** é engenheiro agrônomo e consultor de movimentos e organizações populares no campo. Há 45 anos pesquisa e trabalha com a reforma agrária brasileira. Ele é o organizador de dois livros, *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil* (Vozes) e *Sementes, patrimônio do povo a serviço da humanidade* (Expressão Popular), além de autor de dezenas de artigos sobre o MST, a questão agrária e a agricultura no Brasil. Carvalho também ajudou a coordenar os seis volumes da Coleção História Social do Campesinato Brasileiro (Editora da UNESP/NEAD).

Ivo Poletto é filosofo e teólogo, assessor na área de educação popular junto às pastorais e movimentos sociais em todo o Brasil. Há mais de 40 anos que ele pesquisa e atua no meio rural brasileiro. Ele foi o primeiro secretário nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e assessor da Cáritas Brasileira, 4ª Semana Social Brasileira, Fórum de Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e assessor especial da Presidência da República no Programa Fome Zero do Governo Lula, junto ao Frei Betto. Poletto é o autor de *Brasil – Oportunidades perdidas: meus dois anos no Governo Lula* (Garamond) e *Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra*, em coautoria com Antonio Canuto (Loyola), e o organizador de *Uma vida a serviço da humanidade: diálogos com dom Tomás Balduino* (Loyola) e *Água de chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido Brasileiro* (Paulinas), *Histórias de Pindorama: biomas e projeto de Brasil* (no prelo), além de diversos outros artigos.

José Batista Gonçalves Afonso é advogado e coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Marabá, Pará, e articulador da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP). Há mais de 15 anos atua junto aos movimentos sociais no campo da região amazônica. É autor de vários artigos sobre conflitos agrários no Brasil, publicados nos relatórios anuais da CPT Nacional.

Leonilde Sérvolo de Medeiros é cientista social, professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e secretária da ALASRU (Associação Latinoamericana de Sociologia Rural). Medeiros foi contemplada, entre 2003 e 2008, com auxílio à pesquisa pelo Programa Cientistas do Nosso Estado, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Ela é uma das criadoras da Rede de Estudos Rurais. Há mais de 30 anos pesquisa a política fundiária brasileira, assentamentos rurais e formas de organização dos trabalhadores rurais. É co-autora de *Impactos dos assentamentos, um estudo sobre o meio rural brasileiro* (Editora da UNESP/NEAD), e autora de *Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra* (Fundação Perseu Abramo), *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil* (Editora da Universidade Rural e UNRISID), e *História dos movimentos sociais no campo* (FASE), além de dezenas de artigos e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior. No presente momento faz pesquisas sobre as organizações dos trabalhadores rurais brasileiros, bem como sobre questões sócio-políticas relacionadas à expansão do agronegócio no Brasil.

Luiz Antonio Norder é sociólogo e professor do Curso de Graduação em Agroecologia e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação

em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos. Há mais de 15 anos pesquisa os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Ele é o autor de *Memória da luta pela reforma agrária no Brasil: catálogo da documentação da ABRA no período 1967-2007*, em parceria com Diego Campos Arruda (NEAD), e *A alternativa dos assentamentos rurais* (Terceira Margem) e *O que são assentamentos rurais?* (Brasiliense), ambos em coautoria com Sonia M. P. Bergamasco. Atualmente, coordena projeto de pesquisa pelo CNPq sobre extensão rural em agroecologia e restauração florestal em assentamentos rurais em São Paulo e no Paraná.

Lygia Maria Sigaud foi antropóloga, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro por mais de três décadas e pesquisadora do CNPq. Seus trabalhos de pesquisa e publicações refletiram as mudanças sociais na representação política dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, os efeitos dos grandes projetos hidrelétricos sobre as populações rurais e as emergências dos acampamentos como forma de reivindicar terras ao Estado no Brasil contemporâneo. Entre suas principais obras estão *Os clandestinos e os direitos* (Duas Cidades) e *Greves nos engenhos* (Paz e Terra), que relatam os diferentes impactos sociais da introdução dos direitos trabalhistas na vida social daquela região em uma perspectiva ao mesmo tempo rigorosa e militante. Sigaud faleceu em abril de 2009, logo de ter dedicado 40 anos de sua vida à pesquisa no meio rural brasileiro.

Marcelo Carvalho Rosa é sociólogo, professor da Universidade de Brasília e pesquisador do CNPq. Há 15 anos que ele vem realizando pesquisas sobre as demandas por terra de movimentos sociais no Brasil, assim como em outros países da América Latina e África, num esforço por estudar as suas implicações para a ação política e formação do Estado nas áreas rurais. É o organizador de, *Estado y movimientos sociales: estudios etnográficos en Argentina y Brasil* (Antropofagia) e autor de *Ocupações e acampamentos: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*, em coautoria com Lygia Sigaud (Garamond, no prelo) e *O engenho dos movimentos* (Garamond, no prelo).

Miguel Carter é cientista político, professor da School of International Service da American University, em Washington DC. Há 19 anos pesquisa os movimentos sociais do campo e a reforma agrária no Brasil. É autor de vários artigos sobre o MST e dois livros sobre o Paraguai, *El Papel de la Iglesia en la Caída de Stroessner* (RP Ediciones) e *Stroessner Vive: Legados Autoritários y Democracia en el Paraguay* (Servilibro/CIPAE, no prelo). Carter está atualmente concluindo um livro sobre as origens do MST no sul do Brasil, *For Land, Love & Justice: The Origins of Brazil's Landless Social Movement*.

Plínio de Arruda Sampaio é advogado, economista e presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Há 47 anos se dedica à reforma agrária no Brasil e diversos outros países do mundo. Ele foi coordenador da equipe que formulou o II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula, deputado federal (1962-64; 1984-86; 1986-90), e relator do Projeto de Emenda Constitucional pela Reforma Agrária do governo Goulart. Além disso, Sampaio foi professor de economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e consultor da FAO desde 1964.

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco é engenheira agrônoma e cientista social, professora da FEAGRI/UNICAMP. Atua na área de ciências sociais rurais, em especial nos estudos sobre agricultura familiar, assentamentos rurais, extensão rural e organização comunitária. Participou como coordenadora e assessora de diversos projetos voltados à política pública, dentre os quais: "Demanda por Terra no Brasil" e o de "Construção de Indicadores para Avaliação de ATER". Faz parte da equipe que desenvolve indicadores para medida da eficácia das políticas de Segurança Alimentar e de Agroindustrialização para Agricultura Familiar e Assentamentos Rurais. É autora de vários livros, entre eles, *O que são assentamentos rurais?* (Editora Brasiliense) e *A alternativa dos trabalhadores rurais: organização social, trabalho e política* (Editora Terceira Margem), além de dezenas de artigos sobre a questão rural brasileira.

Sue Branford é jornalista. Ao longo de mais de duas décadas na profissão, elaborou inúmeras matérias sobre o Brasil para a BBC World Service, *The Financial Times*, *The Economist* e *The Observer*. Há 27 anos pesquisa a questão agrária e a luta pela terra no Brasil. Branford publicou vários livros sobre o Brasil, entre eles, *Cutting the Wire: The Story of Brazil's Landless Movement*, em coautoria com Jan Rocha (Latin American Bureau), *Politics Transformed: Lula and the Workers' Party in Brazil* e *Brazil Carnival of the Oppressed: Lula and the Brazilian Workers' Party*, ambos em parceria com Bernardo Kucinski, e *The Last Frontier: Fighting over Land in the Amazon*, em coautoria com Oriel Glock (Zed books).

Wendy Wolford é geógrafa e professora de sociologia do desenvolvimento na Cornell University nos Estados Unidos. Há 15 anos pesquisa os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Ela é autora de dois livros sobre o MST, *To Inherit the Earth: The Landless Movement and the Struggle for a New Brazil*, em parceria com Angus Wright (Food First) e *This Land is Ours Now: Social Mobilization and Sugarcane in the Brazilian Northeast* (Duke University Press), além de diversos artigos publicados em revistas acadêmicas. Wolford pesquisa atualmente a atuação do governo federal na reforma agrária por meio de de uma etnografia institucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário (INCRA), o principal órgão responsável por distribuição de terras e criação de assentamentos rurais.

SOBRE O LIVRO

*Formato*: 16 x 23
*Mancha*: 26 x 48,6 paicas
*Tipologia*: StempelSchneidler 10,5/12,6
*Papel*: Off-set 75 g/m² (miolo)
Supremo 250 g/m² (capa)

*1ª edição*: 2010

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

*Capa*
Celeste Prieto

*Caderno de fotos*
Celeste Prieto

*Edição de Texto*
Renata Truyts (Preparação de original)
Monaliza Neves e Alberto Bononi (Revisão)

*Editoração-Eletrônica*
Eduardo Seiji Seki